Coleção
MINEIRIANA

Memória Política de Minas Gerais

João Pinheiro da Silva e a República

Organização e Estudo Introdutório

Maria Marta Araújo

Coleção
MINEIRIANA

MEMÓRIA POLÍTICA DE MINAS GERAIS

João Pinheiro da Silva e a República

Organização e Estudo Introdutório

Maria Marta Araújo

Fundação João Pinheiro
Diretoria de Políticas Públicas
Belo Horizonte 2022

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador
Romeu Zema Neto

Vice-governador
Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão
Luísa Cardoso Barreto

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidente
Helger Marra Lopes

Vice-presidente
Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretoria de Políticas Públicas
Carolina Proietti Imura
Marcos Arcanjo de Assis

Coordenação de Pesquisa em Políticas Públicas
Luís Felipe Zilli
Programa de Pesquisa Histórica e Edição Coleção Mineiriana
Maria Marta Araújo (coordenação)
Renato Somberg Pfeffer

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Maria Isabel Araújo Rodrigues

Capa: fotografias de João Pinheiro da Silva pertencentes ao Arquivo Público Mineiro:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/

M533
Memória política de Minas Gerais [recurso eletrônico] : João Pinheiro da Silva e a República / organização e estudo introdutório de Maria Marta Araújo. – Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 2022.
652 p. – (Coleção Mineiriana).
Formato: PDF

ISBN 978-65-88757-12-3 [recurso eletrônico]

1. História e política – Minas Gerais. 2. Direito administrativo. 3. Administração pública. I. Silva, João Pinheiro da. II. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Políticas Públicas. III. Série.

CDU 94+32(815.1)

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula da Silva CRB-6 / 2390

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Alameda das Acácias, 70 – São Luiz – CEP 31.275-150 – Belo Horizonte/MG
Telefone: Geral: (31) 3448-9701 – Home Page: http://www.fjp.mg.gov.br

Esta obra integra a linha de pesquisa e edição Memória Política de Minas Gerais da Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro e foi viabilizada graças à parceria entre a Diretoria de Políticas Públicas e a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho no contexto da comemoração dos seus 30 anos de existência e de excelência no ensino e capacitação na área da Administração Pública.

EQUIPE TÉCNICA

Organização e estudo introdutório
Maria Marta Araújo

Pesquisa, transcrição e redação de notas e índices
Jessica Gonçalves Santomauro

Pesquisa, transcrição e elaboração de índices
Mariana Oliveira Cruz

Pesquisa e transcrição
Layane Michelle Reis Araújo

Leitura crítica
Renato Somberg Pfeffer

Coordenação administrativa e financeira
Gislene Aparecida de Andrade Cruz

Revisão ortográfica e gramatical e normalização
Vitória Roscoe Ramires

Design gráfico e diagramação
Nemer Fornaciari Design

Coleção MINEIRIANA

CONSELHO EDITORIAL

Helger Marra Lopes (Presidente da Fundação João Pinheiro)

Carolina Proietti Imura (Diretora de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro)

Paulo Sérgio Lacerda Beirão (Presidente da Fapemig)

Amílcar Vianna Martins Filho

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Bernardo Novais da Mata Machado

Caio César Boschi

Carlos Antônio Leite Brandão

Eleonora Santa Rosa

Eliana Regina de Freitas Dutra

Friedrich Ewald Renger

Jacyntho José Lins Brandão

João Antônio de Paula

João Paulo Cunha

Lucília de Almeida Neves

Maria do Carmo Andrade Gomes

Maria Efigênia Lage de Resende

Maria Marta Martins Araújo

Renato Pinto Venâncio

Roberto Borges Martins

Roberto do Nascimento Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Fádua Maria de Sousa Gustin, idealizadora da linha Memória Política de Minas Gerais no âmbito da Coleção Mineiriana;

Bruno Dias Magalhães, coordenador do Colegiado do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro pelo apoio na viabilização desta iniciativa;

Gislene Aparecida de Andrade Cruz, pela competência, solidariedade e comprometimento na gestão técnica e administrativa dos projetos da Coleção Mineiriana;

Jessica Gonçalves Santomauro, pelo profissionalismo, excelência intelectual e compartilhamento de ideias.

Coleção MINEIRIANA

MEMÓRIA POLÍTICA DE MINAS GERAIS

João Pinheiro da Silva e a República

Organização e Estudo Introdutório

Maria Marta Araújo

APRESENTAÇÃO

Figuras exponenciais da história política e administrativa de Minas Gerais, os patronos da Fundação João Pinheiro e da sua Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho recebem, neste ano de 2022, uma devida homenagem! As obras Memória Política de Minas Gerais: João Pinheiro da Silva e a República e Memória Política de Minas Gerais: Paulo Neves de Carvalho, editadas pela renomada Coleção Mineiriana, que é uma das iniciativas mais importantes no campo da pesquisa histórica sobre Minas Gerais.

Constituídas por documentos e textos de autoria de João Pinheiro da Silva e de Paulo Neves de Carvalho e de instrumentos de auxílio à pesquisa, com destaque para os estudos críticos que os contextualizam e ampliam as possibilidades de leitura e interpretação, as publicações são uma efetiva e preciosa contribuição para a pesquisa científica nos mais diversos campos e, sobretudo, para o ensino da Administração Pública e do Direito Constitucional e Administrativo.

João Pinheiro da Silva (1860-1908), mineiro do Serro, é um dos personagens mais relevantes da história republicana mineira e nacional, destacando-se como político, industrial, administrador público e, principalmente, por suas propostas inovadoras e pioneiras na educação, no ensino profissional e técnico e na modernização econômica e social de Minas Gerais.

Paulo Neves de Carvalho (1919-2004), nascido em São João Del Rei, advogado e administrador público, exerceu o magistério de Direito e de outras disciplinas da Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por mais de 50 anos, influenciando toda uma geração de profissionais de Direito e do setor público, sendo um defensor incondicional do Estado Democrático de Direito e da justiça social no país.

As edições têm também a finalidade de demarcar os 30 anos da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, comemorados em dezembro de 2022. Uma das instituições mais longevas do ensino da Administração Pública no Brasil pós-Constituição de 1988, é símbolo de excelência e comprometimento com a formação e capacitação de gestores públicos estaduais. A Escola de Governo, juntamente com as Diretorias de Políticas Públicas e Estatística e Informações, compõe a estrutura técnica da Fundação João Pinheiro com o objetivo comum de aprimorar dia a dia as políticas públicas em Minas.

Vida longa à memória de João Pinheiro e Paulo Neves de Carvalho e às instituições, que honrosamente levam seus nomes e engrandecem, por seu efetivo papel na pesquisa, ensino, produção de informações e assessoramento governamental, o Estado de Minas Gerais.

Helger Marra Lopes
Presidente da Fundação João Pinheiro

Carolina Proietti Imura
Diretora de Políticas Públicas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

João Pinheiro: história e historiografia - *Maria Marta Araújo* **19**

Notas biográficas e cronológicas **52**

Critérios editoriais **67**

JOÃO PINHEIRO E A REPÚBLICA: COLEÇÃO DE DOCUMENTOS

À memória de Tiradentes

1. João Pinheiro, os republicanos e as comemorações no 21 de abril de 1888 70

A organização do Partido Republicano em Minas - 1888

1. Primeira reunião do Partido Republicano e Declaração Republicana (3-4 de junho de 1888) 71
2. Circular do Partido Republicano de Minas sobre a realização do congresso provincial (5 de junho de 1888) 76
3. Segunda circular do Partido Republicano de Minas (10 de agosto de 1888) 77
4. O Congresso Republicano pelo Correspondente d'O Farol (19 de novembro de 1888) 79
5. Circular do Partido Republicano Mineiro sobre as deliberações do Congresso (22 de novembro de 1888) 81
6. Manifesto do Congresso Republicano (8 de dezembro de 1888) 82

A propaganda do partido republicano nas páginas d'*O Movimento* - 1889

1. *O Movimento*: artigo-programa (23 de janeiro de 1889) 87
2. A propaganda do partido e sua linha de conduta (30 de janeiro de 1889) 88
3. As aspirações do partido (2 de março de 1889) 90
4. O nosso proceder (31 de março de 1889) 93
5. O popular 7 de abril (7 de abril de 1889) 95
6. História dos partidos constitucionais no Brasil (16 de abril de 1889) 99
7. O 21 de abril e a república dos inconfidentes (21 de abril de 1889) 102
8. A festiva passagem de Silva Jardim por Ouro Preto (30 de abril de 1889) 104
9. Críticas e comentários à manifestação política de Cesário Alvim (8 de maio de 1889) 107
10. O avanço da república em Minas (1 de junho de 1889) 110
11. A adesão do deputado liberal Crispim Jacques Bias Fortes (11 de junho de 1889) 114

As eleições gerais de 31 de agosto de 1889

1. O 2º congresso e as eleições prévias do partido (18 de junho de 1889) 116
2. João Pinheiro candidato às eleições gerais (28 de julho de 1889) 117
3. A relação dos candidatos do Partido Republicano às eleições gerais (6 de agosto de 1889) 123
4. As apreensões dos republicanos às vésperas das eleições (13 de agosto de 1889) 124
5. O triunfo do governo na câmara federal (14 de setembro de 1889) 125

As eleições para a Assembleia Provincial em 26 de dezembro de 1889

1. Circular do Partido Republicano (21 de setembro de 1889) 127
2. João Pinheiro declina e agradece a indicação à eleição provincial (10 de outubro de 1889) 128
3. É possível ao Império a regeneração do Império? (26 de outubro de 1889) 130
4. Os candidatos republicanos e a eleição provincial (13 de novembro de 1889) 130

A Proclamação da República

1. A mudança do regime e os atos do governo provisório (23 de novembro de 1889) 134
2. O memorável 17 de novembro de 1889 (23 de novembro de 1889) 137
3. Uma carta de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira a João Pinheiro (25 de novembro de 1889) 139
4. Ao democrata João Pinheiro (29 de novembro de 1889) 141

Cesário Alvim, João Pinheiro e o governo provisório em Minas

1. Manifesto aos mineiros do primeiro governador do Estado (29 de novembro de 1889) 146
2. A imprensa mineira e o novo regime (29 de dezembro de 1889) 150
3. Salve! Mil vezes salve a República! (3 de dezembro de 1889) 151
4. A nova política e seus horizontes (11 de dezembro de 1889) 153
5. A reorganização da instrução pública (5 de dezembro de 1889) 157
6. A extinção da Inspetoria Geral de Imigração (7 de dezembro de 1889) 158
7. A reorganização dos serviços de imigração (10 de dezembro de 1889) 159
8. O movimento revolucionário e a constituinte (17 de dezembro de 1889) 159
9. O caráter nacional na visão do editorialista d'O Movimento (21 de dezembro de 1889) 161
10. A proeminência dos republicanos na condução política do país (27 de dezembro de 1889) 163
11. João Pinheiro, abolicionista e republicano: uma breve biografia (17 de dezembro de 1889) 164
12. A liberdade de consciência e a não interferência do Estado (31 de dezembro de 1889) 166
13. Um confronto histórico sobre a emergência dos regimes no Brasil (6 de janeiro de 1890) 168
14. João Pinheiro na diretoria da Sociedade de Geografia Econômica (19 de janeiro de 1890) 171
15. A organização da estatística mineira (18 de janeiro de 1890) 172
16. A criação da Diretoria de Estatística (21 de janeiro de 1890) 174
17. A Estatística, por Aurélio Pires (24 de janeiro de 1890) 175

João Pinheiro vice-governador e governador interino do Estado de Minas Gerais

1. Notícia sobre a nomeação de 1º vice-governador (24 de janeiro de 1890 178
2. A reorganização da instrução pública e o concurso para Diretor-Geral (3 de março de 1890) 178
3. Um banquete oferecido a Cesário Alvim, ministro do Interior (19 de março de 1890) 181
4. Manifestação de apreço ao governador interino (27 de março de 1890) 185
5. A regulamentação dos serviços de estatística (29 de março de 1890) 188
6. João Pinheiro na procissão de Passos e a separação entre Estado e Igreja (3 de abril de 1890) 196
7. O problema da interinidade do Governador (8 de abril de 1890) 198
8. Multa aos juízes de paz e a qualificação eleitoral em Minas (10 de abril de 1890) 199
9. Provocações d'O Jornal de Minas sobre o alistamento eleitoral (11 de abril de 1890) 202

A nomeação de João Pinheiro e o novo governo de Minas

1. O decreto de nomeação dos governadores do Estado (12 de abril de 1890) 204
2. O Dr. João Pinheiro em editorial do jornal *Cidade de Diamantina* (13 de abril de 1890) 205
3. A esperada posse e a nova fase do Governo (15 de abril de 1890) 207
4. O alistamento eleitoral: uma retificação ao *Jornal de Minas* (15 de abril de 1890) 208
5. O governo republicano em Minas e os festejos e homenagens a Tiradentes (21 de abril de 1890) 210
6. A proclamação do governador João Pinheiro aos mineiros (21 de abril de 1890) 233
7. Prêmios à agricultura e indústria e criação da Exposição Permanente (28 de abril de 1890) 238
8. Obras na capital (8 de maio de 1890) 242
9. Instruções para a cobrança dos impostos de exportação (24 de maio de 1890) 244
10. A nova política a despeito das "mentiras e calúnias" da oposição (28 de maio de 1890) 247
11. Criação de um laboratório de análise de terras anexo à Escola de Minas (4 de junho de 1890) 248
12. Concede prêmios a viticultores mineiros que participaram da Exposição Universal de Paris (11 de junho de 1890) 2 4 9
13. Criação de uma comissão para elaborar o projeto da Constituição do Estado (2 de julho de 1890) 250

A crise política que levou à exoneração, a pedido, do governador João Pinheiro

1. As primeiras notícias sobre a saída de João Pinheiro (16 de julho de1890) 250
2.A crise no governo de Minas (23 de julho de 1890) 251
3. A nomeação de Crispim Jacques Bias Fortes para o Governo de Minas (22 de julho de 1890) 251
4. Um boletim da imprensa sobre a troca no governo (23 de julho de 1890) 252
5. O manifesto do novo governador de Minas, publicado n' *O Movimento* (8 de agosto de 1890) 252
6. A exposição de motivos de João Pinheiro publicada, junto ao manifesto de Bias Fortes, n'*O Movimento* (8 de agosto de 1890) 2 5 7
7. Uma análise da crise política em Minas e suas causas no âmbito do governo provisório da República, pela *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (8 de agosto de 1890) 262

João Pinheiro candidato ao Congresso Constituinte por Minas Gerais

1. Os candidatos do partido republicano mineiro ao Congresso Constituinte (11 de agosto de 1890) 265
2. As eleições e a política de conciliação do partido republicano mineiro (15 de agosto de 1890) 267
3. Notícia sobre a manifestação de apreço dos amigos a João Pinheiro em Ouro Preto (27 setembro de 1890) 270
4. A conclusão do projeto da Constituição Mineira (29 de outubro de 1890) 271

O deputado João Pinheiro no congresso federal e na liderança da política mineira

1. A ida do deputado eleito para o Rio de Janeiro (29 de outubro de 1890) 272
2. Um breve perfil de João Pinheiro (7 de novembro de 1890) 274
3. Apoio dos congressistas mineiros à mudança da capital do Estado (10 de novembro de 1890) 275
4. Circular de João Pinheiro aos eleitores do Congresso Mineiro (1 de janeiro de 1891) 276
5.Uma carta dos republicanos da cidade de Campanha a João Pinheiro (20 de janeiro 1891) 280
6. *O Jornal de Minas* e os "sindicateiros" da mudança da Capital (28 de abril de 1890 282
7. Novas críticas ao *Jornal de Minas* (30 de abril de 1891) 283
8. João Pinheiro citado pelo *Jornal de Minas* em sua polêmica com *O Movimento* sobre a mudança da Capital (2 de maio de 1891) 285
9. A reposta de João Pinheiro (6 de maio de 1891) 288
10. Uma grave acusação d'*O Jornal de Minas* contra João Pinheiro (14 de maio de 1891) 289
11. "Mais calúnias", a indignada resposta de João Pinheiro (15 de maio de 1891) 291
12. "Mais calúnias!", a réplica d'*O Jornal de Minas* (16 de maio de 1891) 293

Promulgada a Constituição do Estado e eleitos pelo Congresso Mineiro para o governo de Minas Cesário Alvim e Gama Cerqueira

1. A vitória final (15 de junho de 1890) 294

A crise política desencadeada pelos boatos acerca da deposição do governador de Minas

1. Uma carta e telegramas sobre a suposta deposição do governador (30 de novembro de 1891) 295
2. Esclarecimento de Aristides Maia, membro da dissidência mineira, n'*O Farol* (1 de dezembro de 1891) 298
3. Manifesto aos mineiros do governador Cesário Alvim (2 de dezembro de 1891) 299
4. A continuidade dos boatos e notícias sobre a deposição (3 de dezembro de 1891) 306
5. Os desmentidos de deputados mineiros a *Gazeta de Notícias* (25 de dezembro de 1891) 308
6. A movimentação dos deputados mineiros na capital federal (26 de dezembro de 1891) 308
7. A publicação a posteriori de uma ata por Aristides Maia na *Gazeta de Notícias* (27 de dezembro de 1891) 309
8. A contestação e complemento de João Pinheiro à ata publicada na *Gazeta de Notícias* (28 de dezembro de 1891) 313
9. A retificação do deputado Gonçalves Chaves à ata publicada por Aristides Maia (28 de dezembro de 1891) 316
10. Um artigo veemente em defesa da federação (31 de dezembro de 1891) 317
11. João Pinheiro deixa a redação d'*O Movimento* (10 de fevereiro de 1892) 318

A sucessão no governo de Minas e a polêmica envolvendo Cesário Alvim, Gama Cerqueira e João Pinheiro

1. Uma consulta de membros do Congresso Mineiro a Cesário Alvim e João Pinheiro (6 de dezembro de 1893) 318
2. Os indicados por Cesário Alvim à sucessão (12 de dezembro de 1893) 320
3. Cesário Alvim sobre a indicação de Crispim Jacques Bias Fortes (18 de dezembro de 1893) 322
4. Carta de Eduardo Gama Cerqueira a João Pinheiro (21 de dezembro 1893) 323
5. Cesário Alvim em resposta a Gama Cerqueira no lugar de seu companheiro e amigo João Pinheiro (26 de dezembro de 1893) 325
6. Gama Cerqueira em resposta a Cesário Alvim (31 de dezembro de 1894) 331
7. Carta de João Pinheiro a Gama Cerqueira (6 de janeiro de 1894) 334
8. Gama Cerqueira em resposta a João Pinheiro (14 de janeiro 1894) 338
9. Críticas a Gama Cerqueira pelo cronista d'*Opinião Mineira* (27 de fevereiro de 1894) 341

João Pinheiro: empresário de sucesso e agricultor em Caeté

1. Uma fábrica de louças em Minas Gerais (15 de março de 1894) 342
2. A Cerâmica Nacional e seus produtos (1896) 346

3. A indústria cerâmica, sua evolução e os notáveis avanços de João Pinheiro (28 de outubro de 1896) 347
4. Uma visita a Cerâmica Nacional de Caeté onde o que se destaca é a agricultura (11 de março de 1899) 361
5. Uma carta a Mendes Pimentel sobre a imprensa em Minas (8 de dezembro de 1889) 364
6. Notícias da fábrica de cerâmica ao amigo David Campista (28 de janeiro de 1901) 365

À frente do executivo municipal de Caeté

1 Concurso agrícola (8 de setembro de 1901) 367

João Pinheiro e o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais de 1903

1. Reúne-se a comissão organizadora sob a presidência de João Pinheiro (11 de janeiro de 1903) 368
2. A exposição da Comissão Fundamental e as teses para o Congresso (15 de janeiro de 1903) 370
3. Resumo das medidas propostas por João Pinheiro (19 de abril de 1903) 383
4. As conclusões da Comissão Fundamental para análise do Congresso (20 de abril de 1903) 386
5. João Pinheiro e a defesa da política protecionista em cartas a José Januário Carneiro (3 de maio de 1903) 395
6. Às vésperas da instalação do Congresso (12 de maio de 1903) 397
7. Uma carta a João Pinheiro sobre política econômica e financeira (16 de maio de 1903) 398
8. Discurso de João Pinheiro no encerramento do Congresso (20 de maio de 1903) 400
9. Relatório de João Pinheiro ao presidente Francisco Sales sobre os resultados do Congresso (24 de maio de 1903) 403

A morte de Cesário Alvim

1. As homenagens e depoimento de João Pinheiro (14 de janeiro de 1904) 405

Duas correspondências de João Pinheiro aos amigos

1. A Juscelino Barbosa (24 de dezembro de 1904) 414
2. A João Pandiá Calógeras (30 de dezembro de 1904) 415

O retorno político (1905-1908)

1. Manifesto ao eleitorado mineiro como candidato ao Senado Federal (19 de janeiro de 1905) 416
2. Carta a João Pandiá Calógeras (25 de fevereiro de 1905) 421
3. Segunda carta a João Pandiá Calógeras (5 de março de 1905) 423
4. Carta a um amigo sobre o retorno político (20 de março de 1905) 424
5. Candidatura ao governo de Minas (18 de setembro de 1905) 425
6. A indicação de João Pinheiro como estratégia para unificação do partido (26 de setembro de 1905) 426
7. A Convenção do Partido Republicano Mineiro (13 de novembro de 1905) 428
8. Traços biográficos de João Pinheiro e Afonso Pena (6 de dezembro de1905) 428
9. Manifesto-programa de João Pinheiro como candidato do Partido Republicano Mineiro à presidência de Minas (7 de fevereiro de 1906) 432
10. A plataforma política de João Pinheiros e sua repercussão na imprensa (20 de fevereiro de 1906) 450
11. Ao futuro governador (26 de agosto de 1906) 452
12. Discurso no Palácio da Liberdade (8 de setembro de 1906) 455
13. A ampla liberdade espiritual em respeito à Constituição Republicana (21 de setembro de 1906) 458
14. A recepção a Joaquim Nabuco em visita a Belo Horizonte (26 de setembro de 1906) 460
15. Uma ilustre comitiva em visita a Feira de Caeté (4 de outubro de 1906) 461
16. Descrição da Cerâmica Nacional por ocasião da visita a Feira de Caeté (10 de outubro de 1906) 465
17. O governo e ação política de João Pinheiro (10 de outubro de 1906) 466
18. João Pinheiro em entrevista ao jornal *O País*, do Rio de Janeiro (17 de setembro de 1906) 469
19. A segunda parte da entrevista concedida ao jornal *O País*, do Rio de Janeiro (19 de setembro de 1906) 479
20. Discurso em homenagem a Afonso Pena, presidente eleito da República (7 de novembro de 1906) 489
21. Discurso em homenagem ao governador da Bahia, José Marcelino, em visita a Minas (10 de janeiro de 1907) 490
22. Congresso das Municipalidades do Sul, Itajubá (4 de maior de 1907) 492
23. A Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização (9 de junho de 1907) 495
24. Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro (15 de junho de 1907) 498
25. Saudação ao arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta (6 de agosto de 1907) 539
26. Da propaganda republicana ao governo de Minas (12 de agosto de 1907) 541
27. Na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (15 de agosto de 1907) 542
28. Ao Congresso Mineiro no encerramento dos trabalhos legislativos e primeiro ano de governo (7 de setembro de 1907) 545
29. Congresso das Municipalidades do Norte, Diamantina (23 de setembro de 1907) 548
30. Congresso das Municipalidades da Mata, Leopoldina (12 de outubro de 1907) 550
31.João Pinheiro candidato à sucessão presidencial no Brasil: um desmentido categórico (9 de janeiro de 1908) 556
32. Ainda a polêmica sobre a sucessão à presidência da República (10 de janeiro de 1908) 558
33. Uma entrevista esclarecedora com o governador de Minas (22 de janeiro de 1908) 560
34. Aos criadores do Estado e representantes do Governo Federal por ocasião da Exposição Pecuária de Belo Horizonte (28 de fevereiro de 1908) 566
35. Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro (15 de junho de 1908) 569
36. O último discurso ao findar o segundo ano de governo (7 de setembro de 1908) 608

Homenagem póstuma a João Pinheiro

1. Dr. João Pinheiro, editorial d'*O País* (26 de outubro de 1908) 609

No centenário do nascimento de João Pinheiro

1. Discurso de Milton Campos, no Senado Federal (1960) 621
2. Discurso de Pedro Aleixo na Câmara dos Deputados (1960) 627

ÍNDICES

Índice de assuntos 632
Índice onomástico 638

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 645

INTRODUÇÃO

JOÃO PINHEIRO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Maria Marta Araújo

João Pinheiro da Silva, mineiro do Serro (1860-1908), a quem a Fundação João Pinheiro deve seu nome,[1] é um dos personagens mais relevantes da história política e republicana de Minas Gerais e do país. E, significativamente, um dos mais estudados pela historiografia mineira e nacional pelas características que o distinguem em relação à sua própria geração como, em perspectiva histórica, às lideranças políticas que se forjaram ao longo do tempo no país e no tocante aos limites impostos, também historicamente, à democracia, à República e ao republicanismo no Brasil pelo predomínio de culturas políticas de viés autoritário e excludente.

Por mais numerosos os artigos científicos e obras sobre João Pinheiro,[2] ainda há muito o que se pesquisar e dizer sobre sua vida e atuação política desde os anos de 1885, ainda como estudante de Direito em São Paulo – ou até mesmo antes, quando já professava o seu republicanismo no Seminário de Mariana e, depois, em Ouro Preto, nos dois anos que passou pela Escola de Minas – até 1908, quando falece prematuramente em meio ao mandato de governador do estado de Minas Gerais e no auge do seu prestígio político em Minas e no país, sendo inclusive cogitado para suceder Afonso Pena na presidência da República.

---

1 A Fundação João Pinheiro foi criada em 1969, sob os auspícios do então governador Israel Pinheiro, filho de João Pinheiro, e é hoje uma das instituições mais reconhecidas no país nas áreas da pesquisa aplicada, produção de estatísticas e ensino em Administração Pública.

2 Uma breve resenha de autores e obras sobre João Pinheiro constitui a segunda parte deste estudo introdutório.

Diferente de outras obras, constituídas apenas por textos de autoria de João Pinheiro,[3] a presente coletânea é o resultado de uma pesquisa histórica complementar em relação às fontes, sobretudo, na imprensa mineira e do Rio de Janeiro – sede da Monarquia e depois capital da República –, particularmente, nos acervos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público Mineiro.[4] Essa pesquisa, dada a grande relevância da imprensa como principal veículo das ideias e do fazer político à época, permitiu a identificação de novos textos assinados por João Pinheiro como, também, de outros escritos, aqui transcritos, que permitem uma melhor compreensão dos fatos e das conjunturas que marcaram a sua vida pública e a partir daí, numa perspectiva de mão-dupla, de seus posicionamentos e projetos políticos e, notadamente, de suas queixas e críticas no que dizia respeito aos problemas políticos e sociais brasileiros.

Esta coletânea inicia-se em 1888 com os documentos relativos à organização do Partido Republicano em Ouro Preto, na qual João Pinheiro atuou com destaque em função de sua experiência na imprensa e no movimento republicano em São Paulo, ainda como estudante da Faculdade de Direito, sendo responsável, inclusive, pela redação da lei orgânica do partido, aprovada no seu primeiro Congresso, realizado em dezembro de 1888, e pela direção e redação do jornal *O Movimento*, que começou a circular em 23 de janeiro de 1889 e se tornou o periódico de maior circulação em Minas, interrompendo as suas atividades em 1892, e do qual extraímos para esta publicação um conjunto expressivo de textos e editoriais.

Esta obra também é inovadora ao divulgar textos que permitem situar os esforços de João Pinheiro como industrial de sucesso, agricultor e chefe do Executivo municipal em Caeté. Época de seu "retraimento político",[5] que durou mais de dez anos, entre 1893 e 1905, com um decisivo intervalo em 1903.

Um dos pontos altos de sua carreira política é sem sombra de dúvida a liderança exercida na organização e condução do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial que se reuniu em Belo Horizonte em maio de 1903. Um dos marcos da história política de Minas Gerais, uma vez que conseguiu congregar os mais importantes especialistas da época, que se propuseram a levantar as teses e a escrever monografias em torno dos mais diversos temas e

3 Destacando-se a esse respeito: BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966. Coletânea que com algumas alterações foi publicada novamente em 1980: BARBOSA, Francisco de Assis. *Ideias políticas de João Pinheiro*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. Observando-se que o autor também publicou, em 1986, o artigo "João Pinheiro e sua Liderança em Minas" em *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 49-63, 1986.

4 Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ e Arquivo Público Mineiro: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acessos em: 10 set. 2022.

5 Expressão utilizada por ele em carta a Gama Cerqueira, transcrita nesta coletânea. SILVA, João Pinheiro. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1894, p. 2-3.

propor soluções para os problemas econômicos mineiros afim de subsidiar a realização do Congresso, mas também por reunir os representantes dos setores econômicos de Minas e de grande parte dos municípios do estado.[6] O reconhecimento obtido naquele momento acendeu a velha chama e foi determinante para o seu retorno à política estadual – com ainda maior autoridade e autonomia do que teve antes – em 1905 e que durou até 1908, período mais conhecido de sua vida política, mas para o qual conseguimos trazer mais informações e textos pouco conhecidos.

Esta obra, no entanto, e mesmo com todos os avanços em relação à trajetória de João Pinheiro e do próprio contexto, não tem a pretensão de ser exaustiva; ao contrário, ao ampliar as fontes de pesquisa, multiplica o universo das questões e problemas passíveis de novos estudos não só em relação ao seu personagem, mas no que diz respeito à complexa trama dos acontecimentos.

De outra parte, vem preencher uma importante lacuna em relação à linha de pesquisa *Memória Política de Minas Gerais* da Coleção Mineiriana, programa altamente reconhecido por sua excelência e relevância científica e que enobrece a Fundação de pesquisa e ensino que leva o seu nome.

Sem a ambição de se constituir em documento-monumento à memória de João Pinheiro, uma vez que a memória é um dos objetos da história e com a qual não se confunde, este livro é um convite para a produção de novas análises sobre o insigne político e a emergência do regime republicano no país, dada a centralidade de João Pinheiro para se pensar sobre os mais diversos aspectos que envolvem os primeiros anos da República e os seus revezes no campo democrático, no desenvolvimento socioeconômico e de outras pautas que lhe eram caras. Essa centralidade evidencia-se pelos índices de assuntos e onomástico acrescidos à obra e que oferecem ao pesquisador um importante instrumento de busca em relação aos mais diversos temas e atores políticos.

A linha de pesquisa e edição *Memória Política de Minas Gerais* da Coleção Mineiriana – na qual já foram editados, em 2015, três livros: Milton Campos, Raul Soares e Nelson de Sena – surgiu no bojo da renovação da história política que foi impulsionada pela historiografia francesa no final da década de 1980, sobretudo a partir da obra *Por uma história política* (1988), organizada por René Rémond.[7]

6 Ver a respeito o conjunto de documentos relativos ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 que reunimos para esta coletânea.

7 RÉMOND, René. (Org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988. Passados 10 anos, um conjunto de historiadores franceses buscaram apresentar os resultados práticos, do ponto de vista do desenvolvimento de novos métodos de pesquisa, das ideias defendidas nesta primeira obra: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Org.). *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

A defesa, por assim dizer, da história política veio em função dos questionamentos promovidos desde os *Annales*, revista surgida em 1929 na França, acerca da longa hegemonia da história política no âmbito dos estudos históricos e do surgimento da chamada *Nova História*, mais interessada na análise dos fenômenos sociais e econômicos; no estudo das estruturas e da longa duração e pela abordagem quantitativa. Situado na superfície do real e das ideologias, o político deu lugar às análises sobre os conflitos e contradições do mundo da produção e do trabalho, abordagem que ganhou maior fôlego a partir do fortalecimento da perspectiva marxista no campo histórico.

Todavia, foi por incorporar as críticas feitas à História tradicional desde os tempos dos *Annales*, que os historiadores franceses adotaram a denominação de *Nova História Política* e, fundamentalmente, para reforçar a necessidade de renovação dos métodos e das linhas de abordagem no campo, propondo, inclusive, a aproximação com outras disciplinas como a Ciência Política, com as Ciências da Linguagem e com a História cultural. Sem descartar o valor das contribuições de teóricos e pensadores do político em todos os tempos.[8]

Como bem coloca Pierre Rosanvallon, "o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez".[9] Uma matriz na qual a linguagem e as palavras têm papel preponderante, pois o que está essencialmente em jogo na luta política é o poder de nomear, de conservar ou transformar as classificações utilizadas para descrever os indivíduos, os grupos, as instituições e a própria realidade social; o poder simbólico em suma. E que na definição de Bourdieu é um "poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo" assim como a "imposição do princípio de visão e de divisão legítimo".[10]

Apesar disso, é a política o único caminho capaz de garantir a pluralidade, a diversidade de opiniões e a não aceitação da diversidade e eliminação do diferente é o que leva, como diz Hannah Arendt, à eliminação da política. E o maior perigo "é a coisa política desaparecer do mundo".[11]

As ideias apresentadas são essenciais para que se possa compreender, em moldes renovados,

---

8 Um conceito importante nesse processo de renovação tem sido o de cultura política e a esse respeito ver: BERSTEIN, Serge. La culture politique; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

9 ROSANVALLON, Pierre. Pour une histoire conceptuelle du politique. *Revue de Syntèse*, IV, nº 1-2, p. 93-104, jan-juin 1986.

10 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 39.

11 ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 25.

a trajetória de João Pinheiro, cuja primeira profissão foi a de professor até formar-se em Direito, destacando-se como jornalista, político, administrador público e empresário de sucesso, num momento em que investir na indústria nacional – e não por acaso a sua fábrica recebeu o nome de "Cerâmica Nacional" – era um empreendimento patriótico.

O protecionismo, que junto com a defesa da liberdade e da conciliação como instrumento principal da ação política, era sua grande bandeira, também é algo que precisa ser melhor investigado, dada a sua visão ampla do que eram as atribuições do Estado – de um Estado efetivamente republicano – voltado para o bem comum, mas ciente do seu papel em relação aos desafios do desenvolvimento social e econômico a serem superados não apenas pela via do protecionismo econômico, mas, sobretudo, pela educação da população e criação de oportunidades de trabalho e sobrevivência aos mais pobres.

Esses e outros aspectos que o distinguem da maioria dos políticos de sua geração, mesmo com os limites e incongruências a que estão sujeitos todos os atores sociais – limites, inclusive, impostos pelo próprio tempo e que impedem o anacronismo de se propor questões que não estavam postas, nem para ele e nem para os seus contemporâneos – fazem de João Pinheiro um objeto e tanto para os historiadores e, principalmente, para a construção de uma visão crítica em relação às culturas políticas que moldaram a República brasileira.

O renascimento do conceito de cultura política no âmbito dos estudos históricos deve-se em grande medida à constatação, segundo Luiz Werneck Vianna e Maria Alice de Carvalho, de que o Estado democrático de direito, forma em que se apresenta o sistema republicano nas sociedades contemporâneas, depende de uma cultura política em que a participação do cidadão tem seu fundamento na liberdade.[12] E a liberdade é talvez a palavra mais querida e recorrentemente utilizada por João Pinheiro, tendo em vista a sua formação e filiação declarada a uma determinada tradição política, cujo republicanismo tinha por fonte a rebeldia dos inconfidentes mineiros.

Ele nasceu no Serro, terra natal de Teófilo Otoni,[13] e recebeu ali, do seu tio materno, o alferes Luiz Antônio Pinto,[14] suas primeiras lições republicanas; um dos trechos do seu manifesto-programa como candidato ao governo de Minas, em 1906, reforça o nível social e a capaci-

---

12 VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e Civilização Brasileira. BIGNOTTO, Newton (Org.) *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 136

13 Teófilo Benedito Otoni (1807-1869) nasceu no Serro, MG, foi jornalista, político e empresário, destacando-se, na política do Império, por seu radicalismo frente aos conservadores e liberais moderados da província.

14 Luiz Antônio Pinto nasceu em 1841, em Caeté, mas passou a maior parte da sua vida no Serro, não se casou e, além de professor, foi genealogista e pesquisador da história do Serro, Diamantina e região, colaborando com a doação de vários documentos históricos para o acervo do Arquivo Público Mineiro. Faleceu em 1924, aos 83 anos de idade.

dade empreendedora dos primeiros habitantes assim como a resistência à opressão como elementos identitários do povo mineiro.

> A nossa capitania não foi donatária de nenhum nobre português; devassou-a o bandeirante; descobriram-lhe as minas os garimpeiros; o ouro de suas montanhas e as pedras preciosas de seus rios acharam-nas forasteiros; nula foi a ação do governo; porém, extraordinária a energia intensa dos descobridores e a sua resistência às opressões.[15]

João Pinheiro tinha um grande apreço pela História, o que fica evidenciado em seus textos. Ele buscava no conhecimento histórico de outros países a certeza de que era possível fazer algo diferente no sentido de transformar a realidade mineira e nacional, não copiando modelos, mas experimentando, indo além do rotineiro. O importante era agir em função da premência do país, onde tudo estava por se fazer.

A sua trajetória contribui para que se reforce a ideia de que não é possível falar sobre política prescindindo dos agentes humanos e de percebê-la no âmbito da vida concreta, em que são feitas as escolhas e a tomada de decisões, o que nos leva do campo das ideias para o da ação política. E, desse modo, entender o pragmatismo de João Pinheiro como uma estratégia relevante para o momento histórico e para o Brasil recém-saído da escravidão e ainda longe da almejada modernização.

Modernização, aqui entendida como o conjunto de mudanças sociais e políticas que acompanharam o processo de industrialização e da qual faz parte a expansão da autoridade pública e da cidadania, pois, conforme Bendix, o advento da cidadania na Europa se deu com a ruptura do tradicional sistema paternalista pelas revoluções: Francesa, de caráter político; e Industrial, no campo econômico.[16] Transformações que se espalharam gradualmente para outros países, inclusive no âmbito cultural e tecnológico, mesmo entre aqueles que não viveram revoluções com tal impacto.

A escravidão é um dos elementos que singularizam o processo de modernização brasileiro e sobretudo em Minas Gerais, que possuía o maior contingente de escravizados do Império à época da abolição. Uma variável importante e que ajuda a explicar a grande adesão dos ex-proprietários de escravos e, sobretudo, dos cafeicultores ao movimento republicano na

15 Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 7 de fevereiro de 1906. SILVA, João Pinheiro da. Ao povo mineiro. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 1906, p. 1.

16 BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 39.

província. Em que pese algumas iniciativas anteriores, a organização do Partido Republicano em Minas data de 4 de junho de 1888, logo após a lei de 13 de maio, e a questão da indenização dos antigos proprietários chegou a ser cogitada como uma das reivindicações do movimento no Primeiro Congresso Republicano da província, realizado a 15 de novembro de 1888, sendo descartada pela maioria dos participantes, entre eles, antigos abolicionistas como João Pinheiro.[17]

A abolição constitui-se assim em importante divisor de águas que altera substancialmente as peças no tabuleiro político e seria um equívoco supor, como bem diz Renato Lessa, que o golpe de 15 de novembro de 1889 tenha sido a materialização, conforme acreditou o próprio João Pinheiro – nos primeiros anos do regime – de um "projeto", amadurecido por duas décadas de ação republicana.[18]

Diante da erosão endógena da Monarquia, o que se formou, segundo o autor, foi uma típica coalizão de veto, capaz de incluir, entre outras coisas, certos anseios federalistas, o ressentimento militar, a dissidência positivista e a falta de entusiasmo de muitos com o regime. Mesmo que se objete que a formação de uma coalizão de veto e o desencadeamento de um golpe militar não tenham sido capazes de articular um projeto republicano anterior, Lessa é agudo ao nomear os desdobramentos imediatos do 15 de novembro. Em suas palavras:

> Seguem-se os paradoxos: uma aventura política, protagonizada pela ousadia e pela superficialidade analítica, altera de modo drástico o leque de alternativas dispostas ao futuro; uma coalizão de veto cuja eficácia destrutiva não lhe garante recursos suficientes para, de sua vitória, derivar a direção a ser seguida; uma cristalização de atores, enfim, que não estava à altura dos efeitos que engendrou.[19]

O resultado de tudo isso em âmbito nacional, ainda segundo Lessa, foi a completa desrotinização da vida política e institucional brasileira, pelo menos até 1898, quando é eleito Campos Sales, iniciando-se o pacto oligárquico que deu ao país sua nova feição institucional.

Os descontentes com todo esse processo foram muitos e de variados matizes, do que não

17 Ver a respeito notícia publicada na imprensa, aqui transcrita: Congresso provincial. *O Farol*. Juiz de Fora, 22 de novembro de 1888, p. 2.

18 LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

19 LESSA, Renato. A invenção republicana no Brasil: da aventura à rotina. *In:* CARVALHO, Maria Alice Rezende *et al. República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 17.

deixam dúvidas os exílios, deportações, deposições e degolas, historicamente documentados e denunciados pelos contemporâneos.

A República em Minas seguiu, entretanto, outro roteiro, baseado na conciliação de interesses, na articulação política entre figuras do novo e do antigo regime, como é o caso de Cesário Alvim, governador nomeado para Minas pelo Governo Provisório, e Afonso Pena, aliados políticos de João Pinheiro. Isso apesar das críticas dos republicanos históricos e da chamada "dissidência mineira" documentadas nos textos que integram a presente coletânea.

A despeito das críticas e das decepções, como foi o caso de João Pinheiro, que preferiu se retirar da política, a República foi se firmando no país a partir da minimização de seus rituais específicos, tais como eleições, vida partidária e dinâmica parlamentar e, ao contrário dos que esperavam uma República democrática, o que se promoveu foi uma completa desnacionalização da competição política.

> O demos nacional, entendido como a parcela da população com direitos políticos básicos, era extremamente diminuto em função das restrições legais ao alistamento eleitoral, da não obrigatoriedade do voto e, para dizer de modo educado, dos desincentivos à participação política autônoma.[20]

A denominação *República oligárquica* é bastante adequada para o regime que se implantou no país por conter uma "avaliação implícita da derrota do ideário republicano", como bem aponta Lincoln de Abreu Penna. Paradoxalmente, "o regime que havia inspirado tantas esperanças para alguns de seus proclamadores anônimos iniciaria a partir da pacificação promovida por Prudente de Morais um longo retrocesso, muito de legalidade conservadora."[21] Ao final, o singular dessa invenção institucional foi que a referência negativa para a nova ordem não foi a Monarquia, mas a infância do próprio regime republicano.[22]

Essa perspectiva crítica em relação à República em seus primeiros anos traz novos aportes para se pensar sobre a trajetória de João Pinheiro, assinalando suas divergências e consonâncias com esse processo. Não se deve esquecer que sua atuação política se dá no nível estadual, mesmo quando participa da Constituinte brasileira, fazendo sobressair as especificidades de Minas e que ele, em determinado momento, se afastou completamente da política estadual para investir em sua fábrica de cerâmica e tornar-se agricultor em Caeté, voltando à política apenas e em posição modesta como agente do Executivo local em 1899.

---

20 *Idem*, p. 54.

21 PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 88.

22 LESSA, *op. cit.*, 2001, p. 53.

Sem condições de ir muito adiante em relação ao contexto histórico neste estudo introdutório, o importante a assinalar é que há muito o que se estudar sobre esse período decisivo da nossa história política e que a contribuição maior dessa obra está na possibilidade de ressignificação das fontes, das matrizes de pensamento e das práticas políticas que serviram para amalgamar a República brasileira. Considerando, inclusive, que a política ainda se mostra incapaz de promover a sonhada modernização do país e a incorporação dos mais pobres nesse processo, o que seria, por assim dizer, o mínimo almejado por João Pinheiro.

Após um período marcado pelo viés estruturalista, como já foi dito, a história voltou a resgatar o indivíduo e seu papel na construção do mundo social e político, tornando relevantes ideias e projetos, mesmo aqueles que não se concretizaram, mas que foram capazes de identificar e propor caminhos que podem servir de inspiração aos homens do presente.

> Daí o meu retraimento político.
>
> A luta que iniciei sem esperanças de triunfo, que mantive digna nos tempos da propaganda, sem azedumes de ódios, que me esforcei por tornar generosa no dia da vitória, sem a divisão entre vencedores e vencidos, superior às seduções da popularidade e independente dos atrativos do poder que deixei, penso, dignamente, o grande desejo da obscuridade, que o digo, não por simples figura de retórica, mas para significar o propósito irrevogável, agora, de retirar o meu nome de candidaturas; que tudo isso possa abonar a sinceridade das minhas opiniões.
>
> É o sentir, meu amigo, de um republicano histórico, como os que mais o forem nesta terra, mas que deseja e há de trabalhar sempre pela República justa, imparcial, conciliadora e elevada.[23]

O leitor desta obra irá encontrar vários textos que trazem informações biográficas sobre João Pinheiro, escritos pelos amigos e contemporâneos entre 1889 e 1908. E as notas biográficas e cronológicas que constituem o próximo capítulo fornecem um panorama bastante amplo de sua vida e atuação política.

De todo modo, vale a pena fazer um breve retrospecto.

---

23 Trecho de carta de 6 de janeiro de 1904 publicada n'*O País*. SILVA, João Pinheiro da. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1894, p. 2-3. (Texto publicado nesta coletânea.)

Filho de Giuseppe Pignataro, imigrante italiano que adotou no Brasil o nome de José Pinheiro da Silva, e de Carolina Augusta de Morais, natural de Caeté e filha de Antônio Pedro Pinto e Joaquina Rosa de Morais, João Pinheiro nasceu no Serro em 16 de dezembro de 1860, onde viveu até os dez anos, indo morar, após a morte do pai, com a mãe e o irmão, José Pinheiro da Silva, em Caeté, onde estudou com o vigário da cidade, Delfino da Fonseca.

No Serro, a família de João Pinheiro contava com a ajuda do tio Luiz Antônio Pinto, homem respeitado e bem relacionado na cidade. O pai, caldeireiro de profissão, tinha uma situação financeira estável até o fatídico ano de 1862, quando foi detido, acusado como cúmplice de um grupo de italianos no roubo de moedas de ouro e prata e assassinato de um escravo do fazendeiro Venâncio Lucas da Costa, morador do Serro. No mês de abril daquele mesmo ano, os acusados foram julgados; três foram condenados à morte, um à prisão perpétua por ser menor de 21 anos, e o pai de João Pinheiro foi absolvido, após ser defendido pelo advogado João Pinto Moreira, que veio de Ouro Preto para esse fim. Os jornais da época noticiaram os acontecimentos, que não pararam por aí, com a fuga dos condenados, ajudados por um padre italiano, e com a morte de escoltas. [24]

Desde então, a vida do pai de João Pinheiro não foi mais a mesma. Com a reputação arruinada e cheio de dívidas, foi obrigado a sair do Serro, partindo com a família para Nossa Senhora do Porto, [25] onde morava a irmã de dona Carolina, e viajando sempre em busca de trabalho e maneiras de prover o sustento de sua esposa e filhos. Entre as correspondências que compõem o arquivo privado de João Pinheiro, há uma originária de Nossa Senhora do Porto, datada de 10 de janeiro de 1868, escrita por João Pinheiro, então com sete anos, para o tio Luiz Antônio Pinto, solicitando a sua visita "a fim de dar a mim e a todos os nossos muito prazer."[26]

Sozinha com os filhos e por vezes sem notícias do marido, a vida de Carolina não foi das melhores, tornando-se ainda pior com a morte de seu pai em 1869. Na esperança de conseguir melhorar sua situação, José Pinheiro resolveu então deixar a província e viajar para o Rio de Janeiro. Entretanto, contraiu a febre amarela ainda na viagem e veio a falecer em Ouro Preto, em 1870, com 40 anos de idade.

---

24 É possível encontrar no arquivo privado de João Pinheiro, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, um dossiê sobre o processo, incluindo vários recortes de jornais que noticiaram o caso. Dossiê relativo ao processo criminal envolvendo o italiano José Pinheiro da Silva em 1862. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP. Série I-documentos pessoais, cx. 1, doc. 1.

25 Nessa época, o distrito de Nossa Senhora do Porto de Guanhães pertencia ao município de Conceição do Serro; em 1923 passa a integrar o município de Guanhães com a denominação de Porto de Guanhães e é elevado à categoria de município com a denominação de Senhora do Porto em 1953.

26 SILVA, João Pinheiro da. Nossa Senhora do Porto-MG. Correspondência para PINTO, Luiz Antônio. Serro-MG, 10 de janeiro de 1868. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP, Série II-correspondência, cx. 2, doc. 13.

É por meio das cartas que a mãe, agora viúva, escreveu a seus irmãos pedindo ajuda financeira – até que seu filho mais velho pudesse ampará-la e ao irmão mais novo – que somos informados sobre os progressos de João Pinheiro nos estudos, inclusive de latim e música, e que também já trabalhava, aos onze anos, ajudando Carolina e tendo condições, inclusive, de comprar o seu próprio calçado.[27]

Apesar das dificuldades financeiras e sem condição de custear os estudos dos filhos, Carolina conseguiu enviar o mais velho, José Pinheiro, para o Seminário de Mariana e, depois, João Pinheiro, contando para isso com a ajuda do filho mais velho, que se ordenou padre em 1878.

João Pinheiro teve a oportunidade de agradecer mais tarde, numa saudação ao arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta pelos ensinamentos adquiridos no Seminário.[28] Sem vocação para o sacerdócio, João Pinheiro decidiu seguir, num primeiro momento, a carreira de engenheiro, ingressando na Escola de Minas de Ouro Preto em 1881 e dando aulas para se manter na cidade. Após a conclusão do segundo ano, resolveu abraçar outra profissão, no seu entendimento mais promissora, transferindo-se para a Faculdade de Direito de São Paulo.

Contando inicialmente com a ajuda do irmão, João Pinheiro conseguia se manter com dificuldades em São Paulo, conforme descreve ao tio Luiz Antônio em correspondência de 8 de junho de 1884, pedindo-lhe um empréstimo e uma carta de recomendação.[29] Logo depois, arrumou um emprego como preparador no gabinete de Física e Química da Escola Normal de São Paulo, sendo promovido a professor em 1885.

Em São Paulo inicia sua militância no movimento abolicionista e republicano, escrevendo artigos em jornais, participando de reuniões políticas e da criação do Clube Republicano Mineiro. Observa-se que em 1886, quando se alistou como eleitor, fez questão de destacar em inscrição: "Diploma de eleitor republicano". Apaixona-se, nessa época, por uma estudante da Escola Normal, filha de um rico fazendeiro paulista, João Batista de Barros Leite, que se antepôs à união dos jovens.

Em 1887 conseguiu, finalmente, a carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e, desiludido em relação aos seus planos de casamento, mudou-se para Ouro Preto, estabelecendo

---

27 Essas correspondências fazem parte do Fundo Alferes Luiz Antônio Pinto que também se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

28 Discurso proferido por João Pinheiro no Seminário de Mariana por ocasião da sagração de Dom Silvério Gomes Pimenta e que integra esta coletânea.

29 SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP. Correspondência para PINTO, Luiz Antônio. Serro-MG, 8 de junho de 1884. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP, Série II-correspondência, cx. 2, doc. 23.

ali um escritório de advocacia em janeiro de 1888. Em junho do mesmo ano, já o vemos secretariando a reunião de criação do Partido Republicano na capital Ouro Preto e no mês seguinte como um dos membros da delegação mineira enviada ao Congresso Republicano realizado no Rio de Janeiro.

Daí em diante e estabelecendo ampla correspondência política, João Pinheiro é responsável pela articulação dos diversos clubes republicanos espalhados pela província,[30] tornando-se um dos principais líderes da propaganda republicana em Minas, sobretudo na imprensa, por meio do jornal *O Movimento*, que fundou em janeiro de 1889, como órgão do partido em Minas e que se tornou o jornal de maior circulação no estado.

Por indicação do Partido Republicano, João Pinheiro candidata-se a deputado pelas eleições gerais de agosto de 1889, escrevendo o seu primeiro manifesto aos eleitores mineiros,[31] mas cujo resultado, contrariamente à expectativa dos republicanos, garantiu a maioria do governo monárquico na Câmara dos Deputados. Com a Proclamação da República em 15 de novembro daquele mesmo ano, João Pinheiro torna-se, consequentemente, um dos homens fortes do novo regime em Minas e é nomeado, a 21 de janeiro de 1890, pelo Governo Provisório da República, para o cargo de secretário do estado de Minas e, logo depois, como 1º vice-governador na gestão de Cesário Alvim. Ainda em janeiro, no dia 25, João Pinheiro casa-se com sua amada Helena de Barros e é inegável que a projeção política alcançada por ele no seio do movimento republicando e a mudança do regime foram decisivos para que o pai da moça reconsiderasse a sua decisão.

Pouco tempo depois, em 11 de fevereiro de 1890, João Pinheiro substitui Cesário Alvim, nomeado como ministro do Interior, na direção do governo mineiro, ficando no cargo por apenas alguns meses, até 20 de julho de 1890, solicitando a sua exoneração devido à crise suscitada pela nomeação de um forte adversário político ao cargo de diretor da Escola de Minas, Leônidas Botelho Damásio, antigo companheiro quando da criação do Partido Republicano em Minas. Apesar desta curta passagem pelo governo, a gestão de João Pinheiro se destaca por várias iniciativas, como comprovam a documentação inserida nesta coletânea.

Eleito deputado nas eleições de 15 de setembro de 1890 para a Assembleia Constituinte, compôs a comissão que redigiu a Carta Magna da República, promulgada em 1891.

---

30 Em 1889 o movimento republicano em Minas era forte e relativamente coeso, segundo Cláudia Viscardi, com a publicação de 24 jornais e a existência de 51 clubes republicanos e de 60 partidos políticos, sediados nos 113 municípios existentes. VISCARDI, Cláudia. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*, [*s.l*], v. 32, n. 18, p. 137-161, 2011. p. 152. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v18n32/v18n32a07.pdf. Acesso em 10 out. 2022.

31 SILVA, João Pinheiro. 2º Distrito. *O Movimento*. Ouro Preto, 28 de julho de 1889, p. 1-2. (Texto publicado nesta coletânea.)

Entre 1889 e 1891, João Pinheiro participa ativamente da estruturação do novo regime em Minas, atuando como político e redator d'*O Movimento* e sendo um dos artífices da política de conciliação ao lado, principalmente, de Cesário Alvim e defendendo os temas que lhe eram mais caros: a liberdade de opinião, o respeito às urnas e a separação entre o Estado e a Igreja.

Foi favorável à mudança da capital, cuja proposta gerou imensa polêmica no estado e, até mesmo, acusações contra ele em meados de 1892, tendo, inclusive, que se defender pela imprensa das "calúnias" imputadas pela folha oposicionista, *O Jornal de Minas*.[32] Ofensiva que não parou por aí, como atesta uma de suas cartas ao tio Luiz Antônio Pinto, descrevendo as amarguras com a ingratidão dos que procuravam atacá-lo, levantando, até mesmo, a questão do processo que envolveu o seu pai e solicitando ao tio a requisição de certidões tanto da sentença que o absolveu como dos depoimentos das testemunhas do processo.[33]

Alvo de intrigas e avesso aos embates que distorciam os princípios republicanos, contaminando o regime que ajudou a implantar, afastou-se da política estadual naquele mesmo ano de 1893, fixando residência em Caeté, onde dá início à sua fábrica de louças e cerâmicas.

Para a realização das pesquisas de materiais – sobretudo as experiências para criação de um novo verniz – e testes de resistência de suas peças, contou com a cooperação de professores da Escola de Minas. Em dois anos, a fábrica, denominada Cerâmica Nacional, entrou em produção, especializando-se em louças finas e porcelanas e, depois, em maior escala, na fabricação de material sanitário. Em 1896, a fábrica já era um dos destaques da indústria mineira e os esforços de João Pinheiro altamente reconhecidos como se observa a seguir:

> Desajudado de meios materiais suficientes (havendo esgotado na sua indústria o modesto pecúlio que possuía), desprovido dos variados recursos que sobram aos países adiantados, ridicularizado e chacoteado, no princípio dos seus esforços, sobrecarregado de uma numerosa família, que dignamente constituíra; em meio do desânimo geral que lavrava pelo país inteiro, tem-se mantido, durante três anos consecutivos, inteiramente absorvido o dr. João Pinheiro no estudo e solução do árduo problema, que se propusera [...].
>
> Os objetos ultimamente expostos pela fábrica, como bilhas, vasos, cestas, copos de diversos aspectos e formatos, alguns dos quais envernizados, são, evidentemente,

---

32 Foram inseridos nesta coletânea os artigos que saíram publicados n'*O Jornal de Minas* e as respostas dadas por João Pinheiro n'*O Movimento*.

33 SILVA, João Pinheiro da, Caeté-MG. Correspondência para PINTO, Luiz Antônio, Serro-MG, 8 de fevereiro de 1893. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP, Série II-correspondência, cx. 9, doc. 1199.

iguais ou superiores aos que, do mesmo gênero, nos vêm do estrangeiro. Nenhum outro produto semelhante lhes leva vantagem em timbre, finura e resistência.

Presentemente esta fábrica em condições de fornecer 400 tubos de grés cerâmico diariamente, sendo eles mais aperfeiçoados do que os de procedência inglesa, que vêm ao Brasil.[34]

João Pinheiro também passou a se dedicar à agricultura por meio da utilização de métodos e equipamentos mais modernos, difundindo-os entre os lavradores e criadores locais. A vontade de contribuir para o desenvolvimento econômico de Caeté o leva, inclusive, a voltar para a política, mas em arena modesta, como presidente da câmara e chefe do executivo municipal. De forma pioneira, organizou na cidade uma feira agropecuária com a distribuição de prêmios, abrindo mão da remuneração do cargo para este fim. O evento realizado em setembro de 1901 teve destaque na imprensa, conforme se observa pelo trecho abaixo, que faz menção ao seu afastamento político e à sua bem-sucedida indústria:

Realiza-se hoje em Caeté o concurso promovido pela câmara municipal entre agricultores e criadores.

O dr. João Pinheiro da Silva, que a política mineira repudiou como um nulo ou um nefasto, está prestando altíssimo serviço a Minas. Fundou no país a indústria cerâmica já tendo, perfeitamente instaladas, as seções de material sanitário que ele fornece para o Rio, S. Paulo, Pará, Rio Grande etc. Está em progressivo aumento a exportação de louça e, dentro em breve, estará montado o *ateliê* artístico. Já é de 400 o número de operários que, na velha cidade mineira, enxameiam na bela colmeia industrial.

E o dr. Pinheiro ainda tem tempo para ser político e republicano: político, que não *come,* e republicano que não falsifica eleições. É chefe executivo municipal, e, em lugar de aderir ao *benemérito*, desiste de todos os seus vencimentos para com eles e com uma verba, que fez a câmara votar, criar prêmios para o concurso dos lavradores e criadores.

Graças a ele, o arado já é usual em Caeté; a cultura intensiva vai sendo adotada; os criadores, estimulados pelos prêmios pecuniários e emulação das feiras, melhoram os produtos, importam e aclimatam novas raças.[35]

---

34 Cerâmica Nacional – produtos da fábrica cerâmica do dr. João Pinheiro, em Caeté. *Revista Industrial de Minas Gerais*, Ouro Preto, n. 18 e n. 19, 1896, p. 156. (Texto publicado nesta coletânea.)

35 Coisas da época. *O Farol.* Juiz de Fora, 8 de setembro de 1901, p. 1. (Texto publicado nesta coletânea.)

Aspectos pouco estudados de sua trajetória pessoal, as longas citações feitas acima evidenciam o reconhecimento que João Pinheiro conseguiu angariar por seus próprios méritos. E que, não por acaso, levou o governador Francisco Sales a convidá-lo para organizar em 1903, em Belo Horizonte, um congresso que reunisse as "classes produtoras" do estado. Evento que, sob a direção de João Pinheiro, tomou enorme proporção e ficou conhecido como o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903.

De forma inédita, conseguiu-se mobilizar em torno do congresso as competências técnicas do estado e ampliar o debate em relação à solução dos problemas econômicos mineiros, congregando na nova capital, em maio de 1903, empresários, agricultores e representantes da maioria dos municípios de Minas e lançando as bases de um novo projeto de desenvolvimento socioeconômico e político para o estado. Em que pese a iniciativa ter partido do então governador Francisco Sales, a presença e atuação de João Pinheiro na presidência da Comissão Fundamental – que sistematizou as teses e as conclusões a serem discutidas no evento – e na sua condução, como presidente aclamado pelos participantes, foi o grande fator do seu sucesso.[36]

Amplamente respeitado e simbolizando as mudanças que se faziam necessárias na política republicana, João Pinheiro finalmente aceita o convite da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) para se candidatar ao Senado Federal em janeiro de 1905, na vaga aberta pelo falecimento de Carlos Vaz de Melo. Em manifesto endereçado ao eleitorado mineiro, de 19 de janeiro de 1905, João Pinheiro esclarece a motivação do seu retorno e reforça a necessidade de reconstrução da política republicana a favor da grandeza material do país:

Bem longe estava de minhas previsões, mesmo de esperanças ou desejos, esta honra, insigne sem dúvida, mas que comumente se atribui aos que à política constituem hábito ou predominante preocupação da existência.

Retirado, há dez anos, desse cenário brilhante e difícil no modesto recanto mineiro, onde vim estabelecer a minha tenda de trabalho, supunha encerrado para mim o período da vida pública, além das fronteiras do pobre município.

Dela me afastara sem ressentimentos ou descrenças no futuro da República ou da minha Pátria e sem a banalidade das alegações de que não fora esta a República de meus sonhos.

---

36 Os textos selecionados para esta coletânea relacionam-se mais diretamente à atuação de João Pinheiro no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, desde a primeira reunião da comissão organizadora até o seu relatório final encaminhado ao governador Francisco Sales.

> As lutas pessoais, a política constituída em profissão, os agrupamentos feitos em torno de nomes sem programas de ideias, com o único objetivo da conquista das posições, eram males que somente o tempo e as desilusões poderiam remover e que me alhearam de tais pleitos.
>
> Inútil seria insistir nessa quadra, em uma obra de reconstrução, que só poderia resultar das ruínas que ocasionasse e do convencimento de que a felicidade da Pátria depende principalmente de fundar-lhe a grandeza material em que assente a sua superioridade moral.[37]

Eleito senador, João Pinheiro é escolhido pelo PRM, em 15 de novembro de 1905, como candidato ao governo de Minas para o quatriênio de 1906-1910, cargo que aceita em virtude da possibilidade de levar adiante o grande projeto que se desenhou para Minas Gerais no âmbito do Congresso de 1903.

A ascensão política de João Pinheiro e sua indicação para o governo são mencionadas logo em seguida por Mendes Pimentel numa dedicatória, datada de 15 de novembro de 1905, em fotografia que enviou ao amigo:

> Hesitei um momento em te dar agora esta prova de afeto. Mas logo percebi que ia nisso uma injúria a nós ambos: tua ascensão política não modifica as nossas relações de amizade – e futuro presidente não precisa de mim, nem eu das graças presidenciais. Distribuindo meu retrato pelos poucos amigos que tenho, só por covardia ou por doentia independência poderia excluir-te.[38]

Mantendo a tradição de expor suas ideias e propostas aos eleitores mineiros, desde a primeira candidatura a deputado em 1889, antes mesmo da Proclamação da República, João Pinheiro apresenta o seu programa de governo ao povo mineiro em 7 de fevereiro de 1906.[39]

Infelizmente, uma nota triste surge nesse momento com a morte de sua mãe, em 16 de março de 1906, sendo confortado novamente pelo tio Luiz Antônio Pinto, que expressa o orgulho de toda a família pelos feitos do sobrinho, mas também a apreensão por seu futuro político:

---

37 SILVA, João Pinheiro da. Ao eleitorado mineiro [19 de janeiro de 1905]. BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro.* Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 133-138. (Texto publicado nesta coletânea.)

38 A cópia datilografada desta dedicatória integra o Fundo João Pinheiro da Silva, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP, Série IV-Diversos, cx. 30, doc. 3738.

39 SILVA, João Pinheiro da. Ao povo mineiro. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 1906, p. 1. (Texto publicado nesta coletânea.)

> Vão elevar-te ao Capitólio, julgando que ignoras estar perto a Rocha Tarpeia;[40] eu, porém, sei e tu melhor do que eu, que vais ao Gólgota cumprir deveres impostos pelo patriotismo e ali seres cravado em ignominioso madeiro feito de injustiças, ingratidões e interesses contrariados. Cumpre-os, meu caro sobrinho, mas nada esperes dos homens, esperando tudo da paz da tua consciência, do julgamento da história e das promessas do Céu.[41]

Todavia, João Pinheiro já não tinha tanto o que recear, dada sua autonomia, prestígio e liderança política, capaz de unir com a sua candidatura ao governo do estado o PRM, partido reorganizado em 1898, mas que estava prestes a uma cisão em 1906.

Em que pese o jogo político que se estabelece a partir da atuação da comissão executiva do PRM e da centralização política em Minas no decorrer da Primeira República, João Pinheiro, desde a sua posse em 7 de setembro de 1906, esteve mais preocupado em colocar em prática o seu amplo projeto de modernização, com iniciativas nos mais variados campos, deixando para os homens do partido o trato da política no seu cotidiano. Disso são provas as duas mensagens enviadas ao Congresso Mineiro, em 1907 e 1908, que integram a coletânea de textos desta publicação.

Atuando em várias frentes, com destaque não apenas para a área econômica, João Pinheiro realizou a primeira grande reforma da educação em Minas, devendo ser destacada a sua preocupação com o ensino profissional.[42] E os seus projetos de desenvolvimento econômico e de reforma do ensino primário e profissional tinham rebatimento e serviam de bússola para a política municipal, como atestam os congressos das municipalidades das regiões do Sul, do Norte e da Mata, realizados sob a sua presidência no decorrer de 1907.

O reconhecimento no meio intelectual também é digno de nota. Em 1907, foi aclamado por uma comissão formada por expoentes como Augusto de Lima, Nelson de Senna, José Pedro Drummond, Prado Lopes, Olinto Meireles e Rodolfo Jacob, como primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.[43]

---

40 Local de execuções na Roma Antiga.

41 PINTO, Luiz Antônio, Serro-MG. Correspondência para SILVA, João Pinheiro, 17 de março de 1906. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP, Série II-Correspondência, cx. 13, doc. 1866.

42 JOÃO PINHEIRO e o ensino profissional em Minas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social/ Biblioteca Pública de Minas Gerais Prof. Luís de Bessa, Publicações da Coleção Mineiriana, n. 1, 1970.

43 Ver a respeito o discurso pronunciado por ele na sessão inaugural do IHGMG que integra a presente coletânea.

Com Afonso Pena na presidência da República, João Pinheiro consegue amplo apoio do governo federal para suas iniciativas, reforçando a ligação que tinham desde a implantação do regime republicano no estado. E apesar das negativas de João Pinheiro, os boatos de que seria candidato à sucessão presidencial começaram a surgir logo no início de 1908. Aclamado por suas ideias e feitos administrativos, assim como pelo seu perfil democrático, João Pinheiro passou a canalizar as esperanças em torno de uma possível regeneração da República, projeto que se tornou inviável pela morte prematura de João Pinheiro, em 25 de outubro de 1908, em meio ao mandato e das promessas do que ainda poderia fazer em mais dois anos no governo de Minas.

A repercussão da sua morte em praticamente toda a imprensa de Minas Gerais e brasileira dá a exata dimensão de sua importância no cenário nacional, com o reconhecimento de seu caráter único no cenário político, tanto por sua origem pobre como por sua trajetória inigualável na vida e na política.

O orgulho com que João Pinheiro demarcava a sua origem, dizendo que provinha das "camadas profundas do povo", o coloca, realmente, numa posição distinta em relação aos demais políticos de seu tempo. E não só por ter sido pobre, mas por fazer das experiências vividas a mola propulsora de sua ação política, voltada para a mudança, principalmente, da realidade social e econômica de Minas e do país.

Professor, jornalista e advogado, João Pinheiro é também um dos pioneiros da industrialização brasileira com a sua indústria de cerâmicas que já nasceu grande, com a denominação de Nacional, pois tinha a clara intenção de fabricar produtos que substituíssem, com inquestionável qualidade, os importados, o que conseguiu afinal.

Apesar de não ter obtido os favores do Estado nos seus empreendimentos, João Pinheiro como agricultor e industrial percebeu a relevância da política protecionista naquele momento específico do desenvolvimento econômico brasileiro e que passou a ser uma das suas mais importantes bandeiras. Um bacharel em Direito, é verdade, mas que não se encaixava no bacharelismo superficial da elite do seu tempo.

A esse respeito, diz Afonso Arinos:

> Socialmente, João Pinheiro foi um excluído dos hábitos e privilégios dos grupos econômicos e intelectuais dominantes, no Brasil e na Minas de então, grupos de que saíam as elites bacharelescas do pós-romantismo, que dominavam os partidos e os governos, em todo o país, no declínio do Segundo Reinado. O bacharelismo e a literatura eram as estradas paralelas para o êxito político daqueles jovens, que representavam as atividades econômicas dos pais ou avós, sem, no entanto, exercê-las diretamente. De resto, tal situação perdurava desde a Regência e o Primeiro Reinado. Não provindo desses meios, nem representando esses interesses, era inevitável que um jovem, com os atributos mentais e morais de João Pinheiro, uma vez atraído para a atividade política, não se solidarizasse com os mesmos e fosse, necessariamente, um inovador.[44]

Em que pese a sua inserção no movimento republicano nos tempos em que cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, o republicanismo de João Pinheiro vinha de longa data, inspirado pelo tio Antônio Luís Pinto, como ele mesmo reconheceu: "impressão duradoura foi a que resultou para o meu espírito quando em sua fazenda ouvi pela primeira vez a palavra da República, e outras, e desde então o trabalho lento que se começou a operar levou-me [...] até a afirmação plena de tudo que meu tio me tinha ensinado..."[45]

Amigo de João Pinheiro e seu colega no tempo em que estudou no Seminário de Mariana, Amador Cobra, em texto publicado no *Minas Gerais*, em 1906, recorda que: "Já éramos então republicanos, tínhamos no recreio nossas palestras políticas. Pinheiro revelava-se democrata irreconciliável, seduzindo-nos com seu republicanismo ferrenho..."[46]

Os ideais republicanos, que são para todos os intérpretes a maior característica de João Pinheiro, situando-o na tradição republicana mineira que teve por fonte a Inconfidência, não permite, entretanto, que o tomemos por um idealista. Esses ideais foram temperados ao longo da vida pelo mais profundo senso prático, próprio daqueles que, obrigados a vencer os mais difíceis obstáculos, acreditam no poder da ação e na capacidade humana de mudar o mundo.

A coerência no passado e o prestígio que conseguiu como industrial de sucesso e figura central na realização do Congresso de 1903 foram decisivos para o seu retorno político em 1905. Milton Campos, em discurso transcrito nesta coletânea, analisa de forma bem interessante essa retirada, estratégica ou não, de João Pinheiro da política mineira a partir do final de 1893.

---

44 MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Atualidade de João Pinheiro. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 9, set./dez. 1980.

45 SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG. Correspondência para PINTO, Luiz Antônio, Serro-MG. 15 de novembro de 1889. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP. Série II-Correspondência, cx. 2, doc. 137.

46 COBRA, Amador. O Presidente de Minas. *Minas Gerais*. Arquivo Público Mineiro: Fundo APJP, Série VI-Recortes de jornais, Caderno 1, p. 79, cx. 32, doc. 110.

> Não é muito fácil, no político, descobrir-se a razão das retiradas, que muitas vezes são estratégicas.
>
> O que parece renúncia pode ser tática de ambição (e eu me refiro à ambição legítima que tem como objetivo a realização do bem comum). O que se afigura abdicação é, por vezes, a tática de acumulação de forças. Por isso, bem anotava Richelieu que o político caminha para o objetivo como o remador – dando-lhe as costas. Nem sempre isto é astúcia. Pode ser o processo de lutar pelo ideal. O certo é que João Pinheiro antes dos quarenta anos se recolhia ao retiro de Caeté, não para os amargos devaneios da desilusão, mas para, no esforço da transformação da natureza, criar um valor econômico que seria a fábrica de porcelana com que sonhava.[47]

A decepção que o fez dar as costas à política mineira coincidiu com os piores anos da implantação do regime republicano no país e o seu retorno político não foi motivado apenas pela crença nos velhos e patrióticos ideais, mas pela autoridade e autonomia conquistada naquele interregno de praticamente dez anos e que o levariam, provavelmente, ao mais alto posto da República.

A relevância de João Pinheiro para a história política brasileira é, portanto, inquestionável, e com base nos documentos que compõem a presente coletânea há ainda muito o que se dizer sobre ele e sobre os acontecimentos que marcaram o fim da Monarquia e a emergência do regime republicano no país.

A partir da leitura dos textos aqui compilados, o pesquisador poderá definir temas e linhas de abordagem e avançar nas suas pesquisas utilizando, para isso, a vasta documentação que constitui o arquivo privado de João Pinheiro sob a guarda do Arquivo Público Mineiro[48] e de documentos de outros acervos, como o do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.[49]

O arquivo privado de João Pinheiro, compreendendo cerca de 5.000 documentos, foi doado ao Arquivo Público Mineiro por seu filho Israel Pinheiro. Em 1990, a Fundação João

---

47 Discurso publicado em COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. VII, p. 65-71, 1960.

48 E cujo acervo poderia ser objeto de uma nova obra sobre João Pinheiro, dada a sua extensão, sobretudo, no que diz respeito à Série II-Correspondência, conforme será apontado a seguir.

49 O pesquisador Guilherme Costa encontrou no referido instituto uma pasta, que segundo diz, contém grande quantidade de papéis soltos, muitos deles originais, inclusive rascunhos de discursos e anotações semelhantes a um diário, mas que se encontram em "estado precário de organização e conservação". COSTA, Guilherme Meirelles da. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

Pinheiro e o Arquivo Público Mineiro, além da organização do acervo, publicaram um inventário analítico, instrumento valioso que oferece a descrição detalhada de cada unidade documental do acervo.[50]

O arquivo é composto por documentos textuais, impressos e visuais e, entre eles, o maior volume é de correspondências, contendo um total de 3.665 unidades documentais, entre cartas recebidas e enviadas por João Pinheiro, bilhetes e telegramas. A maioria – como não poderia deixar de ser – constituída por correspondências enviadas a João Pinheiro e que ele conservou em seu poder. Principal meio de comunicação entre as pessoas na época, as correspondências pessoais são fontes valiosas para o historiador e, conforme Renato Lemos, "como fonte, as cartas interessam pelo que contém de indicativo sobre a pessoa, na posição de remetente ou de destinatário, e suas circunstâncias".[51]

O número expressivo de correspondências recebidas por João Pinheiro, sobretudo, no período que vai de 1888 a 1908, é também um importante indicativo de sua relevância e papel central no contexto político que vai da propaganda republicana até o período de sua maior notoriedade e poder à frente do governo de Minas. Essas correspondências também são valiosas no que diz respeito aos remetentes e às circunstâncias que as cercam, ampliando por sua vez as possibilidades da abordagem histórica sobre o período. Assim como João Pinheiro, muitos dos seus correspondentes tiveram atuação destacada nos eventos que levaram à queda da Monarquia e nos rumos do novo regime. Ainda sobre as correspondências do arquivo privado de João Pinheiro:

> A consulta ao acervo possibilita detectar alianças, tramas, rupturas, articulações e motivações não oficialmente registradas, revelando dados dissimulados no formalismo dos textos oficiais, refletindo, também, práticas políticas corriqueiras, como a troca de favores, cargos e as disputas pelo poder. Apesar do seu número restrito, as cartas de caráter eminentemente pessoal e familiar enviadas por João Pinheiro traçam o perfil do homem amoroso, responsável e solidário.[52]

Como já dito anteriormente, esta obra é um convite à pesquisa e ao entrecruzamento das fontes disponíveis sobre João Pinheiro e, no campo metodológico, um reforço aos estudos que se detêm sobre a trajetória de um indivíduo em particular, pois como aponta a histo-

---

50 INVENTÁRIO analítico do arquivo privado de João Pinheiro da Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Culturais. 1990.

51 LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas:* a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

52 INVENTÁRIO, *op. cit.*, p. 10.

riadora Ângela de Castro Gomes, esse tipo de investigação no âmbito da análise das culturas políticas permite repensar os modelos macrohistóricos e perceber que a "experiência dos homens em seu tempo e lugar é crucial para o entendimento dos processos sociais e políticos".[53]

Sob esse aspecto, a importância de João Pinheiro para o conhecimento da trajetória política de Minas Gerais e do país vai além dos limites de sua vida e intervenção política, tendo em vista a força de sua presença no imaginário político mineiro e nacional, pelos inúmeros estudos de caráter biográfico e político e pela historiografia, que recorrentemente o tem por objeto.

Mesmo sem a pretensão de aprofundar no conteúdo das apreciações e análises já produzidas sobre João Pinheiro, procurou-se complementar este estudo introdutório com uma breve resenha dos principais autores e perspectivas, algumas bastante críticas em relação a João Pinheiro, a fim de divulgá-los e oferecer um roteiro de leitura para os pesquisadores interessados em construir novas abordagens, tendo como ponto de partida os textos selecionados para esta coletânea.

Biografias sobre João Pinheiro começaram a aparecer na imprensa logo no início de sua carreira política e há registro, inclusive, de que um primeiro artigo saiu no jornal *A República*, de São Paulo, ainda quando estudante de Direito.[54]

Em 27 de dezembro de 1889, o jornal *O Movimento* reproduziu artigo biográfico sobre João Pinheiro, publicado no jornal *Cidade do Rio,* do Rio de Janeiro, acrescentando mais informações sobre sua vida e atuação política, fornecendo um perfil bastante completo do político mineiro e que constitui um dos textos selecionados para esta coletânea,[55] entre outros artigos publicados na imprensa até a sua morte em 1908.

Em edição especial, de 3 de dezembro de 1905, o jornal *Minas Gerais*, além do manifesto-programa de João Pinheiro como candidato ao governo do estado, publicou também uma biografia redigida pelo escritor Augusto Franco. Essa edição especial foi publicada em livro naquele mesmo ano e teve uma segunda edição em 1906, constituindo-se, assim, na primeira obra publicada sobre João Pinheiro. [56]

---

53 GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 6-7, 1988.

54 Informação que consta em: Dr. João Pinheiro. *Movimento*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1889, p. 1.

55 Ver adiante o artigo: Dr. João Pinheiro. *Movimento*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1889, p.1.

56 *Minas Gerais*. Belo Horizonte, edição de 3 de dezembro de 1905; FRANCO, Augusto. *Dr. João Pinheiro*: ensaio biográfico e político. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2ª edição, 1906.

Conforme Augusto Franco, muito se podia esperar de João Pinheiro, homem pobre que ascendeu socialmente por seus próprios méritos e trabalho, mencionando, inclusive, o curso de "ciências propedêuticas" que o jovem estudante da Escola de Minas abriu para se manter em Ouro Preto, reforçando o fato de que, já nessa época, se manifestava abertamente pela República.

Designando-o como o verdadeiro Roosevelt sul-americano, Augusto Franco será o primeiro de uma série de autores a situar o político no campo de uma tradição republicana mineira que ele ajudou a consolidar em fins do século XIX, tornando-se um dos seus maiores protagonistas, unindo os diversos núcleos republicanos e promovendo as articulações necessárias à realização do primeiro Congresso Republicano em 1888.

Em 1935, Mário Mattos organizou uma coletânea com depoimentos sobre João Pinheiro intitulada *João Pinheiro e sua doutrina*, com apreciações muito pessoais como a dele mesmo, designando João Pinheiro como o "solitário de Caeté", a do amigo Juscelino Barbosa e o elogio do senador Francisco Sá.[57]

Na década de 1940, dois autores, Caio Nelson de Sena e Paulo Tamm, que conviveram com João Pinheiro, deixaram suas impressões sobre ele em livros que também reproduzem documentos de interesse histórico, inclusive, correspondências a eles enviadas por conhecidos de João Pinheiro e que enaltecem os traços de sua personalidade.[58] Diferentemente de Nelson de Sena, Paulo Tamm reforça a adesão de João Pinheiro ao positivismo, dando como comprovação disso o fato de que ele frequentava, nos tempos da Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, o Templo da Humanidade, onde ouvia as conferências de Teixeira Mendes e Miguel Lemos.[59]

Em 1960, é publicada uma coletânea de textos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em comemoração ao centenário do nascimento de João Pinheiro e que foi organizada por Copérnico Pinto Coelho e da qual extraímos os discursos de Milton Campos e Pedro Aleixo, proferidos na ocasião.[60] Além de descrever as "excepcionais comemorações"

---

57 MATTOS, Mario. *João Pinheiro e sua doutrina* (1889-1908). Belo Horizonte: [*s. n.*], 1935. Obra reeditada em 1984. JOÃO PINHEIRO e sua Doutrina: 1889-1908. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar].

58 SENA, Caio Nelson de. *João Pinheiro da Silva* – sua vida – sua obra – seu exemplo. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1941. TAMM, Paulo. *João Pinheiro*: obra premiada pela Academia Mineira de Letras. Belo Horizonte: [*s. n.*], 1947.

59 TAMM, *op. cit.,* p. 104-105.

60 COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. VII, 1960.

do centenário no Serro e em Belo Horizonte, a obra traz o texto da conferência de Ivan Lins "A formação filosófica de João Pinheiro e seus ideais humanos, políticos e sociais"[61] e os vários discursos de políticos mineiros exaltando as qualidades e feitos de João Pinheiro, com destaque para o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, que veio a Minas para esse fim.

Ivan Lins, que além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais era filho de Edmundo Lins, amigo e companheiro político de João Pinheiro, assim como Paulo Tamm, deu destaque à formação filosófica e filiação ao positivismo de João Pinheiro, um ponto controverso, ainda hoje, entre os seus intérpretes.[62]

Como já mencionado anteriormente, temos, em 1966, a publicação de Francisco de Assis Barbosa que se destaca pelo minucioso trabalho de recolha e edição dos principais textos produzidos por João Pinheiro. No ensaio introdutório, Assis Barbosa reforça o ideal republicano de João Pinheiro, mas também o seu "economismo, de fundo eminentemente conservador e pragmático". E diz ainda:

> A República havia prometido o progresso e não cumprira a promessa. E a luta pelo progresso tinha que ser feita, agora, sem arroubos de sonhador, embora que com alguma audácia e muita energia. Mas sem devaneios nem aventuras. Nada de experiências visionárias. Nada de repetir os erros do passado. Um novo descalabro financeiro poderia significar epílogo funesto ao Quinze de Novembro. João Pinheiro, idealista prático, tinha os pés firmes na terra.[63]

Em artigo de 1980, Afonso Arinos destacava a atualidade de João Pinheiro, distinguindo-o dos políticos de sua geração por muitas razões e por não fazer parte daqueles que lamentavam o atraso brasileiro em relação às potências mundiais ou dos utópicos que queriam importar modelos estrangeiros. Era um homem de ação que acreditava em mudanças graduais, ambiciosas, mas factíveis. O texto de Arinos, escrito no final do regime militar, dialoga com o seu próprio tempo, defendendo a ideia de que a República precisava mudar "não para ser outra coisa, mas para voltar a ser a República."[64]

---

61 LINS, Ivan. A formação filosófica de João Pinheiro e seus ideais humanos, políticos e sociais. COELHO, *op. cit.*

62 O tema do positivismo em João Pinheiro foi retomado por COSTA, Guilherme Meirelles da, *op. cit.*

63 João Pinheiro e seu ideal republicano. BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 22.

64 MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Atualidade de João Pinheiro. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, set./dez. 1980.

Em 1986, José Carlos Rodrigues, em livro sobre as ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX, aponta João Pinheiro como representante do último ciclo da chamada "consciência mineira", que teria como principal característica a conciliação e a moderação.[65] Para o autor, as lições da Inconfidência e a derrota do movimento político de 1842 teriam levado a um abandono dos ideais iluministas do século XVIII, pondo fim ao radicalismo do pós-independência. Entretanto, Rodrigues avança num aspecto importante ao diferenciar o positivismo de João Pinheiro da corrente positivista autoritária de outras lideranças republicanas do país. Ao contrário, ele procurou conciliar os ideais do progresso e do desenvolvimento "com o mais profundo senso de amadurecimento político. A consulta popular através do voto, o respeito à manifestação das ruas, sempre foram para ele um princípio sagrado."[66]

Em 1990, a pesquisadora Rejane Márcia Freitas de Oliveira é uma das primeiras a analisar mais a fundo a atuação de João Pinheiro do ponto de vista da educação.[67] Além de destacar a reforma no sistema educacional, com a criação dos grupos escolares, o ensino técnico-agrícola e a fundação da Escola Normal, ela mostra as limitações de seu projeto educacional em vista da proposição de diferentes tipos de educação para cada classe social, reforçando, desse modo, as desigualdades existentes. Entretanto, destaca a grande importância que João Pinheiro dá à opinião pública e à necessidade de dar clareza e publicidade ao seu programa e propostas, buscando exercer o poder de forma legítima, articulando Estado e sociedade civil.

Em sua dissertação de mestrado, de 1990, o historiador Ciro Bandeira de Melo investigou os primeiros anos do regime republicano em Minas, conferindo a João Pinheiro um papel de destaque.[68] Apesar de ter como objeto a educação, Ciro faz um balanço da historiografia sobre Minas, principalmente sobre o século XIX, questionando a tese da decadência após o fim do ciclo do ouro e reforçando a diversificação da economia no território mineiro e sua riqueza também em projetos, alguns deles traduzidos em lei, com o objetivo de difundir a instrução pública e modernizar a produção, principalmente agrícola, mas que não se concretizaram. A implantação da República é o que colocará o país no contexto da expansão capitalista e da transformação do trabalho em mercadoria, segundo Ciro Bandeira, que

---

65 RODRIGUES, José Carlos. *Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

66 *Idem*, 169-170.

67 OLIVEIRA, Rejane Márcia Freitas de. João Pinheiro: o educador. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, maio-ago. 1990.

68 BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio de Castro. *Pois tudo é assim*... Educação, política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.

chama atenção também para o fato de que a exclusão do voto aos analfabetos indicava, já de início, a intenção de construir um *demos* reduzido, visto que a maioria da população do país se constituía de indivíduos iletrados.

O título de seu trabalho repete o final de uma frase dita por João Pinheiro em entrevista ao jornal *O País*: "pois tudo é assim",[69] que considera emblemática das limitações impostas à participação política que marca a República em sua origem. Estabelecendo um olhar extremamente crítico em relação ao Congresso de 1903, Ciro Bandeira identifica a construção de arcabouço ideológico que tem por objetivo limitar o acesso à terra e garantir mão-de-obra em substituição ao escravismo.[70] Como líder das "classes conservadoras", enquanto presidente do Congresso de 1903 e em seu governo entre 1906 e 1908, João Pinheiro buscou, segundo a perspectiva marxista do autor, legitimar a dominação dessa classe sobre a sociedade. Ciro aponta ainda a aproximação de João Pinheiro com Porfírio Dias, cujo governo ditatorial iniciado em 1876, com apoio de intelectuais positivistas, durou décadas no México.[71] Essa dimensão autoritária dada às ações de João Pinheiro é passível de crítica, assim como a imagem de um político a serviço das classes dominantes, e para desmenti-la nada melhor do que os seus próprios textos e projetos que tentou implementar ao longo de sua carreira política, como ocorre no caso da defesa da pequena propriedade agrícola.

Em 1990 tem-se também o artigo da historiadora Helena Bomeny, intitulado *Pinheiro da Mineiridade*, e cuja análise é aprofundada depois no livro *Guardiões da razão*, de 1994, onde o projeto de João Pinheiro é contraposto ao projeto dos modernistas mineiros de 1922.[72]

No livro, Bomeny reforça o papel de João Pinheiro, o "modernista" da virada do século, no contexto da ideologia da mineiridade: discurso político que, ao longo do tempo, foi capaz de construir consensos no interior da elite política mineira, apaziguando seus conflitos internos e buscando conciliar seus interesses. A construção da nova capital de Minas foi a concretização dessa política, permitindo à Minas dividida se preparar para os novos tempos republicanos.

---

69 O novo governo. *O País*, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1906, p. 1-2. Trata-se da segunda parte da entrevista concedida por João Pinheiro ao jornal, ambas transcritas nesta coletânea.

70 BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio de Castro. *Pois tudo é assim*... Educação, política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 1990, p. 166-170.

71 Cabe observar que João Pinheiro cita o caso mexicano como exemplo para o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais, assim como cita a experiência de outros países como modelo a ser adaptado, de acordo com a realidade brasileira, para a modernização econômica do estado e do país.

72 BOMENY, Helena. Pinheiro da Mineiridade. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, maio-ago. 1990 e *Guardiões da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

Outra historiadora que também trabalha na perspectiva da existência de uma cultura política dos mineiros, de raiz histórica e de forte apelo simbólico, é Maria Auxiliadora Faria. Em *A Política da Gleba: as classes conservadoras mineiras*, ela dá destaque em um de seus capítulos à arquitetura política construída por João Pinheiro à frente da elite política mineira na passagem da Monarquia para a República com o objetivo principal de garantir a unidade territorial e alavancar a economia do estado.[73] Além de enfatizar a importância da passagem pela Escola de Minas e não apenas a formação como bacharel em Direito, Faria traz o importante argumento de que a proeminência dada ao desenvolvimento econômico em seu projeto político era possível devido à crença de que a liberdade e a ordem eram princípios enraizados na vivência da população mineira.[74]

Sem entrar na discussão sobre a ideologia da mineiridade, para José Murilo de Carvalho é possível encontrar no século XIX dois importantes herdeiros dos ideais iluministas e republicanos da Inconfidência Mineira: Teófilo Otoni, na primeira metade, e no fim do século, João Pinheiro.[75]

Na visão de José Murilo de Carvalho, dois projetos convivem em Minas Gerais nos séculos XIX e XX: um com ênfase no urbano, na ciência, na crença no indivíduo e no mérito pessoal, no progresso e no futuro e, o outro, voltado para a hegemonia da atividade rural, no predomínio da tradição, na religião, na família e na ordem. E, no seu entender, João Pinheiro representou a ponte entre a voz da terra e a do ferro, a passagem da mentalidade agrária para a desenvolvimentista, recuperada depois por Juscelino Kubitscheck. Entretanto, a formação positivista de João Pinheiro é o que o distingue de Juscelino, conforme José Murilo, afastando-o do tema da liberdade. Afirmação com a qual é possível discordar tendo por base os textos que compõem esta coletânea e que colocam como uma questão relevante para futuras pesquisas a retomada do tema da liberdade e da ordem no âmbito das ideias e dos posicionamentos políticos expressos por João Pinheiro em seus textos, evitando-se, assim, uma identificação prévia entre positivismo e autoritarismo e até mesmo questionando a relevância do positivismo no pensamento e na ação política de João Pinheiro. A aproximação com o positivismo, que caracterizou a sua geração, teve significados e resultados diferentes na formação dos republicanos de então, tornando inválidas as generalizações.

---

73 FARIA, Maria Auxiliadora. *A política da Gleba*: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1992.

74 *Idem*, p. 98.

75 CARVALHO, José Murilo de. Minas e as utopias ou as utopias de Minas. ANDRÉS, Aparecida (Org.) *Utopias*: sentidos Minas margens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993. Ver também: CARVALHO, José Murilo. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. GOMES, Ângela de Castro (Org.) Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

João Antônio de Paula, economista e estudioso da história mineira, em artigo intitulado "Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro", publicado em 2004, reforça o caráter "algo artificial" da República que se instaurou no país, mobilizando uma "complexa e heterogênea tessitura a que não faltaram violência e cooptação, adesismos oportunísticos, conversões suspeitas e até entusiasmos legítimos."[76] E fugindo do anacronismo, reitera em seu texto tanto os aspectos biográficos como os eventos que marcam o contexto, dialogando com a bibliografia e com a historiografia produzida sobre João Pinheiro, que é, para ele, um "dos mais expressivos nomes do melhor que a perspectiva republicana foi capaz de produzir no Brasil".

> Combinando capacidade empreendedora, espírito público e liderança política de primeira linha, João Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, *malgré tout*, e com as diferenças devidas, foi experimentado no Brasil, seja em sua vertente nacional-desenvolvimentista, seja na versão de desenvolvimento associado, seja durante a ditadura militar e sua versão autoritária do desenvolvimentismo.[77]

Foi no trabalho como presidente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 que João Pinheiro, segundo João Antônio, teve o diagnóstico e os instrumentos políticos para estruturar o seu programa como candidato ao governo de Minas, defendendo ideias e propostas que foram incorporadas também por Afonso Pena no governo federal. No entanto, é na importância da educação como insumo para o desenvolvimento que a atuação de João Pinheiro foi meritória, apesar dos seus limites, uma vez que a instrução primária não promovia a formação cultural para a emancipação, mas a "educação para o trabalho, educação para o capital".

> João Pinheiro, que, sob vários aspectos, pode ser visto como a consciência burguesa possível no Brasil, em certo momento, sintetiza em seu pensamento e em sua prática as vicissitudes do desenvolvimentismo brasileiro, suas virtualidades modernizantes bloqueadas, sistematicamente, pela ausência de processo efetivo de distribuição da renda e da riqueza. [78]

Em 2005 é publicada a obra *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*, com a participação de vários autores e que foi organizada pela historiadora Ângela de Castro Gomes com o objetivo de analisar as trajetórias políticas de João Pinheiro e de seu filho Israel Pinheiro.

---

76 PAULA, João Antônio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2(26), p. 257-282, 2004, p. 258.

77 *Idem*, p. 273.

78 Idem, p. 280-281.

Um dos textos é do cientista político Otávio Soares Dulci,[79] autor que já tinha trabalhado com João Pinheiro em obra de 1999, reforçando o seu papel como precursor da política de desenvolvimento no Estado.[80] No texto de 2005, Otávio Dulci, ao analisar o processo de mudança que levou à República, destaca a existência de uma brecha que permitiria – além da adoção do federalismo, da separação entre a Igreja e o Estado e das mudanças socias – a adoção do ideal republicano-democrático, o que não veio a acontecer. E que, para ele, é um dos aspectos que permite entender o projeto de João Pinheiro no âmbito de uma visão pragmática, que sem se acomodar a essa realidade, buscou investir no progresso ou num tipo de desenvolvimento que não era apenas econômico, mas socioeconômico.[81]

A formação política de João Pinheiro foi objeto da dissertação de mestrado em História de Guilherme da Costa defendida em 2006[82] e que se detém sobre um período pouco estudado da vida de João Pinheiro, entre os anos de 1868 a 1888, analisando tanto as instituições pelas quais passou (Seminário de Mariana, Escola de Minas de Ouro Preto e Faculdade de Direito de São Paulo) e as influências das disputas político-ideológicas travadas àquele tempo, bem como da tradição republicana mineira, baseando-se em farta documentação. De acordo com o autor, a educação recebida na Escola de Minas foi a que marcou de modo mais profundo João Pinheiro, cujo pensamento pode ser compreendido a partir da fusão entre republicanismo e positivismo, assim como pela adoção da teoria liberal e a do Estado-providência.

E mais recentemente, na área da economia, dois autores podem ser citados: Marcos Fábio Martins de Oliveira, que desenvolve estudos sobre João Pinheiro e outras lideranças políticas no âmbito da história econômica mineira[83] e Camila Amaral Pereira, que defendeu, em 2016, a dissertação *João Pinheiro da Silva: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908)*.[84]

Todavia e saindo um pouco da ordem cronológica das publicações, vale a pena retomar o texto de Ângela de Castro em *Minas e os fundamentos do Brasil moderno* onde se propõe a investigar a memória política construída em torno de João Pinheiro e, sobretudo, pelo filho, Israel Pinheiro, associando-o à ideia de progresso.[85]

---

79 DULCI, Otávio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

80 DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

81 DULCI, op. cit. 2005, p. 114.

82 COSTA, Guilherme Meirelles da, *op. cit.*

83 Podendo ser citado o seguinte artigo: OLIVEIRA, M. F. M.; CAETANO, Ana C. F. A trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento. *Temporalidades*, v. 1, p. 147-172, 2009.

84 PEREIRA, Camila Amaral. *João Pinheiro da Silva*: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, 2016.

85 GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Como outros autores, a historiadora traça uma biografia para João Pinheiro, mas inserindo-o de forma mais clara na geração de 1870 e partilhando com ela os princípios cientificistas e positivistas. Além disso, insere João Pinheiro no âmbito de um liberalismo modernizador e que defendia a ação estatal no processo de transformação da realidade em direção ao progresso. Por outro lado, enfatiza o esforço da família no campo da memória e do reforço de uma tradição onde as ideias de João Pinheiro aparecem como fundadoras do projeto político que seria conhecido, a partir dos anos 1950, como o do desenvolvimentismo. "Um projeto cujas características aliam política, economia e sociedade e que tem em Juscelino Kubitschek, outro mineiro, seu maior expoente na galeria de políticos brasileiros."[86]

Além de sua crença na autoridade política exercida de forma legítima, ou seja, livre de corrupção e força, o núcleo do projeto de João Pinheiro está, para Ângela de Castro Gomes, na ideia de progresso socioeconômico, o que é uma inovação, dado o bacharelismo vigente à época e que buscava soluções fundadas em leis.[87] No entender de João Pinheiro o crescimento econômico passa pela inclusão da população e pela busca pela igualdade social, sendo destacado pela autora a criação, logo após a sua morte, em 1909, do Instituto João Pinheiro, voltado à formação técnico-agrícola de meninos provenientes de famílias pobres, utilizando-se para isso de métodos de ensino modernos e democráticos. Havia ali uma preocupação com a participação dos alunos "antes dos educadores da escola-nova defenderem e introduzirem tais princípios", o que só ocorreria a partir da década de 1920.[88]

A questão agrícola já era pensada por João Pinheiro em termos inovadores e Ângela de Castro Gomes retoma a entrevista dada ao jornal *O País* em 1906, inserida nesta coletânea. O Estado, dizia Pinheiro, apoiaria principalmente a pequena propriedade, tanto de nacionais como de imigrantes, estimulando-os a se organizarem em cooperativas, e cuidaria da educação dos agricultores e de seus filhos, permitindo fixar o trabalhador ao solo. Apesar de ter como preocupação central a questão agrícola, diz Gomes, o projeto de Pinheiro não se pautava, como era comum na época, pela discussão entre agrarismo e industrialismo. Segundo Pinheiro, a indústria também merecia a proteção do Estado, principalmente no que dizia respeito ao treinamento e formação da mão-de-obra. Estas ideias, rompendo com dicotomias que ainda perdurariam por anos no país, entre agrarismo e industrialismo ou entre trabalhadores nacionais e imigrantes, "encantavam e causavam surpresa."[89]

---

86 *Idem*, p. 81.

87 *Idem*, p. 94.

88 *Idem*, p. 92.

89 *Idem*, p. 96.

Mas para João Pinheiro a modernização agrícola era o fator mais importante e que permitiria alcançar a maior parcela da população mineira, formada por agricultores, que passariam a ser proprietários, na perspectiva de uma agricultura familiar. Ainda de acordo com a autora, o pensamento de João Pinheiro é

> exemplo paradigmático da crença, que se perderia nas décadas finais do século XX, no Progresso entendido como uma real possibilidade de associação virtuosa entre ação política, crescimento econômico e maior igualdade social. Como Progresso para todos: para o bem público e privado dos cidadãos de uma República.[90]

Terminando essa breve resenha, há que se ressaltar mais uma vez a relevância de João Pinheiro no campo de uma história que parte das questões postas pelo presente e que almeja contribuir para um futuro mais justo e igualitário para os brasileiros, uma vez que suas ideias no campo da liberdade, do desenvolvimento e da formação educacional ainda são questões em aberto e sem solução concreta. Em meio aos avanços e retrocessos que marcam a trajetória republicana brasileira, permanece a triste realidade de um país rico com um dos mais altos índices de desigualdade social do mundo e de um Estado inoperante, sobretudo no campo social e na garantia dos direitos de seus cidadãos.

Esta obra, publicada em 2022, num momento em que voltou a ser necessária a defesa da democracia e da presença do Estado à frente das questões sociais e econômicas, reforça a importância de João Pinheiro, mas também de todos aqueles que se dispõem a lutar por bandeiras como a da educação, que é o pilar das sociedades democráticas e inclusivas.

A morte de João Pinheiro em 1908 foi encarada por muitos como uma tragédia nacional. Sua eleição para a presidência do Brasil na sucessão de Afonso Pena era um sonho acalentado por muitos. Como nenhum outro, João Pinheiro era o símbolo da mudança que se almejava para o regime, cuja trajetória vinha sendo marcada pelo autoritarismo e crescente poder das oligarquias. E com a morte do símbolo também se foi muito da esperança, em que pese o alerta do cronista d'*O Malho*:

> Honremos em João Pinheiro o modelo do patriotismo republicano e da pureza de intenções; o exemplo da simplicidade de costumes e da orientação democrática; a imagem do trabalhador incansável e da probidade clássica dos brasileiros; mas não façamos dessa extraordinária figura a esperança única da República, porque isso equivale à confissão de que até essa esperança... está morta!...[91]

---

90 *Idem*.

91 Crônica [assinada sob o pseudônimo de J. Bocó]. *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 320, [s. p.], 31 de outubro de 1908.

A tentação de imaginar o que teria sido para o país a presidência de João Pinheiro tem acometido vários de seus intérpretes, como Afonso Pena Júnior, cujas palavras foram endossadas por Assis Barbosa: "Quantas e quantas coisas teriam amanhecido mais cedo, e sob clima melhor, se os destinos nacionais tivessem estado em mãos de incomparável animador, daquele que se orgulhava das mais profundas raízes populares".[92] No entanto, esta obra busca avançar no sentido de demonstrar que a avaliação crítica do passado, no pensamento e ação concreta de suas lideranças e personagens, é um dos caminhos fundamentais para se refletir sobre o que pode vir a ser um país que na visão otimista de João Pinheiro tudo podia ser.

1. Capa da revista *O Malho* dedicada a João Pinheiro[93]

ANNO VII — RIO DE JANEIRO, 31 DE OUTUBRO DE 1908 — N. 320

O MALHO

Escriptorio e Redacção
RUA DO OUVIDOR, 132
Num. avulso 200 rs.

A Republica:—Cada vez que desapparece um republicano como o João Pinheiro, é que eu mais preciso de ti, para me livrares destas figuras ridiculas que me estão perdendo! Por isso, avante! Continua a dar de rijo no pessoal administrativo, legislativo, mystico, parabolico e paralelepipedo!

O Malho:—Descansa! Estou na brecha, firme como uma rocha! Ou isto vai ou racha! E quanto mais a inveja morder no aço, mais quebra os dentes e mais da bigorna espirra a faisca!...

92 BARBOSA, Francisco de Assis. *Op. cit.*, 1966, p. 22.

93 *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 320, 31 de outubro de 1908.

A República: – Cada vez que desaparece um republicano como o João Pinheiro, é que eu mais preciso de ti, para me livrares destas figuras ridículas que me estão perdendo! Por isso, avante! Continua a dar de rijo no pessoal administrativo, legislativo, místico, parabólico e paralelepípedo!

O Malho: – Descansa! Estou na brecha, firme como uma rocha! Ou isto vai ou racha! E quanto mais a inveja morder no aço, mais quebra os dentes e mais da bigorna espirra a faísca!...

2. Dr. João Pinheiro da Silva[94]

Dr. João Pinheiro da Silva

Presidente do Estado de Minas Geraes, fallecido na noite de 25 do corrente. Republicano de purissimos ideaes, administrador próbo e competente, era considerado o eixo da actual politica e seria naturalmente indigitado presidente da Republica, no futuro quatriennio.

94 *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 320, 31 de outubro de 1908, s. p.

NOTAS BIOGRÁFICAS E CRONOLÓGICAS

1848. Ano provável da chegada ao Brasil do pai de João Pinheiro, Giuseppe Pignataro, imigrante italiano e caldeireiro de profissão, que aqui abrasileirou o nome para José Pinheiro, acrescentando "da Silva".

1854. Em Ouro Preto, José Pinheiro da Silva casa-se com Carolina Augusta de Morais, nascida em Caeté em 22 de maio de 1839, filha de um professor de primeiras letras. Após o casamento, o casal fixou residência no Serro, com o apoio do irmão de Carolina, Luiz Antônio Pinto.

1856. Nasce na cidade do Serro José Pinheiro, que leva o nome do pai e é o primeiro filho de José Pinheiro da Silva e Carolina Augusta de Morais.

1859. Nasce João Pinheiro, segundo filho de José Pinheiro e Carolina Augusta de Morais, mas que não chega a completar um ano de idade.

1860, 16 de dezembro. Nasce no Serro João Pinheiro da Silva, terceiro filho de José Pinheiro da Silva e Carolina Augusta de Morais.

1870. Falecimento do pai, José Pinheiro da Silva, vítima de febre amarela em Ouro Preto. Passando por dificuldades financeiras, dona Carolina e os dois filhos passam a viver com parentes até se fixarem em Caeté, onde a educação dos filhos é confiada ao padre João de Santo Antônio, padrinho de João Pinheiro.

1879. O irmão José Pinheiro ordena-se padre após estudar, juntamente com João Pinheiro, no Seminário de Mariana.

1881. João Pinheiro, após prestar os exames preparatórios de uma só vez, inicia os estudos na Escola de Minas de Ouro Preto.

1882. Antes de se matricular no terceiro ano, João Pinheiro abandona o curso de Engenharia na Escola de Minas em busca de uma profissão mais rentosa.

1883. João Pinheiro muda-se para São Paulo, ingressando no curso jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo.

1884, 12 de agosto. João Pinheiro é contratado para servir como preparador do laboratório de Física e Química da Escola Normal de São Paulo por proposta do titular da cadeira, Cipriano José de Carvalho.

1885, 16 de maio. É nomeado professor da Escola Normal de São Paulo, em substituição ao professor Galdino da Silva Campista, que entrara em licença.

1886. Alista-se como eleitor na cidade de São Paulo, declarando renda anual de 800 mil réis, em conformidade com a lei eleitoral em vigor. O título, conservado pela família, ostenta o barrete frígio e a inscrição: "Diploma de eleitor republicano – João Pinheiro da Silva".

1887, 18 de novembro. Recebe a carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo.

1888, janeiro. Passa a residir em Ouro Preto, onde estabelece banca de advogado, juntamente com Francisco de Assis Barcelos Correia.

1888, 4 de junho. Na residência do coronel Francisco Ferreira Alves, em Ouro Preto, reúne-se pela primeira vez o Partido Republicano da Capital. A reunião é presidida pelo deputado provincial Francisco Martins de Andrade e secretariada por João Pinheiro e Antônio Olinto dos Santos Pires. Compareceram à reunião 34 cidadãos e João Pinheiro é eleito para a comissão permanente executiva, juntamente com Francisco Ferreira Alves e Leônidas Botelho Damásio

1888, 4 de julho. Comparece ao Congresso Republicano reunido no Rio de Janeiro como membro da delegação mineira, composta ainda por Rodolfo Abreu, Henrique Vaz, Alexandre Stockler e Antero Magalhães.

1888, 15 a 18 de novembro. Realiza-se o Congresso Republicano em Ouro Preto com a presença de representantes de quarenta e sete municípios da província de Minas. As sessões são presididas por Leônidas Botelho Damásio, professor da Escola de Minas, e secretariadas por João Pinheiro e Francisco Ferreira Alves. A Comissão Central Permanente do Partido ficou assim constituída: João Pinheiro, Leônidas Damásio, Domingos José da Rocha, Francisco Ferreira Alves e Antônio Olinto dos Santos Pires.

1889, 23 de janeiro. Começa a circular o jornal republicano *O Movimento*, publicado em Ouro Preto sob a direção e redação de João Pinheiro e Olinto dos Santos Pires.

1889, 22 de fevereiro. Falece José Pinheiro da Silva, irmão de João Pinheiro e vigário de Ponte Nova, aos 33 anos.

1889, 28 de julho. João Pinheiro, candidato a deputado federal pelo Partido Republicano nas eleições gerais de 31 de agosto de 1889, publica circular com a exposição de motivos de sua candidatura aos eleitores do 2º Distrito.

1889, 10 de outubro. Indicado para concorrer às eleições provinciais nas prévias do Partido Republicano, João Pinheiro faz circular um manifesto ao eleitorado do 2º Distrito agradecendo e declinando da indicação para se dedicar novamente à propaganda republicana.

1889, 15 de novembro. João Pinheiro encontra-se fora de Ouro Preto, atuando na propaganda republicana, no dia em que é proclamada a República.

1889, 29 de dezembro. É fundada a Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais, sob iniciativa do então diretor da Escola de Minas, Henri Gorceix, com a finalidade de promover o desenvolvimento da indústria, comércio e imigração do estado, assim como exposições permanentes de produtos.

1890, 19 de janeiro. João Pinheiro é eleito para a diretoria da Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais, juntamente com Francisco Veiga, Manoel de Lemos, Levindo Lopes, Joaquim Candido da Costa Sena, Modesto de Faria Belo, Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco de Paula e o barão de Saramenha.

1890, 21 de janeiro. João Pinheiro é nomeado pelo Governo Provisório da República como secretário do estado de Minas Gerais.

1890, 22 de janeiro. O Governo Provisório nomeia para ocupar o cargo de vice-governador do estado de Minas, em primeiro lugar, João Pinheiro da Silva, em segundo Antônio Olinto dos Santos Pires e, em terceiro, Francisco de Paula Ferreira de Rezende.

1890, 25 de janeiro. João Pinheiro casa-se, em São Paulo, com Helena de Barros (1871-1928), sua antiga aluna na Escola Normal e filha do fazendeiro João Batista de Barros Leite e de Helena Arantes da Rocha Magalhães Barros. Serviram como testemunhas Pedro Carneiro Lessa e Amador Carneiro Nogueira Cobra.

1890, 11 de fevereiro. O presidente de Minas, Cesário Alvim, nomeado ministro do Interior, passa o governo ao vice, João Pinheiro da Silva.

1890, 12 de abril. João Pinheiro é nomeado pelo chefe do Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, para o cargo de governador do estado de Minas Gerais.

1890, 12 de abril. Por ato do governador João Pinheiro é alterada a denominação da freguesia de Curral del-Rei, município de Sabará, para Belo Horizonte.

1890, 12 de abril. Por ato do governador João Pinheiro é criada uma guarda republicana no estado.

1890, 28 de abril. Por ato do governador João Pinheiro é criada em Ouro Preto uma exposição permanente dos produtos naturais, agrícolas e industriais do estado.

1890, 24 de maio. Por ato do governador João Pinheiro é reorganizada a cobrança de impostos de exportação.

1890, 2 de junho. Por ato do governador João Pinheiro é criada uma comissão de sete membros para elaborar o projeto de Constituição do estado.

1890, 4 de junho. Por ato do governador João Pinheiro é criado um laboratório de análises de terras, anexo a Escola de Minas de Ouro Preto.

1890, 5 de julho. Por ato do governador João Pinheiro é reorganizada a Diretoria da Fazenda do Estado.

1890, 21 de julho. Em meio à crise provocada pela nomeação de adversário político para o cargo de Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, João Pinheiro deixa o governo do estado e escreve, para isso, uma exposição de motivos.

1890, 15 de agosto. Reunião do Congresso dos Clubes Republicanos em Juiz de Fora, para a escolha dos candidatos à representação mineira no Congresso Constituinte.

1890, 15 de setembro. João Pinheiro é eleito deputado, classificando-se em terceiro lugar na votação para o Congresso Constituinte. Nele, Minas se faz representar por 37 deputados e três senadores.

1890, outubro. É concluído o projeto para a Constituição Mineira elaborado pela comissão designada pelo governo e da qual fez parte João Pinheiro, observando-se que ele foi contrário à proposta que saiu vencedora da eleição do governador e do vice-governador pelo Congresso estadual, defendendo a eleição pelo conjunto dos eleitores mineiros.

1890, 4 de novembro. Realiza-se no Rio de Janeiro a primeira sessão preparatória da 1ª Assembleia Constituinte republicana.

1890, novembro. Organiza-se, no âmbito da Assembleia Constituinte, a Comissão dos 21 representantes de cada estado e do Distrito Federal para elaboração do texto da Constituição e João Pinheiro é eleito pela bancada mineira como o representante de Minas Gerais.

1890, 23 de dezembro. Nasce o primeiro filho de João Pinheiro, Paulo Pinheiro, em sua residência, à rua do Ouvidor, em Ouro Preto, tendo como padrinhos o sogro e a avó, dona Carolina.

1891. João Pinheiro inicia os estudos para o estabelecimento de uma fábrica de cerâmica em Caeté.

1891, 15 de junho. É promulgada a Constituição do Estado e eleitos pelo Congresso Mineiro Cesário Alvim e Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira para, respectivamente, governador e vice-governador de Minas Gerais.

1891, 3 de novembro. O Marechal Deodoro da Fonseca fecha o Congresso, mostrando seu viés autoritário e defendendo uma reformulação na Constituição recém aprovada.

1892, 14 de fevereiro. Nasce Helena Pinheiro, segunda filha de João Pinheiro, em sua residência à rua das Lajes, em Ouro Preto. Padrinhos: o tio Joaquim Pinto Rosa e a tia Maria Edeltrudes de Morais.

1892, 9 de fevereiro. Após grave crise política desencadeada a partir do golpe de 3 de novembro de Deodoro da Fonseca e das dissidências em Minas Gerais, Cesário Alvim renuncia ao governo do estado.

1892. A partir da renúncia de Cesário Alvim, e de seus planos para se estabelecer como industrial em Caeté, João Pinheiro começa a se afastar da política estadual.

1892, 4 de dezembro. Um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro é nomeado lente-catedrático da 1ª série do curso de Ciências Sociais.

1893, 7 de janeiro. Afonso Pena, diretor da Faculdade Livre de Direito, nomeia João Pinheiro e Arthur Ribeiro de Oliveira para, em comissão, angariarem donativos destinados à constituição do patrimônio da instituição.

1893, 5 de julho. Nasce a filha Marta Pinheiro, em sua residência à rua das Lajes, em Ouro Preto. Padrinhos: o cunhado João Batista de Barros Leite Júnior e a sua sogra.

1893, 13 de julho. João Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté, de sua propriedade e onde fixa definitivamente a sua residência, dá início a sua fábrica de louças finas e porcelanas denomina de Cerâmica Nacional e que irá se especializar na fabricação de material sanitário, tendo sido fornecedora das obras de esgotos de Belo Horizonte e de outras cidades mineiras, expandindo-se depois para o Rio de Janeiro e São Paulo.

1893. A Sociedade de Geografia Econômica do Estado de Minas encerra suas atividades, após um período de quase três anos, com delegados locais e regionais em diversos pontos do território mineiro.

1894, 6 de janeiro. Em carta a Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em meio à polêmica suscitada a respeito da sucessão no governo de Minas, João Pinheiro defende Cesário Alvim, a política de conciliação e dá as razões de seu retraimento político.

1894, 22 de outubro. Nasce a filha Carolina Pinheiro, em sua residência na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: Benjamim Jacó e Ursulina Varela.

1896, 4 de janeiro. Nasce o filho Israel Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: padre Domingos Pinheiro e o padre João de Santo Antônio.

1897. É concedida a exoneração aos lentes catedráticos de Direito internacional e diplomacia, João Pinheiro da Silva, e de direito criminal, Afonso Arinos de Mello Franco, da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

1897, 1 de dezembro. Nasce a filha Lúcia Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: Adalberto Ferraz e Dona Matilde Ferraz.

1899, 1 de janeiro. João Pinheiro assume a presidência da câmara municipal e as funções de agente-executivo de Caeté, abrindo mão da remuneração do cargo e iniciando uma política de desenvolvimento econômico para o município.

1899, 7 de junho. Nasce a filha Amanda Pinheiro na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: Josino de Araújo e Dona Mariquinhas Varela.

1901, 17 de março. Nasce a filha Virgínia Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: Dr. Domingos da Rocha e sua senhora.

1902, 7 de setembro. Francisco Sales assume a presidência de Minas Gerais.

1902, 21 de setembro. Inauguração da Primeira Feira Municipal de Caeté.

1902, 14 de outubro. Nasce o filho que recebeu o mesmo nome do pai, João Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: Francisco Nunes Coelho e dona Ida Cesário Alvim.

1903, 11 de janeiro. Convidado pelo governador Francisco Sales, João Pinheiro dá início à organização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, presidindo a primeira reunião da comissão central do Congresso, da qual também faziam parte José Joaquim Monteiro de Andrade, Jorge Chalmers, coronel Francisco Mascarenhas, Carlos Pereira de Sá Fortes, João Ribeiro de Oliveira e Souza e coronel Ignacio Burlamaqui.

1903, 13 a 19 de maio. Reúne-se em Belo Horizonte, sob a presidência de João Pinheiro, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, evento que conta com enorme adesão das chamadas "classes produtoras" e de representantes da maior parte dos municípios mineiros e marca a sua volta à liderança política no estado.

1904, 14 de janeiro. João Pinheiro discursa nas exéquias de Cesário Alvim, na Igreja Matriz da Boa Viagem, em Belo Horizonte.

1905, 18 de janeiro. Nasce o filho José Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: dr. Francisco Sales e dona Ana de Aquino Salles.

1905, 19 de janeiro. João Pinheiro dirige aos eleitores mineiros o seu manifesto como candidato ao Senado Federal, na vaga aberta pelo falecimento de Carlos Vaz de Melo.

1905, 13 de novembro. É eleito e proclamado em convenção do Partido Republicano Mineiro, em Belo Horizonte, como candidato ao governo do estado de Minas Gerais para o quatriênio de 1906 a 1910.

1906, 7 de fevereiro. Dirige de Caeté o seu manifesto-programa como candidato à presidência do estado de Minas Gerais.

1906, 7 de março. Realizam-se as eleições estaduais, com o coronel Júlio Bueno Brandão como candidato à vice-presidência, na chapa de João Pinheiro.

1906, 16 de março. Falece aos 66 anos, em Caeté, dona Carolina Augusta de Morais, mãe de João Pinheiro.

1906, junho. Já considerado presidente eleito, João Pinheiro empreende uma excursão pessoal e sem comitiva por diversos municípios da zona da Mata.

1906, 27 de julho. Em sessão extraordinária, o Congresso Legislativo proclama a vitória de João Pinheiro e Júlio Bueno Brandão nas eleições para presidente e vice-presidente do estado.

1906, 24 de agosto. Chega a Belo Horizonte, sendo festivamente recebido, o presidente eleito da República Afonso Pena, após ter realizado uma viagem por quase todos os estados do Brasil.

1906, 24 de agosto. Nasce a filha Celeste Pinheiro, na Chácara do Tinoco, em Caeté. Padrinhos: dr. Francisco Bicalho e dona Isabel Bicalho.

1906, 7 de setembro. João Pinheiro assume a presidência do estado de Minas Gerais.

1906, 8 de setembro. No Palácio da Liberdade é oferecido um banquete às autoridades federais presentes à posse de João Pinheiro na presidência de Minas, figurando, entre eles, o presidente eleito da República, Afonso Pena; o ministro da Viação, Lauro Muller; o vice-presidente do Senado Federal, Pinheiro Machado; o líder da maioria na Câmara dos Deputados, Carlos Peixoto Filho.

1906, 17 de setembro. É publicada a primeira parte da entrevista concedida por João Pinheiro ao jornal *O País*, na qual ele apresenta suas ideias e projetos, abordando sobre: o problema agrícola e a questão da propriedade; a liberdade de testar; o protecionismo; o ensino técnico-profissional e a proteção à inteligência.

1906, 19 de setembro. É publicada a segunda parte da entrevista concedida por João Pinheiro ao jornal *O País*, em que aborda: as colônias-modelo; o trabalho agrícola nas fazendas; o problema da mineração; a desapropriação por utilidade pública; a exploração do ferro; a questão dos transportes e o erro das estradas de ferro.

1906, 24 de setembro. João Pinheiro sanciona um importante conjunto de leis: Lei nº 336, com novas disposições sobre matéria eleitoral e marcando as eleições para a 5ª Legislatura do Congresso Mineiro em 1907; Lei nº 437, criando uma seção de informações anexa à Diretoria-Geral de Agricultura, Indústria e Viação sobre mineração e riquezas naturais do estado, com filiais no estrangeiro; Lei nº 438, autorizando a criação de colônias agrícolas e fazendas-modelo agrícolas-pastoris.

1906, 26 a 29 de setembro. Visita de Joaquim Nabuco a Belo Horizonte, que se fez acompanhar por seu secretário, E. Chermont, e dos escritores Graça Aranha e Rodrigo Otávio.

1906, 28 de setembro. João Pinheiro sanciona a Lei nº 439, autorizando a reforma do ensino primário, normal e superior do estado.

1906, 30 de setembro. Assina o Decreto nº 1.947, aprovando o Programa do Ensino Primário.

1906, 2 de outubro. Sanciona a Lei nº 442, autorizando o governo a auxiliar a construção de estradas para o tráfego de automóveis e a Lei nº 443, autorizando a contratação de professores para o ensino prático de línguas vivas. Veta projeto de lei, estabelecendo que não seriam mais concedidas provisões de advogados no estado de Minas Gerais a partir de 31/07/1907, com a justificativa de que o dispositivo contrariava o princípio republicano da liberdade profissional.

1906, 3 de outubro. Sanciona a Lei nº 444, contendo disposições relativas ao ensino técnico, prático e profissional.

1906, 4 de outubro. Sanciona a Lei nº 450, contendo disposições sobre divisão de terras.

1906, 5 de outubro. Veta as modificações propostas pelo Legislativo na legislação estadual nas ações de divisão e demarcação de terras particulares.

1906, 5 de outubro. Veta projeto de lei aumentando e criando novas custas judiciárias, sob a justificativa de que o ideal era tornar a justiça inteiramente gratuita.

1906, 17 de outubro. É lançado o Manifesto da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, reforçando o compromisso de João Pinheiro com a liberdade do voto e convidando os diretórios municipais a se manifestarem sobre a escolha dos candidatos a senador e deputado federal pelo 1º Distrito e 15 cadeiras vagas no Congresso Mineiro.

1906, 25 de outubro. O presidente João Pinheiro assiste, em Ouro Preto, na Escola de Minas, a experiência de fundição de ferro-manganês, segundo o processo do professor Augusto Barbosa da Silva.

1906, 28 de outubro. O deputado Adalberto Ferraz, representando o governo federal, vem a Minas para entendimentos com o presidente João Pinheiro sobre o projeto da rede ferroviária Sul-Oeste de Minas.

1906, 30 de outubro. Assina o Decreto nº 1.952, relativo à construção da linha Norte da Estrada de Ferro Espírito Santo e Minas até Santa Bárbara.

1906, 7 de novembro. Jantar oferecido pelo presidente João Pinheiro a Afonso Pena, de partida para o Rio de Janeiro, a fim de assumir a presidência da República.

1906, 15 de novembro. Circular da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, comunicando que, mediante eleição prévia dos diretórios municipais, decidiu recomendar o nome do ex-presidente do estado, Francisco Sales, para a vaga de João Pinheiro no Senado Federal.

1906, 16 de novembro. O governo estadual, por meio da Diretoria-Geral de Agricultura, Viação e Indústria, anuncia que custeará a instrução de operários e trabalhadores rurais no manejo de máquinas agrícolas na fazenda-modelo de Cachoeira do Campo.

1906, 16 de dezembro. Pelo Decreto nº 1.960, regulamentando a instrução primária e normal do estado, é criada a Escola Normal de Belo Horizonte.

1906, 17 de dezembro. Pelo Decreto nº 1.961, concede privilégio à Sociedade Anônima das Minas de Manganês de Ouro Preto para construção de estrada de ferro partindo de Entre Rios até o ponto mais conveniente entre as estações de Cristiano Otoni e Buarque de Macedo da Central do Brasil.

1906, 24 de dezembro. Assina o Decreto nº 1.963 sobre a cobrança de taxa especial de três francos-ouro por saca de café de 60kg produzido no estado e que for exportado.

1907, 3 de janeiro. Pelo Decreto nº 1.969, aprova o regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado.

1907, 17 de janeiro. Circular da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro comunicando que a apuração das eleições prévias (indicações dos diretórios municipais) para preenchimento das vagas do Senado e renovação da Câmara Estadual foi adiada para 12 de fevereiro de 1907. Lembrou o comunicado que "Presidente do estado, no discurso proferido ao assumir o governo, declarou que 'praticaria a mais essencial de todas as liberdades, que é a liberdade das urnas, respeitando no povo mineiro o exercício pleno, completo e absoluto de sua soberania'."

1907, 19 de janeiro. Pelo Decreto nº 1.973, reorganiza os serviços da prefeitura de Belo Horizonte.

1907, 20 de abril. O contrato celebrado pelo governo estadual com a empresa norte-americana Empire Fibre Company para o cultivo em larga escala da piteira nas proximidades da estação ferroviária de Prudente de Morais da Central do Brasil é amplamente noticiada no *Minas Gerais* como a primeira de uma série de iniciativas, visando atrair o capital estrangeiro.

1907, 21 de abril. Pelo Decreto nº 2.011, regulamenta a Lei nº 450/1906, abreviando, simplificando e diminuindo as custas judiciais nas ações de inventário e partilha.

1907, 22 de abril. Pelo Decreto nº 2.012, regulamenta a Lei nº 450/1906 na parte relativa à divisão e demarcação de terras do domínio particular, considerada condição básica para o desenvolvimento agrícola e transformação econômica do estado de Minas.

1907, 26 a 28 de abril. Reúne-se na cidade de Itajubá, sob a presidência de João Pinheiro, o Congresso das Municipalidades do Sul.

1907, 7 de maio. É eleito presidente da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, o líder

mineiro Carlos Peixoto Filho, consolidando a política de renovação patrocinada por Afonso Pena e João Pinheiro e defendida por jovens parlamentares que formariam o chamado "Jardim de Infância".

1907, maio. Início das obras dos edifícios da fazenda-modelo da Gameleira: residência do administrador, guarda e depósito de máquinas, armazenagem das colheitas, cocheiras, estábulos etc.

1907, 8 de junho. Pelo Decreto nº 2.027, João Pinheiro reorganiza os serviços da Diretoria-Geral de Agricultura, Viação e Indústria, criando a Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização e uma exposição permanente de produtos mineiros na capital federal.

1907, 15 de junho. Primeira mensagem do presidente João Pinheiro enviada ao Congresso Mineiro.

1907, 17 de junho. Pelo Decreto nº 2.029, cria uma colônia agrícola em terras das fazendas Barreiro e Jatobá, no município de Belo Horizonte e de propriedade do estado, com a denominação de "Colônia da Vargem Grande".

1907, 6 de julho. Reunião dos lavradores de café em Juiz de Fora, na qual o presidente João Pinheiro faz-se representar pelo senador estadual Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

1907, 21 de julho. Em Cordisburgo, João Pinheiro participa da cerimônia de consagração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída graças ao seu antigo protetor, o padre João de Santo Antônio, e faz discurso sobre liberdade espiritual e religião no contexto da República.

1907, 3 de agosto. Com a presença de João Pinheiro inaugura-se, em Belo Horizonte, o Instituto filial ao de Manguinhos, sob a direção de Ezequiel Dias.

1907, 6 de agosto. João Pinheiro comparece à sagração de dom Silvério Gomes Pimenta como arcebispo de Mariana e discursa no almoço oferecido ao prelado no refeitório do Seminário.

1907, 15 de agosto. Na Câmara dos Deputados, João Pinheiro participa da cerimônia de distribuição dos prêmios conferidos aos expositores mineiros na Exposição de São Luís, nos Estados Unidos da América do Norte.

1907, 15 de agosto. João Pinheiro preside a sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

1907, 1 de setembro. João Pinheiro inaugura as pontes dos rios Gaia e Cuiabá, na Estrada de Ferro de Sabará a Santa Bárbara.

1907, 6 de setembro. Sanciona a Lei nº 454, que isenta de impostos as passagens de mercadorias em estradas de ferro para sedes de exposições industriais, comerciais e agrícolas, municipais ou regionais; concede prêmios; institui o ensino prático da agricultura nas fazendas-modelo e dá outras providências.

1907, 11 de setembro. Publica o Decreto nº 2.083, que regulamenta a Lei nº 454/1907.

1907, 11 de setembro. Sanciona um conjunto de leis, destacando-se a Lei nº 455, autorizando o governo a conceder gratuitamente, aos estrangeiros que constituírem família no estado, lotes de terras devolutas. A mesma lei contém disposições sobre legitimação de posses, venda direta de terras devolutas e outras providências. E as Leis nº 456, que modifica a legislação eleitoral do Estado, e nº 461, que isenta de imposto de transmissão de propriedade os bens legados ou adquiridos para hospitais e estabelecimentos de instrução.

1907, 12 de setembro. Sanciona as Leis nº 462, que dispõe sobre concessão de licença a práticos de farmácia e a 463, com modificações no sistema do ensino secundário e profissional do estado.

1907, 14 de setembro. Sanciona um novo pacote de leis: Lei nº 465, autorizando o governo estadual a conceder estradas de ferro sem ônus e favores; a rever os contratos com as empresas arrendatárias das estações hidrominerais, entre outras providências; Lei nº 466, autorizando o governo estadual a garantir o juro anual de 6% ao capital de mil contos de réis que for empregado nos armazéns gerais (de que trata a Lei Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903); Decreto nº 2.090, que concede privilégio para a construção de uma linha aérea destinada ao transporte de manganês ao proprietário da mina Água Preta, em Queluz, e que, partindo da referida mina, vá à Estrada de Ferro Central do Brasil; Lei nº 467, que mantém em vigor a autorização do Art. 28 da Lei nº 440/1906 sobre auxílio à agricultura; Lei nº 468, que isenta de imposto de exportação as carnes verdes destinadas à exportação; Lei nº 469, que modifica o imposto de indústrias e profissões.

1907, 20 a 22 de setembro. Instala-se na cidade de Diamantina o Congresso das Municipalidades do Norte, sob a presidência de João Pinheiro.

1907, 23 a 25 de setembro. Visita do Presidente João Pinheiro ao município do Serro, sua cidade natal.

1907, 26 de setembro. Pelo Decreto nº 2.099 cria uma fazenda-modelo no lugar denominado Fábrica, distrito do município do Serro.

1907, 12 a 14 de outubro. Realização do Congresso das Municipalidades da Mata, sob a presidência de João Pinheiro, no município de Leopoldina.

1907, 14 de outubro. Pelo Decreto nº 2.113, cria uma fazenda-modelo denominada "Dona Antônia Augusta" no município de Leopoldina.

1907, 17 de novembro. Pelo Decreto nº 2.129, cria uma fazenda-modelo denominada "Retiro do Recreio", no distrito do mesmo nome, município de Santa Bárbara.

1907, 4 de dezembro. Pelo Decreto nº 2.131, cria uma fazenda-modelo no lugar denominado Barra, distrito do município de Itapecerica.

1907, 11 de dezembro. Pelo Decreto nº 2.138, cria uma colônia agrícola no município de Itajubá, sob a denominação de "Colônia Agrícola de Itajubá".

1908, 4 de janeiro. Pelo Decreto nº 2.180, aprova o regulamento para a execução da Lei nº 454, de 6 de setembro de 1907, resultante do Convênio do Café, e que prevê a criação de cooperativas agrícolas municipais e institui prêmios aos produtores de café que se disponham a colaborar numa nova política de beneficiamento, difundindo as torrefações.

1908, 10 de janeiro. João Pinheiro inaugura em Belo Horizonte a Seção do Café, anexa a Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização, encarregada da execução do regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.180. Tomam posse nesse mesmo ato o fiscal geral do café, coronel Araújo Porto, e o chefe da seção, médico Cícero Ferreira.

1908, 1 de fevereiro. Pelo Decreto nº 2.187, reorganiza a polícia civil do estado, criando quatro delegacias auxiliares.

1908, 16 de fevereiro. Pelo Decreto nº 2.191, aprova o regulamento relativo às correições judiciais previsto no Art. nº 212 da Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903.

1908, 24 de fevereiro. João Pinheiro inaugura, em Belo Horizonte, a Exposição Geral do Estado, com a presença dos ministros da Guerra e da Viação, Hermes da Fonseca e Miguel Calmon.

1908, 25 de fevereiro. Os ministros da Guerra e da Viação visitam a fazenda-modelo da Gameleira, acompanhados pelo presidente João Pinheiro.

1908, 26 de fevereiro. Os ministros da Guerra e da Viação visitam a colônia Vargem Grande, em companhia do presidente João Pinheiro.

1908, 28 de fevereiro. Banquete oferecido pelo presidente João Pinheiro em homenagem aos lavradores e criadores que concorreram a Exposição Geral do Estado, com a presença dos ministros da Guerra e da Viação.

1908, 12 de março. Pelo Decreto nº 2.201, é criada uma fazenda-modelo no município de Aiuruoca.

1908, 19 de março. João Pinheiro, pelo Decreto nº 2.205, aprova o Estatuto da Federação Cooperativa Agrícola do município de Cataguases e, pelo Decreto nº 2.206, o da Federação Cooperativa Agrícola de Rio Branco.

1908, 20 de março. Pelo Decreto nº 2.207, é aprovado o regulamento para a arrecadação e escrituração dos recursos financeiros dos cofres de órfãos e interditos, em cumprimento ao Art. nº 11 da Lei nº 19, de 26 de novembro de 1891.

1908, 23 de março. O Decreto nº 2.211 autoriza a abertura de crédito para pagamento das despesas efetuadas com a construção da Estrada de Ferro de Sabará a Santana dos Ferros.

1908, 29 de março. Circular do Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais aos promotores públicos, proibindo-lhes interferência na política municipal, sob pena de remoção.

1908, 5 de abril. O governo do estado adquire, no município de Sete Lagoas, a Fazenda Ponte Nova, com cerca de cinco mil alqueires, para a instalação de uma colônia agrícola.

1908, 24 de abril. Nascimento de Ruth, a última filha de João Pinheiro.

1908, 3 de maio. Pelo Decreto nº 2.216, o presidente João Pinheiro aprova o Estatuto da Federação Cooperativa Agrícola do município de São João Nepomuceno.

1908, 23 de maio. Pelo Decreto nº 2.224, aprova o regulamento para o serviço da dívida do estado de Minas Gerais.

1908, 23 de maio. O presidente João Pinheiro, ciente da necessidade da difusão do ensino público primário e de acordo com a Lei nº 439/1906, edita um conjunto de decretos (2.225, 2.226, 2.227), convertendo em mistas diversas cadeiras isoladas em diversas localidades situadas nos municípios de Santa Rita de Cássia (Decreto nº 2.225); Três Pontas (Decreto nº 2.226); Caratinga (Decreto nº 2.227); Conselheiro Lafaiete (Decreto nº 2.228); Araçuaí (Decreto nº 2.229); em Santo Antônio da Casa Branca em Ouro Preto (Decreto nº 2.230); em Cachoeira do Campo, em Ouro Preto (Decreto nº 2.231) e em Leopoldina (Decreto nº 2.232).

1908, 30 de maio. Pelo Decreto nº 2.234, aprova o Estatuto da Federação Cooperativa Agrícola do Município de São Paulo do Muriaé.

1908, 31 de maio. Pelo Decreto nº 2.235, aprova o Estatuto da Federação Cooperativa Agrícola Municipal de Ponte Nova.

1908, 9 de junho. Pelo Decreto nº 2.237, aprova o Estatuto da Federação Cooperativa Agrícola do município de Carangola.

1908, 15 de junho. Segunda e última mensagem do presidente João Pinheiro ao Congresso Mineiro, na solenidade de instalação da 2ª sessão da 5ª legislatura.

1908, 17 de junho. Considerando a necessidade de difundir o ensino público primário, de acordo com os novos métodos adotados a partir da Lei nº 439/1906, João Pinheiro cria grupos escolares em Paracatu (Decreto nº 2.240) e na Vila de Santa Quitéria (Decreto nº 2.241).

1908, 30 de junho. Falecimento de sua filha Celeste.

1908, 8 de julho. Considerando a necessidade de difundir o ensino público primário, de acordo com os novos métodos adotados a partir da Lei nº 439/1906, João Pinheiro cria grupos escolares na cidade do Prata (Decreto nº 2.246); em Santa Luzia do Rio das Velhas (Decreto nº 2.247) e na Vila de Itaúna (Decreto nº 2.248).

1908, 18 de julho. Pelo Decreto nº 2.260, muda a denominação da fazenda-modelo da Barra para fazenda-modelo Diniz, em homenagem a Ignácio Ferreira Diniz que doou ao estado os terrenos necessários à sua fundação.

1908, 12 de agosto. Pelo Decreto nº 2.261, converte em mistas cadeiras de instrução primária existentes em diversas localidades mineiras.

1908, 12 de agosto. Pelo Decreto nº 2.262 estabelece um campo de demonstração ao invés da fazenda-modelo nos terrenos doados pela Câmara Municipal de Aiuruoca.

1908, 26 de agosto. Pelo Decreto nº 2.263, aprova o Estatuto da Cooperativa Agrícola de Juiz de Fora.

1908, 26 de agosto. Pelo Decreto nº 2.264 revoga o Decreto nº 1.961/1906, tendo em vista a desistência da Sociedade Anônima das Minas de Manganês de Ouro Preto do privilégio para construir uma estrada de ferro partindo de Entre Rios até o ponto mais conveniente entre as estações de Cristiano Otoni e Buarque de Macedo da Central do Brasil.

1908, 26 de agosto. Cria grupo escolar na cidade de Passos (Decreto nº 2.267) e de Carangola (Decreto nº 2.268).

1908, 26 de agosto. Converte em mistas cadeiras de instrução pública em São Paulo do Muriaé (Decreto nº 2.269), em Araçuaí (Decreto nº 2.270) e em Aiuruoca (Decreto nº 2.271).

1908, 31 de agosto. Cria grupo escolar na cidade de Caeté (Decreto nº 2.272) e em Oliveira (Decreto nº 2.273).

1908, 3 de setembro. Sanciona a Lei n. 479, que autoriza o Poder Executivo a adotar no território do estado um sistema de marcas a fogo para o gado vacum, cavalar e muar.

1908, 7 de setembro. Comemoração popular no Palácio da Liberdade do segundo ano de governo de João Pinheiro. Discursaram o deputado estadual Francisco Paoliello e o republicano histórico, Alexandre Stockler, respondendo de improviso o presidente.

1908, 23 de setembro. Agravamento do quadro de saúde de João Pinheiro é noticiado no *Minas* Gerais.

1908, 25 de outubro. Morte de João Pinheiro, aos 47 anos, devido ao linfoma ou doença de Hodgkin, um tipo de câncer que se origina no sistema linfático.

1908, 29 de outubro. Tendo em vista "os grandes e inolvidáveis serviços prestados à pátria e à humanidade por João Pinheiro da Silva" e em homenagem a sua memória é alterada, pelo Decreto nº 2.276 do vice-presidente Júlio Bueno Brandão, a denominação da avenida Liberdade, na capital mineira, para avenida João Pinheiro.

CRITÉRIOS EDITORIAIS

O Programa de Pesquisa Histórica e Edição Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro tem por compromisso a total fidelidade em relação ao conteúdo dos documentos históricos e obras reeditadas e adota como procedimento de praxe a atualização ortográfica e gramatical dos textos com o objetivo de facilitar a leitura por um público ainda maior de pesquisadores e leitores. Os documentos provenientes do século XIX e primeira década do século XX que compõem esta coletânea tiveram, portanto, sua ortografia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e como fonte de consulta o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Volp) da Academia Brasileira de Letras.[95] E para modernização

95 ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Volp). Disponível em: https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-ortografico. Acesso em: 25/08/2022.

dos nomes próprios foram adotados os critérios do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. [96]

A indexação dos textos também foi utilizada para auxiliar o pesquisador em sua busca por temas mais gerais e pessoas.

O índice de assuntos é um importante instrumento para a identificação e compreensão, inclusive, do vocabulário político e dos principais conceitos vigentes no período compreendido pela obra. O onomástico ou índice dos nomes de pessoas foi o mais complexo de ser realizado em virtude da profusão de nomes referenciados nos textos, exigindo pesquisas complementares nos casos em que o nome aparecia no original de maneira incompleta ou com erros. A entrada dos nomes no índice dá-se pela primeira letra do sobrenome e nos casos em que aparecem de forma reduzida nos textos, foram reproduzidos dessa mesma forma no índice, mas com o nome completo em parênteses, quando possível. Os títulos honoríficos, patentes militares e cargos foram colocados ao final.

Além das referências bibliográficas, foram inseridas nas notas de rodapé informações pertinentes à compreensão dos textos, como dados biográficos, explicação de termos e expressões e informações históricas, mas sem ser exaustivas. Para diferenciá-las, as notas presentes nos textos originais foram assinaladas com a sigla N.A.: nota do autor.

No caso de palavras ou trechos ilegíveis foi inserida no corpo do texto a seguinte sinalização: [ilegível].

As iniciais maiúsculas foram utilizadas nos seguintes casos: nomes e sobrenomes; nomes de famílias; topônimos; indicação de épocas (Idade Média); entidades e instituições civis e eclesiásticas (Igreja, Câmara dos Deputados); poderes (Legislativo, Executivo); regimes (Monarquia, República); legislação, princípios morais ou designações de emprego abstrato (Justiça); disciplina e áreas do conhecimento (Ciência, Política), estatutos (Constituição, Estatuto).

E o uso de minúsculas para: cargos e funções (deputado, presidente, prefeito), exceto nas situações em que configurar vocativo; indicação de correntes de pensamento (positivismo).

Em relação aos pronomes de tratamento foram usadas letras minúsculas nos pronomes mais

---

96 FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb. Acesso em: 25/08/2022.

usuais ou comuns, tais quais: senhor, senhora, doutor, dona, dom, professor, você. Já nos demais pronomes, menos usuais e mais formais, foram utilizadas letras maiúsculas, como por exemplo: Vossa Senhoria, Vossa Excelência, entre outros. Nas abreviações, utilizou-se apenas iniciais maiúsculas.

JOÃO PINHEIRO E A REPÚBLICA: COLEÇÃO DE DOCUMENTOS

À MEMÓRIA DE TIRADENTES

1. João Pinheiro, os republicanos e as comemorações no 21 de abril de 1888

AS COMEMORAÇÕES[1]

Coberto de todas as ignomínias, imaginadas e imagináveis, enforcaram, no século passado, e na pessoa do Tiradentes – a Liberdade Americana da Pátria Brasileira.

Amaldiçoaram-no; os membros desunidos foram pregados em postes; teve a memória envilecida, e no chão execrado levantaram um padrão de infâmia...

Mas, hoje, a pátria, de joelhos, adora o infamado glorioso!

O lento evoluir dos anos converteu em manto de glórias para Vila Rica.

O humilde plebeu, por ter desprezado a vida de uma geração, terá de viver a vida dos séculos.

Lutava contra o *estado de coisas* e o futuro o abençoa.

O carrasco paralisou as nobres pulsações daquele coração altivo; esfriou em seu cérebro de americano o pensamento ardente de revoltado; e a pátria bendiz a alma sublime, cujo crime foi tê-la amado muitíssimo; e prostra-se ante a cabeça decepada que lhe formulou os destinos.

A benção da posteridade é bem mais gloriosa que o sórdido interesse de um dia.

---

1 SILVA, João Pinheiro. Comemorações. *Tiradentes, homenagem ao primeiro mártir da liberdade brasileira* – Joaquim José da Silva Xavier, Ouro Preto, 21 de abril de 1888, p. 1. O texto abre esta publicação, comemorativa editada pelos republicanos de Ouro Preto e pelo que se depreende sob a iniciativa de João Pinheiro. A edição contou ainda com textos de Joaquim Francisco de Paula, Necésio Macedo, Grey Tavares, Antônio Olinto, Luiz Moreira Ramos, Aurélio Pires; J. Sá e Silva, Carlos Lindenberg, Josaphat Belo, Francisco Barcelos, Luiz Ferraz, L. Jobim, Alcides Medrano, Zoroastro Pires e Pedro Luiz Pereira de Souza. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815446&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1 Acesso em 24/08/2022.

É absolutamente completa.

O perigo de franquezas presentes se atenua na sincera expansão pelos fatos que o tempo distancia.

Mas nós, os republicanos, comemoramos o vulto legendário sem nem uma amputação; por que de seu nome fazemos símbolo; de suas ideias – fanal; de sua coragem – incentivo; de sua força – tradição; de sua morte – exemplo; e de seu martírio – remorso para os régios descendentes da rainha algoz e os egoístas embrutecidos pelo cálculo até o ponto de julgarem possível a conciliação absurda do cavalo de bronze do Largo do Rocio com as aspirações nobilíssimas de 89.

O Ouro Preto fazendo a comemoração cívica do maior brasileiro morto, que era filho de Minas, continua as tradições de Vila Rica, honrando-se e honrando a província de que é capital.

E saibamos ser cidadãos!

A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO EM MINAS

1. Primeira reunião do Partido Republicano e Declaração Republicana (3-4 de junho de 1888)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DE OURO PRETO[2]

Presentes trinta e quatro cidadãos em casa do senhor coronel Francisco Ferreira Alves,[3] em 4 de junho de 1888, à rua do Carmo, nº 18, foi aberta a sessão, às 7 horas da noite, sendo aclamado para presidi-la o doutor Francisco Martins de Andrade, deputado provincial pelo 13º distrito.[4] O presidente convidou para secretários os doutores João Pinheiro e Antônio Olinto dos Santos Pires.[5]

---

2 Ata da primeira reunião do Partido Republicano de Ouro Preto, 4 de junho de 1888, conforme transcrição feita por BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 53-57.

3 Francisco Ferreira Alves (1843-1914) foi comerciante em Mariana e Ouro Preto e alcançou o posto de coronel durante a Guerra do Paraguai. Sua atuação no movimento republicano remonta a 1884. Elegeu-se senador à Constituinte de Minas e da 1ª a 6ª Legislaturas entre 1891 e 1914.

4 Francisco Martins de Andrade (?-1892) nasceu em Uberaba, mas foi menino para Lavras. Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, fundou o primeiro jornal de Lavras, *O Lavrense*, em 1887, e exerceu o mandato como deputado republicano na Assembleia Provincial de Minas entre 1888 e 1889, prestou ainda vários serviços ao município de Lavras como presidente da Câmara.

5 Antônio Olinto dos Santos Pires (1860-1925) nasceu no Serro e formou-se em Engenharia, destacando-se como político, jornalista e professor. Assumiu juntamente com João Pinheiro a redação do órgão do Partido Republicano em Minas, *O Movimento*. Atuou como deputado federal entre 1891 e 1894, quando renunciou ao mandato. Fundou em Ouro Preto o jornal *O Estado de Minas* (1893-1894). Foi ministro de Estado no período de 1894 a 1896 e deixou numerosos estudos sobre história e temas científicos.

Em seguida, fazendo uma exposição de motivos da reunião, acentuou a necessidade de uma posição definida para o partido, absolutamente extremada dos partidos políticos monárquicos.

Foi dada a palavra aos cidadãos presentes, para fazerem suas propostas.

O doutor João Pinheiro apresentou as seguintes:

1ª – que fosse eleita uma comissão de três membros para redigir o Estatuto do Partido Republicano da Capital (aprovada por unanimidade);

2ª – que esta comissão se dirigisse aos correligionários do 1º distrito, convidando-os a organizarem os partidos nas respectivas localidades (também aprovada);

3ª – que o Partido Republicano da capital enviasse um manifesto a todas as localidades da província, convidando os correligionários a agremiarem-se para, sendo necessário, estarem prontos a entrar nos pleitos eleitorais; que este manifesto fosse redigido e assinado pelos três deputados correligionários, pela grande autoridade moral de que se achavam revestidos, como representantes da província.

O senhor doutor Costa Sena, deputado do 3º distrito,[6] objeta que os deputados não representam toda a província e, sim, alguns distritos e, por isso, não podem assumir a responsabilidade de uma medida tão geral, observando que, por parte do clube republicano da capital, semelhante iniciativa torna-se mais legítima.

O doutor João Pinheiro propõe então que o Partido Republicano da capital autorize os três deputados[7] a redigirem o manifesto, caso fosse a medida aprovada. São aprovadas as medidas relativas ao manifesto e a autorização aos deputados para o redigirem.

O doutor João Pinheiro propõe então que o manifesto contenha, além de uma exposição de princípios, à liberdade dos redatores, as seguintes medidas práticas:

1ª – lembrar aos clubes a necessidade de se entenderem, com o fim de se prestarem mutuamente consultas, auxílios e conselhos a benefício da orientação da ideia geral e interesse comum do partido (aprovada);

---

6 José Cândido da Costa Sena (1847-1901) nasceu em Conceição do Serro e formou-se em medicina. Jornalista e escritor, iniciou sua carreira política como vereador e agente executivo em sua cidade natal. Elegeu-se deputado provincial entre 1880-83 e 1888-89 e deputado federal constituinte em 1891-1893.

7 Os três deputados republicanos eram Francisco Martins de Andrade, Costa Sena – ambos já mencionados – e Joaquim Leonel de Rezende Filho (1860-1932). Rezende Filho nasceu em Campanha e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Deputado provincial entre 1888-89 e deputado federal entre 1891 e 1902. Em 1906, encerrou a carreira política e passou a exercer a advocacia no Rio de Janeiro.

2ª – lembrar a necessidade de um congresso para o tempo e lugar que forem designados pelo partido da província; mas, enquanto não se realizar semelhante medida, sejam feitas as comunicações por escrito, oferecendo-se o Partido Republicano da capital a ser o centro das comunicações, enquanto pelo partido da província não se determinar o contrário (aprovada);

3ª – que se proclame, como consequência dos princípios republicanos, a autonomia do Partido Republicano da província, dos partidos das outras províncias em tudo que for referente aos interesses da pátria mineira, o que encerra a ideia da federação (aprovada);

4ª – que os diferentes centros locais sejam considerados no mesmo pé de igualdade para proporem e consultarem todos os outros centros a respeito de quaisquer ideias de interesse geral que devam ser adotadas pelo partido, tendo liberdade inteira na economia de seus interesses locais, o que encerra a ideia da autonomia municipal (aprovada);

5ª – que, junto ao manifesto, se envie uma lista para receber os nomes dos que a ele aderirem, com o fim de se avaliarem as forças do partido e para a facilidade das comunicações (aprovada); 6ª – aconselhar proteção à Imprensa Republicana, local ou provincial, como um grande meio de propaganda (aprovada);

7ª – que seja eleita uma comissão executiva permanente de três membros para dirigir os trabalhos e executar as medidas votadas (aprovada).

Em seguida, fala da necessária apresentação de candidatos à próxima eleição senatorial, sentindo que o tempo seja muito estreito para uma consulta prévia ao eleitorado, e lembra que os três deputados podiam apresentar os nomes dos candidatos, salvando, por este modo, os princípios, como representantes da província e a necessidade prática dos fatos e de momento; pois a concorrência do eleitorado às urnas seria um grande meio de disciplina e uma boa medida para a estatística do partido.

O doutor Juvenal da Silva, fazendo considerações sobre a necessidade de se respeitarem sempre as leis normais da democracia, diz ser mais curial uma consulta ao eleitorado.

Sobre este assunto, falaram os doutores Leonel Filho, Costa Sena, Antônio Olinto e Martins de Andrade e é adotado o projeto da consulta prévia. É suspensa a sessão por quinze minutos.

Reaberta, o doutor Joaquim Francisco de Paula[8] pede a palavra e propõe que os republicanos, absolutamente extremados dos partidos monárquicos, a nenhum deles se aliem para nenhum efeito e que isto fique consignado claramente, para contrariar os boatos infundados que correm da aliança dos deputados-provinciais republicanos com o Partido Liberal. Há protestos gerais, lembrando o doutor Leonel Filho o seu discurso na primeira sessão da Assembleia Provincial e dizendo o doutor Martins de Andrade que ia protestar contra as asserções do conselheiro Afonso Celso[9] no Senado a este respeito.

Em seguida, o senhor presidente convida os sócios a assinarem a declaração que está junto a esta.

São recebidas 31 assinaturas.

Procedendo-se à eleição para a comissão de estatuto e a executiva, foi este o resultado:

Comissão Executiva Permanente:

Francisco Ferreira Alves	30 votos
Doutor João Pinheiro da Silva	29 votos
Doutor Leônidas Damásio	28 votos
João Alves dos Santos	4 votos
Doutor Pedro Batista	1 voto
Doutor Domingos Rocha	2 votos
Doutor Ferreira e Costa	1 voto

Comissão de Estatuto:

Doutor Francisco de Paula Ferreira e Costa	27 votos
Doutor J. Oliveira Santos	24 votos
Doutor Antônio Olinto	18 votos
Doutor Domingos Rocha	4 votos
João Alves dos Santos	1 voto
Leônidas [Damásio]	3 votos
Doutor João Pinheiro	2 votos
Doutor Pedro Batista	2 votos
Doutor Leonel	1 voto

8 Joaquim Francisco de Paula (1857-1924) nasceu no Ceará e foi geólogo, engenheiro (formado pela Politécnica do Rio de Janeiro e pela Escola de Minas, jornalista e professor. Em 1888, assumiu o cargo de engenheiro adido da Diretoria de Obras em Ouro Preto. Como minerador, conseguiu adquirir fortuna, sendo um dos pioneiros na extração de manganês em Minas.

9 Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912) nasceu em Ouro Preto e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, foi jornalista, escritor, deputado provincial e deputado geral no período de 1864 a 1879. Exerceu o mandato de senador por Minas Gerais entre 1879 e 1889. Trabalhou pela libertação dos escravos e foi um ferrenho defensor da Monarquia.

O senhor presidente declarou eleitos, por maioria de votos, para a Comissão Permanente Executiva, os senhores Francisco Fereira Alves, doutor João Pinheiro da Silva e doutor Leônidas Botelho Damásio.[10]

Para a Comissão de Estatuto, os senhores doutor Antônio Olinto, doutor Francisco de Paula Ferreira e Costa[11] e doutor Joaquim de Oliveira Santos.

Em seguida, pede a palavra o doutor Oliveira Santos e lembra a necessidade de se tratar dos meios materiais para execução das medidas votadas, as quais devem ser executadas com rapidez. Aprovado pela casa, foi decidido que o estatuto marcasse os limites pela determinação da concorrência dos sócios.

Nada havendo mais a tratar, o senhor presidente levanta a sessão, convidando os sócios a uma nova reunião para o primeiro domingo, 10 de junho.

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, residentes nesta cidade de Ouro Preto, declaramos aderir ao convite para a organização do Partido Republicano no 1º distrito, assumindo toda a responsabilidade e aceitando todos os deveres, sem restrição, que sejam consequências de nossa declaração de republicanos.

Ouro Preto, 3 de junho de 1888.

João Pinheiro da Silva – Leônidas Botelho Damásio – Antônio Olinto dos Santos Pires – Domingos José da Rocha – José Cupertino de Siqueira – Carlos Leopoldo Prates – João Antônio Felício dos Santos – Juvenal de Sá e Silva – Joaquim Augusto de Oliveira Santos – João Alves dos Santos – José Isidro Drummond – Antônio de Freitas Diniz – João Calógeras – Necésio Macedo – Aurélio Pires – Nicolau Bertolini – Eurico Jaci Monteiro – Afonso Monteiro de Barros – Pedro Batista de Andrade – Eduardo Machado de Castro – Adolfo Júlio Timburibá – Mariano Guarnieri – Zeferino Chaves – João Pruê – Luís Isidro da Silva – João José Alves – Joaquim Francisco de Paula – Francisco de Assis Barcelos Correia – Antônio José Neto – Francisco Ferreira Alves.

Também aderem, não tendo podido comparecer à reunião, os seguintes eleitores: Francisco d'Avila Ferreira – Padre Alfredo José Neves – João Batista de Sousa Coutinho – Antônio

10 Leônidas Botelho Damásio formou-se em Farmácia e foi professor da Escola de Minas de Ouro Preto, atuou no movimento republicano e tornou-se um dos opositores da política desenvolvida em Minas por Cesário Alvim e João Pinheiro nos primeiros anos da República.

11 Advogado em Ouro Preto.

Joaquim da Silva – Rocha Lagoa – Olímpio Ferrer – João Souto – Augusto Justino de Jesus – José Januário Rodrigues Gondim – Teotônio José Rebouças – Américo Moretzsohn de Oliveira Castro – José Caetano Aleixo – Carlos Joaquim da Silva – Luís Augusto Soares de Magalhães – João Carlos Ferreira Prado – Emigdio Rodrigues Vieira – Alfredo Cata Preta Santos – Otoniel José de Carvalho – Artur Alves de Brito

2. Circular do Partido Republicano de Minas sobre a realização do congresso provincial (5 de junho de 1888)

PARTIDO REPUBLICANO DE MINAS[12]

ESCRUTÍNIO PRÉVIO PARA UM CONGRESSO PROVINCIAL
E ELEIÇÃO SENATORIAL

No dia 5 de junho, pela urgência do tempo, e porque a redação do manifesto de certo se demoraria, a Comissão Permanente da capital expediu a circular abaixo, contendo as disposições práticas de interesse geral sobre as quais o partido da capital tinha deliberado que se consultasse todo o eleitorado republicano da província.

É esta a circular:

Ilmo. Sr.

A Comissão Permanente do Partido Republicano da capital, em cumprimento do que foi deliberado pelo mesmo partido em sessão geral do dia 3 do corrente mês – tem em vista, com a publicação da presente circular, satisfazer em parte uma necessidade urgentíssima, qual a de se poder saber o pensamento de todo o Partido Republicano Provincial, em negócios de interesse comum.

É o seu fim conseguir os resultados práticos que nos poderão advir da união de tantas forças esparsas, de modo a terem uma orientação bem definida pelo acordo de todos, pensando por esta forma, concorrer para a homogeneidade das aspirações democráticas que se tem manifestado e se vão manifestando em todos os pontos da província.

Parecendo de suma vantagem a realização de um congresso geral do Partido Republicano de Minas, no qual se possam assentar as bases da futura constituição política do mesmo partido; e julgando ainda de utilidade, no momento atual, que os nossos correligionários concorram às urnas na próxima eleição senatorial, pelo menos como medida de disciplina e estatística – por estes motivos, a Comissão Permanente da capital se dirige aos seus correligionários e

12Partido Republicano de Minas. *Diário de Minas*, Juiz de Fora, 4 de agosto de 1888, p. 2.

1º – lembra-lhes a necessidade de se organizarem em partido, naqueles lugares em que se não tenham agremiado, oferecendo para este fim os seus estatutos simplicíssimos, a efeito de, com as modificações essenciais, serem adaptadas as condições que os devem modificar.

2º solicita a manifestação da vontade coletiva sobre as duas seguintes questões de interesse geral:

1ª – se convém fazer-se um congresso de representantes do Partido Republicano de toda a província, e, na afirmativa, em que lugar e tempo se deva realizar;

2ª – se convém pleitear-se a próxima eleição senatorial pela vaga do Sr. barão da Leopoldina, e, na afirmativa, que nomes devem ser apresentados à urna.

—

Rogamos às diretorias dos centros locais o obséquio de nos enviarem as respostas com brevidade, dizendo que número de eleitores representam, dirigindo-as a qualquer dos abaixo assinados: o resultado torná-lo-emos conhecido pela imprensa.

Oportunamente será publicado o manifesto da capital aos nossos concidadãos da província, e de cuja redação estão encarregados os três deputados provinciais republicanos.

—

Pedimos à imprensa do interior que não nos for adversa o obséquio de publicar a presente circular.

Ouro Preto, 5 de junho de 1888.

Da Comissão Executiva Permanente da capital.
Francisco Ferreira Alves
Leônidas Botelho Damásio
João Pinheiro da Silva

3. Segunda circular do Partido Republicano de Minas (10 de agosto de 1888)

ELEIÇÃO SENATORIAL E CONGRESSO REPUBLICANO[13]

Pela Comissão Permanente do Partido Republicano foi expedida a seguinte circular:

"Ilmo. Sr.

Comunicamos a V. Sa. que, tendo-se procedido ontem a apuração da eleição prévia para candidatos à próxima eleição senatorial, tendo-se pronunciado 25 municípios, compreendendo 1060 eleitores, obtiveram maioria os cidadãos:

13 Eleição senatorial e congresso republicano. *Diário de Minas*, Juiz de Fora, 14 de setembro de 1888, p. 1-2.

Dr. Joaquim Felício dos Santos, advogado, residente em Diamantina, 754.[14]

Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão, médico, residente na Campanha, 695.[15]

Dr. Américo Lobo Leite Pereira, advogado, residente em Leopoldina, 681.[16]

E, portanto, apresentamos estes nomes a V. Sa. como os candidatos do Partido Republicano Mineiro na próxima eleição senatorial, nos quais se deve concentrar toda a votação do partido.

Também obtiveram votos os doutores Saldanha Marinho, Astolfo Pio, João Nogueira Penido, [ilegível] Joaquim Camilo de Brito e Campos Sales.

Não apresentaram candidatos 218 eleitores, dizendo adotarem os que fossem indicados pela maioria. Contra a eleição senatorial se pronunciaram duas localidades.

Levamos também ao conhecimento de V. Sa. que, em resposta à nossa consulta coletiva sobre a conveniência de um Congresso Republicano Provincial – os eleitores das mesmas localidades responderam afirmativamente, determinando a capital para o lugar da reunião e significando o desejo de que se realizasse no mais breve prazo possível.

E, portanto, fica marcado o congresso para novembro, em Ouro Preto, devendo a primeira sessão ter lugar no dia 15 do referido mês.

Para as primeiras eleições de representantes ao congresso provincial apresentamos as seguintes bases provisórias:

1ª – cada paróquia que tenha eleitores republicanos elegerá um representante e um suplente ao congresso;

2ª – as paróquias de um município poderão, se não for possível mandarem representantes diretos, eleger um representante e um suplente municipal;

---

14 Joaquim Felício dos Santos (1828-1895) nasceu no Serro e foi advogado, professor, jornalista e escritor. Fundou, em 1860, *O Jequitinhonha*, primeiro jornal a difundir as ideias republicanas em Minas. Foi eleito deputado pelo Partido Federalista em 1864. Em 1884, foi o mais votado da Lista Tríplice para Senador, mas foi preterido pelo imperador. Em 1888, organizou o Clube Republicano de Diamantina. Com a República, participou da comissão que elaborou a Lei Eleitoral. Eleito senador por Minas Gerais no período de 1891 a 1895.

15 Francisco Honório Ferreira Brandão (?-1919) nasceu em Campanha e formou-se em medicina em 1864. Foi um dos fundadores do jornal republicano *O Colombo*, de grande projeção no Sul de Minas. Foi eleito deputado federal entre 1891-1893.

16 Américo Lobo Leite Pereira (1841-1903) nasceu em Campanha e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu o mandato de deputado geral entre 1867-1868, foi presidente do estado do Paraná em 1890, deputado constituinte em 1891 e senador, entre 1891 e 1893, por Minas Gerais.

3ª – a ata da reunião paroquial ou municipal servirá de diploma ao representante, devendo ser enviada à Comissão Permanente da capital uma cópia desta ata;

Em falta do representante, será admitido o suplente ao congresso que poderá residir fora da paróquia ou município.

O congresso deverá durar 8 dias no mínimo.

Ouro Preto, 10 de agosto de 1888. Da Comissão Permanente da capital:

Francisco Ferreira Alves
Leônidas Botelho Damásio
João Pinheiro da Silva

4. O Congresso Republicano pelo Correspondente d'*O Farol* (19 de novembro de 1888)

DE OURO PRETO[17]

Ouro Preto, 19 de novembro

CONGRESSO REPUBLICANO PROVINCIAL

Nos dias 16, 17 e 18 continuaram as reuniões dos delegados republicanos do congresso.[18]

Discutiram-se diversos assuntos relativos à propaganda republicana, modo de agitá-la, sistematização dos esforços etc.

A *Lei orgânica* do partido foi aprovada e assim também o projeto de criação de um jornal semanal, que sairá a luz logo que se tenha obtido o capital indispensável para mantê-lo.

Foi votada também uma lei que regula a contribuição pecuniária por paróquia, município, distrito e província.

Cogitaram os delegados da constituição do futuro Estado mineiro e para confeccioná-la foi eleita a seguinte comissão:

Doutores Joaquim Felício dos Santos, Pedro Lessa e Rezende.

---

17 De Ouro Preto. *O Farol*, Juiz de Fora, 22 de novembro de 1888, p. 2.

18 O Congresso Republicano teve início a 15 de novembro de 1888.

Esta comissão apresentará o projeto antes da futura reunião do congresso, que se realizará a 14 de julho de 1889.

Ficou estabelecido que para discutir essa *Lei Orgânica* será convocada uma sessão extraordinária.

Na lei do partido ficou estatuído que cada paróquia enviará o seu representante e, na falta deste, o suplente, que será conjuntamente eleito com aquele.

A mais interessante das sessões foi a de ontem, porque houve animadíssima discussão sobre o *Manifesto*.

Essa discussão foi provocada visto não ter o *Manifesto* tocado na questão da indenização aos proprietários da extinta escravidão.[19]

Entendiam alguns que a palavra indenização não deveria figurar, manchando a profissão de fé republicana do partido.

Outros, ao contrário, pediam a inserção no *Manifesto* de algumas palavras que definissem de um modo positivo a opinião do Partido Republicano Mineiro em relação a esse assunto da atualidade.

Manifestaram-se por esse modo os delegados A. Medrado, Juvenal de Sá e Silva, Necésio Macedo e Leônidas Damásio, que apoiam uma emenda nesse sentido, e que foi rejeitada pelos outros delegados.

Por fim o Dr. Lobato[20] apresentou a indicação seguinte: "Requeiro que seja lançado na ata de hoje que o Partido Republicano Mineiro não faz e nem fará da questão de indenização o seu programa."

Foi ela aprovada, tendo obtido só um voto contra. A ata e o *Manifesto* vão ser publicados.

O Congresso elegeu a Comissão Executiva Central de 5 membros:

---

19 Este é um dos aspectos mais relevantes dessa notícia, pois o tema da indenização dos antigos proprietários de escravos não será mencionado no Manifesto (documento transcrito a seguir) e não aparecerá mais no âmbito da propaganda do Partido Republicano em Minas, a não ser a queixa contra imputar-se ao Partido Republicano a pecha de "porta-voz da indenização dos ex-escravos". O movimento [editorial] *O Movimento*, Ouro Preto, 31 de marco de 1889, p. 1 (documento também transcrito a seguir).

20 João das Chagas Lobato (?-1899) nasceu em Oliveira, era advogado e foi deputado geral por Minas Gerais (1864-1866), deputado federal entre 1890-1893 e 1895-1896.

Domingos Rocha, Ferreira Alves, A. Olinto, João Pinheiro e Leônidas Damásio.[21]

Para o jornal já estão tomadas 1000 assinaturas, que foram garantidas por todos os delegados presentes.[22]

———

Hoje, depois do *lunch*, onde trocaram-se muitos brindes, partiram os representantes para seus respectivos municípios.

(*Do correspondente*)

5. Circular do Partido Republicano Mineiro sobre as deliberações do Congresso (22 de novembro de 1888)

CIRCULAR DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO[23]

Concidadão.

Em cumprimento do que foi votado pelo Congresso Republicano da Província, de 15 de novembro, transmitimos a V. Sa., como membros da Comissão Central Permanente do Partido, as suas deliberações, esperando de vosso patriotismo toda a solicitude no cumprimento delas, de maneira que, no mais breve prazo possível, conforme determinou o Congresso:

1º – esteja o partido organizado em todas as paróquias;

2º – estejamos nós habilitados a levantar uma estatística completa do mesmo partido em toda a província, devendo para isto nos mandarem, sem demora, as informações do movimento político nas respectivas circunscrições;

3º – auxiliar-nos, desde já, na manutenção da imprensa do partido, cujo órgão, por prescrição do Congresso, sairá à luz, nesta capital, nos princípios do ano vindouro.

É evidente a necessidade de um jornal como meio permanente e sistemático de propaganda, o qual bem defina os princípios republicanos, de modo a torná-los conhecidos de todos em sua verdade e simplicidade.

---

21 Leônidas Damásio não fará parte da Comissão Central Permanente do Partido Republicano Mineiro que será composta por João Pinheiro, Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Ferreira Alves, Domingos José da Rocha e Pedro Batista de Andrade.

22 Este jornal, como se verá a seguir, terá como redator-chefe João Pinheiro e terá a denominação *O Movimento*.

23 Circular do Partido Republicano Mineiro, 22 de novembro de 1888, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 58-59.

Precisamos demonstrar ser o governo que aspiramos governo de ordem e de paz, e não de anarquia, conforme tem espalhado a ignorância ou a calúnia.

Um órgão do partido foi criado pelo Congresso para satisfazer este *desideratum*: solicitamos, para este órgão a vossa atenção e apoio.

Junto a esta circular, encontrará V. Sa. a exposição resumida dos trabalhos do Congresso, um exemplar da Lei Orgânica e das leis especiais pelo mesmo votadas e o seu manifesto.

É um partido de sacrifícios, de todos e para todos. Entretanto, estamos certos de que o desinteresse, a abnegação e o amor dedicado à pátria darão aos republicanos a força necessária para o empreendimento de uma luta, aliás, fácil. É grande o desânimo que lavra no seio dos dois partidos monárquicos.

Contra nós, é somente o pequeno número dos que exploram o estado atual de coisas.

Unamo-nos no sentimento, no pensamento e na ação e teremos cumprido o nosso dever, trabalhando para a felicidade do Brasil.

Ouro Preto, 22 de novembro de 1888.

Da Comissão Central Permanente do Partido Republicano Mineiro. (a) *João Pinheiro da Silva – Antônio Olinto dos Santos Pires – Francisco Ferreira Alves – Domingos José da Rocha – Pedro Batista de Andrade.*

6. Manifesto do Congresso Republicano (8 de dezembro de 1888)

PARTIDO REPUBLICANO[24]

Aos mineiros

O Congresso Republicano Mineiro, reunido na cidade de Ouro Preto, depois de ter confeccionado a Lei Orgânica do partido na província, cuja adoção vos recomenda, julgou do seu dever dirigir-vos este manifesto, que é uma rápida, mas verdadeira exposição de motivos do pronunciamento que ora se opera no país:

Concidadãos mineiros:

Os governos são criados para encaminhar e conduzir os povos à felicidade e ao progresso. De outro modo poder algum se legitimaria e, por benigno que fosse não teria razão de ser.

Os povos constituem as forças vivas das nações e os governos não devem ser senão a agulha, que, tomando por polo magnético, os seus legítimos interesses, os guia no caminho da conquista de suas aspirações.

24 Partido Republicano. *O País*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1888, p. 3.

E é para tanto que os povos se constituem em sociedades e que estas se organizam.

Ora, nós, os brasileiros, éramos até 1821 um povo sem autonomia, uma sociedade que se não pertencia, um rebanho que a metrópole, mais madrasta do que mãe, tosquiava sem pena e explorava sem piedade, mais no seu do que no nosso interesse.

O Brasil tinha a sorte de todas as colônias, regidas pelos princípios atrasados daquelas épocas.

Aos colonos, verdadeiros párias, só se concedia a vida e, essa mesma, privada de todo o conforto e ameaçada a todo instante por poderes autoritários e despóticos.

Que necessidade havia de que gozassem de outros direitos? Não lhes bastava a honra de pertencer à metrópole? Que mais queriam?

Os tempos correram. A liberdade vitoriosa nas lutas com o obscurantismo irradiava por toda a parte e o Brasil, por sua vez, também sacudiu o pesado jugo colonial – realizavam-se assim as santas aspirações que trinta anos antes haviam custado a vida a um dileto filho desta terra, ao legendário protomártir de nossa liberdade, ao glorioso e ínclito Tiradentes.

A ideia tinha sido santificada com a oblação do sangue do patriota e a inconfidência, afinal, triunfava. Estava feita a Independência.

Livre das peias coloniais, o Brasil devia e tinha direito de se constituir nação independente sob a forma de um governo que fosse inspirado pelo influxo dos princípios da classe dos agricultores.

As ideias democráticas, os sentimentos de independência e liberdade haviam rompido por toda a América, libertando as colônias e quebrando os velhos moldes; pareciam aconselhar a predizer que o Brasil não adotaria outro regime que não fosse o puro regime republicano.

"Independência ou morte" foi o grito que reboou nas margens do Ipiranga, e ninguém ouviu que o eco repetisse "Monarquia ou morte!"

Entretanto, uma fortuita circunstância de ocasião, a presença de D. Pedro na colônia que se emancipava, impôs um governo monárquico ao país, que, ávido de liberdade, aceitou-o, talvez ainda na doce crença de que a Monarquia, desprendida das velhas normas europeias, sobre o solo virgem e sob o sol ardente da América se retemperasse e pudesse consorciar-se com a democracia para conduzir a nação a seus altos destinos.

E eis porque foi adotado entre nós o regime monárquico sob a dinastia de D. Pedro.

A majestade ficava, para bem de todos, mas o povo nunca deixou de ser aquele rebanho de Panúrgio,[25] de que falou o senador Antônio Prado.[26]

25 Panúrgio, personagem do romance Pantagruel, de François Rabelais. Injuriado por Dindenaut, vendedor de carneiros, Panúrgio comprou-lhe os carneiros mais bonitos e os jogou ao mar e os demais seguiram cegamente os primeiros, de modo que todo o rebanho pereceu nas águas.

26 Antônio da Silva Prado (1840-1929) nasceu em São Paulo e exerceu o cargo de senador entre 1887 e 1889.

São, porém, passados 67 anos e a nação nem é próspera, nem está feliz.

Apesar dos derrames da metrópole, apesar dos vexames com que era tratado, o Brasil saíra do regime colonial relativamente rico e cheio de animação. As províncias tinham uma vida própria e gozavam de um certo bem-estar, que hoje em parte alguma se encontra. Era sem dúvida muito menor a população, porém as povoações floresciam no meio das convulsões de um povo que se organizava, via-se transluzir a vida, a animação e o contentamento.

Qual é hoje o aspecto que apresenta o Brasil?

Geral desânimo, abatimento e prostração moral, pungente significação de que ninguém está contente!

Se a população cresceu e com ela a produção, cresceram igualmente os impostos, desbarataram-se as rendas e o país está pobre.

A instituição de uma crítica longa sobre o nosso estado financeiro seria impertinente neste Manifesto; mas o Congresso não pode deixar de assinalar que esse estado é tristíssimo; que os déficits orçamentários se sucedem; que a alta administração da Monarquia, nas suas lucubrações, não encontra para remediá-lo senão o recurso dos impostos e dos empréstimos – saques que com mão de ferro hão de pesar sobre as gerações futuras e triste legado que a miseranda atualidade vai deixar aos pósteros!

Ao passo que outros países sem ter por si nem as riquezas naturais que possuímos, sem ter um solo ubérrimo como o nosso, prosperam rapidamente sob o regime republicano, espantando o mundo com o seu adiantamento e progresso, o nosso Brasil definha e vê suas forças estagnadas.

É que, entre nós, uma política de corrilhos à sombra da umbela da Monarquia tem tudo avassalado, com menosprezo dos grandes interesses nacionais. Na ordem intelectual reina profunda ignorância, a ponto de 90% da população não saber ler nem escrever. É um fato que atesta a incúria da realeza como se a Monarquia se mostrasse empenhada em perpetuá-la para proveito seu.

Na ordem moral a corrupção tem invadido os costumes em tão alta escala que se torna difícil bem discernir onde está o mérito e onde se assenta a virtude. A fé, a sinceridade, a abnegação são coisas de nonada, e a Monarquia, se não é diretamente a causa disso, ao menos pactua e condescende com essa ordem de coisas.

Tal é o pensamento enunciado por insuspeito e notável estadista contemporâneo, sob a forma: – a corrupção vem de cima.

Na ordem política, os partidos monárquicos nenhuma significação têm e tudo se reduz hoje à mera questão de rótulo.

No poder, os partidos usurpam uns as ideias dos outros e, o que mais é, nenhuma reforma realizam sem que de cima recebam a senha.

Destarte, as câmaras estão nulificadas pelo Poder Executivo e este, por sua vez, é o joguete do poder irresponsável, que, constituído como se acha, peia, entorpece e absorve a ação e atribuições de outros poderes.

Nestas condições, não se respeitam mais princípios, não se guardam mais crenças, violam-se os direitos, coarta-se a liberdade e o voto tornou-se um privilégio.

Não é necessário citar fatos. O Congresso não o faz, porque estão no conhecimento e na consciência de todos: não há duas opiniões a respeito e os próprios defensores da Monarquia o reconhecem e proclamam bem alto nos seus chamados dias de ostracismo.

Nestas condições, sob atmosfera tão carregada, as classes baixas e proletárias do país, quer os representantes do capital, quer de inteligência e ilustração, quer as do trabalho, não podem estar satisfeitas e era natural que, aspirando a uma nova ordem de coisas, quisessem convolar para um regime novo, que lhes abrisse mais amplos horizontes e lhes oferecesse maiores garantias.

Uma grande barreira, porém, a instituição servil, dificultava tão legítima aspiração, porque, estando a negra instituição vinculada à Monarquia, sem a supressão daquele cancro, não se compreendia a República.

Desde que a barreira caiu diante do glorioso ato de 13 de maio, haviam desaparecido os embaraços para o advento da República e o país, que nutrira em todos os tempos essa aspiração, não tinha mais que esperar para o pronunciamento que se nota hoje em seu seio.

É o que fizeram, antes de outras, as províncias de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. E nós, os mineiros, devemos estar cheios de um justo orgulho por termos feito do fôlego substância, a que zombeteiramente se referiu o senhor ministro da Fazenda, tendo saído nós do domínio da palavra para o terreno da ação, preferindo agir a declamar, elegendo, como elegemos, dois correligionários nossos deputados à assembleia-geral, levando representantes ao seio da deputação provincial, sem falar nos vereadores às câmaras municipais, nem no brilhante resultado que alcançamos na última eleição senatorial.

Pretende a Monarquia que, se não tem feito muito pela prosperidade do país, ao menos tem nos dado longos anos de paz.

Engano.

Não é a realeza, sabe-o a província, que nos tem dado a paz; somos nós que a temos deixado pacífica, para que, sem desculpa nem escusas, tivesse o campo livre, a fim de desembaraçadamente operar para o nosso engrandecimento e prosperidade.

Desta liberdade e desta paz não se serviu o governo da realeza senão em proveito seu, no interesse da sua perpetuação.

A nação, já o dissemos, está descrente e abatida, na convicção de que os altos poderes do Estado, a exemplo da Monarquia, não cuidam senão de si, constituindo e formando todos uma companhia de seguros mútuos.

O país está, pois, descontente, e o descontentamento vai-se acentuando por toda parte. Primeiro, as províncias do Sul e, agora, as do Norte começam a mover-se e pela carreira que leva o movimento, o congresso crê que em breve o país todo se terá pronunciado.

O Pará, o Maranhão e Pernambuco no Norte também despertam e se arregimentam.

Está naquelas paragens dado o alarme e as ideias novas se propagam com rapidez de um extremo a outro do país: o advento da República não tardará.

Nós, os mineiros, já temos feito muito, mas não está tudo feito e o congresso, levantando bem alto a bandeira da República, não pode deixar de proclamar a seus comprovincianos, todos filhos da terra tradicional da liberdade, que não parem nem durmam sobre os louros das recentes vitórias.

Agir, sempre agir, nunca parar, é a nossa missão, será a de amanhã, a de todos os dias até que sejamos vitoriosos.

Bacharel João das Chagas Lobato, capitalista – Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, advogado formado – Antônio Olinto dos Santos Pires, engenheiro – Arthur Itabirano, advogado formado – Joaquim Veríssimo da Costa Lage, farmacêutico – Bacharel Aristides de Araújo Maia, deputado provincial – Henrique Augusto de Oliveira Diniz, médico – Arthur de Resende, fazendeiro – Carlos Pereira da Silva, advogado provisionado – Bernardo Cisneiros da Costa Reis, médico – Cincinato Sarmento, farmacêutico – Eurico Jaci Monteiro, agrimensor – Antônio Pedro Cisneiros da Costa Reis, médico – Arquias Medrado, engenheiro – Necésio Macedo, comerciante – Antero Dutra de Morais, médico Diogo Pereira de Azevedo, farmacêutico – Eduardo Limpo de Abreu, engenheiro – Nicésio José Tavares, médico – Arthur Alves de Alcântara Campos, fazendeiro – Quintiliano Nery, engenheiro – Zeferino Chaves, farmacêutico – José Rodrigues Dias Primo, capitalista – Bernardo Manso M. da Costa Reis, fazendeiro – Juvenal de Sá e Silva, agrimensor – Arthur da Costa Guimarães, engenheiro – José Cupertino de Siqueira, agrimensor – João Carneiro Pestana de Aguiar, advogado formado – Henrique Rafael Schmidt, dentista – Antônio Alves de Araújo Antunes, comerciante – Graciliano Martins Sobrinho, proprietário – João Júlio Proença, fazendeiro – Francisco de Assis Barcelos Correia, advogado formado – Carlos Leopoldo Prates, agrimensor – Francisco Ferreira Alves, capitalista – Domingos José da Rocha, engenheiro – Pedro Batista de Andrade, lente da Escola de Farmácia – Gomes Freire de Andrade, médico – Joaquim Augusto de Oliveira Santos, advogado formado – Leônidas Botelho Damásio, lente da Escola de Minas – A. Monteiro de Barros, agrimensor – Eduardo Machado de Castro, lente do Liceu Mineiro – Luís Orsini, comerciante – João Prué, comerciante – João Antônio Felício dos Santos, agrimensor – João Pinheiro da Silva, advogado formado.

A PROPAGANDA DO PARTIDO REPUBLICANO NAS PÁGINAS D'*O MOVIMENTO* - 1889

1. *O Movimento*: artigo-programa (23 de janeiro de 1889)

O MOVIMENTO

[Editorial][27]

É a voz de um novo partido a que se eleva hoje na capital mineira para falar à província.

Há bem pouco ainda uma utopia, ontem uma esperança apenas, é agora a sua organização um fato e a sua força uma realidade, já experimentada em mais de uma vitória, para ser a legião de amanhã.

O nosso jornal se dedica primeiramente ao serviço deste partido – à divulgação dos seus princípios, à propaganda de suas ideias, à determinação de seus legítimos fins, à demonstração de sua superioridade teórica e oportunidade prática e, finalmente, à publicação de seus atos oficiais, como partido organizado que é, em nossa província.

Desnecessário se torna fazermos um programa político minudente; e basta dizer que o ponto capital, pelo qual lutamos, é o estabelecimento da República Brasileira, de modo que na federação das províncias se mantenha intacta a unidade da Pátria.

Os diferentes pontos deste programa estão insertos no Manifesto da Corte, de 1870, nos das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro do ano passado e no nosso de 18 de novembro do mesmo ano; e isto dispensa-nos uma repetição de conjunto, tanto mais quanto os detalhes irão sendo sucessivamente desenvolvidos em nossas colunas.

De par com a análise de princípios puramente doutrinários, não nos eximiremos de prestar a devida atenção à gerência dos públicos negócios – apreciando-a com retidão e justiça, sem paixões – como sem ódios, posição esta que a nossa neutralidade, entre os dois partidos monárquicos, garante, e também a nenhum interesse que nos possa ligar à atual ordem de coisas.

---

27 O Movimento [editorial]. *O Movimento*, Ouro Preto, 23 de janeiro de 1889, p. 1.

O nosso modo de falar será a exposição calma e serena do que, absolutamente, intransigentes na esfera dos princípios, sabem guardar conveniências no referente a motivos de alheias opiniões; dos que desejam incruento e esclarecido o triunfo de sua causa, esforçando-se em chegar à República pela luta pacífica das ideias e arregimentação convencida dos homens.

Só, forçadamente, sairemos desta trilha, para assumir com firmeza e patriotismo a posição que a corrente dos acontecimentos e o nosso dever nos determinarem.

A razão do título que adotamos está em a natureza do próprio fenômeno político que atualmente preocupa todos os espíritos – neste MOVIMENTO que os nossos antecedentes históricos legitimam, as necessidades urgentes da atualidade reclamam, e a certeza tranquila da vitória robustece.

Sobreleva-se a Província de Minas entre as que se têm manifestado – fato honrosíssimo – pelo qual reata o fio de suas grandes tradições; pois nunca foi indiferente aos apelos do patriotismo e nem tardia, tendo o seu concurso sido sempre decisivo.

É a bandeira generosa da grande luta da reconstrução da pátria a que desfraldamos hoje nos arraiais da imprensa mineira, na mesma cidade em que, neste ano e no século passado, foi levantado o grito na nobre revolta, pedindo a libertação da colônia.

Então, como hoje, parecia a empresa difícil, mas foi certo o triunfo.

Basta, pois, que nos unamos todos – os moços que a probidade de uma consciência pura conduz; os desgostos das muitas injustiças que um governo de arbitrariedades tem feito; os velhos que a perda de antigas esperanças tem desiludido; os que, amando sinceramente o progresso, têm visto as suas ideias estragadas por motivos, talvez superiores à sua própria vontade; e, unidos ser-nos-á fácil conseguir uma nova ordem de coisas, digna de ser mantida, sem os privilégios da hereditariedade que aviltam, sem o servilismo a que os poderes absolutos obrigam, ordem legítima pela garantia de todos os direitos e responsabilidades para todos no cumprimento de todos os deveres.

Bandeira nacional na qual se inscreve – o determinado fim da secreta aspiração da alma brasileira, desfraldada nos arraiais da imprensa republicana e aceitando o concurso de todos aqueles em cujo peito pulse o coração da pátria.

2. A propaganda do Partido e sua linha de conduta (30 de janeiro de 1889)

A LINHA DE CONDUTA[28]

A propaganda de nosso partido, em seu conjunto, tem sido a da tribuna, da imprensa, do raciocínio e da palavra, – lembrando tradições históricas, apontando o caminho de desventuras que o atual governo abriu para a pátria, o fazendo ver, finalmente, o nosso fatal destino de americanos.

28 A linha de conduta. *O Movimento*, Ouro Preto, 30 de janeiro de 1889, p. 1.

Sempre comedida; se frases mais ásperas têm o desespero arrancado por vezes à indignação de patriotas, fora possível explicá-las pela multidão de males que nos assoberbam, longamente acumulados e que chegaram ao auge, nos deploráveis conflitos do dia 30 de dezembro na Corte.

Entretanto, a nossa maneira de proceder, que deve ser julgada em síntese, desde 1870 no largo período de 18 anos, tem sido a luta dos meios sensatos, sustentada neste e naquele ponto do país, em S. Paulo principalmente, pelo emprego da iluminação pacífica dos argumentos e o apelo constantemente feito às gerais aspirações – ainda que vagas e mal definidas – de todos os brasileiros.

E diz-nos a consciência ter o partido exercido um direito, cumprindo um cívico dever.

E os resultados obtidos foram os manifestos coletivos, as adesões individuais, os partidos locais que se arregimentam, de modo a se poder ouvir hoje um ruído de esperançosa felicidade numa regeneração possível, fundada no pronunciamento de muitas províncias, de sul a norte, nos congressos, nas vitórias ganhas em pleitos parciais, e neste como um rejuvenescer de esperanças extintas ao hálito compressor de um governo absurdo.

E confessamos ter para isto colaborado, e muito, a desordem crescente deste mesmo governo monárquico em delírio, surdo às exigências da nação que se quer adiantar, desorientado, desorganizador, mofando em hora para muitos dolorosa e temerosa para todos e agravando inconscientemente o estado de coisas – que não é uma acidentalidade, mas que uma atenção refletida deve atribuir ao preparo longo de anos e à fatalidade humana do progresso no futuro.

Pois, uma instituição qualquer que se não adapte à índole e às condições sociológicas de um povo, é um corpo estranho no organismo social que mais cedo ou mais tarde será por ele expelido.

A Monarquia assustada, para sopitar a onda generosa, lançou mão primeiro de velhos e desacreditados meios e, vendo então (porque só vê na hora) a inutilidade do alvitre, abraçou-se ao expediente, desta vez para ela perigoso de assalariar inconscientes. É que os cabos da tormenta costumam se converter em cabos da boa esperança, e o Brasil poderá ser encontrado para a pátria libertada, como o foi para Portugal, no acidente de uma tempestade.

Mas voltemos ao ponto; porque somos convencidos; por lutarmos desinteressadamente; porque nada temos que dar e a nós ser-nos-á negado tudo; porque lutamos pelo amor puro da pátria – daí a força que temos obtido, que obtemos atualmente e continuaremos a obter das simpatias do povo, em seu instinto de aperfeiçoamento, e os secretos aplausos dos que, desiludidos, já podem pensar, hoje, em dias mais felizes para o Brasil que estremece-nos.

Que muitos há, na aparência indiferentes, e que, entretanto, abençoam, no íntimo, o nosso trabalho de preparadores.

Desprezados primeiro, depois e ainda hoje caluniados, mais tarde perseguidos, tendo visto cair na luta mais de um companheiro cuja dedicação foi menor que a corrupção do alto – temos visto também a ideia nova ter ascendido a todas as classes, esteiando-se hoje na ilustração das academias, tendo por si a sólida adesão de conservadores, aceita pelo grande elemento [composto] de liberais lógicos, e talvez... digamos, talvez pelo próprio coração generoso do soldado brasileiro, que contra as leis positivas soube auxiliar a pátria, no desatar dos grilhões do pulso escravizado.

É que ali, no Exército, há uma parte ilustrada, não ignorando que estas leis só são legítimas quando conformes com o pensar e sentir coletivos – e que a dignidade da nação é tão santa como a sua integridade.

Tal tem sido a nossa linha de conduta, tais os meios por nós empregados, tais os resultados obtidos, sempre serenamente, em meio dos partidos monárquicos que se desorganizam.

E devemos mantê-los e serão mantidos até a vitória decisiva – que o estado de coisas está condenado pelos espíritos, e se fosse agora que o devêssemos fundar, estamos certos, ninguém se lembraria de fundar hoje no Brasil um governo monárquico.

3. As aspirações do Partido (2 de março de 1889)

O MOVIMENTO
[Editorial][29]

Já são bastante conhecidos na província os intuitos do partido que representamos.

Organizado pela espontaneidade dos sentimentos, arregimentado pelas sinceridades das aspirações, que eram comuns, o Partido Republicano Mineiro acentuou sua existência em

29 O Movimento [editorial]. *O Movimento*, Ouro Preto, 2 de março de 1889, p. 1.

uma série de consecutivas vitórias, não se arreceando mesmo da prova magna de uma eleição senatorial, na qual bateu-se com denodo contra pujantes elementos contrários sem poder, então, conjecturar a energia de suas forças que nesse momento se revelaram.

Ao critério e ao bom senso dos que julgam da boa-fé temos até agora fornecido provas de uma orientação uniforme, de uma convicção profunda nos princípios que constituem o nosso credo político e de uma tolerância, quiçá demasiada diante das contínuas agressões, que a parte corrupta e especuladora de nossos adversários tem dirigido contra a aspiração nacional que o nosso programa corporiza.

Entretanto, se nosso procedimento tem sido este, é porque visamos no futuro uma ordem de coisas estável, e digna de todos os sacrifícios do presente; ideal que procuramos atingir, inspirando confiança na virilidade de nossos esforços, e arredando os preconceitos longamente arraigados no espírito inculto de uma parte de população, que nos supunha anarquistas e turbulentos.

Em nossa província até agora o Partido Republicano não enfrentou ainda com adversários convictos.

Os dois antigos partidos constitucionais, profundamente desfalcados com a organização do Partido Republicano, se mantêm hoje ainda de pé, mais pelas tradições de ódios pessoais que sempre os separaram, do que pela defesa dos princípios que se dizem representar; estes princípios foram confusamente baralhados pela evolução das coisas, e nelas o espírito investigador da História não poderá, no futuro, distinguir as cores que primitivamente tiveram.

E com a feição nova que a pseudorreação monárquica tem imprimido aos últimos sucessos, estamos certos de que nenhum dos dois partidos, que se dizem constitucionais, poderá, em consciência, tomar perante o futuro da pátria a responsabilidade do que irá daí suceder.

E estamos disso certos, porque nem conservadores, nem liberais, que desejam sinceramente o progresso e o adiantamento dessa pátria que nos é comum, poderão ser solidários – com os subdelegados boçais ou com os espíritos malvados, que não vendo o abismo que cavam, lançam na concha que pesa os destinos desse grande país ódios inconscientes e até agora desconhecidos.

Prova ainda a convicção que nos alenta, – o desânimo profundo de que se ressentem esses mesmos partidos, cujos órgãos mais autorizados contemporizam com o *statu quo*, receosos apenas da experiência de um novo sistema, logicamente reconhecido bom.

Vemos, por exemplo, um ministro da Coroa, em S. Paulo, que declara ser, seu desejo ver figurar o Brasil entre as nações mais adiantadas pelas suas instituições democráticas, entendendo que nas *atuais circunstâncias* só a Monarquia pode sustentar a integridade nacional.

Vemos o Partido Liberal daquela província declarar que deseja uma série de reformas democráticas sob qualquer sistema político.

Vemos ainda o órgão do Partido Liberal do país fazer uma contra propaganda republicana, apresentando como *único* argumento as dissenções internas de que têm sido vítimas as Repúblicas americanas na sua aprendizagem de liberdade, como se isto não fora um sintoma comum a todas nacionalidades novas; e simulando desconhecer que esse mesmo *pacífico* império brasileiro tem sentido fortes comoções políticas desde o dia em que se assentou no trono a dinastia reinante, cala as que nos diz a história pátria, primeiramente com a guerra de Buenos Aires de 1825 a 1828, que nos custou 10.000 homens e 18.400 contos, as revoluções de Pernambuco de 1833 a 1837, a de Alagoas na mesma época, a da Bahia em 1837, a do Rio Grande de 1835 a 1844, que todas custaram 24.571 contos. Sem falar nos movimentos de 1824 em Pernambuco, de 1831 em Maranhão, de 1842 em S. Paulo e Minas, de 1844 em Alagoas, de 1841 a 1845 no Rio Grande, de 1848 a 1849 em Pernambuco, que custaram 86 mil contos e 5.500 homens; além da guerra de Rosas em 1832, que nos custou 40 mil contos, e a do Paraguai, que imolou 100 mil brasileiros e nos forçou a uma despesa superior a 600 mil contos.

Não temos, pois, adversários convictos.

A nossa causa está ganha perante a razão, perante o bom senso, perante a consciência de todos os bons brasileiros, que antepõem a felicidade de sua pátria a preconceitos sem razão de ser, hoje, em que a maioria do país reconhece que os destinos desse solo americano não podem se jungir aos caprichos de quem quer que seja.

E se assim é, continuemos a nossa obra de reconstrução com a serena tranquilidade de quem vê em um futuro próximo o termo de suas fadigas e de seus esforços.

As eleições se aproximam. Vamos ter, portanto, novo ensejo de uma nova luta.

Que esta confirme as vitórias anteriores; que traga a desilusão para os que ainda confiavam no regime antigo; e que alentem as esperanças de nosso novo partido.

Mas se antes disto os acontecimentos tomarem uma direção diversa da que desejamos; se sua carreira for empecida pelos detritos que as paixões ruins vão acumulando todos os dias, o patriotismo nos saberá apontar o nosso posto na defesa sagrada de nossas aspirações.

4. O nosso proceder (31 de março de 1889)

O MOVIMENTO

[Editorial][30]

Se para atestar a calma e serenidade que tem presidido ao nosso proceder de propagandistas outro documento fora mister, além do acolhimento simpático e benévolo de nossos adversários políticos, resta-nos o recurso de apelar para a coleção de nossa folha, onde nos desvanecemos de ter salientado a intransigência nos princípios, que jamais se incompatibilizou com o respeito pelos homens.

Não somos os derruidores das reputações falsas ou legítimas, que até hoje têm sido os oráculos políticos desta terra; não importam os ídolos, é a idolatria que combatemos.

Como no século brilhante da renascença os cristãos admiravam nos museus e até nas salas do Vaticano as imagens artísticas do paganismo morto, sem que se lhes tivesse arrefecido o sentimento de nova fé, nós nos curvamos diante dos batalhadores do passado reservando-nos, porém, o direito, ou antes impondo-nos o dever de lhes atalharmos o passo, quando eles intentam comprometer o futuro.

E é chegado a vez de dizermos a verdade integral à nossa pátria, em nome dos seus mais santos interesses até agora postergados e mentidos.

Não, não somos abissínios que insultam o sol no ocaso; o que queremos é que ele termine a lenta agonia do crepúsculo, para formar a aurora luminosa do Levante.

A Monarquia quer fazer parar o sol, esquecida de que o milagre de Josué era apenas uma ficção para reanimar a coragem dos fracos.

Queremos ser indulgentes, e vamos levar à conta do desespero de morte toda essa campanha desleal que se nos move, de escaramuças perigosas onde não se mata somente com o veneno da pena, mas também com o gume dos ferros e com os projetos das armas.

Ora se explora com o despeito, e se calunia um partido inteiro, denunciando-o ao país como o porta-voz da indenização dos ex-escravos; ora é a anarquia, a desordem, o tema dos entrelinhados que açulam turbas inconscientes, que pretendem à força bruta amordaçar a voz da República. Proclama-se a inutilidade da República, dizendo que a Monarquia é compatível com todas as liberdades; no entanto para que um orador republicano se faça ouvir, é

---

30 O Movimento [editorial] *O Movimento,* Ouro Preto, 31 de marco de 1889, p. 1.

necessário que tenha bastante desprendimento da vida para arrostar as balas e pedradas sob os auspícios do governo!

Para os publicistas palacianos é isso a liberdade de pensamento; a nós, porém, quer nos parecer que é – a liberdade de morrer por uma ideia.

Se da política geral descermos a considerar o processo da administração da Monarquia, não menos comprometedor aparecerá outro artigo de libelo, que poderia servir de apêndice à *Conferência dos Divinos* do Sr. ministro do Império.[31]

Os contratos, esses famosos contratos de obras e de empréstimos são por si só bastante comprobatórios do descalabro administrativo. Já dissemos e repetimos, não somos daqueles que chegaram ao extremo de acreditar que haja estadistas neste país, que procurem constituir o patrimônio da família com os impostos de seus compatriotas; mas nem tão pouco somos tão cegos ante a evidência dos fatos, para não ver nos últimos atos do governo o início do retrocesso, senão da ruína de muitas províncias, e quiçá do país inteiro.

Excluída a hipótese da desonestidade, só resta uma causa que possa explicar os atos do governo – a ineptidão.

A Monarquia, que tem prestado todo seu apoio ao ministério, com o qual tem se identificado, há de forçosamente escolher uma das pontas do dilema.

—

Ainda estão bem recentes as calamidades que afligiram a população dos centros importantes do país: a epidemia dizimava as cidades, o pânico paralisava o comércio, e no Norte levas de homens imigravam dos sertões, famintos e esfarrapados.

E enquanto um sudário de misérias envolvia o país inteiro no luto de morte, os ministros assinavam ofícios e faziam conferências, e, como epigrama de lúgubre sarcasmo, a princesa dava batalhas de florestes nas avenidas de Petrópolis, fugindo a batalha da morte, que ceifava a população do Império.

Era a mesma Monarquia que regateava algumas dúzias de tarimbas para os hospitais, a fim de que os pobres pudessem morrer ao abrigo da miséria; era ela mesma que organizava quermesses luxuosas e tinha a largo soldo panegiristas de contratos ruinosos e empréstimos suspeitos.

31 O panfleto anônimo *A Conferência dos Divinos*, cuja autoria é atribuída a Antônio Ferreira Viana (1834-1903) foi amplamente utilizado pelos republicanos em seus ataques à Monarquia.

Um único fato de data recentíssima poderá dar a medida da capacidade dos governos monárquicos. Todos sabem que entre as muitas causas, que determinam o desenvolvimento de epidemias na capital do Império, avulta a falta d'água, que não permite à classe pobre ter o conveniente asseio, como medida preventiva do mal. Para o abastecimento d'água ao Rio de Janeiro tem se nomeado comissões, tem se feito relatórios e conferências nas secretarias; no entanto, o que o governo não pode fazer em longo período de anos, com todos os recursos pecuniários, com todo o exército de engenheiros comissionados, fê-lo um só homem em seis dias!

Hosanas à Monarquia!

—

Bem sabemos que essa linguagem não pode ser agradável aos que aclamam a princesa *redentora* no grande festival de apoteose... de opereta; por isso não nos surpreende a petição que um órgão oficioso do governo fez há poucos dias à Monarquia para que trancasse a tribuna nas províncias aos oradores republicanos.

Pode fazê-lo o governo pela simples razão de que o governo pode fazer tudo.

Para seu benefício, porém, e de todo o país, seria conveniente lembrar-lhe que a verdade não é uma coisa tão pequena que se possa embrulhar num decreto, e que ela – a verdade iniludível, ou é a luz que ilumina os povos ou é a força que derrui os tronos.

5. O popular 7 de abril (7 de abril de 1889)

SETE DE ABRIL[32]

Maior que o 7 de setembro, o dia de hoje é um dia genuinamente popular – pois lembra uma vitória sem mescla de *elementos estrangeiros*, sem mescla de *interesses dinásticos*, liberdade contra o despotismo, do povo contra a tirania ingrata de um imperador, que foi deposto de um trono e banido de uma nação em tempos em que para salvar-se a dignidade nacional não temiam um apelo ao juízo de Deus e caminhava-se para o campo da batalha como quem caminha para o campo da honra.

Os traidores então tinham medo.

E bem de anos foram necessários para que conseguissem o indiferentismo cético e covarde dos nossos dias de agora.

32 Sete de abril. *O Movimento*, Ouro Preto, 7 de abril de 1889, p. 1.

Como hoje, o descontentamento daqueles dias era universal em todas as classes, e grande a indiferença da nação por um estado de coisas que a tornava desgraçada.

Mas os chefes tinham patriotismo e se não tinham convertido ainda aos cortejadores e especuladores das posições.

Ao depois é que uma geração bastarda, tomando o lugar dos grandes patriotas, sequestrou pela má fé e pela traição o legado santo que lhe fora deixado, de energia cívica, de máscula coragem e de magnânimo desinteresse.

Estes últimos têm sugado até o sangue a seiva de uma pátria que lhes fora deixada pujante.

E permitam-nos levantar por um pouco a voz do passado sempre heroico de nossa província, decisiva em todas as suas intervenções políticas, pela independência altiva de sua índole inquebrantável.

Abreu e Lima em sua Sinopse da História do Brasil[33] diz:

> Na província de Minas o descontentamento *se tinha aumentado mais* que no Rio de Janeiro; pensou o imperador reprimir com a sua presença o desenvolvimento das ideias que *ali tinham tomado* grande corpo; e dirigindo-se para lá esperava que revivesse o entusiasmo que ali tinha causado em 1822; mas os tempos haviam mudado e em *todo o seu trânsito* teve de presenciar os efeitos do descrédito em que tinha caído. A 22 de fevereiro de 1831 publicou em O. Preto a célebre proclamação que bem deixava ver o quanto estava convencido *dos perigos* da sua posição.

Ouro Preto recebeu o tirano usurpador, estrangeiro e ingrato, mandando cobrar a finados, e solenizava o nome de Líbero Badaró, o símbolo do batalhador de liberdade, caído morto em S. Paulo pelo braço do tirano.

E como os tempos vão mudados?!

Entretanto, no Rio de Janeiro se preparavam festejos para a recepção do 1º monarca brasileiro em sua volta de Minas àquela Corte.

Chegou lá no dia 11 de março.

---

33 LIMA, José Ignacio de Abreu e. *Compêndio da História do Brasil.* Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. 2 vol.

Os batalhadores da liberdade foram investidos nos célebres conflitos dos dias 13 e 14 do mesmo mês.

Eis alguns períodos de um historiador insuspeito a esse propósito, é o Sr. Silvério Cândido de Faria, em sua breve história dos acontecimentos políticos do Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 de abril de 1831:[34]

> No dia 3 são os brasileiros traidoramente acometidos, a rua da Quitanda tornou-se uma praça fechada onde foram sitiados, espancados e cutilados.
>
> As rondas da polícia, a exceção de uma, presenciaram todo o *massacre* e o seu execrando comandante como quem era conivente com os celerados, a tudo presidia mudo e quedo!
>
> No meio do tumulto pediu-se a morte dos escritores livres.

Realmente tudo se muda, menos os processos que os governos condenados soem empregar; e continuando diz o mesmo historiador adiante:

> Chegou o dia da entrada do ex-Imperador na cidade e, como se viesse de alguma campanha, vitorioso, ordenou que a um bando de portugueses, de jaqueta, e cavalo, fez a sua entrada.
>
> O povo foi atropelado pelo galope da quadrilha; um cidadão brasileiro foi maltratado por um tal Soares, que se diz parente de uma amasia que foi do ex-imperador só por haver dito "Viva o imperador enquanto for constitucional".

Mas o Direito e a justiça ficaram vencedores de todas estas baixezas e misérias.

A liberdade fez o degenerado capitular.

O imperador foi deposto e banido.

Deram-nos os nossos antepassados o grande ensinamento de que não é tão difícil como parece a deposição dos monarcas e o abatimento dos tronos.

---

34 FARIA, Silvério Cândido de. *Breve história dos felizes acontecimentos políticos no Rio de Janeiro em os sempre memoráveis dias 6 e 7 de abril de 1831 remontada a época da viagem do Ex-Imperador a Província de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Tip. de Thomaz B. Hunt e C., 1831.

Não é temeridade apelar para o juízo de Deus quando de nosso lado está o direito e a justiça de uma grande causa.

Foi o que fizeram os 23 deputados e um senador que, reunidos em casa de um deputado mineiro, José Custódio, dirigiram ao déspota estrangeiro a seguinte intimação heroica redigida por Evaristo da Veiga.

Transladaremos alguns trechos somente.

> [...] Alguns patriotas tiveram o sangue derramado em uma agressão pérfida, já de antemão premeditada por homens que, no delírio de seus crimes, *eram claramente protegidos pelo governo*.
>
> Senhor, os ultrajes crescem, a nacionalidade sofre, e nenhum povo tolera sem resistir, que o estrangeiro venha impor-lhe no *seu próprio país um jugo ignominioso*.
>
> Se porventura ficarem impunes os atentados, importará isto uma declaração ao povo brasileiro, de que lhe *cumpre vingar ele, por todos os meios*, a sua honra e brio, tão indignamente maculados.

E foi necessário ao povo empregar o extremo remédio, e o povo expulsou pela barra fora do Rio de Janeiro o grande dissoluto.

O Movimento honra o dia de hoje lembrando os nomes dos mais notáveis batalhadores que assinaram a intimação: Custódio Dias, Odorico Mendes, Pinto Peixoto, Carneiro Leão, Carneiro da Cunha, Evaristo Veiga, Nicolau Vergueiro, Limpo de Abreu e outros.

E para terminar, saúda a Revolução.

Saúda o dia de hoje, cujo sol já iluminou a queda de um déspota, corrido pela liberdade triunfadora.

Saúda os representes do Exército brasileiro e lembra-lhes o exemplo de nossos velhos soldados voltando as costas à Monarquia usurpadora e estrangeira para ampararem com o peito generoso a dignidade da terra que lhes é pátria, e a liberdade de seus irmãos.

A deposição dos imperadores e a destruição dos tronos não são tão difíceis como parece.

6. História dos partidos constitucionais no Brasil (16 de abril de 1889)

OS PARTIDOS CONSTITUCIONAIS[35]

Mais recente ainda do que a organização política de nossa nacionalidade é a história da formação dos partidos constitucionais entre nós.

A existência destes partidos, que desde a independência improficuamente se têm revesado no poder, não remonta além dos primeiros dias do segundo reinado, cuja definitiva liquidação presentemente assistimos.

As lutas que se seguiram à comédia do Ipiranga visaram unicamente o rompimento dos últimos elos, que nos prendiam ao destino político da mãe-pátria.

Era muito natural que o espírito dos brasileiros, fascinado já pelos clarões da liberdade, entrevista em sonhos nas noites lobregas da tirania, se volvesse aterrado para esse passado cheio de sofrimentos e opressões, e na alternativa de volta a ele ou aceitar o governo do primeiro imperador, optasse pelo segundo alvitre, prestando-lhe todo o apoio na luta contra as pretensões da metrópole.

Foi por isso que durante o reinado do príncipe, que não conhecia barreira aos caprichos quixotescos de sua vontade insubmissa, nem dique à impetuosidade de paixões grosseiras, nenhum partido se formou no seio do povo, a não ser o dos que queriam a permanência da corte lisboeta na terra americana, e dos que o aborreciam como amigo da tirania como usurpador que explorara a paixão da liberdade, que inflamara os patriotas, fazendo do perjúrio o alicerce de um trono.

Tais foram as violências, tal a falta de tino e patriotismo que presidiram aos atos do primeiro Imperador, que ao Sete de Setembro seguiu-se o sete de abril de 1831, data memorável que marca o primeiro ato de civismo da nova nacionalidade que se formava.

À abdicação tanto podia seguir-se o regime republicano como a continuação do império, visto que o único intento da revolução tinha sido libertar a pátria do tirano, e ninguém cogitara da forma de governo, a que fosse confiscada a direção do país.

E foi por isso que no lugar do trono derrocado colocaram o berço de uma criança, que aclamaram com o mesmo entusiasmo com que o teriam feito a um presidente da República, se

---

35 Os partidos constitucionais. *O Movimento*, Ouro Preto, 16 de abril de 1889, p. 1.

nessa época alguém se tivesse lembrado da substituição, e a propusesse ao povo, cônscio da sua força pela vitória alcançada.

Seguiu-se a Regência Popular, a melhor fase do governo que a nossa história registra, a prova mais cabal contra aqueles que pensam que o governo hereditário é preferível ao governo saído exclusivamente do seio do povo.

Firmando-se então três partidos com seus programas perfeitamente definidos: o *Restaurador*, composto de portugueses que desejavam a volta do tirano expulso pelo povo; o *Republicano*, que revivia antigas aspirações alimentadas desde os tempos da colônia e adormecidas nos dias da independência, para não lhe criarem embaraços; e o *Liberal*, que queria a continuação do governo monárquico, reformando-se a Carta Constitucional outorgada pelo imperador banido.

Desde seu começo fracionou-se o Partido Liberal em *moderado* e *exaltado*, querendo este a Monarquia Federativa, que aquele não aceitava.

Encarniçaram-se as lutas desses dois grupos, até que o primeiro, engrossado pelos restauradores, assenhorou-se do poder.

Mais tarde fundiram-se os exaltados e moderados, formando novamente o Partido Liberal, que arvorou o glorioso programa, maior padrão desse partido, para onde se voltam de quando em quando as aspirações dos liberais sinceros, dos verdadeiros liberais de ideias, que não se subordinam à vontade de chefes áulicos e colocam os impulsos de razão acima da estatura das pessoas.

O programa traçado pelo Partido Liberal pedia a Monarquia Federativa, a abolição do poder moderador, o Senado temporário e eletivo, a supressão do Conselho de Estado e uma série de medidas que, realizadas naquela época, teriam guiado os destinos deste país ao engrandecimento e prosperidade a que foi fadado.

A Câmara dos Deputados aceitou esse programa em 13 de outubro de 1831 como base para a convocação de uma Constituinte.

Infelizmente o Senado, organizado desde aquele tempo pela Monarquia para lhe servir de esteio, era o negro e sólido rochedo onde improficuamente vinham bater as ondas das aspirações populares.

O Senado rejeitou o projeto da Câmara, apelou para a fusão, onde os debates duraram 11 dias, e a 12 de outubro de 1832 era convocada a Constituinte para deliberar sobre um programa muito mais restrito, do qual resultou o Ato Adicional votado em 1834.

Fruto espúrio de uma conspiração antipatriótica, o Ato Adicional consagrava, no entanto, uma série de medidas altamente liberais, que se não fossem mais tarde deturpadas por uma interpretação errônea, teriam nos levado a melhores portos, na derrota que a nação tem tido.

Tal era a intuição liberal que dominava os espíritos naquela gloriosa época de virilidades e de coragem cívica.

A execução fiel do Ato Adicional abria horizontes tão vastos às províncias, para gozo de suas franquias, que os amigos do trono, mais amigos do rei que os guindava a posições efêmeras, do que da pátria em cujo regaço haviam nascido, julgaram ameaçada a integridade do Império; e a sociedade brasileira começou desde 1837 a dividir-se em dois grupos: os que pediam a interpretação do Ato Adicional com restrições das franquias provinciais e os que desejavam intacto esse apêndice à nossa Carta Constitucional.

Deste choque surgiu o Partido *Conservador*, que desde então até nossos dias não apresentou outro programa senão – o da interpretação do Ato Adicional, com restrições para as prerrogativas das assembleias provinciais, rigorosa observância dos preceitos da Constituição; resistência a todas as inovações políticas que não fossem maduramente estudadas; exequibilidade dos atos de poder moderador sem a referenda dos ministros, estabelecendo o preceito de que o imperador impera, governa e administra, e os corolários que daí se deduzem.

Era fácil de prever que com esse programa o Partido Conservador se aproximaria do trono, que teria o maior empenho em conservá-lo no poder, como efetivamente o tem feito, para sua garantia mais segura.

Estão rapidamente delineados os traços históricos da origem dos nossos partidos constitucionais.

Desde seu começo esperando unicamente a posse do poder, sua vida tem se desenvolvido em nossa história como uma luta ingloriamente travada nesse exclusivo empenho, para o qual tem se sacrificado os programas, estragado os homens e apodrecido os mais rijos caráteres.

Pugnando pelo Partido Republicano, cujas fontes vamos encontrar nas aspirações puríssimas dos mártires coloniais e cuja vida está assinalada em nossa história por uma série de marcos de sangue e de opressões, acompanhamos os partidos constitucionais até nossos dias, para melhor fazermos seu confronto com o partido a que pertencemos, que luta há mais de um século sem esperança de recompensas individuais, aspirando unicamente o bem

da pátria e resistindo sempre à atmosfera corruptora, que lhe serve de meio, até chegar aos dias contemporâneos, cheio de vida, são, forte e lutador, antevendo próximo o seu triunfo.

7. O 21 de abril e a República dos Inconfidentes (21 de abril de 1889)

VINTE E UM DE ABRIL[36]

Data memorável, o dia de hoje recorda a primeira morte de um brasileiro que o amor à liberdade levou ao cadafalso, mandado estrangular pelo despotismo tirânico de uma representante feminina da família dos Braganças.

A Inconfidência Mineira resumiu no século passado o pensamento, necessidade e desejos de toda colônia, então ligada à metrópole que a explorava.

E queriam os inconfidentes, em 1789, proclamar a independência de nosso território; planejaram para este fim a união das três capitanias – Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo –; trataram da forma de governo que adotariam, estabelecendo-se que fosse uma REPÚBLICA FEDERATIVA; os doutores Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa encarregaram-se da codificação das leis para o novo Estado; planejaram a bandeira que à nova pátria se destinaria; combinaram uma *legenda* para ela; estabeleceram a *senha*; e, tendo sido tudo isto nesta cidade – Vila Rica – pela oitava do Natal do ano de 1788, depois do ajustado, retiraram-se os conjurados para diversos pontos da província a efeito de prepararem a realização do intento.

Se a Inconfidência Mineira era a síntese de pensamento, necessidade e desejo de toda a colônia, por aquele tempo, um dos conjurados, que foi o Tiradentes, representou a síntese da conjuração – pelo seu entusiasmo, dedicação e coragem arrojada.

Daí ter caído sobre a sua cabeça a fulminação terrível de "único condenado à morte" pelas justiças portuguesas.

A organização máscula, do patriota formidável, é das que não honram somente uma pátria – honram a mesma humanidade.

Coração riquíssimo de sentimentos, referiu Álvares Maciel em um dos interrogatórios, costumava chorar de entusiasmo quando falava da possibilidade de ver livre o Brasil.

Arrojadamente empreendedor, o seu projeto de canalização d'água para o Rio de Janeiro, do qual falou ao próprio vice-rei, a quem procurou para este fim, prova não só a audácia da

---

36 Vinte e um de abril. *O Movimento*, Ouro Preto, 21 de abril de 1889, p. 1.

concepção e realização, como a intuição perfeita da exequibilidade; e poucos anos depois D. João VI mandava executar as suas ideias.

Entre suas grandes qualidades morais destaca-se assombrosa a sua energia ardente de americano: "vencer ou morrer", tal era o grito com que acenderia o facho da santa revolta nas ruas de Vila Rica, quando tivesse soado a hora da luta para a libertação da pátria, conforme ficou ajustado na última reunião que efetuaram em casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade.

E esta alma de bronze tinha um fundo bom e meigo.

Na última reunião a que já nos aludimos, tendo o padre Correia de Toledo, quando se tratava do visconde de Barbacena, dito que este devia ser morto "pois não compreendia levante sem cabeça fora", ele se ofereceu a pô-lo fora da capitania com a família, para evitar que a revolução se manchasse em sangue, fora do momento decisivo do combate.

E sua generosidade em todo o processo, dizendo-se o único culpado, inocentando os companheiros que desalentados retribuíam-lhe a magnanimidade por modo bem diferente; tudo isto, todas estas coisas são o título que, como dizíamos, o torna honroso à mesma humanidade.

Profundamente religioso, a bandeira por ele ideada seria branca, e nela colocar-se-ia um triângulo em veneração à Santíssima Trindade, como um símbolo deste mistério.

Entristece a história dolorosa dos últimos momentos do grande mártir, no oratório de padecente, pelo muito de ingratidão humana que dela transpira.

Quando, pela última vez, o escrivão da alçada aí entrou, para ler a comutação da pena aos outros companheiros, estes, no transporte da alegria, nem uma só palavra de consolo tiveram para o único "vivo morto" que ali havia, para a grande alma do homem generoso que ficou esquecido a um canto da prisão, conforme refere frei Raimundo de Penaforte, historiador, que foi testemunha do fato e confessor dos condenados.

Indiferente e superior a estas misérias humanas, com o seu plácido sorriso de herói, ele, que ia morrer, foi o que se levantou para saudá-los e dizia: "morro feliz por não levar ninguém após mim."

E foi levado ao campo de S. Domingos onde morreu *de morte natural para sempre*.

O seu corpo foi dividido em partes e espalhado por diversos pontos de Minas para apodrecer em postes.

A cabeça, pelas determinações da sentença, foi enviada para Vila Rica, onde principalmente se tinha tramado a libertação nacional.

___

Sublime que tu foste, oh! Mártir da Liberdade.

O Movimento saúda-te em nome do Partido Republicano da província que foi tua pátria.

Na mesma cidade, no seio das alpestres e altivas montanhas que a cercam, junto aos abarracamentos de Xerxes, dirá o historiador futuro, ao menos, que a bandeira dos espartanos, depois de alguma interrupção, tornou de novo a ser hasteada. Como dantes havia um pequeno número em redor dela, repetindo o mesmo grito sacrossanto que tinha aprendido de antepassados, pedindo a liberdade "Sempre a liberdade ainda que tarde."

Na mesma cidade onde o teu coração chorava pela escravidão da pátria, onde a atração poderosa da tua vontade se fez o centro de um grupo de espartanos, onde proferiste o teu grito de imortal desespero – o "vencer ou morrer" onde a tirania escreveu no arrasamento salgado de tua casa a legenda que se escreveu nos desfiladeiros das Termópilas – na mesma cidade que foi o sepulcro da tua cabeça sacrossanta, sendo a lápide o céu de Vila Rica, e *o Libertas quae sera tamen*[37] a inscrição, hoje um pequeno número de lacedemônios ainda desfralda o mesmo pavilhão radioso, para como tu vencer, para como tu morrer, para como tu vê-lo de novo erguido, até que se tenha escrito a santa palavra, cuja primeira letra foi traçada com o teu sangue.

E muitos milhares de teus patrícios têm hoje os olhos voltados para este pavilhão – que é o pavilhão da República brasileira!

8. A festiva passagem de Silva Jardim por Ouro Preto (30 de abril de 1889)

DR. SILVA JARDIM[38]

Acompanhado por alguns distintos correligionários nossos de Queluz e pelo Dr. João Pinheiro, que fora ao encontro do ilustre propagandista, aqui chegou o Sr. Silva Jardim[39] pelo

37 "Liberdade ainda que tardia", palavras de Virgílio, tomadas como lema pelos inconfidentes e legenda da atual bandeira do estado de Minas Gerais.

38 Dr. Silva Jardim. *O Movimento*, Ouro Preto, 30 de abril de 1889, p. 1.

39 Antônio da Silva Jardim (1860-1891) nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1882. Realizou em 28 de janeiro de 1888 o primeiro comício republicano do Brasil, em Santos, e a partir daí dedicou-se à campanha republicana, percorrendo cidades paulistas, fluminenses e mineiras. Apesar da sua importância na propaganda republicana, foi excluído do movimento que levou à Proclamação da República por seu caráter mais radical. Sentindo-se traído pelos antigos companheiros, foi viver na Europa, onde veio a falecer.

expresso de 21. Também foram ao seu encontro naquela cidade representantes da classe escolástica.

Esperavam-no na estação os republicanos da capital e os alunos das escolas de Farmácia, de Minas e preparatorianos.

Ao desembarcar o Dr. Jardim, o representante oficial das classes escolásticas, o Dr. Juvenal de Sá e Silva saudou-o em um pequeno e brilhante discurso que o tribuno ilustre respondeu visivelmente comovido.

Precedido de uma banda de música e acompanhado por enorme multidão, dirigiu-se ao Hotel Martinelli.

Ao passar o povo em frente ao edifício da Escola de Farmácia, foi de novo saudado o Dr. Jardim pelo acadêmico Franklin de Queiroz, sendo levantados vivas estrepitosos à República e ao grande tribuno.

A multidão, sempre precedida da música e em meio de aclamações, transitou pela rua de Tiradentes acompanhando o visitante até o Hotel Martinelli.

Boletins que foram profusamente espalhados pela cidade convidaram a população a assistir a conferência que se deveria realizar em casa do coronel Francisco Ferreira Alves, às 4 horas da tarde e, um outro, do Centro Republicano da Escola de Farmácia, convidou os estudantes a se reunirem na Praça da Independência às 8 horas da noite para, incorporados em *marche aux flambeaux*[40], fazerem uma pública manifestação de apreço ao democrata eminente.

A anunciada conferência realizou-se no lugar e hora indicados, estando o recinto literalmente cheio, notando-se no auditório pessoas de todas as políticas.

O Dr. Jardim foi felicíssimo em sua conferência. Insinuante, enérgico, argumentação poderosa, manejando às vezes o ridículo, de um modo esplêndido, persuasivo e convincente, a sua conferência foi um triunfo.

Os aplausos interrompiam-no a todos os instantes.

Terminando o seu discurso, foi o propagandista vitoriado com indizível delírio.

Uma grande multidão acompanhava-o ao hotel, enquanto na praça se incorporavam os acadêmicos para realizarem a anunciada manifestação.

40 Marcha festiva realizada durante a noite à luz de archotes.

Cerca de 500 moços, com *flambeaux*, música e fogos, desfilaram pela rua Direita em marcha cívica, ao som da Marselhesa, por entre aclamações entusiastas e, depois de terem percorrido as principais ruas de Ouro Preto, dirigiram-se ao Hotel Martinelli.

Falou por parte dos manifestantes o distinto acadêmico Graciliano Martins.

O Dr. Silva Jardim, num esplêndido improviso, durante meia hora agradeceu aos moços elogiando a capital mineira, "cidade onde reside o governo, e onde estão as mais ricas tradições da liberdade, habitada por um povo civilizado e independente."

O propagandista desceu, então, pondo-se à frente da passeata que se dirigiu à redação deste jornal.

De nossa sacada falou o Dr. João Pinheiro, agradecendo as saudações dirigidas à redação.

A multidão aclamou em sua vinda os doutores Antônio Olinto e Oliveira Santos[41], que responderam saudando a mocidade.

Da rua saudou ao Sr. Jardim o presidente do Centro Republicano da Escola de Farmácia, o acadêmico Carlos Sá.[42]

Foram levantados vivas ao Partido Republicano organizado, ao Congresso e Conselho Federal, ao Congresso Provincial Mineiro, ao Dr. Saldanha Marinho, a Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Aristides Lobo, Ubaldino do Amaral e ao Dr. Jardim, que foram freneticamente aplaudidos.

Os manifestantes voltaram de novo à Praça da Independência onde dispersaram-se cerca das 10 horas da noite.

A recepção entusiástica do moço eminente, que é como um símbolo do movimento republicano, por parte da capital mineira, foi um esplêndido triunfo.

Não diremos do Partido Republicano, mas, principalmente honrosa para Ouro Preto, cuja civilização igual às das mais civilizadas capitais de quaisquer outras províncias tem, além disto, mais que elas, um passado riquíssimo de tradições gloriosas pela liberdade.

O Dr. Jardim regressou no dia 26, depois de ter percorrido toda a cidade.

---

41 Joaquim Augusto de Oliveira Santos.

42 Carlos Sá Júnior, farmacêutico.

Levaram-no à estação grande número de amigos e, na hora do embarque, foi de novo aclamado.

Tal a maneira porque foi recebido o ilustre tribuno.

9. Críticas e comentários à manifestação política de Cesário Alvim (8 de maio de 1889)

MANIFESTO POLÍTICO[43]

De tal modo têm os partidos monárquicos substituído, nas circulares eleitorais, a importância política, que deveriam ter, pela banalidade palavrosa, como simples satisfação à etiqueta da praxe; que nos julgaríamos dispensados de comentar o manifesto do Dr. Cesário Alvim,[44] se o fato de no-lo ter enviado, a nós que batalhamos em arraiais contrários, não parecesse indicar que uma nova revelação existia, que ele sujeitava à apreciação de seus adversários políticos.

A leitura do documento de S. Exa. veio confirmar a nossa suposição, que, digamo-lo com mágoa, antes da leitura era muito mais favorável ao ilustre deputado mineiro.

Neste país em que abundam exemplos de oposição do chefe do Estado à vontade firme e manifesta da nação, nenhum mais frisante se poderia apresentar do que o da não escolha do Sr. Cesário Alvim para representar no senado sua província, que seis vezes o sufragou nas urnas, do Sr. Cesário Alvim seis vezes preterido por companheiros de lista, alguns dos quais tinham apenas o mérito de serem caudilhos eleitorais de chefes políticos no ministério.

Não o despeito, mácula esta que julgamos não marear o seu caráter, mas o tino político, que supúnhamos ser uma das prendas de seu espírito culto, já o deveria ter levado a ver neste fato a confirmação do que tantas vezes temos dito e provado – não existir governo representativo num país em que o chefe do Estado revoga com um decreto a vontade de milhares de eleitores, tantas vezes manifestada nas urnas.

---

43 Manifesto Político. *O Movimento*, Ouro Preto, 8 de maio de 1889, p. 1.

44 José Cesário de Faria Alvim (1839-1903), nasceu em Mariana e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. foi jornalista, militar e, como político, exerceu os cargos de deputado provincial e deputado geral entre 1864 e 1867, elegendo-se novamente para o cargo em 1877-1880. Em 1884, foi presidente da província do Rio de Janeiro. Em julho de 1889 declarou-se a favor da República. Após a Proclamação da República, foi nomeado pelo Governo Provisório como presidente de Minas, cargo que exerceu por curto período, entre 25 de novembro de 1889 a 10 de fevereiro de 1890, em virtude de sua nomeação como ministro do Interior, deixando interinamente no governo o seu vice, João Pinheiro, que desde então foi um de seus maiores aliados. Foi eleito senador por Minas para o Congresso Constituinte em 1890, cargo que abandonou ao ser eleito o primeiro presidente constitucional do Estado de Minas. Em meio à crise desencadeada pelo golpe de Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, inclusive com ameaças separatistas no sul de Minas, Cesário Alvim renunciou ao cargo em fevereiro de 1892. Depois disso, foi prefeito do Distrito Federal, presidente do Loide Brasileiro e da Companhia Oeste de Minas, depois Viação Férrea Centro Oeste.

Esta observação bastaria para justificar a desilusão que nos trouxe o manifesto do deputado mineiro, mesmo que o exame minucioso desse documento político não viesse torná-lo mais legítimo, e mais lamentável portanto.

—

Reconhece S. Exa. que tem sido *incontestável* o poder do imperador, a ponto de todos buscarem nele a responsabilidade *dos maus dias nacionais*.

É uma confissão importante e verdadeira, que convém ficar desde já registrada.

Procura em seguida atenuar o efeito desta verdade com um sofisma que, francamente, não faz honra à sutileza de sua lógica.

Manda a justiça que se confesse, diz S. Exa.*, que antes à abdicação voluntária dos ambiciosos vulgares de ambos os partidos, do que aos seus cálculos de usurpação, deve ele a posição angustiosa em que se acha etc.*

Onde viu S. Exa. *ambiciosos*, que abdiquem voluntariamente o poder?

O menos versado na psicologia das paixões sabe que a do mando, do domínio, é uma tendência inata no homem, extraordinariamente desenvolvida na classe dos ambiciosos, a que pertencem os políticos na sua maioria.

E vem nos dizer S. Exa. que o imperador *usurpou* o poder, não por cálculo preconcebido, mas pela *abdicação voluntária* dos ministros. São tão visíveis as falhas da sua lógica, mal disfarçadas em roupagens retóricas, que nos abstemos de insistir nelas.

Se a usurpação não se deu por abdicação voluntária dos políticos, mas apesar das resistências destes que a fariam forçosamente por serem homens e mais ainda *ambiciosos*, o que a poderá explicar a não ser o vício das instituições?

Se S. Exa. foi sincero no seu manifesto, como cremos, e se quer continuar a sê-lo, há de notar que, reconhecido o erro, a única penitência que possa resgatá-lo será a publicação de outro manifesto, francamente republicano.

—

Não foi mais feliz o ilustre deputado mineiro na parte final de sua circular política.

Ouçamos as suas palavras.

> Até nossa inferioridade em relação às Repúblicas americanas consiste justamente em que o regime lhes foi sempre uma adaptação oportuna, e nós surgimos sem esforço e não sabendo como, nação com rei, constituição e todos esses poderes que se acham constituídos, mas que não prezamos, porque não são a carne de nossa carne e o sangue de nosso sangue.
>
> Rasgando-se nos, porém, uma era nova que terá a sua consagração na próxima sessão legislativa onde soprarão os ventos revolucionários que nos sacodem, eu aguardo cheio da confiança os acontecimentos.

Se no princípio do século estavam as Repúblicas americanas em condições de adaptarem-se ao regime republicano, porque não está o Brasil hoje, quase três quartos de século depois? Se o está, porque a troco de promessas sempre mentidas, de esperanças sempre frustradas, continuaremos nós a manter a Monarquia, *que não é a carne de nossa carne, o sangue de nosso sangue?*

Qual o fundamento das esperanças do Sr. Cesário Alvim no advento de uma nova era, na próxima sessão legislativa? Onde estão na atmosfera governamental os prenúncios dos *ventos revolucionários que nos sacodem*?

Não se percebem nos abarracamentos monárquicos aprestos para novos combates em prol de alguma ideia, que seja hoje o lema de suas bandeiras; o que se ouve de quando em vez é o tinido dos velhos sabres eleitorais, com que estultamente pretendem abafar a voz convicta e triunfadora da República.

Fite bem o Sr. Alvim a bandeira lendária e gloriosa do seu partido, e vê se a reconhece; não é mais aquele pendão enegrecido no fumo das pelejas, mas um estofo agaloado semelhante a cortinas de secretarias.

O Partido Liberal, em que o Sr. Alvim deposita a sua confiança, retrogradou mais de meio século: em 1831! Pedia a extinção do poder moderador, a temporariedade do Senado, reformas essas de que não cogita mais, pois nem a elas se refere o artigo-programa do órgão liberal, redigido sob a inspiração de seus chefes e publicado a 2 de dezembro de 1888.

Na sessão passada a Câmara dos Deputados nem sequer julgou digno de deliberação o projeto sobre federação das províncias, e é nesta *mesma* câmara que o Sr. Alvim confia que se façam esta e outras reformas!!!

Taxaríamos esta crença, de risível ingenuidade, se não nos parecesse que um motivo nobre a explica. É que custa muito romper os elos das velhas amizades, retirar a confiança aos camaradas da mocidade.

Foi à sombra da bandeira liberal que o deputado mineiro feriu os primeiros combates, foi lá que mais de uma vez colheu os lauréis da vitória, e do arrojo patriótico com que se houve naquelas campanhas é que nasceram a estima e admiração que lhe consagram os seus comprovincianos.

Não admira, pois, que lhe doa desertar dos velhos companheiros das lutas políticas, e renegar a bandeira de outrora, que flutuava então ao vendaval das iras do Alto, sempre sobranceira nos comícios do povo, mas que hoje nada mais é do que uma simples peça de ornamentação nos degraus de um trono.

——

Esta dedicação a uma fé antiga, que vai morrendo, garante a fidelidade ao compromisso que S. Exa. se impôs de aceitar a nova crença, quando a idolatria do passado lhe tiver feito perder o consolo da última esperança.

Em que pese a seus amigos políticos, felizmente para a pátria, este momento não tarda mais.

Fazendo justiça à sinceridade e boa-fé do ilustre deputado mineiro, desde já preparamos as salvas da boa vinda com que acolheremos o velho lutador convertido à causa republicana.

E S. Exa. reconhecerá então que é nos nossos arraiais que flutua a bandeira da liberdade, cuja sombra é bastante larga para acolher no mesmo quinhão de lutas e de glórias tanto os batalhadores do presente, como os desiludidos do passado.

10. O avanço da República em Minas (1 de junho de 1889)

AVANÇANDO[45]

É a voz da República que se eleva triunfante do seio da altiva terra mineira, convocando as outras províncias irmãs para a libertação nacional.

É o clarim do patriotismo tocando a rebate, despertando filhos adormecidos para festejarem a dignificação da pátria.

———

45 Avançando. *O Movimento*, Ouro Preto,1 de junho de 1889, p. 1.

É o esplêndido combate das ideias, a vitória incruenta do sufrágio, a bandeira do Brasil rejuvenescido que se desfralda, cercada de legionários uniformes e cheios das alegrias esperançosas da regeneração.

E ninguém poderá negar que este exemplo é soberbo.

E ninguém poderá negar o alento imenso que nos vem deste magnífico espetáculo de uma luta tranquila, calma em meio de suas vitórias, de um povo que se vai subitamente iluminando para hastear no solo da pátria a bandeira na qual se escreverá em breve que no Brasil não há mais algemas.

A página brilhante que o Partido Republicano está acrescentando à história brasileira há de ser lida pela posteridade com reconhecimento, pelo muito de nobilíssimos sentimentos que aí hão de ser assinalados.

Nela dirá o historiador que a voz deste partido foi a voz da esperança e que os ecos que ela acordava no coração da pátria sempre foram os da invocação dos seus precedentes de raça americana, dos exemplos de sacrifícios no passado, sempre a invocação dos destinos fatais do novo mundo.

Dirá que em seu vastíssimo programa se incluía o pensamento simpático e alevantado de uma política internacional em que "a paz fosse a regra e a arbitragem a exceção."

Dirá que no programa da organização interna pediam o respeito de todos os direitos.

Dirá que intransigente no terreno dos princípios era a sua voz respeitosa na referência às pessoas e que as suas conclusões nunca tiveram o insulto ou a injúria como premissas.

Dirá que a bandeira desfraldada era a larga e imaculada bandeira do patriotismo, aceitando o concurso de todos os bons corações, dos velhos desiludidos como da mocidade entusiasta, sob cuja sombra se vinham abraçar os antigos chefes dos partidos que se desmoronavam, inimigos rancorosos tornados irmãos, pela identidade de um ideal comum.

Dirá que tendo-se convocado a ilustração das academias, a adesão das classes conservadoras, acontecia que, ou aderiam logo às ideias ou se afastavam em alas para deixarem passar a primeira linha dos batedores e reforçavam-na depois, não vencidos, mas convencidos da fatalidade feliz do progresso das ideias.

Dirá que a província mineira cumpriu a sua missão honrosíssima que um passado de tradições grandiosas lhe impunha.

Dirá que este partido foi lógico e coerente, e que nos próprios dias da manifestação de sua grande força fazia votos para que na hora da vitória não houvesse divisão entre vencedores e vencidos.

Tal escreverá o historiador futuro quando o juízo austero do tempo tiver de ser pronunciado sobre os dias de agora.

Hão de ler ainda que nos pequenos e intermitentes obstáculos levantados à liberdade em sua marcha triunfante, hão de ler com júbilo, que semelhantes obstáculos eram ainda a afirmação poderosíssima desta mesma Liberdade que a ignorância apedrejava em nome justamente da ideia que a legião republicana escoltava.

Então, verão claro, que o poderoso atrativo que fez engrossar a onda da reconstrução brasileira foi o exemplo de sua ordem, de sua disciplina, do seu desinteresse magnânimo, qualidades servidas pelo concurso de dedicações sem conta.

Fora impossível enumerar o trabalho imenso, obscuro e anônimo mas profundamente consolador de todos quantos, espontaneamente, separadamente, têm concorrido para esta obra de reabilitação; fazer compreender o entusiasmo santo, as santas alegrias da liberdade entrevista que ressumbram das mil cartas que todos os dias nos chegam de nossos correligionários, onde sente-se como [que] palpitando uma alegria estranha e nova, uma confiança da proximidade de dias felizes nunca vista, por ventura, sob este céu do Brasil.

Nas impaciências dos mais sequiosos de justiça pode ser, e porventura dos mais imprudentes, verão não a irreflexão pessoalmente vaidosa, mas os arrebatamentos dos filhos de entusiasmos exagerados, de sentimentos apaixonados cujos serviços de impulsionamento se hão de enumerar com louvor.

Também hão de fazer justiça à voz esclarecedora da razão, à tranquilidade formidável dos cérebros do partido, frios e previsores, poderosíssimos na sua modéstia, grandes na responsabilidade de serviços passados, augustos em seu desinteresse patriótico; forças tranquilas, dominando os próprios entusiasmos para apanharem com segurança e firmemente o caminho da vitória, para não perderem em meio da complicação das coisas humanas a calma necessária a todos os que querem a certeza do triunfo.

Nós, os mineiros, temos cumprido o nosso dever.

Fortemente organizado em quase todas as paróquias está o partido nascente.

Os resultados das agremiações e da disciplina têm sido os que se vão presenciando.

Que as nossas províncias irmãs e principalmente as nossas províncias limítrofes, Rio de Janeiro e S. Paulo, cumpram agora o seu dever.

Em 1789, neste mesmo ano e no século passado o grande brasileiro legendário, nesta cidade, com admirável intuição política planejara a emancipação do Brasil Colonial do jugo da velha metrópole pelo concurso necessário e suficiente destas três províncias, então capitanias.

E, em 1822, a independência pátria foi por elas realizada e decidida.

O dia da República aproxima-se; é fortíssimo o Partido Republicano nas duas mencionadas circunscrições.

Caminhemos, caminhemos com dedicação e entusiasmo; mas, por Deus, caminhemos também esclarecidamente, com unanimidade de vistas e com a força terrível da disciplina, segredo que torna as agremiações invencíveis.

Não, não somos nós os que queremos escurecer os horizontes da pátria.

Não, a política que pregamos não é política melancólica e árida, antipática e agressiva, sem se atender que antes de sermos partidos adversos, somos brasileiros. E antes de sermos brasileiros somos americanos, filhos e irmãos nesta mesma terra abençoada.

Não, não queremos outra coisa senão a regeneração brasileira, a deposição da Monarquia para a elevação do povo.

E queremos que esta elevação se opere em meio de hinos no presente, com a benção agradecida no futuro.

Se os azares da sorte nos levarem ao jogo que uma política criminosa tiver de preparar, escreverá por último a história que a legião da República marchava para os combates e, batendo-se heroicamente, não temiam os seus soldados a morte no exército do mais santo de todos os direitos, no cumprimento do mais alto de todos os deveres – na defesa da pátria oprimida.

E no coração dos legionários brasileiros encontrarão gravadas estas palavras: República, federação, representação nacional, soberania do povo, direito, justiça, igualdade, ordem, progresso.

Sim, serão conduzidos a esta extremidade pelo amor de seus princípios, serão conduzidos pelos seus próprios corações, conduzidos por um ideal; e na frente, serenos e frios, hão de ver os chefes por eles eleitos, de cujos lábios severos e rigorosos não cairá em vão a palavra da fatalidade.

Mas não, a voz da República é voz de paz, as suas ideias são luz, é para aclarar os horizontes que nas altas montanhas de Minas hasteamos o lábaro da confraternização universal.

Mineiros, a nossa calma, a nossa orientação, a nossa disciplina, eis aí o segredo da nossa pujança.

E firmes cada um em seus postos.

A República não é ódio, mas amor; não é ambições, mas sacrifícios; não é imposições, mas submissões honrosas; não é despeito de vaidades, mas o altar das dedicações; não é a escada dos egoísmos, mas o culto do bem público, símbolo da augusta religião da pátria que é a nossa religião política.

11. A adesão do deputado liberal Crispim Jacques Bias Fortes (11 de junho de 1889)

FATOS[46]

Abrimos espaço em nossa coluna de honra para a adesão que acaba de fazer ao Partido Republicano o Sr. Dr. Bias Fortes, deputado pelo 7º distrito de nossa província.[47]

O nome do novo batalhador, que se alista em nossas fileiras para colaborar na reconstrução da pátria, é o mesmo que abrilhantava a bancada liberal da assembleia, cercado da consideração geral de seus colegas, correligionários e adversários, respeitadores todos da intransigência de seu caráter e admiradores da lucidez e ilustração de seu espírito.

O valiosíssimo contingente que recebe nosso partido na pessoa do Dr. Bias Fortes mede-se pelo clarão enorme que se abriu nas fileiras liberais, onde suas palavras eram sempre acatadas como a consubstanciação do bom senso e o seu nome repetido como padrão de glória do partido a que servia.

---

46 Fatos. *O Movimento*, Ouro Preto, 11 de junho de 1889, p. 1.

47 Crispim Jacques Bias Fortes (1847-1917) nasceu em Barbacena e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Filiado ao Partido Liberal, elegeu-se deputado provincial de 1882 a 1889; em 1890 assumiu a presidência de Minas, após a exoneração, a pedido, de João Pinheiro. Foi senador estadual de 1891 a 1894 e presidente de Minas de 1894 a 1898, voltando ao Senado mineiro e ali permanecendo até falecer em 1917.

E se nosso partido necessitasse ainda provar a espontaneidade e o desinteresse de seus adeptos, aí tínhamos, no procedimento do Dr. Bias Fortes, o mais nobre exemplo de civismo e abnegação, tão raros nos partidos da Monarquia e tão frequentes nos batalhadores sinceros de nossos arraiais.

Justamente agora, quando sobem ao poder os liberais; quando o Dr. Bias Fortes podia pedir a seus antigos aliados a recompensa de seus valiosos e longos serviços dos dias das provanças; quando se lhe abria um futuro tão cheio de benefícios quanto foram árduos os rigores de suas lutas na vigorosa oposição em que se achou, na frente dos adversários de seu partido; justamente agora, o Dr. Bias Fortes, que nunca mediu a sua consciência, vem declarar à sua província que está descrido dos partidos da Monarquia, que deles nada mais se pode esperar e que só debaixo da bandeira republicana acham guarida as aspirações liberais dos patriotas sinceros.

Sirva esse procedimento cívico de cabal resposta aos mistificadores da opinião nacional, que propalam o enfraquecimento de nossas forças pela ascensão dos liberais.

É necessário que a nação se convença de vez que liberais e conservadores, por mais sonoros que sejam os programas que nos chocalham, todos eles só têm um fito comum: mistificar crenças, corromper caráteres e empregar todos os meios que lhes possam garantir, posto que efemeramente, o poder que os fascina a todos.

Demos, pois, os republicanos, esses exemplos de austeridade patriótica e saibamos preparar o futuro da pátria do mesmo modo como estamos atualmente escrevendo para os pósteros a gloriosa história de nosso partido.

Chamamos a atenção de nossos correligionários para o seguinte documento, lacônico e expressivo:

"A ascensão do Partido Liberal ao governo obriga-nos a uma declaração como representante do 7º distrito desta província.

Eleito pelo Partido Liberal, no biênio a findar-se, não posso deixar de acompanhá-lo durante o tempo do mandato. Findo este irei alistar-me como soldado do grande Partido Republicano, único capaz de realizar as reformas necessárias para o desenvolvimento e engrandecimento de nosso país; e protesto desde já não solicitar do governo atual favor algum político."

Ouro Preto, 6 de junho de 1889.

Crispim J. Bias Fortes

AS ELEIÇÕES GERAIS DE 31 DE AGOSTO DE 1889

1. O 2º congresso e as eleições prévias do partido (18 de junho de 1889)

O MOVIMENTO

[Expediente da Comissão Central do Partido Republicano][48]

SEGUNDO CONGRESSO PROVINCIAL

Ilmo. Sr.

De conformidade com o art. 8º das bases da organização do Partido Republicano Mineiro, avisamos a V. Sa. da proximidade da segunda sessão do Congresso Republicano de nossa província, aos 14 de julho, nesta capital.

Sendo a sua formação de delegados de paróquia, recomendamos às comissões respectivas que façam com possível brevidade as eleições.

Além do delegado deverão eleger um suplente, podendo este residir fora do lugar da eleição, e que deverá substituir o delegado quando por impedimentos este não compareça.

Servirão de diploma aos delegados ou suplentes as atas de suas eleições.

Solicitamos os esforços e contamos com o patriotismo de todas as comissões de paróquia para a próxima sessão do Congresso de nosso partido.

Da Comissão Central Permanente

Francisco Ferreira Alves
Domingos José da Rocha
Pedro Baptista de Andrade
Antônio Olinto dos Santos Pires
João Pinheiro da Silva
Ouro Preto, 11 de junho de 1889.

ELEIÇÕES PRÉVIAS

A Câmara dos Deputados Gerais foi dissolvida.

48 O Movimento [Expediente da Comissão Central do Partido Republicano]. *O Movimento*, Ouro Preto, 18 de junho de 1889, p. 1.

As eleições estão marcadas para 31 de agosto.

A necessidade de serem conhecidos quanto antes quais os candidatos gerais e provinciais que o eleitorado republicano vai levar às urnas é urgente.

Qualquer demora poderá ser prejudicial à causa do partido na província porque, tendo de ser renhidamente disputado o próximo pleito, cumpre-nos habilitar os nossos candidatos, sagrando-os pelos sufrágios das eleições prévias, a que comecem o trabalho eleitoral no mais breve prazo possível, fazendo circulares, apresentando-se aos respectivos distritos, pleiteando a causa do patriotismo com a força da própria escolha do povo.

Recomendamos que por ocasião das eleições dos representantes e suplentes ao Congresso se façam as indicações dos candidatos às assembleias geral e provincial.

Os candidatos ou suplentes trarão também estas atas para serem presentes ao Congresso da Província.

Este proclamará os candidatos eleitos e há de providenciar de modo que o Partido Republicano Mineiro marche unido, forte e disciplinado para as urnas.

Da Comissão Central Permanente em Ouro Preto.

Francisco Ferreira Alves
Domingos José da Rocha
Pedro Baptista de Andrade
Antônio Olinto dos Santos Pires
João Pinheiro da Silva
Ouro Preto, 20 de junho de 1889

2. João Pinheiro candidato às eleições gerais (28 de julho de 1889)

2º DISTRITO[49]

Ilmo. Sr.

Indicado candidato do Partido Republicano, nas próximas eleições gerais de 31 de agosto, por escrutínio prévio deste 2º distrito, e como tal aclamado pelo Congresso Provincial reunido aos 14 de julho nesta cidade, por estas razões me dirijo a V. Sa. Tendo em vista fazer a minha pública exposição de motivos ao digno eleitorado desta 2ª circunscrição, a cujo discernimento como ao de todos os eleitores do país têm de ser submetidas em breve a causa

49 SILVA, João Pinheiro da. 2º Distrito. *O Movimento*. Ouro Preto, 28 de julho de 1889, p. 1-2.

do futuro, que é a causa da República e da regeneração nacional, e a causa do passado, que é a causa da Monarquia.

Fora minha vontade como seria o meu dever dirigir-me desde já, pessoalmente, aos meus patrícios; mas não me é isto possível sem alguma demora, falta que tentarei minorar pela presente circular política.

———

Ninguém poderá negar que a corrente republicana se avolumou rapidamente e é agora uma força política acentuada e poderosa.

Para este efeito concorreram causas diversas e multiplicadas.

O princípio da Monarquia, em si odioso, por fazer de todo um povo a propriedade de uma família, como é bem visto, nunca teve e nunca poderá ter por si o assentimento das consciências nobres e independentes e a sua permanência na política brasileira só encontra explicações no profundo instinto de paz e de ordem que é felizmente um dos caracteres de nossa índole nacional – princípios que (seja dito com franqueza) pelo regime monárquico têm sido há certo tempo profundamente perturbados na exploração de elementos para vaidades e vanglórias da família excetuada, que representa o mesmo regime essencialmente.

Todas as classes estão descontentes.

E se entre elas as últimas a pronunciarem-se foram as produtoras, não será razão disto a ausência, há muito tempo, de motivos para profundos desgostos sendo as mais oneradas e justamente as mais desconsideradas da atual política.

O nosso governo, que podemos chamar sem medo de erro, governo do parasitismo e da exploração, constitui uma vasta rede de indivíduos cuja única função é viverem das rendas públicas que não chegam nunca para a sua voracidade, de modo que o déficit e estado permanente das nossas finanças, o aumento dos impostos, os recursos pesadíssimos de que lançam mão todos os anos, acontecendo que, além deste recurso, ainda empregam o dos empréstimos, tendo se elevado a nossa dívida nacional ao algarismo espantoso de um milhão e duzentos mil contos de réis.

Tratando-se das classes produtoras, não há que contestar, a principal é a da lavoura, a qual quase que exclusivamente tem fornecido as fontes de rendas para semelhante governo carís-simo, esbanjador e perigoso para a ordem social e, não obstante, é justamente aquela a quem o governo nunca fez favor algum, devendo os cultores do nosso solo, ao sol e à chuva e à exuberância de nossas terras o que possuem, e nada à intervenção dos felizes que devem nos governar e que se limitam única e criminosamente a viverem de arranjar para si as sinecuras ou os postos das ocas e perniciosas vaidades.

A lavoura, entretanto, está desorganizada e nem sabemos a que resultado de penúria seremos levados em breve, agravada a sua sorte como está sendo pelo mau tempo, circunstância acima da intervenção humana e que se tem feito sentir de modo a tornar apreensivos todos os espertos; porque o mal da lavoura como fonte de riqueza pública vai ser mal de todos.

A atitude da lavoura ante esta ordem de coisas não podia racionalmente ser outra senão a da resistência completa.

Nos Estados Unidos, a divisão da receita nacional pelos norte-americanos faz que toque a cada cidadão daquela riquíssima República anualmente a módica contribuição de r. 200.

E no Brasil a mesma divisão dá como contribuição para cada um brasileiro anualmente 12$000

E a família imperial tem recebido em ordenado a quantia de 242.000:000$000.

Nos Estados Unidos, como nas Repúblicas vizinhas, as estradas de ferro cortam o país em todas as direções, a produção é vasta, a circulação é fácil e rápida, o comércio ativíssimo, as indústrias multiplicadas, as escolas profissionais por toda parte...

Enquanto os que governam o Brasil só cuidam no aumento dos empregos públicos e dos seus vencimentos, no aumento das aposentadorias, consomem o tempo em nomear a oficialidade de uma guarda nacional ridícula, ocupam-se na concessão de privilégios ruinosíssimos, o nosso estado de desgraças tocou o seu limite; é impossível caminharmos mais nesse sentido, porque é caminhar para uma ruína certa e inaudita.

E por isto a necessidade da reorganização nacional, a necessidade da reconstrução da pátria, da mudança completa do estado de coisas para o estabelecimento de uma *ordem nova*, honesta e moralizada, digna de povos americanos, digna dos nossos destinos.

Como remédio a males, estão fazendo a imigração em que se tem gasto rios de dinheiro que ainda vão para o bolso dos contratantes protegidos, e pensam agora na divisão e desapropriação por utilidade pública das terras dos grandes possuidores para serem dadas aos colonos como foi dito no documento soleníssimo da fala do trono, lida por Sua Majestade, o imperador, na sessão de 3 de maio do corrente ano, pensamento incluído no programa do atual ministério sob o nome de "*valorização da propriedade territorial*" e que se o imperante quiser há de ser forçosamente executado.

Sob o pretexto ainda de auxílios à lavoura, têm sido dados aos bancos, também protegidos, milhares de contos que a lavoura não verá, destinados a serem usufruídos pelos montadores das máquinas eleitorais.

Politicamente, o plano da Monarquia tem sido a corrupção por todos os meios para alcançar o servilismo, custe o que custar.

E tem alcançado o servilismo dos ministros, o servilismo das câmaras, a subserviência dos homens públicos tem obrigado os partidos a transigirem, o Partido Conservador a se tornar revolucionário, o Partido Liberal a passar por todas as humilhações, caos inaudito, pelo baralhamento das ideias e confusão dos princípios que, diferenciados, são o elemento de estabilidade das sociedades organizadas, onde, a par de tão desoladora anarquia partidária, o que mais contrista é o público espetáculo da dissolução moral dos caracteres.

E conclui-se que não temos homens, em vez de se dizer que não tem havido forças capazes de arcar com o princípio de corrupção fundamental ao nosso governo, que entregando a mãos tão poderosas quão irresponsáveis de um só homem os destinos de toda a pátria, faz dele um único árbitro onipotente e assombroso, e que tem sido perniciosíssimo aos interesses do Estado.

No ponto de vista das relações civis, é tudo desordem.

O cidadão não tem tranquilidade em seus direitos. A legislação é um caos inexplicável. Os avisos, os decretos que todos os dias surgem baralham mais, o que de si já é baralhadíssimo.

E o povo com razão tem medo de invocar a proteção de uma legislação impossível e contraditória e preferir as mais das vezes o abandono de seus direitos a intentarem uma defesa perante os tribunais judiciais, defesa cara, que pode ser prolongada ao infinito com grave prejuízo de todos.

Apregoam, entretanto, que a liberdade de que gozamos é máxima, que no Brasil é tudo permitido, que a liberdade de imprensa é um monumento, que a tolerância de todo gênero e para todos os efeitos é sem exemplo, que neste particular invejam-nos com razão, governos de Repúblicas.

Mas tem se visto a instabilidade destas concessões, provenientes não sabemos se do relaxamento das autoridades ou do desprezo do que há de mais respeitável para o homem, da sua honra e da de sua família expostos, por exemplo, em consequência de tão decantada liberdade, a poderem ser maculadas publicamente na imprensa impunemente por qualquer dos mais infames e miseráveis anônimos; nem sabemos como esta chamada "liberdade de imprensa" se possa invocar como exemplo de felicidade, do mesmo modo que a liberdade da vadiagem, a liberdade dos caprichos para as autoridades, a liberdade das perseguições pequeninas por elas exercidas, levantando continuados clamores, a liberdade da não-punição dos criminosos de certa categoria, a liberdade das demissões acintosas e de vinganças, a liberdade da distribuição dos empregos sem se atender ao mérito, mas ao protecionismo que degrada e avilta.

Entretanto, um edital do governo de anteontem acaba de proibir o direito de protesto, julgado sedicioso, para fazer em torno de si silêncio enquanto maquina porventura a ruína dos que pensam que acima dos interesses de uma família estão os interesses da pátria, acima das conveniências dos áulicos está a instituição de um regime que procura estabelecer o domínio da justiça, do direito; maquinam tudo isto e cá foram apregoam que o Brasil é o país mais livre do mundo!

E qualificam crime, o querermos a liberdade de escolhermos nós aqueles que façam a gerência de nossos negócios.

E qualificam crime o querermos a liberdade de responsabilizá-los quando criminosos.

Temos muita liberdade, menos, por exemplo, a de gastarmos aqui em Minas os 27 contos que pagamos ao Governo geral e que por ele são consumidos sem proveito nosso.

Mas eles têm a liberdade de impor-nos presidentes de províncias estranhas, que não conhecem e nem procuram conhecer as nossas necessidades e as não remedeiam, sempre agravando o nosso mal-estar.

O governo monárquico, absurdo em doutrina, tem sido ao Brasil perniciosíssimo na prática.

Absurdo em doutrina, porque o princípio da Monarquia estabelece que a uma família pertence, por direito, o senhorio de todo um povo – ficando dependente a investidura do mais alto cargo da magistratura social de uma simples questão material de nascimento; absurdo em doutrina, porque a boa gestão dos negócios públicos há de depender sempre da *capacidade* e da *moralidade* dos que governam e um ventre imperial não pode garantir (simplesmente porque tenha sido determinado em lei) semelhantes predicados – absurdo, porque todo homem pode errar e deve ser punido pelas suas faltas e os imperantes, como homens, são capazes e têm sido autores de erros e crimes, apesar da prescrição legal de que não serve para preveni-los, mas que serve para torná-los impunes decretando a irresponsabilidade, mais do que isto, inviolabilidade dos mesmos imperantes – absurdo, porque se compreende que o imperador ganhe por prestar serviços, mas ninguém poderá, em boa mente, explicar ordenados enormes pagos a príncipes e criancinhas que nenhum serviço prestam à nação.

Mas, não preciso insistir, a insustentabilidade do princípio monárquico é questão vencida e, praticamente, a insustentabilidade da Monarquia brasileira é questão que se está evidenciando como elemento que tem dado, em resultado, desordens de todos os gêneros.

A solução republicana está na consciência de todos aqueles que refletem.

Os sintomas a ninguém mais podem iludir.

O encadeamento dos fatos entrelaça-se para este desfecho em futuro mais ou menos próximo. A história repete-se e aos bons cidadãos cumpre votar para que a mudança se opere

sem abalos, se opere no Parlamento pela vontade do povo manifestada legalmente pelos seus eleitos.

O eminente chefe do Partido Conservador brasileiro, o honrado estadista Sr. Paulino de Souza, já articulou em seu último manifesto político: indenização ou República.

A federação para a República é o tema do Sr. Saraiva, chefe liberal respeitável, que lembra a ressurreição das mais puras fisionomias antigas.

É um erro porque será a Monarquia agravando-se; o que queremos e há de ser obtido em breve é a República para a federação.

O ministério áulico pode, é certo, lançar editais na pretensão de abafar as mais vivas aspirações brasileiras, sabendo que se não vencer, talvez consiga alguns dias de tréguas, mas às perseguições tem seguido sempre a libertação.

E as eleições aproximam-se, isto é, aproxima-se a hora do julgamento da causa do povo e da causa do passo – origem de tantos males.

E para a luta está se aprestando o governo com todos os seus recursos de distribuição das graças, das nomeações e concessões de empregos públicos, da montagem dos aparelhos policiais e, mais do que tudo, da repetição das mentidas promessas de sempre: dizem que farão estradas, cujas verbas ainda não foram votadas; não haverá quota que se não diga pagar; não haverá solicitação que não obtenha promessa de ser satisfeita. Sabemos isto, sabemos dos elementos que hão de ser postos em jogo e que seriam poderosos se muito mais poderoso que todos não fosse o instinto da salvação pública que está acordando na consciência de todos e que se há de robustecer e aumentar todos os dias.

Sem sabermos que os candidatos da Monarquia irão apontando para os cofres públicos, enquanto os da República para as desgraças do povo, os da Monarquia irão iludindo, enquanto os da República esclarecendo, os fatores e desejosos continuadores das nossas desgraças irão se desculpando, e os republicanos olhando para o futuro reorganizando como a única salvação possível, os primeiros quererão corromper e os segundos, elevar; aqueles não poderão discutir, mas nós convenceremos; na história do partido deles acharão somente o exemplo dos egoísmos e na do nosso, de muitos sacrifícios desinteressados.

Que o povo escolha, agora que é chamado a julgar.

Que o faça, fundado na experiência do segundo reinado.

Se com um imperador sábio, honesto, depois de 40 anos de paz interna, chegamos a estes resultados – que meditem até onde será possível ir com o governo de um príncipe estrangeiro, ambicioso e absolutamente estranho aos nossos interesses.

Medite e pronuncie o seu *veredictum*.

João Pinheiro

3. A relação dos candidatos do Partido Republicano às eleições gerais (6 de agosto de 1889)

PARTIDO REPUBLICANO[50]

Os candidatos do partido na eleição de 31 de agosto são:

1º Distrito
Dr. José Tavares de Melo, médico em Queluz.
2º
Dr. João Pinheiro da Silva, advogado em Ouro Preto.
3º
Dr. José Candido da Costa Sena, médico na Conceição do Serro.
4ª
Rodolfo Ernesto de Abreu, comerciante no Rio de Janeiro.
5º
Dr. Antônio Felício dos Santos, médico no Rio de Janeiro.
6º
Carlos Justiniano das Chagas, negociante no Rio de Janeiro.
7º
Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, advogado em Barbacena.
8º
Dr. Antônio Dutra Nicácio, advogado no Pomba.
9º
Dr. Gabriel de Paula Almeida Magalhães, fazendeiro em Leopoldina.
10º
Dr. Constantino Luiz Paletta, advogado em Juiz de Fora.
11º
Dr. Policarpo Rodrigues Viotti, médico em Baependi.
12º
Dr. José da Costa Machado e Souza, advogado em Casa Branca (S. Paulo)
13º
Dr. Joaquim Leonel de Rezende Filho, advogado em S. Gonçalo do Sapucaí.
14º
Dr. Antônio Afonso Lamounier Godofredo, advogado em S. Paulo.
15º
Dr. Francisco Martins de Andrade, advogado em Lavras.

---

50 Partido Republicano. *O Movimento*, Ouro Preto, 6 de agosto de 1889, p.1.

16º

Dr. Aristides de Araújo Maia, negociante no Rio de Janeiro.

17º

Dr. Francisco Corrêa Ferreira Rabelo, advogado na Diamantina.

19º

Dr. Francisco de Paula Ferreira e Costa, advogado em Ouro Preto.

20º

Tenente-coronel Carlos Sá, fazendeiro em Santo Antônio do Gurutuba.

4. As apreensões dos republicanos às vésperas das eleições (13 de agosto de 1889)

APREENSÕES[51]

Nós, que pelos nossos princípios, nosso fim e pelas nossas aspirações mais olhamos o futuro que o dia que vai passando; nós para quem a posição que ocupamos resulta mesmo do fundo descalabro que o passado operou enchendo a pátria de ruínas, até o ponto em que estamos, onde o ceticismo substituiu a fé cívica, o patriotismo tornou-se palavra vã, e a desenfreada ganância é a mola real do funcionamento cínico da atual ordem de coisas; a nós se nos confrange a alma ante a perspectiva dos dias entristecedores que no futuro aguardam este Brasil.

É que os ministérios duram meses nas situações que duram poucos anos, coberta a responsabilidade de tudo pelo poder irresponsável da Monarquia fatídica.

É que a certeza deste prazo tão curto e da irresponsabilidade que afinal é o apanágio de todos faz que os gabinetes só procurem viver bem enquanto vivem; e o futuro fica comprometido, e as dificuldades se vão amontoando assustadoramente, e, no fim, a pátria terá de sofrer, e ninguém sabe a que extremos nos conduzirá a fatalidade se um paradeiro não for colocado ante a corrente que nos procura submergir.

É assim que a verba do Ministério da Agricultura já tinha sido arrebentada, indo-se muito além dos seus limites na situação conservadora.

E a atual situação liberal que encontrava exaustos os recursos dessa pasta, tem, numa orgia que espanta, gasto com loucura incrível, e o dinheiro que se distribui anda por dezenas de mil contos: para quê? Com que fim? Para vencer eleições à custa de tudo.

Entretanto, mais um empréstimo de 50.000 contos acaba de ser levantado em Londres!

---

51 Apreensões. *O Movimento*, Ouro Preto, 13 de agosto de 1889, p. 1.

E outros, e ainda outros serão feitos, enquanto o crédito brasileiro se possa comprometer, por que esses homens que não têm patriotismo e em que menos pensam é sem dúvida nesse gravame temeroso que será a bancarrota do Brasil, que dizer, o seu descrédito externo e interno, a impossibilidade proclamada de não poder ele satisfazer os seus compromissos e, portanto, será ruína dos particulares que têm títulos públicos e que hão de vê-los desvalorizados; e nestas condições a bancarrota será a revolução, fatalmente.

E a orgia financeira do governo da Monarquia nos está preparando a revolução.

Os triunfos que a causa falsamente liberal podem alcançar no próximo pleito Deus sabe o que significará para os tempos que vierem.

Cumprimos o nosso dever denunciando isto à província, entregando apreensivos à sensata consideração dos que têm alguma coisa a salvar a narração do caminho que o governo da Monarquia trilha.

Como se não fora bastante a ruína dos partidos, dos homens e das ideias, o que agora está em perigo é a *propriedade dos cidadãos*; e se alguém julgar que exageramos, aí estão os atos anteriores deste governo, aí estão as suas ameaças no presente, aí está este esbanjamento de dinheiros públicos sem exemplo em nossa história, elementos acumulados para a bancarrota certa no futuro que há de ser o remate natural dessa insensatez vertiginosa.

Nós, os republicanos, denunciamos estes fatos, apreensivos e revoltados; já não são somente a dignidade e moralidade que estão reclamando o estabelecimento da República: é a salvação *da propriedade ameaçada* que a reclama quanto antes.

Depois, talvez seja muito tarde.

5. O triunfo do governo na câmara federal (14 de setembro de 1889)

O TRIUNFO DO GOVERNO[52]

Está verificado, desde os primeiros resultados conhecidos, que o governo contará, na organização da futura câmara, com a grande maioria sutilmente forjada nas urnas pela alquimia mágica do poder.

Na sua lista previamente feita poucos nomes terá de riscar o governo.

---

52 O triunfo do governo. *O Movimento*, Ouro Preto, 14 de setembro de 1889, p. 1.

A corrida dos votos nos moldes da Monarquia Constitucional e representativa deu uma peça quase inteiriça, com ligeiras falhas, devidas talvez ao enferrujamento precoce de malcuidadas formas antigas.

Não podia ser mais completo o êxito, que excedeu mesmo às mais otimistas esperanças dos interessados. E aí estão para prová-lo as hosanas que ainda ressoam da linha equatorial ao sul do Capricórnio.

Foi um verdadeiro triunfo para o governo.

Seria, porém, uma vitória liberal?

É a dura interrogação que salta ao espírito de observador que tiver acompanhado as peripécias da campanha e que atentar sobre o resultado que presenciamos.

Esse triunfo do governo não é de modo algum uma vitória liberal!

Para que o fosse, seria necessário que os triunfadores tivessem batalhado sob uma bandeira liberal e que a peleja tivesse sido dirigida contra as resistências que antolhassem o curso das ideias democráticas.

Bem ao contrário disso foi o que presenciou o país.

O pleito se feriu entre o partido do governo e o Partido Republicano. O primeiro condensava todos os elementos *interessados* em manter o estado atual das coisas; e no segundo estava a falange que se batia por princípios, pedindo o rompimento dos laços que impediam o progredimento da pátria e tentando abrir horizontes mais largos para as conquistas da liberdade.

Os dois antigos partidos, que enchem a nossa história de suas digladiações improfícuas, se fundiram nesse molde de resistência, e coligaram seus interesses, até hoje antagônicos, para se oporem à caudal das ideias novas, que vivificam a alma brasileira e que alentam a esperança dos desiludidos.

E quem triunfou foi a resistência anônima.

Teria sido uma vitória liberal?

Não o foi, por certo, porque não se pode chamar vitória liberal esse produto híbrido das urnas, ensinhavrado por um lado e dourado por outro; esse amálgama de comendas e baronatos; essa mistura de fragmentos de caráteres no gral da compressão e destilada nos alambiques do Tesouro.

As vitórias liberais se alcançam no terreno das polêmicas, na luta leal dos princípios, da propaganda contínua e desinteressada, e às vezes pelas armas, quando o obscurantismo lança mão da força com sua *ultima ratio*.[53] Um antigo partido que tivemos no país, e que desapareceu há anos, um partido que teve o justo nome de *Partido Liberal*, passou por todas essas provanças, hoje apenas registradas em nossa história, porque esse partido se nulificou, dissolveu-se, preferindo a macia alfombra do aulicismo à espinhosa continuação de suas campanhas.

O que presenciamos no dia 31 do mês passado não foi, portanto, uma vitória liberal.

Foi um saque violento ao nosso futuro pelo comprometimento gravíssimo dos cofres públicos; foi o mercadejar impudente do caráter nacional; foi a violência triunfando; foi a astúcia iludindo; foi a nossa pátria prostituída.

AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA PROVINCIAL EM 26 DE DEZEMBRO DE 1889

1. Circular do Partido Republicano (21 de setembro de 1889)

PARTIDO REPUBLICANO[54]

Ilmos. Srs.

Tendo o 2º Congresso Republicano Mineiro decidido e determinado que a Comissão Central Permanente, abaixo assinada, oficiasse aos clubes e influências da província no sentido de serem feitas as eleições prévias nos colégios que ainda não as realizaram, para a escolha dos candidatos do partido à assembleia provincial, na eleição de 26 de dezembro próximo, tem ela a honra de se dirigir a V. S. as. rogando instantemente que empreguem os seus valiosos esforços afim de, até o dia 31 de outubro próximo, serem efetuadas aí as referidas eleições prévias.

As atas devem, sem demora, ser remetidas à Comissão Executiva da sede desse distrito, a qual, conforme a Lei Orgânica do partido, é a competente para proceder à apuração e proclamar os candidatos.

---

53 Última razão, argumento decisivo e terminante.

54 Partido Republicano. *O Movimento*, Ouro Preto, 21 de setembro de 1889, p. 1.

Se na sede desse distrito não houver Partido Republicano organizado, pedimos a V. S. as Que promovam, sem perda de tempo, a realização das eleições prévias e nos enviem as respectivas atas para que possamos apurar e proclamar os candidatos a tempo de serem os seus nomes conhecidos por todos os nossos correligionários do distrito.

Certos de que V. S. as não pouparão esforços para que sejam estas eleições efetuadas até aquela data, nos subscrevemos

DE V. S. as.

Amigos correligionários obrigados

Francisco Ferreira Alves
Domingos da Silva Porto
João Pinheiro da Silva
Domingos José da Rocha
Antônio Olinto dos Santos Pires

2. João Pinheiro declina e agradece a indicação à eleição provincial (10 de outubro de 1889)

AO ELEITORADO DO 2º DISTRITO[55]

Ao princípio duvidaram da seriedade e consistência da política republicana – tão descridos andavam do caráter brasileiro; mas, por último, chegaram a pensar na possibilidade de uma mudança completa – tão convencidos estão da fraqueza de liames que aqui sustentam a nossa ordem de coisas artificialmente.

Na mudança da situação conservadora influíram por muito as nossas vitórias sucessivas; e o atual Sr. presidente do Conselho não ocultou no Parlamento a razão de sua subida e nem qual fosse o seu objetivo principal – nada menos que a aniquilação do movimento regenerador. As precauções foram levadas ao ponto de introduzir no gabinete duas pastas militares.

Em tais emergências, foi anunciado o pleito que se auferiu em 31 de agosto.

O Partido Republicano não encontrará mais ocasião de luta em que a Monarquia consiga ajuntar nem melhores e nem tantos elementos de resistência.

Situação nova, dirigida por um dos mais felizes da Monarquia, e por isso mesmo dos mais hábeis em seus expedientes de todo o gênero, tendo gasto os dinheiros da nação sem escrúpulos, de milhares de contos, tentando a corrupção por uma distribuição de graças não teve

55 SILVA, João Pinheiro da. Ao eleitorado do 2º Distrito. *O Movimento*, Ouro Preto, 10 de outubro de 1889, p. 1.

limite...; entretanto, o Partido Republicano se manifestou em todos os pontos do país, crescido em São Paulo, avantajado no Rio Grande do Sul, com bons elementos no Rio de Janeiro, forte no Espírito Santo, e apresentando, em nossa província, onde predominará em breve, um incremento de 1.000 votos sobre a última eleição senatorial de 27 de maio, na qual tendo nós obtido cinco mil e tantos sufrágios, em 31 de agosto obtivemos seis mil e muitos.

E o ministério, pelo seu órgão, e em artigo editorial, acaba de suplicar o concurso dos conservadores para juntos poderem bater o elemento republicano nos segundos escrutínios.

O que a maioria da Câmara significa, está na consciência de todos; os motivos de semelhante vitória são os próprios germes de sua morte; depois do tempo das promessas, há de vir o das realidades e, com ele, o das desilusões.

A Monarquia tem absoluta certeza de que lhe falta o apoio das consciências; busca-o no interesse e nas vaidades que procuram explorar: mas não são bem precárias semelhantes bases.

Se ao menos a guarda nacional, que estão desenterrando agora, lhe pudesse trazer o apoio da força!

Mas se é isso um expediente, o de que se pode duvidar é da sua eficácia para o fim que pretendem.

E talvez a lembrança da digna altivez do soldado brasileiro, se desafrontando sempre que se tem pretendido humilhá-lo; desobedecendo ordens absurdas para amparar a liberdade do escravo no êxodo do Cubatão; é possível que seja esta lembrança a que tenha feito a Monarquia desconfiar do Exército nacional.

Mas o querer ela apoiar-se, em tal trio de elementos absurdos, porque não conta com as forças naturais – do interesse e das vaidades corrompidas cercados pela força da guarda nacional – é um pensamento ridículo e lastimo mais não ser.

A nossa política, entretanto, forte pelo desinteresse, cheia de fé nos destinos da pátria e impulsionada pelo patriotismo, tem assombrado em uma luta brilhantíssima de pouco mais de um ano.

Nesta luta deram-me um lugar no segundo distrito de minha província, um prêmio a esforços passados, uma intimação para trabalhos futuros e é cheio desta animação que volto ao meu antigo posto de trabalho, saudando os meus amigos e dedicadíssimos correligionários daquela circunscrição.

João Pinheiro

3. É possível ao Império a regeneração do Império? (26 de outubro de 1889)

UMA PERGUNTA[56]

Temos chegado ao período desgraçado nos governos da Monarquia, em que o pudor deixou de ser um freio e os pronunciamentos da opinião pública já não são temidos como um castigo.

Tais os sentimentos que para nós resultam da insistência cínica da *Tribuna Liberal*, órgão do presidente do Conselho, persistindo em não dar como eleitos os candidatos republicanos do 9º e do 6º distritos desta província, apesar da maioria republicana notória e esperada que apareceu nas urnas, e que o telégrafo divulgou amplamente.

É o termo da senda tortuosa que trilharam, em que o tráfico das consciências apodrecidas, o egoísmo, as vaidades, a tendência do servilismo, a ambição de distinções efêmeras, a mania de uma nobreza parva, as manobras indignas pelos subalternos do poder e pelos próprios candidatos feitas à luz do dia, tudo serviu para a construção da grande perversidade dessa mentira pública que se chama o triunfo liberal.

A ordem que se observa de uma uniformidade aparente cobre como uma mortalha subversões assustadoras.

Entretanto, o Partido Republicano, nas últimas eleições, evidenciou, porque preço podia ser salva a Monarquia; e do o mundo sabe, e a opinião pública já fez justiça à natureza de semelhante triunfo, verdadeiras forças candinas dos vencedores. A unânime aclamação dos povos ficou sendo uma irrisão!

Que os bons cidadãos reflitam; que os bons monarquistas meditem (e os há); os que ainda julgam ser a Monarquia um princípio de ordem vejam que esta ordem está corrompida; que os que veem nela um princípio tutelar de autoridade, se convençam de que este princípio se envileceu.

Haverá ainda quem pensa ser possível no Império a regeneração do Império?

4. Os candidatos republicanos e a eleição provincial (13 de novembro de 1889)

PARTIDO REPUBLICANO[57]

---

56 Uma pergunta. *O Movimento*, Ouro Preto, 26 de outubro de 1889, p. 1.

57 Partido Republicano. *O Movimento*, Ouro Preto, 13 de novembro de 1889, p. 1.

A Comissão Central Permanente do Partido Republicano Mineiro recomenda como candidatos do partido nas próximas eleições para deputados provinciais, que deverão ter lugar nesta província, no dia 26 de dezembro do corrente ano, os seguintes distintos cidadãos que obtiveram maioria nas eleições prévias:

1º Distrito
Dr. Joaquim Augusto de Oliveira Santos, advogado em Ouro Preto.
Antônio de Oliveira e Souza, comerciante em Entre Rios.
2º Distrito
Dr. Manoel Vieira de Souza, médico em Conceição do Casca.
2º candidato esperado.
3º Distrito
Dr. Arthur Itabirano, advogado residente em Itabira.
Francisco de Assis Drummond, fazendeiro, residente em Santana dos Ferros.
4º Distrito
Dr. João Antônio de Avelar, médico em Sete Lagoas.
2º esperado.
5º Distrito
Esperados.
6º Distrito
Esperados.
7º Distrito
Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, advogado em Barbacena.
Vigário Antônio Ildefonso da Silva, residente no Quilombo.
8º Distrito
Dr. Oscar Correia Neto, médico em Caldas.
2º esperado.
9º Distrito
Dr. Astolfo Dutra Nicácio, advogado em Cataguazes.
Dr. José Maria de Figueiredo Ramos, médico em S. Paulo de Muriaé.
10º Distrito
Padre João Ferreira de Castro, residente em Sarandi.
Dr. David Moretzohn Campista, advogado em Rio Preto.
11º Distrito
Dr. Antero Pereira Magalhães, engenheiro residente em S. Paulo.
Dr. José Pinheiro Ribeiro Gorgulho, médico residente no Carmo do Rio Verde.
12º Distrito
Esperados.

13º Distrito
Dr. Francisco Martins de Andrade, advogado em Lavras.
Francisco Bressane de Azevedo, professor em S. Gonçalo de Sapucaí.
14º Distrito
Dr. Aristides Godofredo Caldeira, advogado em Piumhi.
Dr. Necésio José Tavares, médico em Sarandi.
15º Distrito
Tenente Wenceslau Pereira de Oliveira, proprietário em Uberaba.
Dr. João de Faria, advogado na Franca.
16º Distrito
Esperados.
17º Distrito
João Nepomuceno Kubitschek, professor em Diamantina.
2º esperado.
18º Distrito
Teotônio Pereira de Magalhães Castro, negociante no Serro.
Simão da Cunha Pereira, farmacêutico na cidade do Peçanha.
19º Distrito
Bernardino Pinheiro Torres, professor no Rio Claro.
20º Distrito
Carlos Sá Júnior, farmacêutico em Santo Antônio do Gurutuba.
Dr. Lourenço Biot de Azevedo Coutinho, médico de Salinas.

———

A ELEIÇÃO PROVINCIAL

Mais do que as anteriores, a eleição provincial de dezembro deve merecer a atenção dos nossos correligionários, pelas consequências significativas que pode ter nosso triunfo.

Bem sabemos que falando a um partido disciplinado e forte, como incontestavelmente é o Partido Republicano Mineiro, não seria necessário encarecer a importância do pleito para chamar a postos os cidadãos que têm a coragem de antepor seus deveres cívicos a todas as solicitações, promessas, afagos, ameaças e violências de que nos deu prova a última eleição de agosto. Em pouco tempo de sua arregimentação, o Partido Republicano, em nossa província, tem mostrado que possui a verdadeira orientação que lhe é necessária e que bater-se-á valoroso e unido em todos os terrenos para onde for chamado por seus adversários, quer exercendo o incruento direito do sufrágio, quer defendendo seus direitos de cidadãos brasileiros que começam a ser confiscados a bem da Monarquia.

Longamente educado nas artimanhas do reinado que expira, o ministério dinástico que nos encontrou pela frente no saque planejado à pátria em 31 de agosto, conspira nas trevas para apanhar-nos de surpresa e inutilizar com aparências de legalidade o nosso longo esforço de propaganda feito nos limites da lei.

Corre, como provável, e são os próprios amigos do governo que assoalham, ter de se ocupar o Parlamento com um projeto de autonomia provincial, tornando eletivos os presidentes das províncias em listas votadas pelas assembleias provinciais e submetidas à escolha da Coroa.

Não nos ocuparemos por enquanto deste embuste fantasiado em *autonomia provincial*. É assunto que demanda observações mais amplas e a que provavelmente teremos de voltar, se algum dia ele for levado ao Parlamento.

Por ora, o que nos cumpre é prever as consequências dessa lei para com o nosso partido.

O empenho do Ministério Dinástico em fazer assembleias provinciais *a dedo*, como já fez a Câmara, tem sido revelado na ordem por ele transmitida aos seus espoletas das províncias, para fazerem eleger deputados provinciais – alguns senadores e deputados gerais da camarilha. Essa manha, que em outras condições pareceria inofensiva, tem, como facilmente se vê, consequências mais amplas.

Pelo que se pode julgar, por enquanto, parece ser plano do governo tornar as nossas assembleias provinciais *chancelarias de designados* para que ele continue a *designar* os presidentes de província.

Portanto, é necessário concorrermos às urnas como se fôramos votar nos eleitores para presidente.

Minas é republicana e necessita ter um presidente republicano.

Abra-se, embora, um oásis para a liberdade nesse arraial estéril do império.

Os nossos correligionários se compenetrem pois, do alto valor dessa campanha nova; mostremos a nossos adversários que, mais avisados do que eles nos supõem, sabemos estar nos nossos postos de combate nas ocasiões oportunas e, observando as suas manobras libertici-das, frustrá-las num futuro em que contam nos encontrar desprevenidos.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1. A mudança do regime e os atos do Governo Provisório (23 de novembro de 1889)

OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL[58]

O Movimento, tendo visto realizado o objetivo pelo qual lutou, convicto combatente de tudo que é justo e grande, continuará na luta sacrossanta da liberdade, do progresso, do futuro dos Estados Unidos do Brasil, honrando o passado da capitania heroica, da província revolucionária, e do Estado Republicano de Minas Gerais.

Feliz de ti, Pátria!

O privilégio caiu porque era preciso que te levantasses.

Feliz de ti, Brasil!

Submergiu-se o trono porque era necessário que te reerguesses.

O mundo assombrado contempla agora o espetáculo extraordinário de uma profunda revolução, operada sem sangue, predominando hoje a liberdade americana em toda a extensão do Novo Mundo, e o solo da América é livre, e o céu de Colombo já não cobre nem um escravo.

Feliz de ti, Minas!

Pagaste a dívida de um século.

As montanhas de Vila Rica já veem hasteada a bandeira imaculada, sonhada há cem anos pelo coração generoso e ardente do maior de todos os brasileiros, do teu filho estremecido, o Tiradentes.

E agora, nesta hora verdadeiramente solene, que se façam os juramentos para os combates imortais, e, *ou vencer ou morrer*.

Mas não. É generoso o acento da voz da República. Sepultou sem insultos o cadáver da Monarquia atado aos flancos do Brasil, indiferente ante uma ruína necessária e olhando ao mesmo tempo o futuro com vista firme e entusiasta.

Mas não. É patriótico o acento da voz da República: está convocando agora em nome da pátria inteira todos os velhos partidos para que se congreguem nesta realização da felicidade geral.

Mas não. Que a comoção da alma de um moço se desculpe ante o espetáculo magnífico da

---

58 Os Estados Unidos do Brasil. *O Movimento*. Ouro Preto, 23 de novembro de 1889, p. 1.

liberdade, iluminando sem consumir, movendo sem destruir, augusta e magnânima, tendo a seu lado a espada generosa do soldado brasileiro, e a admiração, hoje, dos mesmos que ontem a perseguiam.

O governo que se instaura será em tudo a reorganização, nas relações civis, criminais e administrativas, na produção, distribuição e circulação das riquezas.

Será a liberdade a mais extensa na igualdade a mais perfeita.

Será a autoridade enérgica e moralizada.

Será a fraternidade das províncias pela decretação da federação dos estados.

A Monarquia, fonte de todos os males, já não existe.

Não mais o privilégio, mas o sufrágio somente será a porta sem mácula para a investidura dos altos cargos da magistratura civil e política.

Foi dissolvido o Senado vitalício, instituição apodrecida; e todas as câmaras serão subordinadas ao *veredictum* do cidadão.

As graças, para a corrupção das consciências pela exploração das vaidades miseráveis, foram abolidas.

A República será a instrução reorganizada em todos os seus graus.

Já é o respeito de todos os direitos adquiridos, mas há de ser também a exigência austera do cumprimento de todos os deveres.

Os empregos públicos não serão feitos para os homens; mas estes é que se hão de fazer para os empregos pelos seus talentos e virtudes.

A República será a independência da magistratura e a condigna remuneração do professorado.

Será a ordem e o progresso, a prosperidade e a paz, o bem-estar material, e a liberdade para os espíritos, sendo todos responsáveis, sem distinção, pelos seus atos.

Para a construção desta obra esplêndida devem ser chamados à Constituinte todas as ilustrações e talentos, sem distinção de partidos que até esse dia não tem razão de ser.

O que cumpre agora é que para todos seja a pátria um culto, o devotamento o móvel das ações e o bem público o seu fim.

É a hora das grandes almas; que todos saibamos ser cidadãos para que, na América do Sul, os Estados Unidos do Brasil tenham supremacia igual aos da América do Norte, e entre aque-

les, o Estado de Minas Gerais se avantaje como é mister à mais rica e mais populosa porção da terra brasileira, a de maiores e mais sagradas tradições em todas as lutas da Liberdade.

NOVO REGIME[59]

Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.

O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo na Nação Brasileira a República Federativa.

Art. 2º As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Art. 3º Cada um desses estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

Art. 4º Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil, bem assim a eleição das legislaturas de cada um dos estados, será regida a Nação Brasileira pelo Governo Provisório da República; e os novos estados pelos governos que haja proclamado ou na falta destes por governadores delegados do Governo Provisório.

Art. 5º Os governos dos estados federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros.

Art. 6º Em qualquer dos estados, onde a ordem pública foi perturbada e onde faltem ao governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7º Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definito do voto da nação livremente expressado pelo sufrágio popular.

Art. 8º A força pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada Nacional de que existam guarnições ou contingentes nas diversas províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Governo Provisório da República, podendo

59 Novo regime. *O Movimento*. Ouro Preto, 23 de novembro de 1889, p. 1.

os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos estados.

Art. 9º Ficam igualmente subordinadas ao Governo Provisório da República todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao Governo Central da Nação Brasileira.

Art. 10 O território do município neutro fica provisoriamente sob a administração imediata do Governo Provisório da República e a cidade do Rio de Janeiro, constituída também provisoriamente sede do poder federal.

Art. 11 Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretários de Estado das diversas repartições ou ministérios do atual Governo Provisório.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório – S. Lobo – Rui Barbosa – Q. Bocaiuva – Benjamim Constant – Wandenkolk.

GOVERNO PROVISÓRIO[60]

O Governo Provisório da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil ficou assim constituído:
MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA – Chefe do Governo Provisório;
Dr. Aristides da Silveira Lobo – Ministro do interior;
Dr. Rui Barbosa – Ministro da Fazenda;
Quintino Bocaiuva – Ministro do Exterior;
Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales – Ministro da Justiça;
Tenente Coronel Dr. Benjamim Constant Botelho de Magalhães – Ministro da Guerra;
Chefe de Divisão Eduardo Wandenkolk – Ministro da Marinha.

2. O memorável 17 de novembro de 1889 em Minas Gerais (23 de novembro de 1889)

O MOVIMENTO
[Editorial][61]

Desde as 7 horas da manhã do dia 17, grande massa de povo ocupava a estação da estrada de ferro, esperando o ilustre cidadão Dr. José Cesário de Faria Alvim, governador do Estado de Minas Gerais.

60 Governo Provisório. *O Movimento*. Ouro Preto, 23 de novembro de 1889, p. 1.

61 O Movimento [editorial]. *O Movimento*, Ouro Preto, 23 de novembro de 1889, p. 2.

A chegada do trem especial foi saudada com fogos e aclamações estrepitosas, tornando-se impossível o trânsito na área da estação, tão compacta era a massa popular que lá se achava.

Soube-se então que, não tendo ainda podido vir o Dr. Cesário Alvim, o Governo Provisório, por uma mensagem trazida pelo cidadão Dr. Antônio Felício dos Santos, confiara ao Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires o cargo de governador interino do Estado de Minas Gerais.

A notícia foi recebida com entusiasmo delirante, pois desejavam todos ansiosamente que de modo definitivo se proclamassem aqui o novo governo.

O Dr. Antônio Olinto, entusiasticamente aclamado pela população, dirigiu-se ao palácio seguido de imensa multidão.

O que então se passou não se descreve.

À República Federativa, ao Governo Provisório, ao Dr. Cesário Alvim e ao Dr. Antônio Olinto ergueram-se vivas e aclamações unânimes e delirantes, e das janelas atiravam-se flores ao imponente préstito. O entusiasmo chegara ao delírio.

O Dr. Antônio Olinto foi cavalheirosamente recebido em palácio pelo visconde de Ibituruna,[62] que lhe passou a administração do Estado de Minas Gerais, em meio das aclamações entusiásticas do povo.

Eis em brevíssimo e pálido esboço, o que se passou em Ouro Preto no memorável dia 17 de novembro.

———

O primeiro governador deste Estado, Dr. Cesário de Faria Alvim, é esperado aqui domingo.

Estão sendo preparados festejos imponentes. A escolha foi acertadíssima; a popularidade do ilustre cidadão, as vitórias que o seu temperamento de luta lhe tem alcançado, as muitas vezes que a província o tem distinguido, tudo, tudo, o indicava para o alto cargo que vem ocupar.

O governo da extinta Monarquia desconhecia as virtudes e os méritos para alevantar as mediocridades; o governo da República eleva o cidadão, que também é elevado pela vontade do povo, e o Dr. Cesário o foi inúmeras vezes.

———

62 João Baptista dos Santos, visconde de Ibituruna (1828-1911), nasceu em São João Del Rei e formou-se em Medicina, servindo como médico efetivo na Imperial Câmara e membro do Conselho do Imperador. Exerceu vários cargos no Império e foi o último presidente da província de Minas, governando em curto período, de 28 de junho a 16 de novembro de 1889.

3. Uma carta de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira a João Pinheiro (25 de novembro de 1889)

CATAGUAZES

CIDADÃO DR. JOÃO PINHEIRO[63]

Recebi a carta, na qual comunica-me a Comissão Central haver o Governo Provisório me assinalado o lugar de seu representante neste município, e em que traça o programa de paz, confraternização com relação aos neófitos da República, máximo escrúpulo na escolha e indicação das autoridades locais, tomando por estalão o mérito e a virtude.

Como patriota e sincero republicano, já havia eu precedido o pensamento do governo, porque, mal recebi comunicação telegráfica do glorioso movimento de 15 do corrente, procurei o chefe do extinto Partido Liberal, coronel Manuel Fortunato, e ofereci-lhe o abraço de fraternidade, visto como já antes dizia-me, e ao Dr. Costa Reis, ter coração republicano, mas estar preso à Monarquia por dependências de sua vida privada. No seguinte dia procurei também o Dr. Joaquim Henrique da Mata, subchefe do extinto Partido Conservador, e encareci a conveniência de congraçarmo-nos, em bem da ordem local, ao menos neste período anormal, e até que novos partidos se estabelecessem, e procurasse cada um, na República, a bandeira partidária harmônica com suas ideias.

O primeiro aceitou o abraço apenas como amigo, mostrando-se descrente de tudo e de todos; o segundo, que, na reunião municipal de 17, declarou-se ainda prosélito da Monarquia, porque, segundo retificou na mensagem de adesão e perante o clube a 24 “não lhe constava então o embarque da dinastia reinante”, mostrou-se disposto a auxiliar a paz local, mas ameaçando com a reação no caso, aliás gratuito, de excessos dos republicanos.

Quanto à indicação de autoridades policiais para Cataguazes, única que fiz até hoje, basta atender aos nomes e qualificação dos indicados para reconhecer-se que levantei o nível delas à altura que nunca atingiu no ominoso regime monárquico.

Cabe-me agora dar-vos notícia das ocorrências políticas de ontem, para que vos orienteis e

———

63 CERQUEIRA, Eduardo E. da Gama. Cataguazes – Dr. João Pinheiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1889, p. 3. Mineiro de São João Del Rei, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (1842-1907) participou da criação do Partido Republicano em 1888 e exerceu o cargo de senador no Congresso Mineiro entre 1891 e 1895 e assumiu a presidência do Estado de Minas Gerais em dois curtos períodos: interinamente, entre 16 e 18 de junho de 1891, e – como vice-presidente eleito pelo Congresso Mineiro – após a renúncia de Cesário Alvim, de 9 de fevereiro de 1892 a 13 de julho de 1892. Esta carta é significativa das disputas e conflitos desencadeados logo após a proclamação em âmbito municipal, da liderança de João Pinheiro e das desconfianças de Gama Cerqueira em relação aos neófitos do regime. Mais adiante, o autor irá retomar trechos desta carta em uma nova correspondência endereçada a João Pinheiro e transcrita a seguir: CERQUEIRA, Eduardo E. da Gama. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1893, p. 1.

o governo sobre a norma que convier adotar na direção da política local. Já deveis prever que passamos do período da luta e propaganda dos bons princípios para o de vida orçamentária e ambição de mando, e preciso invocar vossa paciência e minha para enfadonha questão de pormenores.

De acordo com velhos amigos, fizemos uma convocação *geral* para reorganizar nosso clube, pondo-o, quer pelo lado político, quer financeiro, mais de acordo com as necessidades da nova era, e aceitando o concurso de todos os homens bons, sem atenção às velhas e rotas bandeiras dos partidos monárquicos.

Tendo precedido apenas de um dia o convite e a reunião, só compareceram 22 cidadãos, e resolvemos adiar os trabalhos, fazendo nova convocação para domingo próximo. Constou-nos então que nesse mesmo dia reuniam-se os dois partidos monárquicos para fazerem sua mensagem de adesão ao Governo, e chegou-me a notícia de que pretendiam protestar contra minha presidência no clube, ou chefia de partido, na sua linguagem. Duvidei a princípio, porque salientavam-se na reunião o coronel Manuel Fortunato e Dr. Mata, cavalheiros com quem entretinha ótimas relações e sempre honraram meu caráter; não tardou, porém, o desengano. Dirigiu este último um bilhete ao *cidadão Gustavo Ribeiro*, pedindo que não encerrasse a sessão do clube até sua chegada e dos novos neófitos. De fato, vieram, orou ele e o Dr. Joaquim de Carvalho Drummond, que, declarado republicano antes, embarcou-se no preamar dos velhos partidos monárquicos, e pela primeira vez aportou na abrigada do nosso clube.

Assalta-me ainda a indignação ao recordar a protérvia com que o primeiro, em mal alinhavada alocução, dizia "vimos pedir vosso concurso na obra da reorganização da pátria", e esmurrando a mesa "queremos e temos o direito de intervir nas nomeações de autoridades locais; organizarei a reação se correr uma só gota de nosso sangue". E o segundo: "não tem mais razão de ser a existência dos clubs; foram centros de propaganda e devem desaparecer com a Proclamação da República".

Atido à moderação que me impunha a cadeira presidencial, sofreava eu a indignação para não bradar contra os temerários: para trás, filhos das trevas! Para trás, vaidosos! Para trás, especuladores da Monarquia! Não profaneis com mesquinhos ódios e ambições a nobre oficina onde, com oposição vossa, ajudou-se a arquitetar o grande edifício de uma pátria livre!

Quando em território da nossa circunscrição, onde, a despeito de tudo quanto sabemos, enviamos consecutivamente dois deputados ao Parlamento, dá-se esse caso, que pressão não exercerão esses recém-chegados, filhos dos fatos consumados, contra o grande Partido Nacional!

E pode o governo, na preocupação de tudo amalgamar, deixar que seja ele absorvido e deformado? Não, mil vezes não, é meu humilde parecer, a menos que Monarquia e República não sejam uma e a mesma coisa e que não nos faleça um programa a realizar.

Fora disso, não devemos colocar nos postos de confiança senão os velhos soldados da República, resguardando a pátria contra maquinações anárquicas, desmoralizadoras do novo sistema, ou possíveis tentativas de restauração dinástica.

Não quer isso dizer que se fechem as portas dos proventos aos novos adeptos, e já disso deu boas arras o governo na munificência com que tratou o ex-imperador, na manutenção de quase toda a ordem estabelecida, na esmerada gentileza com que despediu o próprio verdugo da democracia e ex-ministro da Fazenda.

Aventurando essas proposições, também aplicáveis aos partidos locais, cabe-me declarar que estou de acordo com o programa de paz, tolerância e moralidade do governo; sem que, entretanto, se entreguem abertas de par em par as portas do castelo e todas as vantagens aos que ontem apedrejavam a democracia. Quanto a mim, não me demoverão do meu posto as maquinações dos Drummonds e dos Matas; só aos meus velhos companheiros de lutas cederei o lugar que me confiaram, e eles sabem que o não almejei nem disputo. Se o governo não nos apoiar, cairei com eles, mas com a altivez de quem nunca recebeu coisa alguma da Monarquia, nada solicita da República, porque para si basta a modesta profissão de advogado de aldeia, e para os filhos a dita de haver colaborado para legar-lhe uma pátria livre.

Saúde e fraternidade.

Eduardo E. da Gama Cerqueira.

Cataguazes, 25 de novembro de 1889.

4. Ao democrata João Pinheiro (29 de novembro de 1889)

A LIBERDADE[64]

Dedicada ao esforçado democrata Dr. João Pinheiro

Chegou a nossa vez, ó muda das quimeras!
Deixemos a grizea curva das esferas,
Onde fulgem, refulgem, olímpicas estrelas,
E baixemos o olhar: não é preciso vê-las,

---

64 RIBEIRO, Rodrigo Teófilo Gomes. A liberdade. *O Movimento*. Ouro Preto, 29 de novembro de 1889, p. 3.

Não nos cansemos mais... aqui por baixo mesmo,
Há muito sol disperso que rebrilha a esmo!...
Estremece o Brasil! Entrou a liberdade!
O povo se refaz e agora em Divindade!
E passa alucinado, em vagalhões gigantes,
Em vivas tropicais, em vivas palpitantes,
Fazendo estremecer as praças, todo em fogo,
Num desvario infrene, em quente desafogo!...
Chegou a nossa vez, ó musa do sarcasmo.
Detém teu riso atroz! Agora entusiasmo!
O povo – o nosso verme antigo, sem valor,
Acaba de tornar-se num colosso – ardor!
É vestir-te de sóis e de epopeias quentes!
Auroras, mais auroras arquirresplendentes!
É sufocar-te em luz, em luz que tudo banha!...
Desde o dorso escabroso e fulvo da montanha,
Até a profundez soturna, escassa e fria
Do crânio de um barão!... a noite da agonia.
Açougue das ideias, túmulo das crenças...
A luz é que abre o código e que dá sentenças,
Ela é que faz aurora e que faz prodígios,
Quebra cetros bocais e faz barretes frígios!
Chegou a nossa vez, ó musa sensual!
Deixemos as alcovas quentes, de escomilha...
Não nos servem agora olores de baunilha,
Aromas que transudem à carne virginal...
O que nos serve agora é uma alegria sã:
Cores, primas, perfumes de outonal manhã:
Tudo que for estivo, e que, afinal de contas,
Provoque muito espasmo e deixe as almas tontas!
Ei-la, musa febril das quentes bambochatas!
Ensaia uma procela estiva no proscênio!
E, cobrindo de escárnio as explosões baratas,
Provoca as explosões ciclópicas do gênio!
Anda! Quero te ver num fluxo despótico,
Espadanar à larga o fogo patriótico!
E transformada em chama, e transformada em raio,

Espalhar pelo céu da América ridente,
A arqui-sublime data, homérica, esplendente,
A data que coroa em sol – Treze de Maio!
Não sei se estou sonhando!... Que visão é esta?!
Que com tanta imponência, e com esplendor tamanho,
Me obumbra de fulgor?!... e que olhar estranho
Aquele seu olhar!... e quanta luz na testa!...
Que soberba estatura! E que supremo esgar!...
És Deusa?! quem és tu?! Aonde o teu lugar?!
És figura ideal?! é fato o que estou vendo?

___

Responde-me a visão a sua mão erguendo:

___

– Eu sou a lei fatal que rege a tirania,
Escrava do direito e do direito guia!
Ante mim não há grande, não há nobre, e nem
Há monarca que sofra o meu olhar também...
A minha pátria é o mundo! o mundo que eu nivelo.
Com risos de ternura e a golpes de cutelo!
Mar de flores estivas, e sou mar de sangue!...
Levo as almas ao sol, e deixo o povo exangue,
Se o povo quer turbar-me!... Eu sou a Redenção!
Um corisco no olhar, nos lábios um trovão!
Choro, às vezes ouvindo uma epopeia, e rio
Entoando talvez um cantochão sombrio!...
E, quando há tirania, eu tenho nas metralhas,
O fumo pra tecer as lúgubres mortalhas!
Sou a voragem... O abismo! O bem é meu farol!
Porém eu sou cruel... eu sou descomunal!...
Eu sou a Liberdade! eu sou – bem conheceis.
O berço das nações e o túmulo dos reis!...
Nasci lá no Calvário... E, desde que existo,
Tenho diversos nomes: lá chamei-me Cristo!
Guiei a raça hebreia, sem molhar os pés,
Por sobre o Mar Vermelho, e fui então Moisés!
Andei por toda parte!... e sem parar um instante,
Tenho levado quase que uma vida errante!

Roma viu-me naquela saturnal imunda,
Virgem sem pejo e audaz na informe barafunda!
Estive na Alemanha... estive em Santa Helena...
E fui talvez aquela doce cantilena,
Que o vento solfejou ao general caído!...
E nessa febre imensa, em que meu ser fervilha,
Traguei depois em França a sórdida Bastilha!
Passei do mundo velho ao mundo dos fulgores:
À pátria da harmonia, à pátria dos condores!
Estive em Pernambuco, e estive sempre ao lado,
Dos dois heróis – Pedro Ivo, e de Nunes Machado!
E, quando essa mulher, a cínica imperante,
Em plena praça, arfante pela turba espessa,
Em festa de impudor, ergueu uma cabeça...
Eu estive também naquele olhar gigante!...
Eu também fulminei a néscia covardia,
Naquele estoico olhar! naquele estoico rir!
Tiradentes morreu... morreu naquele dia,
Morreu para viver agora, no porvir!

***

Eu estive a dormir no côncavo das furnas,
Ouvindo silenciosa as convenções soturnas
Dos hórridos chacais!... Estive nas florestas,
Ouvi o quebro som das ruidosas festas...
Tripúdios e clamores que depois me ergueram
Dos bosques onde as aves dos sertões nasceram!...

***

Eu estive também no cume das montanhas:
E vi, nas frias tardes da estação sombria
Passar a massa escrava, a massa que envolvia
Um pedaço do céu!... lavrava-lhe as entranhas
A mágoa que remói o coração e o estraga!
E, ao ver passar aquela desditosa vaga,
Tão triste, como a via, eu disse com terror:
– O pranto é que há de ser o mar teu vingador!

***

Amei a doce úmbria onde o caboclo estira
Os flagelados ossos no calor da caça;
Amei a terna lua em noites de safira,
Amei a própria noite, quando a noite é baça!
Tina o silvo do vento um mavioso encanto...
Havia sedução pelo frescor das matas...
E, debaixo daquele constelado manto,
Eu gostava de ver partirem-se as cascatas!...

***

Hoje venho, trajando as galas do meu ser,
Despertar o Brasil... – é muito adormecer!...
É livre a tua pátria! Estou na praça pública,
E, quando chego lá, me chamam de República!
Eu sou a Liberdade! eu sou – bem conheceis –
O berço das nações e túmulo dos reis!
Ai daquele que tente em meu troféu bulir!...

***

– Então, és afinal a esposa do Porvir!
És tu, visão do empíreo! és tu *noiva do sol*?!
– A Deusa dos canhões...
– A Deusa da harmonia...
Que vem com tanta pompa, em fúlgido arrebol,
Sem um laivo de sangue... ardente de alegria,
Estender ao Brasil os teus maternos braços?!
– Eu mesmo...
– Ah! vai minha alma! arroja-te aos espaços!
E diz ao mundo todo, e dia à humanidade
Que já é livre o Brasil!
– Que é morta a Monarquia...
– Que dissipou-se a noite...
– E que fulgura o dia...
– Benvinda sejas tu! Benvinda, Liberdade!
Ouro Preto, 16 de novembro de 1889.

Rodrigo Teófilo Gomes Ribeiro

CESÁRIO ALVIM, JOÃO PINHEIRO E O GOVERNO PROVISÓRIO EM MINAS

1. Manifesto aos mineiros do primeiro governador do Estado (29 de novembro de 1889)

MANIFESTO AOS MINEIROS[65]

Mineiros! Meus prezados concidadãos!

Quando na memorável e soleníssima sessão da Câmara Temporária de 11 de junho do corrente ano eu recebi o infeliz e último gabinete da Monarquia com uma profissão de fé francamente republicana, estava muito longe das minhas cogitações a ideia de que, em prazo tão breve, viesse eu a ser chamado, como ajudante de mestre d'obras, ao teatro dos desmoronamentos, para esse exame perigoso e tremendo de escombros que ainda se desconjuntam, e sob os quais ficaremos, todos os companheiros da arriscadíssima jornada, inevitavelmente, sepultados, se os reflexos da nossa lâmpada guiadora alumiarem outro lema do nosso escudo que não seja: – tudo pela pátria! Caminho à tolerância, à abnegação pessoal, à fraternidade e à justiça!

Os acontecimentos de 15 deste mês que ainda estamos a fixar no espírito, e cuja realidade tememos que se esvaia qual fora um bom sonho em alma atribulada, encontraram-me, virtualmente, entregue aos trabalhos agrícolas que amo com paixão. Só um dever imperioso, qual o que sou chamado a cumprir, me arrancaria para o tumultuar das paixões, do saudosíssimo canto de terra que foi sempre a minha força em política porque, sendo a sua paz e manuseamento o meu supremo bem, nenhuma posição social, fora dele, seduziu-me jamais, ao ponto de sacrificar para alcançá-la o que eu entendia ser justo, nobre e digno.

Eu havia renunciado, temporariamente, ao menos, à vida pública, no que ela tinha de aparentemente proveitosa para mim, não por egoísmo ou desalento, mas, para com o que chamavam as minhas loucuras ou excentricidades, convencer de vez à opinião de que eu não era um especulador, quando tomara em 1887 por programa, com o qual fui às urnas mineiras naquela ocasião, a causa da federação que eu acreditava compatível com a Monarquia, a cujo representante, dadas as condições conhecidas de sua alma bondosa e patriótica, não repugnaria presidir a aprendizagem dos seu compatriotas para o regime da democracia pura que, ele próprio sentia, havia de dominar em toda América.

Infelizmente para si e para os seus, escaparam ao seu alto espírito, conturbado pela enfermidade, os manejos de ambições criminosas que às ocultas se lhe ajustavam em derredor, para

65 ALVIM, José Cesário de Faria. Manifesto aos mineiros. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de novembro de 1889, p. 1.

irromperem triunfantes e dominadoras, quando a obra da corrupção e da violência tivesse de todo abatido a alma nacional.

Mal orientada antes do que perversa, irrefletida, e subjugada, talvez, vertigem das alturas, a política que subverteu de súbito a causa da Monarquia, à qual pudera prestar os melhores serviços, atenta a capacidade dos seus representantes viu, acredito, com as mais pungentes comoções, o resultado da sua triste imprevidência: – máquina arrebentada por tapamento quase completo de válvulas.

Mineiros! Meus prezados concidadãos!

Por precisar, hoje mais do que nunca, da vossa cordura, desinteresse e tolerância na apreciação da política, que de acordo pleno com o ínclito chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e seus ilustres auxiliares eu vou observar, permiti-me dizer-vos o que em outras circunstâncias eu não teria a indelicadeza de fazê-lo.

A aceitação por mim do elevado e temeroso posto de governador deste nosso querido e importante Estado nas condições presentes de minha vida será, tenham por certo, a prova mais penível de todas quantas haja o destino de impor-me ainda, como toque à pureza e resistência da minha gratidão para convosco!

Em tais circunstâncias, dai-me vós todos, meus prezados concidadãos, o alento e amparo de que tanto preciso para honrar a confiança do Governo Provisório, manter a coerência da minha linga e trabalhada vida pública e o que é de mais relevância, assegurar, com a vossa fortuna, a estabilidade do governo verdadeiramente livre nesta vastíssima região dos Estados Unidos do Brasil.

Esperando o concurso de todos, leal, solícito e vigilante, uma vez que é geral, no Estado inteiro, a adesão sincera à causa republicana, reputo-me com direito de ser mais exigente junto dos seus velhos batalhadores, meus companheiros heroicos, que nos maravilhosos sucessos de 15 de novembro viram coroados os seus mais ardentes anelos!

Aos que, na maior pujança do regime imperial batiam-se intemeratos e abnegados pela sua fé, aos que, verdadeiros Colombos do mundo que acaba de ser descoberto, só sabiam que esse mundo devia existir quando lançaram-se resolutos aos mares tempestuosos – caminho do levante, acha-se, de preferência, confiada hoje missão mais árdua do que a que viram cumprida graças, principalmente, ao patriotismo, devendo-nos recordar sempre, dos bravos soldados do Exército e Armada nacionais, aos quais é força que timbremos em provar que

não jogaram as suas altivas cabeças por cidadãos incapazes de bem compreender e executar o regime de paz, amor, fraternidade e justiça cujo largo pórtico eles nos abriram.

Se está de antemão conjurado o perigo de uma restauração monárquica, não nos podemos ainda reputar fora do alcance de perigo não menos grave, qual o do enfraquecimento, pela desunião, desta grande pátria!

Dando cada Estado o exemplo de cordura entre os seus habitantes, de esforço comum e abnegado pelo adiantamento e fortuna da coletividade, conseguiremos nesta santa emulação, dentro de poucos anos, alcançar do universo o respeito e a consideração a que se impuseram os Estados Unidos norte-americanos, para os quais a providência não foi tão pródiga em seus divinos dons!

Mineiros! Meus prezados concidadãos!

A novidade da era não pode, não deve limitar-se simplesmente à mudança de nome do seu regime político.

À forma deve corresponder a essência.

Na instituição deposta, para cujos representantes teve o Governo Provisório palavras de bizarra gentileza e atos da mais fina fidalguia, a divisa era: – tudo pelos partidos vencedores e nada pela pátria!

Quebremos esse molde fatal, se pretendemos, como é do nosso dever, evitar a maldição da história!

Como sabeis, achavam-se, sob o regime decaído, subordinados às conveniências partidárias, caprichosas e várias como é o interesse dos homens, todos os serviços da pública administração.

Na instrução pública, viação, arrecadação das rendas, sua aplicação, distribuição de justiça, enfim, em todas as manifestações ou modalidades do nosso viver social ou político nada se fazia antes de conhecidas as influências às quais aproveitasse ou prejudicasse a solução administrativa requerida.

Estudar de preferência essas questões, resolvê-las ou encaminhá-las bem no sentido exclusivo da conveniência pública, eis a missão de que encarregou-me o Governo Provisório e que me será gratíssimo poder desempenhar porque, concorrendo para a consolidação do regime republicano em bases tão firmes que possam desafiar a impetuosidade de quaisquer

correntes contrárias, renderei assinalado serviço ao Estado de Minas Gerais, do qual não sou um governador com poderes quase discricionários para fazer respeitada e temida a minha vontade, mas um filho cheio de gratidão e amor a quem confiaram elementos sobejos para preparar a obra de sua futura grandeza!

Mineiros! Meus prezados concidadãos!

Se a preocupação exclusiva do ínclito marechal, chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil e dos honrados e eminentes cidadãos do seu Conselho é levantar sobre as ruínas do império que se esboroou uma nova pátria que continue a assombrar o mundo com as suas prodigiosas e instantâneas evoluções no caminho da liberdade e do bem, a minha é exclusivamente, também, ver o Estado de Minas Gerais tão eficazmente organizado pela liberdade e para a liberdade, que sejam as nossas heroicas e benditas plagas o refúgio seguro e generoso para quantos, fora de seus limites, se vejam acossados pelo infortúnio e pela opressão!

Ouro Preto, 28 de novembro de 1889.

José Cesário de Faria Alvim

NOTÍCIAS[66]

O PRIMEIRO GOVERNADOR

Dignos um do outro é o Estado de Minas Gerais e o seu ilustre governador.

Ninguém ignora o que foi para o movimento republicano o pronunciamento dos mineiros.

Província a mais populosa e a mais rica, e sobretudo aquela em que as energias cívicas conservam a riqueza de passados tempos, quando o império extinto viu mover-se a onda democrática em nosso solo, teve que refletir.

Entretanto ao pronunciamento mineiro, forte pelas adesões e pelo número, pela altivez e pela decisão, faltava alguma coisa; faltava o prestígio de um nome longamente conhecido nas lutas partidárias, que fosse experimentado, e cuja voz autorizada pudesse ser guia e animação para todos.

---

66 Notícias. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de novembro de 1889, p. 1.

Estávamos nestas circunstâncias quando do alto do Parlamento soou a voz decisiva de Cesário Alvim, vindo servir com sua grande autoridade a uma causa que já ele servia pelo coração, que tinha servido por muitos modos, pela sua altivez, combatendo todas as injustas pretensões sem olhar a altura onde estavam, ele, o filho querido de Minas, que sempre auscultou o coração do povo, que pugnou sempre pelos seus interesses altivamente, e por isto mesmo sempre dele querido, merecendo ininterrompidamente a sua honrosíssima confiança, seis vezes entrado em lista senatorial, e por isto mesmo também, por que representa exclusivamente a confiança da província, seis vezes excluído pelo trono.

Estes fatos tinham elegido e sagrado ao Dr. Cesário Alvim como o primeiro governador do mais importante Estado da União Brasileira.

O Governo Provisório não fez mais que sancionar uma indicação geral de todos os republicanos e hoje de todos os mineiros.

2. A imprensa mineira e o novo regime (29 de dezembro de 1889)

[NOTA][67]

O *Liberal Mineiro* passou a denominar-se *O Jornal de Minas*, aderindo patrioticamente à nova ordem de coisas. E *A Província de Minas* também passou a denominar-se *A Ordem*.

Os nossos votos, expressos já em o editorial passado desta folha,[68] são idênticos aos dos colegas.

Os velhos partidos devem desaparecer, para, unidos todos, e esquecidas passageiras lutas, formarmos o partido da pátria, concorrendo, sem distinção, no nobre serviço da reconstrução dos Estados Unidos do Brasil, e, especialmente, na reconstrução da Pátria Mineira digna de brilhantíssimo futuro.

A época é de paz e concórdia. A nova era abre horizonte vasto a todos os devotamentos, e, começando vida nova, que uma vez, a Pátria, possa ver todos os seus filhos abraçados ante o seu altar augusto. É um alto testemunho de profundo patriotismo em todos os brasileiros.

67 *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de novembro de 1889, p. 1.

68 Os Estados Unidos do Brasil. *O Movimento*, Ouro Preto, 23 de novembro de 1889, p. 1.

3. Salve! Mil vezes salve a República! (3 de dezembro de 1889)

RESSUSCITADOS[69]

É a sensação que domina a alma inteira da pátria.

É o deslumbramento ante a doçura da imensa luz, irradiando larga, no céu livre do Brasil.

Ressuscitados! É a voz consoladora que vai razoando pela extensão da pátria, e a cujo perpassar se elevam todos os corações para saudarem, unidos, a redenção da terra de Santa Cruz.

E devia ser assim.

O século passado se fechou por dois golpes terríveis de tempestade, ecoando um na Revolução formidável da França, no coração mesmo do velho mundo, e o outro nas desconhecidas plagas da América, e ambos feriram de morte o coração secularmente endurecido do despotismo.

Ao século XIX, que é o século da luz, a ele que tem sido o século incomparável nas grandes conquistas para o gênero humano, estava reservado, em seu declínio, esta conquista assombrosa da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, sem que houvesse um grito de dor, sem que divisões fossem estabelecidas, entre vencedores e vencidos, sem que se ensanguentasse o solo amado da pátria, sem que na hora da vitória o direito triunfador fosse jactancioso do triunfo; porque a luta sempre tivera como alvo princípios sacrossantos, como meio devotamentos admiráveis, e como fim a confraternização de todos os brasileiros no seio ao mesmo tempo doce e austero da República.

Ressuscitados!

O espetáculo é de uma festa em que se cantam somente hinos de imenso júbilo.

Salve! Mil vezes salve! Os velhos batalhadores da República que eram há pouco tempo a aurora solitária do patriotismo, aurora que se fez sol, sol que se fez dia, na grande luz dominadora, suspensa hoje no firmamento da pátria!

Salve! Mil vezes salve! O coração generoso do soldado brasileiro, pondo a sua espada gloriosa, beijada pelo sol das batalhas, ao lado sempre das causas da Liberdade e do povo.

69 Ressuscitados. *O Movimento*, Ouro Preto, 3 de dezembro de 1889, p. 1.

Salve! O 7 de setembro que foi a libertação do território, o 7 de abril a morte do absolutismo, o 13 de maio a libertação civil e o 15 de novembro a libertação total.

A República tem sido o progresso com o desenvolvimento da ordem, o futuro sabendo respeitar o passado, o presente com a garantia do porvir, ensinamento novo que está sendo para outras nações mais do que um exemplo, está sendo uma revelação.

Este querer que é de santo e grave que se observa nesta ordem solene de um povo inteiro caminhando para a organização da Liberdade sem abalos, sabendo se respeitar, é um espetáculo verdadeiramente surpreendente.

Salve! Mil vezes salve a pátria brasileira.

[...]

HINO DA PÁTRIA MINEIRA[70]

Quem não teme a feroz tirania
Não se curva ao seu jugo fatal:
– Liberdade, ainda quando tardia –
É a nossa divisa e farol.
Se da pátria inimiga corte
Nosso sangue quiser derramar
Bendiremos a hora da morte,
Saberemos morrer a lutar.
Eia, filhos da Pátria Mineira,
Eia, todos juremos de pé,
Abraçados a nossa bandeira
Combater com denodo e com fé!
Ninho d'águias, alpestres montanhas
Berço foram pra nós precioso,
– Férreo o peito, de ouro as entranhas,
Coração de diamante valioso.
Não se curvam de bravos as frontes!
O Senhor foi assim que nos fez;
Fita altivo o Mineiro estes montes;
Deles foi que aprendeu a altivez.

70 Hino da pátria mineira. *O Movimento*, Ouro Preto, 3 de dezembro de 1889, p. 1.

Eia, filhos, etc.
As masmorras, o exílio, os tormentos,
Os mártires da mais crua morte,
Não quebrantam, por mais violentos,
Quem tem alma de herói, alma forte.
Que é a vida, se as crenças queridas
Sopitadas no cérebro estão?
Nós daremos sorrindo mil vidas
Pra quebrarmos o ferro grilhão.
Eia, filhos, etc.
Mas se exangues na luta tremenda
Nós cairmos de balas crivados,
Aos filhinhos gloriosa legenda
Deixaremos nos nomes laureados.
Quando a noite nos ares derrama
O seu pranto de luz sideral,
Tiradentes nos fala, nos chama
Nos lamentos dos ecos do val.
Eia, filhos, etc.
Ei-lo mártir, o herói trucidado
Sobre a forca soberbo e de pé...
Nos incita e nos lança este brado:
– Combatei com denodo e com fé!
Sim lutemos com fé! Nos veremos
Sob a luz deste sol tropical
Desde o norte do sul aos extremos
Flutuando o pendão federal!
Eia, filhos, etc.

4. A nova política e seus horizontes (11 de dezembro de 1889)

O NOVO HORIZONTE[71]

Acha-se o governo, atualmente, em frente das duas questões, a dos princípios e a dos fatos.

Pelo que diz respeito aos fatos já foi definida a orientação a seguir, nova e justa, verdadeira e patriótica, e ninguém há que, consultando a retidão de sua consciência, possa contestar a nobre elevação de vistas da política republicana.

71 O Novo Horizonte. *O Movimento*, Ouro Preto, 11 de dezembro de 1889, p. 1.

Quando as antigas situações eram mudadas, seguiam-se imediatamente as derrubadas, sendo para muitos o pão da família que se tirava, para outros o açulamento das ganâncias e para todos um espetáculo triste e desmoralizador. A justiça era esquecida, a virtude e o mérito que se quisessem citar como títulos a provimentos, causaria irrisão.

E chegaram a formar um corpo de funcionalismo sem licença de ter opinião própria; o ordenado era o preço das convicções; para que a mediocridade se elevasse bastava que o potentado corruptor lhe estendesse a mão; estabelecia-se um concurso de corrompidos; o aviltamento das inteligências, o desânimo, as queixas e as humilhações foram as causas da morte da Monarquia; e a Monarquia havia de morrer fatalmente.

Na própria instituição absurda estava o germe da morte; estava no privilégio ilegítimo de ser a suprema direção do Estado *propriedade* de uma família; estava no senado vitalício, no senado vitalício principalmente, no eterno *mandonismo* de velhos, formando centros de adesos e aderentes, constituindo os chefes senadores quase que outras tantas Monarquias, quantos eram eles. Estava na instituição que tinha convertido a política em indústria de se viver dos orçamentos.

Estava na instituição que queria dos homens de Estado a subserviência. Estava na instituição que tinha convertido toda a pátria em feitoria do imperador. Estava nos anéis de ferro da centralização onímoda, pela qual, desde o último empregado das secretarias até os mais altos postos do funcionalismo, tudo se resolvia pela audição prévia das conveniências ministeriais.

Os negócios públicos da pátria andavam mal.

Nisto concordavam todos.

A diferença era que nós, os republicanos, responsabilizávamos a instituição monárquica, quando outros inculpavam os nossos homens.

Entretanto, o novo horizonte aberto, pela Proclamação da República, Federal, já vai mostrando toda a beleza magnífica dos novos princípios em sua aplicação.

A política da Monarquia era o egoísmo e a da República é o amor do bem público.

Na Monarquia perseguições e vinganças, na República fraternidade.

Na Monarquia privilégios e exclusões odiosas, na República o congraçamento de todos os brasileiros.

Empregos públicos!

Bem nova e bem consoladora é a lição da justiça, dada pela nova política.

Não! Os republicanos não demitem, eles não queriam a República para si, mas para a pátria.

Não era uma luta para empregos. A quase totalidade nem ao menos tinha a esperança de ver tão breve a República.

De agora em diante não se irá inquirir do funcionário qual a sua opinião política, mas unicamente qual o mérito e qual o seu direito.

A República, não será sustentada pelo interesse, mas sê-lo-á pelas convicções.

E nem queremos instituição que não tenha por si a força poderosíssima dos aplausos das consciências.

Entretanto, convenhamos, grave injustiça também seria a manutenção absoluta do *statu quo*. Porque este era o Estado feito com todos os vícios por nós apontados.

No terreno dos fatos, inaugurou também o novo regime a política grandiosa das reparações. Que nos perdoem exemplificar aqui; cumpre-nos apontar fatos para verem que não romantizamos.

A reintegração do velho servidor do Estado, em 50 anos, do agente do correio de Mariana, demitido injustissimamente, era um dever que cumpria ao governo republicano cumprir *incontinente*.

E assim foi.

E assim continuará a ser.

A justiça que se fez a um, é uma segurança que se anuncia para todos.

Reintegrado já foi também o distintíssimo professor de S. João Del Rei, que viu firmado o seu direito, o ilustre moço o Sr. Sebastião Sete.

Entretanto, se assim é a política republicana, uma nova dificuldade se começa a desenhar no horizonte, e esta, ainda pensamos poder solvê-la, invocando a retidão de julgar dos nossos patriotas.

É o fato que em alguns lugares, poucos felizmente, se tem formado clubes diferentes dos que já existiam e com manifestas hostilidade àqueles.

De vez, se devem esquecer antigos ódios. Folgamos em reconhecer, o que aliás afirmamos em mais de uma ocasião, que todo o Estado de Minas só conta republicanos em seu seio.

A política republicana não tem distinguido, não distinguirá, e nem poderia fazer, os homens, por outro critério que não seja o que lhe fornece o seu corpo de doutrinas.

Os republicanos têm sido generosos.

Pretendemos o alargamento do horizonte novo, e, na reedificação do esplêndido edifício da pátria, temos necessidade e aceitaremos o concurso de todos. Por isto mesmo não é justo nem edificante o pensamento de se produzirem divisões mesquinhas no Partido Republicano das freguesias.

Contamos que os poucos fatos, isolados da pretensão de se formarem clubes republicanos antagônicos aos que existiam desapareçam; tanto mais quanto, digamos com franqueza, só o ponto de vista acanhado da extinta e interesseira Monarquia poderia inspirar e dirigir semelhante espetáculo bem triste para os seus atores.

O governo precisa calma; e os cidadãos precisam paciência.

Acima dos fatos e acima dos expedientes está o problema da reorganização *por princípios*.

Vão ser lançadas as bases para o estudo de produtividade do solo, da circulação a mais conveniente, na elaboração de um plano sistemático de viação necessária e útil ao nosso Estado.

A riqueza material há de surgir.

Antes de tudo, cumpre que a produção aumente; com ela haverá o desenvolvimento de todas as fontes da riqueza particular e pública pelo emprego produtivo da atividade dos cidadãos.

Vão ser lançadas as bases para o estudo do ramo importantíssimo dos serviços do Estado como seja o da instrução pública. [Ilegível] e profissional. Instrução primária disseminada e fiscalizada, instrução secundária fornecida pelas capacidades e pelos métodos os mais adiantados: eis o ideal.

As bases da administração precisam ser revistas. Há muita função pública que deve ser eliminada.

Foram introduzidas no mecanismo dos serviços não para satisfazer-se uma exigência de utilidade geral, mas, muitas vezes, para satisfação de conveniências transitórias e até prejudiciais.

Na administração se vai fazer estudos que façam desaparecer o *regime do papelório*.

É necessidade urgentíssima uma maneira de processar que seja ao mesmo tempo simples, rápida e segura; será para a parte a economia do tempo e para o governo o preenchimento de uma necessidade geral e universalmente reclamada.

O patriotismo vencerá afinal. Os dias melancólicos da Monarquia terminaram-se. É preciso que compreendam todos a gravidade da situação; a oportunidade do momento é magnífica.

E quem há por aí que se lembre na hora atual de mesquinhos ódios? Que se lembre de estabelecer rivalidades, tendo por ponto de apoio vaidades de campanário?

Quem há por aí que ande procurando em meio de tudo isto a sua elevação ao invés da do futuro do Brasil?

Este que apareça e o bom senso brasileiro, e o bom senso mineiro verá nele o criminoso ridículo e impotente.

Não basta destruir; é preciso reconstruir. E a reconstrução é muito mais difícil que a destruição.

Repetimos, o governo precisa calma, e os cidadãos paciência e todos de boa vontade, dedicação, patriotismo, desprendimento pessoal para o levamento em linhas grandiosas e tranquilas do soberbo edifício da pátria brasileira afim de que seja a primeira da América do Sul.

E há de ser.

Até a Constituinte, que se não demorará, um único partido pode existir – o partido da pátria,

Só depois do delineamento dos moldes em que deva ela ficar definitiva e brilhantemente constituída, é que fatalmente também, hão de surgir de novo as duas feições características de toda a sociedade: – a que represente a ordem e a que represente o progresso, a força de gravidade e a de impulsão, a estática e a dinâmica sociais.

Por enquanto não será o bem público que determine agrupamentos, mas sim o interesse miserabilíssimo.

Esperamos, ou temos mesmo a certeza de que o patriotismo que já tem triunfado tanto, continuará em todos os corações e em todos os espíritos.

Agora tudo para a Pátria e pela Pátria.

5. A reorganização da instrução pública (5 de dezembro de 1889)

DECRETO[72]

O Dr. governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que, em matéria de instrução popular, instituem, invariavelmente, todos os governos de povos cultos o princípio, altamente moralizador e eficaz, dos concursos para os que pretendem o elevado mister de educadores;

Considerando que semelhante princípio deve, com maioria de razão, ser observado, quando se trata de diretores supremos desse importante ramo da administração pública;

---

72 MINAS GERAIS. Decreto de 5 de dezembro de 1889. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 5-6.

Resolve que, até ulterior deliberação do Poder Constituinte deste Estado seja o cargo de diretor geral da instrução pública provido mediante concurso, no qual, além de documento abonador de sua conduta cívica e moral, exibam os concorrentes provas escritas e orais de suas aptidões, para reorganização e direção desse serviço, tendo muito em vista a urgência do ensino técnico e profissional.

E porque seja momentosa tal reforma para este Estado, resolve mais marcar o prazo de trinta dias, que correrá da data da publicação do presente ato na imprensa da capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, para exibição de provas dos concorrentes, que as prestarão perante a Congregação da Escola de Minas, nesta capital, sob a presidência do respectivo diretor.

Vencerá o diretor preferido e nomeado o ordenado de 3:000$0000; ficando-lhe garantido o prazo de quatro anos para o exercício do cargo, do qual só poderá ser privado por sentença em processo administrativo.

Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, 5 de dezembro de 1889.

José Cesário de Faria Alvim.

6. A extinção da Inspetoria Geral de Imigração (7 de dezembro de 1889)

DECRETO[73]

O Dr. governador do Estado:

Considerando que o serviço de imigração neste Estado deu, pela sua defeituosa organização, resultados quase negativos para o fim que tiveram em vista os poderes públicos, qual o do povoamento de nosso solo e auxílio à indústria agrícola, custando, entretanto, somas avultadíssimas aos cofres do Estado, que nem pode averiguar hoje como foram tais somas aplicadas, atenta, a falta de escrituração, mesmo irregular, na Inspetoria Geral de Imigração com sede na cidade do Juiz de Fora;

Considerando que interrompida completamente, como se acha, a corrente imigratória para este Estado, nenhuma razão de ser tem a existência do numeroso pessoal estipendiado de que se compõe a aludida Inspetoria Geral de Imigração naquela cidade, a qual consta de inspetor, ajudante, secretário, fiscal, médico, intérprete, enfermeiro, fiel de bagagens, guardas etc.

Que custam ao Estado a soma de 18.170$000 anuais, quando falta o principal que é o imigrante.

---

73 MINAS GERAIS. Decreto de 7 de dezembro de 1889. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 7

Resolve suprimir e como suprimida fica aquela repartição, são dispensados os serviços do seu pessoal.

Palácio do governo do Estado de Minas gerais. Ouro Preto, 7 de dezembro de 1889.

José Cesário de Faria Alvim

7. A reorganização dos serviços de imigração (10 de dezembro de 1889)

[DECRETO][74]

O Dr. governador do Estado:

Considerando que extinta a Inspetoria de Imigração em Juiz de fora, e abandonado como se acha o serviço de introdução de imigrantes pelos que o contrataram com a ex-província, hoje Estado de Minas Gerais, é de urgência regularizá-lo de modo mais eficaz e proveitoso nos interesses públicos.

Considerando que as empresas de estradas se ferro em tráfego ou construção são tão interessadas como o Estado no povoamento e cultivo das zonas servidas por suas linhas, onde, de preferência, devem ser estabelecidos os núcleos coloniais de estrangeiros ou nacionais, de cuja prosperidade, que será mais certa e pronta, decorrerão recursos para o Estado atender às justas aspirações de outros pontos do seu território não servidos por tais meios de locomoção e transporte;

Considerando que está de todo ponto condenado o sistema de serviço imigratório cogitado no orçamento recentemente votado pelos poderes da extinta província, que determinaram para aquele fim a garantia de juros de 6% sobre o capital de 10.000:000$000;

Resolve que o serviço de estabelecimento de núcleos coloniais, para estrangeiros ou nacionais, seja confiado às referidas empresas de estradas de ferro que convidadas ficam a apresentarem as suas propostas.

Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, 10 de dezembro de 1889.

José Cesário de Faria Alvim

8. O movimento revolucionário e a Constituinte (17 de dezembro de 1889)

A CONSTITUINTE[75]

Ninguém, decerto, mais que os próprios representantes do Governo Provisório, tem interesse em que se não demore a Constituinte. É imensa a responsabilidade que lhes pesa nos ombros.

---

74 *O Movimento*, Ouro Peto, 17 de dezembro de 1889, p. 1.

75 A Constituinte. *O Movimento*, Ouro Peto, 17 de dezembro de 1889, p. 1.

Não obstante a segurança e tranquilidade que os atos do mesmo governo geraram na opinião pública, pela previsão das circunstâncias, pela execução rápida de medidas inadiáveis, pelo seu patriotismo e generosidade, pela concepção e realização do momento revolucionário de 15 de novembro, de modo a ser confessado por todos que foi *obra de mestres*, todavia, a necessidade da Constituinte impôs-se, para sairmos do anormal, para entrarmos de vez no definitivo, e, afirmamos, este desejo é compartilhado com muitíssimo mais vivacidade por todos quantos, no momento atual, representam uma parcela da autoridade pública, por que, para eles, a responsabilidade por isto mesmo é muitíssimo maior.

Mas preciso é refletir que a necessidade absoluta e imperiosa, a que traduz a solução positiva às nossas exigências políticas, agora, é não tanto a brevidade da Constituinte com a sua proficuidade.

Para o caso o fato material da reunião da assembleia é pouco; as suas deliberações são tudo.

E então, cumpre-nos considerar os obstáculos que são filhos da natureza mesma das coisas, fatais e insuperáveis, e que hão de fazer que a demora da Constituinte por parte do Governo Provisório seja a menor possível ante a exigência explicável da opinião, querendo um termo definitivo para os nossos públicos negócios; mas que não será tão curta esta demora que possa comprometer pela pressa a boa feitura da legislação que organizará o Brasil.

Com aplausos de todos foi decretado o sufrágio universal.

E a consequência vai ser um trabalho enorme nos alistamentos pela multidão de alistandos, em um país extensíssimo e mal servido de comunicações, pelo que, sendo útil que semelhante serviço se faça bem (e devendo ser feito bem), por isto mesmo lhe deve ser concedido prazo razoável.

Acima desta dificuldade que chamaremos material, outra mais alta e importante existe.

Referimo-nos aos espíritos dos que possam representar o povo na assembleia magna e ao preparo conveniente deles, para que deem à pátria brasileira a melhor, a mais livre e a mais adiantada Constituição que nos seja permitido desejar.

Temos, é certo, Constituições que já têm feito a felicidade de muitos povos, como a Livre Constituição dos Estados Unidos do Norte, a da Suíça, ou mesmo para os que forem unitaristas (se os há) a Constituição francesa.

Loucura seria, entretanto, o pensamento de adaptação pura e simples da legislação de outros estados ao nosso.

Uma constituição para que seja útil e proveitosa necessita consultar os antecedentes históricos do povo a que ela se destina, seus usos e costumes.

Querer aplicar a um povo a constituição de um outro, pela razão única de ter servido bem àquele, equivaleria à pretensão de que a roupa de um indivíduo, porque bem talhada, se devesse ajustar a outro de diferente estatura.

Acresce mais que depois da feitura das aludidas constituições, inegavelmente admiráveis, as Ciências Sociais e Políticas se adiantaram muito devido a trabalhos filosóficos dos mais altos espíritos: e a constituição brasileira deve exprimir e registrar todos os grandes progressos da moderna Ciência Política.

Bem acertado andaram os preclaros diretores do Governo Provisório, nomeando uma comissão de ilustres jurisconsultos e homens de ciência para a elaboração calma, em gabinete, de um projeto que possa ficar na altura de necessidades tão momentosas.

Porque, não seria decerto, no espaço estreito da sessão de uma assembleia, que semelhantes estudos pudessem ser abordados e realizados pela maneira a mais profícua e muito menos debatidos convenientemente, em reuniões numerosas, onde não seria novo que presenciássemos, bem mais a luta das paixões que o debate ao esclarecido das inteligências.

Feito o projeto, será divulgado por publicação ampla, submetido à apreciação de todos; servirá de guia aos que quiserem se ocupar de tão nobres questões; facilitará o trabalho na Constituinte, onde deverá ser discutido para, pela mesma Constituinte, ser julgado.

Assim, pois, sendo desejável que tenhamos a melhor Constituição possível, na qual se inscrevam todos os progressos da ciência e todas as grandes liberdades; pois está provado que nenhum povo do mundo é capaz, como o povo brasileiro, de gozar mais e abusar menos de todos os sus benefícios; sendo assim, o patriotismo exige, que desejando-se a Constituinte no mais breve prazo possível, não seja eleita, breve que venha comprometer o exame que deverá ter a magna assembleia, cuja missão vai ser a reorganização da pátria brasileira.

9. O caráter nacional na visão do editorialista d'*O Movimento* (21 de dezembro de 1889)

CARÁTER NACIONAL[76]

O fato da recepção entre aplausos, pelo povo brasileiro, da lei que aboliu a escravidão, e ultimamente a adesão de toda a pátria à nova ordem de coisas inaugurada pelo ato revolucio-

---

76 Caráter nacional. O Movimento, Ouro Preto, 21 de dezembro de 1889, p. 1.

nário de 15 de novembro, tem merecido de uma certa parte da opinião pública apreciações menos justas.

Tem-se dito faltar ao caráter brasileiro as grandes energias, qualificando-o de fraco pela aderência passiva a todos os fatos consumados.

Semelhante asserção, não contestamos, parece à primeira vista ter qualquer fundo de verossimilhança; refletindo-se, entretanto, mais profundamente sobre o alcance dos fenômenos e observando-os, as conclusões a que se chega são bem outras; são honrosíssimas e animadoras para o caráter nacional.

É assim que para tomarmos os fatos de mais longe, nota-se sem dúvida a adesão da alma brasileira aos fatos consumados; mas nota-se igualmente, em nossa história até hoje, têm sido no sentido do progresso, da liberdade e das grandes conquistas da civilização, – na aceitação da independência em 1822, na expulsão do absolutismo representado pelo primeiro Bragança, na aceitação da liberdade concedida ao ventre escravo, na liberdade dos sexagenários, na extirpação total na instituição servil e por último da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.

Nota-se mais que para o povo brasileiro na luta pelas liberdades, sem se descansar sob os louros das vitórias, a tarde de uma conquista tem sido sempre a véspera de um novo combate maior e mais grandioso; e o povo brasileiro tem avançado sempre; e o povo brasileiro tem avançado em ordem por entre flores e aplausos, assombrando o mundo na conquista de seu futuro magnífico.

Entretanto, querem que vá nisto motivo de se acusar a pouca energia do caráter nacional! Não há dúvida nenhuma que tem havido a aceitação do fato consumado; mas o fato consumado tem sido sempre a justiça, o direito, a liberdade e o progresso.

Sobreleva ainda lembrarmos, em abono do que vamos expondo, todas as lutas brilhantíssimas, travadas por muitos, fora do governo e do poder, apesar do poder, e contra o governo no sentido da civilização. Tal foi a da abolição na qual se encontravam representantes de todas as classes, jornalistas os mais eminentes, tribunos, estadistas, dedicados de todo nome, porção numerosa, ativa exercendo a propaganda por todos os meios, arrostando perigos, até que conseguíssemos fazer triunfar a ideia pela qual batiam-se.

Antes de 15 de novembro, a propaganda republicana também foi feita intensa e brilhantemente; muitos formando uma quase legião, através também perseguições e obstáculos, tendo vencido em muitas campanhas parciais – os batedores da República como os do abolicionismo são o alto testemunho de que o caráter nacional o que nunca soube é aderir inteiro ao mal. O que ele sabe sempre é aderir inteiro ao bem.

10. A proeminência dos republicanos na condução política do país (27 de dezembro de 1889)

OS QUE DEVEM DIRIGIR[77]

Depois de termos feito a manifestação sincera do nosso modo de sentir em relação aos antigos partidos extintos mostrando que a bandeira generosa da liberdade acolhe a todos sem distinção ou exclusão, cumpre-nos estabelecer uma observação necessária.

É evidente que os republicanos que se bateram nos tempos da Monarquia, sem esperança de êxito próximo, a alma cheia de abnegação e devotamento, anunciando a nova era da redenção, fazendo a propaganda das ideias, do civismo, e sobretudo do exemplo pela ação continuada contra a antiga ordem de coisas, estes que foram os precursores da ideia, que abalaram a alma nacional, que formaram o centro de confiança determinante do pensamento do Exército e Armada na Proclamação da República, a estes, repetimos, cabe a maior responsabilidade possível, na revolução de 15 de novembro.

Preciso é considerar mais que no futuro a história brasileira dar-lhe-á ainda a responsabilidade do êxito qualquer, de semelhante mudança, e para que esta possa exprimir a verdade dos fatos, se faz necessário que sejam os republicanos anteriores a 15 de novembro, os que executem as promessas que fizeram, realizem o bem que prometeram, e pratiquem as medidas que anunciaram. Sim! É preciso que à responsabilidade da iniciativa para eles esteja unida a responsabilidade da ação, e só assim a história lhes poderá atribuir a responsabilidade inteira dos resultados.

Não tratamos da exclusão dos velhos partidos monárquicos; o nosso pensamento a esse respeito já foi enunciado; o que queremos deixar evidente, e o ponto para o qual chamamos absolutamente a atenção dos nossos concidadãos é que – de nenhum modo se pode comparar a responsabilidade dos que promoveram a República com a dos que a ela aderiram.

Se os republicanos anteriores a 15 de novembro foram os que inspiraram no passado a mudança política que se efetuou, e se a eles mesmos há de ser atribuída no futuro a responsabilidade dos bons ou maus sucessos, é imprescindível que no presente tenham a responsabilidade da direção e da ação governamentais.

---

77 Os que devem dirigir. *O Movimento*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1889, p. 1.

Das maiores às menores circunscrições, pertence-lhes a iniciativa inspiradora do modo de ver e elaborar a reorganização da pátria. A República aceita a "colaboração" leal de todos os velhos partidos sem nenhuma preferência e sem nenhuma exclusão; mas a "direção" política pertence aos mais responsáveis que são os mais antigos.

É isto absolutamente justo.

11. João Pinheiro, abolicionista e republicano: uma breve biografia (17 de dezembro de 1889)

DR. JOÃO PINHEIRO[78]

A *Cidade do Rio*, órgão da imprensa diária da Capital Federal, publicou na primeira página do seu número 288, de 17 do corrente, o retrato do nosso prestigioso redator-chefe.

Damos abaixo a biografia que emoldura o mesmo retrato e que também foi publicada pelo respectivo órgão:

> Abolicionista e republicano intransigente, João Pinheiro, redator d'*O Movimento* de Ouro Preto, conquistou com grande glória, a parte que lhe cabe da gratidão nacional.
>
> Quando em 1887, João Pinheiro saía de S. Paulo com a sua carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, o seu nome ficou inapagável, nos anos da Academia, como o de um moço de grande talento, idolatrado por todos os seus camaradas.
>
> Pobre, fez-se por si. Para estudar, lecionava Química e Física, na Escola Normal.
>
> Já nesse tempo, na imprensa e na tribuna acadêmica, João Pinheiro quebrava lanças em prol da causa sagrada que, longo tempo sufocada na alma nacional, explodiu no dia 13 de maio, fazendo a aurora da liberdade apontar para aqueles que tinham a vida mais negra do que a própria pele.
>
> Formado, foi para Ouro Preto, onde fundou *O Movimento*, órgão republicano, que é hoje a folha mais lida do Estado de Minas Gerais.
>
> Organizou o Centro do Partido Republicano de Minas, dirigindo com grande critério e notável talento o movimento da propaganda em todo o Estado.

78 Artigo publicando no jornal *Cidade do Rio*. Dr. João Pinheiro. *O Movimento*, Ouro Preto, 27 de dezembro de 1889, p. 1. Observa-se que, após pesquisa, não foi possível localizar o exemplar do *Cidade do Rio* com o artigo e o retrato de João Pinheiro.

> Candidato oficial do partido pelo 2º Distrito, obteve brilhante votação, conseguindo ir a 2º escrutínio.
>
> Tem uma educação sólida e variada. Preparadíssimo em Ciências Físicas e Matemáticas, cursou a Escola de Minas, que, depois, abandonou para se formar em Direito.
>
> E essa educação, e o seu belo talento e a sua honestidade sem mácula fazem com que o Dr. João Pinheiro seja um dos moços em quem mais deve confiar a pátria, agora que ela precisa, conquistada a liberdade, de que todos os seus filhos a auxiliem no trabalho glorioso da reconstrução.

Aos dados acima acrescentamos os seguintes:

O Dr. João Pinheiro estudou preparatórios no Seminário de Mariana onde obteve o primeiro lugar em todas as classes, e, apenas no curso de Matemáticas, o Dr. João Bráulio Júnior[79] obteve qualificação igual à dele.

De Mariana veio para Ouro Preto, conseguindo fazer em ano e meio todos os exames necessários à matrícula em curso superior.

Em todos os exames nunca teve aprovação simples, e por este tempo lecionava Filosofia nesta cidade e acompanhava o curso da Escola de Minas.

Concluídos os exames de preparatórios retirou-se então para S. Paulo, onde no seu primeiro ano jurídico dedicou-se ao jornalismo.

Foi em seu segundo ano de academia que entrou para o magistério, na Escola Normal de S. Paulo, onde lecionou Química e Física até a época de sua formatura.

Na Academia de S. Paulo seguiu sua carreira brilhante, continuando a não ter nem uma aprovação simples.

Os lentes daquela academia e entre eles, principalmente o Dr. Robino de Oliveira, sempre fazem ao Dr. João Pinheiro honrosíssimas referências.

Em seu quarto ano de Direito, *A República*, órgão dos republicanos acadêmicos de S. Paulo, publicou a sua biografia.

79 João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior (1860-1908) é um dos nomes recorrentes nesta coletânea. Era médico, jornalista e político, sendo eleito deputado estadual em 1893 e 1906. No governo de João Pinheiro, iniciado em 1906, ocupou a Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais.

No dia de sua formatura, em 18 de novembro do ano de 1887, todos os sus alunos da Escola Normal, mais amigos que alunos, ofereceram-lhe o seu retrato a óleo.

Formado, veio estabelecer-se nesta capital como advogado, onde até hoje se conserva a contento de seus numerosos constituintes.

A 7 de junho empreendeu a sua luta mais gloriosa em favor da República, começando com raro tino o trabalho da organização do Partido Republicano Mineiro.

Sob sua inspiração foi fundado o clube da capital de que ficaram sendo diretores o Dr. Leônidas Damásio, o coronel Francisco Alves e o Dr. João Pinheiro.

Apresentou as ideias que foram capitais para o movimento democrata mineiro da convocação do primeiro congresso que se reuniu em 15 de novembro do ano passado.

Mal sabia o denodado e ilustre moço que semelhante data se tornaria tão célebre um ano depois na história da pátria.

O Dr. João Pinheiro foi o pensamento e a alma do mesmo congresso, foi quem redigiu as suas leis orgânicas, e pensou no estabelecimento, aqui, da imprensa partidária – *O Movimento* – que foi criado imediatamente e sob sua direção.

Moço, mas senhor de uma existência fecunda em trabalhos e resultados para as causas da liberdade, a grande modéstia desta organização excepcionalmente dotada, realça profundamente os seus méritos de atividade incansável, temperamento de luta, espírito reto e conciliador, coração cheio de bondade, inteligência ilustrada e esclarecida – notas com que julgamos dever completar a notícia dada pela *Cidade do Rio*, que acompanhou o retrato do nosso redator-chefe, distinção e finezas merecidas, e que por ele agradecemos aos estimados colegas daquele órgão da imprensa do Rio de Janeiro.

12. A liberdade de consciência e a não interferência do Estado (31 de dezembro de 1889)

A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA[80]

Nenhum regime há, tão profundamente conciliador, como seja o da liberdade, em todos os seus princípios. Nos referimos hoje ao que diz respeito à liberdade de consciência, segundo a qual, perante a teoria republicana, para o Estado, é respeitável o foro íntimo do cidadão no qual não interferirá, acatando todas as crenças, respeitando todas as convicções, sendo certo que o juiz da consciência humana é unicamente Deus.

---

80 A liberdade de consciência. *O Movimento*, Ouro Preto, 31 de dezembro 1889, p. 1.

Ao Estado cumpre principalmente e imprescindivelmente a manutenção da paz e da tranquilidade públicas, o asseguramento da ordem e da prosperidade materiais, e, protegendo as artes, indústrias e ciências, o ensino religioso deverá ficar delimitado ao seio da família, ou aos ministros daquela religião que dele se queiram ocupar.

Reconhecemos, e com prazer, que a maioria da nação brasileira é cristã; reconhecemos que esta religião, mesmo encarada, fora do sobrenatural, prestou os maiores serviços à humanidade inteira, enobrecendo o trabalho, libertando a mulher, adoçando os costumes bárbaros da antiguidade, fazendo desaparecer pela instituição das *tréguas de Deus* as guerras feudais, inspirando a criação das grandes nacionalidades europeias após a guerra das cruzadas, movimento heroico e cavalheiresco que tornou irmãos pela identidade de um grande ideal, povos inimigos e irreconciliáveis.

Tal é e tal foi o valor intrínseco dos princípios do cristianismo, tão grandes que, começando esta religião em um presépio, tendo contra si, em sua infância, as cóleras dos Reinos e dos Impérios, servida unicamente pelos doze pobres da Judeia que se fizeram apóstolos, entretanto, tudo venceu perseguições e martírios, reis e imperadores, conquistando afinal a zona a mais dilatada da consciência humana.

E sendo assim, se tal é a história do catolicismo, se tão alto é o valor da sua filosofia e do seu dogma, perguntamos: – Que necessidade tem a religião católica da proteção do Estado? A história da sua ligação com os poderes civis não é a história mesma das suas humilhações e da sua decadência? E seja-nos permitido o estabelecimento de um paralelo no teatro recente da história contemporânea.

Aqui nesta pátria brasileira e no tempo da Monarquia, a religião católica era a religião do Estado. Por esta ligação, pagava o Estado um ordenado vil aos seus ministros vigários. Mas por uma compensação desigual reservava-se o direito da apresentação dos Bispos; tinha para as bulas pontifícias a imposição do *placet*; a união da igreja e do Estado era a subordinação da primeira ao segundo, pela qual, foram presos, encarcerados e condenados os bispos do Pará e Olinda,[81] sendo certo que o Sr. D. Pedro de Alcântara, em um dos estabelecimentos de ensino religioso superior, no Seminário do Caraça, pregou pessoalmente o princípio que a teoria republicana condena, de que o poder temporário é superior ao espiritual; porque

---

81 Trata-se da Questão Religiosa que foi um reflexo no Brasil do confronto entre a Maçonaria e a Igreja Católica Romana iniciado na Europa. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, e D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, determinaram que as Ordens Terceiras e Irmandades excluíssem os seus membros que também pertencessem à Maçonaria. Elas desobedeceram e D. Vital lançou o interdito canônico sobre as capelas ligadas àquelas entidades, que apelaram ao Imperador que lhes acolheu o recurso. Os bispos não aceitaram o beneplácito do Imperador e foram presos em 1874 e processados pelo Supremo Tribunal de Justiça.

o princípio republicano quer que se dê a César o que é de César e a Deus o que é de Deus; entende que o princípio religioso e o princípio civil são ambos descriminados, livres em sua esfera de ação, nada tendo que ver a autoridade temporal de um com a autoridade espiritual do outro.

E esta doutrina que é a adotada pelos Estados Unidos da América do Norte, país em sua maioria protestante, tem dado em consequência um progresso assombroso para o catolicismo enquanto no Brasil, país católico, era essa mesma religião perseguida e humilhada.

Entretanto o problema da liberdade de espírito, para que seja compreendido em todo seu alcance generoso e conciliador, deve ser posto não em frente dos interesses de um só Estado, mas em frente de um teatro mais vasto compreendendo a agremiação de todos os diferentes povos.

Sim! É preciso que os católicos se não esqueçam de que aqui eles são maioria, mas que em outros lugares eles são a minoria, que eles aqui dominam e em outras partes são dominados; que é preciso que eles deem a liberdade onde são senhores para que esta lhes seja dada onde são escravos. Sim! É preciso que não se esqueçam de que liberdade deve ser concedida a todos os homens e a todas as consciências e sob todos os céus.

13. Um confronto histórico sobre a emergência dos regimes no Brasil (6 de janeiro de 1890)

UM CONFRONTO[82]

Agora que estamos nos primeiros dias da República, seja-nos lícito, recuando um pouco na história brasileira, recordar qual foi início da Monarquia Constitucional, em nossa terra.

De certo, para muitos, estará esquecido o quadro de horrores, de tirania e mortes, formando o alicerce sobre que se edificou o governo, representado por um braço da família portuguesa dos Braganças, que logrou dirigir os nossos destinos por mais de 60 anos.

Para os que menos atentam na realidade das coisas e na significação dos fatos, aos ouvidos deles, tem soado mal a palavra ditadura militar, apesar de não ter havido até hoje nenhuma reforma liberal que não tivesse tido o concurso do soldado brasileiro, e apesar de não ter esse soldado se aproveitado em nenhum tempo da vitória, compartilhando sacrifícios, mas não compartilhando lucros, afrontado os perigos na sua hora difícil e recuando sempre quando eles já são passados.

---

82 Um confronto. *O Movimento*, Ouro Preto, 6 de janeiro de 1890, p. 1.

Aos que com bom senso procuram sondar os acontecimentos sem preocupação da palavra que os batize, nenhuma dívida se antolhará em afirmar-se que os primeiros dias da Monarquia Constitucional, com imperadores *magnânimos e clementes*, como reza a formalidade dos decretos, foram bem mais tenebrosos e ensanguentados que os que poderia produzir qualquer ditadura a mais desumana.

E para que não pensem ser gratuita a nossa asseveração, poremos fatos ante os olhos do leitor, narrados por historiadores coevos, não por um, mas por todos que escreveram logo após a Independência.

Começaremos pelo Dr. Sérgio de Souza Melo que escreveu em 1830 o trecho que se vai seguir, extratado de um folheto denominado *A Calúnia* e que foi dedicado as câmaras municipais do Brasil.

E diz:

"Não é a primeira vez que os prelos têm gemido com iguais acusações, feitas ao governo; bastará, para exemplo, recordar a meus leitores o acontecimento da noite de 21 de outubro que jamais se apagará da lembrança dos brasileiros por ser o fato mais bárbaro em toda história do Brasil.

Em 20 de outubro de 1823, na cidade de Belém, capital do Pará, foram metidos no porão do navio Palhaço 257 brasileiros, sem crime nem processo; na noite do dia 20 para 21 deram, pela boca da escotilha, algumas descargas de mosquetaria sobre esses infelizes presos, incomunicáveis no fundo de um porão e inteiramente desarmados; e como os tiros dados quase perpendicularmente não surtissem todo efeito desejado, fecharam-se as escotilhas, para que os que infelizmente não morreram logo das balas sofressem uma morte mais tormentosa, sufocados pela falta de ar e fumo da pólvora.

(...)

Esse atentado o mais bárbaro d toda história do Brasil ficou totalmente impune!

O oficial, dele acusado, entrando em conselho de guerra, antes que fosse condenado, foi condecorado pelo governo e incumbido de uma comissão honrosa; e em consequência os vogais do conselho tiveram de o absolver!"

E não era ditadura militar, mas o governo da Monarquia *piedosa e clemente* que assim estreava conduzida e inspirada pelo primeiro imperador, no Brasil.

A narração e condenação deste acontecimento de perversidade inaudita se nos depara ainda na "História da Fundação do Império Brasileiro" por Pereira da Silva, e nos *Motins Políticos do Pará*, pelo Dr. Domingos Raiol.

Mas não é tudo; em 1824, o movimento pernambucano que tentou fundar a Confederação do Equador deu novo ensejo à Monarquia que começava, de se exibir em uma tirania sem nome. E assim enumeraremos as vítimas do primeiro imperador, no Brasil, transcrevendo um trecho do Sr. Francisco Luiz da Veiga, de escrito publicado em 1867 e que reza assim:

"A revolução, começada em 21 de fevereiro, inaugurada solenemente em 2 de julho, foi vencida em 28 de novembro do mesmo ano, pela *Capitulação do Juiz*, de uma fazenda dos Beneditinos de Olinda.

Então principiaram as execuções sanguinárias!

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, e autor de várias obras, entre as quais mencionaremos o folheto intitulado *O que se deve entender por pátria do cidadão* foi *fuzilado*! e João Guilherme Ractcliff, homem de letras e oficial de Secretaria, o major Agostinho Bezerra, Lázaro de Souza Fontes, Antônio Macário de Morais, Francisco Antônio Fragoso, o capitão Antônio do Monte Oliveira, o americano James Rodgers e o capitão Nicolau Martins Pereira foram *enforcados*, em Pernambuco!

No Ceará foram *enforcados* o padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó, o coronel João de Andrade Pessoa, Francisco Miguel Pereira Ibrapina, o major Luiz Ignacio de Azevedo e Feliciano José da Silva Carapinima!

Além daqueles, diz o conselheiro Pereira Pinto, foram condenados à morte os *ausentes*: Manoel Paes de Andrade, José de Barros Falcão de Lacerda, Dr. José da Natividade Saldanha, José Antônio Ferreira, Emiliano Phillipe Benício Monduruçú, José Francisco Vaz Pinto Carapéba, Feliz Antônio Ferreira de Albuquerque, Francisco Leite da Silva, Antônio de Albuquerque Melo Montenegro, Manoel Ignacio Bezerra de Melo, José Gomes de Rego Caçumbá, Belarmino de Arruda Câmara, Antônio Gabriel Pio da França Mendanha e o padre João Baptista da Fonseca!

Tiveram também a pena última sendo depois a pena comutada nas imediatas, Antônio Bezerra de Souza Menezes, frei Alexandre da Purificação e o major José Ferreira de Azevedo!

Diversos outros réus foram entregues às justiças ordinárias. Finalmente, foi degradado, por toda a vida para a ilha de Fernando de Noronha, Alexandre Raymundo Ibiapina e postos em liberdade e absolvidos Luiz Borges da Fonseca, Primavera e José Martiniano de Alencar."

E assim, feita a narração acima, que podia ser aumentada por outros muitos e igualmente tirânicos fatos, ordenados pelo governo do primeiro imperador do Brasil, no surgir da Monarquia em terras americanas, sem dúvida nenhuma, o que o povo vê da ditadura militar, proclamada pelo Exército e Armada em nome da nação, em seus primeiros dias da direção política brasileira, é coisa bem diferente, apesar de ditadura militar, do que o que nos conta a história de início da Monarquia, apesar de Monarquia e constitucional.

Que o fundo negro desse quadro tenebroso sirva para se destacar o grande patriotismo e generosidade do governo republicano em seu alvorecer, anunciando a paz, decretando medidas de liberdade, cobrindo com sua larga bandeira a todos que, mesmo sem nascerem neste solo, fazem parte da nossa comunhão social, buscando a confraternização, ensinando o desinteresse, fazendo desaparecer os velhos ódios que desonravam os antigos partidos na Monarquia, escrevendo a página a mais luminosa da História Brasileira; e a tirania foi o alicerce dos 60 anos da Monarquia no Brasil; e a generosidade e a ordem são a base da República Brasileira, que não deseja lutas mas não as teme e que saberá ter toda a energia, se esta for necessária para a manutenção da ordem e da nova forma de governo.

E perguntamos para finalizar: se, em 15 de novembro, tivéssemos sido os vencidos, lograríamos ser tratados pelo mesmo modo porque o fizemos sendo vencedores?

14. João Pinheiro na diretoria da Sociedade de Geografia Econômica (19 de janeiro de 1890)

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA ECONÔMICA[83]

No domingo, 19, conforme noticiamos, realizou-se, no paço da antiga Assembleia Provincial, uma reunião desta sociedade, à qual compareceram muitas pessoas gradas que se alistaram patrioticamente entre os sócios, honrando a sessão o Exmo. Dr. Cesário Alvim, governador do Estado e presidente honorário da sociedade.

Depois de um discurso do presidente efetivo, Sr. Dr. Henrique Gorceix,[84] e por proposta do sócio Dr. Francisco Amaral foram proclamados membros da diretoria, além do referido

---

83 Sociedade de Geografia Econômica. *A Ordem*, Ouro Preto, 22 de janeiro de 1890, p. 1. A Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais foi fundada em dezembro de 1889, pelo então diretor da Escola de Minas, Henri Gorceix, com a finalidade de promover o desenvolvimento da indústria, comércio e imigração do estado de Minas e organizar museus permanentes com amostras de produtos mineiros; após um período profícuo, encerrou suas atividades em 1893. Cabe salientar que essas sociedades se espalharam pelo mundo no século XIX, sendo a de Paris uma das mais antigas, criada em 1821, e a do Rio de Janeiro foi criada em 1883.

84 Claude Henri Gorceix (1842-1919), professor, geólogo e mineralogista francês, foi o fundador e diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, entre 1876 e 1891.

presidente, os Srs. barão de Saramenha e Drs. Antônio Olinto dos Santos Pires, João Pinheiro da Silva, Francisco Luiz da Veiga, Modesto de Faria Belo, Manoel Joaquim de Lemos, Levindo Ferreira Lopes, Joaquim Candido da Costa Sena e Joaquim Francisco de Paula.

Trata-se agora de criar, aos diversos municípios, as filiais da patriótica instituição.

15. A organização da estatística mineira (18 de janeiro de 1890)

ESTATÍSTICA MINEIRA[85]

Mais de uma vez, nos últimos meses, tem nos afetado displicência profunda, quase invencível, ao observarmos o afã de certos espíritos, aliás generosos, na iniciativa irrefletida de empreendimentos irrealizáveis, irrisórios mesmo, pela insuperável desproporção entre a grandeza colossal dos intuitos e a insuficiência absoluta dos meios para consegui-los.

Verdadeiras quimeras de gênios sonhadores, tais empreendimentos, logo abandonados, não são, infelizmente, apenais estéreis: – são também nocivos, porque de infalível malogro em que fatalmente se abismam, originam-se, no ânimo inculto e suspeitoso do povo, descrença e indiferença prejudiciais diante de outras iniciativas, merecedoras de animação e apoio, porque são praticáveis e visam indiscutíveis benefícios públicos ou melhoramentos sociais,

Como que para compensar-nos do aludido desgosto, inevitável para nós sempre que se nos depara o aflitivo espetáculo de *voos icários*, tivemos notícia de que o ilustre governador deste Estado, Dr. Cesário Alvim – espírito esclarecido e experimentado – planeja cometimento verdadeiramente útil e de tal alcance em suas consequências que, uma vez efetuado, será nova e virente láurea para a fronte do distinto mineiro.

Não se trata de nenhuma utopia, incompatível com o critério reconhecido do digno governador: o que tem em vista S. Exa. é a organização de uma *estatística mineira*, isto é, um grande e luminoso trabalho, essencialmente prático e essencialmente proveitoso, que jamais foi sequer tentado e que – na linguagem incontrastável dos *algarismos* e dos *fatos* – patenteie o que somos e o que podemos ser, na demonstração exata, clara e metódica do que é e do que pode aspirar o Estado Mineiro, por sua população, riquezas naturais, recursos econômicos e outros elementos de prosperidade futura.

Não há como negar: este cometimento patriótico e civilizador pertence à categoria das coisas grandes e úteis, em cuja esfera deve especialmente agir a atividade dos governos cônscios de sua alta e nobilíssima missão. Eis porque o noticiamos com justo e sincero contentamento.

---

85 Estatística Mineira. *A Ordem*, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1890, p. 1. Em função da importância dada à organização da estatística no estado de Minas tanto por Cesário Alvim como João Pinheiro, a quem caberá regulamentar esse serviço, foram inseridos alguns textos nesta coletânea que dão uma visão geral das concepções e do que se projetou sobre o assunto logo no início do governo republicano em Minas.

Com razão disse escritor distinto que se os números não governam o mundo ao menos ensinam a governá-lo; e a estatística é, na frase de Moreau de Jonnés, "a ciência dos fatos sociais expressa por termos numéricos". Sua importância, sempre considerada devidamente em todas as nações adiantadas, avulta nos países regidos por formas representativas ou que, como do Brasil atual, delas espera obter ainda o bem-estar e engrandecimento desejáveis. "Há, diz Miguel Chevalier, ligação tão íntima entre o sistema representativo e a *estatística*, que o melhoramento de um deve provocar necessariamente o aperfeiçoamento da outra."

Na Europa tem os poderes públicos empenho constante em organizar, aperfeiçoando-os sempre, monumentais trabalhos e investigações desta espécie. Variam ali os sistemas adotados, vigorando em França e na Prússia o *oficial*, com uma repartição central mantida pelo governo, e prevalecendo na Bélgica, Itália, Espanha, etc. o regime de comissões especiais, trabalhando com auxílios e subsídios do governo, mas independentemente da administração dos estados. É este considerado mais vantajoso e eficaz, mas ambos muito têm contribuído para acelerar, sob todos os aspectos, o progresso prodigioso do velho continente.

Infelizmente, até agora, pouco, bem pouco se há feito no Brasil em benefício de uma ciência que é a chave de tantas outras, a grande mestra da administração e a luz indispensável para inúmeras e auspiciosas explorações, em quase todas as arenas da atividade humana.

Temos vivido às cegas, legislando a esmo, administrando sem orientação, computando tudo por estimativas arbitrárias e grosseiras, ou por induções falsas, às vezes insensatas, – um constante esgrimir no vácuo, com sacrifício inútil e irracional de tempo, de capitais, de trabalho, de bem-estar social e, o que é ainda mais triste, de nossas pretensões aos foros de povo civilizado!

Semelhante incúria não podia, não devia continuar. Ela simbolizava um padrão vergonhoso de nosso atraso e, escurecendo-nos todas as sendas do futuro, nos retardava lastimosamente qualquer melhoramento notável e real no ensino público, na viação, nas artes, nas indústrias, numa palavra, em todas as manifestações do progresso e da civilização moderna.

O ilustre Sr. Dr. Cesário Alvim, iniciando o auspicioso empreendimento, bem merece aplausos fervorosos, e levando-o a termo feliz, como seus talentos e patriótica energia no-lo asseguram, terá, por novo e grandioso serviço, feito jus à gratidão dos Mineiros.

Custe embora grandes esforços e despesas avultadas, a ESTATÍSTICA MINEIRA será benefício inapreciável, recompensando centuplicadamente, como o solo feraz, o sacrifício de sua conquista.

Territórios, produção, agricultura, indústrias, comércio, letras, artes, ofícios, obras públicas, vias de comunicação, população (nascimentos, casamentos, óbitos, sexo, idade, estado civil, profissão, cultos, emigração e imigração etc.), ensino público e particular, importação,

exportação, rendas, justiça, beneficência, instituições locais, religiosas, filantrópicas ou preventivas, e outras muitas categorias de fatos, importantes em si mesmos e, mais alude, pelas leis que os presidem – tudo se grupará metódica e harmoniosamente, constituindo, em traços vigorosos de realidade, o grande embora tosco monumento do presente, sobre o qual o patriotismo mineiro erguerá, esforçado, a construção esplêndida do futuro.

Empreendendo tarefa assim meritória, gloriosa para si e para a terra de seu berço, que preza e lhe exalta o nome, o ilustre Dr. Cesário Alvim oferece aos mineiros documento eloquente de esclarecida orientação no governo e do mais louvável empenho pela prosperidade de seus concidadãos.

16. A criação da Diretoria de Estatística (21 de janeiro de 1890)

DECRETO[86]

O Dr. governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que é de urgente necessidade organizar com a perfeição possível a estatística do Estado, para que a respectiva administração tenha um campo conhecido e balizado para determinar os seus movimentos no sentido do bem comum;

Considerando que sem o conhecimento exato da sua geografia, viação e qualidade de terras, não pode o Governo do Estado resolver com vantagem o momentoso problema do seu povoamento; pois, as variadas aptidões dos que forem convidados a se fixarem nele cumpre indicar com precisão onde podem proveitosamente disputar a sua fortuna, da qual decorrerá a fortuna do Estado;

Considerando que é também de imprescindível necessidade conhecer o que já existe em matéria de indústrias, artes, ofícios, agricultura e comércio, de modo a que o poder público possa nessas largas áreas de manifestações da atividade humana saber o que deve amparar e dirigir;

Considerando que a população do Estado deve ser conhecida no seu algarismo quanto possível aproximada da verdade absoluta, assim como o seu crescimento ou diminuição, e causas que o determinem;

Considerando que cumpre ser averiguado o que há feito, por fazer-se ou melhorar-se em matéria de Instrução Pública, Justiça, Finanças, Polícia etc.;

86 MINAS GERAIS. Decreto de 21 de janeiro de 1890. Coleção dos decretos do Governo Provisório do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 11-12.

Considerando, finalmente, que as verbas de despesas inúteis e improfícuas, de que já se acha o Estado subtraído, permitem, com toda folga, o iniciamento e conclusão dos serviços apontados;

Resolve criar na sede do Governo do Estado de Minas Gerais uma Diretoria de Estatística, que será oportunamente regulamentada e se denominará – Diretoria da Estatística do Estado de Minas Gerais, – compondo-se de três seções, que terão a seu cargo:

1ª SEÇÃO
Geografia, viação e análise de terras.
2ª SEÇÃO
Indústrias, artes, ofícios, agricultura e comércio.
3ª SEÇÃO
População, instrução pública, justiça, finanças e polícia.
Palácio do Governo, em Ouro Preto, 21 de janeiro de 1890.
José Cesário de Faria Alvim

17. A Estatística, por Aurélio Pires (24 de janeiro de 1890)

A ESTATÍSTICA[87]

La statisteques est le budget des choses, et sont budgetpoint de salut publique.
Napoleon 1º

O ato do governador deste Estado, de 21 do corrente,[88] que criou a Diretoria de Estatística, é da ordem daqueles que revelam os altos intuitos com que se inicia o novo regime entre nós, e tem um elevadíssimo alcance para os destinos, para a prosperidade e para o futuro do Estado de Minas Gerais.

Até então, completamente descurada pelos governos transatos, a Estatística não era chamada a prestar à administração os importantes serviços, os esclarecimentos imprescindíveis, que só ela pode fornecer – daí a confusão e o baralhamento que reinavam nos diversos ramos da mesma administração, a ignorância quase completa dos conhecimentos mais comezinhos das nossas coisas públicas, e que, entretanto, devem constituir o objeto dos cuidados assíduos e vigilantes dos governos bem-intencionados.

87 PIRES, Aurélio. A Estatística. *O Movimento*, Ouro Preto, 24 de janeiro de 1890, p. 1.

88 Este Decreto de 21 de janeiro de 1890 foi modificado pelo Decreto nº 33, de 29 de março de 1890, assinado pelo vice-presidente João Pinheiro e que dá instruções às Comissões de Estatística e que transcrevemos a seguir.

Ciência eminentemente prática, porque a sua linguagem é a dos algarismos, e porque se baseia em termos numéricos, a Estatística, na frase de Moreau de Jounès, tem o caráter de precisão e de certeza das ciências exatas.

O seu fim é estudar os fatos naturais, sociais e políticos de um Estado.

"Sem dúvida, diz o mesmo autor já citado, ela não tem o poder de agir; mas, tem o de revelar, o que, felizmente, em nossos dias, é quase a mesma coisa. Outrora o grito do povo era: Se o rei soubesse!

Hoje, a autoridade sabe tudo; bastam alguns algarismos para lhe fazer conhecer os abusos."

A origem da Estatística remonta às primeiras idades do mundo. Os seus vestígios encontram-se no mais antigo dos livros – O Pentateuco –, onde ela aparece sob a denominação expressiva de "Arithmi", – os Números.

Na China, no ano 2042 antes de Cristo, já o imperador Yu fazia levantar uma estatística de seus vastos estados.

Em Roma, sob o reinado de Augusto, fez-se um registro da riqueza do império, do número dos cidadãos e dos aliados, dos tributos e outras partes da renda pública, das despesas ordinárias e das gratificações ao povo, sendo o mesmo registro, conforme observa Tácito, feito pelo próprio punho do imperador – "*Quae cuncta sua manu prescripserat Augustus*".

Na Alemanha, onde a Estatística faz parte dos estudos clássicos, ela recebeu no século passado (1748) um vigoroso impulso, que lhe foi dado pelo eminente professor Godrefied Achen Wall, que foi também quem lhe deu o nome, com que hoje é universalmente conhecida.

Em tratados sobre a história da Estatística, aprende-se que, nas regiões do novo mundo, os mexicanos e os peruvianos, desde o tempo de Montezuma, possuíam noções extensas e variadas sobre a Estatística, e faziam dela aplicações usuais às necessidades de seu país e à política de seu governo.

Em nossos dias, ela tem sido objeto de constantes estudos de parte dos governos mais adiantados e das nações cultas.

Quanto à sua utilidade, ressalta de seu próprio nome – *Status*, estado, situação, condição das coisas.

Para darmos uma ideia de sua alta importância, extratamos, de Moreau:

"Todos os bons espíritos reconhecem que a Estatística é absolutamente necessária aos homens de Estado, aos publicistas, aos economistas, aos historiadores:

1º Para constatar, em todos os seus elementos, a população do país, fonte de seu poder, de sua riqueza e de sua glória;

2º Para melhorar o território, depois de o ter explorado por operações que fazem conhecer sua fertilidade, suas comunicações, seus meios de despesa, a salubridade e a segurança de seus campos e de suas cidades;

3º Para assentar em bases sólidas o exercício dos direitos civis e políticos, adquiridos à custa de tantos sacrifícios pelas gerações que se sucedem;

4º Para fixar e distribuir os militares que formam os exércitos e garantem a independência do país;

5º Para estabelecer com equidade os impostos que provêm às necessidades do Estado;

6º Para determinar em quantidades e em valores a produção da agricultura e a da indústria, que renovam incessantemente a fortuna pública;

7º Para apreciar o desenvolvimento do comércio e procurar as condições difíceis de sua prosperidade;

8º Para ampliar ou restringir a ação repressiva da Justiça, guarda vigilante da ordem social;

9º Para traçar os progressos da instrução pública, que deve tornar os homens melhores, esclarecendo-os;

10º Para guiar a administração nas inúmeras medias, que, em nome dos interesses das classes inferiores, regem os estabelecimentos de beneficência e de repressão."

Com um programa tão vasto, qual o da Estatística, é de esperar-se que a Repartição que acaba de ser criada para o estudo dos múltiplos problemas que será chamada a resolver, contribua eficazmente para nos guiar na estrada larga do progresso, rasgando novos horizontes ao futuroso Estado de Minas Gerais.
Aurélio Pires[89]

---

89 Aurélio Egídio dos Santos Pires (1862-1937) nasceu no Serro e era irmão de Antônio Olinto dos Santos Pires. Aos 17 anos, publicou seu primeiro artigo no jornal estudantil *A Mocidade* de Diamantina, onde também editou o órgão republicano *Ideia Nova*, durante o período de 1879 a 1881. Foi para Ouro Preto onde continuou no jornalismo, sendo um dos colaboradores d'*O Movimento*. Em 1894, formou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto e em 1897 foi para Belo Horizonte, onde se destacará como professor, escritor, memorialista, historiador e grande tribuno.

JOÃO PINHEIRO VICE-GOVERNADOR E GOVERNADOR INTERINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. Notícia sobre a nomeação de 1º vice-governador (24 de janeiro de 1890)

NOTÍCIAS[90]

Foram nomeados vice-governadores deste Estado os distintos mineiros: 1º Dr. João Pinheiro da Silva;[91] 2º Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires; 3º Dr. Francisco de Paula Ferreira de Rezende[92].

2. A reorganização da instrução pública e o concurso para diretor-geral (3 de março de 1890)

INSTRUÇÃO PÚBLICA[93]

Um dos primeiros atos do governador de Minas, ao encetar sua administração neste Estado, foi chamar concorrência para o lugar de diretor geral da instrução pública.

Pelos termos da portaria, que então foi publicada, transpareciam claramente os intuitos que a ditaram. Outros não foram senão chamar para aquele importante ramo administrativo a atenção dos cidadãos que tivessem a respeito estudos especiais, se julgassem no caso de alto empreendimento de uma reforma geral e quisessem colaborar com o governo na nobre cruzada de preparar a mentalidade das gerações futuras, sobre as quais recairá a responsabilidade de manter dignamente a pátria livre que lhes vamos legar.

Destacando em sua portaria o ensino secundário, técnico e profissional, o administrador fazia compreender de que era chegado o tempo de rompermos com a rotina do passado, a qual fazia consistir o ensino público apenas em ler, escrever e contar nas escolas primárias e preparar candidatos à matrícula das academias no ensino secundário.

A muito mais do que isso se destina o ensino público; e para não irmos longe e tomarmos o exemplo de uma nação nova, como a nossa, e da mesma raça, citaremos a vizinha República do Prata, que incontestavelmente deve o progresso rápido e paz interna de que hoje goza à

---

90 Notícias. *O Movimento*, Ouro Preto, 24 de janeiro de 1890, p. 1.

91 João Pinheiro foi nomeado vice-governador em 21 de janeiro de 1890, esteve em exercício de 11 de fevereiro a 12 de abril de 1890, quando foi nomeado governador do Estado de Minas Gerais.

92 Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1832-1893) nasceu em Campanha e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1855. Deputado provincial entre 1864 e 1869. Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1892. Escritor e jornalista, publicou várias obras, com destaque para o seu livro de memórias publicado postumamente: *Minhas recordações*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1944.

93 Instrução pública. *O Movimento*, Ouro Preto, 3 de março de 1890, p. 1-2.

instrução popular profusa e inteligentemente espelhada, como ali se acha, a datar de 1869, que se colocou à frente dessa cruzada patriótica o general Sarmento, que de humilde mestre-escola se fez um dos mais célebres presidentes da República.

Desprezando a organização da instrução pública ou limitando-se a estudá-la superficialmente no país, cujas condições muito diferem das nossas, os políticos que até há pouco tiveram sob sua gerência esse ramo da administração – ou continuavam a olhar para o passado perpetuando no ensino primário os defeitos e a rotina que vinham desde os tempos coloniais, – ou baralhando com reformas sucessivas e mal pensadas o ensino secundário abaixando progressivamente o seu nível.

A experiência já tinha se encarregado de demonstrar a insuficiência do ensino primário tal como ele é ministrado; e sobre sua reorganização mais de um estudo sério e meditado possuímos em condições de ser bem aproveitado.

A instrução secundária, porém, tem se limitado até hoje ao ensino preparatório para as academias e mesmo assim feito em condições muitíssimo inferiores ao fim a que se destina. O estudo por *pontos*, o preparo rápido para exames e a pressa de terminar uma tarefa, cuja importância não era bem compreendida, deram em resultado o considerável abaixamento do nível do ensino secundário, que irremediavelmente se fez sentir no ensino superior, como hoje já todos se convencem.

O estudo dos preparatórios não é necessário para aos candidatos à matrícula das academias, somente. Ele se faz mister para todo o cidadão, qualquer que seja a carreira a que se destina. Além de amadurecer o espírito com ideias justas das coisas e dos fenômenos que nos rodeiam, ele deve trazer para todos um certo grau de instrução, necessária a qualquer função pública que mais cedo ou mais tarde o cidadão seja chamado a exercer.

Foi a verdadeira compreensão desta ideia que ditou a maravilhosa reorganização do ensino secundário na República argentina.

Além disso, não se se tem cuidado até hoje do ensino profissional. Os maravilhosos elementos de indústrias que possuímos, aí jazem na maioria das vezes desconhecidos; e quando utilizados, o são penivelmente com um resultado pouco remunerador senão de todo negativo.

A agricultura é feita pelos processos rotineiros dos tempos idos; a criação respeita praxes que se generalizaram por alguns resultados colhidos em zonas particulares; os ofícios são ministrados por uma aprendizagem penosa que afugenta a maioria dos que a eles se desejavam destinar; as artes completamente descuradas pela falta de compreensão de seu valor; tudo enfim está por se fazer nesse importante ramo de ensino profissional.

Nem ao menos imitamos a organização de outros países, nós que tanto temos imitado, no que eles têm feito, por exemplo, para o ensino agrícola, já que essa indústria representa na atualidade a mais segura e rendosa das que podemos explorar.

Sem querer lembrar a falta de escolas agrícolas, cuja organização um tanto complicada não permitiria o seu estabelecimento em vários pontos do estado, cumpre registrar a ausência completa de fazendas-escolas ou de fazendas-modelos, dirigidas por leigos ou por trapistas, como existem em muitos países cultos, e onde os órfãos e os meninos desvalidos achariam um abrigo e um futuro em vez de vegetarem sua orfandade na inércia para acabarem seus dias nos quartéis.

A falta de estações agronômicas também se faz sentir de há muito, onde tanto os fazendeiros como os criadores podiam achar respostas prontas a consultas que interessassem de perto à sua indústria.

Infelizmente nossos reformadores passados não cuidaram disso e, talvez por incompleto estudo desses assuntos, não quiseram abordá-los até hoje.

O ilustre governador de Minas, com a clara intuição do futuro de nosso Estado, chamou por concorrência um colaborador para auxiliá-lo na reforma projetada.

Para esse concurso inscreveram-se 13 candidatos e somente 9 destes apresentaram no prazo do edital as suas Memórias com o respectivo projeto, que intentavam realizar.

A congregação da Escola de Minas, que foi incumbida do julgamento dessas *Memórias*, examinou-as detidamente, encontrando em algumas ideias bastante aproveitáveis; porém no seu conjunto julgou-as insuficientes para a grande reforma que se tinha em vista realizar.

Que o governo não se detenha no seu alto empenho.

A reorganização da instrução pública se fez mister e imperiosa de dia para dia.

O ensino primário para a educação geral de todos; o ensino normal para a educação dos professores incumbidos da tarefa de ensinar; o ensino secundário para formar cidadãos úteis; o ensino profissional para nos dar operários e o ensino técnico para nos dar industriais são outras tantas teses que devem merecer a atenção dos patriotas que gerem os negócios públicos.

3. Um banquete oferecido a Cesário Alvim, ministro do Interior (19 de março de 1890)

BANQUETE[94]

No dia 19 do corrente, véspera de sua retirada para o Rio de Janeiro, um grupo de amigos do Sr. Dr. Cesário Alvim, ministro do Interior, ofereceu-lhe suntuoso banquete, para patentear-lhe a estima de que goza entre os seus conterrâneos e ao mesmo tempo o júbilo de que esses se acham possuídos, por vê-lo representar no Governo Provisório a terra heroica de Minas.

A festa teve um tom de cordialidade que encantou a todos que a assistiram.

Pela vez primeira se congregaram todos os grupos das antigas políticas divergentes, na expansão da mais sincera harmonia, para prestarem o devido preito a um filho de Minas que idolatra sua terra e por amor da qual esses mesmos grupos se enlaçam, orientando-se pela nova política republicana, que rasga horizontes amplos para todos os patriotas que sinceramente desejam o seu engrandecimento.

Pela alta significação que teve o banquete do dia 19, ele bem merece ser lembrado por todos, e vamos tentar, tanto quanto nos é dado, esboçar palidamente as principais ocorrências que ali se deram. A grande sala da Escola Normal, onde se realizou a festa, apresentava um espetáculo esplendidamente belo pela profusão de luzes, de flores, de galhardetes e de bandeiras que a ornavam.

Em torno da mesa servida para 86 talheres assentaram-se os cidadãos dos mais elevados em todas as classes, os antigos chefes dos partidos extintos, e a imprensa da capital representada por seus redatores. Entre os cidadãos presentes lembraremo-nos dos seguintes Srs.: João Pinheiro – governador do Estado, Dr. Aristides Maia – chefe de polícia, coronel Honorato Caldas, major Victoriano de Moura, comendador Henrique Adeodato, comendador Serafim Gonçalves, Afonso de Brito, comendador Xavier da Veiga, Dr. Henrique Sales, Dr. Diogo de Vasconcelos, Dr. Camilo de Brito, Dr. Francisco Veiga, Dr. Antônio Olinto Pires, Dr. Domingos Porto, Dr. Arthur Itabirano, Dr. Edmundo Veiga, Alfredo Câmara, Randolfo Bretas, Dr. Gonçalves Chaves, Dr. João Horta, Dr. Cláudio Alaor, Dr. Gomes Freire, Dr. Domingos Rocha, Dr. Francisco Lemos, capitão Benevenuto Magalhães, capitão Bibiano

---

94 Banquete. *O Movimento*, Ouro Preto, 25 de março de 1890, p. 1-2. A descrição desse evento festivo, com a relação dos participantes e dos brindes ali proferidos, é uma fonte importante para identificar os personagens de maior destaque na política republicana em Minas naquele momento de convergência entre os representantes dos antigos partidos e, particularmente, na capital Ouro Preto, e as redes de sociabilidade política.

Ruas, coronel Domingos Magalhães, Dr. Arinos de Melo Franco, desembargador Frederico Álvares, comendador Cybrão, Rocha Miranda, Henrique Reynault, Dr. Francisco de Paula, Dr. Henrique Vaz, coronel Ferreira Alves, Dr. Ferreira e Costa, Dr. Joaquim Santos, Dr. Menélio Pinto, Dr. Aureliano Mourão, comendador Francisco Cândido, Antônio Neto, Dr. João Victor, Sr. Agostinho Penido, Dr. Borja de Almeida, Dr. Donato da Fonseca, coronel Amaro de Moura, coronel Teixeira Amaral, Dr. Thomaz Brandão, Barão de Saramenha, coronel João Atayde, Dr. Rocha Lagoa e muitos outros que não nos foi possível anotar no imenso salão.

Outros cidadãos, como os Srs. conselheiros Epifânio Pitanga, Costa Belém e o desembargador Aurélio Camargo mandaram ao Dr. Alvim cartas desculpando sua falta de comparecimento.

Às 10 horas da noite, quando foi servido o champanhe, começaram os brindes, executados nos intervalos à música do corpo policial variadas peças de seu repertório.

– Dr. João Pinheiro brindou ao Dr. Cesário Alvim, o mineiro que melhor representa e podia representar o Estado de Minas no Governo Provisório, em cujo seio nenhum outro representante de outro Estado o pode melhor representar.

Diz que ao Dr. Alvim se deve a política de confraternização que inaugurou em Minas, e graças à qual se reuniam hoje nessa festa os representantes de todos os velhos partidos.

– O Dr. Cesário Alvim brindou ao Dr. João Pinheiro, governador do Estado, continuador da política por ele inaugurada. Bendiz a fraternidade absoluta do povo mineiro que presencia nesse momento, vendo os batalhadores dos partidos antigos e os jornalistas de todos os matizes, que a política republicana confunde na mesma bandeira. Na sua longa vida política se desvanece de ter tido sempre o amparo de todos os mineiros sem distinção de partidos.

Não podia fazer em Minas política diferente da que fez; como governador não podia fazer diferença entre mineiros. No governo, seu fim é ser útil a Minas, e se idolatrar ao Estado de Minas constitui um crime, ele confessa que merece a forca. Deseja ardentemente a prosperidade da República Brasileira; e quer ver Minas em condições de abrigar a todos, mesmo quando a liberdade perigue em toda parte no país, pois quer ver Minas sempre livre. Temos todos os elementos para nos constituirmos o primeiro Estado da Confederação.

Não tem ambições de ser deputado, nem tão pouco quer ser senador; o que almeja é ser governador de Minas, para plantar seu nome no coração dos mineiros.

– O Dr. A. Olinto brindou aos membros do ministério do Governo Provisório.

– O Dr. A. Maia brindou ao Exército e a Armada brasileira, a mais possante musculatura nacional.

– O Dr. Rocha ao Reverendo Cônego Santana,[95] benemérito sacerdote, chefe espiritual da grande família mineira.

– O Dr. J. Santos ao Sr. barão de Camargos.

– O coronel H. Caldas, em nome da guarnição de Ouro Preto, ao Estado de Minas.

– A. Neto, em nome do comércio, ao Dr. Alvim.

– O Dr. C. de Brito ao comendador Veiga, decano da imprensa ouro-pretana.

– O Dr. Alvim, lembrando o nome do prestigioso Sr. Cônego Santana, que tudo poderia ter sido aqui e vai caminhando pela velhice modesto e pobre, lembrando esse nome respeitado e querido por todos os mineiros, brinda à fraternidade de Minas.

– O Dr. Diogo de Vasconcelos, representando o *Jornal de Minas*, brinda ao Dr. Aristides Maia, à mocidade em guarda às glórias de nossa história.

O Sr. M. Franco, brinda à classe da magistratura, modesta, mal remunerada, cheia de abnegação e de heroísmo na defesa dos direitos de todos.

– O comendador X. da Veiga, como militante em campo oposto da República nos tempos passados, diz que aquele festim tinha dupla significação: tributo de justiça ao mérito do Dr. Alvim e a confraternização dos mineiros, dando-se as mãos os velhos partidos.

Não olhemos para o passado; não façamos exumações, cerremos sobre ele um véu.

O Brasil é dos brasileiros; os republicanos não seriam justos se fizessem de sua fração política a única dominadora; reconhece, porém, que a direção no momento atual compete aos que lançaram a semente da propaganda.

---

95 Cônego Joaquim José de Santana (1800-1889), vigário da Paróquia do Pilar de Ouro Preto, foi um dos políticos mais influentes de Minas no Império, foi vice-presidente da província mineira por cinco vezes entre 1886 e 1889. Apoiou o movimento da independência do Brasil e participou também do movimento abolicionista. Faleceu em junho de 1889, poucos meses depois, sendo homenageado neste mesmo evento por Cesário Alvim, como se vê a seguir.

Em nome desses sentimentos levanta um brinde ao propagandista e jornalista Dr. João Pinheiro.

– O Dr. H. Vaz à união americana, à família brasileira, ao Estado de Minas, glorioso por seu passado e por sua história.

– O Dr. G. Chaves, brinda à Escola de Minas, estabelecimento superior modelo que é, orgulho de nosso Estado, ao tempo da ciência que escolhendo o lema *cum mente et mateo*[96] representa um dos fatores mais proeminentes do nosso futuro engrandecimento.

– O comendador Cybrão, em nome dos brasileiros adotivos, e da classe comercial e industrial que representa, brinda ao Dr. Alvim.

– O Dr. Gomes Freire brinda à dualidade João Pinheiro e Antônio Olinto, batalhadores pela nova pátria nas colunas do *Movimento* desde os tempos difíceis das provanças.

– O Dr. Borja de Almeida ao Dr. Antônio Olinto, que iniciou o governo republicano no Estado de Minas.

– O Dr. H. Sales ao caráter e ao talento do Dr. J. Pinheiro.

– O Dr. Alvim, levando o brinde de honra ao generalíssimo, ínclito chefe do Governo Provisório, diz que será agradável àquele grande patriota saber que também a esse brinde uniu ao de todos os seus auxiliares na administração de Minas: ao Dr. Maia, comendador Serafim, comendador Henrique Adeodato, Dr. Paula, Afonso de Brito, Gonçalves Ferreira, Bretas, coronel Moura, Reynault, capitão Ruas, major Victoriano de Moura, Sr. Gorceix, ao comércio representado no coronel Domingos Magalhães, à indústria no comendador Cybrão, ao Dr. Ferreira e Costa, Dr. Agostinho Penido, comendador Atayde, capitão Benevenuto Magalhães, finalmente ao ínclito marechal Deodoro da Fonseca.

Os últimos hurras cessaram-se com o bater da meia noite.

Em seguida acompanharam todos o Dr. Alvim até o palácio, onde foram feitas as despedias.

Os Srs. Drs. João Pinheiro, Aristides Maia, coronel Caldas e Antônio Olinto foram também acompanhados até suas residências, sendo saudados com grandes transportes de entusiasmo.

---

96 O correto é *cum mente et malleo*, epíteto utilizado por Gorceix como lema da Escola de Minas de Ouro Preto e que significava estudar com o martelo e o espírito.

E findou-se assim a magnífica festa do dia 19, cuja lembrança conservar-se-á indelével no espírito de todos que a assistiram.

4. Manifestação de apreço ao governador interino (27 de março de 1890)

DR. JOÃO PINHEIRO[97]

Anteontem os amigos do Dr. João Pinheiro, governador deste Estado, fizeram-lhe uma manifestação de apreço, brilhantíssima pela espontaneidade que o ditou, e significativa pela sinceridade de que se revestiu.

Desejosos de patentear-lhe a alta estima, que de dia a dia mais conquista no coração dos mineiros, admiradores seus, unidos a antigos companheiros das lutas democráticas, ofereceram-lhe suntuoso banquete no hotel Martinelli.

As manifestações feitas ao distinto moço devem ter lhe deixado as mais gratas recordações, pois que foram filhas de uma amizade sincera e do elevado apreço em que o têm os seus concidadãos.

E ele verdadeiramente as merecia.

Quando a propaganda republicana, há dois anos, começou a convulsionar o organismo nacional, e em Minas, a terra tradicional da liberdade, os espíritos começaram a se deslumbrar pelo ideal dos inconfidentes, que de seu tristíssimo passado nos apontavam a fatalidade histórica da República, foi em torno do nome de João Pinheiro que se agruparam as hostes mais aguerridas, batalhando pela causa triunfante hoje.

Nesse tempo, chegou a esta capital o moço modestíssimo, que não se recomendava por um longo passado e nem tão pouco possuía nome conhecido aureolando o seu; este moço trazia, porém, dois dotes que o impuseram logo à estima e ao respeito de seus concidadãos: a convicção de uma alma pura e um grande talento enrobustecido pelo estudo.

No primeiro Congresso Republicano, que se reuniu nesta capital a 15 de novembro de 1888, a orientação política de João Pinheiro fez convergir sobre si as vistas do partido que se estava organizando, para mais tarde tornar-se o que todos vimos: uma falange indômita, disposta a todos os sacrifícios pela certeza que tinha do êxito de seus esforços.

---

97 Dr. João Pinheiro. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de março de 1890, p. 1. Assim como a descrição do banquete oferecido a Cesário Alvim, tema do artigo anterior, tem-se nesta homenagem a João Pinheiro uma outra oportunidade para identificar os personagens e a política de confraternização – depois denominada de "conciliação" – empreendida e personificada por estas duas lideranças no momento imediato à Proclamação da República.

Desse Congresso resultou a criação de nossa folha, como centro de propaganda, pelo prestígio que lhe deram de órgão oficial do partido, que avolumava, crescia e virilizava-se à medida que suas forças eram experimentadas em novas campanhas.

Como redator-chefe deste órgão foi conquistando com o tempo o lugar que lhe competira de verdadeiro chefe do partido, em Minas.

Seus companheiros de trabalho, fomos testemunhas de seus transportes de entusiasmo justíssimo quando a vitória vinha coroar nossas lutas; e ouvimos dele animação e conforto quando inesperados revezes vinham abater a coragem dos combatentes.

Com a convicção de fanático, ele esperou na estacada mais difícil a realização do santo ideal que o deslumbrava, e a Proclamação da República veio encontrá-lo em excursão de propaganda, que fazia por determinação da Comissão Executiva.

Por isso, a homenagem que lhe renderam seus amigos era lhe devida e justíssima.

No alto posto da governação do Estado ele ocupa o lugar que conquistou à custa de muitas lutas, e não há por certo quem lhe possa disputar esse prêmio com iguais títulos.

NOTÍCIAS[98]

Reunidos no festim de anteontem, representantes de todos os partidos extintos e cidadãos eminentes de todas as hierarquias sociais patentearam a grande estima em que tinham o festejado do dia, o Sr. Dr. João Pinheiro.

O salão do Hotel Martinelli estava luxuosa e artisticamente ornado, casando-se o aroma finíssimo das flores com a suavidade das luzes, que se derramavam profusamente por todos os ângulos da grande sala.

Os convivas encontravam seus lugares em torno da mesa, marcados com seus respectivos nomes.

O Dr. João Pinheiro teve à direita o Sr. Antônio Olinto e à esquerda o Dr. Aristides Maria; seguindo-se deste lado o Dr. Gomes Freire e o comendador Serafim Gonçalves, e do outro os coronéis H. Caldas e Ferreira Alves. Seguiram-se os outros convivas, dos quais podemos notar os seguintes Srs.: Dr. Gonçalves Ferreira, Dr. Francisco de Paula, comendador Henrique Adeodato, Afonso de Brito, major Amaro de Moura, major Victoriano de Moura, capitão

98 Notícias. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de março de 1890, p. 1.

Benevenuto Magalhães, capitão Alcino Frias, Gabriel Lessa, Benjamim Lima, comendador Xavier da Veiga, Dr. Salathiel de Almeida, Dr. Celso Nogueira, Dr. Camilo de Brito, Dr. Francisco Borja, Dr. Arthur Itabirano, comendador Ernesto Cybrão, Rocha Miranda, Dr. Tristão de Carvalho, Dr. Agostinho Penido, comendador Walter Heilbont, Arthur Cardoso, Bernardino Pinheiro, Cristiano Lopes, C. Rimes, F. Wanderley, H. Reinault, Dr. Francisco Barcelos, João Proença, Dr. Cupertino Siqueira, major Barreto.

O Dr. Francisco da Veiga, o Dr. Domingos da Rocha e alguns outros convidados dirigiram cartas escusando-se de comparecer e afirmando a sua solidariedade com as manifestações ao Dr. João Pinheiro.

Às 9 horas da noite, quando foi servido o champanhe, fizeram-se os seguintes brindes, que sentimos não ter espaço para reproduzir textualmente:

– Do Dr. Gomes Freire, em nome dos amigos do passado e da mocidade republicana, ao Dr. João Pinheiro.

– Do Dr. Aristides Maia à Exma. esposa do Dr. João Pinheiro, D. Helena de Barros.

– Do capitão B. Magalhães ao Dr. Cesário Alvim, ministro do Interior.

– Do Dr. Itabirano ao chefe do Partido Republicano Quintino Bocaiuva.

– Do Dr. Cupertino ao Sr. ministro da Guerra Dr. Benjamim Constant.

– Do Dr. Camilo de Brito ao Dr. Rui Barbosa.

– Do Dr. Bernardino Pinheiro a Francisco Glicério.

– Do Dr. A. Penido ao contra-almirante Eduardo Wandelcolk.

– Do comendador Cybrão ao velho chefe D. Saldanha Marinho.

– De B. Lima à Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro.

– Dr. A. Maia ao Sr. ministro da Justiça Dr. Campos Sales.

– Dr. A. Olinto à imprensa representada no comendador Xavier da Veiga.

– Dr. Salathiel de Almeida ao reverendo Cônego Santana.

– Comendador X. da Veiga ao Dr. Antônio Olinto.

– Dr. Borja à indústria nacional.

– Comendador Cybrão ao governador de Minas Dr. J. Pinheiro.

– J. Proença ao funcionalismo público.

– A. Cardoso ao comércio.

– Dr. G. Ferreira ao Dr. A. Olinto.

– Coronel H. Caldas ao Estado de Minas, personalizado na pessoa de seu governador.

– Dr. F. Barcelos ao Sr. chefe de polícia Dr. Aristides Maia.

– Dr. B. Pinheiro ao Dr. Gonçalves Ferreira, administrador dos Correios.

– Rocha Miranda ao novo elemento brasileiro, representado pelos comendadores Cybrão e Walter.

– Comendador Cybrão à civilização do Brasil.

– Dr. João Pinheiro, às 11 da noite, levanta o brinde de honra ao generalíssimo chefe do Governo Provisório, agradecendo essa manifestação de apreço e pronunciando belíssima peça oratória, cheia de sensatas ponderações.

5. A regulamentação dos serviços de estatística (29 de março de 1890)

DECRETO[99]

O Dr. vice-governador do Estado de Minas Gerais:

considerando o rigoroso dever de se observar a mais severa economia dos dinheiros públicos para a realização de todos os serviços administrativos do Estado;

considerando que uma das seções do Serviço de Estatística criado por ato de 21 de janeiro do corrente ano, a que se refere ao conhecimento do solo, tem caráter transitório e se extinguirá em prazo limitado com a conclusão dos respectivos trabalhos;

---

99 MINAS GERAIS. Decreto de 29 de março de 1890 que modifica o Decreto de 21 de janeiro de 1890 e dá instruções às Comissões de Estatística. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 31-40.

considerando que, colhidos os dados estatísticos concernentes à população, reduzir-se-á grandemente o serviço que lhe for correspondente;

considerando que, pela extinção de uma das seções e pela redução da outra, os trabalhos poderão ser continuados pela passagem de parte do pessoal para servir em repartição já existente, sem necessidade da grande despesa de se criar uma nova;

considerando, porém, de absoluta e inadiável necessidade a adoção de providências que habilitem a administração a ter base positiva para agir, no sentido de aproveitar os imensos recursos naturais que possuímos nesta terra ubérrima e riquíssima, providências que consistem em se aproximar o quanto possível do conhecimento exato e científico do solo, da população e recursos de ambos, o que será o resultado da criação do Serviço da Estatística;

Delibera incumbir este serviço a três comissões que organizarão o trabalho, em conformidade das instruções expedidas nesta data, e que terão os vencimentos marcados na tabela anexa composta: a primeira, de um presidente e sete auxiliares engenheiros, um químico, um desenhista.

A segunda e terceira, de um presidente cada uma, três auxiliares dos quais um será o secretário, quatro escriturários, três emissários, um porteiro e um contínuo.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 29 de março de 1890.

João Pinheiro da Silva

Instruções a que se refere o Decreto nº 33 de 29 de março de 1890.

O Dr. vice-governador do Estado de Minas Gerais resolve determinar que as comissões e mais funcionários encarregados do serviço de Estatística, neste Estado, observem as seguintes instruções:

Art. 1º - Os trabalhos da Estatística são divididos em três classes e compreendem:
I – a divisão administrativa e judiciária;
II – os dados relativos à população e seu estado político, intelectual e moral;
III – os dados que se referem à agricultura, comércio e indústria.

Art. 2º - Os trabalhos concernentes ao território compreendem:
I – os dados que se referem ao território;
II – a delimitação do território do Estado, dos municípios e distritos, determinação de sua extensão e posição, de suas condições climatológicas, da direção de suas montanhas, rios e estradas;
III – o estudo das rochas, minerais, terras e cultura, de sua composição e fertilidade;
IV – determinação da altitude dos pontos mais importantes;

V – correção da carta geográfica do Estado.

Art. 3º - Os trabalhos concernentes à população, seu estado político, intelectual e moral, compreendem:
I – o número de pessoas existentes no Estado, dividido em municípios e distritos, em relação às raças, nacionalidades, sexos, idades, estado, domicílio, fogos ou famílias, religião, seu movimento interno e externo;
II – o número de cidadãos qualificados em cada distrito de paz do município;
III – a dívida ativa e passiva do Estado e dos municípios.

Art. 4º - Os trabalhos concernentes à agricultura, à indústria e ao comércio compreendem:
I – a superfície de cada espécie de cultura;
II – a sementeira em quantidade e valor;
III – produção anual por hectare;
IV – o valor e custo dessa produção por distritos, municípios e Estado;
V – consumo dos produtos do Estado, por distritos, municípios, e pelo Estado;
VI – a viticultura e seus produtos;
VII – o número de animais domésticos empregados na indústria e agricultura;
VIII – o número de animais consumidos na alimentação, a quantidade de carne dos diversos animais, consumidos por habitante em cada distrito, município e no Estado;
IX – as indústrias manufatureiras e de exploração;
X – as artes, ofícios e seus produtos, em quantidade e valor;
XI – o comércio interior do Estado, dos municípios e dos distritos, compreendendo os produtos da agricultura, da indústria, das artes e ofícios, em valor e quantidade;
XII – o comércio interior dos produtos importados de fora do Estado, com indicação de sua origem, seu valor e quantidade;
XIII – os meios de obter esse comércio, a saber: armazéns, feiras, mercados, depósitos, transportes pelas vias fluviais, férreas, estradas de rodagem e os veículos empregados;
XIV – o comércio exterior, a saber: a importação e exportação dos produtos do solo, das artes, ofícios, matérias-primas.

At. 5º - A comissão encarregada dos trabalhos da primeira classe, feita a aquisição dos instrumentos necessários, iniciará o serviço pelo município que for designado pelo presidente da mesma comissão.

§ 1º - O presidente desta comissão escolherá o melhor método para executar os trabalhos, dirigi-los-á no campo, marcará a sede das operações de cada município ou distrito, de modo que se obtenham para cada município:
I – os dados necessários para se formar uma ideia suficientemente exata de sua geografia, a fim de se retificar e completar os mapas existentes do município, direção das montanhas, dos rios, das estradas de ferro e de rodagem e as posições dos principais centros de população;
II – as altitudes dos pontos mais importantes;
III – o valor em quilômetros quadrados da superfície de cada município;
IV – suas condições climatológicas, recolhendo para isso os dados já existentes em centros de observações nos pontos apropriados;
V – a extensão das estradas, sua importância e estado de conservação para as estradas de rodagem;
VI – quais os rios navegáveis ou porções navegáveis e em que condições;
VII – quais os recursos que oferecem os rios não navegáveis para a indústria e a agricultura;
VIII – amostras de terras de cultura; das rochas que constituem o solo, dos minerais e todos os documentos que possam interessar à indústria, à mineração, agricultura, zoologia, botânica etc.

Art. 6º - Terminando o estudo de cada município, o presidente da comissão remeterá ao governo os desenhos obtidos e um relatório explicativo desses desenhos e complementar dos deveres da comissão que preside.

Art. 7º - Os ajudantes para os trabalhos de campo serão contratados pelo presidente desta comissão, que arbitrar-lhes-á gratificações entre o máximo e o mínimo da tabela anexa.

Art. 8º - Os exames e análises de rochas, minerais e terras de cultura serão feitos em um dos laboratórios dos estabelecimentos de instrução do Estado, mediante requisição do presidente da comissão aos respectivos diretores pelo químico, a quem serão enviadas as respectivas amostras.

Art. 9º - Ao químico incumbe:
I – proceder com o auxílio dos ajudantes ao estudo e análises das terras vegetais, das rochas, dos minerais e de todas as substâncias naturais que lhe forem enviadas, notando a procedência e registrando os resultados, com todos os esclarecimentos possíveis;
II – classificar as terras de cultura dos diversos municípios conforme os métodos mais apropriados, em relação à sua composição mineralógica e ao seu teor em alguns dos elementos mais importantes para a vegetação que elas podem conter, organizar quadros demonstrativos da relação entre sua fertilidade e composição.

Art. 10 – As comissões incumbidas dos trabalhos da 2ª e 3ª classe permanecerão nesta capital em edifício público que lhes for designado, ou particular contratado para esse fim.

§ 1º - O presidente de cada uma destas comissões:
I – dará ao secretário e auxiliares as necessárias instruções para o bom desempenho dos deveres a seu cargo;

II – requisitará de quaisquer funcionários ou repartições públicas os esclarecimentos de que carecer a respectiva comissão;
III – proporá ao governo cidadãos idôneos para as comissões de que tratam as presentes instruções;
IV – dará às mesmas comissões instruções e ministrar-lhes-á os modelos dos quadros ou boletins;
V – examinará os boletins de cada distrito, corrigindo-os ou completando-os, quando for defeituoso ou deficiente, por intermédio da comissão da sede do município ou de emissário idôneos;
VI – fará com seus auxiliares a apuração dos quadros recebidos, levantando a estatística dos distritos, municípios e do Estado, que apresentará ao governador com minucioso relatório dos trabalhos executados.

Art. II – O secretário fará a escrituração dos trabalhos das comissões, segundo as ordens e instruções dos presidentes.

§ 1º - No desempenho deste dever será o secretário auxiliado pelos escriturários, dividindo por eles o serviço.

§ 2º - Para apuração final da estatística e levantamento dos quadros respectivos, sendo necessário, precedendo autorização do governo, poderá o presidente das mesmas comissões nomear colaboradores que percebam uma gratificação igual à dos escriturários.

Art. 12 – O contínuo fará entrega da correspondência, zelará pela limpeza da repartição e executará em geral as ordens dos presidentes das comissões.

Da época do levantamento dos boletins, das pessoas que os devem encher e das multas em que incorrerem:

Art. 13 – O primeiro levantamento comercial e industrial será feito em todo o Estado de Minas Gerais de 1º a 31 de agosto de 1890 e depois anualmente de 1º a 31 de janeiro.

Art. 14 – O primeiro levantamento da agricultura será feito de 1º a 31 de agosto de 1890 e depois anualmente de 1º a 30 de setembro.

Art. 15 – O levantamento industrial, comercial e agrícola será feito por meio de boletins de estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas, que serão distribuídos pelas pessoas encarregadas deste serviço.

§ 1º - Constitui um estabelecimento comercial, para os efeitos do levantamento, toda casa onde se compra para vender qualquer mercadoria, por menor que seja a quantidade.

§ 2º - Constitui um estabelecimento industrial toda a fábrica, oficina ou estabelecimento, onde se exercite um ofício ou arte.

§ 3º - Constitui um estabelecimento agrícola, para os efeitos do levantamento, aquele em que se cultiva um terreno, qualquer que seja a espécie de cultura e ainda mesmo que só se cultive para o consumo próprio.

Art. 16 – A obrigação de receber, encher, responder as perguntas feitas e entregar ao agente do levantamento o boletim, incumbe ao proprietário do estabelecimento ou agricultor de que trata o artigo precedente (§§ 1º, 2º e 3º) ou quem suas vezes fizer.

Art. 17 – As pessoas que recusarem receber, encher, responder ou entregar em tempo ao agente do levantamento ou recenseamento os boletins, ou que na redação dos mesmos alterarem cientemente a verdade dos fatos, pagarão a multa de 20$ a 100$, imposta pela comissão do levantamento ou pelo presidente da respectiva comissão e cobrada executivamente pelos agentes fiscais da Diretoria da Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Art. 18 – Para executar, fazer executar, inspecionar e dirigir os trabalhos do levantamento comercial, industrial e agrícola haverá na sede de cada município:

§ 1º - Uma comissão, composta de cinco cidadãos ali residentes, nomeados pelo governador.

São deveres de todos os funcionários públicos de nomeação, retribuídos ou não pelos cofres deste Estado, aceitar e exercer o emprego, e os que não aceitarem ou não o exercerem ficarão sujeitos às penas das leis e regulamentos respectivos, que lhes serão impostos pelo governador do Estado de Minas Gerais, por proposta do presidente da comissão respectiva.

§ 2º - Haverá mais tantos agentes do levantamento, nomeados pela comissão da sede do município, quantos forem os distritos de paz do mesmo município.

Art. 19 – Compete à comissão da sede do município:

§ 1º - Nomear os agentes do levantamento dentre as pessoas de que trata o artigo precedente, devendo preferir as que lhe são subordinadas, se as houver habilitadas.

§ 2º - Requisitar do presidente da comissão respectiva os boletins que lhe faltarem e distribuí-los pelos agentes do levantamento.

§ 3º - Fiscalizar os seus agentes, resolvendo as dificuldades que ocorram no curso das operações.

§ 4º - Efetuar pessoalmente na sede do município o levantamento, presidindo ao ato de encher as listas ou boletins e dando os esclarecimentos necessários.

§ 5º - Contratar os agentes do levantamento, quando os nomeados prefiram antes sujeitar-se aos corretivos dos que exercerem o encargo, participando imediatamente ao presidente da respectiva comissão.

§ 6º - Proceder, depois de terminado o levantamento de cada distrito, à verificação dos boletins, preenchendo as lacunas retificando as inexatidões, examinando se os donos dos estabelecimentos fizeram ocultações pelas quais não deram os agentes.

§ 7º - Impor as multas de que trata o art. 17.

§ 8º - Remeter ao presidente da comissão respectiva todos os boletins cheios, fazendo-os acompanhar de uma nota explicativa das correções feitas, das causas que as determinaram, das informações que julgar necessárias e de uma relação dos agentes que não cumpriram escrupulosamente seus deveres e das pessoas multadas.

Art. 20 – Aos agentes do levantamento incumbe:

Parágrafo único – Distribuir os boletins, presidir ao ato do levantamento, recolhê-los e entregar à comissão de sede do município dentro do prazo de que tratam os arts. 13 e 14.

da época do recenseamento da população, dos boletins das pessoas que os devem encher e das multas em que incorrem:

Art. 21 – O primeiro recenseamento da população será feito simultaneamente em todo o Estado de Minas Gerais, no dia 24 de setembro de 1890, e depois de 10 em 10 anos.

Art. 22 – Todos os habitantes nacionais e estrangeiros serão recenseados na casa em que residirem ou tiverem pernoitado no referido dia. As pessoas, todavia, que nesse dia estiverem ausentes do lugar de sua residência habitual ou que tiverem pernoitado fora, serão também ali inseridas, com a declaração de ausentes.

Art. 23 – O recenseamento será feito por meio de boletins de família, conforme o modelo apresentado, e com todos os detalhes exigidos nos referidos boletins.

§ 1º - O movimento interno da população será feito, porém, por meio de boletins de paróquia ou de distritos, conforme o modelo e seus detalhes.

§ 2º - Constitui uma família, para os efeitos do recenseamento, uma ou mais pessoas vivendo em uma habitação ou parte da habitação, sob a direção de um chefe ou não.

§ 3º - Também serão incluídos nos boletins os hóspedes de cada casa, com a declaração de hóspede.

Art. 24 – A obrigação de receber, encher, responder todas as perguntas e entregar ao agente recenseador o boletim incumbe ao chefe de família, diretor ou administrador da casa e, no caso de não haver chefe, diretor ou administrador, a pessoa que o agente designar.

Parágrafo único – As mesmas obrigações, porém, relativas aos boletins, paróquias ou distritos competem em cada paróquia aos empregados do registro civil de nascimento, casamento e óbitos.

das pessoas encarregadas dos trabalhos do recenseamento

Art. 25 – Para executar, fazer executar, inspecionar e dirigir os trabalhos de recenseamento haverá na sede de cada município:

§ 1º - Uma comissão, composta de cinco cidadãos ali residentes, presidida de preferência pelo juiz de Direito; na falta deste pelo juiz de paz, na falta deste pelo delegado de polícia, e nomeado pelo governador.

§ 2º - Em cada distrito, uma comissão recenseadora composta de cinco cidadãos e nomeada pelo presidente daquela comissão.

§ 3º - As comissões do artigo precedente estão sujeitas às disposições do art. 18, § 1º.

Art. 26 – Incumbe à comissão da sede do município:

§ 1º - Requisitar do presidente da comissão do recenseamento e distribuir pelas comissões distritais os boletins de família necessários ao recenseamento de cada distrito.

§ 2º - Contratar agentes recenseadores para os distritos de paz, onde não houver quem exerça as respectivas funções em virtude do cargo ou gratuitamente.

§ 3º - Fazer na sede do município o recenseamento da população.

§ 4º - Cumprir na sede do município todos os deveres das comissões distritais em seus distritos (Art. 27 §§ 1º, 2º, 3º e 4º).

§ 5º - Proceder, depois de terminado o recenseamento, à verificação dos boletins, fazendo as observações que julgar necessárias.

§ 6º - Remeter ao presidente da respectiva comissão todos os papéis e boletins do município, fazendo-os acompanhar de uma relação dos cidadãos recenseadores nos distritos que não cumprirem escrupulosamente e em tempo os seus deveres.

§ 7º - Impor a multa de que trata o art. 17, dando disto conhecimento ao presidente da respectiva comissão.

Art. 27 – Incumbe à comissão distrital:

§ 1º - Dividir o território do distrito em cinco seções, de modo a abranger todo o distrito, devendo cada membro da comissão encarregar-se de uma seção.

§ 2º - Fazer, dentro de 20 dias anteriores ao designado para o recenseamento, a distribuição dos boletins de família, numerando-os e anotando em cada boletim de família o nome dos lugares, povoações e sítios para as quais forem distribuídos os mesmos boletins, escrevendo diante das palavras – nome da casa – uma das seguintes palavras: família, hospital, colégio, seminário, cadeia, quartel, hotel etc. etc., conforme o caso de que se tratar.

§ 3º - Designar pessoa que deva encher o boletim, em caso de não haver um chefe, diretor ou administrador da casa (art. 24).

§ 4º - Proceder, nos quinze dias posteriores ao designado para o recenseamento, ao recolhimento dos boletins distribuídos, devendo verificar o boletim com o chefe da casa ou pessoa que o encher, a fim de serem corrigidos os erros e inexatidões. À mesma comissão incumbe encher os boletins dos chefes de família ou pessoas encarregadas de enchê-los que não souberem ler ou escrever, ou que tiverem recusado enchê-los.

§ 5º - Entregar, até 30 dias depois do designado para o recenseamento, à comissão da sede do município, os boletins recolhidos, acompanhados de uma relação nominal das pessoas, a fim de lhes ser aplicada a multa do art. 17.

Disposições gerais

Art. 28 – Todos os funcionários públicos, bem como todo e qualquer cidadão que perceba uma remuneração do Estado, são obrigados a auxiliar as comissões encarregadas do recenseamento e levantamento ou da estatística com os dados e esclarecimentos que lhes forem exigidos, sob pena de incorrerem na multa de que trata o art. 17, sem prejuízo das penas impostas em virtude das leis vigentes.

Art. 29 – Das multas impostas pelas comissões da sede do município haverá recurso para os presidentes das comissões respectivas, com sede na capital e, das que forem impostas por estas, para o governador do Estado.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 29 de março de 1890.

João Pinheiro da Silva

6. João Pinheiro na procissão de Passos e a separação entre Estado e Igreja (3 de abril de 1890)

O ESTADO E A IGREJA[100]

Muito se tem especulado com a lei que separou o Estado da Igreja.

Alguns, por má fé, incutem no ânimo das classes menos instruídas que o Estado apostatou a religião dos antepassados, tornou-se ateu e perseguidor das crenças que embalaram os primeiros tempos da formação da sociedade brasileira.

Outros, por ignorância, sem poderem avaliar o alcance que a nova lei pode ter nas garantias

100 O Estado e a Igreja. *O Movimento,* Ouro Preto, 3 de abril de 1890, p. 1

e importância de que cercou o clero, vivem a açular turbas inconscientes, que fanatizam por preceitos absurdos, para formar uma barreira de resistência, que se pode tornar temerosa, se o patriotismo de todos não se conjurar contra essa conspiração da maldade.

Aos espíritos retos, expurgidos de ideias preconcebidas e iluminados pelo bom senso, a nova lei veio trazer apenas a convicção de que o Governo Provisório tem a intuição justa das coisas, sabendo se desprender das peias que tanto retardaram nosso desenvolvimento e preparando no futuro uma pátria livre, grande e próspera, como era o almejo geral de todos que outrora em campos de combate opostos tinham esse objetivo comum.

Já se tem demonstrado à sociedade, em toda longa discussão que precedeu a promulgação dessa lei, que o Estado é incompetente para impor as crenças que devem ter os cidadãos. Essas devem ser incutidas pela educação familiar, pelo exemplo de seus sacerdotes, pela sublimidade de seus preceitos que cimentarão de dia a dia a fé dos crentes, tornando-os verdadeiramente convencidos e tendo a consciência clara do que creem.

A religião católica, que foi até há pouco religião oficial, tem sobre todas as outras que lhe possam disputar primazia, muitos títulos que a garantem, independentemente da tutela do Estado.

Profundamente arraigada no espírito brasileiro, por nossas condições sociais de antigos colonos de Portugal, país católico, e ainda mais pela educação que até hoje temos tido, era patente o descrédito em que ia caindo a santa religião de nossos pais; e os seus próprios prelados não cessavam de clamar contra o *indiferentismo religioso* que lavrava por toda parte.

Isso se explica pela situação anormal em que se achava essa religião nas suas relações para com o Estado.

Com efeito, dispensando todo apoio do poder temporal para se impor, porque as religiões governam as consciências pela persuasão e pela convicção, presenciávamos a contingência da religião oficial para com o poder civil, ao qual pedia *exequatur* para suas divisões. Os conflitos que muitas vezes se originaram dessa contingência abalaram o espírito público, como na célebre questão religiosa, onde os mais elevados ministros da religião não tiveram solidariedade de ação.

Tudo isso e mais ainda motivos de ordem diversa que ninguém desconhece deram causa ao indiferentismo religioso desses últimos tempos.

Hoje, porém, as autoridades religiosas são as únicas competentes para guiar suas ovelhas

no terreno espiritual; a autonomia do poder episcopal é a maior conquista da nova lei; e o contato mais íntimo dos crentes com os ministros de tal religião são a maior garantia para esta que se retome os incentivos para conquistar os fulgores dos outros tempos.

O Estado não é o ateu como propalam; se como entidade abstrata ele não reconhece privilégio de religião alguma, os cidadãos que representam o governo continuam a ter suas crenças antigas, sem desprezá-las e honrando-se com elas.

Ainda há poucos dias vimos o governador de nosso Estado interromper os seus afanosos trabalhos administrativos para concorrer à Procissão dos Passos, ato religioso de caráter oficial em outros tempos e à que concorreu hoje a primeira autoridade administrativa do Estado, mostrando que não se achava divorciado com a religião que deixou de ser oficial.

O Governo Provisório atendendo às crenças tão extensamente disseminadas na sociedade brasileira acaba também de mostrar seu respeito a elas, considerando feriados os dias em que a Igreja católica celebra os atos de Paixão de Cristo, início da fundação da mesma.

O Estado não é ateu e nem perseguidor de crenças alheias.

O que ele fez e o que lhe compete fazer é não obrigar a ninguém a ter esta ou aquela crença. país extenso e rico, como nosso, que há de forçosamente abrigar filhos de todas as plagas do mundo, necessita ter aberta a senda para todas as liberdades, das quais são as mais nobres a liberdade de pensamento e a liberdade de crenças.

7. O problema da interinidade do governador (8 de abril de 1890)

INTERINIDADE[101]

(DA "VERDADE" DO POMBA)

Reconhecendo como prejudicial ao nosso Estado o estar ele governado, sem razão de sê-lo, por autoridade que, devido à interinidade, não pode exercer suas funções conforme as suas forças intelectuais e os desejos de seu espírito, de um patriotismo reconhecido e admirado geralmente, é sobre esta questão que se hão pronunciado muitos órgãos da imprensa mineira.

Discutido, maior é a estranheza que causa o fato de um homem, embora vista a incompatibilidade, exercer dois cargos, não menos espinhoso um que o outro. E, é para julgar-se mesmo, apesar da reconhecida inteligência, que um e outro cargo não tenham as suas atri-

101 Interinidade. *O Farol*. Juiz de Fora, 8 de abril de 1890, p. 2.

buições bem desempenhadas, porquanto redobram-se as exigências, os sacrifícios, e, por mais preclaro que seja o espírito, por mais acostumado que esteja o Sr. Dr. Cesário Alvim, ou terá que rolar muitos tropeções ou terá que parar diante deles, exercendo ao mesmo tempo os cargos de ministro do Interior e de governador deste Estado.

Entretanto, S. Sa. parece não ter ainda encontrado nem um obstáculo, parece não ter deparado ainda a inconveniências, o prejuízo que resulta da sua atitude de AINDA GOVERNADOR DE MINAS, a este Estado a que tanto ama, idolatra, como o tem dito por milhares de vezes. Se pudéssemos duvidar da sua sinceridade, estaríamos agora negando tudo isso que de lisonjeiro a Minas diz S. Sa. existir dentro em si; porém, reconhecidos, não queremos expor-nos a cometer semelhante injustiça.

Confessamo-nos, pois, medindo a questão que só faz da atualidade, vencidos pela necessidade palpitante, urgentíssima, de arredarmo-nos de tanta interinidade.

Não há, podemos afirmá-lo, um mineiro que não veja a ilustração, a inteligência e os bons serviços do Dr. João Pinheiro da Silva; não há ninguém que não vaticine útil a nomeação de tão considerável cidadão para governador de Minas.

Tributo eloquente, o verdadeiro chefe do Partido Republicano de Minas, desde muito antes de 15 de novembro de 89, lutando pela imprensa, na tribuna, nas conferências, não sabemos, como todos não o sabem, qual a razão de estar governando Minas por uma nomeação interina, sendo que nenhum dos comprovincianos do Dr. João Pinheiro reúne mais merecimentos.

Estamos certos que a sua administração, como o tem dito a imprensa que há tratado desta questão, seria ainda mais lucrativa para o nosso Estado se a ela não precedesse a nomeação interina que falseia e cria obstáculos àquele que a exerce; e, semelhante fato em relação a este Estado é não mais nem menos que um capricho para proteção, para benefícios particulares, para imposições, caminhamos para um futuro desprezível; e demore mais um mês, um dia a interinidade do nosso governado, que mais prejuízo nos advirá pelo tolhimento que causa aos intuitos do Dr. João Pinheiro essa mesma circunstância tão melindrosa, tão respeitável.

Faça-se, pois, o Dr. João Pinheiro governador de Minas.

8. Multa aos juízes de paz e a qualificação eleitoral em Minas (10 de abril de 1890)

QUALIFICAÇÃO ELEITORAL[102]

Como preceitua a lei, devia ter começado a qualificação eleitoral em nosso Estado no dia 7 do corrente mês.

102 Qualificação eleitoral. *O Movimento*, Ouro Preto, 10 de abril de 1890, p. 1.

Foram dadas as necessárias providências para que esse serviço, de si importantíssimo, fosse feito sem precipitações, de conformidade com o Regulamento Eleitoral e com a máxima autonomia das comissões encarregadas do serviço, para que o seu resultado exprimisse a verdade da qualificação, base da verdade do voto, que foi um dos mais sagrados lemas pelos quais nos batemos nos tempos da propaganda democrática.

Quando esperávamos que o patriotismo de todos os cidadãos os transformasse em outros tantos auxiliares à consecução desse almejo, e que uma questão que afeta de perto interesses sociais tão melindrosos, encontrasse veículo pronto na boa vontade de todos para ser resolvida como devia, fomos surpreendidos, nesta capital, com a formal negativa dos que por lei teriam de ser os primeiros auxiliares do governo na qualificação dos eleitores.

No dia 7 não se conseguiu a reunião da comissão distrital da capital porque os juízes de paz e seus suplentes se esquivaram de tomar parte nos trabalhos.

Essa negação anormal, que repugnava ao próprio bom senso, tanto que a lei não cuidou dela, veio alarmar o espírito público, que não pôde atinar com o fim a que visam os funcionários que por lei teriam de ser os presidentes das comissões distritais.

Quando o fato chegou ao conhecimento do governador, este prontamente aplicou as disposições penais do regulamento, infringindo a multa de duzentos mil réis a cada um dos juízes de paz que se esquivaram e mandando cobrar essa multa com prontidão.

Eis os primeiros fatos ocorridos na qualificação da capital; eles merecem um pouco de reflexão e têm o alcance que talvez não se mostre logo.

Não é a primeira vez que nós, insuspeitos como somos por termos tido a fortuna de trabalhar sob a bandeira republicana muito antes de suspeitarmos a vitória pronta de nossa causa; não é a primeira vez que apelamos para o patriotismo mineiro, nunca desmentido, a fim de que a República nascente encontrasse na boa vontade de todos a base de sua estabilidade, que não queríamos fosse outra que esta.

Pelos meios porque se podiam manifestar a vontade e as ideias do povo, elas se mostraram adesas francamente à nova ordem de coisas.

Essa adesão, cuja sinceridade não podia ser posta em dúvida, porque isso seria negar umas das mais belas qualidades do caráter mineiro, trazia para os cidadãos a responsabilidade de auxiliar e não entorpecer a marcha dos negócios públicos.

Diferentemente do que se daria em questões menos melindrosas, a adesão à forma republicana não podia ser passiva; ela não podia representar indiferença política, porque não há muito o país havia sido convulsionado por uma eleição geral que o acordaria, se ele realmente estivesse em letargo.

Ainda mais, aplicando essa ordem de considerações ao caso da qualificação na capital, os juízes de paz haviam feito a convocação preceituada por lei com a antecedência marcada.

Era, pois, de crer que não havia o propósito firmado, que se revelou mais tarde.

Que os nossos concidadãos reflitam, que o patriotismo os inspire, e que se esqueçam de vez dos estratagemas do regime decaído; eles são improfícuos hoje, porque a alma brasileira é republicana, a República é um fato no Brasil, ela está firmada e será sustentada em qualquer emergência; e o que compete a todos os verdadeiros patriotas e amantes da ordem é substituir a força armada que ampara hoje a República pela força soberana da Constituição Nacional.

Quando se depara um ensejo, como este, do cidadão se mostrar na altura da responsabilidade que os seus novos direitos lhe criaram, é para causar reparos essa tibieza que não se explica.

Os juízes que têm de presidir as comissões eleitorais foram todos eleitos no regime antigo; muitos deles são republicanos, elevados a este posto pela força do partido nos tempos difíceis; a maioria, entretanto pertencia aos partidos hoje extintos, que se acham confundidos com os batalhadores antigos para a reconstrução nacional.

Os juízes de paz nunca foram suspeitos ao governo; se o fossem a ditadura não teria cogitado de colocá-los na posição de honra das comissões eleitorais.

Portanto, a esquivança dos nossos veio causar o justo reparo que consignamos aqui.

E quando pregamos uma política generosa e livre está claro que aplaudimos implicitamente os atos do governo quando ele se reveste de energia para não deixar a causa pública à mercê de caprichos que não se justificam.

O governador impondo a multa da lei aos juízes da capital, mostrou compreender o alcance que poderia ter a recusa desses, a qual se se generalizasse traria como consequência a falta de alistamento, o abatimento do prestígio da lei, a mistificação do voto e a anarquia.

Mais uma vez, em nome dos interesses da pátria que necessita de quem guarde dignamente os seus santos direitos; em nome da civilização do povo brasileiro, em nome da República

que atrai sobre si hoje as vistas do mundo inteiro, tenhamos a compreensão de nossos deveres, sejamos patriotas, sejamos americanos, sejamos dignos filhos da gloriosa Minas.

9. Provocações d'*O Jornal de Minas* sobre o alistamento eleitoral (11 de abril de 1890)

ALISTAMENTO ELEITORAL[103]

O nosso honrado contemporâneo *O Movimento*, órgão oficioso, em seu artigo de 10, revela-se queixoso e muito impressionado com a frieza, e quase indiferença como corre o serviço do alistamento eleitoral.

Deve lembrar-se que fomos quem primeiro reclamou medidas, e chamou a particular atenção do governo.

Contestando-nos, o ilustrado colega declarou então que tudo ia bem, o governo em atividade, e que nos tranquilizássemos.

Fiamos na palavra.

Entretanto, consta-nos que em todo o município de Mariana e em outros o serviço foi adiado para 5 de maio (!!)

Sem comentários... quando a duas léguas de Ouro Preto é assim, imagina-se!

O artigo do *Movimento* que temos diante dos olhos, sendo necessariamente refletor do pensamento oficial, insiste em teorias e apreciações que absolutamente não admitimos, e contra as quais alta e poderosamente protestamos, aguardando somente que os fatos se encarreguem de mostrar quem tem razão.

Sed motos proestat componere fluctus.

Por isso nada hoje faremos senão acompanhá-lo em seus justos motivos de susto diante da indiferença pública.

É tal a impressão desse desgosto que o colega, em referência aos próprios republicanos antigos, diz; – "Portanto, a esquivança dos nossos veio causar o justo reparo que consignamos aqui."

É, pois, um fato geral, e confirma o que há dias, dissemos; "o governo está isolado, cercado por um deserto, pela solidão".

---

103 Alistamento eleitoral. *O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 11 de abril de 1890, p. 1. Observa-se que este jornal substituiu *O Liberal Mineiro*, antigo órgão do Partido Liberal na província, constituindo-se na principal folha de oposição ao governo no estado.

Entretanto, não se trata agora do governo; a causa é da nação e do povo. Precisamos do alistamento para vermo-nos livres quanto antes do regime provisório absoluto, e arbitrário que, segundo a frase ministerial, absorveu os poderes nacionais.

A República, cumpre repetir, é agora irrevogável, não está em prova, não depende já da nossa vontade propriamente.

Dizemos assim, não porque o governo o diga, como já disse; mas, porque os fatos a puseram; a ordem das coisas a exige.

É certo que o governo, em sua proclamação de 15 de novembro, declarou, em tom de imposição, que não admitiria outra forma.

Sabia que outra forma era inexequível, e só assim se explica a proposição um tanto audaciosa.

A Monarquia na América, tendo sido uma forma *interina*, restaurá-la agora seria chamá-la para morrer duas vezes. O que seria um absurdo.

Portanto o que cumpre?

Vamos organizar a República do melhor modo; e o primeiro passo está no alistamento eleitoral. É o serviço patriótico por excelência; o nosso caminho para assegurarmos ao menos o resto de liberdade que nos ficou depois que partiu o Alagoas.[104]

O artigo do *Movimento* poderíamos tomá-lo para longos debates, desde que está içado de doutrinas completamente falsas, permitindo-nos o colega; falsas em teoria, falsas em direito, falsas em tudo.

O Governo Provisório começou por exorbitar no modo como acertou de *ouvir a opinião* de seus humildes súditos.

A consulta à nação – ou devia ser feita, segundo e conforme as leis anteriores, ou devia ser feita em forma de sufrágio universal, o que era o meio congruente a um caso de revolução.

Vissem o que se praticou na França, na Itália, em toda parte, quando se quis beber na fonte a soberania em sua primária manifestação.

Estas questões, porém, não as queremos já suscitar; e seria bizantino fazê-lo à face das supremas angústias.

---

104 Trata-se do navio Alagoas que conduziu, após a deposição em 15 de novembro de 1889, a família imperial ao exílio na Europa.

Como entendemos que a nação o que quer é reivindicar seus direitos, aceitamos tudo quanto nos quiserem dar por conta. Qualquer que seja o alistamento, serve-nos. O que pedimos a nossos concidadãos é que cada qual concorra eficazmente para que um só cidadão não deixe de ser incluído, e que se compenetre da sua enorme responsabilidade.

A *espécie* de República é a nossa aflição. Temos que rever os atos do Governo Provisório, para vermos os que devem ficar ou ser derrogados; temos que examinar minuciosamente como foi administrada a fazenda pública; a nação, enfim, tem de tomar conta de sua casa e ver o que fizeram em *seu nome*.

Não há, pois, na vida do país momentos mais solenes. Nosso interesse é que todos compareçam à urna, que ninguém seja constrangido, que a liberdade presida a este grande *veredictum*. Só assim a República corresponderá à nossa esperança.

O governo tem errado e muito, mas numa coisa somos quem primeiro o admira: é na isenção que por enquanto revela sobre a independência das urnas.

Convém que todos trabalhemos e a nossos amigos pedimos todo o concurso nas localidades. O governo de sua parte anime o povo com exemplos. Sabe o *Movimento* a razão por que reina essa frieza, essa indiferença? Indague e saberá.

A NOMEAÇÃO DE JOÃO PINHEIRO E O NOVO GOVERNO DE MINAS

1. O decreto de nomeação dos governadores do Estado (12 de abril de 1890)

GOVERANDORES DO ESTADO[105]

Por decreto de 12 foram nomeados:

Governador do Estado de Minas, o Sr. Dr. João Pinheiro da Silva.

1º vice-governador, o Sr. Dr. Domingos José da Rocha.[106]

2º vice-governador, o Sr. Dr. Francisco de Paula Ferreira de Rezende.

3º vice-governador, o Sr. Dr. Fernando Lobo Leite Pereira.[107]

Não nos será necessário lembrar títulos nobilíssimos que elevaram esses nossos concidadãos ao elevado posto que lhes assinalou o decreto de 12. Nas lutas dos tempos ainda próximos, eles têm os seus nomes assinalados e os seus serviços à causa republicana são bem conhecidos.

2. O Dr. João Pinheiro em editorial do jornal *Cidade de Diamantina* (13 de abril de 1890)

DR. JOÃO PINHEIRO[108]

Com referência ao Sr. Dr. João Pinheiro da Silva publicou a *Cidade Diamantina* do 13 do corrente, o seguinte editorial, a que abrimos espaço em nossas colunas:

———

No primeiro número deste periódico, noticiando que o nosso ilustrado amigo Sr. Dr. João Pinheiro da Silva havia assumido o governo do Estado, dissemos entre outras coisas o seguinte:

"O ilustre moço que, tão jovem ainda, soube inspirar a elevada confiança que o colocou em posto tão eminente, é digno, na mais genuína acepção da palavra, do honroso cargo que ocupa.

A golpes de talento preparou o Dr. João Pinheiro, que foi na capital um centro irradiante de força, a evolução republicana na pátria de Tiradentes, e tão próximo triunfo, o lugar que hoje compete-lhe, melhor do que ninguém, entre seus comprovincianos.

Na governação do Estado será S. Exa., por todos os títulos, um digno sucessor do Dr. Cesário Alvim, um continuador brilhante da benéfica administração deste ilustre mineiro.

É o que sinceramente desejamos ao distinto moço e ilustrado amigo."

Apraz-nos sobremodo saber que este nosso elevado conceito vai sendo plenamente confirmado por solenes demonstrações de apreço e inequívocas provas de confiança tributadas, em todo o Estado, ao Sr. governador.

———

105 Governadores do estado. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de abril de 1890, p. 1.

106 Domingos José da Rocha (1862-1914) nasceu no Espírito Santo, era engenheiro e professor, foi vice-governador durante a gestão de João Pinheiro e Bias Fortes, exercendo por alguns períodos a governança em 1890. Deve-se a ele a primeira medida efetiva para a mudança da capital ao determinar o levantamento das localidades mais indicadas. Deputado federal em 1891-1893. Abandonou a política em 1893, dedicando-se ao magistério na Escola de Minas de Ouro Preto e à Engenharia. Foi um dos colaboradores de João Pinheiro na fundação da Cerâmica Nacional de Caeté

107 Fernando Lobo Leite Pereira (1851-1918) nasceu em Campanha e formou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1876. Foi para Leopoldina, onde atuou como advogado e propagandista da República, em seguida foi para Juiz de Fora, onde se tornou presidente do Clube Republicano. Em 1891 ajudou a fundar o Banco Popular de Minas Gerais em Juiz de Fora. Retornou à política após o golpe de 3 de novembro de 1891, desferido por Deodoro da Fonseca, e a ascensão de Floriano Peixoto pelo contragolpe de 23 de novembro, como ministro de Floriano (1891-1893). Em 1896 elegeu-se senador federal, renunciando ao cargo em 1898, após derrota na eleição a vice-presidente do Brasil. Entre 1908 e 1913 presidiu a sucursal no Rio de Janeiro do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e, em 1914 assumiu a direção da Carteira Comercial do Banco do Brasil.

108Transcrição de editorial publicado no jornal *Cidade de Diamantina*, em 13 de abril de 1890. Dr. João Pinheiro. *O Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto, 26 de abril de 1890, p. 3. Editorial que transcreve, por sua vez, trechos publicados no jornal *A Ordem*, de Ouro Preto, sobre a festa oferecida a João Pinheiro e descrita anteriormente.

Estre essas demonstrações, nenhuma nos parece de mais peso e alcance, nem de maior honra para o nome simpático do jovem patriota, do que o banquete que há dias lhe foi oferecido em Ouro Preto por um grupo de amigos.

A essa festa íntima e cordial, que se tornou solene pelos importantes brindes trocados, concorreram representantes autorizados dos antigos partidos monárquicos, e cidadãos ilustres da sociedade ouropretana.

Reuniram-se todos para testemunharem ao distinto mineiro os sentimentos de adesão e aplauso, que lhes merece a política justa e patriótica, sinceramente republicana, que S. Exa. há seguido em sua administração.

Todos os jornais da capital deram minuciosas notícias desse banquete.

Aos nossos colegas da *Ordem*[109] pedimos vênia para transcrever alguns trechos do seu artigo, por ser o que melhor resume as nobres e dignas palavras pronunciadas pelo Sr. Dr. João Pinheiro, quando, em brinde de honra ao chefe do Governo Provisório, agradeceu aos seus amigos a manifestação que lhe promoveram.

Essas palavras que recomendam a gratidão do Estado mineiro quem as proferiu, devem ser lidar e meditadas nestas paragens.

Grande serviço prestamos transladando-as para as colunas da *Cidade Diamantina*.

Dizem os nossos colegas da *Ordem*:

"Em um dos salões do Hotel Martinelli, profusamente ornamentado, foi servido, na noite de 27 do corrente, um grande banquete que muitos amigos do Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, digno governador deste Estado, ofereceram a S. Exa., em sina de elevada estima e subida consideração que lhe consagram.

Esteve presente grande número de cidadãos distintos, representantes de todos os antigos partidos e de todas as classes sociais, unidos pelo pensamento de prestarem ao ilustre Dr. João Pinheiro a homenagem de seu apreço e de suas simpatias, pelos méritos que o recomendam e que são devidamente aquilatados.

Tendo começado às sete horas, o festim prolongou-se até onze e meia horas da noite, sempre com grande animação, sendo pronunciados numerosos discursos justificativos de brindes e saudações a muitos e distintos cidadãos, especialmente ao Dr. João Pinheiro, alvo da honrosíssima manifestação, e à sua ilustre e Exma. senhora."

---

109 Jornal *A Ordem*, de Ouro Preto.

Deixando de parte o grande número de brindes trocados, é apenas nosso intuito mencionar o do Sr. Dr. João Pinheiro, que se revestiu de máxima importância, e é um documento honroso de nobre imparcialidade e alto tino político.

"O ilustrado Dr. governador, renovando anteriores declarações, disse solenemente estar no seu espírito, no seu coração e na sua consciência o propósito firme de proceder com retidão e imparcialidade o gênio conciliador na administração de Minas; não vendo diante de si antigos republicanos, antigos conservadores ou antigos liberais, mas somente brasileiros e mineiros, por cujos direitos, harmonia e felicidade velará atento e se desvelará com dedicação – porque assim lhe impõem o dever e o patriotismo."[110]

Estas belas palavras foram cobertas de palmas e deram ao final do festim uma nota brilhante que todos aplaudiram.

3. A esperada posse e a nova fase do governo (15 de abril de 1890)

O GOVERNO DE MINAS[111]

Está confirmada oficialmente a notícia, que demos há dias, da nomeação do Dr. João Pinheiro da Silva para o cargo de governador deste Estado.

Vai ser por essa firma iniciada a segunda fase do governo, em cujo exercício tem estado o honrado cidadão, desde meados de fevereiro último, e parece-nos indispensável que seja ela inspirada por um pensamento mais livre e progressista do que aquele que orientou a primeira.

Não há aí nenhuma prevenção, mas o conhecimento, que supomos exato, do atual período de organização do Estado de Minas.

Este Estado, como todos os outros, está precisando de governadores que o preparem para o regime das instituições livres que hão de ser estabelecidas dentro em pouco, e que saibam, por conseguinte, desprender-se dos expedientes ronceiros da nossa centralizada administração.

Recordamo-nos bem de que, ao dirigirmo-nos ao Dr. João Pinheiro, quando pela primeira vez assumiu as rédeas da administração, em substituição ao Dr. Cesário Alvim, externamos os receios que nos [incompreensível] a interinidade do seu governo.

E servindo-nos então da linguagem que a franqueza e o amor a causa pública aconselham, fizemos votos pela sua terminação no prazo o mais limitado possível.

---

110 Esta é uma das primeiras e significativas falas de João Pinheiro sobre a política de conciliação.

111 O governo de Minas. *O Farol*. Juiz de Fora, 15 de abril de 1890, p. 1.

Não é que receássemos da pureza do governo do distinto mineiro, ou temêssemos qualquer ato que destoasse das elevadas qualidades que tanto o tem recomendado.

A questão é que, conhecedores dos inconvenientes e esterilidade que em todas as épocas resultaram das administrações interinas, não desejávamos que esse regime se perpetuasse no governo do nosso Estado.

Felizmente, agora o vemos concluído e empossado no governo o mesmo cidadão que, nos dois meses decorridos, teve ocasião de estudar suficientemente os melhoramentos e reformas, por cuja realização imediata o povo mineiro instantemente reclama.

Confiamos, por isso, que a administração, que vai iniciar-se com o caráter de efetiva, saberá atender às justas aspirações do povo mineiro, efetuando aos mesmos reformas e melhoramentos.

4. O alistamento eleitoral: uma retificação ao *Jornal de Minas* (15 de abril de 1890)

ALISTAMENTO ELEITORAL[112]

Servimo-nos da mesma epígrafe do editorial de nosso ilustre colega *O Jornal de Minas*, quando se dirigiu a nós, na sua edição do dia 11, para retificar alguns enganos seus, atribuindo-se pensamentos que nunca tivemos e interpretando frases nossas se maneira a dar-lhes o sentido que não tinham.

Trazemos para as observações do lustrado contemporâneo a contestação necessária para que o nosso silêncio não venha sancioná-las e nem tão pouco traduza pouca atenção de nossa parte para com elas.

Para começar, declaramos que a leitura do editorial do nosso número passado não revelava que estivéssemos "queixoso[s] e impressionado[s] com a frieza e quase indiferença como corre o serviço de alistamento eleitoral." O que fizemos foi lavrar o nosso reparo pela esquivança anômala dos Srs. juízes de paz e seus suplentes quando se teve de reunir pela primeira vez a comissão distrital de Ouro Preto, no dia 7 do corrente.

Isso sim impressionou-nos e muito, porque para os mais desprevenidos espíritos podia se traduzir por um mau sintoma, na crise de reorganização por que passamos, sintoma muito mais grave do que essa frieza e indiferença pública que tanto assusta ao ilustrado colega.

A propósito da qualificação, repetimos o que já anteriormente havíamos asseverado – que o governo com a antecedência suficiente tomara as necessárias providências para que o serviço eleitoral fosse feito, como devia, sem precipitações, sem atraso e sem vício.

---

112 Alistamento eleitoral. *O Movimento*, Ouro Preto, 15 de abril de 1890, p. 1.

A nossa afirmativa é feita mais uma vez. As instruções foram remetidas para todas as localidades; elas foram amplamente divulgadas pela imprensa, e se não chegaram a seus destinos, como se depreende das frases do colega, seria conveniente que o patriotismo de todos viesse em auxílio desse serviço público, ou procurando sanar o mal ou sindicando se há algum interesse em embaralhar o serviço.

Ainda mais, o material para a qualificação que devia ser fornecido pelas intendências municipais, como preceitua o art. 71 do Regulamento Eleitoral, tem sido em grande parte remetido daqui pela secretaria do governo.

A alegação desses fatos bastaria para dissipar os receios do colega e arredar os fundamentos do *consta* que propala de se ter adiado para maio o alistamento de Mariana.

Não seria mesmo para estranhar que ali ou em outros pontos do Estado surgissem dificuldades imprevistas, quando nós presenciamos aqui na capital, onde todos se mostravam interessados pela qualificação, esquivança dos presidentes da Comissão Distrital, que não havia sido prevista pela lei.

Sem sermos "necessariamente refletor do pensamento oficial" e aceitando a crisma que nos dá o colega de *órgão oficioso*, enquanto essa expressão significar – que revela boa vontade de servir, de ser útil, gracioso, gratuito e desinteressado, nós podemos assegurar ao lustrado contemporâneo que o que dependia do governo foi providenciado, como garantimos. Quanto ao mais, tivemos a prova com os juízes de paz da capital, que querendo embaraçar a marcha do serviço, foram imediatamente multados por ordem do governador. E estamos certos, podendo ainda garantir ao colega, que da parte deste serão severamente reprimidas todas as tentativas que forem feitas no sentido de desorganizar o "serviço patriótico por excelência!"

Mas uma retificação ainda.

O Jornal de Minas glosou uma frase de nossa folha de 10 que foi mal interpretada. Quando dissemos a "esquivança dos nossos veio causar o justo reparo que consignamos aqui", estava bem claro que nos referíamos *aos nossos juízes de paz*.

Não podíamos nos referir aos republicanos antigos, porque hoje não são só *esses os nossos correligionários*. Por mais de uma vez temos declarado que os antigos partidos estão extintos. Falar em nome dos partidos tradicionais é estar com o rosto voltado para o passado e chamar uma ilusão que se foi e desapareceu para sempre.

E para terminar, posto que o nosso ilustrado colega se mostre em desacordo com as nossas doutrinas, folgamos em secundar seus votos que também são os nossos: "O que pedimos a

nossos concidadãos é que cada qual concorra eficazmente para que um só cidadão não deixe de ser incluído no alistamento, e que se compenetre da sua enorme responsabilidade".

Assim teremos garantido a República e assegurado toda a liberdade que devemos gozar, liberdade essa por tantos anos cerceada pela forma *interina* em boa hora conduzida pelo *Alagoas* para as plagas que no-la haviam exportado desde 1808.

5. O governo republicano em Minas e os festejos e homenagens a Tiradentes (21 de abril de 1890)

O MOVIMENTO[113]

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, O TIRADENTES

———

HINO DE TIRADENTES

Salve, salve ínclito mártir,
Resplandecente farol!
Da aurora da liberdade
Foste o sangrento arrebol.
Em soberbos monumentos
Grave a mão da pátria história
– Maldição a teus algozes,
Ao teu nome eterna glória.

A tua cabeça heroica
Sobre vil poste hasteada
– LIBERDADE – Independência
Até hoje inda nos brada.
Em soberbos monumentos
Grave a mão da pátria história
– Maldição a teus algozes,
Ao teu nome eterna glória.

De teu mutilado corpo
Os membros esquartejados
Foram ecos rugidores
Aos quatro ventos lançados.
Em soberbos monumentos
Grave a mão da pátria história
– Maldição a teus algozes,
Ao teu nome eterna glória.

De teu sangue generoso
Esta terra rociada
Fez brotar da independência
A semente abençoada.
Em soberbos monumentos
Grave a mão da pátria história
– Maldição a teus algozes,
Ao teu nome eterna glória.

Este sangue derramado
Pelo brutal despotismo
Foi da pátria brasileira
O sacrossanto batismo.
Em soberbos monumentos
Grave a mão da pátria história
– Maldição a teus algozes,
Ao teu nome eterna glória.

Desde então à tirania
O férreo braço esmorece,
E o formoso sol dos livres
No horizonte resplandece.
Em soberbos monumentos
Grave a mão da pátria história
– Maldição a teus algozes,
Ao teu nome eterna glória.

Bernardo Guimarães

———

OURO PRETO, 21 DE ABRIL DE 1890

A redação d'*O Movimento* vem trazer à memória do ínclito mártir da República Brasileira as homenagens que, há 98 anos, lhe rendem seus compatriotas, animados dos mesmos sentimentos que o levaram ao patíbulo e guiados pelo ideal santo que o alentava em vida.

113 Edição especial d'*O Movimento*, Ouro Preto, 21 de abril de 1890. Em virtude de seu interesse no que diz respeito ao imaginário republicano em Minas e à forte presença da figura de Tiradentes, foram transcritos para esta coletânea praticamente todos os textos da edição. Salientando-se o fato de que contou com a participação de diversos autores, além de reproduzir um dos discursos de João Pinheiro pronunciado na ocasião – o outro apareceu no número seguinte d'*O Movimento* e está transcrito adiante. Dessa edição especial de 21 de abril foram excluídas apenas as transcrições de um trecho das *Cartas Chilenas*, poema conhecidíssimo de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), e de alguns documentos da Câmara de Vila Rica a fim de comprovar a realização, com toda pompa e majestade, dos festejos de ação de graças ordenados pela Coroa portuguesa após a morte de Tiradentes.

A comemoração cívica que fazemos hoje, saudando, como festivo, o aniversário da vitimação de Tiradentes, significa que celebramos jubilosos a primeira tradição republicana de nossa pátria.

E essa tradição que passou à história, como a legenda mais gloriosa das montanhas mineiras, é o justo orgulho dos filhos desse torrão, onde nasceram os primeiros heróis e teve início a epopeia grandiosa que fez do Brasil a República dos Estados Unidos do Sul.

Nós, os montanheses desta libérrima pátria, que aprendemos a história de nossas glórias nas tradições que os antepassados guardaram como seu melhor espólio; que sentimos o bafejo suave das mesmas brisas que inspiraram os heróis poetas do século passado; nós que nos educamos e vivemos nos mesmos sítios que presenciaram a luta homérica de uma nação jovem contra o despotismo iníquo de uma velha metrópole, que nos explorou três séculos como colônia para nos dar depois uma liberdade mascarada, que foi a longa servidão monárquica; nós que fizemos guarda avançada à liberdade no ciclo luminoso que acaba de percorrer – de 21 de abril de 1792 a 15 de novembro de 1889; nós também vimos saudar a memorável data, em que o esquartejamento de um homem foi o símbolo com que a providência nos apontava no futuro o esquartejamento de uma dinastia.

A realeza não conseguiu abafar o brado da liberdade nas espessas e tristemente silenciosas paredes dos calabouços onde mandou lançar acorrentados e incomunicáveis os conjurados mineiros.

A luz das ideias transpõe a escuridão dos cárceres e não encontra embaraço nas duplas grades de ferro onde são encerradas suas vítimas.

Os exílios africanos onde foram morrer os réus que a clemência da rainha poupou a forca, atiraram-nos novamente no dorso das ondas a semente da liberdade que se pretendeu arrancar das plagas brasileiras.

É o sangue de Tiradentes, caindo sobre o solo ubérrimo desta vasta região do novo mundo, foi o crisol que mostrou à velha Europa sermos já um povo digno das aspirações alevantadas que fizeram um homem afrontar impávido e convicto os horrores da mais negra das mortes.

As justiças da rainha negaram um túmulo ao mísero conjurado, que chamou sobre sua cabeça só a culpabilidade de seus companheiros; a clemência régia que degradou para a África e infamou a geração desses réus mandou esquartejar o corpo inano de sua vítima depois do suplício da forca; e nós os filhos de Minas, e a República Brasileira, cujo arrebol ele via no futuro, quando caminhava firme para o suplício, nós os redimidos pelo sangue do mártir, que representamos essa posteridade até onde devia chegar a infâmia decretada por uma

rainha louca, nós recolhemos os despojos santos dessas tradições e levantamos a eles o olhar de vossa veneração cívica, como o desagravo patriótico que lhes devemos.

VINTE E UM DE ABRIL

Com a minha palavra semearei
a liberdade, com o meu sangue
a regarei.

(TIRADENTES)

E a semente que se fez planta; e a planta cresceu e se fez arbusto; e o arbusto se fez árvore; e debaixo dessa árvore largamente copada abriga-se hoje um povo inteiro, esquecido das antigas lutas, unânime e no patriotismo, a entoar louvores ao glorioso mártir, cujo sangue nos redimiu.

Cristo de nossa história, mártir de nossa liberdade, glória das gerações passadas, alma genuinamente mineira, Tiradentes, eu me curvo diante de tua memória, como diante do túmulo do Cristo bíblico curvaram-se após a conquista os velhos cruzados vitoriosos.

Estás enfim vingado! A história de tua vida foi-nos ensinamento na vingança.

A fidalga generosidade da Revolução vitoriosa a 18 de novembro foi um reflexo da grandeza de teu coração patriota.

Que tua memória seja-nos guia e farol na estrada larga das reivindicações populares que hoje trilhamos.

Salve! Mártir sublime da liberdade da pátria.

Aristides Maia[114]

---

114 Texto de Aristides Maia. Aristides de Araújo Maia (1859-1903) nasceu em Teófilo Otoni, bacharelou-se em Letras pelo Colégio Pedro II e em 1881 doutorou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado provincial em 1888 e 1889. Proclamada a República, foi nomeado chefe de Polícia pelo governador Cesário Alvim. Foi deputado federal entre 1891 e 1893. Era comerciante e durante a sua vida se destacou como jornalista. Propagandista da República e aliado do Governo Provisório de Minas, passou a ser um dos críticos da política de conciliação no estado.

É HOJE O DIA DE NOSSAS GLÓRIAS!

Corramos ao altar da liberdade e nele depositemos também a nossa modesta florinha.

Fazem hoje 98 anos que foi sacrificado o mártir da liberdade; foi em 1788 que um povo de ideias novas e generosas se ergueu de pé no seu leito de infante, e recebeu na sua altiva frente o primeiro bafejo inspirador da liberdade.

O pensamento grandioso que se revolvia na mente desse povo era o eco da liberdade que estrondou primeiro em Minas, que repercutiu depois por toda a extensão das matas virgens do Brasil, pelo cume de suas montanhas, e que foi ecoar por último nas velhas plagas da civilizada Europa.

O pensamento grandioso que se resolvia na mente de todo esse povo era a inspiração que emanara de mais de um coração brasileiro, que o amor da pátria santificou; era a inspiração sublime que emanara de mais de um patriotismo, que se evangelizou depois no sofrimento e na dor; era a irradiação divina que iluminara o espírito de mais de um patriota venerável, que o povo idolatrou como os patriarcas de sua liberdade e que a ingratidão escolheu para símbolos de atroz martírio.

Minas, esse solo abençoado e de uma natureza brilhante, era invejada pelas demais nações.

Das altas penedias, nos desertos, via-se reduzir o ouro aos raios do sol; nas margens de seus rios caudalosos brilhantes, pedras preciosas reluziam.

Os mineiros viviam confraternizados na maior paz e união. O ouro e o brilhante, como que por atração, chamaram a atenção de visitas estranhas e as plagas formosas desse país florescente, encheram-se então de gananciosos aventureiros.

A corrupção começou, impostos exagerados, proibições ao cultivo das indústrias, das artes e mesmo das letras; era da lei desses governantes um progresso!!! De todos os lados não se ouvia senão murmúrios de plangentes queixas.

O filho da terra queria trabalhar, ganhar o pão, ser útil à pátria, à família, e não podia!

Foi então em 1788, nessa época gloriosa que em Vila Rica, um gênio, ou um anjo antes, apareceu por entre o povo e o chamou, para em conselho tomar-se deliberação sobre o que devia se fazer. E o povo o aplaudiu, e as suas ideias francas e liberais acharam apoio em todos os corações brasileiros. E esse anjo inspirador, como que cheio de sua glória divina tinha na sua mente vasta dois únicos sentimentos sublimes: amor ao próximo e liberdade.

E esse homem que ia ser salvador de um povo inteiro, que era o ídolo de seus irmãos, que recompensa teve de seus trabalhos que frutos de seus desejos? Um patíbulo e a morte!

Curvemo-nos, pois, respeitosos à memória de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o vulto mais proeminente da história de nossa emancipação política; tenhamos uma lágrima de saudade para orvalhar a sepultura em que descansa; unamos ao seu os nomes de seus companheiros de esforços, de infortúnio, de martírio e de glórias, e bem do imo da alma mandemos pública e ostensivamente aos pontos cardeais uma explosão do nosso sentimento.

Os nossos compatriotas morreram, mas a ideia ficou abafada apenas. Junto à sepultura daqueles que nos quiseram formar nação, não faltam goivos; poucas mãos lá plantaram saudades; a lousa gelada que lhes guarda o corpo pesava de milhares de imprecações; mas, hoje, sua memória tem a recordação chorada de um povo inteiro, como os seus nomes as bênçãos do coração dos que amam a pátria e a liberdade.

A ideia não morreu. Ainda há pouco o povo gemia opresso pela mão de ferro de uma Monarquia desenfreada, tola e despótica; os pensamentos livres morriam dentro de um círculo de ferro; hoje, porém, a liberdade se ostenta bafejando a cabeça dos brasileiros como os ventos bafejam o cume das montanhas.

E hoje que festejamos as nossas maiores glórias; hoje que não vemos no horizonte da pátria pairar uma só nuvem negra; hoje, finalmente, que olhamos para o futuro e vemos o caminho do progresso iluminado pelo sol da liberdade; hoje, portanto, não podemos deixar de enviar um voto de gratidão nascido da alma à memória do grande mineiro, que morreu pela República, ao mártir da liberdade, ao oráculo do povo brasileiro, à memória de Tiradentes.

———

ORDEM DO DIA

À GUARNIÇÃO DA CAPITAL DE MINAS GERAIS

O imortal cidadão!

É hoje o primeiro aniversário, na República, do seu protomártir, o grande e imortal cidadão Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – que, há cem anos quase, por ela lutou e por ela morreu, dando-lhe o seu sangue generoso.

Soldados! A história dos heroísmos da vossa classe, na defesa das liberdades da pátria, tem aí o seu glorioso ponto de partida.

Era militar o primeiro mártir da República brasileira e cabe-vos a honra de pisardes o mesmo chão, olhando as mesmas altivas montanhas de Minas Gerais que foram o berço de onde partiu, no século passado, o sinal da nobre revolta que se devia iniciar ao grito heroico do legendário patriota de VENCER OU MORRER.

Então, ficou a tirania vencedora da liberdade e da República, mandando estrangular o generoso filho do povo que o queria emancipar; mas, hoje, a República ressurgida e triunfadora pelo concurso de vossos camaradas do Exército e da Armada, tendo expulso do solo do Brasil os descendentes dos perseguidores de seus filhos, reata o fio das mais puras e gloriosas tradições do passado, conformando-se com os destinos de todos os povos que vivem em terras americanas e sob o céu do Novo Mundo.

É livre o Brasil!
Viva a República brasileira.
Viva a memória de Tiradentes!
Viva o ínclito chefe do Governo Provisório!
Viva o Exército de Minas Gerais, pátria do imortal cidadão!

FOR EVER!

Barthélémy, referindo-se aos bravos Lacedemônios, que pereceram no desfiladeiro das Termópilas, em defesa da pátria, exclama:

"Sombras generosas, vossa memória durará muito mais tempo do que o Império dos Persas, aos quais resistires, e, até o fim dos séculos, vosso exemplo produzirá nos corações que estremecem a terra natal o recolhimento e o entusiasmo da admiração!"

Nós, referindo-nos ao herói, que pagou com a vida o seu muito amor por esta terra, diremos:

Sombra augusta, mártir venerando, tua memória subsistirá à recordação ominosa da Monarquia, que combateste, e, para todas as gerações que se forem sucedendo na galeria da gloriosa história mineira, o teu nome será fonte perene de civismo, de abnegação e de amor à liberdade!

---

21 DE ABRIL

Não é somente o suplício daquele que é uma das mais imponentes figuras da história da pátria, o que a data de hoje relembra.

Não é também o único fim de tal comemoração prestarmos reverente homenagem à memória gloriosa da Inconfidência Mineira.

Sem dúvida, sublime exemplo nos deu aquele heroico punhado de homens procurando lutar, com minguados recursos físicos, contra um poder atrofiador da alma brasileira, poder que peava-lhe a livre expansão de aspirações e sua consequente tradução em fatos positivos.

Admirável caminho trilharam os inconfidentes, sonhando e procurando realizar seus sonhos de liberdade, sentindo pulsar nas veias esse sublime amor à pátria que em todos os tempos produziu titãs.

Certo! Nunca suficientemente expressivas serão as palavras que se possam empregar para traduzir os sentimentos de profunda gratidão e infinita reverência de que se acha repleta a inteligência, ao estudar detidamente o grande exemplo de abnegação completa, sublime arrojo e puro patriotismo, que com tanta singeleza se inscreve: a Inconfidência.

Para o filósofo, porém, que considera os fatos, não de um modo isolado, mas concatenando-os de maneira a determinar do seu estudo quais as grandes normas de proceder das sociedades, para o filósofo, repetimos, de maior alcance ainda se mostra e maior vulto assume essa quadra característica da nossa história.

Em realidade, fácil fora traçar a procedência histórica da Inconfidência, explicar as aspirações à liberdade que germinaram nos cérebros brasileiros, pela própria natureza das circunstâncias em que se achava a nossa pátria.

Colônia ubérrima podendo ter vida própria, e completamente sujeita à metrópole portuguesa; sofrendo taxas vexatórias, sem receber em troca nenhuma facilidade de expansão; de instrução quase nula, e cuja falta diariamente se fazia sentir; vendo constantemente serem aumentados os impostos e capitações, sem que proporcionalmente variassem os meios de trabalho; abandonada por Portugal por ocasião das guerras contra os holandeses, e vencendo a estes com seus próprios recursos; estas e muitas causas mais influíram para o desenvolvimento do surdo rancor do oprimido contra o opressor, do fraco contra o forte.

Em diversas circunstâncias de tempo e espaço este profundo ódio dos que sofriam contra seus algozes se manifestou.;

A princípio fraco e indeterminado, sem orientação, como que exprimindo uma aspiração vaga a um estado de coisas menos doloroso, vemo-lo traduzir-se em S. Paulo e Minas por pequenos levantes parciais.

Mais forte já, tendo se desenvolvido e orientado por uma lenta evolução, ele reaparece à tona com maior intensidade em princípios do século XVIII, nomeadamente em 1720 com Felipe dos Santos.

Estamos em pleno século XVIII, em plena fermentação das ideias há longo tempo sustentadas por Locke e Condillac, e que a enciclopédia vem de novo discutir.

Essas teorias são lidas e meditadas pelos brasileiros que estão na Europa, e os ecos de suas discussões reboam pelas serras e quebradas do Brasil.

Os Estados Unidos, colônia da Grã-Bretanha, em 1776 emancipam-se do poder da Metrópole.

Uma grande crise humana se prepara.

Em 1789 aparece a *Declaração dos direitos do homem.*

Redobra a intensidade da agitação no Brasil; os ânimos já estão exaltados; há um surdo, mas profundo movimento em todas as classes.

Homens de todos os níveis sociais congregam-se em torno dessa ideia: LIBERDADE.

Falta apenas uma centelha para provocar a explosão.

Um homem aparece, que reúne os diversos elementos esparsos, a todos comunica o entusiasmo pela ideia da redenção da pátria, organiza o plano e sistematiza o ataque; um homem que peio seu trabalho incessante liga todos os principais conjurados em torno desse dístico tanto tempo desprezado pela metrópole: *Liberta quaes sera tamen.*

Este homem é simultaneamente a cabeça pensante e o braço dirigente da conjuração.

Tudo vai bem: de todos os lados há calma; o movimento se produzirá simultaneamente em diversos pontos da capitania, e em breve estará fundada uma República no lugar onde o visconde de Barbacena com seu guante de ferro imperava.

A revolução rebentará por ocasião da derrama do quinto do ouro, eterno pretexto das revoltas do Brasil colonial.

Quando tudo sorria aos inconfidentes, quando o futuro da pátria se lhes antolhava risonho vem a traição que *pede claude*,[115] desde o princípio acompanhará os passos de Tiradentes e seus nobres associados.

A denúncia de Joaquim Silvério faz desmoronar a primeira tentativa orientada de estabelecimento de uma República no Brasil; essa orientação é o que constitui a característica filosófica da Inconfidência.

Tiradentes sobe ao patíbulo legando aos pósteros a ideia pela qual morre; e o nome do supliciado, infamado pelo governo de Portugal, vai ser o lábaro que mais tarde, por uma, que não sabemos, influência ultratumular, congraçará as aspirações à liberdade da pátria brasileira, os anhelos pelo advento da realização prática da sublime trilogia: liberdade, igualdade, humanidade.

O *castigo exemplar* infligido a Silva Xavier não arrefeceu o ardor dos patriotas.

A causa vencedora nem um século mais durou.

A mesma evolução que produzirá a Inconfidência (e que nada mais era do que a afirmação crescente do resultado obtido por Lutero nas suas lutas em favor do individualismo, contra o espírito teológico da Idade Média), essa mesma evolução continuando a dar-se nos espíritos, forneceu-nos a Independência (abstração feita da parte em que essa aspiração popular foi aproveitada pela família Bragança), deu-nos os diversos levantes, até ao de 1849 em prol da instituição republicana no Brasil; deu-no espaço o 13 de maio, o 15 de novembro com todo o seu cortejo de leis salvaguardando o princípio do individualismo, e consequência lógica do fato maior que é a realização do sonho de Tiradentes:

Libertas quae sera tamen.

Antes tivesse vingado esse nobilíssimo desejo em uma época em que menos do que hoje tivéssemos de lutar contra a perversão do caráter nacional.

Como a gota de azeite que cai e se alastra, a infecção partiu do centro, onde ela era máxima, e diminuiu progressivamente até as extremidades do Brasil.

Estamos atravessando uma fase que, empírica como é, está longe de representar o que futuramente será a nossa pátria.

---

115 O correto é *pede claudo*, abreviatura da expressão latina *pede poena claudo*, que significa que o castigo claudica.

Pois para chegar à meta dos nossos desejos, é-nos necessária uma verdadeira regeneração moral; não convém que nos iludamos: esta não é uma reforma que as leis possam provocar. É uma reforma nos costumes.

Para isso precisamos de grandes modelos que nos guiem, de grandes homens cujas vidas sejam por nós meditadas e nos sirvam de fanal.

Não é isso mais do que uma consequência imediata da tendência existente na ordem humana, a de ser governada e de mais a mais pelos mortos.

Pois um homem que se impõe ao espírito brasileiro como modelo de abnegação e amor, que em verdade aplicou a máxima: viver para outrem; esse homem é, fora de dúvida, Tiradentes.

Seja-nos ele um guia nessa trabalhosa campanha da reforma dos costumes, cujo fim é a regeneração do caráter nacional.

Ouro Preto, 21-04-90.

J. P. Calógeras[116]

HERÓIS

Fortalecidos pela mais sincera das crenças, com a energia de verdadeiros heróis, ergueram-se um dia nossos primeiros libertadores.

Em pleno domínio de um governo déspota, quando era um crime a manifestação livre do pensamento, tiveram a ousadia incomparável de pregar os sacrossantos princípios da liberdade, ultrajados pelos desvarios e pelas veleidades de uma tirania cega em suas desbragadas pretensões.

Missionários de grande causa, falaram em defesa dos direitos do povo; mas o povo não os pôde seguir, não pôde secundar os seus alevantados esforços, porque viu-se de momento

---

116 João Pandiá Calógeras (1870-1934) nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1890. Em 1891 foi nomeado engenheiro do estado de Minas e em 1894 consultor da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Deputado federal entre 1897 e 1899, destacou-se por seus conhecimentos em Engenharia e Mineração. Retornou à Câmara em 1903 e foi reeleito sucessivamente em 1906, 1909 e 1912. Em 1914 foi nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1915 substituiu interinamente o ministro da Fazenda. Reconduzido à Câmara Federal em 1918. Em 1919, foi o primeiro civil a ser nomeado ministro da Guerra, atuando com destaque. Entre 1923 e 1929 presidiu a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre. Em 1930 apoiou Getúlio Vargas. João Pinheiro e Calógeras eram muito próximos, conforme se observa nas correspondências transcritas para esta coletânea.

com a mordaça do terror, sopitado pela forma material, bruta, inconsciente de um governo que se supunha com o direito de vida e de morte!

—

Tiradentes, o protagonista do drama, na vida como na morte, nos sofrimentos como no derradeiro martírio, o Cristo de 1792, entre as trevas do passado, as sombras do presente e os esplendores do futuro, mostrou-se superior às mais cruciantes provações.

Não vacilou um só instante.

Era seu coração um oceano de fé, onde constantemente marulhavam-se as ondas do patriotismo.

Entregou-se à ferocidade dos algozes, e intrépido sofreu a pena de morte, para salvar a pátria estremecida!

Os prosélitos, bem poucos que encontrou, mas sinceros, tragaram gota a gota as amarguras do exílio!

—

Não é este ainda o ponto final da história sanguinolenta, que lembra a luta travada pela consciência, ao lado da mais nobre resignação contra o obscurantismo ao lado da mais bruta tirania.

Aos grandes martírios correspondem grandes compensações.

Quase sempre póstumas, mas por isso mesmo mais sinceras.

É a verdade, que não morre, que surge triunfante do caos revolto dos erros e da cegueira dos homens.

Hoje, firmado o domínio da democracia, a posteridade nos ajoelhamos para abençoar a memória de Tiradentes e dos seus companheiros.

Os mártires da liberdade são exceções esplendorosas na história do espírito humano.

Bem disse o poeta:

> "É no bojo da noite que se opera
> a luminosa gestação da aurora."

1792 é a noite do passado, assim como 1889 é a aurora do futuro.

A CONSPIRAÇÃO DE MINAS

A notícia que em seguida transcrevemos foi publicada no *Brésil Pittoresque*, folha redigida por Charles Ribeyrolles, no Rio de Janeiro em 1859.[117]

O nome do ínclito desterrado francês não é estranho aos democratas brasileiros. Banido pelo golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, Charles Ribeyrolles, o companheiro de Victor Hugo, veio procurar abrigo nas terras brasileiras onde passou os últimos anos de sua existência agitada e fecunda nas lutas pela liberdade.

Entre nós o democrata francês lançou sementes das ideias que o incompatibilizaram com o governo pérfido de Napoleão, *le petit*.

Extratamos do *Brésil Pittoresque* um trecho do artigo que tem a epígrafe supra, verdadeira joia por seu valor histórico e por seu belo estilo:

"Havia em 1789, na província de Minas Gerais, um homem que se chamava Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes. Era um oficial do Exército, bravo, inteligente, patriota e que, segundo certos cronistas, passará os anos da ociosidade no estrangeiro, no grande comércio das ideias e dos homens.

A seu lado vivia na mesma província, um doutor formado em Coimbra, José Alvares Maciel, de S. João del-Rei, espírito eminente, versado nos altos estudos científicos e que percorrerá a Europa nesses belos dias do século XVIII, em que a ciência e a filosofia lutavam como exércitos. José Maciel tinha trazido dessas paragens da luz conhecimentos mais largos e sérios que os da Universidade, ideias mais profundas e sobretudo os grandes instintos humanos que as selavam, quais fulgurações de apóstolos às frontes pensadoras dessa época.

Os dois homens conferenciaram e se compreenderam. Um era a atividade, a energia, a propaganda louca, a dedicação absoluta; o outro o pensamento frio, a razão suprema, a prudência, o tino, o conselho. Um grande soldado e um hábil chefe; mas onde estava o Exército?

---

117 Após participar das barricadas de 1848 e passar pela Inglaterra, o jornalista francês Charles Ribeyrolles veio para o Brasil em 1858, acompanhado de seu amigo, também francês, Victor Frond. Com textos de Ribeyrolles e imagens de Frond surgiu a publicação mencionada. RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco*: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. 2v.

Os contribuintes de Minas Gerais achavam-se endividados. Desde 1734, tinha-se trocado o direito real do quinto em uma renda anual de cem arrobas de ouro. Esgotadas ou mal dirigidas, as minas não produziam como nos primeiros anos; e a província, em débito, receava cada vez que um novo comandante era empossado, a expropriação ou o sequestro. Vila Rica começava a decair. O povo estava já pobre, inquieto, irritado.

Tiradentes, homem de ação, compreendeu que fáceis aliciamentos proporcionava esse estado de coisas; e pôs-se a correr as vendas, as lojas, as choupanas, semeando por toda a parte o medo, excitando cóleras, chamando a si os braços e as almas. Sua propaganda velava noite e dia: apalpava o pequeno proprietário, o operário, o soldado; hábil em todas as seduções, falando todas as línguas.

O doutor José Alvares Maciel não tomou a si esses modestos recrutamentos; dirigia-se aos homens que representavam grandes interesses; aos chefes militares, aos padres, aos magistrados; e alguns meses depois dos primeiros conciliábulos, a conspiração crescera, tornara-se poderosa e vinha deliberar em Vila Rica, na casa do cunhado de Maciel, Francisco de Paula Freire de Andrada, tenente coronel comandante da tropa paga da capitania.

Nessas reuniões, que foram seguidas de outras, viam-se homens de espada e de comando, tais como José de Alvarenga, coronel do primeiro regimento de cavalaria auxiliar do Rio Verde; Freire de Andrada, que hospedava os conjurados; Tiradentes, ex-alferes de milícias a cavalo; e (posto que a acusação não o tenha provado) Domingos de Abreu Vieira, tenente coronel de cavalaria auxiliar em Minas Gerais. Havia também padres, como José da Silva de Oliveira Rolim; poetas eminentes, Tomás Antônio Gonzaga e Claudio Manoel da Costa, espírito encantador, cujo nome permaneceu, como o de Gonzaga, apesar da infâmia, nos postes e nos julgamentos.

Que queria essa associação? Que pretendia essa falange da conjuração e da noite? A maior parte deles tinham a riqueza e, alguns, a glória. Não se tratava, pois, de mesquinhas ambições domésticas. Era do fim humano. Glória aos mortos!

Os conjurados diziam: queremos a pátria independente, a cultura e a exploração livres, a abolição das taxas que significam servidão e roubo; a universidade entre nós, assim como a justiça, a administração, o governo!

Era o programa dos Estados Unidos uma resposta ao Congresso; era a República.

Estranho trabalho das coisas humanas! Enquanto aqui, em um canto desta colônia-deserto, agitavam-se aquelas santas questões de direito e da liberdade, o maior país do velho

continente, a França, era presa das mesmas discussões; sua enciclopédia encarnava-se em uma revolução; suas ideias se convertiam em exércitos! Curiosa revelação do magnetismo humano e de suas forças! Mas desta vez, como sucede nas tempestades do céu, o relâmpago vinha antes da borrasca.

Depois das ideias, as coisas, os sinais. Os conjurados careciam de uma ocasião, de uma senha, uma bandeira.

Qual foi a bandeira? Tiradentes, que queria sempre ser do povo, pediu para armas da República três triângulos lembrando, dizia ele, as três pessoas da Santíssima Trindade. Aos padres da conjuração agradou bastante esse místico símbolo; mas José de Alvarenga, o amigo do poeta Cláudio, fez adotar um gênio quebrando [cadeias], com esse dístico – libertos.

A senha foi – hoje é o batizado; e o pretexto escolhido para dar começo à sublevação nas ruas seria o aparecimento da proclamação do edito sobre a cobrança integral das cem arrobas de ouro e dos atrasados.

Era hábil, inteligente e bem compreendido; foi, porém, malconduzido.

A propaganda de Tiradentes era um perigo constante. Para aliciar e reunir forças, ia ele a toda parte, ao Rio de Janeiro, a S. João del-Rei, nas fazendas, nas tavernas, nas estalagens. Era um infatigável recrutador; mas os espiões e os aduladores velavam. Denunciaram-no.

De seu lado o governador da província (o visconde de Barbacena), homem tímido e funcionário prudente, não julgou dever fazer executar o edito em seus rigores extremos; e, desinteressado o povo, perdeu a revolta sua queixa e força. Os homens hábeis, José Maciel e Tomás Antônio Gonzaga, compreenderam perfeitamente o alcance da medida: quiseram que se abandonasse tudo. Mas Tiradentes persistiu; reanimou os desfalecidos, reergueu as almas e, secundado por Alvarenga, que era o verdadeiro Catilina da conjuração, fez com que se mantivesse a ideia.

Decisão intrépida, mas que custou caro!

Poucos dias depois, 29 acusados de alta traição eram transportados em curtas marchas e carregados de ferros, de Vila Rica ao Rio de Janeiro. Era um comboio sinistro, como igual não se tem visto no Brasil, posto que por muito tempo, durante o tráfico de escravos, tenha ele sido o país das caravanas lúgubres. Uma escolta numerosa e feroz acampava de noite, de armas em punho, em redor dos *prisioneiros da rainha.* Dir-se-ia que eram velhos botocudos fazendo sentinela aos inimigos guardados para o festim. De dia picavam e apressavam o rebanho humano: aproximavam-no do cadafalso!

A viagem durou assim trinta e oito dias e quando lançaram os acusados no edifício-prisão, que hoje serve de palácio aos deputados, nem um dos rebeldes poderia, tal era o seu estado, erguer a mão para o céu ou para os homens!

Demais, já tinham deixado um primeiro rastro de sangue. O sacrifício começara. Um deles, Cláudio da Costa, havia se enforcado na prisão, em Vila Rica e causara grande emoção no povo a notícia dessa morte, filha da sombra, obra da noite. Não se acreditava no suicídio e alguns diziam que se tinha tido medo da palavra de Claudio, o advogado vigoroso, o poeta estimado. O suicídio convertia-se em um crime no espírito das massas; chamava-se razão de estado.

Acreditamos que o povo se enganava. Claudio, o poeta, era um desses artistas delicados, um desses pensadores altivos, mas ternos, que não gostam de rumor, temem a glória selvagem dos cadafalsos, e, sempre que o podem, morrem longe das multidões Condorcet fez mais tarde como Claudio.

Que interessante urgente e imperioso havia no crime? Claudio não era o mais comprometido na conspiração, onde, ao lado e acima dele existiam influências mais altas que foram, todavia, respeitadas. Mas, quando há um mistério, o povo conclui sempre pelo crime.

Tem visto tantos! E a primeira expiação de um governo que vive do segredo e da violência é essa condenação fatal que o envolve e o acompanha em todas as coisas! Muitos meses depois da descoberta da conspiração e do transporte dos acusados, em julho de 1790, viu-se chegar em Lisboa um navio do Estado, ricamente carregado de desembargadores (membros de tribunais superiores). A rainha fazia à colônia essa graciosa remessa de justiceiros para que, o mais cedo possível, se pronunciassem, com o chanceler e alguns assessores da escolha do vice-rei, sobre Tiradentes e seus cúmplices.

O processo foi, pois, preparado, doutamente, clandestinamente, segundo todas as regras do direito feudal português; e como a tortura fazia parte desse código venerando, do que dão provas os suplícios no tempo de Pombal, em Lisboa, é provável que na devassa sobre um crime de lesa majestade fizessem trabalhar mais de uma vez as cordas, os cavaletes e as rodas.

Nada sabemos do curso do processo, nada dos depoimentos, nada das acareações. Não ficou vestígio dessas minudências, indignas sem dúvida de um Tribunal Supremo; e a única peça oficial que ele dignou-se entregar aos respeitos da história, é a *Sentença.* Vamos dá-la aqui, apesar de longa, porque em seus motivos como em suas penalidades, ela está cheia de esclarecimentos e de ensinos. É uma revelação curiosa para o Brasil da liberdade, para o Brasil

deste tempo; e convidamos nossos leitores a lerem atentos o *post-scriptum* do matadouro, onde a Justiça portuguesa cortava sua carne humana e distribuía os quartos.

Era em 18 de abril de 1792. O processo tinha durado vinte meses. Por pedido da rainha, os acusados eclesiásticos foram apartados da causa e remetidos para Portugal. O tribunal proferiu sua sentença contra os outros.

Eis aqui como:

(Segue-se a transcrição do 1° acordão da Alçada).[118]

.....

SIMPLES OBSERVAÇÃO

Assim falavam e procediam nos casos de lesa majestade os tribunais dessas Monarquias benignas, nascidas na Idade Média com a cruz na mão: o sangue dos homens não lhes bastava; eram-lhes precisos a dor levada ao extremo, o sofrimento louco, as agonias lentas, as profanações do cadáver e as infâmias póstumas; precisavam dos membros do supliciado, pregados nos postes das cidades, sua casa arrasada, seus filhos sem teto, sem nome, sem pão. Precisavam de todas as festas da vingança e de todos os deboches do carrasco!

Nesta vez, entretanto, não ousaram fazer cair todas essas cabeças que a Justiça portuguesa mascara; só guardaram a de Tiradentes.

Por uma carta, de 15 de outubro de 1790, a rainha ou antes seu conselho (esta senhora estava louca), tinha enviado instruções especiais para comutações de penas, segundo as categorias. A *clemência* falara, portanto, dois anos antes da *Justiça*! Sim; de certo. Acontece o mesmo em quase todos os processos políticos; tudo fica de antemão combinado. Estas tragédias correm bem.

Assim, em virtude dessas instruções do Conselho Real, expedidas dois anos antes da Sentença, o Tribunal Supremo do Rio, houve por bem conceder as comutações seguintes:

Em vez da pena de morte com seus anexos e cerimoniais, as galés perpétuas a F. P. Freire de Andrada, José Alvares Maciel, Inácio José de Alvarenga, Luiz Vaz de Toledo, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Domingos de Abreu Vieira, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José de Rezende Costa, pai e filho, Domingos Vieira Barbosa.

---

118 Essa parte não foi transcrita pelo jornal que após a linha pontilhada dá prosseguimento ao texto de Charles Ribeyrolles.

Para os três últimos a pena reduzida a três anos.

Na primeira categoria dos arrebatados à morte pronta para terem o lento suplício das agonias africanas, achavam-se dois homens de um belo caráter e de um grande talento. José Alvares Maciel pagava com as galés sua comunhão com a Europa e suas recordações da França. Inácio José de Alvarenga, soldado intrépido e cidadão da grande igreja, pagava por sua vez o crime de ter proferido estas palavras audaciosas - demos liberdade aos escravos, negros e mulatos; na província de Minas só é preciso que entre pólvora e ferro.

Alguns eram simples comparsas, como esses pobres Rezendes, pai e filho, que sonhavam com a Universidade de Vila Rica, para escaparem à de Coimbra.

Na segunda categoria, em lugar das galés perpétuas, a fortaleza e o exílio no deserto; por dez anos a T. A. de Gonzaga, Vicente V. da Mota, A. de Oliveira Lopes, V. G. Veloso, Fernandes Ribeiro, João Dias da Mota; por 8 anos a José Ayres Gomes; por 6 anos a João da Costa Rodrigues.

Continuavam a pesar sobre os condenados as outras penas e consequências da sentença, sem diminuição nem graça. Quanto aos lugares da deportação, eram pontos da costa da África, selvagens ou da fácil guarda, oásis do inferno, onde os condenados iam encontrar a morte lenta e os desesperos do isolamento. Era melhor que o cadafalso!....

José Alvarenga não durou muito tempo sob aquele céu atrasado onde a própria flor é um veneno. O seu cabelo embranquecera com o sofrimento de algumas noites; e expirou em 1793, livre pela morte, de Portugal e de suas *graças africanas*.

Antônio Gonzaga viveu cinco anos em Moçambique; mas essa cabeça vigorosa não pudera resistir à desgraça. A ideia foi menos forte do que o sol e o poeta; em seus últimos dias estava louco, como Tasso em ferros. Suas *lycras* tornaram-se serpentes.

Os outros caíram um a um, sem um olhar amigo, sem um adeus de família. Apenas quatro voltaram ao Brasil.

Quanto a Tiradentes, foi executado publicamente no largo, hoje chamado Praça da Constituição, perto da rua dos Ciganos. Como o determinava a sentença, houve um sinistro aparato na sua marcha para o suplício e o patíbulo estava em grande gala.

Tiradentes soube morrer. A multidão comovida não viu passar uma saudade, um temor naquela fronte de soldado; é que ele caía por uma ideia.

E, agora, o que havia no fundo desse processo? Tiradentes e seus cúmplices eram culpados? Sim, no Direito Legal que unia as colônias às metrópoles. Eram culpados como Washington, Franklin, João Hancock e outros rebeldes americanos do grande Congresso de Filadelfia.

Se lorde Gage, general do Exército inglês, tivesse esmagado logo, na primeira campanha, as milícias revoltas da América do Norte, que seria de Georges Washington? Morreria como Tiradentes em um patíbulo; seus bens teriam sido confiscados, seus membros esquartejados, sua casa arrasada, seus filhos e netos aviltados e malditos! Mas a guerra lhe foi favorável e Washington é um herói.

O direito humano, que não é o direito legal, não pode, entretanto, ficar à mercê dos acasos da força e seguir, como os bagageiros em um exército, as alhas e as vitórias. É inflexível, é um. Como os americanos da Independência, ele diz: - todos os homens nascem iguais; todos os povos devem ser livres!

Ora, deste modo e nesta altura, Tiradentes é absolvido.

Predecessor vencido, precursor infeliz, abriu caminho caindo; e seria covardia não levantar não levantar hoje esse cadáver, que Portugal arrastou às torturas de suas leis.

E, além de tudo, o que havia de fato nessa conspiração? Propaganda, conciliábulos, programas esboçados, palavras. A acusação não pode aduzir um só ato de guerra, um levantamento armado, uma leva de espadas ou punhais; e na penúria de seus meios, como flagrante delito, ela foi condenada a atribuir ao Tiradentes o intento de cortar a cabeça do governador. Nós conhecemos essas cabeças cortadas que sangram em tais processos. É uma necessidade, ou um ornato das justiças violentas ou apaixonadas. Quando se quer matar, carece-se desses troféus sanguinolentos e a calúnia os leva aos juízes!

Tiradentes, que tudo confessava, negou que tivesse tido o imbecil intento que lhe imputava a acusação. Estamos convencidos de que falava a verdade. Que importavam a esse homem os pequenos Gessler?[119] Ele visava mais alto.

Mas queriam que para ele não houvesse comutação possível.

Tiradentes arrastou até o cadafalso essa cabeça cortada, que florescia cheia de graças sobre os ombros do Sr. Barbacena! Justiça política!

---

119 Albrecht Gessler ou Hermann Gessler como também é conhecido foi um tirano e lendário governador da Casa de Habsburgo, em Altdorf, Suíça, A sua brutalidade acarretou, inclusive, a rebelião de Guilherme Tell que levou à independência do país.

Daquela conspiração enfim não conhecemos senão a versão dos juízes.

A publicidade, esse poderoso registro, era proibida então. O processo foi secreto, arbitrário e o Tribunal Supremo tinha, para o caso, as prerrogativas absolutas da Coroa. Em sua carta, outorgando-lhes poderes, dizia a rainha:

'Tenho desde já, como reparado todo vício de forma e como não sucedidas todas as nulidades jurídicas que possam-se dar nas devassas ou possam resultar das disposições do direito positivo. Julgareis por provas, segundo o direito natural, não obstante toda a lei, disposição de direito, privilégio ou ordem contrária que hei por bem derrogar agora.'

E o vice-rei, grande executor, ajudava, na conformidade da graciosa ordem:

'Não será necessário, como indica a lei, depor um número fixo e determinado de testemunhas.'

O próprio Direito português estava, portanto, suspenso; todas as garantias suprimidas e os brasileiros acusados e entregues à boa ou má vontade de um tribunal estrangeiro, de um feitor!

Não é a história séria e honesta que ratificará julgamentos proferidos em tais condições, ela só pode profligá-los.

Que significam, além disso, essas categorias de mudos, esses culpados do *silêncio*, que são lançados às galés, por que não foram delatoras? De que justiça humana foram tomadas por empréstimo as sentenças que atingem filhos e netos, pelos crimes dos pais? A que código do Oriente ou da Roma imperial pertence essa justiça de ossuário, que esquarteja os membros? Não se fazia mais no tempo de Tibério!

Tirei dos arquivos do Brasil esta página, pouco mais ou menos desconhecida pelos contemporâneos, não só para vingar memórias ultrajadas, como para bem acentuar a diferença dos tempos.

Em 1792 esquartejava-se por causa de palavras e propagandas; hoje, eu, simples estrangeiro, posso publicar, com plena liberdade, esses dramas sinistros. É que o sangue de Tiradentes não foi perdido; o suplício é fecundo.

DENÚNCIA DE JOAQUIM SILVÉRIO

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Barbacena

Meu senhor, pela forçosa obrigação que tenho de ser leal vassalo à nossa augusta soberania, ainda apesar de se me tirar a vida, como logo se me protestou na ocasião em que fui convidado para a sublevação que se intenta, e prontamente passei a pôr na presença de V. Exa. o seguinte: Em o mês de fevereiro deste presente ano, vindo da revista do meu regimento, encontrei no arraial da Lage o sargento-mor Luiz Vaz de Toledo, e falando-me em que se botavam abaixo os novos regimentos, porque V. Exa. assim o havia dito, é verdade, que eu me mostrei sentido e queixei-me do sargento mor, que me tinha enganado, porque em nome da dita senhora se me havia dado uma patente de coronel chefe de meu regimento, e com a qual me tinha desvelado, em o regular e fardar e grande parte à minha custa, e que não podia levar à paciência ver reduzido a uma inação, todo o fruto de meu desvelo, sem que eu tivesse faltas do real serviço, e juntando mais algumas palavras em desafogo da minha paixão.

Foi Deus servido, que isso acontecesse, para se conhecer a falsidade que se fulmina. No mesmo dia viemos dormir à casa do capitão José de Rezende, e chamando-me a um quarto particular, de noite, o dito sargento-mor Luiz Vaz, pensando que o meu ânimo estava disposto para seguir a nova conjuração, pelos sentimentos das queixas que me tinha ouvido, passa o dito sargento-mor a participar-me, debaixo de todo o segredo, o seguinte: que o desembargador Tomás Antônio Gonzaga, primeiro cabeça da conjuração havia acabado o lugar de ouvidor dessa comarca, e que nesse posto se achava há muitos meses nesta vila, sem se recolher a seu lugar, na Bahia, com o frívolo pretexto de um casamento, que tudo é ideia, para o novo regime da sublevação e que se tinha disposto da forma seguinte:

Procurou o dito Gonzaga o partido e união do coronel Ignacio Jose de Alvarenga, e o padre José da Silva de Oliveira Rolim, e outros mais, todos filhos da América, valendo-se para reduzir a outros, do alferes (pago) Joaquim José da Silva Xavier, e que o dito Gonzaga havia disposto da forma seguinte: e que o dito coronel Alvarenga havia mandar 200 homens, pés rapados, da Campanha, paragem onde mora o dito coronel, e outros 200, o dito padre José da Silva, e que haviam acompanhar a estes vários sujeitos, que passam de 600, dos principais destas minas, e que estes pés rapados haviam vir armados de espingardas e foices, e que não haviam vir juntos, por não causar desconfiança, e que estivessem dispersos, porém perto da Vila Rica, e prontos à primeira voz, e que a senha para o assalto, que haviam ter cartas, dizendo, tal dia é o batizado, e que podiam ir seguros, porque o comandante da tropa paga, o tenente coronel Francisco de Paula estava pela parte do levante, e mais alguns oficiais, ainda que o mesmo sargento-mor me disse, que o dito Gonzaga e os seus parciais estavam desgostosos pela frouxidão que encontravam no dito comandante, que por essa causa se não tinha concluído o dito levante; e que a primeira cabeça que se havia de cortar era de V. Exa. e depois, pegando-lhe pelos cabelos, se havia de fazer uma fala ao povo, cuja já estava escrita pelo dito Gonzaga, e para sossegar o dito povo, se haviam levantar os tributos, e que logo se passariam a cortar a cabeça ao ouvidor dessa vila Pedro José de Araújo, e ao ajudante de ordens Antônio Xavier, porque estes haviam seguir o partido de V. Exa., e que como o intendente era amigo dele, dito Gonzaga, haviam ver se reduziam a segui-los, quando duvidasse também se lhe cortaria a cabeça.

Para esse intento me convidaram, e se me pediu, mandasse vir alguns barris de pólvora, e que outros já tinham mandado vir, e que procuravam o meu, por saberem que eu devia à Sua Majestade quantia avultada, e que esta logo me seria perdoada, e que como eu tinha muitas fazendas, e 200 e tantos escravos; me seguravam fazer uma dos grandes; o dito sargento-mor me declarou vários entrados neste levante; e que se eu descobrisse se me haviam tirar a vida, com já tinham feito a certo sujeito da comarca do Sabará.

Passados poucos dias, fui à vila de S. José, donde o vigário da mesma, Carlos Corrêa, me fez certo, quanto o dito sargento-mor me havia contado, e disse-me mais, que era tão certo, que estando ele dito pronto para seguir para Portugal, para o que já havia feito demissão da sua igreja, e seu irmão, e que com brevidade cá o poderiam fazer feliz, e que por este motivo suspendera a viagem.

Disse-me o dito vigário, que vira já parte das novas leis, fabricadas pelo dito Gonzaga, e que tudo lhe agradava, menos a determinação de matarem a V. Exa., e que ele dito vigário dera o parecer ao dito Gonzaga, que mandasse antes a V. Exa. botá-lo do Paraibuna abaixo, e mais a Sra. viscondessa e seus meninos, porque V. Exa. em nada era culpado, e que se compadecia do desamparo em que ficava a dita senhora e seus filhos, com a falta de seu pai, ao que lhe respondeu o dito Gonzaga, que era a primeira cabeça, que se havia cortar, porque o bem comum prevalece ao particular, e que os povos que estivessem neutrais, logo que vissem o seu general morto, se uniriam ao seu partido.

Fez-me certo este vigário que para esta conjuração trabalhava fortemente o dito alferes, pago, Joaquim José Xavier, e que já naquela comarca tinham unido a seu partido um grande séquito, e que todos haviam partir para a capital do Rio de Janeiro, a dispor alguns sujeitos, pois o seu intento era também cortar a cabeça ao Sr. vice-rei e que já na dita cidade tinham bastantes parciais.

Meu senhor, eu encontrei o dito alferes, em dia de março, em marcha para aquela cidade, e pelas palavras que me disse, me fez o certo o seu intento, que levava, e consta-me, por alguns da parcialidade, que o dito alferes se acha trabalhando, isto particularmente e que a demora desta conjuração, era enquanto se não publicava a derrama; porém, que, quando tardasse, sempre se faria.

Ponho todas estas tão importantes particularidades na presença de V. Exa., pela obrigação que tenho da fidelidade, não porque o meu instinto, nem vontade, sejam de ver a ruína de pessoa alguma; o que espero em Deus, que com o bom discurso de V. Exa. há de acautelar tudo e dar as providências sem perdição dos vassalos.

O prêmio que peço tão somente a V. Exa. é o de rogar-lhe, que pelo amor de Deus, se não perca ninguém.

Meu senhor, mais algumas coisas tenho colhido e vou continuando na mesma diligência, o que tudo farei ver a V. Exa., quando me determinar.

O céu ajude e ampare V. Exa., para o bom êxito de tudo.

Beija os pés de V. Exa. o mais humilde do súdito – *Joaquim Silvério dos Reis*, coronel da cavalaria dos Campos Gerais.

Borda de Campo, 11 de abril de 1789.

Nota. – Escrita na Cachoeira e entregue pessoalmente no dia 16 de abril.

PROGRAMA DOS FESTEJOS PROMOVIDOS À MEMÓRIA DE TIRADENTES

DIA 20

Ornamentadas as ruas, haverá iluminação geral na cidade. Na Praça da Independência com o maior brilhantismo, música, fogo, de bengala, fogos de vista etc. À meia-noite, será anunciada a aurora do grande dia com uma salva de 101 tiros, tocando as músicas que aí se reunirem o Hino Nacional junto à coluna de Tiradentes. Depois percorrerão elas as principais ruas desta cidade, em toques festivos.

DIA 21

À uma hora da tarde realizar-se-á, na sala de retratos, em Palácio, graciosamente cedida pelo governador do Estado, uma sessão literária, proferida nessa ocasião um discurso análogo

ao ato o Dr. Leônidas Damásio Botelho.[120] Depois do orador oficial serão pronunciados outros por parte das diferentes associações, na ordem seguinte: Imprensa, Escola de Minas, Farmácia, Liceu Mineiro, Escola Normal etc. Esta sessão será presidida pelo Sr. governador do Estado. Uma luzida guarda de honra militar será convenientemente postada para tornar mais brilhante a solenidade. À noite, numerosa marcha *aux flambeaux*, onde terão de figurar com os seus respectivos estandartes a intendência municipal, oficiais militares, Escola de Minas e de Farmácia, Liceu Mineiro, Escola Normal, colégios, aprendizes militares, colônia italiana, Club dos Girondinos, Agentes consulares etc.

A comissão dos festejos tem designado para ponto de partida da procissão cívica o Lago do Rosário, onde far-se-á, às 7 horas da noite, a distribuição das lanternas. O préstito percorrerá as principais ruas da cidade, demorando-se nos lugares em que tiverem de ser ouvidos os oradores nomeados e outros que se apresentarem. No trajeto da marcha cívica, uma comissão de vinte e uma senhoras, representando os Estados da União, irá, em nome do povo, depor no quadro dos inconfidentes, que está colocado em uma das salas do Palácio, uma rica coroa, emblema de profunda homenagem e gratidão aos serviços prestados pelo protomártir da nossa Independência. Nessa ocasião falará o Dr. Agostinho Penido.

DIA 22

Assim ultimados os festejos populares, a Comissão, agradecida às distintas famílias desta cidade pelo auxílio que conta merecer-lhes, terá a honra de oferecer-lhes um baile, que se realizará nos salões de Palácio.

A comissão[121]

6. A proclamação do governador João Pinheiro aos mineiros (21 de abril de 1890)

AOS MINEIROS[122]

Honrado com a confiança do Governo Provisório para ser o governador deste nosso Estado, cabe-me agora explicar aos meus patrícios as razões que militaram em meu espírito para ter adiado a aceitação da honrosa e espinhosíssima incumbência que me quis cometer o patriótico Governo Provisório, logo após a retirada para o ministério do ilustre mineiro que primeiro e brilhantissimamente o governou, o Dr. Cesário Alvim.

---

120 O correto é Leônidas Botelho Damásio.

121 Integravam a comissão o coronel Domingos de Magalhães, major Amaro de Moura, Dr. Arthur Itabirano, Dr. Oliveira Santos, Dr. Levindo Lopes, Dr. Francisco Barcelos, Dr. Celso Nogueira, Dr. Júlio Proença, Dr. Francisco de Paula e o Sr. Ferreira Real, conforme *O Movimento*, Ouro Preto, 15 de abril de 1890, p. 1

122 SILVA, João Pinheiro da. Aos mineiros. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de abril de 1890, p. 1.

Moço e falecendo-me por isto a autoridade de uma longa experiência dos públicos negócios; filho e representante do mais velho elemento republicano e podendo suscitar por esta causa desconfianças aos que o não são tanto; desprendido de natureza das ambições e vaidades das altas posições nas quais me acostumei a ver de preferência as suas enormes responsabilidades antes que as meras honras pessoais: bem avaliando o alcance da hora presente pelo muito que se pode fazer pela pátria e pelo pouco de dificuldades que poderiam tolher esta ação investido o governo de tão ilimitados poderes, eu hesitei a princípio na aceitação do posto espinhoso e difícil.

Força era, entretanto, que a questão do governo definitivo de Minas se resolvesse e apesar do que venho de expor, aceitei o lugar me persuadindo afinal de que a verdade e simplicidade dos princípios republicanos já são de si grandíssima autoridade para que lhes sejam necessárias outras considerações, e, por ventura, a inconveniência da pouca idade bem se poderá compensar pelos nenhuns laços que me prendam às más usanças dos velhos costumes políticos e pela inteira e exclusiva preocupação de bem servir unicamente aos princípios republicanos.

Quanto a distinções partidárias de novos e velhos republicanos acho a divisão absurda, e nem ela se estabelecerá e nem tem sido estabelecida pelos que, há muito tempo, em meio de provações, lutaram pela causa da República, sem outros fins que não fossem o bem exclusivo da pátria e, então, nem fora possível sonharem com o poder, mas nem por isso deixaram de cumprir desassombradamente o dever cívico pelo preço de todos os sacrifícios – alto testemunho do mais profundo desinteresse; estes mesmos que, triunfadores, anunciaram a fraternidade inteira e a cumpriram, e a cumprem, desaparecidas as linhas divisórias entre vencedores e vencidos; que os responsáveis da esplêndida revolução republicana do Brasil na direção da política são a mais firme garantia de direito e da justiça, eles que não seguiram a prática de extermínios de que os velhos partidos na Monarquia nos deram os mais contristadores e os mais desgraçados exemplos.

Política nacional e patriótica, de vistas largas e nobres fins, reconstrutora e grandiosa, esta só pode ser realizada pelos que a empreenderam; e enquanto tiverem direção dos públicos negócios a pátria terá assegurada a paz e a tranquilidade.

Que os seus efeitos têm sido pela primeira vez, no Brasil, a união de todos os cidadãos, assimilados os elementos de ordem e progresso, por uma emulação geral de patriotismo, fato honrosíssimo para os brasileiros que só sabem ser unânimes para aplaudirem o bem, e o foram antes do fato da abolição do escravo, e agora o são na aceitação da República; mas que nunca souberam aderir inteiramente ao mal e são recentes os exemplos de nobre altivez protestando a escravidão e pretextando a Monarquia.

E nem há por onde se possa, bem considerando as causas, atribuir motivos menos nobres às adesões à revolução de 15 de novembro, adesões completas, começadas imediatamente pelos que no regime extinto estavam nas posições as mais proeminentes (e que eram feitas antes mesmo que soubessem qual a impressão que o fato produziria no interior da nação); e terminadas pelo aplauso de todas as localidades, seguidamente, ao chegar das comunicações do estabelecimento da República, e ignorando uns lugares o que se poderia estar passando nos outros – o que tudo prova a espontaneidade e patriotismo honrosíssimos para os brasileiros na aceitação de acontecimentos que significam progresso. Que sem os velhos republicanos os desinteressados e abnegados servidores da pátria, certo, a ideia não teria aberto o sulco profundo em derredor do trono sem a propaganda, ativa, enérgica e poderosa, a República não se poderia tornar esperada (e só é bem-sucedido o que se prevê) e a República já era prevista como uma fatalidade pelo menos no fim do segundo reinado – e esta foi a mais sensacional condição do seu bom êxito. Entretanto, sem aceitação e adesão unânime de todos os brasileiros, ela poderia ter sido uma violência; mas quem negará a vantagem de se ter ela tornado, pela unanimidade, a consagração do voto de um povo inteiro? Quem ousará, na hora atual, pensar ou propor motivos para se abrirem distinções quando o espetáculo que se nos oferece é o da luta de recíprocas generosidades?

Aos velhos republicanos a honra da iniciativa; ao generoso soldado brasileiro a honra da execução; aos velhos partidos a honra da aceitação; e à República Brasileira a honra desta solidíssima base!

O que cumpre agora é o delineamento e a execução do soberbo edifício, sem outros fins e outras preocupações que não sejam a consecução de toda a grandeza e prosperidade de que somos capazes, em meio da mais ampla liberdade de espírito, melhorando e reorganizando-se o trabalho, favorecendo as indústrias e, entre elas, a agricultura principalmente, cuidando-se dos meios de comunicação e fazendo-se executar sistematicamente planos de viação férrea, prestando-se toda a atenção ao serviço de imigração; simplificando e descentralizando o serviço administrativo; cuidando-se desde já dos meios de se fiscalizar severamente o modo por que é feito o ensino público, e que absolutamente não corresponde à grande despesa pecuniária que custa ao Estado; reorganizando o corpo de polícia para cuja desmoralização influíram bastantemente os usos dos partidos extintos, usos fatais, dada a situação em que se achavam, o que tudo constitui tarefa dificílima, é certo, que por isso mesmo deve ser empreendida com esforço equivalente às dificuldades.

Certo, a reorganização de um povo não é obra de um dia; encontram-se infalivelmente nas ideias, nas paixões, nos interesses contrariados ou feridos, e no entrelaçamento sempre profundo das coisas humanas, mil obstáculos acumulados pelo tempo e que o tempo unica-

mente é capaz de vencer; mas corre o dever de auxiliar o seu curso por uma ação paralela e ininterrompida, cheia de isenção e desprendimento, olhando-se unicamente o bem público.

Não temos e não teremos nunca preocupação partidária; e nem fora possível que ela surgisse, racionalmente, na hora atual.

Feita a Constituição, e quando princípios estiverem em jogo, então, a opinião se dividirá para de novo formar partidos emanados do nosso código fundamental, que por enquanto – divisões e distinções só podem ser por origem, vaidades ou interesses não satisfeitos e em ambos os casos, grande falta de patriotismo.

Compreende-se que haja, entretanto, quem (pequeno número) se ande esforçando por conquistar posições perdidas, e o não podendo fazer no campo político por descridos, estejam à procura de uma nova fé, a fé religiosa que tentam explorar não por ela, mas para – por meio dela – voltarem aos antigos lugares; manejo deplorável que não respeita o mais elevado e o mais sagrado sentimento do coração humano que é o sentimento religioso.

A estes, aos velhos políticos da Monarquia aconselharemos que, de uma vez por todas, deixem-se destas ginásticas – a situação da igreja na República lhe é muito mais vantajosa que a que possuía na Monarquia.

Não estamos esquecidos do princípio humilhante para o catolicismo que a Monarquia sustentava (e que é sustentado por todas as Monarquias) e que foi publicamente confessado pelo próprio ex-imperador, no seminário do Caraça, à vista de professores e ordenados, onde proclamou o absurdo de que a soberania temporal é superior à espiritual, erro que a República corrigiu, libertando a igreja da imposição do *placel* e da instituição do padroado, e decretando a sua inteira autonomia em lugar da sua inteira subordinação.

Que foi em domínio do Partido Conservador que indebitamente se aprisionaram e encarceraram bispos por motivos religiosos; o que se não daria se o princípio dominante seguido pelo governo fosse o da liberdade de culto como agora é.

É para os próprios católicos inteligentes e sinceros que apelamos. E a consciência deles responderá: que a liberdade não pode fazer mal à igreja; que a esta igreja é preferível a sua autonomia à sua subordinação; que o cristianismo começou com doze apóstolos somente e venceu inúmeras perseguições monárquicas; que agora que tem uma legião de apóstolos em seu numeroso clero, não deve ter medo à perseguição – mas será perseguir o deixar esta religião livre?

Os católicos sabem que seria uma violência inqualificável se em terras maometanas obrigassem a um cristão, por exemplo, obediência ao Alcorão, e por isto, para que possamos pedir e obter a liberdade onde somos escravos, é preciso que a concedamos onde somos senhores; a liberdade deve ser dada a todos os homens e sobre todos os céus: eis a teoria republicana, encerrada no grande e generoso princípio da liberdade dos espíritos.

Onde a ofensa?

A nós outros a quem é dada a responsabilidade da direção governamental o que nos cumpre unicamente é a manutenção da paz e da tranquilidade públicas, o impulsionamento de todos os ramos da atividade humana, de modo a ser uma realidade o regime republicano, industrial e pacífico.

Somos moços; mas temos a fé dos convencidos e a mais soberana independência das vaidades vãs, seja do poder, seja da mal-entendida popularidade, nos subordinando unicamente ao belo ideal da República pela qual temos lutado, sempre intransigentes no terreno dos princípios e sempre condescendentes no domínio dos fatos.

Não queremos que a vitória republicana seja cimentada em ódios ou exclusões, senão na mais inteira fraternidade de todos os brasileiros; não queremos e nem pugnaremos por vitórias eleitorais que signifiquem a resultante de empregos dados ou a fatura de promessas impossíveis, como foi o costume do regime morto, senão que exprimam a verdadeira aspiração nacional, que, sendo a de um regime de liberdade ordeiro e progressivo, há de ser forçosamente republicano.

A representação de Minas, no Parlamento, não se pode compor exclusivamente de velhos republicanos; há de se compor também de elementos dos extintos partidos para a reconstrução da pátria, que há de ser realizada por todos nós.

Está se reproduzindo agora a situação que se observou após a lei da abolição, do pensamento de uma diminuta parte, de repulsa dos que por ela eram chamados despeitados indenistas, e se lhes negava o desinteresse de puros republicanos. Mas as lutas provaram absolutamente o contrário e, mais do que o desinteresse, provaram em todos a capacidade de sacrifícios pelo exemplo da maior e mais incondicional dedicação ao ideal republicano, enquanto platônicos cruzavam os braços e malsinavam os nossos amigos.

É preciso que nos convençamos de que no Brasil, o que se é, naturalmente, é republicano porque se o é de coração; o monarquismo foi uma acidentalidade; nós somos da América; a República foi sempre um princípio, a Monarquia era apenas um fato; muitos sustenta-

ram-na até 15 de novembro como um elemento de ordem, embora corrompido, como um princípio de autoridade, posto que envilecido; como dogma de razão é que ninguém a teve nunca; todos tinham-na como provisória, devendo durar mais ou menos tempo. Mas o definitivo, estavam convencidos, seria sempre a República em cujo domínio estamos, feita pela melhor maneira possível e imaginável, convenientemente preparada por uma propaganda sábia e bem dirigida, executada generosamente pelo soldado brasileiro, não excluindo da sua direção o elemento civil, aceita pela opinião nacional...

Qual o papel então dos miseráveis descridos que andam tentando turvar as águas?

O povo os conhece e nada hão de conseguir senão a vergonha para si.

A República está feita e salva.

Ouro Preto, 21 de abril de 1890.

João Pinheiro da Silva

7. Prêmios à agricultura e indústria e criação da Exposição Permanente (28 de abril de 1890)

DECRETO[123]

O Dr. governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que os recursos naturais de um país só constituem verdadeiras fontes de riqueza pública e particular, quando às forças de natureza se ajuntam os esforços e o trabalho do homem, de maneira a tornar aqueles aproveitáveis e conhecidos;

Considerando que, se é verdade que a prosperidade material de um Estado não pode provir exclusivamente da ação governamental – a esta, em todo o caso, cabe promover e animar solicitamente a iniciativa particular, no sentido de se conseguir semelhante objetivo;

Considerando que o Estado de Minas Gerais, mais do que qualquer outro da União, é admiravelmente dotado de incalculáveis e variados elementos de opulência, mas que não têm sido convenientemente explorados ou aproveitados;

Considerando que as exposições de indústrias, conforme as lições da experiência e o exemplo de outros, constituem um grande meio de adiantamento na vida econômica, por facilitar aos produtores a oferta, aos consumidores a procura, sendo para o comércio uma base de largo desenvolvimento;

123 MINAS GERAIS. Decreto de 28 de abril de 1890. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 85-89.

Considerando, finalmente, que nessas lutas nobilíssimas do trabalho prêmios pecuniários serão vantajosos, já como incentivo, já como justa e merecida remuneração dos mais ativos e inteligentes industriais pelos seus esforços que, sendo a sua glória, também são a do país em que habitam:

Art. 1º - Fica criada na capital deste Estado uma Exposição Permanente, que será instalada no dia 1º de novembro do corrente ano, em que figurarão os produtos naturais, agrícolas e industriais deste mesmo Estado.

Art. 2º - Aos expositores, que melhores e mais aperfeiçoados produtos apresentarem nesta exposição, serão conferidos prêmios, cuja distribuição terá lugar no dia 15 de novembro de cada ano.

Art. 3º - Além dos prêmios consistentes em diplomas de honra e medalhas de ouro, prata e bronze, ficam também criados prêmios pecuniários, e tanto uns como outros serão conferidos por uma comissão de dez membros, que o governador nomeará para organizar e dirigir a exposição e conferir os prêmios.

§ 1º - À exceção dos prêmios pecuniários que são destinados a certos e determinados produtos, todos os mais poderão ser conferidos a qualquer gênero de produção industrial.

§ 2º - Para a distribuição dos prêmios pela comissão, organização da exposição e tudo mais concernente a esta, se observarão as instruções que a este acompanham.

Art. 4º - A comissão de que trata o artigo antecedente elegerá dentre os seus membros um presidente e um secretário como também o presidente e o secretário da exposição.

Art. 5º - Os produtos destinados à exposição serão colecionados pelo químico da Comissão de Levantamento da Carta deste Estado, ao qual desde já poderão ser enviados os produtos, incumbindo-lhe igualmente analisar as amostras de terras que acompanharem os produtos.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 28 de abril de 1890

João Pinheiro da Silva

Instruções regulando a organização da Exposição Permanente e o modo pelo qual devem ser conferidos os prêmios pecuniários, criada pela resolução de 28 de abril de 1890

I

Os produtos destinados à Exposição Permanente criada pela resolução desta data serão colecionados pelo químico da Comissão de Levantamento da Carta do Estado, de acordo com a comissão julgadora de que trata o art. 3º da referida resolução.

II

Aos produtores deste Estado que concorrem à exposição poderão ser conferidos prêmios pecuniários e outros, consistindo em medalhas e diplomas de honra; os prêmios pecuniários, porém, são reservados aos expositores de produtos das culturas seguintes: vinho, chá-da-índia, trigo, forragens (alfafa), cacau, quina-do-peru, batata inglesa (*solaru tuberossum*), plantas têxteis, plantas tintoriais e apicultura.

Os prêmios são dos seguintes valores: para a vinha, um de 2:000$000, e outro de 1:000$000; para o chá-da-índia, um de 600$000 e outro de 300$000; para o trigo, um de 1:000$000; para o cacau, forragem (alfafa), quina-do-peru, batata-inglesa e plantas tintoriais, um prêmio de 500$000 a cada uma destas culturas; para as plantas têxteis, um prêmio de 500$000; para a cultura de plantas que dão fibras finas, como o linho, o rami, plantas lactescentes (asclepiadáceas) etc.; outro de 300$000 para a cultura de plantas que dão fibras grosseiras, como a juta, a piteira, o malvaísco etc.; para a apicultura, um de 500$000.

Para que possa concorrer aos prêmios pecuniários o expositor deverá por meio de atestado das autoridades civis dos municípios de onde procedem os produtos, podendo juntar atestados de pessoas fidedignas residentes no mesmo município, provar: quanto ao vinho – 1º, que produz anualmente pelo menos 100 hectolitros (cerca de 20 pipas), para o prêmio de 2:000$000; 2º, que produz anualmente pelo menos 50 hectolitros (cerca de 10 pipas), para o prêmio de 1:000$000; quanto ao chá-da-índia – 1º, que produz anualmente pelo menos 400 quilogramas de chá preparado, para o prêmio de 600$000; 2º, que produz anualmente pelo menos 200 quilogramas, para o prêmio de 300$000; quanto ao trigo - que colhe anualmente pelo menos 250 hectolitros (500 alqueires), para o prêmio de 100$000; quanto às forragens (alfafa), que colhe anualmente pelo menos 10.000 quilogramas, para o prêmio de 500$000; quanto ao cacau – que colhe anualmente pelo menos 1.500 quilogramas (100 arrobas), para o prêmio de 500$000; quando à quina-do-peru – que colhe anualmente pelo menos 200 quilogramas, para o prêmio de 500$000; quanto à batata-inglesa – que colhe anualmente pelo menos 250 hectolitros (500 alqueires), para o prêmio de 500$000; quanto à cultura ou plantas têxteis – 1º, que colhe anualmente de fibras finas, produzidas pelo linho, rami, plantas lactescentes etc., pelo menos 200 quilogramas, para concorrer ao prêmio de 500$000; 2º, que colhe anualmente as fibras grosseiras produzidas pela junta, piteira, malvaísco etc., pelo menos 500 quilogramas, para o prêmio de 300$000; quanto às plantas tintoriais, como o anil, urucum, mica dos tintureiros etc. – que colhe anualmente pelo menos, 200 quilogramas de anil, 1.000 quilogramas de urucum, para o prêmio de 500$000; quanto à cultura de abelhas – que colhe anualmente pelo menos 1.000 quilogramas de cera, para o prêmio de 500$000.

O expositor deverá ainda remeter com o produto um relatório resumido indicando: a procedência; a situação e a extensão do terreno cultivado; o número de plantas que possui para as árvores e arbustos; o tempo necessário para a produção; a época do plantio e da colheita; o número de plantações e colheitas que podem ser feitas anualmente; as precauções e cuidados especiais que devem ser tomados para o cultivo e colheitas; a quantidade de sementes ou o número de plantas necessárias para a plantação de um hectare de terreno (cerca de uma quarta) ou de um alqueire tendo 100 braças em quadro; a natureza do estrume e a quantidade empregada por hectare ou por alqueire, de 100 braças em quadro; a produção por hectare ou por alqueire de terreno; a produção por hectolitro de planta ou por alqueire de 50 litros; os instrumentos aratórios empregados; despesas de custeio.

Deverá também enviar do terreno cultivado amostras pelas quais se possa julgar de sua natureza.

Os agricultores indicarão o número de colmeias que possuem, o número de vezes que são crestadas anualmente, os enxames que produzem, os cuidados a tomar-se com as abelhas, a quantidade de mel produzido e sua utilização e despesas de custeio.

Os concorrentes aos prêmios pecuniários deverão remeter seus produtos à comissão da exposição até o dia 15 de setembro de cada ano.

A comissão julgadora, dentro do prazo de oito dias, organizará a lista dos concorrentes, que será publicada no jornal oficial do Estado e na qual mencionará a natureza e procedência dos produtos, bem como os atestados apresentados e as informações por eles prestadas.

Sobre os documentos e informações prestadas pelos expositores a comissão julgadora receberá, até 30 dias depois da publicação da lista dos concorrentes, no jornal oficial, qualquer reclamação assinada e fundamentada, e poderá, se reconhecer que os aludidos documentos

e informações não são verdadeiros, excluir o expositor ou os expositores, contra os quais ela é feita, da lista dos concorrentes, ficando, porém, aos mesmos expositores o direito de recorrerem da decisão da comissão para o governo.

Decididos os recursos e organizada a lista definitiva, a comissão julgadora conferirá no dia 15 de novembro prêmio pecuniário destinado a cada cultura ao concorrente que, satisfazendo as exigências indicadas nestas instruções, tiver apresentado o melhor produto.

Nesta mesma data serão conferidos os outros prêmios, consistindo em medalhas de ouro, prata e bronze, e diplomas aos expositores que exibirem qualquer produto natural e industrial deste Estado, julgado pela comissão digno de ser premiado.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 28 de abril de 1890.

8. Obras na capital (8 de maio de 1890)

MELHORAMENTOS NA CAPITAL[124]

Esclarecimento compenetrado de que são inadiáveis certos melhoramentos em benefício desta cidade – o ilustrado governador do Estado, Exmo. Dr. João Pinheiro da Silva, tem ultimamente tomado a respeito acertadas e louváveis deliberações. Figuram entre elas as ordens e contratos para o novo calçamento da capital, sendo em algumas ruas feito emprego de paralelepípedos, importados do Rio de Janeiro, sem frete de transporte na estrada de ferro, mediante autorização obtida do ministério da Agricultura, graças à valiosíssima intervenção do ilustre ministro do Interior, Exmo. Dr. Cesário Alvim.

Sabemos também que o Sr. Dr. João Pinheiro vai mandar arborizar e ajardinar as praças e outros pontos da cidade, e que não recusará benevolamente seu poderoso apoio a outras medidas, reclamadas pela parte inteligente de nossa população, com especialidade às que se referem ao saneamento da capital, em complemento ao grande serviço adiantadíssimo de esgotos e abastecimentos da água potável, a cargo de uma ativa e acreditada empresa.

Cientes destes fatos animadores, e recordando-se do abandono em que esta cidade esteve quase sempre até há pouco, por parte dos poderes públicos, o povo de Ouro Preto deve ser grato, e há de sê-lo sem dúvida, o ilustre Sr. Dr. João Pinheiro, que assim desvela-se em seu benefício, acudindo inteligente e patrioticamente a seus justos reclamos.

Prossiga o honrado governador na série das medidas a que aludimos e ligará a seu nome distinto a recordação de uma fase auspiciosa na vida do velho Ouro Preto, tão digno de sua solicitude e proteção.

---

124 Melhoramentos na Capital. *A Ordem*, Ouro Preto, 8 de maio de 1890, p. 1.

Por nossa parte, como órgãos da opinião, desde já significamos ao Sr. Dr. João Pinheiro os protestos de reconhecimento do povo ouropretano, e nesta homenagem vai apenas um preito de justiça e de gratidão que fora censurável não tornar público e solene.

Sabemos igualmente que a digna Intendência Municipal se ocupa seriamente no estudo de projetos e no preparo de elementos para assinalar sua administração de acordo com os sentimentos patrióticos que nutre e com as aspirações populares, que bem conhece e almeja realizar.

Tais aspirações não visam quimericamente a conquista de luxuosas e dispensáveis ornamentações e embelezamentos, que fora estultícia pretendermos, mas só e só a posse de melhoramentos úteis e necessários, que todas as cidades devem possuir, máxime as capitais que, a todos os respeitos, precisam procurar servir de modelo às outras.

Infelizmente, o Ouro Preto tem estado até agora desprovido de quase tudo que se encontra nas capitais de outros estados, aliás, menos importantes do que Minas Gerais, e, em vez de reconhecerem nisso modéstia e abnegação honrosas, os gratuitos desafetos e conhecidos difamadores desta terra transformam tais circunstâncias em labéu contra ela!...

É tempo de enveredarmos por outros caminhos – dando-se a Ouro Preto aquilo a que ele tem direito, já como o mais importante núcleo de vida moral e intelectual de Minas, já como a capital do Estado, que carece e deve investir-se, por meio de melhoramentos públicos notáveis, das insígnias materiais virtualmente ligadas à sua categoria política.

Todos os dias, felizmente, estão agora surgindo entre nós iniciativas individuais tendentes à conquista de melhor fase na vida desta terra. O prazer que isso nos causa é grandemente aumentado ao vermos que o honrado Dr. governador do Estado e os distintos membros da Intendência Municipal também se preocupam dessa necessidade, que está na consciência de todos, e que, como concurso dos poderes públicos, será sem mais protraimento eficazmente atendida.

Confiemos no futuro próspero desta terra, e, por dever de justiça, não regateemos encômios aqueles que, a ela dedicados, se esforçam nesse nobre e generoso empenho.

Honra, pois, ao ilustre governador do Estado, a Intendência Municipal e aos ouropretanos patriotas!

9. Instruções para a cobrança dos impostos de exportação (24 de maio de 1890)

DECRETO[125]

O Dr. João Pinheiro da Silva, governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que o modo de cobrança dos impostos de exportação até aqui em vigor, sendo estabelecidos sobre diversas unidades, ao mesmo tempo que dificulta a arrecadação pela quase impossibilidade de conhecerem os exatores as quantidades das mercadorias cujo imposto devem perceber, complica a escrituração em prejuízo do fácil andamento do serviço;

Considerando que grande parte da arrecadação das rendas do Estado estão incumbidas às companhias de estradas de ferro e que, portanto, é de suma vantagem uniformizar quanto possível o sistema segundo o qual é calculado o imposto com que serve de base à cobrança dos fretes;

Considerando que os gêneros de exportação do Estado estão sujeitos, além do respectivo imposto de exportação, à taxa itinerária cobrada segundo o peso bruto, sendo o imposto cobrado sobre o peso útil, e na maior parte dos casos sobre a unidade de capacidade, lineares e mesmo unidades arbitrárias, o que embaraça o serviço da cobrança, que não pode deixar de ser até certo ponto arbitrário, prejudicando, ora a fazenda pública, ora o contribuinte;

Considerando que nenhuma vantagem há para o Estado na percepção parcial e simultânea de dois impostos sobre o mesmo gênero, em vez de um único que lhe seja equivalente, nem tão pouco para o contribuinte, e que ao contrário esta multiplicidade dá lugar aos inconvenientes já acima assinalados;

Considerando que está sendo tributado um grande número de gêneros produzidos por industriais ainda nascentes, que por isso devem merecer todo auxílio do governo para que seus produtos possam concorrer nos mercados com os similares de outras procedências, onde a respectiva indústria já se acha em pleno desenvolvimento;

Considerando que fica suprimida a taxa itinerária até aqui cobrada sobre todos os gêneros isentos do imposto de exportação que é necessário para a organização da estatística da produção e consumo do Estado, que se registre o movimento de todas as mercadorias exportadas e importadas; e que este registro, sendo uma fonte de despesas, devem para estas concorrer os interessados diretamente na supressão da referida taxa itinerária;

---

125 MINAS GERAIS. Decreto de 24 de maio de 1890. Coleção dos decretos do Governo Provisório do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 112-115. Tendo em vista o interesse da exposição de motivos e texto do decreto em si, não foram transcritas as instruções e as inúmeras tabelas anexas ao mesmo e que se encontram publicadas na obra citada, nas páginas 112 a 139.

Considerando que, por não ser de justiça cobrar 6% sobre os gêneros de produção e criação, além da taxa itinerária, quando sobre o café, cuja cultura é das mais remuneradoras e está isento da taxa, cobra-se somente 4%, porquanto as culturas dos primeiros sobre serem geralmente menos remuneradoras são exploradas quase sempre por pequenos lavradores que, dispondo de poucos recursos, ficam privados de utilizarem-se quer no cultivo, quer no beneficiamento de seus produtos das máquinas e processos de aperfeiçoamento da indústria moderna, devem ser igualadas todas as porcentagens reduzindo-se de 6 a 4%;

Considerando que a supressão da taxa itinerária sobre os gêneros manufaturados exportados, só por si importa uma considerável redução e que a porcentagem de 3% a que estavam sujeitos, é por demais reduzida, sendo suprimida a referida taxa;

Considerando que as quintas das taxas itinerárias cobradas sobre as mercadorias importadas são excessivas para umas e muito reduzidas para outras, e que convém estabelecer entre elas uma fiscalização mais equitativa e compatível ao mesmo tempo com os meios de classificação possíveis com o nosso sistema de arrecadação;

Considerando que a cláusula "salvas as isenções" para as mercadorias introduzidas como matéria-prima, não determinadas precisamente aquelas a que são aplicáveis, deixa de corresponder no primeiro caso ao intuito da lei, que é favorecer a lavoura, pois que as máquinas e utensílios a ela destinados são passíveis de imposto desde que não sejam diretamente introduzidos, o que sucede com os pequenos lavradores; e dá lugar a constantes reclamações e frequentes abusos em prejuízo da fazenda;

Considerando que o lançamento e arrecadação do imposto de indústria e profissões têm sido agora feitos segundo o Decreto nº 95, de 5 de dezembro de 1881 que, sobre ser eficiente em pontos essenciais, deixa aos exatores o maior arbítrio na determinação das taxas do imposto, em detrimento dos interesses ora da fazenda, ora dos coletados, sendo além disso defeituosas e confusas as tabelas que acompanham esse regulamento;

Considerando que, sendo manifesto e progressivo argumento do comércio e indústria neste Estado, de 1881 para cá, entretanto não está em relação o aumento que se nota na arrecadação do imposto de indústrias e profissões;

Considerando que tão extraordinária anomalia tem por causas não só o mau sistema de lançamento e arrecadação do imposto adotado pelo referido regulamento e o defeito das tabelas, nas quais não estão incluídas a maior parte das indústrias e profissões mais rendosas, que de preferência devem ser tributadas, como esse arbítrio sempre prejudicial de que se acham investidos os exatores para determinação da quota do imposto que cabe pagar cada

coletado, resultado disso que casas de negócios e indústrias de naturezas e categorias iguais exclusivas de encarregado do lançamento, o que sobre ser injusto é sumamente prejudicial aos interesses da fazenda do Estado;

Considerando que convém, portanto, fazer desaparecer esses inconvenientes que têm impedido o maior aumento da arrecadação do imposto, adotando-se novas tabelas, nas quais figurem por classes todos os que exerceram indústria ou profissão sujeita ao imposto e estabelecendo-se para o lançamento do imposto princípios ou regras invariáveis que excluam o arbítrio dos mesmos exatores, facilitem e simplifiquem a arrecadação, tornando o imposto um ônus igual para todos e de maneira que cada coletado pague o imposto em relação ao lugar e segundo a natureza da indústria ou profissão que exerce;

Decreta:

Art. 1º – A cobrança dos impostos de exportação será regulada segundo as instruções e tabelas que a este acompanham.

Art. 2º – Fica suprimida a taxa itinerária de 3 réis por quilograma, a que estavam sujeitos os gêneros manufaturados e de produção, exportados.

Art. 3º – Ficam isentos do imposto de exportação todos os gêneros que não estiverem especificados nas tabelas nº 1 e 11 anexas.

Art. 4º – Pelo conhecimento ou nota de expedição das mercadorias expedidas isentas do imposto de exportação ou da taxa itinerária, será cobrada uma taxa de 200 réis qualquer que seja a quantidade expedida.

Art. 5º - A porcentagem do imposto de exportação para os gêneros de produção e criação fica reduzida a 4% e a porcentagem do mesmo imposto sobre os gêneros manufaturados fica elevada a 4%.

Art. 6º – As taxas itinerárias sobre as mercadorias importadas serão cobradas segundo a tabela nº III anexa.

Art. 7º – São isentos da respectiva taxa itinerária todos os gêneros importados que pela tabela citada não estiverem a ela sujeitos, qualquer que seja o destino deles.

Art. 8º – O lançamento e arrecadação do imposto de indústrias e profissões serão feitos segundo o regulamento e tabelas A, B, C e D ao mesmo anexas e que com este baixam.

Art. 9º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 24 de maio de 1890

10. A nova política a despeito das "mentiras e calúnias" da oposição (28 de maio de 1890)

A NOVA POLÍTICA[126]

Que venham os protestos, que a discussão ampla se abra, que se proponham alvitres, que desenterrem lembranças saudosas do passado, que a confusão aparente abra novos horizontes aos que já tenham perdido esperanças... tudo, tudo, e os generosos princípios republicanos iluminarão pela sua grande luz as escuridões de toda a espécie e de todo o gênero, filhas das vaidades ou das traições; a política republicana porá a claro a tortuosidade dos caminhos, iluminará a ciosidade das intenções desleais e o fará isentamente, fitando com firmeza a estrela bendita do Brasil, servida pelo coração magnânimo de seus filhos primogênitos por cujos lábios nunca passou a palavra perversa do embuste... que não! É um profundo erro confundir-se a bondade com a fraqueza, que não! Só pode ser forte o que é bom e só pode ser bom o que é justo; a República tem sido generosa e magnânima a mais não ser; para alguns dos velhos republicanos têm sido insensatez; para muitos dos novos, idiotismo; mas para a própria República tem sido isto verdade e lógica, doutrina e princípios, a santa ingenuidade confiante neste poder mais alto que todas as previsões humanas e que se chama o culto augusto das ideias, o culto da fraternidade inteira, da igualdade ampla, esquecendo-se perigos que os homens possam apropositar para salvar riscos que ideias possam correr.

Tem sido isto a República, felizmente.

Daí a sua grande força; a sua serenidade e a sua correção, a fidelidade escrupulosa no seguimento da estrada reta, batida de luz, galgando imensas dificuldades, removendo o lixo imundo que aqui e além amontoaram a Monarquia... e fazendo tudo isto desassombradamente; razão porque na hora necessária de ser grande a sua força resultante das suas intenções imaculadas, força moral adquirida pela realização de atos cujo objetivo foi o bem da coletividade e da pátria e nunca a miserabilidade de interesses egoístas pessoais ou de grupos.

Lutam em vão!

Mentem! Mas estas mentiras se desfarão ante a augusta nobreza claramente manifestada na conformidade dos atos subsequentes da República, com as suas promessas anteriores.

---

126 A nova política. *O Movimento*, Ouro Preto, 28 de maio de 1890, p. 1. Este editorial é indicativo do acirramento das rivalidades e das disputas de poder surgidas logo após a implantação do regime republicano, estabelecendo um contraponto efetivo ao discurso conciliador de Cesário Alvim e João Pinheiro.

Caluniam! Mas estas calúnias que urdem nas trevas, melancolicamente, se desfarão contemplando o povo o procedimento do governo, vindo na hora da vitória abraçar os próprios vencidos alguns dos quais pensam agora em pagar a generosidade com a protérvia!

Que o ser forte é também uma virtude, e alta virtude quando a força é a coação para o bem; que a energia é predicado das almas que defendem desinteressadamente as grandes causas; que a República tem por si o heroísmo de seus filhos primogênitos; – e todas estas forças reunidas aguentarão soberbamente a vesga tentativa dos que tateiam incertos caminhos e andam a fabricar edifícios que, permita Deus, lhes não caiam na cabeça. A empresa é perigosa e temerária.

11. Criação de um laboratório de análise de terras anexo a Escola de Minas (4 de junho de 1890)

DECRETO[127]

O Dr. governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que um laboratório de análises especiais, como as de que tratam as instruções sobre o Serviço da Estatística do Estado de Minas, exige um local apropriado, aparelhos de precisão, relativos, caros e especialmente o emprego de gás, e não tendo na capital outro estabelecimento nessas condições que não o da Escola de Minas;

Considerando que há todo interesse, sob o ponto de vista da economia, da ordem e da facilidade do trabalho, em reunir esses serviços de análises de terras etc., no dito estabelecimento, e que sendo feito o trabalho nessa Escola, poder-se-ia utilizar o serviço do pessoal existente, que queira colaborar numa empresa tão importante e de tanto alcance para o desenvolvimento e engrandecimento do país;

Convindo, além disto, que ele esteja sob uma direção única, resolve anexar à Escola de Minas um laboratório de análises de terras etc., de que tratam as instruções de 29 de março próximo passado, art. 9º, sob a direção imediata do diretor dessa Escola, a quem será confiada a organização do serviço.

O pessoal desse laboratório se comporá de um químico e auxiliares, cuja nomeação se fará à medida das necessidades do serviço.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 4 de junho de 1890.

127 MINAS GERAIS. Decreto de 4 de junho de 1890. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 166.

12. Concede prêmios a viticultores mineiros que participaram da Exposição Universal de Paris (11 de junho de 1890)

DECRETO[128]

O Dr. governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que mais do que nunca, no atual regime político, deve ser patriótico empenho dos poderes públicos auxiliar e premiar eficazmente todos os honestos tentames da iniciativa particular, tendentes a promover o engrandecimento e riqueza dos estados;

Considerando que, entre as fontes de mais segura prosperidade para o Estado de Minas, ocupa lugar saliente a viticultura, à qual proporciona excelentes condições naturais uma vasta extensão do solo mineiro;

Considerando que ainda os mais modestos esforços dos cidadãos, no sentido de desenvolver o aproveitamento de tal elemento de prosperidade pública, merecem ser contemplados, não somente sob o ponto de vista de valor intrínseco que a indústria vinícola representa no mundo e em relação à sua perfeita viabilidade entre nós, mas também em relação à luta abnegada que os mesmos esforços simbolizam, não nutrindo-se de subvenções ou garantias pecuniárias do Estado, mas sim e exclusivamente da perseverança corajosa de seus iniciadores;

Considerando que, sem ônus para os cofres públicos, tem já tomado entre nós desenvolvimento considerável a indústria da fabricação do vinho, graças ao trabalho honrado e modesto de agricultores que se vão tornando verdadeiros fatores do engrandecimento e progresso de Minas;

Considerando que entre os viticultores mineiros merecem certamente distinta menção os cidadãos Custódio Rodrigues Barros e Domingos Pinto de Figueiredo, residentes em Catas Altas de Mato Dentro, que, mandando seus vinhos à última Exposição Universal de Paris, obtiveram para eles, o primeiro, a medalha de bronze e o segundo, a medalha de prata, resolve conceder ao primeiro o prêmio de 500$000 e ao segundo o de 1:000$000.

Palácio do Governo, em Ouro Preto, 11 de junho de 1890.

128 MINAS GERAIS. Decreto de 11 de junho de 1890. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 172-173.

13. Criação de uma comissão para elaborar o projeto da Constituição do Estado (2 de julho de 1890)

DECRETO[129]

O Dr. governador do Estado de Minas Gerais:

Considerando que, publicada a Constituição da República Federal, cumpre a cada um dos estados cogitar da que lhe deve servir, o que se pode fazer na atualidade, sendo conhecida a primeira;

Considerando que o trabalho da próxima Constituição Mineira muito se facilitará se por base de suas deliberações for dado um projeto de constituição maduramente refletido e estudado;

Considerando que as demais reformas de reorganização do Estado de Minas Gerais dependem por sua vez do delineamento da Constituição desse mesmo Estado.

Resolve:

1º - Criar uma comissão de sete membros para elaborar o projeto da Constituição do Estado de Minas Gerais que instalará os seus trabalhos no dia 20 do corrente;

2º - Esta comissão trabalhará nesta capital e terá cada membro um conto de réis para o primeiro estabelecimento e quinhentos mil réis mensais enquanto durar o trabalho.

Palácio do governo do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 2 de julho de 1890.

A CRISE POLÍTICA QUE LEVOU À EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DO GOVERNADOR JOÃO PINHEIRO

1. As primeiras notícias sobre a saída de João Pinheiro (16 de julho de1890)

GOVERNO DE MINAS[130]

Referiu-nos pessoa bem-informada que o Dr. João Pinheiro da Silva não continuará no lugar de governador deste Estado, em vista da nomeação do Dr. Leônidas Botelho Damásio para o cargo de diretor interino da Escola de Minas de Ouro Preto, por pertencer este

129 MINAS GERAIS. Decreto de 2 de julho de 1890. Coleção dos decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 190. A comissão não foi instalada de imediato e os trabalhos de elaboração do projeto da Constituição Mineira contará com a participação de João Pinheiro como se verá a seguir.

130 Governo de Minas. *O Farol*, Juiz de Fora, 16 de julho de 1890, p. 1

ilustre cidadão a um grupo de republicanos que abertamente hostilizam a administração do mesmo governador.

Sabemos que se fala com insistência no nome do nosso distinto amigo e ilustrado advogado deste foro, Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, para substituir o Dr. João Pinheiro da Silva.

2. A crise no governo de Minas (23 de julho de 1890)

GOVERNO DE MINAS[131]

A propósito da prolongada crise porque estão passando o governo deste Estado e o da República, devido à nomeação do Sr. Dr. Leônidas Damásio, escreveu o *Correio do Povo*:

"Em conferência extraordinária reuniram-se ontem, à noite, na secretaria das Relações Exteriores, os Srs. ministros da Justiça, Guerra, Marinha, Relações Exteriores, Agricultura, Instrução Pública e Interior.

Esteve também presente nesta conferência o Sr. Dr. João Pinheiro, governador do Estado de Minas Gerais, que chegou anteontem a esta capital, a chamado do governo.

O Sr. Dr. Rui Barbosa, ministro da Fazenda, não compareceu à conferência.

Segundo nos consta, o assunto principal da conferência foi a questão suscitada há dias relativa à Escola de Minas de Ouro Preto.

Isso é o que consta; lá o que foi realmente, ninguém o sabe, porque este ministério, que contém em seu seio um rol de jornalistas, tem tanto horror à publicidade, que não pode ver um repórter nem pintado".

3. A nomeação de Crispim Jacques Bias Fortes para o Governo de Minas (22 de julho de 1890)

GOVERNADOR DE MINAS[132]

(TELEGRAMA)

Rio, 22 (7h55min da noite)

Por indicação do Sr. general Cesário Alvim, de acordo com o Dr. João Pinheiro, foi nomeado governador desse Estado o Dr. Crispim Jacques Bias Fortes.

O Farol

131 Governo de Minas. *O Farol*, Juiz de Fora, 23 de julho de 1890, p. 1.

132 Governador de Minas. *O Farol*, Juiz de Fora, 23 de julho de 1890, p. 1.

4. Um boletim da imprensa sobre a troca no governo (23 de julho de 1890)

GOVERNADOR DE MINAS[133]

Por decreto de anteontem, foi concedida ao Dr. João Pinheiro da Silva a exoneração que pediu do cargo de governador deste Estado, sendo nomeado para suceder-lhe o Dr. Crispim Jacques Bias Fortes.

Dando notícia do fato, distribuímos ontem o seguinte *boletim*:

Telegramas que recebemos da capital federal dão-nos a seguinte notícia:

"Tendo o Dr. João Pinheiro insistido por sua exoneração, apesar de instado pelo Governo Provisório para continuar, foi, por indicação do mesmo Dr. Pinheiro, nomeado governador do Estado de Minas Gerais o distinto mineiro Dr. Crispim Jacques Bias Fortes."

Felicitando o ilustre nomeado, em quem concorrem altos predicados de inteligência e integridade de caráter, que assim o tornam digo sucessor do distinto Dr. João Pinheiro, damos sinceros parabéns ao Estado de Minas."

5. O manifesto do novo governador de Minas, publicado n' *O Movimento* (8 de agosto de 1890)

AOS MINEIROS[134]

Assumindo a administração do Estado de Minas em um período conhecidamente difícil, não tenho o direito de iludir-me acerca da magnitude da tarefa, que aceitei, consideravelmente aumentada pelo contraste da notória exiguidade de meus recursos.

Eu bem compreendi as escabrosidades do atual momento político, e meu primeiro impulso foi o de agradecer e recusar o posto, que me era oferecido pelo Governo Provisório da República, e que eu considerava muito acima de minha capacidade.

O homem político, porém, nem sempre se pertence, muitas vezes incorre na contingência de esquecer-se das sugestões de sua própria consciência, para obedecer exclusivamente ao império das circunstâncias e às inspirações do patriotismo.

---

133 Governador de Minas. *A Ordem*, Ouro Preto, 24 de julho de 1890, p. 1.

134 FORTES, Crispim Jacques Bias. Aos mineiros. *O Movimento*, Ouro Preto, 8 de agosto de 1890, p. 1. A partir deste número o jornal ostenta em letras grandes no Expediente: "É redator-chefe desta folha o Dr. João Pinheiro." O manifesto de Bias Fortes antecede, na primeira página do jornal, a manifestação de João Pinheiro publicada logo em seguida.

Tive, pois, de *resignar-me* e emprego intencionalmente esta expressão para significar o meu convencimento de que entrou um pouco de abnegação na aceitação do poder, rodeado de enormes dificuldades, quando, por felicidade de temperamento e por justa apreciação de meu valor, não aspiro e nem posso pretender outra glória, que não seja a que deriva do reconhecimento da retidão de meus intuitos.

Não dissimulo que aceitando este pesadíssimo encargo, contei mais convosco do que comigo; contei com o vosso apoio patriótico, com a vossa coadjuvação, que, não me hão de abandonar, estou certo, senão quando eu tiver o infortúnio de desmerecer dessa honrosa confiança, com cujos testemunhos incansavelmente me cativais.

Confio, porém, em que só por erro de inteligência e não de vontade poder-me-ia ser reservada a infelicidade de decair da estima de meus concidadãos e das simpatias, com que me distinguem.

Na administração do Estado não me afastarei, jamais, daquelas doutrinas e daqueles princípios, aos quais até hoje tenho pedido inspirações em todos os atos da minha vida pública.

Esses princípios são os que professam a máxima tolerância, a distribuição de justiça rigorosamente igual e a mais intemerata liberdade na direção dos negócios públicos.

Se outrora era esta a doutrina, fora da qual eu não acreditava que poderia haver administração digna, hoje sobra de pronto a necessidade de ealiza-la de modo mais amplo, porque a República tem sua honra empenhada em dar um irrecusável testemunho da sinceridade, com que flagelou os vícios do regime monárquico e em provar, principalmente, sua incontestável superioridade sobre as instituições que desapareceram.

Pelo que me diz respeito, assumo francamente o compromisso de envidar todos os esforços, para que a República signifique, a um tempo, paz e justiça, moralidade e economia, prosperidade e igualdade.

O período do combate está extinto. Seria uma política detestável fantasiar no solo mineiro acampamentos inimigos, quando todos têm aceitado os fatos consumados e prometem colaborar desapaixonadamente na grande obra da reconstrução da pátria.

Para que imaginar adversários, que não existem, e arredar do trabalho comum operários úteis, que não poderiam amar uma ordem de coisas que procurasse fazê-los estrangeiros na própria pátria?

Não é razoável que se adote de todas as inspirações políticas a mais estreita, a menos generosa e que tem o grandíssimo defeito de fazer crer que se faz um monopólio de posições em detrimento de uma parte notável de concidadãos dos quais se recusa o conselho, vedando-se

a sua coparticipação no manejo de negócios, que devem considerar e que são, efetivamente, comuns. Minas tem um regaço suficientemente grande para acolher todos os homens de boa vontade, que desejam cooperar lealmente na patriótica empresa de seu desenvolvimento e prosperidade e nem sequer um simulacro da *lei dos suspeitos* poderia jamais aclimar nesta terra generosa.

É evidentemente um falso suposto a ideia de que a organização do país devia caber exclusivamente àqueles que se esforçaram para a proclamação da atual forma do governo, desde que muitos dos nossos concidadãos são hoje sinceros e leais republicanos, não nos sendo lícito duvidar da afirmação de suas crenças e seguridade de suas opiniões.

Promover sua exclusão importaria privar os atos iniciais da reconstrução da pátria do prestígio, que lhes adviria certamente de serem considerados como o resultado do concurso de todos e teríamos de ver surgir aqui as queixas e protestos, que em todos os tempos e em todos os países têm sido articulados contra as leis orgânicas que não foram a resultante da deliberação de todas as opiniões.

Esse pensamento é, aliás, inconciliável com a generosa ideia, inspiradora dos primeiros decretos do Governo Provisório, em que ele apelava lealmente para uma consulta à nação.

A República tem o direito de defender-se, é certo, mas, se quisesse formar uma casta dirigente, se, para a direção dos negócios públicos, pretendesse criar distinções odiosas, julgando as ideias pelas datas e não por sua sinceridade e patriotismo, a República não se defendia – desacreditava-se.

A restauração monárquica é hoje um duende que só pode apavorar espíritos enfermiços. O país não a quer e, desse sentimento, deu eloquente testemunho quando, com assenso geral, aplaudiu a transformação política, que se realizou no memorável dia 15 de novembro.

Somos todos republicanos; a única distinção é a da época mais ou menos recente, em que foi feito o nosso ato público de adesão à ideia.

A data, porém, não tem a virtude de aumentar a sinceridade nem o patriotismo de quem professa uma opinião; e, se fora preciso invocar um argumento, bastaria lembrar que dos conspícuos cidadãos, que desde novembro tem prestado os mais assinalados serviços à causa hoje comum, nem todos têm mito remota sua profissão de fé republicana. O Império esboroou-se esmagado por seus próprios erros; e destes não foi seguramente o mais inocente o afastamento sistemático de todos os homens de mérito, em proveito de alguns felizes, cujo título único era a proteção da classe dominadora a que se vinculavam por laços de parentesco ou de afinidades políticas. Fora imperdoável não aproveitar o ensinamento.

Acredito que está no interesse da República aproveitar todas as aptidões e todos os caráteres bons, sem indagar qual seja sua procedência partidária.

Dentre os grandes benefício, que nos trouxe o movimento de 15 de novembro, deve figurar em primeiro plano o de ter passado uma esponja sobre as antigas agremiações políticas e, fazendo-as desaparecer, e ter destruído as incompatibilidades, mais imagináveis do que reais, que separavam cidadãos notáveis, que podem hoje, unidos, cooperar no desenvolvimento dos bons princípios, à sombra da bandeira republicana, quando outrora desperdiçavam suas faculdades no serviço de uma política funesta.

O que nos cabe, porém, incontestavelmente é o direito de escolha e o uso de nosso critério para aceitar os auxiliares que desejamos ver assimilados e identificados na grande obra da solidificação das instituições republicanas, retirando-os dentre os que representam o que o velho regime possuía de impoluto e que eram por assim mesmo desdenhados, senão perseguidos.

Outra política seria infeliz, porque criaria a desconfiança e o ressentimento no espírito dos representantes dos antigos partidos, o que seria de deplorável efeito em um estado cuja população, em grande parte, só declarou ter aderido ao Partido Republicano em data posterior a 15 de novembro.

Se há ainda brasileiros que tenham saudades do Império e desejam vê-lo restaurado, o meio de curá-los dessa espécie de malácia moral não pode ser outro senão o de captar-lhes a opinião, demonstrando-lhes a grande superioridade da forma republicana.

Esta superioridade deve revelar-se mantendo a República no governo dos nobres princípios, que constituem o ideal democrático e que foram sempre o lema de nossa bandeira.

Os povos não julgam as formas de governo com a casuística do Direito Público, mas sim pesando os benefícios que recebem, e o grau de prosperidade que se lhes dá.

Felizmente não venho ser iniciador, mas já o continuador desse sistema, que meus predecessores realizam na governação deste Estado com o critério e elevação de vistas, que os distinguem e que tanto os têm engrandecidos no conceito da população mineira.

A seu turno, já não eram esses dignos cavalheiros senão intérpretes do pensamento generoso que inspira o Governo Provisório da República, o qual, por seus atos e pela opinião manifesta de cada um de seus membros, afirma o propósito de observar uma política, que tenha por base o congraçamento, a concórdia e o aproveitamento dos elementos bons de todos os partidos.

Atravessando um período de reorganização política, sempre rodeada de dificuldades, julguei

conveniente insistir sobre este assunto para que fique bem manifesto meu pensamento conciliador, que, desejo e espero, há de caracterizar minha administração.

Não posso deixar de referir-me também a outro ponto, que entendo como interesses vitais deste Estado. São geralmente conhecidas as tendências de meu espírito, no sentido de restringir, quanto possível, as responsabilidades do erário mineiro.

Se, como simples cidadão, aconselhava a máxima prudência no que concernia ao dispêndio dos dinheiros públicos, hoje, com a responsabilidade do poder, não posso esquecer, que o meu primeiro dever é o de observar a mais rigorosa economia e o de imputar a mais severa moralidade em todos os ramos da administração financeira.

Gastar o que é necessário constitui dever comezinho de todos os governos; reputo, porém, uma importância, no estado em que nos achamos, cessar novos compromissos e cogitar de serviços que podem ser adiados para tempos mais folgados.

Acresce que a própria natureza provisória das faculdades, ora exercidas, parece indicar que esta administração deve cingir-se ao emprego de providências, que sejam indispensáveis para a vida regular do Estado. É certo que as atribuições do poder público quase não conhecem atualmente outros limites, que não sejam os criados por seu patriotismo; mas, mesmo por ser demasiado grande a latitude de ação permitida ao governo, deve esse mostrar certa sobriedade no exercício de suas faculdades.

As responsabilidades deste Estado, legadas pela Monarquia, são já muito pesadas.

Dentro em pouco Minas estará organizada constitucionalmente e seus destinos entregues à assembleia de seus eleitos. É preferível deixar para esse tempo e para esse poder as medidas de maior importância de que o Estado precisa para seu desenvolvimento.

Falo a uma população que se distinguiu em todos os tempos pelo amor à sua independência, que não pode ser estabelecida senão sobre a base da economia bem entendida e de um rigoroso equilíbrio entre a receita e a despesa.

Este aforismo, de uma verdade absoluta, não rege só as relações entre indivíduos; os estados que não o observam não têm o direito de esperar senão sua ruína.

Creio que os mineiros aplaudem esta política, que a muitos poderá parecer excessivamente acanhada, mas que eu considero salvadora.

Quero mesmo crer que, faltando-me todos os títulos para encarregar-me da administração deste Estado, as manifestações de regozijo para mim muito lisonjeiras, recebidas por ocasião de minha nomeação, não significam mais do que a aprovação deste pensamento, que, todos sabem, não posso renunciar.

Terminando estas linhas, que entendo do meu rigoroso dever dirigir aos meus patrícios no ato de assumir a administração deste Estado, não posso fazê-las sem a seguinte declaração:

É de domínio público que há pouco procedeu-se neste Estado a uma eleição prévia para a designação dos candidatos do Congresso Federal, que devem ser recomendados pelo Partido Republicano.

Da leitura dos jornais vejo que meu obscuro nome foi sufragado de modo a tornar muito provável sua inclusão na combinação que houver de se fazer.

Sinto-me sinceramente penhorado com este testemunho de apreço que acabo de receber; devo, porém, declarar que não sou candidato e que, se a despeito desta declaração, viesse a ser eleito, não aceitaria de modo algum o mandato.

Não faltará quem me substitua com maior proveito para o Estado e com muito maior lustre para o nome mineiro.

6. A exposição de motivos de João Pinheiro publicada, junto ao manifesto de Bias Fortes, n'*O Movimento* (8 de agosto de 1890)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS[135]

A Federação foi por sem dúvida a mais bela palavra que a nascente República brasileira pronunciou.

E, decretada ela, força é que nos empenhamos todos para que esta ideia seja também o mais belo fato da nossa pacífica e brilhante revolução.

No regime que se extinguiu o erro gravíssimo das administrações consistiu na imposição do centro sobre todos os negócios provinciais, ainda os mínimos; em o novo regime, que se inaugura, as tendências são felizmente para a emancipação completa dos estados, tendo por único limite a linha além da qual possa ser ferida a integridade da pátria.

Folgo reconhecer executada esta prática em muitas nomeações do poder central, e citamos as de juízes de Direito, sempre realizadas com a audiência dos governadores, sendo para desejar que semelhante princípio se generalize por maneira absoluta.

Fazendo esta exposição de motivos, é o meu desejo dar conta dos fatos como eles se passa-

---

135 SILVA, João Pinheiro da. Exposição de motivos. *O Movimento*, Ouro Preto, 8 de agosto de 1890, p. 1-2. O texto é datado de 1º de agosto de 1890, mas o transcrevemos logo após o manifesto de Bias Fortes de acordo com a maneira em que foi publicado no jornal *O Movimento*, demonstrando a aliança entre os dois políticos na solução da crise.

ram, cumprindo um dever não só em relação à opinião pública, que tudo deve conhecer, para tudo julgar com pleno conhecimento, como ainda em relação ao Governo Provisório, cuja maneira de tratar-me no incidente foi – pessoalmente – a mais honrosa possível, estabelecendo-se divergências por fatalidades não procuradas nem por mim, nem pelo ilustre Sr. ministro da Instrução Pública.

Não foi melancólica questão pessoal a que eu levantei.

Sobram motivos a todos os que me conhecem para me fazerem justiça; sempre da maior isenção de ânimo em todos os meus atos, capaz de todos os sacrifícios em prol das grandes causas e dos grandes ideais, mas absolutamente incapaz de trazer para a arena as mesquinhezas de miseráveis lutas pessoais.

Que não! Se o meu passado curto e trabalhoso na vida pública não for disto suficiente garantia, o futuro virá demonstrar aos que o duvidarem que os meus esforços se poderão estar ao lado de intuitos nobilitadores, sempre esquecido de mim, como o fui na propaganda, sempre desprendido da manutenção nos altos cargos, como o fui no governo, sempre coerente com os princípios de que me fez servidor – e possa eu honrar a altiva e nobre índole da terra mineira de que sou filho, possa eu com a mesma coragem tranquila lutar pelo progresso da República como lutei pelo seu estabelecimento e concorrer para que seja a minha terra natal a primeira entre as primeiras das confederações do Sul, e estarei pago e contente, e nada mais desejarei.

O incidente que teve o desfecho que todos sabem é em si insignificantíssimo. Tratava-se da nomeação do diretor-interino da Escola de Minas. O ilustre Sr. ministro da Instrução Pública[136]a fê-la sem me consultar. Quando eu quis preveni-la, já estava feita.

Um pequeno grupo de descontentes aqui existe e no Rio emprestou-lhe o caráter de uma acintosa desconsideração a mim feita.

O País[137] deu-lhe toda a publicidade possível, cheio de segundas intenções.

E a exploração do incidente a mim mesmo chegou a iludir, pois a nomeação questionada não se podia explicar pelo lado científico, porque entre doze engenheiros-professores ela

136 Ministro da Instrução Pública, Benjamim Constant.

137 Refere-se ao jornal *O País*, do Rio de Janeiro.

tinha caído infelizmente em um farmacêutico, um único que lá existia, para dirigir um estabelecimento de Engenharia.[138]

Além disto, ainda a não explicava o lado simpático da administração da escola, porque nove dos lentes representaram contra ela.

E ficando o lado político, vinha ela recair justamente no presidente de um clube declaradamente hostil a mim, não sei se pela política de conciliação por mim mantida ou porque outros motivos.

Representei então ao ilustre Sr. ministro da Instrução Pública por um primeiro telegrama, expondo a situação difícil em que me achava colocado.

Vi depois confirmada no *Diário Oficial* a anunciada medida; então solicitei a minha exoneração.

E manda a lealdade que eu faça justiça às intenções do Sr. general Dr. Benjamim Constant.

Em seu ânimo não tinha havido propósito de molestar-me. A responsabilidade da indicação cabia ao diretor efetivo da Escola, o Sr. Gorceix, como fui informado depois, o protegido do ex-imperador e que não estima muito os republicanos. E para elucidação deste ponto, publico abaixo e com autorização do Sr. ministro o telegrama que me ele enviou.

> Governador de Minas. Quando recebi o vosso primeiro telegrama de hoje, já estava nomeado o diretor interino. Asseguro-vos que não pensei em molestar-vos, tendo, ao contrário, motivos para prezar-vos. Espero que à vista desta leal explicação, desistireis do vosso pedido de demissão. Brevemente vos darei mais completas explicações. Ministro da Instrução – Benjamim Constant.

Uma outra explicação é devida ainda: o Sr. Benjamim Constant estranhou os telegramas que daqui foram enviados ao Rio, quando solicitei a minha exoneração.

Manda a lealdade que também eu exponha o alcance dos mesmos telegramas. Foram eles da Comissão Executiva do Partido Republicano, com exceção de um membro apenas, do Centro Político de Ouro Preto, em unanimidade, dos chefes de repartições e todos visavam unicamente o esclarecimento da situação que em Ouro Preto era falsa e propositalmente invertida pelos interessados.

138 Uma comissão de lentes da Escola foi, inclusive, ao Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1890, para reclamar contra a indicação do ministro da Instrução, conforme noticiou *O País*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1890, p. 1. E que ironicamente pergunta se o referido ministro lhes tinha dado licença para ausentar da Escola, "pois sem essa licença não poderiam fazê-lo."

Entretanto, chamado ao Rio e já pelo que aqui verifiquei, o tal grupo, aproveitando do incidente, avançava na intriga e, por fim, o que estava em questão era a política que eu fazia.

Percebendo isso, insisti terminantemente no meu pedido de exoneração.

Não tendo feito política pessoal, era-me indiferente um sucessor qualquer tirado de entre os muitos distintos mineiros que me tivessem de substituir. No seguimento da larga e generosa política, que mantive, estaria a prova evidentíssima da isenta direção que imprimi aos públicos negócios, procurando a conciliação de todos os interesses, fazendo o chamamento de todas as forças capazes de auxílio na consolidação da República, sem exclusão, como sem ódios; pecado de que não me arrependerei nunca, linha de conduta de que não me afastaria por nenhum preço; e pedi um sucessor.

Foi lembrado o nome de Bias Fortes e melhor não podia ter sido. Pois bem, e aqui, a intriga que sempre tinha andado nas trevas foi obrigada a se descobrir. Investiram contra a nomeação do mineiro ilustre, iludiram aos que não podiam conhecer os negócios de Minas Gerais e foi de ver-se a desilusão e solene desmentido que as afirmações néscias obtiveram dos aplausos públicos, que a nomeação feita obteve em todos os pontos do Estado.

Bem contrariado devia ficar este grupo que só tem sabido marchar de insucesso em insucesso, e possam as lições ganhas melhor ensiná-lo para adiante.

Mas, para reatar o fio das considerações com que comecei e para colocar a questão no alto ponto em que deve ser colocada, depois de tudo isso mais se me robustece a convicção e o desejo de que a Federação, para nós, os mineiros, se torne uma realidade.

Sim! Que o pensamento diretor e guiador dos nossos negócios políticos não venha do Rio de Janeiro, mas que surja e viva dentro de nosso próprio Estado de Minas e se aniquile de vez a tutela política, a que estivemos ligados no Império, e que a República posa ser para Minas Gerais a posse política de si mesma, o que ela não teve na Monarquia.

Tenho lutado por isso desde os tempos da propaganda, frustrando sempre os planos de diretórios mineiros no Rio.

Em resumo, o incidente que determinou o meu pedido de exoneração é em si insignificantíssimo; mas envolvia para mim um princípio da mais alta significação, qual é o da autonomia absoluta dos governadores, nada se devendo fazer no Estado sem a audiência dos mesmos.

Por parte do Sr. ministro da Instrução Pública não houve propósito de molestar-me; mas, por parte dos politicões, houve o máximo empenho em converter o incidente em questão política a efeito de galgarem o poder para os mais detestáveis fins.

Procuraram em vão envolver na questão insignificantíssima o Sr. ministro do Interior, que nada absolutamente tinha que ver com o caso, exclusivamente meu; e não conseguiram o pretendido absurdo. E deixei o poder porque é meu desprendimento igual à ganância deles e nunca farei questão da minha pessoa, mas toda, e absolutamente toda, dos meus princípios, em que não transigirei uma só linha, em nenhuma hipótese ou por nenhum preço, e o ínclito chefe do Governo Provisório, o general Deodoro, houve por bem nomear o Dr. Bias Fortes e a política da conciliação ficou salva.

Agora resta-me tomar o público compromisso ante os meus concidadãos de um propósito há muito tempo feito e há muito já confessado, ainda quando governo, de uma discordância com o projeto da constituição em ponto que reputo capital.

Refiro-me à questão religiosa e à exclusão injustíssima dos clérigos da nossa comunhão política.

Concordo e hei de sustentar a separação da Igreja e do Estado, porque dimana isto dos princípios republicanos, pelos quais a liberdade deve ser concedida a todos os homens e em todos os lugares, e só as causas más podem-na temer; os próprios católicos, que segundo a sua religião têm por si o mais alto amparo divino, não serão os que venham confessar a necessidade de uma proteção policial, para que ela viva e progrida.

A separação da Igreja e Estado nobilita o próprio catolicismo, do mesmo modo que a liberdade de cultos e a sanção do mais formoso princípio republicano, pelo qual a liberdade se deve conceder a todos os espíritos, sendo certo que os decretos são impotentes para gerarem convicções que podem nascer unicamente de uma discussão livre, escudada nos exemplos das verdadeiras dedicações.

E como republicano sustento ainda o casamento civil, e isto a ninguém ofende, porque depois dele cada um poderá recorrer ao culto que seguir, para fazer o casamento segundo a religião que adotar.

Chama-se isto liberdade, e onde ela estiver, estarei eu; e por isto mesmo recuso de modo decisivo e terminante o meu voto para a aprovação do artigo que exclui da representação nacional uma classe inteira de brasileiros – os clérigos. Isto deixaria de ser liberdade para se tornar perseguição; me oponho a esta em nome da República e da liberdade.

Agora, voltando ao meu antigo posto de combate, é cheio da mesma fé política de outrora que me foi guia e sê-lo-á sempre recomece a luta.

A República está feita e de modo irrevogável; hoje o que cumpre é combater os maus costumes do sistema extinto, para a implantação de novos hábitos consoantes com a Nova Ordem de coisas.

Ouro Preto, 1º de agosto de 1890.

7. Uma análise da crise política em Minas e suas causas no âmbito do Governo Provisório da República, pela *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (8 de agosto de 1890)

"GAZETA DE NOTÍCIAS"[139]

Este importante órgão da imprensa do Rio, apreciando os negócios políticos de Minas, assim se exprimiu em artigo editorial de 3 do corrente mês:

COISAS POLÍTICAS

Andaram anuviados os horizontes políticos durante a semana finda, por uma questão que não chegaria a ter gravidade, se mais harmonia de vistas existissem entre os membros do governo, e tivessem estes mais exata noção dos deveres que a cada um traça a nova ordem de coisas.

A origem da questão foi, ao que parece a nomeação do diretor interino da Escola de Minas, de Ouro Preto, da alçada do Sr. ministro da Instrução Pública.

O nome tinha sido proposto pelo diretor efetivo, mas este com licença; a indicação vinha de boa fonte, e o ministro tinha razão para considerá-la boa; mas os ministros concordaram entre si dividir o país em zonas, e tomar cada um a direção política em uma delas; dir-se-á que o Sr. ministro da Instrução Pública entende que o diretor de uma escola nada tem que ver com política; S. Exa. pode ter razão, mas fosse completa a harmonia de vistas, e o ilustre organizador da revolução vitoriosa a 15 de novembro teria pelo menos perguntado ao seu colega do interior, se a nomeação do diretor interino da escola podia ter importância política.

Por outro lado, o Governo Provisório adotou a forma federativa; o primeiro governador de Minas foi o Sr. Cesário Alvim, mineiro; o segundo foi Sr. Dr. João Pinheiro, também filho desse Estado; era também natural consultar este digno funcionário. Não foi consultado.

---

139 Gazeta de Notícias. *O Movimento*, Ouro Preto, 15 de agosto de 1890, p. 1-2.

Sentimo-nos inteiramente à vontade para discordar deste ato do Sr. Benjamim Constant, porque S. Exa. é daqueles homens a quem a sinceridade não ofende, e tem bastante mérito real para não pretender ser infalível. S. Exa. não consultou o seu colega, diretor político do Estado de Minas, e não consultou o governador do Estado, no entanto a sua nomeação foi recair, não sobre um professor qualquer, reputado o mais apto para dirigir a Escola, mas justamente sobre um homem político, e presidente de um clube hostil ao governador.

Este, ao que nos conta, soube da nomeação por notícias de jornais; telegrafou imediatamente ao ministro fazendo ver a posição em que o colocava essa escolha, e dizem que o ministro cuidou em reconsiderá-la; mas, nesse meio tempo – e aqui principiamos, não a aplaudir o Sr. ministro, mas a compreender a dificuldade da sua situação – apareceram protestos ostensivos, feitos publicamente, contra a nomeação do diretor.

É um vício de nossa educação, exacerbado pelas circunstâncias em que nos achamos; em geral, não procurarmos os meios regulares para reclamar a bem de nossos direitos; cada um entende que tem razão, e di-lo logo, em altas vozes, sem cogitar se assim aumenta dificuldades a quem tem de decidir. Foi esse ainda há pouco o caso dos estudantes de Direito com o Dr. Justino. Este podia ter a desculpa única, que se costuma conceder aos velhos rabugentos, que, por impaciências de gênio, esquecem-se do que devem à gravidade de sua posição; os estudantes podiam não ter tomado a sério o que lhes disse, mas ninguém os podia censurar porque se queixaram; onde, porém, o seu procedimento foi menos correto, foi no fato de indicarem eles mesmos a pena que entendiam merecer o acusado. Desde que o caso não é previsto em código, especificado e numerado, a penalidade deveria ser estabelecida pelo juiz, que era ministro, e não pelos estudantes, que eram parte no processo. Podemos dizê-lo agora que a questão está resolvida, porque realmente não era caso para se quebrar lanças pelo Sr. professor, que, procurado em sua casa por uma comissão de alunos, não correspondeu, como era de seu dever de homem educado e de mestre, a esse ato de gentileza dos alunos, que deviam, não dar, mas esperar de S. Exa. exemplo da cordura e urbanidade.

O ministro resolveu a questão inteiramente a contento dos alunos, e ainda bem que o fez; mas o que não convém de todo é que a moda pegue.

Ora, de Minas vieram protestos contra o ato do ministro, feitos de modo que o coagiam no que, no fim de contas, era de sua competência; as escolas superiores, estejam onde estiverem, são da alçada do ministro da Instrução Pública, e, pois, S. Exa. não aceitou a imposição que se lhe queria fazer, e manteve a sua decisão.

Correto, corretíssimo, foi o Sr. Dr. João Pinheiro, um moço de valor real, um batalhador emérito, que subiu sozinho, não só ao governo, mas à estima, à consideração da terra em

que nasceu. Não podia aceitar a nomeação, mas não queria criar embaraços e demitiu-se. Chegou então a vez do Sr. ministro do Interior de não consultar os seus colegas, e propôs ao chefe do governo a nomeação do Dr. Bias Fortes, o segundo votado do escrutínio prévio em Minas, na lista em que o primeiro foi o ex-governador. E ninguém tinha o direito de lhe ir à mão por isso, porque a nomeação dos governadores dos Estados compete ao ministro do Interior e porque se trata de um Estado de que esse ministro é o diretor político.

Apesar disso, porém, no dia seguinte, quase com a responsabilidade direta do outro ministro, disse-se que essa nomeação seria reconsiderada. Era como um cartel atirado publicamente por um a outro membro do governo, exemplo pouco edificante, principalmente visto hoje, depois da serena e pura madrugada de reconciliação geral que sucedeu a essa procelosa tempestade. Daí em diante, a questão inicial tornou-se secundária, e do que se tratava, não era já de diretor da Escola de Minas, nem de um ato do Sr. ministro de Instrução; o que se queria, era influir sobre a política de Minas.

Felizmente, tudo foi esbarrar de encontro ao imperturbável bom senso do chefe do governo, que sente bem, que sobre o seu nome e a sua pessoa que recai a maior responsabilidade da situação atual, e não parece muito disposto a deixar governar pelos seus secretários.

As nomeações foram mantidas e o critério do general Deodoro venceu mais uma vez a politiquinha, que queria criar embaraços em Minas, como já os criara na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

Não traremos para aqui todos os comentários que sobre tais acontecimentos fizeram pessoas que conhecem os homens e as coisas em Minas, e que se referiam à candidatura recomendadas e repelidas, o que nesta balbúrdia talvez encontrassem quem as abrigasse; não o faremos, apesar da completa verossimilhança deles, da perfeita coincidência de simpatias que há entre tais recomendações e atos praticados com sofreguidão inoportuna de quem não quer perder o ensejo único que se lhe depara.

E não o faremos, porque isso impor-nos-ia o dever de fazer comentários dolorosos sobre a analogia, que tantas vezes se manifesta, da política republicana com a política que ela derrubou, analogia que demonstra que, se tudo está feito, e definitivamente feito, quanto à forma de governo, ainda muito está por fazer quanto ao fundo. Em alguns casos, a coisa chega a ponto de pretenderem os filhotes de uma trinca do regime passado galgar a mesma posição, e pelo mesmo processo no regime atual, e isto porque veem a seu lado alguns dos que mais combateram os abusos da Monarquia, que governava sem o povo, impondo a sua vontade pela força, pela astúcia e pelo suborno.

Felizmente, ao que parece, no mundo dos que menos vivem da política, a revolução mostra a ter causado maior abalo que entre aqueles que deram com o pé nas escadas por onde subiram, desdenham os que são o que eles foram; e felizmente, também, a autonomia prometida às antigas províncias tem trazido à plena luz da vida pública os operários que até aqui viviam na obscuridade em que os deixava o povo da centralização.

No Rio Grande, quis-se arredar do governo os moços da *Federação*, e hoje o governo está de novo com eles, porque com eles estiveram sempre o direito, a justiça e a razão; em Minas, o voto popular sufraga João Pinheiro e Bias Fortes, com eles está a confiança da população, é nas mãos deles que o governo pode ser estável.

No dia 15 de novembro do ano passado foi proclamada a completa autonomia das antigas províncias. Quem faz promessas destas, não pode voltar atrás.

Quiseram estados federados, aí os têm; não como se quer que eles sejam, mas como eles entendem que devem ser.

Imaginaram que eles contentar-se-iam com a forma, e eles já vão reclamando a essência; em vez de se extasiarem perante o rótulo, preferem provar o licor, e se não o acham do seu gosto, não o tragam.

E dizem que quem não quer ver isto são só os letrados, os sábios, que passaram a vida inteira a fazer sortes com os princípios, a ensaiá-los por todos os lados, a pregar a doutrina deles sob todos os aspectos, a espremê-los tanto, tanto, que quando lhes chegou a vez de os pôr em prática, já não tinham ideia deles; porque os tinham gasto em palavras, palavras e palavras...

JOÃO PINHEIRO CANDIDATO AO CONGRESSO CONSTITUINTE POR MINAS GERAIS E MEMBRO DA COMISSÃO QUE ELABOROU O PROJETO DA CONSTITUIÇÃO MINEIRA

1. Os candidatos do Partido Republicano Mineiro ao Congresso Constituinte (11 de agosto de 1890)

CONSTITUINTE[140]

CONCIDADÃOS

Vos recomendamos os nomes, que se seguem, dos candidatos, que na próxima eleição de 15 de setembro devem ser sufragados como deputados e senadores ao Congresso Constituinte Brasileiro por Minas Gerais.

---

140 Constituinte. *O Movimento,* Ouro Preto, 15 de agosto de 1890, p. 1.

São os nomes apresentados pelas indicações prévias feitas no Estado.

A presente combinação representa o pensamento da política de conciliação inaugurada com a gloriosa vitória de 15 de novembro e sem discrepância até hoje seguida em todo o país.

A Comissão Executiva sente-se feliz em ver adotados pelo eleitoral mineiro os nomes dos concidadãos que representam, como melhor não poderia ambicionar, a fraternidade prometida nos primeiros dias e atos do Governo Provisório.

Incumbe agora a todos concorrer para o triunfo final de uma chapa, que responde às mais justas e amplas aspirações do Estado de Minas Gerais.

Não recomendamos o nome do Dr. Bias Fortes em vista de sua recusa peremptória de fazer parte da chapa, tendo declarado que não aceitaria o mandato, mesmo quando eleito fosse, tendo sido seu nome, portanto, substituído pelo imediato em votos.

De acordo com a Lei Orgânica do Partido Republicano e tendo em vista a necessidade de constituir a nova direção, que deve futuramente encaminhar os negócios do partido, fica convocado para o dia 15 de outubro um congresso de representantes das paróquias de todo o Estado, a fim de assim cumprir-se aquela lei.

Saúde e fraternidade.

Ouro Preto, 11 de agosto de 1890.

—

PARA DEPUTADOS
Dr. João Pinheiro da Silva.
Dr. Aristides de Araújo Maia.
Dr. Antônio Afonso Lamounier Godofredo.
Dr. Joaquim Leonel de Rezende Filho.
Dr. Constantino Luiz Paletta.
Dr. José Candido da Costa Sena.
Dr. Policarpo Rodrigues Viotti.
Dr. Gabriel de Paula Almeida Magalhães.
Dr. Antônio Dutra Nicácio.
Dr. Antônio Jacob da Paixão.
Dr. João das Chagas Lobato.
Dr. Astolfo Pio da Silva Pinto.
Dr. Domingos José da Rocha.
Dr. José da Costa Machado e Souza.
Dr. Joaquim Gonçalves Ramos.

Dr. Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas.
Dr. José Joaquim Ferreira Rabelo.
Dr. Francisco Corrêa Ferreira Rabelo.
Dr. Domingos da Silva Porto.
Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão.
Dr. João Antônio de Avelar.
Dr. Americo Gomes Ribeiro da Luz.
Dr. João da Mata Machado.
Dr. Feliciano Augusto de Oliveira Pena.
Dr. Antônio Gonçalves Chaves.
Coronel João Luiz de Campos.
Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires.
Manoel Fulgêncio Alves Pereira.
Dr. Francisco Luiz da Veiga.
Dr. Francisco de Paula Amaral.
Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva.
Dr. Francisco Coelho Duarte Badaró.
Dr. José Carlos Ferreira Pires.
Dr. Alexandre Stockler Pinto de Menezes.
Dr. Álvaro de Andrade Botelho.
Barão de Santa Helena.
Comendador Carlos Justiniano das Chagas.

—

PARA SENADORES
Dr. Joaquim Felício dos Santos.
Dr. José Cesário de Faria Alvim.
Dr. Americo Lobo Leite Pereira.

2. As eleições e a política de conciliação do Partido Republicano Mineiro (15 de agosto de 1890)

O MOVIMENTO

[Editorial][141]

Desnorteados, certos espíritos hão percorrido a escala das alucinações sentimentais, para aconselharem, em desacordo com a lógica dos acontecimentos, o exclusivismo político, que

141 O Movimento [editorial]. *O Movimento*, Ouro Preto, 15 de agosto de 1890, p. 1.

deveria elevar às cadeiras do Congresso Constituinte tão somente aqueles que pudessem blasonar de elementos históricos nas lutas e vitória do Partido Republicano.

Inventaram-se para maior efeito certas denominações capciosas, que dividiram os cidadãos em republicanos de matizes mais ou menos vigorosos, conforme a época em que se alistaram sob a bandeira desfraldada, a 15 de novembro, nas ameias da Monarquia vencida, e deu-se o primeiro passo no caminho das aberrações, repudiando-se na hipótese os princípios pregados em tese.

Foi este talvez o mais grave sintoma de assimilação incompleta da doutrina republicana em muitos daqueles que aliás conquistaram honrosos galões nas jornadas contra o Império.

Assimilação incompleta – dissemos, e por ventura mais nos aproximaríamos da verdade se tivéssemos dito – compreensão doentia; porquanto efetivamente não se pode entender como espíritos, que se bateram denodadamente contra os privilégios, no afã patriótico de substituí-los pela mais ampla fraternidade nacional tentem iniciar o regime republicano pela exclusão daqueles, que, não sendo republicanos ontem, contudo o são hoje e tão sinceramente dedicados quanto mais possam sê-lo os que os precederam.

O valor de uma doutrina não está no maior ou menor decurso de sua confissão, mas principalmente na sinceridade com que é esposada e na lealdade com que é obedecida.

Consoante com esta verdade foi que o valoroso fundador da República, republicano do dia da revolução, sagrou a vitória de 15 de novembro, inaugurando sobre bases amplíssimas a política única compatível com a dignidade democrática, única leal aos nobres intuitos da revolução e única que nos poderia nobilitar aos próprios olhos de estranhos povos – a política de conciliação.

E quando a essa política se lembrem de negar os predicados, que deixamos acentuados, restar-lhe-á ainda a razão suprema de ser – a única possível – razão que deve conter todas as impetuosidades e calar as impaciências de posições sonhadas e não logradas.

Nunca nos esqueceremos da bela frase de Castelar, que, estudando a República francesa de 71, tão distanciada de sua predecessora de 93, declarava aceitá-la pela única razão de ser – a República possível.

Ademais, a política de conciliação, se foi necessidade do dia da batalha, será a honra dos dias de paz, que aquele nos trouxe; foi o nosso privilégio e fará necessariamente a nossa glória.

Entretanto, no pensamento de realizarem aspirações exclusivistas, falam os sectários da estranha doutrina em republicanos puros, para preenchimento de todos os lugares abertos no congresso ao voto popular, e falam esquecidos de que a dificuldade começa na escolha daqueles que com razão possam dar arras suficientes do pretendido purismo.

A ninguém passa despercebido o modo pelo qual constituiu-se o Partido Republicano no Brasil e suas grandes datas, por mais de um século importantes em nossa história, que assinalam épocas distintas em que esse partido fez seus primeiros ensaios mais interessantes, em que se avolumou com grave detrimento dos velhos partidos constitucionais, em que, por fim, assenhorou-se da totalidade da nação. Cada um destes fatos lançou raízes sempre mais profundas na consciência nacional e marcou um estágio no avançamento da política, que uma só bandeira reúne hoje este povo inteiro.

Se nos escudamos, pois, na razão histórica, chegamos à conclusão de que, exceção feita de um limitado número, que aliás nunca logrou formar partido, identifica-nos a todos o mesmo vício original, embora expurgado em épocas diferentes, porque nos reconheceremos igualmente oriundos dos partidos vencidos. Aonde, pois, o pretendido puritanismo? Não existe, ou estará tão somente com aqueles, cujas convicções bem cedo ainda os arredaram das agremiações constitucionais, de onde vieram sem distinção todos os outros.

E, em tal hipótese, perguntaremos: em primeiro lugar, estes poucos, que não puderam sós fazer a revolução, com que direito se arrogarão hoje à posse exclusiva das posições e direções dos públicos negócios? Em segundo lugar, estes poucos serão bastantes para vencerem todos os outros, que, não tendo sido guiados pela convicção, foram com tudo convencidos pelos desmandos do regime decaído ou impelidos pelos nobres estímulos de incontestável patriotismo?

Mais que temerária, atingiria os limites do absurdo semelhante concepção.

Além disto, que pretenderam os republicanos? Que conquista lhes assegurou a revolução?

O domínio dos privilégios? Mas este, nós o tínhamos. O regime das exclusões? Mas estas imperavam nos conselhos da Coroa; portanto, bem diferentes foram as nossas promessas e só por estas deve ser pautada a nossa conduta.

Se de todo esse movimento operado no Brasil, após tantos perigos e sacrifícios consumados, não logramos mais que sob denominações especiosas continuar práticas odientas do regime, que inda ontem esfacelamos, força é reconhecer, ao menos no fundo da consciência, que não passamos de réus do mesmo crime, que nos tornou para sempre condenada a Monarquia.

E demais, por que as exclusões se todos professamos o mesmo princípio? Nas condições da atualidade, o pensamento nacional, sem modalidades que afetem em substância, harmoniza-se no objetivo superior e necessário da consolidação da forma democrática de governo e dificilmente encontrar-se-ia quem em verdade aspire a estólida ilusão do malogro da revolução. Um dia nos encontraremos outra vez divididos, quando, assentadas definitivamente as bases da nossa reconstrução política, os programas de governo ora se aproximarem mais da autoridade, ora maior expansão derem às aspirações populares; então será tempo de, reunidos sob esta ou aquela bandeira, escolhermos de preferência aqueles que representem as ideias do partido, a que nos tivermos filiados.

Hoje é outra a nossa missão; tomando por exemplo a composição de próprio Governo Provisório, que a nação em imensa maioria aplaude, escolher entre nossos concidadãos, não importando as origens, os homens que melhores subsídios possam levar para o estudo e solução das altas questões, que esperam a reunião do Congresso. Compreende-se bem, que semelhante escolha tem condições, depende de circunstâncias que devem ser conciliadas para vitória das candidaturas, salientando-se entre estas o prestígio dos candidatos, sua geral aceitação, os elementos morais e políticos, de que possam dispor nas circunscrições do escrutínio.

Desprezar tais circunstâncias para distinguir aqueles que se não reúnam mais amplamente, seria um erro, e o erro é sempre funesto em política, sobretudo quando abre espaço ao sentimentalismo.

Não se governam as nações com o coração: o sentimentalismo perdeu os girondinos, o que a revolução francesa teve de melhor; o sentimentalismo ainda poderia perder-nos, se, dando-se lhe ouvidos, afastássemos da composição do Congresso Constituinte os homens mais hábeis, mais experimentados, que o passado nos deixou e que a conciliação nos revelou sinceramente devotados ao êxito do pensamento, que armou o braço aos valorosos combatentes de 15 de novembro.

3. Notícia sobre a manifestação de apreço dos amigos a João Pinheiro em Ouro Preto (27 setembro de 1890)

MANIFESTAÇÃO AO DR. JOÃO PINHEIRO DA SILVA[142]

Realizou-se no sábado da semana passada a entrega dos preciosos mimos que, ao nosso preclaro chefe Dr. João Pinheiro da Silva, fizeram diversos dos seus numerosos amigos e admiradores.

---

142 Manifestação ao Dr. João Pinheiro da Silva. *O Movimento*, Ouro Preto, 27 de setembro de 1890, p. 1.

Ao anoitecer daquele dia, encheu-se de amigos a casa do ofertado à frente dos quais se achava o Dr. Teófilo Ribeiro[143] que, em frases alevantadas, saudou o distinto chefe da democracia mineira, salientando seus méritos, congratulando-se com ele por aquele dia faustoso, em que alguns dos seus admiradores vinham render prova de quanto o admiram e consideram.

Em seguida, fez entrega das ofertas, que constam de dois bem-acabados retratos à óleo, sendo um do Dr. João Pinheiro e o outro de sua esposa, Exma. Sra. D. Helena de Barros Pinheiro: um esplêndido tinteiro de prata, de delicados relevos e uma mimosa caneta de ouro, cravejada de brilhantes.

O Dr. João Pinheiro, recebendo os brindes, com aquela lhaneza que o caracteriza, com a elevação de vistas que o distingue, respondeu que recebia a oferta que lhe faziam, não como prova de seus merecimentos pessoais, mas sim como expressão da bondade dos seus amigos.

Que se seus serviços à nobre causa da democracia tinham algum valor ele com isso se exultava, e julgava por demais compensados seus esforços, porque via livre a sua pátria e especialmente o seu berço, a nobre terra mineira.

Que a imerecida manifestação que sus amigos lhe faziam naquele momento, atribuía-a à excessiva bondade de quantos o rodeavam; a recebia jubiloso, e aquela data ficaria gravada no seu íntimo e a sua recordação o encorajaria mais na obra santa da reconstrução da pátria – a mãe comum; na linguagem do grande gênio que se chamou Victor Hugo.

Em seguida foi servida uma profusa mesa de delicados doces e saborosos licores, onde foram trocados muitos brindes, dissolvendo-se a manifestação às nove horas da noite.

Durante todo tempo da reunião tocaram em frente à residência do nosso chefe duas bandas de música dos corpos militares.

4. A conclusão do projeto da Constituição Mineira (29 de outubro de 1890)

GAZETILHA[144]

Constituição Mineira – Está concluída a confecção deste importantíssimo trabalho, entregue anteontem ao ilustríssimo governador do Estado, Dr. Crispim Jaques Bias Fortes, cujo parecer autorizado foi por vezes ouvido pelos dignos membros da comissão, os ilustres Srs. Dr. Feliciano Augusto de Oliveira Pena, Dr. Antônio Gonçalves Chaves e Dr. João Pinheiro

---

143 Rodrigo Teófilo Gomes Ribeiro.

144 Gazetilha. *A Ordem*. Ouro Preto, 29 de outubro de 1890, p. 1.

da Silva,[145] que não se pouparão a meditações e labores para o bom desempenho de sua honrosíssima, mas árdua tarefa.

Congresso composto de duas câmaras – de deputados e senadores –, aquela de duração trienal e esta por nove anos, renovada trienalmente num terço de seus membros; – governador com poderes por três anos e eleito pelo Congresso: – 24 senadores eleitos pelo Estado (eleitorado especial), em lista completa, e 48 deputados eleitos, em listas incompletas, por oito circunscrições, que constituirão outras tantas *prefeituras*, no empenho esclarecido de descentralizar quanto possível certos serviços administrativos; – organização de quatro secretarias de Estado, pelas quais se dividam todos os públicos negócios; supressão absoluta das aposentadorias, substituídas por um montepio obrigatório em benefício dos funcionários, que se invalidarem no serviço, e de suas famílias: – organização da magistratura sobre bases garantidoras de boa escolha e de independência dos juízes; constituição do elemento municipal com a máxima autonomia possível e meios eficazes para o desenvolvimento da vida local; – nova divisão política, municipal e judiciária do Estado, que só poderá ser alterada de dez em dez anos; – tais são, entre outras, as medidas e ideias consignadas na Constituição Mineira, prestes a promulgar-se.

Seus ilustrados colaboradores deram provas não só de alto critério e competência, mas também de patriotismo intemerato, credor dos maiores aplausos.

Esperamos, no próximo número da *Ordem*, publicar em sua íntegra a Constituição Mineira, proporcionando assim a nossos leitores meio seguro de por si mesmos, julgarem do mérito deste importantíssimo trabalho que, salvo alguns retoques, será um padrão de glória para os mineiros e fundamento sólido da felicidade e progresso deste Estado.

O DEPUTADO JOÃO PINHEIRO NO CONGRESSO FEDERAL E NA LIDERANÇA DA POLÍTICA MINEIRA

1. A ida do deputado eleito para o Rio de Janeiro (29 de outubro de 1890)

DR. JOÃO PINHEIRO[146]

Seguiu ontem para a capital federal, a fim de tomar parte nos trabalhos do Congresso Constituinte, o Dr. João Pinheiro, ilustrado redator-chefe desta folha, eleito ultimamente deputado pela quase unanimidade dos eleitores republicanos.

Moço ainda, já, o Dr. João Pinheiro tem um nome muitíssimo conhecido pelos grandes

145 João Pinheiro passou a fazer parte da comissão na vaga aberta pela saída de Crispim Jacques Bias Fortes, nomeado governador de Minas Gerais.

146 Dr. João Pinheiro. *O Movimento*, Ouro Preto, 30 de outubro de 1890, p. 1.

serviços que têm prestado à causa republicana, de que foi um dos mais distintos propagandistas, e ao nosso Estado, de que é um dos mais dignos representantes.

Lutando com inúmeras dificuldades por lhe faltarem recursos pecuniários, o Dr. Pinheiro formou-se à custa de muito trabalho, ensinando, na Escola Normal de São Paulo, noções de física, e, particularmente, quase todos os preparatórios.

Dotado de brilhante talento e de inexcedível força de vontade, encontrava tempo para tudo; – foi sempre excelente estudante de Direito, obtendo aprovação plena em todos os anos; colaborou em diversos jornais acadêmicos e fez parte de quase todos os clubes republicanos de São Paulo, sendo escolhido, pelo Clube 21 de Abril, para escrever uma monografia da Inconfidência Mineira.[147]

Na luta pela vida, em que só vencem os fortes, ele adquiriu uma têmpera de aço, que o tornou apto para fazer brilhantemente qualquer carreira como o tem feito.

Chegando a Minas, colocou-se à frente da propaganda republicana, agremiou as forças, até então, esparsas, do partido, e foi escolhido redator-chefe desta folha, órgão do Partido Republicano Mineiro.

Proclamada a República, ele foi nomeado secretário do governo, e mostrou-se tão bem-preparado, que apesar de muito moço, foi, em seguida, nomeado governador do Estado.

No alto posto em que o colocou o Governo Provisório, ele manifestou, em todos, o seus atos, o maior critério e o melhor bom senso prático atraindo para o seu lado os homens mais eminentes do Estado, conseguindo acabar com todas as divergências políticas e conciliar a família mineira, fundindo os antigos partidos, que perderam sua razão de ser, no único partido hoje legítimo – o nacional.

Retirou-se do governo com a mesma dignidade com que para ele entrara, tendo, no juízo insuspeito da *Gazeta de Notícias*, um procedimento *correto e corretíssimo*.

Tendo sido indicado, em primeiro lugar, como deputado ao Congresso, pelo escrutínio prévio, ele acaba de ver o seu governo julgado pelo tribunal competente – o povo, que, por quase unanimidade, acaba de elegê-lo, colocando-o entre os primeiros da lista.

Em sua vida política, como é natural, já deve o Dr. Pinheiro ter passado por muitos momentos de dissabores amargos.

147 Trata-se de informação pouco conhecida sobre João Pinheiro e não por acaso o texto que abre esta coletânea é sobre Tiradentes e que demonstra a sua liderança nas comemorações de 21 de abril de 1888.

Que muito?

"Parece, diz um distinto escritor, que aos laureis, de que se tecem as coroas imortais, já veem desde o princípio entressachados os espíritos, para que as frontes que se afiguram divinas pela glória, mostrem que são humanas pela dor."

Que continue o Dr. João Pinheiro, como deputado, a combater pela causa do povo, que o povo saberá, como já tem sabido, recompensá-lo do muito que lhe deve.

São os nossos sinceros desejos.

——

O Dr. João Pinheiro, membro da comissão encarregada do projeto da constituição, votou contra a eleição do governador pela assembleia, querendo que ela fosse feita pelo povo.[148]

2. Um breve perfil de João Pinheiro (7 de novembro de 1890)

CONGRESSO NACIONAL

JOÃO PINHEIRO[149]

Como quase todos os batalhadores da causa republicana, o notável propagandista mineiro cujo retrato damos hoje, teve um longo preparado acadêmico, onde salientou-se não só pelo seu talento e amor ao estudo, mas também pelas suas qualidades morais, fortemente educadas nessa aprendizagem do coleguismo.

Discípulo do Seminário de Mariana, ele fez depois o curso de Minas, indo mais tarde para a Academia de S. Paulo, onde se formou em 1887.

Entrando para a vida pública apenas com o pecúlio dos seus estudos e de suas energias, o Dr. João Pinheiro, de volta a sua província natal, tratou imediatamente de dar desenvolvimento e acelerar a marcha de ideia republicana, aí nunca esquecida.

E para tal empenho concorreu não só como conferencista e organizador de clubes, que dentro em pouco cobriram toda a extensão da legendária província, mas também como jornalista, a testa do *Movimento*, que redigia em Ouro Preto, e onde planejou simultaneamente pela abolição e pela República.

148 Esta nota sobre a posição de João Pinheiro é importante, pois o Congresso Constituinte Mineiro manterá a proposta de eleição do governador e do vice-governador pelo Legislativo estadual, com implicações políticas importantes como se verá a seguir, inclusive, com o envolvimento de João Pinheiro, mesmo após o seu retiro político.

149 Congresso Nacional – João Pinheiro. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1890, p. 1.

Organização assim que tão forte se mostrou para a destruição, não lhe faltam agora no Congresso elementos para construção.

3. Apoio dos congressistas mineiros à mudança da capital do Estado (10 de novembro de 1890)

MUDANÇA DA CAPITAL[150]

OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
NO CONGRESSO NACIONAL

Os deputados e senadores do ESTADO de MINAS GERAIS, abaixo assinados, de acordo com a opinião dos mineiros, estão convencidos de que a mudança da atual Capital do mesmo ESTADO para outro ponto mais conveniente deve ser feita antes da reunião do futuro Congresso Constituinte Mineiro, por ser de inadiável necessidade, a fim de não se retardar o progresso do Estado e da própria cidade de Ouro Preto.

Capital Federal, 10 de novembro de 1890.

Joaquim Felício dos Santos
Américo Lobo Leite Pereira
Álvaro de Andrade Botelho
Constantino Luiz Paletta
Alexandre Stockler Pinto de Menezes
João das Chagas Lobato
Aristides de Araújo Maia
João da Mata Machado
Antônio Jacob da Paixão
José da Costa Machado e Souza
João Antônio de Avelar
Pacífico Mascarenhas
Policarpo Rodrigues Viotti
Gabriel de Paula Almeida Magalhães
Astolfo Pio da Silva Pinto
José Joaquim Ferreira Rabelo
Joaquim Gonçalves Ramos

150 Mudança da Capital. *O Farol*, Juiz de Fora, 17 de dezembro de 1890, p. 4. Como já informado em nota anterior coube a Domingos José da Rocha, no governo do Estado em 1890 a primeira medida efetiva para a mudança da capital ao determinar o levantamento das localidades mais indicadas.

João Luiz de Campos
Joaquim Leonel de Rezende Filho
Antônio Dutra Nicácio
Carlos Justiniano das Chagas
José Carlos Ferreira Pires
Feliciano Augusto de Oliveira Pena
Antônio Afonso Lamounier Godofredo
João Pinheiro da Silva
Antônio Gonçalves Chaves
Francisco Álvaro Bueno de Paiva
Francisco Honório Ferreira Brandão
Francisco Corrêa Ferreira Rabelo
Manoel Fulgêncio Alves Pereira (com restrição)
Antônio Olinto dos Santos Pires (com restrição quanto a oportunidade).

O deputado Domingos José da Rocha não compareceu à reunião, mas, em conversação particular, manifestou-se favorável à mudança, esquivando-se, porém, de assinar o documento supra.
Os deputados Domingos da Silva Porto e Francisco Luiz da Veiga votaram a favor, mas não assinaram.
O deputado Francisco Coelho Duarte Badaró declarou que ainda não tinha opinião formada sobre o assunto!!!
Votaram contra a mudança os deputados José Candido da Costa Sena, Francisco de Paula Amaral e Américo Luz.
O general José Cesário de Faria Alvim não compareceu à reunião.

4. Circular de João Pinheiro aos eleitores do Congresso Mineiro (1 de janeiro de 1891)

AOS MINEIROS[151]

Ilmo. Sr.

Tendo a indicação de candidatos à eleição geral de 15 de setembro, feita por escrutínio prévio, suscitado reclamações pela sua inaplicabilidade prática, apesar da beleza teórica, em vista dos muitos vícios de que é susceptível;

---

151 SILVA, João Pinheiro da. Aos mineiros. *O Movimento*, Ouro Preto, 24 de janeiro de 1891, p. 1.

Não havendo tempo para a convocação de um congresso geral, no qual se pudessem representar as localidades do Estado; e não se devendo e nem sendo possível adiar as eleições de 25 de janeiro, porque o regime normal que todos desejam para a nação, depende, não só da votação da Constituição Brasileira, como, principalmente, da imediata organização federal dos estados;

Urgindo, pois, a necessidade de se organizarem, em tempo, as listas dos candidatos, como meio de orientação para o pleito;

Propus a todos os deputados ao congresso por este Estado o alvitre de indicarem eles os nomes dos que devessem pleitear as próximas eleições.

Fi-lo, porque, além de representarem eles a confiança da maioria dos eleitores mineiros, sendo delegados de diversas zonas do Estado, eram e são os que mais de perto podem conhecer os políticos de mais serviços e mais aptos para a composição da nossa constituinte.

E o alvitre foi aceito pela maioria dos representantes, organizando-se a lista de nomes que a esta acompanha, e para a qual solicito o vosso apoio.

Individualmente, os indicados estão acima de toda a exceção, pela honorabilidade cívica, pela influência merecida de que gozam no Estado e pelas luzes de que dispõem, de modo a garantirem a Minas uma Constituição que realmente se conforme com as suas tradições, com as nossas necessidades atuais e com as nossas aspirações de futuro.

É bem claro que muitos outros igualmente dignos não foram contemplados, mas pela simples razão de ser o número dos dignos e dos capazes muito maior que o número de lugares.

Quanto ao pensamento político, que presidiu a combinação, o mesmo pensamento conciliador, que felizmente tem sido norte na direção dos negócios de Minas, e neste ponto folgo em declarar – os chefes do *sectarismo* já abandonaram a anterior orientação e hoje reconhecem a justiça e a verdade daquela política mais larga e generosa, que deviam ter seguido desde o princípio.

As opiniões de todos os matizes e de todos os partidos foram consultadas. Seria escusado declarar, se asserções de pessoas mal-educadas não obrigassem a isto, que todos os pontos do projeto da Constituição Mineira serão discutidos com liberdade, todos, que são muito mais que a reorganização eleitoral e municipal.

Pensar o contrário é fazer ingênua ofensa aos melhores caráteres da nossa política, de cuja honorabilidade é absurdo duvidar. A mais ampla liberdade de decidir será a honra dos res-

ponsáveis da direção do pleito, como dos eleitos e da constituição que for definitivamente adotada.

Tenho procurado sempre, na vida política, conciliar as aspirações de todos; se o não tenho conseguido é pela impossibilidade absoluta da obtenção de semelhante resultado.

Mas, tendo sido e sendo sempre impessoal nos assuntos de interesse público, buscando conciliar os princípios com as necessidades do momento, seja-me lícito acreditar que esta indicação, além de satisfazer a condição acima, bem interpretará a vontade da maioria do Estado de Minas.

Ouro Preto, 1 de janeiro de 1891.

CANDIDATOS AO CONGRESSO MINEIRO

SENADORES

1. Dr. Crispim Jacques Bias Fortes.
2. Dr. Afonso A. Moreira Pena.
3. Conselheiro Frederico Augusto Álvares da Silva.
4. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.
5. Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira.
6. Dr. Virgílio Martins de Melo Franco.
7. Coronel Francisco Ferreira Alves.
8. Dr. Francisco de Paula Rocha Lagoa.
9. Dr. João Gomes Rebelo Horta.
10. Dr. Manoel Eustáquio Martins Andrade.
11. Comendador Antônio Martins Ferreira da Silva.
12. José Pedro Xavier da Veiga.
13. Dr. Antônio Augusto Veloso.
14. Dr. Carlos Ferreira Alves.
15. Dr. Camilo Augusto Maria de Brito.
16. Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.
17. Dr. Álvaro da Mata Sá.
18. Comendador Manoel Ignacio Gomes Valadão.
19. Major Joaquim José de Oliveira Pena.
20. Dr. Bernardo Cisneiros da Costa Reis.
21. Dr. João Roquete Carneiro de Mendonça.
22. Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena.
24. Carlos de Oliveira Sá.

DEPUTADOS

1. Dr. José Tavares de Melo.
2. Dr. Levindo Ferreira Lopes.
3. Comendador Francisco Ribeiro de Oliveira.
4 Dr. Gomes Freire de Andrade.
5. Dr. Arthur Itabirano de Menezes.
6. Comendador Manoel Teixeira da Costa.
7. Dr. Bernardino Augusto de Lima.
8. Dr. Viriato Diniz Mascarenhas.
9. Dr. Augusto Clementino da Silva.
10. Dr. Augusto Gonçalves de Souza Moreira.
11. Dr. Carlos Marques da Silveira.
12. Dr. Abellard Rodrigues Pereira.
13. Severiano Nunes Cardoso de Rezende.
14. Dr. Elói dos Reis Silva.
15. Cônego Manoel Alves Pereira.
16. Mariano Ribeiro de Abreu.
17. Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz.
18. Dr. Carlos da Silva Fortes.
19. Dr. Olinto Máximo de Magalhães.
20. Dr. Ernesto da Silva Braga.
21. Dr. Francisco de Faria Lobato.
22. Dr. Ildefonso Moreira de Faria Alvim.
23. Dr. Luiz Barbosa da Gama Cerqueira.
24, Dr. Otávio Esteves Otoni.
25. Dr. David Moretzsohn Campista.
26. Dr. Targino Otoni de Carvalho e Silva.
27. Eugênio Simplício de Sales.
28. Domingos Rodrigues Viotti.
29. Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz.
30. Dr. Oscar Correia Neto.
31. Dr. Francisco Antônio de Sales.
32. Dr. Josino de Paula Brito.
33. Dr. Antônio Leopoldino dos Passos.
34. Dr. Aristides Godofredo Caldeira.
35. Dr. José Facundo Monte Raso.
36. Alexandre Barbosa.

37. Eduardo Augusto Pimentel Barbosa.
38. Dr. Olegário Dias Maciel.
39. Nelson Dario Pimentel Barbosa.
40. Camilo Filinto Prates.
41. Dr. Sabino Alves Barroso Júnior.
42. Simão da Cunha Pereira.
43. Tenente-coronel João Luiz de Almeida e Souza.
44. Tenente-coronel José Bento Nogueira.
45. Major Ignacio Carlos Moreira Murta.
46. Padre Pedro Celestino Rodrigues Chaves.
47. Manoel José da Silva.
48. Lindolfo Castilho de Souza e Silva.

5.Uma carta dos republicanos da cidade de Campanha a João Pinheiro (20 de janeiro 1891)

REPUBLICANOS DA CAMPANHA[152]

Os republicanos que exercem cargos públicos nesta cidade dirigiram ao Sr. Dr. João Pinheiro a seguinte carta:

"Ilmo. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva.

Os republicanos desta cidade, na ingênua convicção de que era sincero o empenho, proclamado pelo governo do Estado, em promover a concórdia e a confraternização dos aderentes a República com os antigos servidores da causa triunfante a 15 de novembro;

Crentes de que os seus adversários do regime decaído, admitidos a colaborarem na obra da reconstrução do Estado, vinham para a santa cruzada despojados das suas velhas insígnias e despidos dos antigos ódios e preocupações contra eles;

Julgaram oportuna a ocasião que lhes oferecia a próxima eleição de 25 do corrente para secundarem aquele pensamento e ofereceram o seu concurso à chapa oficial de candidatos ao Congresso Mineiro, não indagando a proveniência desses candidatos, nem relembrando a circunstância de serem os dois incluídos como representantes desta cidade – os mesmos que há pouco mais de um ano, liberal e conservador, se aliaram para baterem, por todos os meios, os republicanos, em nome do Ministério Ouro Preto[153] e do 3º reinado.

---

152 Republicanos da Campanha. *O Farol*. Juiz de Fora, 20 de janeiro de 1891, p. 2.

153 Ministério formado pelo Partido Liberal e chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, entre 7 de junho e 15 de novembro de 1889.

Em tal disposição e para evitar irreflexões, dirigiram em tempo a V. Sa., como diretor da política do Estado, um telegrama comunicando que o partido aqui sustentaria a chapa oficial, certos de que nenhum incidente os viesse demover do alvitre adotado ou alterar o sincero propósito em que se haviam inspirado.

Entretanto aqueles adversários, pois que o são ainda e tão desejosos da volta do antigo regime quanto os da velha guarda republicana desejam ver inaugurada a verdadeira República, lendo pela mesma cartilha em que foram educados, reclamaram sem hesitação e contando com as boas graças do governo a deposição dos republicanos que exercem cargos públicos, embora não remunerados, revelando por semelhante procedimento, não o propósito de emenda a condenadas práticas, mas os intuitos, por momento abafados, de franca hostilidade aos adversários de outros tempos.

E o governo do Estado, por seu turno, descobrindo a insinceridade do seu aparente empenho e sem nenhuma consideração pela atitude de paz e de tolerância manifestada pelos republicanos, atende de pronto a insólita exigência – telegrafando ontem a intendência para cientificar-lhe que os seus membros atuais foram demitidos!

Isto quer dizer: que aos candidatos da chapa oficial, por esta zona, não inspiram confiança os cidadãos ora depositários dos cargos públicos, nesta cidade; que ao governo do Estado também não inspiram mais confiança esses cidadãos, nem as categóricas afirmações dos republicanos que declararam sustentar aquela chapa!

Da quebra de confiança gera-se a desarmonia e resulta o rompimento de todos os laços de coesão e de reciprocidade.

Em tal situação, os abaixo-assinados, solidários com os seus correligionários da intendência, ora demitidos, os membros também do partido tão insólita e impoliticamente exautorado pelo governo, exigem a sua imediata exoneração coletivamente dos cargos que aqui exercem, protestando desde já, em comunhão de pensamento com o Partido Republicano Mineiro, franca oposição ao atual governo do Estado e à política tortuosa por v. s. perfilhada.

> Não é digno de cidadãos fazer causa comum com os inimigos da República.
>
> De V. Sa. – patrícios
>
> Saturnino de Oliveira, delegado de polícia.
> J. G. da Rocha Azevedo, 1º suplente.
> Domiciano R. Viera, 2º suplente.

José Esteve Mário, subdelegado.
Eduardo de Sá, 1º suplente.
Dr. José Braz Cesarino, delegado de higiene.
José de Paula Goularte, carcereiro.
Campanha, 15 de janeiro de 1891.

6. *O Jornal de Minas* e os "sindicateiros" da mudança da Capital (28 de abril de 1890)

CALÚNIA INEPTA[154]

Enveredando para o terreno ingrato e depravadamente fértil da pública difamação, a questão da mudança da capital tem servido para um tema repetido e em todos os tons variados pelos jornais da oposição, proclamando que os desejosos da mudança da capital nada mais são que uns bandidos compositores de quadrilhas que se organizam para o assalto aos cofres públicos ou mesmo para exploração dos particulares que tenham de residir na futura capital.

Semelhante modo de ataque, injusto em si, porque em suas vagas alusões não distinguem reputação que fique de pé, chegando mesmo ao absurdo de parecer que todos quantos opinam pela mudança da capital são interessados sindicateiros, também é inepto pelo que diz respeito à natureza da arguida exploração fantasiada.

Não queríamos insistir sobre a significação que dão ao termo *sindicato*, porque parece que a imoralidade que é atribuída, em tese, a este modo de associação mercantil se faz mais por perversa malícia do que pela ignorância de equivalerem os *sindicatos* a qualquer *companhia anônima* em que se arriscam capitais na exploração de um serviço industrial superior aos recursos de um só indivíduo.

Semelhantes boatos são simplesmente ineptos, repetimos, não só na compreensão de se julgar inquinados de interesse inconfessável a todos os que desejam a referida mudança, como ainda inepto pela própria natureza do fato que absolutamente se não pode prestar à apontada exploração.

Francamente: nada vimos ainda mais estulto do que a acusação aduzida.

Qual seria, no caso, o grande lucro de uma companhia? É, respondem, as compras dos terrenos sobre que tem de ser edificada a nova cidade.

154 Calúnia inepta. *O Movimento*, Ouro Preto, 28 de abril de 1891, p. 1.

Mas não veem que semelhante edificação traz como premissa, como preliminar clara, intuitiva, evidente, *a desapropriação destas terras por utilidade pública*?!

Não está entrando pelos olhos que o lucro da revenda não poderá assim existir, uma vez que o preço será estipulado, não pelo ofertante, mas regulado no processo da mesma desaprovação?

Haverá algum simplório que queira arriscar capitais em negócio, que, por isso mesmo, se coloca na classe dos maus?

Entretanto, estamos discutindo na pior das hipóteses, e vem a ser aquela em que o Estado teria de desapropriar terrenos para a edificação, não os tendo devolutos, que é o que felizmente acontece.

Mas a inépcia das calúnias sobressai por modo muitíssimo mais evidente ainda, considerando-se a natureza do poder que tem de resolver a questão.

Estando felizmente cometido ao Congresso o problema da mudança, este poderá optar *pela edificação feita administrativamente*, quer dizer, feita pelo próprio governo sem alheia intervenção. Quer nos parecer mesmo que, tendo de se realizar a medida, será o alvitre preferível. E perguntamos: não é e não será profundamente inepto que se organizassem companhias contando com uma hipótese, não só incerta, como muito improvável da edificação por um meio diferente?

Entretanto, este costume de difamar, que é uma herança que nos veio do Império, continua a sua missão que poderia produzir efeito no caso em questão, se não fosse, como temos dito, uma estulta calúnia não só na sua genérica compreensão, como à vista da natureza do próprio objeto que lhe terá servido de alimento.

7. Novas críticas ao *Jornal de Minas* (30 de abril de 1891)

OPOSIÇÃO LEVIANA[155]

Sempre fomos inimigos das posições dúbias e indefinidas.

A atitude expectante, *maximé* na política, trai esperto egoísmo e a intenção de obter vantagens ou posições da causa vitoriosa que vem no bojo dos *fatos consumados.*

155 Oposição leviana. *O Movimento*, Ouro Preto, 30 de abril de 1891, p. 1.

Admitimos a neutralidade, mas com a condição de ser mantida *até o fim* e por quem não tire interesses de uma ou de outra parte litigante, ou quando por força das funções a exercer é guardada por quem tem de decidir do pleito.

Fora disto a neutralidade não passa de um cálculo mesquinho e maquiavélico.

Achamos que hoje, mais do que nunca, tem a imprensa uma nobilíssima missão: esclarecer a opinião pública, orientar o governo, apontar-lhe os erros e fazer-lhe justiça nos atos de acerto.

Aceitamos, mesmo que por incompatibilidade de qualquer ordem, que deixe a imprensa em silêncio os atos do governo mais dignos de elogios, para somente censurar-lhe os que entender mais desacertados.

É o que comumente se chama imprensa de oposição. Mesmo neste caso é digno de acatamento o jornalista que com seguro ponto de vista enfrente as questões, discutindo-as com imparcialidade, e não raro pode o governo, colhendo melhor convicção a respeito de um ato censurado, voltar atrás e reparar uma injustiça ou completar uma reforma.

Mas o que não podemos admitir é que pretenda foros de jornal criterioso, vexilário de uma fração política com todas as regalias de generalato de oposição, uma imprensa que funda suas censuras na areia movediça das informações suspeitas, no sopro anônimo dos boatos, ou na própria fantasia do censor. A má vontade por maiores que sejam os protestos de impessoalidade, há de sempre emergir do seio de cada conceito, e depois de um longo artigo *a sensation*, o jornalista, supondo ter esgotado um importante assunto do Estado, não terá saído da pessoa responsável pelo governo.

O resultado disto é que a opinião, sentindo-se divorciada de tal imprensa, mais depressa consagra aqueles para os quais se voltam as armas de uma tal oposição, e um resfriamento se forma em torno de seus órgãos.

Ao nosso colega do *Jornal de Minas* deve ter custado horas muito amargas a imprudência com que irrompeu em oposição sem causa à atual ordem de coisas e, especialmente, neste último período do governo de Minas.

Na atmosfera glacial de indiferença formada em torno de seus *fogos de artifícios*, apesar dos esforços funambulescos e da habilidade e talento do seu redator, curte agora o remorso de um dever não cumprido, antes violado em uma série de injustiças, leviandades e contradições.

Chega mesmo a pasmar o desvairamento com que se arroja a proferir certas proposições.

Algumas delas poderiam alarmar a consciência pública, tal a gravidade dos fatos articulados, se não partissem do colega, cujo espírito travesso e brincalhão é muito conhecido.

Mas, ainda assim, fica-nos um pesar: o de não abrir o colega uma exceção no seu humorismo habitual para consagrar algumas horas sérias àquilo que é sério por excelência – o interesse da terra mineira, confiado ao patriotismo de seus filhos nestes dias melindrosos de sua gênese constitucional!

8. João Pinheiro citado pelo *Jornal de Minas* em sua polêmica com *O Movimento* sobre a mudança da capital (2 de maio de 1891)

O MOVIMENTO[156]

O nosso amável colega tem se regalado de nos dar pancada nestes dias de *férias*.

Deixando de lado seus artigos anteriores, queremos apenas contestar o de anteontem, 30 de abril, pela relevância dos conceitos.

Não é conosco a sua teoria sobre *neutralidade*.

Nunca fomos neutros; e nem queremos tal posição na imprensa.

Fique, pois, a *carapuça* para quem foi talhada.

O colega confunde a neutralidade com a imparcialidade.

E só imparciais temos sido.

Em seu trecho que começa: “Mas o que não podemos admitir “ o ilustre conterrâneo assume aspecto pronunciadamente moscovita, falando aos polacos, como se tratássemos aqui da sagrada pessoa do *czar*.

Sabemos, e não precisamos de lição, que o governo é pessoal, e, portanto, que não se pode separar a mínima fração da responsabilidade.

Desde que escrevemos, nossa linha de condução é a mesma.

---

156 O Movimento. *O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 2 de maio de 1891, p. 1.

O Sr. Cesário Alvim não nos acusa de uma só levíssima injustiça.

Ao contrário só sabemos honrar a sua pessoa.

O Sr. Pinheiro não é capaz de mostrar em que jamais o ofendêssemos.

Com o Sr. Bias vivemos na melhor harmonia. E não há de ser agora o Sr. Lima quem se recolherá à sua casa, cheio de azedumes.

Entretanto, nunca fomos governistas; e, se alguém já serviu à pátria com mais perseverante energia, defendendo-a com maior denodo contra a ditadura, com prazer lhe entregaremos esta palma.

É certo que a questão da capital nos tem apaixonado. Sim. Mas, com que paixão? Ponhamos a votos: se queremos ver a esfera do próprio colega!

O *Movimento* mesmo não negara que essa paixão é grande, é nobre, é justa.

Compare-se lá com a dos advogados administrativos, com a dos industriais, com a dessa caterva de ciganos que nos cerca: – essa paixão é honesta, é uma paixão tão digna, como a que for mais digna nas lutas da política.

E de todas as que são apresentadas ao Congresso esta questão é a única que encerra uma questão de dinheiro.

E a mesma imputabilidade seria tão somente ociosa se pela nossa paixão trocássemos a paixão da riqueza, do lucro e das bonificações, que caracterizam a abordagem dos sindicatos.

O Movimento diz-nos: "Chega mesmo a pasmar que o desvairamento com que se arroja a proferir certas proposições. Algumas delas poderiam alarmar a consciência pública, tal a gravidade dos fatos articulados, se não partissem do colega, cujo espírito travesso e brincalhão é muito conhecido."

Mas, porventura, é assim que o *Movimento* contesta proposições de tal ordem, que podem alarmar a consciência pública?

Essas proposições são ditas e repetidas: e nem uma só é contrariada.

São proposições porquanto verdadeiras, e baseiam-se nos fatos.

O Sr. Pinheiro, a 19 de dezembro, às 11 horas do dia, em Palácio, assentado à esquerda do

Sr. Bias, nos assegurou que o Sr. Deodoro ia nomear um militar (Manoel Machado)[157] para mudar a capital e que nos cumpria a nós, ouropretanos, salvarmos a cidade das garras dos sindicatos. E disse mais: "Quem tiver amor às finanças de Minas repila os planos armados contra elas."

Negará? Temos 17 testemunhas.

O Sr. Bias Fortes, depois de nos dizer muitas vezes como esta questão da mudança da capital era a mais desbragada escaramuça do [ilegível], redigiu um decreto cujo rascunho nos leu a 29 de novembro, à 1 hora da tarde, em seu gabinete, decreto em que mandava comprar as terras, e as punha à disposição do Congresso para mudar este, se quisesse, a capital.

E, dizia, o meio de evitar que a cidade caísse nas unhas da ciganagem.

Este decreto não chegou a ser expedido por ter, à noite de 27, recebido a Exa. em palácio o povo que lhe rogava não decidisse a questão enquanto não voltasse do Rio a comissão, que partiu no dia 3 de dezembro.

A esta comissão, na noite de 12 de dezembro, perante um povo imenso, S. Exa. disse da janela central do palácio: "O povo de Ouro Preto é digno de louvor pelo modo brioso e enérgico como defendeu, e defende seus direitos contra os sindicatos."

O Sr. Alvim, no dia 5 de dezembro, às 9 horas da manhã, à face de toda comissão, queixou-se de como se pensava em Ouro Preto seria o governo capaz de ceder à pressão dos sindicatos.

(Eram nada menos que 11 os pretendentes).

E, para assegurar-nos de toda dúvida, declarou que viéssemos nos entender com o Sr. Bias afim de pedir-lhe não resignasse o lugar de governador, como queria.

O que fizemos.

Já, portanto, vê o colega que essas proposições são apenas a repetição do que temos ouvido de tão competentes autoridades.

Preposições são, portanto, que se fundaram em fatos; e que hoje estão provadas à sociedade

---

157 João Pinheiro, em sua resposta – próximo texto desta coletânea – destaca sobre o tenente Manoel Machado: "É um mineiro que, paupérrimo, estudou com o auxílio dos próprios esforços, alcançando carreira brilhante na Escola Militar, com a universal estima de colegas, que todos o admiram e consideram muitíssimo."

pelo Sr. Mata Machado em suas poesias de pai, comprando sítios onde os meninos brinquem.

O nosso espírito travesso e brincalhão não mente: não afirma falsidades; não calunia a ninguém.

O que queremos é que se aponte uma só inexatidão no que temos exposto.

Apontamos fatos, indicamos nomes próprios.

Nada mais fácil do que se nos esmagar com provas em contrário.

9. A reposta de João Pinheiro (6 de maio de 1891)

RESPOSTA[158]

O *Jornal de Minas*, em seu número de sábado, fazendo contestações ao *Movimento*, em artigo editorial, escreveu:

"O Sr. Pinheiro, a 19 de dezembro, às 11 horas do dia, em palácio, assentado à esquerda do Sr. Bias, nos assegurou que o Sr. Deodoro ia nomear um militar (Manoel Machado) para mudar a capital e que nos cumpra, a nós ouro-pretanos, salvarmos a cidade das garras dos sindicatos. E disse mais: 'Quem tiver amor às finanças de Minas repila os planos armados contra elas."

Pelo modo como é exposto o incidente, pode parecer que na conversa fosse feita alusão ao caráter do Sr. tenente Manoel Machado.

É o que contestamos. Muitíssimas inverdades têm escrito o *Jornal* a propósito da mudança da capital as quais o *Movimento* tem deixado sem contestação, porque o próprio *Jornal* assume a responsabilidade das afirmações; mas, como a alusão do trecho transcrito nos é atribuída em sua autoria, aproveitamos a oportunidade para desfazer o equívoco no que diz respeito ao nosso patrício, o Sr. Machado, esclarecendo o redator do *Jornal de Minas* que talvez não saiba que esse moço é, por todos os títulos, distintíssimo.

É um mineiro que, paupérrimo, estudou com o auxílio dos próprios esforços, alcançando carreira brilhante na Escola Militar, com a universal estima de colegas, que todos o admiram e consideram muitíssimo.

É um dos temerários sublimes que a alvorada de 15 de novembro viu no campo de batalha, oferecendo a vida por uma ideia, este nosso patrício militar, que, moço, honra o nome mineiro. E não são desta matéria-prima os que possam ser expulsos do templo à feição do que fez o Cristo.

Vê, pois, o colega, que referências que se fizessem ao Sr. Manoel Machado só poderiam ser honrosíssimas.

O que houve na aludida reunião, de nossa parte, foi o externar de opiniões já anteriormente conhecidas e depois, e ainda agora, manifestadas, da condenação de numerosas *concessões* a particulares por parte do Governo Provisório de então, e, pelo que diz respeito à mudança da capital, também a condenação do sistema que a pudesse mudar com concessões a particular ou particulares.

Que tenha havido requerimentos ao governo pedindo semelhantes favores fora impossível negar; houve-os, não só para a construção de nova capital, longe de Ouro Preto, como também, e é preciso não esquecer, para edificá-la nos seus arrabaldes, ou ainda para melhoramentos do próprio Ouro Preto. Em uns como em outros, se a solicitação de privilégios por parte dos particulares eram direito deles, o indeferimento era o dever do governo, que o soube cumprir, repelindo sempre tais pedidos.

Agora, andar orientando-se *O Jornal de Minas* de modo que lhe pareçam *sindicateiros*, na sua frase, quantos desejam a mudança da capital, é absurdo; pensar que quantos nomes se imiscuem na questão favoravelmente saem dela maculados, é outro absurdo; julgar que o único móvel dos que defendem a ideia é o interesse inconfessável, é também tresloucar.

A paixão que tira a calma e que bem de vezes inspira as injustiças tem sido a força com que o *Jornal* tem combatido nesta causa, obstando a que ele possa ver claro as verdades acima da maior evidência.

Tivesse o *Jornal* sido justo e razoável, e acredito que teria conseguido muitíssimo mais para a sua causa."

10. Uma grave acusação d' ***O Jornal de Minas*** **contra João Pinheiro (14 de maio de 1891)**

REUNIÕES[159]

Anteontem à noite o Sr. Dr. João Pinheiro convidou para sua casa alguns senhores congressistas.

158 Resposta. *O Movimento*, Ouro Preto, 6 de maio de 1891, p. 2

159 Reuniões. *O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 14 de maio de 1891, p. 1.

Desta reunião deliberou-se uma outra maior e mais numerosa, que se efetuou ontem, no salão do Congresso, ao meio-dia.

É o primeiro exemplo de um particular convocar concílios para o próprio prédio de uma assembleia, sem que se fizesse ao menos um convite geral.

Não há mesmo de tão irregular procedimento memória que o autorize.

No recinto dos parlamentos só se reúnem deputados com deputados, senadores com senadores, caso tenham necessidade de acerta entre si medidas ou deliberações.

Nunca um estranho teve a petulância de, excluindo uma parte, congregar outra para na casa comum tratar de assuntos atinentes ao próprio serviço interno do mandato legislativo.

Em que caráter S. Exa. convocou parte do Congresso para sua casa compreendemos, pois tem S. Exa. o direito de reunir aí os seus amigos; mas o que nos parece irrito e profundamente irritante é chamar para o salão do Congresso uma parte do Congresso em sessão secreta.

S. Exa. propôs que o artigo referente à mudança da capital fosse hoje votado como está no projeto, ficando para a segunda discussão qualquer alteração que se quisesse propor.

Não se tratou, pois, de qualquer questão constitucional, não se discutiu coisa alguma orgânica e essencialmente política.

A mudança da capital, a única questão de *advocacia administrativa* encartada no projeto, tem para S. Exa. o dom de absorver tudo, e de primar acima de todas.

A República parece que se não proclamou no Brasil senão para mudar a capital de Minas. É urgente, é inadiável, é a salvação do Estado.

Felizmente os honrados congressistas ontem mostraram ao Sr. Pinheiro que não vieram a Ouro Preto para *títeres*. Muito menos vieram para serem engazopados.

Aqueles mesmos, que entendem ser conveniente a mudança da capital, não se prestam aos manejos de banqueiros, mais ou menos falidos, com os olhos fixos na ideia refrigerante de uma cartada gorda na jogatina da Bolsa.

A capital, se for mudada pelo Congresso, estamos certos, será um problema resolvido com sabedoria, prudência, e sobretudo com honestidade.

É uma questão, que da maneira como tem sido tratada, envolve a certeza de uma formidável especulação; e o Congresso o que há de fazer é garantir antes de tudo a honra de Minas salteada pelos sindicateiros.

Não há, felizmente, nesse Congresso quem queira ser cúmplice de peculatos administrativos.

11. "Mais calúnias", a indignada resposta de João Pinheiro (15 de maio de 1891)

MAIS CALÚNIAS[160]

O *Jornal de Minas*, em seu editorial de ontem, escreveu:

> "Anteontem à noite o Sr. Dr. João Pinheiro convidou para a sua casa alguns senhores congressistas.
> Desta reunião deliberou-se uma outra maior e mais numerosa, que se efetuou ontem, no salão do Congresso, ao meio-dia.
> É o primeiro exemplo de um particular convocar concílios para o prédio de uma assembleia sem que se fizesse ao menos um convite geral."

A afirmação acima é inexata e intrigante.

É inexata. O convite para a reunião que teve lugar em nossa casa foi feito por alguns amigos nossos, ilustres membros do Congresso, que nos avisaram que lá se achariam com outros, pouco antes de ser a mesma efetuada.

Tivéssemos nós tido o propósito de convocar uma reunião de congressistas, certo não deixaríamos de convidar a todos quantos nos dão a honra distinta de sua amizade. Não foram convidados, o sabemos, por ter sido a mesma deliberada à última hora e sem a importância que lhe emprestou o *Jornal de Minas*.

Inexata ainda em sua afirmação, quando diz "que nós como particulares convocamos concílios para o próprio prédio do Congresso sem ter feito convite geral".

Essa reunião efetuada no Congresso foi resolvida pelos ilustres congressistas presentes em nossa casa, deliberando ser a mesma convocada para o meio-dia de anteontem, pelo Dr. Bias Fortes, que estava presente e que concordou com a dita deliberação.

Foi efetuada segundo o combinado. A ela não assistimos, já chegando às duas e meia horas da tarde, quando finalizava.

---

160 Mais calúnias. *O Movimento*, Ouro Preto, 15 de maio de 1891, p. 2-3.

Inexato ainda é o *Jornal de Minas* quando afirma que "propusemos que um artigo referente à mudança da capital fosse ontem votado como está no projeto, ficando para segunda discussão qualquer alteração que se quisesse propor".

Essa proposta não foi nossa, mas do ilustre congressista Augusto Clementino que, na hora em que chegamos à reunião, acabava de contestar o alvitre do Sr. Dr. Bias Fortes, que optava pela decisão do artigo em duas partes: uma, referente à mudança e, a outra, à localidade – para que a ideia do local não combinado não prejudicasse a questão da mudança.

Inexata ainda é quando diz que a reunião havida no Congresso foi uma sessão secreta; porquanto ela teve lugar na sala que fica em frente à entrada principal do edifício, estando abertas todas as portas, e lá se achando mesmo congressistas infensos à ideia da mudança.

Portanto, se alguém há que possa ser qualificado de *petulante* para *grandes* coragens é o inventor e propalador dessas mentiras entronizadas no editorial do *Jornal de Minas*.

A origem delas só se pode encontrar na crença, sobre estulta, ridícula, que tem aquele jornal de que o Congresso pode ser influenciado por quem quer que seja, ou pelas intrigas tolas do Sr. Diogo de Vasconcelos.[161]

Pelo que diz respeito à depravada instituição da "mudança da capital como a única questão de advocacia administrativa encartada no projeto e que tem o dom de absorver tudo", insinuação que o *Jornal de Minas* sistematicamente faz pesar, como uma atmosfera de lama, sobre quantos propugnam por esta ideia – seja-nos lícito ponderar que semelhante insistência parece mau vezo de almas desacostumadas de se baterem desinteressadamente por uma ideia, que só podem encarar a política como meio de vida; que não compreendem os crentes que sacrificam a existência por ideias, mesmo sem esperança de vê-las realizadas.

Por honra nossa tem havido deste, para o *Jornal de Minas*, incompreensíveis, e que o *Liberal Mineiro* qualificava de loucos sonhadores e utopistas, e que agora qualifica de exploradores ou advogados administrativos.

É natural que assim os qualifique, julgando que só o ouro pode ser o móvel das ações humanas.

---

161 Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos (1843-1927), advogado, historiador e político, foi secretário de governo de Minas entre 1868 e 1870 e deputado provincial entre 1878 e 1885. Monarquista convicto, tentou atrapalhar a realização do Congresso Republicano de Ouro Preto, em 1888, e combateu a República, chegando a propor a criação de um Partido Católico, mas sem êxito. Na vida pública se destacou por suas posições polêmicas.

Quem tem óculos verdes, lê tudo verde.

12. "Mais calúnias!", a réplica d'*O Jornal de Minas* (16 de maio de 1891)

MAIS CALÚNIAS![162]

Com esta epígrafe o *Movimento* saiu-nos hoje de ferro!

Se a denúncia constante, repetida, positiva que temos feito, e continuaremos a fazer da advocacia administrativa só tem esse desabafo, é que ela é um fato conhecido e mais do que evidente.

Foi o Sr. Dr. João Pinheiro quem no dia 16 de dezembro proclamou a urgência de se congregar o povo contra os *sindicateiros*, que armavam a ruína financeira de Minas.

Já confessou isto em um artigo no *Movimento*.

Assim em dezembro, saindo do governo de Minas e representante no Congresso, apregoou a existência da exploração imoral; agora nega... quando deve ser crido?

Por que a seus olhos agora é depravada a insinuação da advocacia administrativa franca e audazmente afrontando a dignidade deste Estado na única questão odiosa que se quer encartar na Constituição?

Não foi S. Exa. quem, perante a mais seleta reunião de palácio, qualificou-a de investida desonesta aos cofres de Minas?

Disse então S. Exa.: " Minas é o único Estado que vai ficando com maiores reservas de riqueza e crédito, e é por isso que todos agora querem-na explorar."

O que então era verdade sincera: como, por que razão passou agora a ser mentira entronizada no *Jornal de Minas*?

O mais do artigo não vale a pena contestar.

Sabemos que o Congresso não se influencia por ninguém, e menos ainda por intrigas tolas do Sr. Diogo de Vasconcelos.

Entretanto, se houvesse de influenciar-se por intrigas, somos em pensar que, como honrado que é, se influenciaria pelas tolas, na acepção do colega, mais do que pelas LADINAS...

---

162 Mais calúnias! *O Jornal de Minas*, Ouro Preto, 16 de maio de 1891, p. 1.

PROMULGADA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E ELEITOS PELO CONGRESSO MINEIRO PARA O GOVERNO DE MINAS CESÁRIO ALVIM E GAMA CERQUEIRA

1. A vitória final (15 de junho de 1891)

A VITÓRIA FINAL[163]

Na sessão de 15 do corrente, diante de imenso concurso de povo, que enchia as galerias, teve lugar a promulgação da Constituição Mineira, seguindo-se logo a eleição do presidente e vice-presidente.

Já triunfante em quantas lutas tem empenhado seu valor e merecimento, teve mais uma grande consagração o glorioso nome do chefe mineiro Cesário Alvim, indicado pelo sufrágio quase unânime do Congresso para o elevado posto de primeiro presidente do Estado de Minas Gerais.

S. Exa., que tão importante parte tomou junto ao governo da União, e com assento no Congresso Nacional, na renhida peleja contra a eleição de 25 de janeiro, deve sentir-se a esta hora com legítimo orgulho diante da espontânea e significativa consagração do Congresso Mineiro.

Nome laureado já na administração deste Estado, no dificílimo período revolucionário, pode-se afoitamente afirmar que o governo que vem S. Exa. inaugurar será de progresso e engrandecimento para Minas.

Não menos feliz foi a escolha que o Congresso fez, para o cargo de segundo magistrado, do nome de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, republicano histórico, caráter imaculado e talento de primeira grandeza.

A posição assumida por S. Exa. no Congresso, onde galhardamente se bateu por todas as boas causas, naturalmente o indicou para colaborar com Cesário Alvim na patriótica tarefa de administrar o grande Estado de Minas.

A sua eleição é um belo julgamento, de uma significação profunda na política de Minas.

Parabéns ao Congresso que tão alto elevou seus votos, ao povo, cujos destinos estão garantidos e aos dois ilustres magistrados, que tão viçosa coroa cívica merecem.

---

163 A vitória final. *O Movimento*, Ouro Preto, 16 de junho de 1891, p. 4. Este editorial apareceu no jornal após a transcrição do texto da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada pelo Congresso Constituinte em 15 de junho de 1891.

A CRISE POLÍTICA DESENCADEADA PELOS BOATOS ACERCA DA DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR DE MINAS

1. Uma carta e telegramas sobre a suposta deposição do governador (30 de novembro de 1891)

A DEPOSIÇÃO[164]

Publicamos abaixo o seguinte artigo da coluna principal do *Farol*, de 30 do corrente.

De um distinto republicano histórico, honrado membro do Congresso Mineiro, recebemos a seguinte carta:

"Barbacena, 27 de novembro.

No dia 25, à tarde, soubemos aqui que tinha partido do Rio, a fim de conferenciar com as influências políticas de Minas, o tenente-coronel Inocêncio Serzedelo.

Logo depois soubemos de sua chegada em Juiz de Fora e, desde logo, começaram a circular aqui boatos relativamente à deposição do presidente de Minas[165], boatos que se acentuaram logo que se teve conhecimento de terem passado num trem especial em direção a Ouro Preto alguns cidadãos de Juiz de Fora, acompanhados de um capitão de engenheiros, que se soube depois ser o capitão Ximenes Villeroy.

Logo que começaram a circular esses boatos, foram também aparecendo os protestos por parte da população desta cidade contra esse atentado que, se dizia, ia ser cometido contra a Constituição deste Estado.

O povo desta cidade, que recebeu com o maior prazer a notícia da restauração da legalidade, pela cessação da legalidade, pela cessação da ditadura, soube com o mais profundo pesar que se atentava contra a Constituição deste Estado e que mineiros, republicanos dos mais puros, pretendiam dar o golpe mais profundo que se possa imaginar da federação, qual seria a deposição do presidente, legitimamente eleito, e a usurpação do poder por pessoas de que não cogita a nossa Constituição, para substituir o presidente no caso de qualquer impedimento.

---

164 A deposição. *O Movimento*, Ouro Preto, 3 de dezembro de 1891, p. 1.

165 Com os boatos sobre a deposição de Cesário Alvim inicia-se uma crise política que será responsável por sua renúncia em 9 de fevereiro de 1892. Para que se possa entender os textos aqui selecionados é importante retomar o golpe de estado de 3 de novembro de 1891, quando Deodoro dissolveu o Congresso e decretou logo em seguida o estado de sítio para o Distrito Federal e Niterói. Dos governadores, apenas Lauro Sodré, do Pará, manifestou-se contra o golpe no dia seguinte. Em 23 de novembro, há forte reação de diversos setores e Floriano Peixoto assume a presidência. As primeiras medidas do novo governo foram a revogação do estado de sítio e a reabertura do Congresso e, em dezembro, Floriano Peixoto investiu contra os governadores estaduais que, de alguma maneira, haviam apoiado o golpe. Pacífica ou violentamente, foram todos sendo derrubados por facções internas, com o apoio do Governo Federal.

Posso garantir-lhe que o povo desta cidade levantar-se-ia em peso para protestar contra semelhante atentado.

A indignação de que dele possuiu-se, a exaltação que se manifestou em todos os espíritos dá prova da reprovação por parte dele a qualquer maquinação contra a Constituição e ordem de coisas estabelecida em Minas. De alguns pontos do município chegavam emissários vindo trazer a adesão ao protesto que o povo desta cidade fizesse, em qualquer terreno, ao maior dos atentados de que se tem notícia, contra as nossas instituições.

Nem uma só voz se levantou aqui para aplaudir o atentado; o movimento de protesto foi unânime.

Na ocasião em que aqui soube-se da maquinação que se tramava contra a ordem pública em Minas, os senadores e deputados, aqui residentes, e os que se acham atualmente de passagem para suas freguesias, reuniram-se e tomaram diversas providências, entre outras a de prevenir ao presidente do Estado das ocorrências.

Os telegramas, cuja cópia envio-lhe, e peço-lhe que publique, não foram aceitos pelos telegrafistas nesta cidade, sob o pretexto de constituírem boatos alarmantes. É incrível!

Os telegramas eram dirigidos ao presidente do Estado e ao da República por diversos deputados e senadores, e entre eles pelo presidente do Senado. Sabe-se que se preparam desordens do Estado, previne-se disso as autoridades competentes, e a notícia não pode produzir seus efeitos, porque o Sr. telegrafista entende dever classificar de alarmante o telegrama!

Foi também enviado um telegrama ao Dr. João Pinheiro, assinado pelos deputados e senadores que aqui se acham. Esse telegrama não foi recebido, pelo mesmo motivo.[166] Pois bem!

Eis os termos desse telegrama:

"Os abaixo assinados e o povo desta cidade protestam defender a ordem e a legalidade neste Estado. Comunique presidente do Estado. Comunique presidente do Estado pode contar nosso apoio."

Hoje a população desta cidade acha-se calma, desde que soube ter passado, de volta de Ouro Preto, o especial que conduzia os cidadãos que de Juiz de Fora tinham vindo com o capitão Villeroy.

166 Conforme dito anteriormente, os telegramas "não foram aceitos pelos telegrafistas nesta cidade, sob o pretexto de constituírem boatos alarmantes."

Felizmente o espírito calmo, refletido, e mais que tudo, a orientação segura do Dr. Fernando Lobo, impediram que se tornasse real o que por aqui corria, e que aliás não era o produto da imaginação nossa. Havia vários agitadores que pensavam em promover a deposição de nosso presidente.

Felizmente por parte de muitos membros da dissidência mineira houve resistência. Estes viam mais clara a situação. Minas não aceitaria de modo nenhum a imposição.

Por telegramas recebidos de Ouro Preto, neste momento, sabemos reinar ali a maior ordem.

Dar-lhe-ei notícia de qualquer ocorrência nova.

Temos plena certeza de que o marechal Floriano Peixoto ignora todos esses sucessos."

___

Eis a cópia dos telegramas, a que se refere a carta transcrita:

Presidente do Estado – Ouro Preto

Acabamos saber terem seguido Ouro Preto emissários com o fim de promover deposição de V. Exa. Já telegrafamos marechal presidente, e confiamos será mantida a ordem constitucional.

Se atentado se consumar, apelaremos para os brios mineiros defesa da constituição. – Bias Fortes – Afonso Pena – Antônio Carlos – Costa Reis – Olinto de Magalhães – Xavier da Veiga – Lobato – H. Diniz.[167]

Sabemos terem seguido para Ouro Preto emissários políticos de Juiz de Fora auxiliados por oficiais militares, a fim de promover a sublevação batalhão 31º contra o presidente do Estado. Pedimos instantemente V. Exa. salvar a ordem legal ameaçada neste Estado pelo atentado que se projeta, ao qual povo será completamente alheio.

Minas ama a ordem constitucional e reprovará energicamente a deposição do seu primeiro representante.

Se o atentado se consumar, entraremos na anarquia, pois haveremos de concitar os brios mineiros contra qualquer governo intruso.

167 No próximo telegrama, endereçado a Floriano Peixoto, os mesmos autores se assinam: Bias Fortes, presidente do senado mineiro. – Afonso Pena, senador. – Xavier da Veiga, senador. – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, senador. – Olinto Magalhães, deputado. – Faria Lobato, deputado. – Henrique Diniz, deputado.

Temos confiança na eficácia das medidas que V. Exa. há de tomar.

Reestabelecida, felizmente, a ordem constitucional na República, não se compreende queiram perturbá-la em Minas. – Bias Fortes, presidente do senado mineiro. – Afonso Pena, senador. – Xavier da Veiga, senador. – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, senador. – Olinto Magalhães, deputado. – Faria Lobato, deputado. – Henrique Diniz, deputado.

2. Esclarecimento de Aristides Maia, membro da dissidência mineira, n'*O Farol* (1 de dezembro de 1891)

ESTADO DE MINAS GERAIS AO POVO MINEIRO[168]

A deposição

A propósito do artigo que com a epígrafe supra inserimos em nossa folha de ontem, dirigiu-nos o Sr. Dr. Aristides Maia, a seguinte carta:

"Sr. Redator,

O *Farol* de hoje publica um telegrama que ao marechal Floriano Peixoto pretenderam passar de Barbacena os Srs. Bias Fortes, Antônio Carlos, Afonso Pena, Xavier da Veiga, Olinto Magalhães, Faria Lobato e Henrique Diniz. Há um trecho nesse telegrama que não encerra a verdade dos fatos: *sabemos terem seguido para Ouro Preto emissários políticos de Juiz de Fora auxiliados por oficiais militares a fim de promover sublevação batalhão 31º contra o presidente do Estado.*

Era preciso que não fôssemos mineiros ou nunca tivéssemos viajado em Minas, para tentar sublevar um batalhão contra a opinião geral do povo.

Era preciso ainda que não conhecêssemos o patriotismo dos ilustres comandantes e oficiais do 31º batalhão para acreditarmos que eles dessem apoio a um plano ilógico e ridículo, como o que nos emprestam os autores daquele telegrama.

O plano que tínhamos concebido e que levaríamos a efeito com o aplauso da maioria dos mineiros, seria o de um movimento popular nacional contra a ditadura de 3 de novembro. Nossa ideia já tinha mesmo sido lembrada em Ouro Preto pelos Srs. Afonso Pena e Bias Fortes, logo que lhes chegou a notícia do golpe do Estado, e antes da chegada àquela cidade dos Srs. Alvim e João Pinheiro.

168 Texto originalmente publicando no jornal *O Farol*, em 1 de dezembro de 1891. MAIA, Aristides. Estado de Minas Gerais – Ao povo mineiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1891, p. 2.

Não foi levado a efeito pelos motivos que clara e francamente expus no artigo por mim assinado e publicado em seção ineditorial de vossa folha de hoje.

Que a população de Ouro Preto apoiaria os protestos de Minas contra a ditadura, prova-o a importante manifestação de que foi alvo no dia 21 o nosso companheiro Dr. Antônio Olinto.

Precedida da banda de música do batalhão, a grande massa popular, no auge do entusiasmo pela restauração da legalidade, vitoriava os membros mais proeminentes da dissidência mineira e dava vivas à dignidade de Minas.

Creio mesmo ter ouvido vivas aos Drs. Afonso Pena e Bias Fortes, por terem sido os mais enérgicos nos protestos que a 4 e 5 de novembro se fizeram em Ouro Preto contra o golpe de Estado.

Nunca passou pelo nosso espírito levantar uma sedição militar, e desafio os ilustres signatários do telegrama supracitado a provarem o contrário do que assevero.

SS. Exas. foram vítimas de falsa informação; e quando lhes voltar a calma, hão de se convencer de que foram injustos para com os membros da dissidência mineira, que somos tão bons filhos desta terra como SS. Exas.

Dando publicidade a estas linhas, Sr. redator, muito penhorareis ao mais obscuro dos defensores da honra da pátria, vosso amigo e obrigado criado – Aristides de Araújo Maia."

Do *Farol*, de 1 de dezembro.

3. Manifesto aos mineiros do governador Cesário Alvim (2 de dezembro de 1891)

AOS MINEIROS[169]

Tendo-se vulgarizado a notícia de uma pretensão, real ou suposta, por parte, dizem, de dois ou três cidadãos que vieram a esta capital para apearem-se do cargo de chefe constitucional do Estado, deve, embora o grande enfado que isso me causa, levantar até o meu gabinete de honrado, solícito e incessante trabalho, onde o tempo se me escasseia, esse incidente que me pareceu microscópico.

Faço-o, principalmente, em atenção ao brioso e heroico povo a cuja fortuna e bem-estar tenho, já consagrados, vinte e oito anos de vida pública, difícil e tormentosa, na qual muito ou tudo me terá faltado, menos a sua estima e amparo.

169 ALVIM, José Cesário de Faria. Aos mineiros. *O Movimento,* Ouro Preto, 3 de dezembro de 1891, p. 1.

Obtendo da imprensa, aqui, a gentileza do seu silêncio a respeito de tal incidente, dos meus amigos, e, por seu intermédio, da unanimidade da população, a sua quieta expectativa dos acontecimentos que não sei quem anunciava e que vão nobremente emocionando o Estado, cujos brios até aos poucos desafetos pessoais, que infelizmente conto, confundiriam com os meus, não devo consentir que se possa gerar a mais leve suspeita de que qualquer intimação estranha subisse ao elevado posto que ocupo.

Propalou-se que chegaria a esta capital na manhã de 25 um oficial do Exército incumbido de preparar, junto do batalhão aqui estacionado, a minha deposição, ou assumir para isso o seu comando, caso fosse necessário.

Sem prestar o mínimo crédito à notícia, mas, sabendo que vinha, realmente, em trem especial, um oficial, mandei prevenir ao distinto comandante do 31 da chegada iminente do seu colega, ao qual, naturalmente, ele quereria receber e obsequiar como fez.

Às dez horas da manhã, pouco mais ou menos, anunciou-me o meu oficial de gabinete a presença do recém-vindo que me desejava falar de parte do distinto e ilustre cidadão que ocupa hoje o supremo posto da República.

Dando-me pressa de atender a honrosa e amável visita, cientificou-me o digno emissário que, não havendo na capital federal notícias deste Estado após os acontecimentos do dia 23, por causa, certamente, acrescentou, da interrupção nas linhas telegráficas, vinha, pessoalmente, colhê-las.

Respondendo-lhe que, de fato, a falta do telégrafo nos estava sendo tão penosa como ao governo da União, trocamos familiarmente alguns rápidos conceitos sobre a situação das coisas em nossa pátria, conceitos que não protocolizei por achar-me, como me acho, ainda, convencido, de que não tinha diante de mim um explorador de terreno que devesse ser assaltado pela cobiça de quem quer que seja.

Retirou-se sem demora o digno emissário do chefe do Estado convencido, certamente, pelo que teria ouvido, observado e sentido de que se houvesse mineiros degenerados que pensassem em esbofetear a este "belo Estado, próspero, unido e feliz" para baixá-lo ao nível do seu aviltamento, o caso não era de deposição – um impossível, mas, de supressão material de quem tem a súbita honra de presidir-lhe os destinos e, para isso, nenhum cidadão que envergasse a farda heroica de soldado brasileiro deixaria de repelir, indignado, a triste e ignominiosa tarefa que só poderia caber a qualquer celerado, pago por conta de proventos que o seu braço, entretanto, não conseguiria assegurar porque a esta nobre e libérrima terra, onde, em todos os corações, sem exceção de um só, está de vez plantado o culto pelo regime federativo, só governará o eleito da sua soberana vontade.

Para concluir (a repugnância me acelera a pena) esta parte do manifesto que eu devia aos mineiros, cumpre-me acrescentar que não trocamos, ainda, eu e o ilustre e digno comandante do 31, que me honra com a sua frequência, à que correspondo sempre que me é possível, a mínima observação, mesmo indireta, sobre este incidente, e que a minha guarda de segurança em palácio tem estado exclusivamente, e estará enquanto lhe aprouver, a cargo dos seus comandados que não substituirei por qualquer outra tropa, se, por ventura, forem retirados.

Se por hipótese fora uma realidade a pretensão de assalto à minha pessoa, que motivo nobre, elevado e digno, guiaria os passos e apaixonaria o ânimo aos supostos conspiradores?

A minha atitude como presidente deste Estado, revelada pelo telegrama que passei ao generalíssimo por ocasião do seu ato dissolvendo o Congresso Nacional?

Originalíssima a pretensão dos que porventura entendessem que, responsável, especialmente, pela paz, tranquilidade, desenvolvimento material e moral do Estado, cujos destinos me estão confiados por quem de direito e aprazimento do povo mineiro, quase unânime, eu que falei em meu nome ao generalíssimo, deveria armar-me cavaleiro da triste figura contra um ato estranho à administração peculiar do Estado de Minas Gerais!

Pois que!

Aceitam-no como consumado sem a reação do momento que é a expansão nobre e briosa do direito ofendido ou da dignidade espezinhada, os que desafiaram o raio sem a certeza de impedir-lhe a explosão ou prevenir-lhe os estragos, e pretenderiam dos estados, de que os governos conscienciosos devem estar tonificando o organismo anemiado que lhes legou o império centralizador, o sacrifício de uma cura que há de ser lenta, mas segura, e que os armará invencíveis contra qualquer tirania, seja do Executivo, seja do Legislativo!

O escândalo de meu telegrama ao generalíssimo!

Onde o aplauso ao ato da dissolução do congresso?

O que minhas palavras ao velho soldado que tributou sempre a maior estima e respeito a este Estado, se vê claro, nítido e incontroverso, é o propósito de ratificar o compromisso que ele tomara perante a nação de um pleito eleitoral libérrimo e da consagração do seu escrupuloso respeito a todos os direitos.

Foram, porventura, palavras convencionais, vazias de sinceridade, essas minhas?

Não; porque é política que observo religiosamente neste Estado de quase quatro milhões

de habitantes onde, que me conste, não há uma só queixa de direito ofendido e nenhum tremor de liberdade que receie conculcamento.

Quem pode duvidar da honrabilidade e energia de espírito de cada um dos honrados congressistas como indivíduos?

Entretanto, constituídos em corporação, dispersaram-se, silenciosos uns, e outros estariam até agora aguardando o levantamento do estado de sítio para falarem, se não fossem os acontecimentos de 23 que saudei na pessoa do atual ilustre chefe do Estado como o desfazimento de uma borrasca iminente.

Fi-lo de alma aberta, como de coração agradecido dirigi-me, na mesma ocasião, ao generalíssimo que me comunicara haver resignado o poder, atendendo a interesses da nação, reiterando-lhe os meus sentimentos de respeitosa e sincera estima.

Quem aí porá em dúvida a intrepidez e lealdade dos ilustres e bravos militares com assento no Congresso, claramente infensos, da tribuna parlamentar, ao regime do governo decaído?

Entretanto, como membros do corpo legislativo, não entenderam que a sua dissolução legitimasse uma revolução, tanto que, longe de convidarem, como no Chile, para bordo dos encouraçados o Parlamento dissolvido, acudiram corretos e disciplinados à primeira voz de chamada dos quartéis-generais, onde, despidas as imunidades legislativas de que se supunham legitimamente privados, penetraram simples soldados que eram da honra e do dever.

E a imprensa da capital federal?

Periclitou algum dia com honroso ardimento com que se bate pelas causas populares?

Coerente com o seu procedimento de flageladora implacável, muitas vezes severa além dos limites da Justiça, do Congresso dissolvido, ela remeteu-se ao mais respeitoso silêncio.

Foi por impossibilidade de ação que a imprensa independente se calou?

Não dispunha de elementos para agitar a opinião por meio de boletins e panfletos que escapariam à nossa polícia habitualmente modorrenta?

Não afronta o niilismo do Império moscovita o triângulo sinistro do enforcamento, o estampido do arcabuz e as minas sombrias e geladas da Sibéria, em perseguição do nobre ideal da liberdade?

O exemplo do Rio Grande do Sul!

Há quantos meses, porém, fumega aquela enorme caldeira de nobilíssimas paixões mal contidas?

A que tempos aquele heroico povo, afeito às agruras de jornadas sanguinosas nas suas enormes pampas abertas, teima em desalojar o governo local que ele afirmava humilhantemente aos seus brios?

A história elucidará que a dissolução do Congresso foi ali a gota última que costuma preceder aos grandes transbordamentos.

Só, entretanto, o presidente deste Estado dizem despertar, pelo seu procedimento, iras estranhas que enfunam velinhas de ambições mal contidas!

——

O que nos induz a essas eternas e irritadas recriminações de indivíduos a indivíduos, de classes a classes, de partidos a partidos, de estados a estados e de poderes a poderes, prende-se a uma causa geral que no momento da contrariedade ninguém enxerga, porque só vê e sente a manifestação local da sua dor de ocasião.

É o que dizem os patologistas verificar-se nas cloro-anemias que produzirão, até a destruição total do organismo, os seus vários, múltiplos e caprichosos fenômenos, se cada um for simplesmente atacado na sua modalidade exterior.

A verdade é que, quando derrocaram-se as instituições ao impulso vigoroso de uma classe, cujo prestígio vinha, não tanto da sua intrepidez e bravura comprovadas em mil combates, mas da sua coesão em acampamentos, só dela, a cavaleiros da eterna e apurada politicagem dos partidos que tudo estragou, podia-se ter verificado que a esta nação, talhada para grandes destinos, mas que a escravidão viciara, não pudera a Monarquia afeiçoar a si, tanto que viu-se desalojada, sem sangue, como um dente que o próprio alvéolo se incumbe de deslocar para a superfície à mercê do primeiro levíssimo atrito.

Onde os monarquistas, pergunto sem ofensa aos brios de quem quer que seja?

Os servidores mais antigos da instituição acomodaram-se pelas indústrias e alguns novos, que iam caminho, em aparência seguro, das colocações sem contrastes e das privanças que deslumbram, dão a espaço, mas de longe, as suas salvas de condolência, antes para mostrarem aos vivos que eles vivem, do que para afirmarem aos mortos que eles se lembram.

As instituições republicanas, por sua vez, não encontraram força dirigente completamente preparada para compreendê-las e executá-las.

Daí essa instabilidade de situações, esse caleidoscópio de acontecimentos que devem ser levados à conta dos que se reputam as cabeças pensantes, como o direito exclusivo de dirigir a espada que cortou ou a que se não opôs que fosse cortado o tênue elo que politicamente prendia esta parte da América às tradições feudais do velho mundo.

Acontece que levando muitos deles as valorosas espadas a golpes que bem lhes sabem pessoalmente, irritam-se quando elas cortam também por sua conta e risco.

Não quero e nem devo falar demoradamente de mim, mas, desculpem-me os que me fazem a fineza de ler, o folheamento da mais recente página de minha modesta vida política consagrada ao serviço da República, que tenho praticado com a sinceridade e lhaneza do caráter mineiro.

Enfrentando o gabinete de um homem de valor, de quem eu fora tão íntimo amigo como em irreconciliável adversário me tornara, não me acudiu aos lábios uma só frase deste pessoal a traduzir destemperos de despeito, em vez de energias de convicções que eu demonstrei como pude.

Dirigindo-me ao então imperador, cuja volta, como tal, eu considero um impossível, disse mais ou menos, e está publicado:

"É senhor, essa, a República que sonho e a que vou dedicar os meus serviços, nobre, elevada, tolerante e digna.

Ela fará, rapidamente, o que não pôde conseguir o vosso patriotismo em quase meio século de reinado.

Tereis, então, em nossos corações um trono de afetos, em troca do da dominação que perdestes."

Dissolvida a Câmara e recolhendo-me sem nenhuma pretensão política mais, a não ser a da agitação local, fui surpreendido, na paz da minha lavoura, pela notícia da Proclamação da República e da minha nomeação para governador deste Estado.

Repugnando-me o azafama de que só a especulação conhece o segredo e o valor, fui à Capital Federal para saber de que princípios me constituíam representante e executor no Estado de meu nascimento e residência, ao qual eu devia tudo quanto tinha valido na vida pública.

Ciente das visitas largas e generosas da revolução triunfante, vim imediatamente ocupar o meu posto, onde dirigi aos mineiros uma proclamação que concluía assim:

"A minha preocupação exclusiva é ver o Estado de Minas Gerais tão eficazmente organizado pela liberdade e para a liberdade, que sejam as nossas heroicas e benditas plagas o refúgio seguro para quantos, fora de seus limites, se vejam acossados pelo infortúnio e pela opressão."

Nos poucos meses do governo ditatorial esforcei-me por praticar a justiça e o bem, iniciando a obra, brilhantemente continuada pelos meus ilustres sucessores, do congraçamento geral de todos os sentimentos em torno do ideal, que devia ser comum aos mineiros, qualquer que fosse a sua origem partidária – a felicidade do Estado.

Ministro do Governo Provisório, não tive atos increpados e nem que autorizassem suspeitas contra a minha integridade moral.

Regressei ao meu Estado na minha conhecida mediania, senão quase míngua de bens desonerados, felizmente escapo aos tentadores deslumbramentos de tripúdios industriais, que depois de fazerem bancarrota nas belbutinas do Império, viraram-se com sucesso para os nomes que a República armara sedutores.

Podem-me acusar de um ideal que reputarão estreito, mas, foi o único que pude apanhar a minha força visual – a felicidade do Estado de Minas Gerais.

Será de vantagem para a pátria que haja singulares maníacos do mesmo gênero em todos os estados e que consigam o que tenho alcançado, sem compreensão de que ninguém me acusa e sem corrupção que nunca empreguei, isto é, fazer-me estimar por todos os mineiros (menos dos poucos que entendem que a si competia a minha missão) obter que eles se acalmem nas suas paixões partidárias para, se estimando, estimarem todos o Estado.

Minas Gerais é hoje um Estado "unido, próspero e feliz", na frase carinhosa do generalíssimo Deodoro que, com o Marechal Floriano Peixoto, homens públicos, responsáveis, um que foi e outro que o está sendo pelo prestígio e honrabilidade da revolução de 15 de novembro, reconhecerão que os verdadeiros amigos em certas ocasiões são os que nos poupam contrariedades e dissabores.

Minas Gerais nunca incomodou e nem incomodará o espírito ao governo da União. Honrará sempre a República este povo que não está comprimido e nem corrompido.

Afrontarei impávido as diatribes anônimas ou quase anônimas, embora assinadas.

São os últimos ódios impotentes que se vão!

Para riscos de outra ordem tenho a estima e o reconhecimento da unanimidade de um povo que muito me estima, porque eu o tenho muito estimado também.

Palácio do governo do Estado de Minas Gerais, 2 de dezembro de 1891.

4. A continuidade dos boatos e notícias sobre a deposição (3 de dezembro de 1891)

A DEPOSIÇÃO[170]

Vê-se das notícias que nos têm chegado de fora desta cidade que o boato de que seria e até tinha sido deposto o presidente do Estado de Minas, o Sr. Dr. Cesário Alvim, tomou muito vulto.

Soubemo-las pelos dois artigos editoriais do *Farol* de 28 e 29 do passado, por telegramas de ansiedade de diversos pontos do estado que nos foram dirigidos nos cinco dias sucessivos e posteriores ao de 23 do corrente, no qual assumiu o alto posto de presidente da República o digno vice-presidente eleito, o Sr. marechal Floriano Peixoto.

E ainda hoje, pela carta do nosso correspondente no Rio de Janeiro, vê-se que, também na capital federal, foi grande a inquietação e ansiedade produzidas pelas notícias dos acontecimentos tão anormais.

Chegou-se mesmo a receber enviados de Juiz de Fora, de S. João del Rei, da Vila de Prados, de Barbacena, de Palmira e Sabará, nos dias 25 e 26, anunciando o começo do levantamento do povo em favor do governo mineiro constituído, que se achava, entretanto, na maior paz, e na mais absoluta tranquilidade.

Sabida a verdade, voltaram incontinente para que a paz fosse rigorosamente mantida.

Não discutimos o incidente porque o julgamos insignificantíssimo, é uma grande balela que não sabemos quem pôs em circulação; tendo também recebido neste sentido um pedido do presidente do Estado, que traduzia opinião idêntica em referência à divulgação do assunto.

Telegrafamos no dia 28 para diversos pontos do estado, esclarecendo o engano das notícias que circulavam e recomendando a maior calma em dias como os de agora, onde a ordem, mais que nunca, se faz necessária.

Para nós, a convicção da insubsistência de tais boatos era tanto mais firme quanto o digno marechal presidente da República, o Sr. Floriano Peixoto, como noticiaram os jornais do

---

170 A deposição. *O Movimento*, Ouro Preto, 3 de dezembro de 1891, p. 1.

Rio, começara a sua administração, recomendando o maior respeito à lei, recomendação confirmada por telegrama circular por ele expedido aos comandantes das guarnições nos estados e aqui também recebido, apenas se desembaraçou o telégrafo que a *greve* na Estrada Central tinha interrompido.

Esta orientação patriótica do primeiro magistrado da nação hoje, era de feição a fazer desaparecer a possibilidade de qualquer pensamento, ao menos neste sentido, tendo além disto o atual governo de Minas por si a opinião inteira do Estado, pela política que consubstancia, larga, conciliadora e fecunda.

Semelhante pensamento, pois, de três ou quatro pessoas, era uma ideia desamparada politicamente, moralmente, vivendo subjetivamente na escuridão de consciências más e objetivamente irrisórias e ridículas.

O Sr. Dr. Henrique Diniz, deputado ao Congresso deste Estado, transmitiu de Barbacena aos jornais do Rio o seguinte telegrama:

"Tendo sido publicado nos jornais dessa capital um telegrama do Dr. Aristides Maia, transmitido desta cidade, no qual se diz ter causado péssima impressão a permanência do presidente Alvim na administração do Estado, cumpre-me informar que a população da cidade de Barbacena e de todo município aplaude a administração do Dr. Alvim.

Um pequeno grupo de membros da dissidência republicana mineira tentou aliciar a guarnição de Ouro Preto para a deposição do presidente, porém, foi energicamente repelida, não só por aquela guarnição, como pelo povo.

Tal tentativa não encontra adeptos neste Estado, ao contrário, amigos e admiradores do presidente uniram-se para protestar e repelir qualquer tentativa de deposição.

A ascensão do marechal Floriano ao poder foi muito apreciada nesta cidade pela restituição ao regime da legalidade.

Custa crer que quando o povo aplaude a vontade da legalidade alguns republicanos queiram inaugurar o regime da anarquia nos estados.

A tentativa de deposição revela falta de orientação republicana e ausência completa de patriotismo da parte de seus autores, por quererem servir-se do elemento militar no ataque à autonomia deste Estado.

O povo é completamente alheio a esse plano."

5. Os desmentidos de deputados mineiros a *Gazeta de Notícias* (25 de dezembro de 1891)

MINAS GERAIS[171]

Do Sr. Dr. Constantino Paletta, deputado por Minas Gerais, recebemos a seguinte carta:

"Sr. redator da *Gazeta de Notícias*. – Não tem fundamento a notícia incerta em vossa folha de hoje, a propósito do plano de deposição do presidente do Estado de Minas. A dissidência mineira não cogitou, por enquanto, de agir materialmente nesse sentido, sendo todo seu empenho que em Minas os acontecimentos forcem uma solução pacífica que, consultando os interesses materiais do Estado, satisfaça aos brios do povo mineiro.

Muito me penhorareis se derdes publicação a estas linhas.

De V. S. Att. Crd. – *Constantino Paletta*.

Rio, 25 de dezembro de 1891."

—

Escreve-nos o Sr. deputado Francisco Amaral:

"Sr. redator da *Gazeta de Notícias*.

Apesar do ilustrado colega Dr. Constantino Paletta contestar o que consta na Gazeta de hoje, sobre a deposição do governador de Minas, cabe-me, entretanto, o dever de afirmar que o povo de Ouro Preto se opõe à deposição do Dr. Cesário Alvim, não pelo interesse de ser mantida a capital mineira de Ouro Preto, ideia já condenada por motivo de interesses gerais, mas pelo patriotismo, civismo e independência daquele povo, que em relação ao que se tenta contra o governador de Minas, age de acordo com a grande maioria do Estado.

Peço-vos a gentileza da publicação destas linhas para que não se desvirtuem os nobres intuitos do povo ouro-pretano, ao ler-se o que consta da Gazeta sobre os negócios de Minas.

Do criado e venerador, o deputado Francisco Amaral."

6. A movimentação dos deputados mineiros na capital federal (26 de dezembro de 1891)

171 Minas Gerais. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1891, p. 1.

[NOTÍCIA][172]

"Os deputados mineiros Gabriel de Magalhães, Carlos Chagas, Francisco Badaró, João Luiz, Costa Machado, Pacífico Mascarenhas, João das Chagas, Jacob da Paixão, Francisco Veiga, Costa Sena e Francisco Amaral foram ontem à residência do Sr. vice-presidente da República entender-se com S. Exa. afim de não ser perturbada a paz no Estado de Minas, conforme tentam os oposicionistas ao governo do Dr. Cesário Alvim, a quem pretendem depor, por intervenção da força armada.

O pedido dos deputados foi a neutralidade dessa força, em qualquer acontecimento que se possa dar, assim como a absoluta abstenção do Governo Federal, a fim de que os mineiros possam agir, livres de qualquer pressão.

Os deputados Francisco Amaral e João Luiz estão autorizados a declarar que são da mesma opinião os Srs. Santa Helena, João Pinheiro, Feliciano Pena, Chaves, Porto, Rocha, Américo Luz, Paiva e Manuel Fulgêncio.

O deputado Francisco Veiga entendeu-se com os Srs. ministros das Relações Exteriores e Marinha, os quais declararam que a força armada não interviria nos negócios de Minas Gerais.

O Sr. vice-presidente da República não estava em casa na ocasião em que foi procurado pelos deputados mineiros.

7. A publicação *a posteriori* de uma ata por Aristides Maia na *Gazeta de Notícias* (27 de dezembro de 1891)

ATA DA REUNIÃO DA DEPUTAÇÃO MINEIRA AO CONGRESSO FEDERAL[173]

Aos dezenove (19) de dezembro de 1891, presentes o senador Americo Lobo e os deputados Mata Machado, Gonçalves Ramos, Astolfo Pio, C. Paletta, Antônio Olinto, João de Avelar, Dutra Nicácio, Gabriel de Magalhães, Corrêa Rabelo, Ferreira Rabelo, Carlos Chagas, Chagas Lobato, Jacob da Paixão, Feliciano Pena, Francisco Veiga, Pacífico Mascarenhas, Paula Amaral, João Luiz, Badaró, João Pinheiro, Ferreira Pires, Gonçalves Chaves, Alexandre Stockler, Costa Machado, Aristides Maia, Lamounier Godofredo, em casa de residência do Sr. Carlos Justiniano Chagas, à rua do Riachuelo, às 7 horas da noite, é aclamado o

172 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1891, p. 1.

173 Ata da reunião da deputação mineira ao Congresso Federal. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1891, p. 3.

presidente, por proposta do Sr. Costa Machado, o Sr. Mata Machado, que convida a servir de secretário o Sr. Aristides Maia.

O Sr. Chagas Lobato levanta a seguinte preliminar: se a decisão da maioria obriga a minoria.

O Sr. Paletta pondera que não tendo conhecimento do fim a que se propunha a presente reunião, só depois de informada à assembleia do que se ia tratar era possível responder-se à preliminar; pois que poder-se-ia também tratar de uma questão de dignidade, em que a decisão da maioria não pode nem deve prevalecer sobre a minoria.

O Sr. Aristides Maia concorda com o Sr. Paletta.

O Sr. presidente expõe que o fim da reunião era deliberar sobre a atitude mais conveniente ao Estado de Minas Gerais, em face do procedimento de seu presidente aderindo ao golpe de Estado de 3 de novembro, terminando por fazer votos para que daquela reunião saísse unida a deputação mineira, em bem dos interesses do Estado e da República.

Usando em seguida da palavra o Sr. Gonçalves Ramos, pondo em relevo o antagonismo entre a deputação mineira que assinou o manifesto do Congresso e o presidente do Estado, que por si e em nome do povo mineiro aderiu ao golpe de Estado, julgando inconveniente qualquer luta armada e o emprego de violências entre irmãos, cumprindo, entretanto, apurar-se quem tinha fielmente interpretado os sentimentos do povo mineiro, se seus representantes junto ao Congresso Federal que protestaram contra a violação da Constituição, se seu presidente que aderiu ao golpe de Estado esposando os fundamentos do manifesto do ditador, propunha que pelos meios regulares e que se convencionaria se provocasse a resposta de Minas ao seguinte quesito:

"O presidente do Estado de Minas, aderindo ao golpe de Estado que violou a Constituição Federal e proclamou a ditadura a 3 de novembro de 1891, nos termos de seu telegrama de 5 novembro, em seguida publicado, interpretou fielmente o sentimento e vontade do povo mineiro?"

E seguia-se o telegrama.

O Sr. Gonçalves Chaves combate em longas considerações o alvitre lembrado, e julga inconveniente qualquer tentativa de deposição do presidente, que deve ser *desculpado dessa falta*, a bem da paz e da ordem no Estado de Minas.

O Sr. Gabriel Magalhães combate a proposta do Sr. Ramos, que substitui pelo seguinte: que os deputados federais façam declaração de que, *não podendo aprovar o telegrama do Sr. presidente do Estado* ao general Deodoro, atendendo aos altos interesses do Estado de Minas, deixam de aconselhar ao povo mineiro o procedimento revolucionário havido em outros estados.

O Sr. Costa Machado opina que a deputação se dirija ao presidente do Estado pedindo-lhe que consulte ao povo mineiro o seguinte: "O presidente de Minas, tendo sido acusado pela incorreção de seus telegramas de adesão ao golpe de Estado de 3 novembro, consulta o povo mineiro se continua ou não a merecer a sua confiança."

O Sr. Francisco Veiga combate todas as propostas apresentadas, começando pela do Sr. Ramos, que lhe faz lembrar os quesitos formulados por hábeis advogados, que dão em resultado sempre a absolvição dos réus, *sendo que, no caso, é forçada a condenação*; e termina declarando que é de opinião que se deixe ao povo mineiro e aos seus representantes estaduais procederem como lhes ditar a consciência.

O Sr. Americo Lobo verbera o procedimento do Sr. presidente de Minas, que diante do golpe de Estado devia proceder com toda a energia, ainda que se aventurasse a não poder dizer mais do que como Francisco I *"tout est perdu hors l'honneur."* Declara, entretanto, que não deseja o emprego de meios violentos para depor o presidente do Estado, nem tão pouco o plebiscito, cujo processo lhe parece difícil, senão impossível, para assegurar um resultado que não possa ser postado em dúvida.

O Sr. Corrêa Rabelo propõe abstenção completa por parte dos representantes federais, reprovando, todavia o procedimento do Sr. presidente do Estado.

O Sr. Lamounier apoia a opinião do Sr. Americo Lobo, protestando todo o seu valimento ante os seus amigos políticos em favor do atual presidente.

O Sr. Pacífico Mascarenhas, por si e autorizado pelo Sr. senador Felício dos Santos, declara que não quer por meios violentos a deposição do Sr. Alvim.

O Sr. Feliciano Pena combate todas as ideias apresentadas, entendendo que se deve deixar a solução ao arbítrio do próprio presidente, protestando contra qualquer intervenção estranha no intuito de apeá-lo do governo, não desejando ver o solo de Minas ensanguentado por luta fratricida e muito menos talado pelo tacão da bota do soldado federal. Pondera que tendo sido iniciada a deposição do presidente pela oposição, como ouviu dizer, pode parecer que a adesão do presidente ao golpe de Estado seja simples pretexto de que se servem seus adversários para apeá-lo do governo. Lembra que está marcado o dia 31 de janeiro para as eleições municipais, podendo-se pelo seu resultado apurar-se a confiança de que goza o atual presidente.

A um aparte do Sr. Chagas Lobato, ponderando que as eleições municipais deviam ser feitas de acordo em bem dos interesses dos municípios e independentemente de questão política que pudesse irritar, respondeu o Sr. Feliciano Pena que então deve-se deixar tudo em paz.

O Sr. C. Paletta observa que podendo parecer ter o Sr. F. Pena insinuado que outro móvel, que não a indignação pela adesão do Sr. presidente de Minas ao golpe de Estado, atua no espírito da oposição, apressa-se, antes de tudo, a declarar, e provoca o testemunho do Sr. Lamounier, que a este, poucas horas depois da dissolução do Congresso, autorizou, bem como o Sr. Gonçalves Ramos, a escrever ao Sr. João Pinheiro, não obstante estar de relações [ilegível] com este cidadão, assegurando-lhe que não só ele como todos os seus companheiros de oposição se acercariam incondicionalmente do Sr. Alvim, se este não apoiasse a ditadura, protestando mais abandonar a sua cadeira de deputado, restabelecida que fosse a legalidade com o apoio do Estado que representa, protesto que fazia para que não parecesse que esta aliança tinha por fim assegurar-lhe a conservação de sua cadeira.

Confirmado pelo Sr. Lamounier e apoiado pelos membros da oposição presentes, acredita que com todos os seus companheiros de oposição está ao abrigo de qualquer insinuação menos honrosa. Como os deputados que se pronunciaram, não deseja que a paz e tranquilidade de Minas sejam perturbadas, e por isso mesmo é todo o seu empenho, como sê-lo-á de todos os seus colegas, que nesta reunião se assente numa solução pacífica que assegure a ordem e tranquilidade de Minas, de par com a dignidade de sua representação federal; e quando isso não seja possível, que se dirija um manifesto ao Estado explicando a melindrosa situação atual, o modo de ver a atitude dos representantes federais, e para evitar um conflito material no solo mineiro é opinião geral dos representantes que cumpre recuar-se de qualquer tentativa e manter o *status quo*; por seu lado, para pôr termo à colisão, não duvidará até abandonar em momento oportuno sua cadeira de deputado, posto de confiança, quiçá abalada pelo silêncio do Estado, em cujo nome falou seu presidente, conformando-se com o golpe que viola a lei fundamental da República.

É apoiado nesses conceitos por vários representados.

O Sr. Paixão julga o mal irremediável, mas devemos aconselhar o Estado de Minas a não fazer revolução. Acha inexequível a proposta do Sr. Ramos.

O Sr. Mata Machado, mostrando os perigos de uma luta da qual poderia advir a divisão de Minas, declara-se favorável à proposta do Sr. Ramos, mas vendo que ela não tem o assentimento geral da deputação, propõe que todos os presentes assinem a seguinte declaração:

"Os deputados federais do Estado de Minas acordam:

1°, em reprovar o emprego de meios violentos que tenham por fim perturbar a paz e a marcha regular da organização do Estado.

2°, que a cada um ficará livre provocar, se julgar conveniente, por qualquer modo pacífico e legal, a manifestação da opinião dos mineiros em todo o Estado sobre a atitude assumida pelo presidente perante o golpe de Estado.

3°, que todos os signatários: comprometem a não embaraçar de modo algum a franca manifestação da opinião do Estado sobre tal assunto.

4°, finalmente, que estão certos de que em todo o caso o presidente do Estado saberá respeitar a opinião expressa do povo mineiro."

Sendo já 1 hora da madrugada, acordou-se em convocar outra reunião para se deliberar sobre a última proposta.

De tudo lavrei este termo, que vai assinado.

Dr. João da Mata Machado
Aristides de Araújo Maia,
secretário.
Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1891.

8. A contestação e complemento de João Pinheiro à ata publicada na Gazeta de Notícias (28 de dezembro de 1891)

COMPLEMENTO[174]

Estive presente à reunião que se realizou no Rio de Janeiro, em casa do Sr. Carlos Justiniano das Chagas, de deputados mineiros federais e para o fim, que se dizia ter em vista, da conciliação dos grupos em que a mesma deputação se divide.

Não tomei parte nas discussões, que me pareceram as de uma reunião mais íntima do que solene e pública para os efeitos da exploração atual que encerra sem dúvida algumas intenções ocultas.

---

174 SILVA, João Pinheiro da. Complemento. *O Movimento*, Ouro Preto, 29 de dezembro de 1891, p. 1.

Sinto-me por isto obrigado a esclarecer os acontecimentos que ali tiveram lugar e que parecem propositadamente, mas inutilmente, desvirtuados, na publicação da ata da aludida reunião, feita na *Gazeta de Notícias* de ontem.

Não tomei notas, na ocasião, das conversações ali havidas.

Assistia à reunião despreocupado, e nem me poderia passar pelo espírito que para a publicidade havia de ser trazido aquele trocar de pareceres em intimidade.

E, não por isso, se me não é possível a reprodução exata das palavras ali proferidas, em todo caso darei os pensamentos que me ficaram de memória e que foram ali externados por alguns colegas.

O Sr. Feliciano Pena disse que tomava a palavra, não porque o desejasse fazer, mas por ter sido a isto convidado pelo Dr. Mata Machado e amigos presentes.

Que era absolutamente contra a deposição do presidente de Minas e a qualquer ideia de violências e perturbação da ordem no território do Estado.

Que a atitude dos partidários da deposição de governadores ele não a compreendia como norma lógica de proceder, uma vez que tinha visto, enquanto se depunham nos estados os governadores como cúmplices que tinham aderido ao golpe de Estado, fazerem-se manifestações de apreço, à capital federal, a um dos membros da junta militar que o mesmo golpe criara, junta que era peça essencial da entidade jurídica – golpe de Estado.

E, além disto, a deposição de governadores bem podia parecer mais o desejo de galgarem o poder os que deste estavam fora, do que seria questão de desinteressado civismo.

Havia dúvida sobre o que desejava Minas ou o que pensava a respeito.

E, observando o Dr. Feliciano Pena, estando próximas as eleições municipais mineiras, eleições que são a honra do Congresso Estadual pelos moldes libérrimos que lhes foram assinalados; nas quais não entram nem direta nem indiretamente as intendências do tempo da ditadura e nem quaisquer funcionários, de qualquer categoria que seja, de nomeação do governo, nestas condições se poderia apelar para o 31 de janeiro e para o pronunciamento das novas municipalidades que regularmente decidiriam da confiança que continuasse a merecer ou não do povo mineiro o seu presidente constitucional!

– O Sr. Pacífico Mascarenhas disse apenas que era contra a perturbação da ordem em Minas e que votava em absoluto contra a deposição do seu primeiro magistrado.

E que fazia esta declaração também em nome do senador Dr. Joaquim Felício dos Santos que a isto o tinha autorizado.

– Não reproduzo a suma do que disse o Dr. Gonçalves Chaves, porque, ele próprio o fez em outro lugar desta folha.[175]

– O Sr. Jacob da Paixão começa dizendo que o seu juízo era insuspeito em relação à política de Minas e à atual administração; porquanto os lugares de nomeação do governo estavam preenchidos em seu município por inimigos políticos do orador.

Mas que votava em absoluto contra a deposição do presente de Minas e contra a perturbação ali da ordem pública.

Que o pretexto em que via insistirem para semelhante conclusão era a invocação da dignidade mineira; evidentemente era um simples pretexto, pois convinha notar que tendo o governador transmitido o telegrama em questão, tinham passado 20 dias sem que se presenciassem protestos ao referido despacho telegráfico.

Que tais energias póstumas, com semelhante causa, por parte de seus autores, fazia lembrar o caso de um indivíduo que, tendo sido insultado, e, muito tempo depois, quando lhe tenham vindo ao encontro guarda-costas para o amparar, então, e só então, se lembrava de repelir a injúria velha.

Da publicação da ata parece transpirar o fito propositalmente feito de se guerrear o presidente de Minas; mas para quem assistiu à reunião, o que ficou evidenciado a todas as luzes foi a condenação *in limine* dos que pretenderam perturbar a ordem e a paz pública em Minas e a humilharem como Estado organizado e autônomo que é.

Lembra-me também que o Dr. Francisco Veiga, ao terminar o seu discurso, depois de ter condenado todos os alvitres propostos, concluiu – que tinha aconselhado aos seus amigos a resistência a qualquer pensamento de desrespeito à legalidade mineira e que, a se realizar o crime de se fazer a revolução em Minas, ele aconselharia a seu único filho o único caminho do dever e da honra que era – morrer combatendo pela autonomia de Minas Gerais, e dignidade de sua terra natal.

28-12-91.

---

175 O texto referido foi publicado após o de João Pinheiro, com o título “Retificação” e assinado por Antônio Gonçalves Chaves e vem logo a seguir.

9. A retificação do deputado Gonçalves Chaves à ata publicada por Aristides Maia (28 de dezembro de 1891)

RETIFICAÇÃO[176]

A publicação feita pelo Sr. Dr. Aristides Maia da ata da reunião dos deputados mineiros, em casa do meu ilustre amigo, Sr. Carlos Chagas, para o fim, segundo me informaram alguns colegas, de combinarem-se os meios de se harmonizar os representantes federais de Minas, divididos em dois grupos, desde os trabalhos da Constituinte, obriga-me a retificações, que desejara não ter ocasião de fazer, com relação ao modo, como pronunciei-me na referida reunião.

Antes de tudo, o Sr. Aristides permitir-me-á estranhar que fosse trazido à publicidade um fato da vida íntima da deputação mineira, fato que teve, assinaladamente, esse caráter e cuja exibição aos olhos do público torna-se ainda mais estranhável, dada a circunstância de não me haver apresentado S. Exa. o resumo que fez das minhas observações.

Cheguei à reunião, quando já se haviam pronunciado alguns colegas; e logo após tomou a palavra o Sr. Dr. Gonçalves Ramos, que concluiu submetendo à aprovação dos presentes uma proposta, exigindo plebiscito e em termos que não me pareceram aceitáveis.

Imediatamente pedi a palavra e combati a proposta por duas ordens de considerações.

Na primeira parte, referente à increpação, que era a base da proposta do Sr. Gonçalves Ramos: de haver o presidente de Minas, em um telegrama, aderido ao golpe de Estado de 3 de novembro, eu disse: que esse telegrama não tinha o sentido que lhe atribuíam os adversários do presidente e nesse intuito fiz a análise detida dos principais conceitos de tal documento; que, quando o pensamento do presidente fosse, precisamente, o que assevera a dissidência mineira, não deparava eu nesse fato razão que determinasse a renúncia ou a deposição daquele; que estávamos no regime da federação e que ao povo mineiro é que competia julgar o procedimento do Sr. Cesário Alvim; que, se foi um crime o golpe de Estado, maior e de mais funestas consequências será a intervenção indébita e inconstitucional no Estado de Minas, consequências, diante das quais eu tremia porque seriam a perturbação profunda da paz, da tranquilidade e do progresso da nossa terra, que eu considerava como a pedra angular da federação brasileira; que não compreendia como mineiros nos dessem pensar em tal calamidade; que todos nós éramos dominados dos mesmos sentimentos; que na hipótese figurada, a falta do presidente seria menor que o ataque à Constituição e à soberania do

176 CHAVES, Antônio Gonçalves. Retificação. *O Movimento*, Ouro Preto, 31 de dezembro de 1891, p. 1

Estado de Minas, e como acontecimento *post factum* teria a escusa de haver ele cogitado de graves e momentosos interesses de Minas, como responsável imediato pela ordem e bem estar do Estado; finalmente que era revolucionário qualquer processo para a deposição do chefe de um poder legalmente constituído no Estado, desde que não fossem observados os preceitos da respectiva Constituição.

Combati o plebiscito, entre outras considerações, pelas seguintes; que o repto não podia ser levado a Minas, à revelia do presidente; que, nos termos da proposta, ao presidente de Minas é que competia esse direito; que o meio com estava indicado se me afigurava revolucionário e praticamente o plebiscito não traria resultado uniformemente aceito.

São estas as ideias que desenvolvi e que mantenho.

28 de dezembro de 1891.

10. Um artigo veemente em defesa da federação (31 de dezembro de 1891)

ONDE O MAL?[177]

Não; não é assim a federação.

Por ela, por essa forma substancial do governo republicano, tal como foi consagrada na Constituição da União de fevereiro, a federação é a independência política dos estados, é a descentralização administrativa até a autonomia; é a liberdade na gerência dos públicos dinheiros estaduais, podendo os respectivos governos lançar e aplicar os impostos como mais lhes convenha.

O poder dos estados de elaborarem as suas constituições, de organizarem a sua magistratura, de fazerem a sua lei eleitoral, de elegerem os seus altos funcionários... foi esta perspectiva formosíssima a promessa e a miragem da jovem República Brasileira ao dar o seu primeiro vagido a 15 de novembro, e o coração da pátria sorriu, e o coração da pátria disse à recém-nascida que fosse benvinda, ela que trazia para estas 20 porções do território brasileiro encadeadas ao centro a palavra que as libertava, a independência que fazia a coragem da luta, a liberdade responsável que dignificava esforços e que incitava a cometimentos.

É, pois, bem grande agora a dor das almas desinteressadas, que são, cumpre não esquecer, a unanimidade quase do povo, que, os que se dizem seus detratores, ignora muita vez este mesmo povo o que eles sejam, tanto o interesse ganancioso os distancia do bem público.

177 Onde o mal? *O Movimento*, 3 f1 de dezembro de 1891, p. 1.

O povo vê a federação em perigo, a utilidade incomparável da revolução triunfadora em 15 de novembro.

Vê, porque os princípios que agora andam correndo, são os mesmos da centralização monárquica, querendo rebaixar os presidentes eleitos dos estados à atitude servil dos antigos presidentes de província que deviam pensar uniformemente pelo cérebro dos diretores políticos da Corte.

Vê, porque os sacrifícios que os estados fizeram, as eleições pleiteadas, as assembleias eleitas, as suas constituições votadas, o dinheiro, sim, o dinheiro que é o sangue do povo, gasto com estas assembleias, tudo isto nada vale; há uma revolução no Rio, é preciso que ela repercuta em todos os estados; que a paz das famílias se ameace, para que meia dúzia de ambiciosos empolguem o poder.

Os inimigos públicos são os que se esforçam por introduzir nos estados a guerra civil.

11. João Pinheiro deixa a redação d'*O Movimento* (10 de fevereiro de 1892)

"O MOVIMENTO"[178]

Deixou a redação deste órgão ouropretano o Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro, que será substituído pelo nosso distinto colega Dr. Jorge Pinto, ex-redator d'*O Eleitor* de Santo Antônio do Muriaé.

A SUCESSÃO NO GOVERNO DE MINAS E A POLÊMICA ENVOLVENDO CESÁRIO ALVIM, GAMA CERQUEIRA E JOÃO PINHEIRO

1. Uma consulta de membros do Congresso Mineiro a Cesário Alvim e João Pinheiro (6 de dezembro de 1893)

[CORRESPONDÊNCIA][179]

Barbacena, 6 de dezembro de 1893 – Ilmos. e Exmos. Srs. general Dr. José Cesário de Faria Alvim e Dr. João Pinheiro da Silva – Tendo conhecimento os abaixo assinados de que alguns membros do Congresso Mineiro tratam da adoção de candidatos aos cargos de presidente

178 O Movimento. *O Farol*, Juiz de Fora, 10 de fevereiro de 1892, p. 1.

179 ALVIM, Cesário. Candidatos ao governo do Estado. *O Tempo*, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1894, p. 2. Este documento foi transcrito por Cesário Alvim em artigo datado de 25 dezembro de 1893 e no qual menciona que atendeu individualmente ao que lhe foi solicitado em virtude da ausência do companheiro João Pinheiro. Neste momento fica evidente o afastamento de João Pinheiro no que diz respeito à política estadual, apesar de seu envolvimento no episódio.

e vice-presidente do Estado na eleição de 7 de março próximo, e lhes parecendo que em assunto de tamanha magnitude não podem prescindir da audiência de VV. Exas., que são os mais eminentes chefes republicanos de Minas, deliberaram não tomar compromisso algum nesse sentido, e dirigindo-lhes esta carta pedem os abaixo assinados a VV. Exas. a fineza de manifestarem a sua opinião sobre os candidatos que o alto critério e patriotismo de VV. Exas. julgarem mais conveniente aos interesses do Estado.

Aguardando sua resposta, apresentam-lhes os protestos de distinta consideração e subido apreço com que se subscrevem de VV. Exas. amigos afetuosos e criados obrigados.

Frederico Augusto Álvares da Silva.
Dr. Targino Silva.
João Roquete Carneiro de Mendonça.
Manoel Ignacio Gomes Valadão.
Antônio Cândido Teixeira.
Dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior.
Nelson Dario Pimentel Barbosa.
Dr. Álvaro da Mata Machado.
Joaquim Antônio Gomes da Silva.
Alexandre Barbosa.
João Luiz de Almeida Souza.
Dr. Carlos Marques da Silveira.
Dr. Gomes Freire de Andrade.
Eugênio Simplício de Sales.
V. M. de Melo Franco.
Carlos Alves.
Gonçalves Ferreira.
Dr. Francisco José Coelho de Moura.
Joaquim C. Costa Sena.
Levindo Ferreira Lopes.
Bernardino A. de Lima.
Dr. Abellard Rodrigues Pereira.
Francisco Ferreira Alves.
Sabino Barroso Júnior.
Como representantes autorizados de seis representantes do extremo norte ausentes.
Antônio Gonçalves Chaves.
Sabino Barroso Júnior.

2. Os indicados por Cesário Alvim à sucessão (12 de dezembro de 1893)

GOVERNO DE MINAS[180]

Ao Exmo. Sr. Dr. Cesário Alvim foi dirigida uma consulta por 25 membros do Congresso, senadores e deputados, e subscrita pelo representante, autorizado, de 6 deputados ausentes da região norte – sobre candidatos ao governo do Estado no quatriênio futuro.[181]

A essa consulta respondeu o ilustre mineiro com o seguinte ofício, cuja cópia obsequiosamente nos endereçou:

Exmos. Srs.

De posse da honrosa carta em que VV. Exas. se dignam de pedir o meu conselho sobre os cidadãos no caso de ocupar os elevados postos de presidente e vice-presidente do nosso Estado no próximo quatriênio, com proveito para a causa pública, e cujos nomes devem ser lembrados aos sufrágios do altivo eleitorado mineiro, sempre bem orientado, cumpre-me dizer a VV. Exas., que, para o primeiro desses cargos já o mesmo eleitorado prestigiou um nome dos mais estimados de nossa terra pela sua alta capacidade e elevadas virtudes cívicas, provadas durante o Império e postas, agora, com sinceridade e do modo mais eficaz, ao serviço da República, para glória da qual, em Minas Gerais, incumbiu-se o seu abnegado patriotismo, raro engenho e lúcido conhecimento dos homens e das coisas, de organizar os serviços municipais da primeira cidade e município do nosso Estado.

Refiro-me ao Sr. Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva[182] que, aos peregrinos dotes de orador eloquente e jornalista emérito qual o conhecemos todos durante o passado regime, está a revelar-se, agora, administrador consumado a quem o Estado, por voto espontâneo, não solicitador, antes nobremente escusado, entendeu designar, no posto de vice-presidente, campo mais vasto para ação dos seus elevados merecimentos, ato de grande sabedoria da urna mineira que, indo buscar na modesta lida municipal para a primeira linha da sua administração suprema o cidadão que ali se revelara digno mostrou, ao mesmo tempo, que era

---

180 Governo de Minas. *O Farol*, Juiz de Fora, 12 de dezembro de 1893, p. 1.

181 Conforme observado, a consulta foi extensiva a João Pinheiro que deixou a indicação dos nomes a Cesário Alvim, imiscuindo-se do encargo, dado o interesse em manter-se distante da política estadual, apesar de ser obrigado a se manifestar após ser provocado por Gama Cerqueira, como se verá a seguir.

182 Francisco Bernardino Rodrigues Silva (1853-1920) nasceu em Juiz de Fora e formou-se pela Faculdade de Direito São Paulo. Foi deputado provincial entre 1874-1879. Em 1877 exerceu concomitantemente o cargo de presidente da província do Piauí. Entre 1884 e 1890 atuou na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 1893 foi indicado ao Governo de Minas, mas não aceitou tomar posse, pois pleiteava ser candidato à República no ano seguinte, mas cujo eleito foi Prudente de Morais. Entre 1895 e 1898, atuou novamente como vereador em Juiz de Fora. Entre 1903 e 1908 exerceu mandato como deputado federal por Minas Gerais.

real, entre nós, a fusão com republicanos de princípios, de todos os elementos que estiveram ao serviço das passadas instituições para amar e servir à República que a temos efetiva, boa e fecunda em nossa terra, por isso que, o Dr. Francisco Bernardino representava, como um dos seus mais belos ornamentos, o pujante Partido Conservador que deve ser chamado, também, aos altos postos da administração pública organizada por membros do Partido Republicano e que tem, presentemente, ao seu serviço com a mesma lealdade e aptidão consagradas à causa da Monarquia, um ilustre membro do antigo Partido Liberal.

Não me cabe, pois, a glória e fortuna de lembrar esse nome. Já o fez a soberania popular que tudo pode e tudo vale, à luz dessa sincera e abnegada política conciliadora a que, sem os desvarios do jacobinismo e nem as grosserias de apetites dos corrilhos que os mineiros não consentirão, deve o nosso Estado a sua atual invejável situação em que só lhe punge uma amargura – a dos sofrimentos alheios que ele remediaria se pudesse.

Para o cargo de vice-presidente tenho a honra de lembrar o nome do notável cidadão Dr. Américo Gomes Ribeiro da Luz[183] que, depois de haver prestado no primeiro Congresso Federal da República os mais importantes serviços à causa nacional e estadual, volveu, altamente prestigiado à opulenta e adiantada zona sul-mineira, de sua residência, onde é justamente considerado, escusando-se à renovação de seu mandato legislativo que tanto enobreceu.

Quando, por um fatal desvario que as baixas ambições costumam soprar nos organismos morais, ainda mesmo nos bem equilibrados, mãos sacrílegas alçaram a horrível bandeira do estrangulamento do nosso Estado que, até então, não tinham podido perturbar e dominar por outra forma, encontrou essa hedionda tentativa, a despeito do alto prestígio oficial com que surgiu amparada de fora, a mais nobre, franca e generalizada repulsa da própria parte da terra mineira a que diziam querer felicitar.

Penso que na pessoa de um dos seus mais gloriosos filhos, nobre defensor daquela opulenta, encantadora e heroica região deve o Estado de Minas Gerais comemorar as santas alegrias da união indestrutível do solo e povo mineiro, tão seriamente ameaçada naquela ocasião.

O Dr. Américo Gomes Ribeiro da Luz foi, então, um dos mais enérgicos defensores da causa que triunfou, firmando a grandeza deste Estado, obra imperecível, organizada pelo amor entre todos os homens de boa vontade, com o respeito condoído para os infortúnios de todos os vencidos e concluída em nome do Todo Poderoso.

---

183 Américo Gomes Ribeiro da Luz (1854-1927) nasceu em Juiz de Fora e formou-se em medicina. foi deputado provincial em 1889 e deputado federal entre 1891 e 1893. Foi diretor presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Com a mais elevada estima e distinta consideração subscrevo-me de VV. Exas.

Companheiro, amigo admirador.

Cesário Alvim.
Ouro Preto, 9 de dezembro de 1893.

3. Cesário Alvim sobre a indicação de Crispim Jacques Bias Fortes (18 de dezembro de 1893)

ESTADO DE MINAS[184]

Honrado com uma consulta firmada por vinte e cinco membros do Congresso Mineiro, ora em trabalho na cidade de Barbacena, consulta subscrita também por prestigioso chefe político no norte do estado a quem seis representantes daquela região, ausentes, deram poderes para agir em seu nome, tomei a liberdade de responder-lhes nos termos constantes de minha carta de 9, publicada nesta folha.[185]

Informado depois por vários signatários da missiva com que fui distinguido de que tive a fortuna de trabalhar o pensamento geral a respeito dos ilustres cidadãos no caso de disputarem, com vantagem para o Estado, os altos postos de seus magistrados supremos, quais os Srs. Drs. Francisco Bernardino Rodrigues Silva e Américo Gomes Ribeiro da Luz, nomes aplaudidos igualmente pelo eminente cidadão que preside os trabalhos da Câmara dos Srs. deputados e que não firmara a consulta em questão, dei-me pressa em vir entender-me nesta cidade com o seu digno chefe executivo municipal para comunicar-lhe que as suas luzes e patriotismo eram reclamados em cargo mais elevado do nosso Estado.

Devendo cessar no próximo ano os respeitáveis motivos que determinaram a nobilíssima escusa do Sr. Dr. Francisco Bernardino para ocupar o posto de vice-presidente, no qual, não obstante, foi investido pelo eleitorado mineiro que o teve submisso à sua soberana vontade, S. Exa. declarou-me que aceitava penhorado a indicação do seu nome e que, eleito, iria prestar os serviços públicos que se lhe exigiam, e que todos os mineiros devemos ter por certo serão brilhantes e altamente fecundos para a nossa terra.

Agindo nesta matéria com a publicidade que os mineiros observam, acabo de ser surpreendido com a notícia de que por iniciativa de dois estimados congressistas estaduais, de acordo com um cidadão residente em Barbacena, membro da extinta Câmara Federal, o qual por má apreciação certamente da política que observei na organização do Estado, criou-lhe toda

---

184 Reprodução de texto publicado no jornal *O Farol*, de Juiz de Fora. Estado de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1893, p. 3.

185 ALVIM, Cesário. Estado de Minas. *O Farol*, Juiz de fora, 19/12/1893, p. 1.

a sorte de embaraços e tropeços, foram colhidas assinaturas de vários dignos membros do Congresso para apresentação que deve ser feita de outro candidato à presidência do Estado, o meu ilustre amigo Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, para cuja legítima glorificação disputo a primazia entre os que hoje pretendem ter mais concorrido.

Presumo conhecer bastante os sentimentos desse cidadão para poder com segurança afirmar que é sem ciência sua e que não será com a sua anuência que o pleito eleitoral se há de travar no terreno em que o pretendem ferir.

O que, principalmente, concorreu para a situação invejável do nosso Estado, tranquilo, unido, próspero, feliz, foi a política sinceramente republicana de que S. Exa. se constituiu um dos mais convencidos arautos e prestigiados executores, a do aproveitamento no serviço da República de todas as aptidões, qualquer que tivesse sido a sua procedência partidária no Império, sem as exigências de adesões espalhafatosas e humilhantes à ordem de coisas criada pela revolução de 15 de novembro de 1889, revolução que para muitos republicanos que se diziam de escola e propaganda foi menos a vitória de uma nobre bandeira política bastante ampla para cobrir a todos do que a conquista de uma gorda caixa orçamentária que só devia caber aos que, no Império, não quiseram ou não puderam disputá-la a pleno sabor.

Aguardo o documento anunciado e cheio da mais segura confiança, o pronunciamento do ilustre Dr. Bias Fortes que cumprirá o seu dever como eu cumprirei o meu ante o tribunal a que nos habituamos a prestar, reverentemente, contas – o Estado de Minas Gerais de que somos servidores, com mais brilhantismo o meu ilustre amigo, mas ambos com igual dedicação.[186]

Juiz de fora, 18 de dezembro de 1893.
Cesário Alvim
(D *'O Farol*)

4. Carta de Eduardo Gama Cerqueira a João Pinheiro (21 de dezembro 1893)

POLÍTICA DE MINAS[187]

Amigo Sr. Dr. João Pinheiro – Li com desgosto o artigo do nosso amigo Dr. Cesário Alvim, transcrito n'O *País* de 20 do corrente,[188] porque prevejo as graves consequências políticas que vai gerar esse verdadeiro repto lançado ao Congresso Mineiro.

---

186 Importante salientar que Crispim Jacques Bias Fortes será o governador de Minas no período 1894 a 1898 a despeito das indicações de Cesário Alvim, que foi concitado a fazê-lo por representantes do Congresso Mineiro e que a polêmica iniciada por Gama Cerqueira tem interesse especial ao envolver João Pinheiro e a crítica à política de conciliação.

187 CERQUEIRA, Eduardo E. da Gama. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1893, p.1.

188 Gama Cerqueira faz referência ao texto anterior, originalmente publicado n'*O Farol*, de Juiz de Fora e reproduzido n' *O País*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1893, p. 3.

Amigo leal vosso e dele, vou expor com franqueza e verdade o que se passou em Barbacena com relação ao futuro presidente de Minas, mas tomarei de mais longe o assunto.

Quando se indicou, o ano passado, o Dr. Francisco Bernardino para vice-presidente, lembrança, ao que consta, do Dr. Alvim, voltávamos da reunião política e em frente ao Grande Hotel aventou o Dr. Costa Reis a ideia de levantar o mesmo Congresso oportunamente o nome do futuro presidente, tornando o Dr. Alvim: "Não; há de ser levantado pelas câmaras municipais e, se fizerem o contrário, há de me encontrar pela proa".

Reunidos em Barbacena, cogitamos do assunto, Dr. Costa Reis, eu, Dr. Dutra, Pimentel Barbosa e outros (não interveio o Dr. Ramos) e assentamos no nome do Dr. Bias Fortes, que, provado já no governo, reunia gerais simpatias.

Quando se ia deliberar, consta-me que o Dr. Otávio Otoni lembrou a conveniência de ouvir-se a vós, Dr. Alvim e Dr. Antônio Olinto, e assim foi que, escrita uma carta pelo deputado Eugênio de Sales, recebeu assinaturas de alguns congressistas e seguiu para Ouro Preto. Não me foi apresentada, nem ao Dr. Costa Reis, e só a conheci pelos comentários que sobre ela fez o Dr. Alvim n'O *Farol*, indicando desde logo o Dr. Francisco Bernardino.

Entendo que foi precipitada essa publicação:

a) Porque consultar não é delegar.

b) Porque da própria maioria signatária da carta muitos reservaram-se o direito de escolha; tanto mais que afinal era o Congresso quem resolvia.

O resultado é que, tomando este como tomou, ao que me consta, resolução contrária, ficaram em falsa posição bons amigos e o mais inocente em tudo isso, o Dr. Francisco Bernardino.

Sagaz como é em política o Dr. Alvim, deveria ver que a situação justifica o puritanismo, tratando-se sobretudo de um posto de alta confiança política e grande soma de poder.

Se a República fosse mais rigorosa, o Sr. Saldanha da Gama não estaria hoje metralhando as forças do governo e os populares com as armas e os braços da mocidade, que lhe foram confiados, de par com um alto posto de mando.

Não é agora que assim penso; se não tendes a carta, que vos dirigi a 25 de novembro de 1889, lêde na *Gazeta* de 28 os seguintes trechos dela:[189]

---

189 CERQUEIRA, Eduardo E. da Gama. Cataguazes. Dr. João Pinheiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1889, p. 3.

"Não quer isso dizer que se fechem as portas dos proventos aos novos adeptos, e já disso deu boas arras o governo... Estou de acordo com o programa de paz, tolerância e moralidade do governo, sem que, entretanto, se entreguem abertas de par em par as portas do castelo aos que ontem apedrejavam a democracia..."

Sem rigorosa aplicação ao indicado, e acatando suas muitas aptidões, prefiro quem a estas adita a de velho republicano, e por isso, retirando-me do Congresso, deixei com o Dr. Costa Reis, exarada em carta, o meu voto em favor do Dr. Bias Fortes.

Pus-me nisto de acordo convosco que, reconhecendo os altos méritos do Dr. Afonso Pena,[190] e já indicado pelo Congresso, tentastes, fato que é hoje de domínio público.

Ando seguramente errado em política, preferindo aos homens e aos amigos os princípios e as garantias da República profundamente ameaçada; mas estou já agora velho para me curar da *mania*, e felizmente sinto-me bem no meu posto de advogado da roça.

Uma última aspiração política tinha – o congraçamento da família republicana em Minas – e a este respeito conversamos muito em Barbacena, e muito interessaria à boa marcha das coisas públicas; mas já vou desesperando pela sequência dos fatos; e em todo o caso consola-me crer que afinal todos se lembrarão do que devem a Minas e à pátria brasileira.

Cataguazes, 21 de dezembro de 1893.

Velho amigo e atencioso criado

Eduardo E. da Gama Cerqueira.

5. Cesário Alvim em resposta a Gama Cerqueira no lugar de seu companheiro e amigo João Pinheiro (26 de dezembro de 1893)

POLÍTICA DE MINAS[191]

Dr. Gama Cerqueira

Vindo aberta e desdobrada n'*O País* vossa carta ao meu prezadíssimo companheiro e amigo Dr. João Pinheiro, tomo a liberdade de vo-la responder: 1º, porque a pendência é comigo;

---

190 Afonso Augusto Moreira Pena (1847- 1909) nasceu em Santa Bárbara, foi deputado geral por Minas Gerais entre 1878 e 1884 e ministro do Império entre 1882 e 1885. Foi novamente deputado geral entre 1886 e 1889. Após a renúncia de Cesário Alvim em fevereiro de 1892, o nome de Afonso Pena emergiu como o único capaz de garantir a estabilidade em Minas e ele governou o estado entre 1892 e 1894. Foi vice-presidente da República em 1902 e 1906 e presidente da República em 1906 e 1909.

191 ALVIM, José Cesário de Faria. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1893, p. 2.

2º, por estar João Pinheiro ausente nas suas quietas e modorrentas terras do Caeté, para onde se evola aquele nobre, aquele levantado, aquele bem equilibrado espírito, sempre que, não podendo compreender certas *fioriluras* da nossa política ou temendo penetrar-lhe todo segredo, prefere carregar com as suas ilusões abaladas, para retemperá-las na doce faina de aplicação a umas adoráveis louças que ele pretende fabricar, do segredo de um verniz que acredita haver descoberto, para a redenção industrial e econômica da sua pobre e boa terra.

Lestes com desgosto, dizeis, minha carta transcrita nesta folha, carta a que dais as proporções de um repto ao Congresso!

Repto ao Congresso, que no caso é um composto de 38 respeitáveis cidadãos, funcionando, dispersos, fora de portas e à revelia de 34, seus companheiros! Repto ao Congresso!

Pois que! Já não posso ter uma opinião, mesmo solenemente provocada, sobre coisas políticas de nossa terra, que se lhe não faça um crime de insubordinação contra a que estava ainda incubada, MENTE REPOSTA, em vosso espírito e nos dos três companheiros mais, cujos nomes declinais?

Podia eu lá adivinhar que, enquanto acudia pressuroso e lisonjeado à consulta de 31 Srs. dignos membros do Congresso, sobre quem, no meu alto critério e patriotismo (di-lo bondosamente à consulta), devesse ocupar os elevados cargos de magistrados supremos do Estado, estáveis já, vós, conforme vossas próprias palavras, e mais os três companheiros nomeados, deliberando, soberanamente, sobre o mesmo assunto, deliberação de que saiu *assentado* o nome do ilustre cidadão, diverso do por mim *antes lembrado*?

Como vem de molde a fábula do cordeiro a turvar as águas que o lobo bebia em plano superior da corrente!

Dizeis que em vez do processo que preferistes e mais os três companheiros para a escolha do candidato à presidência do Estado, que por vós ficou *assentada*, lembraram alguns uma consulta feita a João Pinheiro, a mim e a outro cidadão.

Devo crer que a vossa memória vos foi infiel, porque era impossível a nossa conferência com esse cidadão, a menos que, provada a excelência do verniz que João Pinheiro vai aplicar às suas criaturas de barro, desse ele boa obra em outras criaturas de carne, que hão de ser, mas ainda não são, dessa matéria.

Seria original, em verdade, que, após desavenças de certa ordem, recebêssemos, os três, como achais natural, uma incumbência, em comum, de membros de uma respeitável corporação,

cuja existência, gloriosa e fecunda que tem sido para a nossa terra, fora decepada em flor no Congresso Federal, como ilegítima e fraudulenta, se caíssemos, eu e o meu amigo, vencidos na luta que em sua defesa sustentamos contra o companheiro que agora nos daveis!

Precipitada a publicação da minha carta!

Era ela porventura um *firman*?[192] Há no seu fundo ou na sua forma outra coisa que não seja a expressão de um sentimento individual *provocado*? Se são atentatórias dos interesses mineiros as candidaturas levantadas e que parte dos congressistas vai sustentar em desacordo com a outra parte, que força estranha, que contingente ilegítimo, mas eficaz, posso eu levar para a luta, quando não sou parte, ainda a mais modesta, no funcionamento governamental do Estado, e, o que sobreleva dizer, não pretendo nem próxima, nem remotamente sê-lo?

É certo que opinei sempre, como dizeis, pela audiência das câmaras municipais e conselhos distritais na indicação dos candidatos à alta magistratura do Estado, e eu procederia à consulta, se tivesse autoridade para isso. Que ela me falta, porém, aí está a prova na vossa autorizada e prestigiada reprimenda, só porque tive a ousadia inconveniente de dar publicidade a uma opinião *minha* com a qual *a posteriori* vos mostrastes em desacordo.

Como se me respondia, entretanto, essa chamada extravagância de exigir as corporações mais imediatamente populares em fontes de opinião e consulta para atos de relevância política como o de que se trata?

Que tais corporações se dobrariam a cabalas por lhes faltar certa cultura e discernimento, como se assim fora, nos não corresse, como classes dirigentes, o imperioso dever de iniciar, com o atual regime político, a educação cívica do povo, observando e fazendo observar fórmulas consoantes à democracia moderna!

Se dobrariam a cabalas! Esse vício da nímia condescendência, que por extrema, entre nós, chega a ser culposa, afeta o nosso caráter, em geral, fazendo-nos, ao demais, incorrer no ridículo de ver o arqueiro no alheio olho, quando a trave está no nosso.

Que sistema observastes e mais os três companheiros para *assentarem* na candidatura que eu não podia conhecer quando aludi, *anteriormente*, a outra prestigiada, recentemente pelas urnas populares?

Aí vão vossas palavras textuais:

---

192 *Firman*, palavra francesa de origem persa que significa decreto ou ordem.

"Reunidos em Barbacena, *cogitamos* do assunto, o Dr. Costa Reis, eu, o Dr. Dutra, Pimentel Barbosa e outros (não interveio o Dr. Ramos) e *assentamos* no nome do Dr. Bias Fortes, que, provado já no governo, reunia gerais simpatias."

O resto foi em grande parte alcançado à extrema brandura e docilidade com que a nossa índole nos entrega rendidos.

Daí esse manifesto que faríeis e quantos o firmaram, melhor, mas que, asseguro, não o leram, pois só um espírito pouco escrupuloso seria capaz de escrever que a candidatura à presidência do Estado do Sr. Dr. secretário do Interior, jurídica e moralmente incompatível, foi arredada por escrúpulo de S. Exa.!

Isto quer dizer que muitos distintos membros do Congresso que fez a lei sábia e previdente das incompatibilidades, ou, antes, que traduziu em fórmulas jurídicas os preceitos de boa e sã moral sobre a matéria, foram jogados, sem o sentirem, às plantas de poderoso funcionário administrativo por mão hábil e afeita ao manejo do turíbulo e que lhe não desconhece um único segredo das evoluções entontecedoras e deliquiosas!

Não apanha o vosso cultivado espírito, deste próprio incidente, que só por exceção podem membros do Congresso Legislativo dirigir; em maior ou menor coletividade, pleitos como o de que se trata?

Quem julga da compatibilidade dos presidentes eleitos, quem lhes apura as eleições, quem decide, como juiz soberano, enfim, sobre todos os incidentes que podem ocorrer, da eleição à posse dos eleitos?

O Congresso. Como, pois, estabelecer como regra que essa corporação, dotada de tão poderosas faculdades, chame a si, também, a tarefa de indicar quem deve exercer, em esfera diversa, tão elevada e tão autônoma como a sua, o poder executor das suas deliberações?

E o perigo das oligarquias que decorre da natural preferência que uns membros do Congresso dão aos outros?

É ou não, portanto, de urgência, entregar à escolha livre do eleitorado pelo processo das indicações municipais que advoguei, como lembrais, a tarefa que, juiz que sereis dos eleitos, chamais a vós?

Suponde, porém, que, em vez de consultado por grande número de dignos congressistas, que, honrando-me com a sua aquiescência, vão amparar nas unas os nomes por mim lembrados, eu só, na minha fraqueza de simples cidadão, me dirigisse ao Estado de Minas

Gerais, pedindo para eles os sufrágios das urnas; o que acharíeis de estranho nisso? Valeis, é certo, e os vossos companheiros, mais do que eu, tanto pelas luzes do entendimento como pelo poder de que vos achais investido, mas para o exercício do direito de petição junto de um eleitorado cheio de civismo e independência somos iguais, embora as vossas altas regalias de senador estadual, em frente à minha humildade de simples votante de paróquia.

Fazendo-me a honra de exaltar o que chamais a minha sagacidade política, dizeis (são vossas palavras) "que eu deveria ver que a situação *justifica o puritanismo*, tratando-se sobretudo de um posto de alta confiança política e grande soma de poder".

Se eu não conhecesse cultura mental do foro de Cataguazes, onde modestamente vos declarais advogado de roça, eu atribuiria à extrema influência do meio a conturbação de vosso espírito, que está a cismar pelo *puritanismo* nos altos cargos, quando justamente à ausência dessa preocupação grosseira, que nunca alimentamos, na organização do Estado, devem os nossos patrícios a paz, a segurança de direitos à propriedade, à vida e à liberdade que todos desfrutamos, à sombra larga e benfazeja das instituições republicanas quais as compreendemos e exercitamos!

Pois que! Tivemos os republicanos de todas as procedências e concurso sincero, nobre, leal e abnegado dos pujantíssimos partidos que acompanharam a Monarquia até a sua queda, a colaborar na organização pacífica e sábia do Estado, e quereis que eu vos ajude a pedir à urna mineira, onde temos aparecido todos irmanados, o sacrifício de seus representantes por amor de um *puritanismo* ou *radicalismo* suspeitoso, facilmente degenerável em tirania cruel?

Não! Meu ilustre companheiro, tais sentimentos que vos exorto a varrer de vossa alma, não gerados aí nesse nosso meio singelo e bom que habitais, causam-me a mais viva e pungente mágoa!

Pode a República em Minas desconfiar, com justiça, da integridade com que a está servindo o atual presidente do Estado? Quem mais apaixonado monarquista, entretanto, se revelou, dada a revolução de 15 de novembro, do que o ilustre cidadão que hoje prefere, como eu, a separação do Estado à sua volta ao regime anterior, do qual foi um dos mais conspícuos servidores?

Que quadra, porém, dadas as vossas desconfianças de hoje contra os elementos que não pertencem ao republicanismo de nascença, exigia mais a aplicação de vossa teoria, se verdadeira, do que a caótica em que me coube a gloriosa e imerecida tarefa de iniciar, dirigir e rematar, ao lado do glorioso Congresso, a organização do Estado, presidindo, como último ato de meu governo à formação libérrima das municipalidades, que são hoje a nossa ufania

e segurança, à cuja guarda valente e vigilante eu sabia ficar confiada a sorte da República em Minas, ao atirar-me à voracidade dos tais *puritanos* para deixar de pé tudo quanto estava criado e funcionando, Congresso, Poder Judiciário, administrativo etc.?

E vindes pedir-me, porta-bandeira em que vos transformastes do *puritanismo*, que vos ajude a prestigiar esse lábaro funesto, contra o qual levantei outro a que Minas Gerais deveu a sua salvação, empunhado hoje pelo atual ilustre presidente do Estado, antigo monarquista liberal intransigente, e que, penso, e comigo muitos prestigiosos congressistas, deve passar ao pulso firme de ex-monarquista conservador?

Se o que revelais, agora, e eu não sabia, apesar de companheiro íntimo de João Pinheiro, pretendeu ele opor outro nome ao do atual presidente, no pleito em que foi eleito – o do ilustre presidente da Câmara dos Deputados, que na próxima luta vai também honrar-me com o prestígio do seu apoio, ideia que não mereceu a vossa aprovação, porque quereis, agora, incorrer no mesmo grave erro do *puritanismo*, do qual, parece, demovestes João Pinheiro?

Francisco Bernardino, antigo conservador, oferecerá, para vós, menos garantia de integridade moral e de capacidade intelectual do que vos mereceu, e a todos nós, Afonso Pena, antigo liberal?

Entretanto, crueza incivil, incompatível com o caráter mineiro, com o vosso e o caráter dos três companheiros que *assentastes*, soberanamente, no nome do Dr. Bias Fortes, sem a mínima consideração pessoal com aquele moço que todos os dias cresce na estima e consideração dos seus concidadãos e que é o vice-presidente do Estado, eleito!

O condenastes sem audiência sua, e sem faltas que o prejudicassem!

E quereis que o nobre, o altivo e generoso Estado de Minas Gerais se preste à execução da pena que decretastes, por amor de um *puritanismo* ou *vaca-bravismo*, na frase popular, que o Estado repele e condena?

Qual dos dois tinha mais compromisso com a Monarquia?

"Ando seguramente errado em política", escreveis.

Creio que sim, e me desculpareis a franqueza!

O vosso cultivado espírito em Ciências Jurídicas e o fundo de justiça que procurais nele manter, estão a pedir outro posto em que tudo poder esperar de vós a pátria brasileira.

Ouro Preto, 26 de dezembro de 1893.
Velho e afetuoso companheiro,
Cesário Alvim

6. Gama Cerqueira em resposta a Cesário Alvim (31 de dezembro de 1894)

POLÍTICA DE MINAS[193]

Em má hora, acesas como andam as paixões, tenho de discutir pela imprensa com o meu estimável chefe e mestre o Sr. Cesário Alvim, de quem divirjo pela segunda vez, e em assunto de indicações de nomes para altos postos de nosso Estado.

Felizmente S. Exa. me concede espírito de justiça, e só ele, desajudado mesmo da estima pessoal que lhe voto, fará que continue a ser o pregoeiro de suas virtudes privadas e públicas, sem que, entretanto, nenhum de nós ceda de sua independência no modo de encarar as conveniências públicas, nivelada ante a majestade delas a distância que vai do general ao simples soldado.

Acentua S. Exa. estranheza, e depreende-se da contextura da frase, por ter eu desdobrado e aberto n'*O País* a carta que enderecei ao Dr. João Pinheiro; mas se consultasse os precedentes veria que não tem razão.

Do mesmo modo desdobrei e abri eu, no tempo da propaganda republicana; manifestos assinados contra onipotentes ministros da Monarquia; e assim, ameaçada a integridade de Minas, e sua autonomia na queda de S. Exa. do alto posto que ocupava, interpelei outro ministro da República, o meu distinto amigo Dr. Fernando Lobo, que, se com isso contrariou-se, não me deu mostras, e continuou a honrar-me com sua amizade.

Nada, pois, inovei no meu velho programa, de emitir meu juízo franco sobre as coisas públicas, e ponho-me assim de acordo com a *publicidade que os mineiros observam*, e S. Exa. exalça em seu artigo no *Farol* de 20 do corrente.

Causou-me essa publicação desgosto, repito, porque S. Exa., *espírito isento e conciliador*, concita no Congresso, até hoje unido, uma cisão em maioria e minoria, o que já é um mal; mas, pior que isso, por conta de nomes próprios e dos velhos partidos; política individual, atrofiadora e mesquinha, cujos amargos frutos já provamos notadamente na administração do Dr. Sá e Benevides.

193CERQUEIRA, Eduardo E. da Gama. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1894, p.3.

Articula agora S. Exa. uma serôdia exceção de incompetência contra o Congresso para indicar o presidente do Estado, e apavora-se ante o espantalho da oligarquia; mas devia tê-la aduzido ou pelo menos protestado, quando foi indicado o conselheiro Pena, o atual vice-presidente, que sugeriu, e o próprio Dr. Bias, que substituiu apenas por aquele, aceitando, entretanto, a iniciativa dos 31 congressistas, signatários da carta.

Firmada por este ato de S. Exa. a competência do Congresso e arvorado ele em juiz, houve precipitação, repito ainda, quando deu publicidade à consulta, estando a causa *sub judice*. O que se diria do juiz cujo assessor publicasse as sentenças antes de serem copiadas nos autos? No próprio teatro o ponto esconde-se por detrás da caixa, e morto ficaria o encanto da cena se o espectador visse tudo o que se passa por detrás do reposteiro.

Imagine-se agora que S. Exa. se limitasse, como todos os consultados, a dar sua opinião, deixando ao Congresso plena liberdade de julgar, proferido o *veredictum* pelo poder competente, não haveria vencedor nem vencido, mas o calmo e franco pronunciamento de uma corporação política, cujos atos o Estado há honrado com sua sanção, e S. Exa. coberto de encômios.

Não tem direito S. Exa. de malquistar-me com o Dr. João Pinheiro e consigo por não ter firmado a carta, quando já declarei que não tive a honra de ser para isso convidado; talvez o fizesse, concebida ela nos devidos termos, até mesmo para não ser interpretada com desairosa delegação.

Também nem pensei, nem disse, que *assentada* por mim e mais três amigos a indicação do Dr. Bias, confirmou-a por isso o Congresso.

Tal pretensão não tenho e antes, sabem muitos, que sou franco-atirador. O que não obsta praticar nas antessalas, como é de estilo, com alguns íntimos sobre as magnas questões, e foi o que se deu com aqueles amigos, *assentando* de nós para nós que seria o Dr. Bias o candidato; e tudo mais passou-se em minha ausência, porque retirei-me do Congresso.

Era, é certo, inabalável esta minha resolução, inspirada, entretanto na exclusiva conveniência do Estado de Minas e da República, porque reúne esse candidato prática de governo, firmeza e honradez de caráter, e gerais simpatias no Congresso e no Estado; além de ser antigo e moderado republicano, qualidades essas que lhe mereceram sempre a estima de S. Exa., como confessa.

Não sou intolerante e exclusivista sistemático como parece S. Exa. insinuar, não obstante ter debaixo dos olhos trechos de minha carta publicada na *Gazeta* de 25 de novembro de 1889, e que não foi inventada para o caso.

Nesse período histórico entendia que os postos de grande responsabilidade e poder na República deviam ser confiados a republicanos de dedicação provada; entretanto a situação atual é para pior, porque o Sr. Saldanha da Gama e seu séquito atacam a República depois de feita, e querem repor as coisas no pé em que se achavam a 15 de novembro.

Daí uma reação geral em todo o Brasil, superexcitação dos patriotas, levas de voluntários que oferecem seu sangue generoso em defesa das instituições ameaçadas... E é em tal situação que S. Exa. tenta, em nome da política de conciliação, colocar na província de Minas o Dr. Francisco Bernardino! E não hei de estranhar que falhassem no caso sua clarividência e sagacidade política!

Reconheço dotes morais e intelectuais ao indicado, mas falta-lhe um predicado que na época se impõe sobre todos – confiança política – que se conquista por atos e fatos repetidos de amor à República; e o único que se articula em prol daquele ilustre cidadão é ter aceitado um cargo municipal em seu campanário.

Mas sabe S. Exa. que recusou ele outros de responsabilidade política, a própria vice-presidência, e eleito não tomou posse. Por que aceitava agora o de presidente? É por ser o mais elevado de Estado, ou em atenção aos rogos do ilustre Sr. Cesário Alvim, que, feita sua indicação, correu para o lado do eterno resignatário e arrancou-lhe o "sim"? S. Exa. disse-me um dia ao deixar a administração, e falando de si "em Minas não há homem necessário", e eu estou de pleno acordo com S. Exa.

Estabelece S. Exa. paralelo entre o seu indicado e o conselheiro Pena, querendo apanhar-me em contradição.

Poderia responder simplesmente: - Estava na administração e nem sequer tive voto consultivo; mas acrescentarei: a época era outra, e o atual presidente aceitou desde o início da República posto de trabalho que muito honrou; tendo, além disso, sabido conquistar da tribuna a confiança de seus colegas, que indicando-o aos sufrágios fizeram-se garantes de sua gestão política.

E tão bem andaram que deu ele em seu recente manifesto, coberto de aplauso dentre e fora do estado, brilhante e imperecível documento de sua fé republicana; razão por que de minha obscuridade levei-lhe também a primeira oferenda de fraternidade política em carta que *abri e desdobrei* n'*O País* de 20 do corrente.

E é em meio da consternação geral, do luto, da orfandade e da fome, semeadas pelos canhões e carabinas dos revoltosos, que ameaçam a um tempo as instituições e a paz geral do

Brasil; é quando todo o patriota e todos os republicanos sinceros devem esquecer ódios e unirem-se em esforço supremo pelo bem da defesa nacional, que S. Exa. e o chefe que arvoramos na propaganda conservam-se silenciosos, ou fala s. Exa. para noticiar-nos (sic.) que João Pinheiro está fabricando louça de barro vidrado!

Ele que agradeça o epigrama: mas temos eu e o público documento contrário em circulares eleitorais exclusivistas e intolerantes, nas quais, em nome da política de conciliação, excluem-se republicanos e patriotas como o Dr. João das Chagas Lobato e incluem-se adesistas de todos os matizes; nas quais contempla-se o Dr. Gonçalves Chaves, que arvorou a bandeira do parlamentarismo, e, consultado o meu honrado chefe Dr. Cesário Alvim, respondeu-me – sou presidencialista!

É essa política de ódios, sem princípios, sem orientação, que se prega a paz e faz a guerra, que generaliza pela palavra e faz corrilho pelas obras, é essa política que eu não entendo, e da qual sairei com prazer, porque não entrei para a propaganda por conta de ninguém, assim como só conheço uma vontade soberana – é a do povo mineiro.

Cataguazes, 31 de dezembro de 1893,
Eduardo E. da Gama Cerqueira

7. Carta de João Pinheiro a Gama Cerqueira (6 de janeiro de 1894)

POLÍTICA DE MINAS[194]

Amigo Sr. Dr. Gama Cerqueira.

A vossa primeira carta política a mim dirigida, distinção que agradeço penhorado, já foi respondida pelo Sr. Dr. Cesário Alvim, e, sendo um assunto para o qual reconheço pertencer a competência principalmente a esse ilustre mineiro, nada mais poderei acrescentar ao que foi dito.

Mas na vossa réplica publicada n'*O País* de ontem, e no final, escrevestes estranhando "essa política de ódio, sem princípios, sem orientação, que prega a paz e faz a guerra, que generaliza pela palavra e faz corrilho pelas obras etc."

E aduzistes com prova em abono do protesto lavrado contra a política de conciliação, o fato de ter sido excluído da nossa combinação para candidatos à eleição federal, o nome do Dr. João das Chagas Lobato, sendo contemplados adesistas de todos os matizes.

194 SILVA, João Pinheiro da. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1894, p. 2-3.

Outro crítico também exímio de *conciliações perfeitas* já tinha feito, anteriormente, o mesmo reparo, mais extenso por abranger também a chapa adversária, verdade seja que esta nunca pretendeu conciliar nem ao menos por palavras, tendo sido feita muito antes que a nossa.

Entretanto, para mim, o que admira, e o que é realmente estranhável, é a vossa admiração; e nem sei como escapou ao lúcido espírito do meu amigo que, tendo cada um o seu diverso círculo de preferências pessoais, fora empresa além das forças humanas pretender conciliá-las todas, diferente de pessoa a pessoa, e na mesma pessoa, conforme o tempo.

Por exemplo: quando tive a honra sem par de recomendar ao altivo eleitorado mineiro o vosso nome para senador e o atual Sr. ministro do Interior, se reuniu um congresso de dissidência na cidade de Juiz de Fora, sob a presidência do Dr. João das Chagas Lobato, contra a chapa que eu recomendava com o título de conciliadora e porque, mais ou menos, "era uma política de ódio, sem princípios, sem orientação, que prega a paz e faz a guerra etc."

Na ocasião o meu ilustre amigo discordou do Sr. Dr. João das Chagas Lobato e julgou semelhante política perfeitamente conciliadora.

E o Sr. Dr. Silviano Brandão,[195] que tinha sido candidato da chapa intitulada católica nos primeiros dias da República, com razão se revoltaria contra os que naquela época julgassem acertado exigir que os candidatos já tivessem prestado serviços à nova ordem de coisas e qualificassem de suspeita a bagagem que traziam.

O fato de haver alguns descontentes nada prova contra semelhante política. Desde que Deus entregou o mundo à disputa dos homens, o agradar a todos é uma utopia.

Não é assim, porém, a questão, se da estreiteza das exigências individuais subirmos à apreciação das conveniências políticas pelas suas nobres linhas gerais; então, compreende-se o que possa ser uma política conciliadora e a sua necessidade, não consentindo a distinção entre vencedores e vencidos, fazendo desaparecer a linha divisória dos antigos partidos, estabelecendo que a virtude e o mérito são as únicas condições honrosíssimas para os cargos quaisquer da República, contrariando, enfim, a pretensão odiosa e absurda dos que julgam que a República se fez para um partido e não para a pátria, os quais por isso mesmo não ficam conciliados.

195 Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848-1902) nasceu em Santana do Sapucaí, atual Silvianópolis. Formado em Medicina, mudou-se para Pouso Alegre em 1876, onde ajudou a fundar o Clube Republicano, em 1877. Elegeu-se pelo Partido Liberal para a Assembleia Provincial em 1880 e como deputado geral por Minas Gerais em 1881-1884, sendo novamente eleito em 1889. Eleito senador para o Congresso Mineiro, com mandato de 1891 a 1895, renunciou em 1892 para assumir a Secretaria do Interior e Justiça a convite do governador Afonso Pena (1892-1894). Após recusar ser candidato à sucessão de Afonso Pena, foi eleito novamente para o senado estadual em 1895 e, entre 1898 e 1902, foi presidente de Minas.

Semelhante política pratica-se, certo, por entre o vozear constante dos pequeninos interesses feridos, em meio sempre do murmúrio incômodo dos que têm o coração conturbado por ambições mal contidas, sendo necessária, meu amigo, uma imensa serenidade de ânimo, para se não transviar da rota traçada até que enfim chega a hora das reparações e se pode ver, por exemplo, em uma mensagem a um Congresso, grave documento de um presidente de Estado, e Estado que mais tem honrado a República, nestes períodos solenes:

"Em Minas a República foi recebida como início de uma era de paz e concórdia, de apaziguamento de paixões políticas pelo desaparecimento dos antigos partidos, de maior isenção de espíritos por parte dos poderes públicos para administrar justiça com igualdade e imparcialidade."

E em outro lugar:

"Tivemos a rara fortuna de passar por uma revolução profunda, que substituiu um regime por outro, sem abalos, sem se levantarem ódios e animosidades, que soem seguir-se a tais acontecimentos. Devemos render graças à Divina Providência por tão assinalado favor."

"A prudência de que deram sobejas provas os iniciadores da República em Minas, o *espírito de conciliação* de que foram animados, corresponde ao sentimento unânime da população mineira, seguramente muito contribuíram para não se despertarem animosidades políticas, nem desejos de desforra entre os que ativamente militam na política."

A mensagem é a com que foi aberta a última sessão ordinária do Congresso Mineiro.

E a história das lutas políticas em Minas, sabe-a o Sr. Conselheiro Pena.

Mas, apesar de tudo, dizei-vos puritano e como prova documental apelastes para a vossa primeira missiva (e nem era necessário), para uma carta escrita nos primeiros dias da República em que opináveis pelo exclusivismo partidário.

Também e porque não fique tão à distância em matéria de história antiga, seja-me permitido abonar a minha conduta em procedimentos anteriores.

Fui sempre, desde o primeiro dia da luta republicana, nesta terra de Minas, onde o soar do clarim anunciando a alvorada de combate formosíssimo partiu da tenda que levantei, auxiliado por um punhado de companheiros, fui sempre, repito, pela República conciliadora e generosa.

Nem imagina o meu amigo a imensa dor com que vi desse punhado de apóstolos se separarem distintos companheiros depois de 13 de maio de 1888.

Alguns destes, meus mestres, eram talvez os que mais tinham escrito em meu coração o amor à República e se separavam alegando não dever aceitar "os que se faziam republicanos por ódio à liberdade do homem".

Opinei contrariamente, e o tempo, julgo eu, deu-me razão.

A mesma luta se reproduziu em 15 de novembro de 1889, pelo estabelecimento da República, e de novo uma fração de companheiros se desligou, e diziam não devermos aceitar "os que um dia antes apedrejavam a democracia" (a frase é da vossa carta).

Opinei contrariamente ainda e o tempo, julgo, deu-me de novo razão.

Nessas divergências, porém, apareceu uma pilhéria adorável e encantadora.

É a dos 15 de novembro que, tendo sido acolhidos pela República, investem agora contra os outros, estabelecendo a distinção dos que a ela já prestaram serviços e dos que o não fizeram ainda, querendo excluir os últimos.

Nem boca! É o que me ocorre dizer ante tão insigne despropósito.

Deixemos, porém, a apreciação de opiniões esparsas que provam num e noutro sentido, olhemos os acontecimentos de longe e do alto, contemplemos a situação política brasileira em 1889, e a comparação dos partidos militantes então nos convencerá da incomparável inferioridade numérica para os republicanos históricos, naquela época.

Agora, meu amigo, pergunto: ineludível minoria[196] que éramos, erigido o exclusivismo republicano em princípio, como seria possível governarmos?

Por dois meios somente: pela fraude nas urnas ou pela violência da força.

São, desgraçadamente, as feições características do jacobinismo, que nunca, absolutamente nunca, terá o meu assentimento, e que eu vejo, entretanto, confundido criminosamente com o santo ideal da República e da Liberdade.

Daí o meu retraimento político.

A luta que iniciei sem esperanças de triunfo, que mantive digna nos tempos da propaganda, sem azedumes de ódios, que me esforcei por tornar generosa no dia da vitória, sem a divi-

---

196 Em função de um erro tipográfico, em lugar de "minoria", saiu publicado "memória" que não faz sentido no corpo da frase.

são entre vencedores e vencidos, superior às seduções da popularidade e independente dos atrativos do poder que deixei, penso, dignamente, o grande desejo da obscuridade, que o digo, não por simples figura de retórica, mas para significar o propósito irrevogável, agora, de retirar o meu nome de candidaturas; que tudo isso possa abonar a sinceridade das minhas opiniões.

É o sentir, meu amigo, de um republicano histórico, como os que mais o forem nesta terra, mas que deseja e há de trabalhar sempre pela República justa, imparcial, conciliadora e elevada.

Ouro Preto, 6 de janeiro de 1894.

Velho amigo afetuoso,

8. Gama Cerqueira em resposta a João Pinheiro (14 de janeiro 1894)

POLÍTICA DE MINAS[197]

Amigo Sr. Dr. João Pinheiro.

Não é sem mágoa que reconheço agora ter perturbado vosso remanso e abstenção política, nem a podia presumir, resolução de última hora que é, porquanto ainda nos primeiros dias de outubro próximo me enviáveis vossas determinações eleitorais em circular, indicando o Dr. Chaves.

Não sei se era este o momento azado para Aquiles recolher-se à tenda, quando a República, ensanguentado o seio pelos golpes da revolta, estende súplice os braços aos bons filhos, e afirmais, o creio, serdes um deles; mas nem provocado a vós pronunciardes sobre esta triste atualidade, preferistes uma só palavra ao vos recolherdes a voluntário ostracismo!

Privados do conselho e animação do chefe, guardaremos nós, os novos, a brecha; mas quem sabe se, conjurados os males presentes, surgirão dias serenos, e um meio sadio e bom, conveniente a vosso delicado pulmão, reconquistando nós o velho amigo e companheiro de outrora?

Vou tentar, meu bom amigo, replicar à carta com que me honrastes, e quem sabe se estas folhas dispersas de nossa história política não serão um dia recolhidas por mão paciente e

197 CERQUEIRA, Eduardo E. da Gama. Política de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 17de janeiro de 1894, p. 2. Gama Cerqueira em sua resposta comenta sobre a decisão de João Pinheiro de retirar-se da política e faz um retrospecto do movimento republicano desde 1888.

imparcial, e por elas restabelecida a verdade e firmado o mérito e esforço de cada um de nós na luta que ferimos em prol da liberdade, e hoje pela consolidação da República?

Há de caber-vos então, e com justiça, o mais brilhante papel, e já não será para mim pequena glória refletir a luz que irradiará do chefe que arvoramos no patriótico Congresso de 15 de novembro de 1889.

Quantas e quão saudosas recordações prendem-se a esta simples data!

Surgira a aurora de 13 de maio, rasgando novos horizontes à liberdade, rotas as peias do interesse, que há de dominar os acontecimentos humanos enquanto o mundo for mundo, reagiram as classes conservadoras contra os que reputavam uma fraude da Monarquia, e alguns patriotas empreenderam encaminhar essa corrente de opinião em prol da ideia republicana, tantas vezes erguida e outras tantas sopitada pela mesma Monarquia.

Figuram entre eles, na antiga 9ª circunscrição, os Drs. Chagas Lobato, Costa Reis, Gabriel de Magalhães, Américo Lobo, Pestana de Aguiar, Gonçalves Ramos, eu e muitos outros. Assim reorganizamos a 23 de junho de 1888 o clube de Cataguazes, outro fundou-se a 14 de julho do mesmo ano em S. José de Além Paraíba, e assim em Capivara, Vista Alegre, Santo Antônio do Muriaé, vários em Mar de Espanha, filiados todos a um central em Leopoldina. Destarte organizados, demos combate eleitoral e enviamos à Câmara o Dr. Monteiro Manso, primeiro deputado que lá entro desfraldando a bandeira republicana.

Vós sufocáveis na capital, em um meio todo oficial, apenas com 25 eleitores republicanos, baldo de meios de ação, e concebestes a boa ideia de lá reunir um congresso patriótico e pedistes para isso nosso concurso. Comparecemos, lançamos um centro político, à frente do qual vos colocamos. Começou então esse trabalho paciente de mina, generalizado de norte a sul do Brasil, que, com o auxílio do braço militar, explodiu em uma noite, e fez em escombros o último trono da América.

O resto é de data recente. O braço robusto do ditador Deodoro, aproveitando as habilitações do Dr. Cesário Alvim, alçou-o ao posto de governador de Minas, pouco depois ao de secretário; e este que vos encontrou por todos nós prestigiado, aproveitou-vos no posto de seu lugar-tenente.

Havia eu aceitado um lugar de sacrifício na intendência de Cataguazes, a braços com terrível epidemia; empenhei-me no saneamento da cidade; e indo para isso à capital pedir-vos um auxílio, que prometestes e não destes, tive ocasião de ver-vos com meus olhos, e cheio de orgulho, no alto pedestal em que vos eleváveis, e para o qual tive a insigne honra de carregar também uma pedrinha.

Relevai esta digressão, rabugice de velho, que tem suas ideias fixas, e uma delas é um certo enlevo por esse glorioso e desinteressado tempo em que juntos lutávamos irmãmente pela República; e passemos a outros tópicos de vossa carta, que precisam resposta e retificação.

Notarei, para começar, que estais em desacordo com o nosso comum amigo Dr. Cesário Alvim, porque quereis que *desapareça a linha divisória dos antigos partidos*, e ele aviva o traço de cada uma delas, e com tinta diversa, acentuando que sai do governo o conselheiro Pena, liberal, deve entrar o Dr. Francisco Bernardino, conservador. Eu que aprendi convosco (porque sois também meu mestre) a fazer política republicana, e que, no momento da vitória, corri a abraçar os chefes de todos os grupos políticos em nome da igualdade e fraternidade (consta também da minha carta na *Gazeta* de 25 de novembro de 1889), já estranhava que vos prestásseis, de convicção, a excluir sistematicamente nossos velhos companheiros de luta, pondo-os em pé de inferioridade nessa adorável política de conciliação!

E quem, dentre eles? O Dr. Bias Fortes, vosso companheiro, com quem colaborastes, mais que ninguém, a chapa que deu paz, grandeza, felicidade etc., etc. de Minas Gerais! Compreendo agora os móveis de vosso descontentamento e abstenção, vos concitaria a ficar e prosseguir na rota tão bem começada, se não soubesse quanto são inabaláveis vossas resoluções.

Nunca aprovei a divisão do Partido Republicano, realizada no Congresso de Juiz de Fora. Lá fui, e com o concurso vosso, dos Drs. Costa Reis e Necésio, conseguimos fazer abortar a primeira tentativa: disse-o a muitos de seus promotores, e tendes disso recente documento escrito, que podereis publicar, se quiserdes. *Quid inde*?

Quereis agora praticar o erro de intolerância que condenastes, os arautos da política moderada e de conciliação, criando *círculos* de *preferência* na organização das chapas! Mas então já não é a *virtude* e o *mérito* o exclusivo estalão para escolha e aproveitamento dos homens nos cargos públicos, como contraditoriamente pregais em vossa carta.

Não me arrependo de haver então acompanhado vossa orientação; de ter, com muitos outros amigos, embaraçado a intervenção federal em Minas, por ocasião da contrarrevolução, empenho no qual encontramos cheio sempre de boa vontade o Exmo. marechal Floriano Peixoto, porque, ainda mais que o amigo, defendíamos a autonomia do nosso Estado constituído, e que não tinha culpa de falsas posições criadas pela vertigem dos acontecimentos.

Pela mesma razão não devo acompanhar-vos nessa política pessoal de *círculos* e *preferências*, porque vai levantar reação, agora maior, e a prova tendes no próprio Dr. Cesário Alvim, que afinal teve o patriotismo de deixar o poder, e prepara igual sorte a seu candidato, que nem como ele tem fé de ofício republicana.

Acabemos com esse jogo de palavras ocas – jacobinismo, puritanismo, e que pendem para o baixo nível de uma trica eleitoral. Não conheço hoje senão dois partidos distintos – o Republicano e o Restaurador; e, jugulada a revolta, poderão surgir outros – o Presidencialista e o Parlamentarista.

Estudadas as tendências dos velhos partidos, incumbe ao Liberal tentar, o que não creio, esse louco passo de uma reforma constitucional e matar a federação; eu serei presidencialista e conservador; e estarei bem com os antigos companheiros, que tanto colaboraram na propaganda republicana.

Eis minha opinião obscura, mas franca, e peço licença para recolher-me ao rude labor dos – provarás, porque o menor inconveniente de estacionar-se por muito tempo na imprensa, sobretudo em época de revolta, é ser lido, afinal, um contendor apenas pelo outro.

Envia-vos protestos de afeto e estima o colega, amigo, venerador e criado

Eduardo E. da Gama Cerqueira
Cataguazes, 14 de janeiro de 1894.

9. Críticas a Gama Cerqueira pelo cronista d'*Opinião Mineira* (27 de fevereiro de 1894)

CRÔNICA POLÍTICA[198]

Em sua última carta escrita pel'*O País* ao nosso ilustre companheiro e amigo Dr. João Pinheiro lançou o Sr. senador Gama Cerqueira um audacioso tópico, que deve ser destacado para edificação aviso do povo mineiro, que tem de eleger a 7 de março os seus presidente e vice-presidente.

Leiam-no todos e pesem-no a ouro e fio.

"Pela mesma razão, escreve o heroico senador, não deve acompanhar-vos nessa política pessoal de 'círculos e preferências', porque vai levantar reação, 'agora maior', e a prova aí tendes no próprio Dr. Cesário Alvim, que afinal teve o patriotismo de deixar o poder e "prepara igual sorte a seu candidato, que nem como ele tem fé de ofício republicana."

Há de perdoar-nos o Sr. senador Gama Cerqueira.

Esse seu jacobinismo de jacto, que leva a ameaçar uma autoridade que ainda não existe e que está a gerar-se na mente elaboradora do altivo eleitorado mineiro, que estamos agora

198 Texto do jornal *Opinião Mineira*. Crônica política. *O País*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1894, p. 2.

despertando, denuncia, conforme todas as aparências, que S. Exa. está a fazer pontaria para alguma caça, cujo alto pouso não lobrigamos.

Sim! Porque não se pode tomar a sério que o seu objetivo real seja o apavoramento do candidato popular por quem nos batemos, e muito menos (pois fora grotesco) um aviso ameaçador à soberania popular para que não perca o seu tempo, elegendo presidente o Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, pena de vê-lo transformado de pomba sem fel que só arrulhou queixumes ante os três caçadores escolhidos a dedo em certa ocasião pelo Congresso, em gigante de pulso duro e olho audaz, que não estará pelo que o povo mineiro quiser, se o que ele quiser não for o mesmo que S. Exa. gigante quer.

Pois ilustre, nobre, valente e intemerato senador, tudo nos induz a crer que das unas mineiras, que não conhecem conchavos, vai sair investido do alto cargo de primeiro magistrado de Minas Gerais o benemérito cidadão que S. Exa. ameaça, afinando sua roncaria pelo órgão jacobino na capital federal.

Prepare-se!

Para distraí-lo durante os aprestos bélicos, aí vai este caso de que se pode recordar oportunamente.

Um "esponja" amante da boa pinga repetida e "gratuita" matava sempre à valentona o seu querido "bicho" com este estratagema:

Chegava à taverna e roncava: já da "branca" e da forte ou se não...

Certo dia um taverneiro desabusado retorquiu-lhe: senão o quê?

Ora está claro! Se não, não bebo.

Ouro Preto, 20 de janeiro.

(Da *Opinião Mineira*.)

JOÃO PINHEIRO: EMPRESÁRIO DE SUCESSO E AGRICULTOR EM CAETÉ

1. Uma fábrica de louças em Minas Gerais (15 de março de 1894)

FÁBRICA DE LOUÇA EM MINAS[199]

199 Fábrica de Louça em Minas. *Revista Industrial de Minas Gerais*. Ouro Preto. Nº 6, 15 de março de 1894, p. 125-126.

No laboratório de Química Industrial da Escola de Minas, sob a direção do distinto professor dessa cadeira, Dr. Carlos Thomas de Magalhães Gomes, e com a eficaz colaboração do digno preparador, Sr. Saturnino de Oliveira, acabam de ser feitas algumas análises, observações e experiências para um aperfeiçoamento industrial de manufatura já existente em cidade mineira.

Sabia-se que o caulim da cidade de Caeté era de primeira qualidade.

A tempo, o Sr. Gorceix não só o fizera analisar na Escola de Minas, acusando a análise qualidades para constituir matéria prima de porcelana, como mesmo no ponto de vista prático (e este é o mais importante e mesmo essencial) mandara caulim de Caeté para a Europa, com destino à fábrica de Limoges, donde veio fabricada uma lâmina de porcelana feita com esta matéria prima e que figura atualmente nas coleções da Escola.

A possibilidade e exequibilidade de uma indústria cerâmica na cidade de Caeté na sua mais alta expressão no que diz respeito ao fabrico de porcelana, já a Escola de Minas tinha constatado na administração do Sr. Dr. Gorceix.

Foi obedecendo a esses resultados que se chegou a tentar, há dois anos, a organização de uma companhia para semelhante exploração, que, como muitas, se viu subvertida na voragem do jogo da bolsa, que comprometeu a tantos capitais, e, o que é pior, a ideias magníficas, servindo mais ao comércio de jogo imoral que aos reais progressos da indústria propriamente dita.

Esta companhia tinha por base um privilégio do governo de Minas, o qual foi declarado caduco por não terem sido cumpridas em tempo as condições estipuladas.

Posteriormente, tendo o Sr. Dr. João Pinheiro da Silva comprado uma pequena propriedade naquela cidade, encontrou lá em exercício pequenas fábricas de produtos cerâmicos comuns, que, entretanto, apesar do rudimentar da fabricação, não produzem o bastante para a procura da mercadoria.

São primitivos os processos ali empregados para esta indústria. A argila, tirada das jazidas, sem nenhum cuidado, mesmo dos mais rudimentares, como sejam a *epulchagem*, *decantação*, *massagem* e *apodrecimento*, é levada para tábuas onde apenas sofre o *balte*, e daí ao torno para ser cozida em *fornos de cupim*.

Apesar disto, a louça grosseira produzida, sem dúvida a melhor no gênero, tem grande sonoridade e resistência; é esmaltada com um verniz que lhe dá a cor de amarelo pálido, devido

à pureza da sílica que empregam na formação do silicato plumbífero de que se compõe o verniz com o tom amarelado produzido pelo óxido de chumbo.

Esses resultados, obtidos apesar da grosseria dos processos empregados na fabricação, provêm da relação química normal dos simples (sílica e alumina) que entram na composição desta argila, de uma grande plasticidade e pureza.

A princípio, o desejo do Sr. Dr. João Pinheiro e o pedido feito ao professor de Química Industrial foi o de encontro de uma fórmula para esmalte branco, conservadas todas as outras condições da indústria existente, de fabricação, de temperatura de cozimento, sem modificação consequente da forma dos fornos.

Depois de várias e repetidas experiências, em maçarico e mufla (temperatura branco cereja, 25º de Wedgvod) resolvia o Dr. Carlos Thomaz, auxiliado pelo preparador, Sr. Saturnino de Oliveira, o problema da descoberta do esmalte branco para a louça de Caeté, conservadas todas as demais condições, e acrescentando ainda ao pedido o estudo feito de cores decorativas esmaltadas como sejam: azul, amarelo, um belo vermelho alaranjado e cor metálica bronzeada.

Experimentadas as receitas nos *fornos de cupim*, deram excelentes resultados.

Tinha sido dado o primeiro passo. E naturalmente anhelos de outros aperfeiçoamentos se fizeram sentir e continuaram a dominar os ilustres profissionais, que dizem querer apenas fabricar louça comum e grosseira com algum aperfeiçoamento, sem encarar, por enquanto, o termo definitivo, que deve ser o fabrico de porcelana.

Entre os melhoramentos já estudados e definitivamente incorporados à indústria atual, já terminaram o da *modelagem por esboço* e por *coulage*, e, permitam-nos a indiscrição, tendo eles mesmos feito o torno, a forma, e a *modelação*, sendo de todo irrepreensível a estatueta *fundida* pelo Sr. Saturnino de Oliveira.

Como matérias-primas figuram a sílica de um belíssimo branco; a pigmatita e o caulim, que é a substância principal das porcelanas.

O caulim da chácara do Dr. João Pinheiro (Tinoco), em análise completa, deu este resultado no laboratório da Escola de Minas:

Perdas ao fogo.....12,850
Sílica.....56,392
Alumina..... 25,270
Cal.....não tem
Ácido titânico..... não tem
Magnésia..... 0,416
Ferro e manganês..... 1,878
Potassa..... 1,493
Soda..... 529

98,828

É comparável aos melhores caulins conhecidos.

Além da ausência da cal (nem traços) que o torna, sob o ponto de vista da fusibilidade, de superior qualidade como refratário, pelo que se refere aos álcalis que são a origem da translucidez porcelânica, o caulim do Tinoco é comparável ao de Saint-Irieix de que se fazem em França, as estimadas porcelanas de Limoges ou ao de Meïssen, na Alemanha, com que se fabricam as magníficas porcelanas de Saxe.

Fazendo-se o estudo comparativo das 30 análises dos principais caulins conhecidos, publicadas por Alex Brongniart em seu tratado sobre artes cerâmicas, vê-se que o caulim em questão é superior no ponto de vista dos álcalis (que é o principal) a quase todos os da tabela, mesmo ao do Cornouailles, na Inglaterra, que tem de álcalis 1,68%, e ao de Tong-Kang (Ton-leang-hien), na China, que tem 1,90%; o do Tinoco tem 2,02%, quase com igual ao de Meïssen, 2,40%, ou ao de Saint-Irieix com 2,10%.

Salvetat, esse ilustre químico francês, diretor da fábrica de Sevres, a propósito do outro caulim mineiro, de S. Caetano, tendo mandado examinar em Sevres pelo então presidente da província, Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, segundo vê-se no relatório que este presidente apresentou em 1856 ao Dr. Herculano Pina, concluiu da análise feita que o dito caulim dava finíssima porcelana (textual) esmaltada. Muito superior ao caulim de S. Caetano é o do Caeté, como se verifica da comparação das análises respectivas.

É a indústria da louça uma das mais importantes sob todos os pontos de vista. Aliada às belas artes, e oferecendo campo à pintura para todos os seus esplendores e ao artista meio de perpetuar o seu talento para durabilidade indefinida dos produtos cerâmicos, sendo a ela que a Arqueologia e a História têm tomado os melhores subsídios da história humana nas épocas remostas – pode-se dizer com Brongniart que esta indústria é o termômetro da civilização de um povo.

Em boa hora começa o Sr. Dr. João Pinheiro este importante trabalho de indústria por se praticar no Brasil e parece-nos que na própria América do Sul.

As vantagens econômicas e os lucros que esta manufatura pode dar são evidentes. Basta examinar os elevadíssimos algarismos da tabela, que vai em seguida, para se ver a importância deste comércio no Brasil ainda visando somente o consumo de Minas.

Distando a cidade de Caeté apenas 18 quilômetros da Estrada de Ferro Central, ficando próxima da futura capital de Minas, e tendo combustível em quantidade e barato, já existindo na cidade, ainda que rudimentares, trabalhos e fabricações neste sentido, e com a competência técnica dos Srs. Dr. Carlos Thomaz e Saturnino de Oliveira, em breve pode o Dr. João Pinheiro ter montado um estabelecimento de primeira ordem naquela cidade, tendo diante de si largo futuro, compensador dos seus ingentes esforços em prol desta indústria nascente.

2. A Cerâmica Nacional e seus produtos (1896)

CERÂMICA NACIONAL – PRODUTOS DA FÁBRICA CERÂMICA DO DR. JOÃO PINHEIRO, EM CAETÉ.[200]

Se há entre nós uma indústria que tem tido grande alargamento na produção, é com certeza a da cerâmica, que conta no nosso solo elementos superabundantes para a sua existência.

Explorada apenas em mais larga escala no ramo dos produtos destinados às construções, ela não há tido, entretanto, o aperfeiçoamento que podia comportar no ramo especial do fabrico de vasos e outros objetos de uso doméstico e próprios para ornamentação, porquanto, em muitas localidades deste Estado, semelhantes produtos, que a maior parte das vezes não se destinam à exportação; foram e têm sido fabricados pelos processos mais rudimentares e atrasados.

No sentido, porém, do aperfeiçoamento deste importante ramo da indústria nacional, um grande passo já se deu, devido à inteligência e ao gênio empreendedor de um dos nossos mais distintos patrícios – Dr. João Pinheiro da Silva, que fundou um estabelecimento cerâmico modelo em terras de sua propriedade, próximo à cidade de Caeté.

Os trabalhos propriamente industriais só começaram há cerca de ano e meio e os produtos hoje patenteados ao mercado dão a medida do trabalho e esforço empregados pelo Dr. Pinheiro para tão brilhante resultado, sendo de notar-se ainda que foi ele quem pessoalmente iniciou todo o trabalho, tendo de lutar com as maiores dificuldades, as quais só em parte já estão superadas.

O ilustre proprietário do estabelecimento cerâmico de Caeté fez, recentemente, à Comissão Construtora da Nova Capital do Estado, grande remessa dos importantes produtos ali fabricados.

---

200 Cerâmica Nacional – produtos da fábrica cerâmica do dr. João Pinheiro, em Caeté. *Revista Industrial de Minas Gerais*. Ouro Preto, nº 18 e 19, 1896, p. 156.

Constavam esses produtos de tubos de barro, alguns envernizados, vasos, bilhas, cestas, copos etc. Os tubos de barro são de solidez tão garantida e tão bem-acabados que o Dr. Francisco Bicalho, digno engenheiro-chefe da Comissão Construtora,[201] fez ao Dr. Pinheiro encomenda de grande quantidade dos mesmos, dando assim impulso e animação a um estabelecimento digno de ter apoio e obtendo, ao mesmo tempo, por preços razoáveis, um produto nacional que não receia confronto com os similares da indústria estrangeira.

No gênero *alcorosas* há bilhas que, pela cor do barro, finura, resistência e timbre, são iguais, senão superiores, aos produtos franceses, podendo-se mesmo afirmar, sem receio de contestação, que nos mercados do país nada há, neste gênero, superior em talhas, filtros, copos para água etc.

Quanto aos vasos de decoração e de luxo, tais como, vasos para cantoneiras, para flores, parasitas etc., no gênero das terracotas artísticas, podem os produtos da fábrica do Dr. Pinheiro figurar com vantagem ao lado dos similares das melhores fábricas do estrangeiro. É de notar-se a perfeição do detalhe decorativo nas flores em relevo, nas linhas artísticas dos vasos, na envernizagem e nos dourados.

No gênero da *cerâmica de grande fogo*, pode-se dizer que o Dr. Pinheiro alcançou sucesso completo. Dentre os exemplares deste gênero presentes à comissão construtora, mereceu especial menção uma bilha e um copo, de formas artísticas e originais, oferecidos ao Dr. Bicalho.

São vasos fosco-bronzeados, de timbre metálico e absolutamente impermeáveis, fabricados com gres fino à base de óxido de ferro, de textura cerrada.

Até agora a maioria dos produtos do futuroso estabelecimento de Caeté são aydro-cerâmicos ou terracotas artísticas. Sabemos, entretanto, que o seu ativo e inteligente proprietário pretende explorar por maneira complexa todos os ramos da produção cerâmica.

3. A indústria cerâmica, sua evolução e os notáveis avanços de João Pinheiro (28 de outubro de 1896)

Cerâmica Nacional[202]

Das duas formas da atividade humana, aquela que se refere à conquista da natureza não podia, naturalmente, ser a primeira a obter qualquer forma de sistematização, posto tenda a prevalecer, por toda aparte, em os nossos dias.

---

201 Francisco de Paula Bicalho foi um dos engenheiros mais importantes do seu tempo, chefiou as obras de construção da capital mineira, em substituição a Aarão Reis, e foi autor dos projetos de abastecimento da cidade.

202 Cerâmica Nacional. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 28 de outubro de 1896, p. 3 e 4.

Pela sistematização e regulamentação de semelhante atividade é que o homem hodierno se distingue profundamente do homem das primitivas eras.

Nas tribos menos desenvolvidas, enquanto os homens válidos se ocupam nos combates e lutas de conquistas, as mulheres ficam entregues ao cultivo do solo.

Durante os primeiros séculos da sociedade humana, a livre expansão industrial encontrava os mais sérios obstáculos nas crenças e ideias reinantes, sendo igualmente impedida pelo regime social da hereditariedade.

Então, nenhuma inovação se tornava possível; os processos da experimentação nem mesmo podiam ser criados; e, em suma, nenhuma tentativa poder-se-ia estabelecer no sentido da descoberta das leis naturais, único fanal para a ação eficaz e segura da humanidade sobre a natureza.

A transição que depois se operou da teocracia para sociocracia, iniciada pela civilização greco-romana, trouxe como resultado a eliminação de tais obstáculos ao desenvolvimento industrial, obstáculos estes que só foram afastados, no princípio, à custa de esforços tenazes e lutas heroicas personificadas na admirável legenda do Prometeu, que, havendo inspirado a muitos poetas, foi imortalizada pelo gênio assombroso de Ésquilo, na sua tragédia daquele nome.

Nos seus primitivos passos, a indústria, ainda embrionária, foi exercida pelos escravos.

Após, porém, a terminação da época das conquistas pela civilização romana, que estabeleceu o império da paz (*pacis imponere mores*) com o definitivo encerramento do templo de Janus por Augusto, os escravos adquiriram direito de servos e as guerras, no Ocidente, perderam os seus intuitos agressivos, salvas raras aberrações.

Durante a civilização medieval, a existência industrial começou a ter franco reconhecimento no ponto de vista político-social, conforme o atestam as cartas conferidas às cidades e à organização das diversas corporações de operários, tendo-se efetuado anteriormente a emancipação dos servos, que tanto facilitou o necessário acúmulo dos capitais, hoje em dia tão prodigioso nos seus fecundíssimos resultados.

Mais tarde, com a difusão e alargamento dos estudos científicos, entraram a ter real preeminência as forças materiais, por meio do emprego, cada vez mais multiplicado, não somente das máquinas, como da bússola e imprensa, que determinou finalmente uma verdadeira reconstituição geral na sociedade.

De posse de tão poderosos elementos materiais e guiados por uma mais segura e positiva orientação, puderam as sociedades modernas desenvolver o seu progresso industrial de um modo ininterrupto e com rapidez sempre crescente até às mais recentes descobertas e invenções que tão prodigiosamente elevam e multiplicam o poder humano.

.....

Entre as principais indústrias, pela complexidade e variedade de seus produtos, tem um dos primeiros lugares a da *cerâmica*, cuja exploração cuidadosa apresenta inúmeras curiosidades importantes.

Mais do que outra qualquer, revelam os seus produtos o cunho da civilização correspondente, cujos caracteres eles, por assim dizer, resumem.

O desenvolvimento dessa indústria acompanha, pari passu, o da nossa espécie, desde o tosco e simples adobo até as mais esquisitas e originais fantasias dos vasos e artefatos de porcelana, que dão o tom do mais apurado gosto artístico, desde o imprescindível tijolo nas partes fundamentais das construções, até as obras cerâmicas mais aperfeiçoadas, nas rendilhadas frisas e nos coruchéus dos palácios monumentais.

A essa indústria, em seus constantes aperfeiçoamentos modernos, prestam grande número de conhecimentos teóricos e práticos de diversas ordens.

Em um delicado artefato de porcelana que se tome entre as mãos poder-se-iam estudar diversas combinações químicas, misturas ou dissoluções produzidas na sua massa; fenômenos, muitos dentre os quais dificilmente seriam cabalmente explicados pelo mais completo saber humano, e, em relação a alguns deles, é mesmo manifesta a impotência de toda a ciência moderna para esclarecê-los devidamente.

Nesse mesmo objeto de porcelana poder-se-ia estudar depois a preparação mecânica da massa, aparentemente muito simples, mas, na realidade, muito complexa em seus inúmeros detalhes em vista da enorme variedade e sensibilidade das matérias-primas empregadas, que apresentam resultados diferentes com a mais leve e descuidada modificação interventora.

Após, ter-se-ia o estudo das temperaturas suportadas por semelhantes produtos, temperaturas estas que se podem elevar a extraordinário grau.

Em seguida, o conhecimento das esmaltagens e as suas grandes dificuldades especiais; os perigos sempre iminentes da fendilhagem; os frequentes riscos do *succé*, das manchas e do

amarelamento; as exigências diversas do recozimento; a dependência da qualidade oxidante ou redutora das chamas, e tudo isso, finalmente, função do combustível em tempo, quantidade e qualidade.

Quantas maravilhas, pois, não terá constantemente diante dos olhos quem se aplicar a tais estudos?

Tendo presente tais considerações, é fácil compreender o valor de dezenas de contos a que pode atingir um único vaso de porcelana fina, e também como a indústria da porcelana houvesse merecido a honra, indisputável por outra qualquer, de constituir o principal objeto de glória industrial para a França, que, justificadamente, se orgulha da sua magnífica fábrica, estabelecida em Sévres.

Na China, neste país de quatro mil anos, de população colossal, sem dúvida alguma muito longe de haver atingido o grau de civilização da República Ocidental, fabricam-se, desde remotas épocas objetos de porcelana.

Estes produtos da cerâmica (que é na China cultivada de um modo geral), são, na verdade, finíssimos e bem-acabados, e revelam a sagacidade, a precisão e o espírito de detalhe e de minudências que são os verdadeiros característicos do respectivo povo.

Mas, em relação a semelhante caso, só aparentemente estranho, verifica-se, igualmente o princípio estabelecido, pois que os artefatos da cerâmica chinesa se ressentem, visivelmente, da ausência dos conhecimentos científicos abstratos e da falta da grande arte idealizadora, que uma e outros constituem os atributos peculiares aos países mais adiantados.

O estudo da civilização chinesa, feito com o escrúpulo e o critério que exigem os fenômenos sociais, ainda mais que os de ordem menos elevada, fará reconhecer a todos o espírito refletido que um conjunto de influências, sobretudo de ordem social, predispôs a população chinesa a um desenvolvimento do fetichismo astrolátrico em grau muito superior a tudo quanto foi possível alhures.

Este fetichismo astrolátrico, constituindo o estado definitivo dessa população, por um grande número de séculos, impediu aí o estabelecimento do regime das *castas*, peculiar às civilizações politeístas, como também determinou uma enorme expansão da observação concreta, inspirando e estimulando nos chineses um grande amor pela natureza de onde se originou um forte apego e uma profunda afeição pelo mundo exterior – as flores, as plantas, os animais, a terra, os rios etc. e um consequente adoçamento de costumes.

Graças a este conjunto de condições excepcionais, puderam os chineses, ao inverso das antigas civilizações ocidentais, desenvolver largamente, embora empiricamente, e, sob certos aspectos, limitada e incompletamente, a indústria cerâmica, cujos produtos especiais denunciam, positivamente, os seus hábitos e costumes, e, de um modo geral, o seu estado de adiantamento, destinados aos usos domésticos, em vista do caráter da civilização chinesa, baseada principalmente na existência da família.

Quem se ocupa seriamente de cerâmica cultiva forçosamente muitos dos principais ramos dos conhecimentos humanos e, pelos reais benefícios que resultam do emprego da sua atividade, faz jus à animação e ao auxílio por parte dos poderes públicos dignos desse nome e zelosos pela felicidade e glória do país a que pertencem.

Em relação particularmente à escultura e à pintura, mui fácil é imaginar os prodígios de beleza que podem apresentar as diversas espécies de louças e porcelanas e mesmo as terracotas, formando os luxuosos serviços de mesa, medalhões, bustos, estatuetas e os mais ricos e variados motivos da ornamentação arquitetural em templos religiosos e custosos edifícios de diversos destinos.

Nesses produtos são fixadas, por meio do fogo, as mais belas cores esmaltadas, os dourados etc., produzindo reflexos cambiantes do maior brilho e dos mais lindos efeitos, concorrendo para o aperfeiçoamento do gosto, para a educação dos sentidos, para a cultura estética, em geral, quando oriundos de uma inspiração sã e elevada, servindo, em suma, para a formação do homem sob diversos aspectos.

O que temos dito até aqui é mais que suficiente para demonstrar a verdadeira importância da indústria em qualquer país e máxime da de que nos ocupamos em particular.

Mesmo entre nós, ninguém pode ser hoje razoavelmente indiferente aos progressos da indústria nacional.

Nessa firme persuasão acreditamos ser de utilidade o presente escrito, que tem por principal escopo fazer conhecido dos nossos concidadãos, embora toscamente, um digno e notável exemplo de verdadeira dedicação patriótica e de elevado valor prático, fornecido generosamente por um distinto filho deste Estado, que, à custa dos mais admiráveis e surpreendentes esforços de atividade e firmeza, aliados a um raro talante organizador, conseguiu tornar em brilhante realidade uma fábrica de cerâmica aperfeiçoada, cuja sede é uma pobre localidade do interior, onde teve ele, por assim dizer, de criar tudo quanto lhe fora mister.

Tivemos ocasião de acompanhar todos os progressos conseguidos pelo Dr. João Pinheiro, desde os seus primeiros passos em direção ao destino que fixou de modo inabalável para sua atividade.

Por espaço de três anos, temos acompanhado de perto os seus labores e fadigas, sem haver-lhe surpreendido um único momento de desânimo ou de hesitação; e assim, com o mais pleno conhecimento, podemos descrever o importante empreendimento de que se trata.

O nome do Dr. João Pinheiro será, em futuro não muito remoto, geralmente apontado como tipo de verdadeiro industrial, amante da sua terra, que, abandonando as comodidades próprias e de sua querida família e esquecido da política, onde já tivera papel dignamente saliente, estregou-se de corpo e alma, com fé ardente e fervorosa, a uma utilíssima empresa industrial.

A região do *Centro* de Minas tem nele um dos seus diletos filhos, para cujo progresso assim terá contribuído mais do que qualquer outro.

Essa região é, como se sabe, notável a mais de um título, sendo curiosíssimos os seus aspectos físicos, formados de terras elevadas onde se goza dos climas mais variados, e dispondo de grandes extensões em campos e em matas apropriadas à criação em geral e a culturas diversas, entre as quais a da uva e mesmo a do trigo.

No ponto de vista histórico, é ela notável desde os tempos coloniais pelos exemplos de encendrado amor patriótico apresentado pelos seus mais ilustres filhos.

Nos tempos da maior expansão colonial prosperou por meio da indústria extrativa do ouro e diamante e, até certo ponto, do ferro, as quais eram praticadas pela forma mais simples e rudimentar, atraindo ainda assim grande número de espíritos empreendedores, dando em resultado a criação de algumas cidades que tiveram o seu período de florescimento mais ou menos brilhante.

Escasseando, porém, o produto daquelas minas, e, tornando-se, por outro lado, mais dificultosas as explorações correspondentes, entraram em decadência as localidades indicadas, tendo ficado quase abandonadas algumas das antigas opulentas povoações.

De então em diante, foi gradativamente surgindo o reinado do café e a consequente predominância da região conhecida neste Estado sob a denominação de *Mata*.

O futuro, porém, que não parece muto distante, em vista de fatos significativos que se observam facilmente, há de trazer a reabilitação desse "Centro" do estado, fazendo readquirir a preeminência que lhe cabe, já pela sua situação relativa mais favorável, já pela superioridade dos seus climas e já, finalmente, porque as indústrias extrativas voltaram aí a preponderar, mas então com todo o brilho e sem possibilidade de decadência, levadas a efeito com outro tino e sabedoria por meio dos poderosos e complicados processos e mecanismos hoje empregados.

Assim, o fausto daqueles primitivos tempos mais fácil de obter sem méritos reais, mas também facilmente corruptor e podendo perder de um dia para outro o necessário alimento da riqueza, forma um perfeito contraste com os bens da fortuna, material que poderão doravante ser adquiridos nessa mesma região à custa dos mais positivos e bem mantidos esforços de coração, espírito e caráter, dando em resultado uma mais perfeita segurança das situações materiais, cada vez mais sólidas e esperançosas.

Com os novos meios de comunicação, que começam a ser estabelecidos por toda essa vasta área central do Estado de Minas, e graças aos grandes recursos modernos de capitais materiais e espirituais, criar-se-ão aí várias espécies de indústrias extrativas, que todas atingirão, mais ou menos rapidamente, a um notável grau de prosperidade.

Far-se-á de novo a extração do ouro e do ferro, segundo planos mais bem concebidos e desenvolvidos, e além dessas, novas indústrias extrativas surgirão, como sejam, a do manganês, a do amianto, a dos mármores e calcáreos em geral, a das ocras, a das argilas plásticas, para diversos fins, a dos cristais de rocha, a das areias etc., etc.

Relativamente às argilas plásticas, em particular, desde longa data são elas conhecidas no município de Caeté e mesmo em outros pontos do estado, de que não faremos menção para não nos desviarmos do propósito que temos em vista.

As abundantes jazidas de caulim têm sido exploradas, muito especialmente neste município, alimentando algumas pequenas fábricas, onde, como acontece em outras pequenas indústrias de Minas, tudo é feito pela forma mais rudimentar, quer nos processos de manipulação, quer nos meios de cozimento, deixando, todavia, lucros suficientemente remuneradores.

Os produtos dessa primitiva cerâmica de Caeté sobressaem entre os congêneres de outras procedências pela sua superioridade apreciável à primeira vista.

Este fato prova que a matéria prima, em Caeté, não obstante a boa qualidade da de outras localidades, tem a primazia sobre todas elas, visto como os processos e aparelhos são por toda parte os mesmos.

Em vista de análises químicas cuidadosamente feitas, pode-se, mesmo afoitamente, afirmar que as argilas de Caeté são as melhores até hoje conhecidas, em beleza de aspecto, em finura da grã, em normalidade de cozimentos etc.

A boa qualidade das argilas caolínicas de Caeté, dizem os distintíssimos lentes da Escola de Minas de Ouro Preto, Drs. Carlos Thomaz e Domingos Rocha, no relatório que apresentaram sobre a organização de uma empresa industrial para a fabricação de louça nesta localidade, *está comprovada pelas análises feitas no laboratório da mesma escola*, pelo primeiro dos dois citados mestres.

Em Limoges fora também realizada uma experiência decisiva com amostra da mesma argila, vindo de lá para o Brasil uma lâmina de porcelana, fabricada com este material, que figura hoje nas coleções da aludida escola.

Os planos e os detalhes teóricos para a instalação dessa indústria, em Caeté, foram devidos à alta e reconhecida competência científica daqueles dois eméritos professores, que, nos seus estudos e pesquisas valiosos, foram sempre acompanhados, durante quase um ano, pelo próprio Dr. João Pinheiro, que, nesta localidade, à medida que desenvolve a sua fábrica, vai continuando, por si mesmo, o sistema de experiências e pesquisas, de acordo com as normas instituídas pelos citados especialistas que dedicadamente o têm sempre coadjuvado.

A respeito da fábrica de Caeté, eis o que dizem os Drs. Carlos Thomaz e Domingos Rocha, no seu mencionado relatório:

"O caulim é atualmente empregado no estado natural; apesar de achar-se em massa muito fina, contém pequenos fragmentos de areia e outros corpos estranhos que destroem-lhe a homogeneidade. Convém eliminá-los pela decantação. Deste modo, conseguir-se-á desde logo dar aos produtos uma textura mais fina e homogênea.

O segundo melhoramento que se deve desde logo introduzir consiste no emprego de um aparelho de cozimento aperfeiçoado.

Os fornos ali usados são muito primitivos e de pequena capacidade.

Neles não se pode obter uma temperatura elevada, necessária para produzir uma louça de massa compacta, aumentando-lhe assim a dureza e a tenacidade e dando-lhe uma sonoridade quase metálica. Nesses fornos, o cozimento não é regular e uniforme e, devido à pequena capacidade do laboratório e à falta de aparelhos reguladores da tiragem, o aquecimento e o resfriamento são rápidos, circunstâncias altamente prejudiciais à perfeição dos produtos. Em semelhantes fornos não é possível fazer-se o recozimento final, operação necessária para impedir o fendilhamento do esmalte, que, inevitavelmente, tem lugar com o resfriamento rápido da louça."

Prossegue depois o relatório, apresentando explicações minuciosas acerca dos fornos, em geral, e, em particular, daquele cujo tipo deve ser preferido, apresentando, com clareza, os fundamentos científicos dessa preferência. Descreve em seguida o forno projetado com a capacidade de 25,5 metros cúbicos no laboratório inferior, podendo produzir em cada fornada 8.000 quilos de louça grosseira, utilizando-se conjuntamente o globo ou laboratório superior, cuja capacidade é de 17,8 metros cúbicos.

No mesmo relatório lê-se mais o seguinte:

"Com o desenvolvimento da fábrica, um só forno tornar-se-á insuficiente para corresponder ao aumento da produção reclamado pelo alargamento do consumo. Serão necessários dois ou três fornos.

Um outro melhoramento importante a introduzir na indústria cerâmica de Caeté consiste no emprego de esmaltes mais apropriados, ponto que tem sido objeto de pesquisas no laboratório da Escola de Minas, cujos resultados muito adiantam a solução final do problema.

Essas pesquisas serão completadas por ensaios que devem ser feitos no mesmo meio em que industrialmente se elaboram os produtos para serem definitivamente fixados seus resultados.

Finalmente, pode-se ainda melhorar a qualidade da louça atualmente fabricada e, sobretudo, dar-lhe melhor aparência, empregando a moldagem, operação em uso em todas as fábricas aperfeiçoadas, com a qual se consegue ao lado da mais completa uniformidade nas peças o aumento considerável na produção e, portanto, a diminuição das despesas de fabricação."

Depois estuda o relatório, com o maior escrúpulo, as verbas de receita e despesa, indicando, com segurança, os diversos meios a empregar para maior aumento do rendimento da fábrica, à qual é augurado convictamente *o mais brilhante futuro*; terminando esta parte com algumas salutares indicações relativas ao modo de gerir a empresa.

Trata em seguida da composição da massa da porcelana, mostrando que, em Caeté ou suas circunvizinhanças, se encontram todos os necessários elementos, inclusive o combustível para os fornos.

A quantidade de combustível é também calculada rigorosamente; e, finalmente, a força motriz, fornecida pela cachoeira do *Tinoco*, cuja altura de queda é de 10 metros, podendo-se por uma fácil represa elevá-la a 12 metros, sendo o volume d'água, medido no rigor da seca, de 60 litros por segundo.

Ao relatório acompanham desenhos representando a planta da fábrica, a fachada do edifício, a elevação e os detalhes do forno.

Por um conjunto de razões práticas, entre as quais figuram algumas de ordem econômica, não foi levado a efeito, até este momento, o plano indicado no relatório que acabamos de examinar, e nem mesmo foi considerado o forno que ali se acha projetado.

Construiu-se, para as primeiras necessidades da fábrica, um forno mais simples, de menor capacidade e produzindo temperatura máxima menos elevada, posto que já bem considerável (900 a 1.000 graus centígrados), cujo projeto é também devido ao Dr. Domingos Rocha.

Nesse momento, porém, pensa o Dr. João Pinheiro em dar pronta execução a mais 2 ou 3 fornos, entre os quais um mais aperfeiçoado para louça fina, com o fim de satisfazer as exigências atuais da procura dos seus produtos no mercado.

O que tem conseguido o Dr. João Pinheiro com seus esforços e dotes de espírito e caráter é realmente extraordinário!

A preeminência da sua obra põe em grande relevo as qualidades que o ornam.

O exemplo de poder de vontade que tem dado é digno de figurar, entre os mais edificantes, nos livros dos futuros Smiles.

É um caso frisante do poder humano sobre o meio, à custa de bom senso e energia.

Constituiu um importante ensinamento para os tímidos de todos os graus e jaezes, para os desanimados que deixam desaproveitados e em abandono os grandes tesouros que lhes oferece o solo pátrio.

No ano atrasado, em um artigo que foi publicado nesta mesma revista, deu-se ao público conhecimento do empreendimento que se tratava de realizar, dos estudos previamente feitos e dos elementos com que ia o Dr. João Pinheiro encetar a luta heroica.

Por ocasião da publicação desse artigo, largamente reproduzido por toda a imprensa e que convidamos o leitor a reler, a muitos se afiguraria, senão uma loucura, pelo menos estranhamente temerária a empresa.

Entretanto, decorrido apenas ano e meio, chegam ao mercado os primeiros produtos da fábrica *Cerâmica Nacional*, do Dr. João Pinheiro, e são recebidos com o maior entusiasmo por todos, estabelecendo-se imediatamente a procura em larga escala.

Havia, pois, razão no que se afirmara em o citado artigo.

É hoje uma realidade a fábrica *Cerâmica Nacional*, cuja denominação foi simpática e felizmente achada.

A divisa do imortal Bernardo de Palissy,[203] cuja vida lembra a do Dr. João Pinheiro: *pauvreté empêche bons ecriptes de parvenir*, encerra para este uma inverdade.

A pobreza não tem sido para ele um obstáculo em tempo algum.

Depois de haver feito com facilidade os seus preparatórios, as tendências naturais do seu espírito o inclinaram logo a estudos positivos na Escola de Minas de Ouro Preto.

Seguiu depois para São Paulo, onde, em pouco tempo, conquistou a sua carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, sendo, na academia, respeitado pelos seus colegas em vista dos seus talentos e da sua conduta.

Durante o curso acadêmico, exerceu o ensino de ciências positivas, tendo também auxiliado prestimosamente o jornalismo da antiga província de São Paulo.

Depois de formado, veio advogar em Ouro Preto, onde obteve para logo grande clientela, começando então a dirigir o Partido Republicano Mineiro, que se tornou extremamente poderoso sob a sua chefia.

Nessa época, redigiu um importante jornal de propaganda, que teve notável e vasta influência no seu Estado.

A 15 de novembro de 1889, subiu ao poder com o seu partido, sendo por algum tempo o diretor da política do seu Estado, e tendo então ocasião de promover uma série de reformas úteis e bem concebidas, sob uma segura orientação, conducente ao mais próspero futuro.

Infelizmente foi essa sua ação interrompida pelo conjunto de influências nocivas que se alastraram pelo país inteiro, como efeito natural da anarquia geral que o governo central não soube impedir ou abafar.

---

203 Bernard Palissy (1509-1590) foi um importante ceramista, escritor e cientista francês, criador da moderna Agronomia e pioneiro na utilização do método experimental. A partir de 1575, em Paris, deu palestras públicas sobre história natural, que, publicadas como *Discours admirables* (1580), tornaram-se extremamente populares. Depois de ver uma xícara esmaltada de branco, provavelmente porcelana chinesa, ele decidiu descobrir os segredos de sua fabricação. Suas primeiras pesquisas foram descritas em *De l'art de la terre*. A cerâmica produzida por Palissy consistia em pratos ovais ou circulares, vasilhas e molheiras, decoradas com plantas e animais e cenas alegóricas e mitológicas.

Abandonando a caprichosa política de então, ele, como os melhores espíritos, compreendeu a impossibilidade de exercer, por meio dela, qualquer ação eficaz verdadeiramente útil ao seu país.

Voltou então, depois de algumas naturais hesitações, todas as suas vistas para o terreno da indústria, a que consagrou finalmente os seus tão aproveitáveis dotes de caráter, confiante de poder, sob essa nova forma de atividade, prestar mais seguros e reais benefícios ao seu Estado, e, em particular, ao seu caro torrão natal, ao qual deu tudo quanto podia dar.

Assim ficou estabelecida a sua nova situação pessoal, honrada e útil.

A princípio, conforme se disse no artigo de 15 de novembro de 1894 da *Revista Industrial*, os desejos do Dr. João Pinheiro limitavam-se a obter uma fórmula química pra o esmalte branco, conservadas todas as demais condições da indústria, então existente em Caeté, já quanto aos meios de fabricação, já quanto às temperaturas do cozimento, sem qualquer modificação na forma dos fornos.

Neste sentido formulou ele o seu pedido ao distintíssimo professor Dr. Carlos Thomaz, que, dentro de curto prazo, ajudado pelo seu consciencioso preparador Sr. Saturnino de Oliveira, obtinha mais do que a desejada fórmula, pois que com esta fornecera ao Dr. João Pinheiro as indicações seguras relativas aos esmaltes de cores decorativas.

Desajudado de meios materiais suficientes (havendo esgotado na sua indústria o modesto pecúlio que possuía), desprovido dos variados recursos que sobram aos países adiantados, ridicularizado e chacoteado, no princípio dos seus esforços, sobrecarregado de uma numerosa família, que dignamente constituíra; em meio do desânimo geral que lavrava pelo país inteiro tem-se mantido, durante três anos consecutivos, inteiramente absorvido o Dr. João Pinheiro no estudo e solução do árduo problema a que se propusera. Tendo conseguido desvendar muitos dos segredos das argilas a empregar, resultado que poderá ser bem avaliado por quem souber que as argilas mesmo quimicamente idênticas, ante as análises da respectiva ciência atual, apresentam, por vezes, sensíveis diferenças sob o emprego dos mesmos processos, que têm então de ser modificados convenientemente.

Estas dificuldades práticas constituíram sempre os principais escolhos de encontro aos quais tem naufragado tentativas congêneres realizadas no nosso país e que só agora foram vencidas pela primeira vez, ficando fora de dúvida a possibilidade de ser resolvido o problema do estabelecimento de uma indústria cerâmica aperfeiçoada no Brasil.

Tal *desideratum* não pôde ser alcançado nem mesmo por uma companhia com privilégio

(hoje caduco), do governo de Minas, a qual acabou por se subverter na voragem do jogo da bolsa, só podendo, portanto, aproveitar ao descrédito da ideia.

O sucesso obtido pelo Dr. João Pinheiro foi, principalmente, devido ao método que espontaneamente seguiu, marchando com segurança e prudência do simples para o composto (segundo a regra de Descartes), sem atropelo e impaciências perturbadoras.

Dia por dia, hora por hora, preenchia ele novas lacunas e resolvia com grande tino as dificuldades emergentes; e assim, o aperfeiçoamento da sua fábrica, lento, mas ininterrupto, era facilmente apreciado por aqueles que, como eu, puderam acompanhar de perto o desenvolvimento da sua ação.

Nessa grande escola de trabalho, ele, com o seu grande senso prático, era o primeiro a aproveitar, tendo ali feito longa aprendizagem sob diversos pontos de vista, inclusive o administrativo e econômico, sendo a alma e a vida de tudo, exercendo funções de administrador geral e particular, de diretor técnico etc.

Quanto de espírito inventivo não foi preciso empregar para os pequenos detalhes de todos os instantes, no sentido de modificar os processos tecnológicos e de formar os seus oficiais, constituídos pelos próprios moradores da localidade!

E a loucura de levar a bom termo uma fábrica de louça aperfeiçoada neste afastado recanto do mundo foi-se, pouco a pouco, revelando coisa séria e sensata, servindo os resultados colhidos, (merecidos prêmios dos seus louváveis esforços), para animar a novos cidadãos prestantes que desejem, sinceramente, por meios honrados e úteis, contribuir para a prosperidade e riqueza do seu país.

Dessas puras fontes de produção é que dimanam o bem-estar, a independência e a alegria de qualquer povo.

Do acúmulo de instrumentos e provisões úteis resulta fatalmente a paz duradoura para uma nação e o seu justo predomínio sobre as demais.

.....

A PRODUÇÃO DA FÁBRICA ATÉ O MOMENTO DE SER REDIGIDO O PRESENTE ESCRITO

A fábrica Cerâmica Nacional apresentou, há poucos dias, ao mercado, produtos cerâmicos de diversas ordens, entre os quais figuram objetos de luxo e fantasia, e outros de simples utilidade.

Compreendem eles as duas grandes ações da cerâmica "de pequeno e grande fogos", estando a fábrica em condições de produzir objetos das duas subdivisões da última seção indicada, isto é, o *grés cerâmico* e a louça branca.

Não foram ainda desta vez expostos objetos dessa última classe porque, em vista das condições de sua instalação (acima expostas), a fábrica só pôde produzir por *encomenda* e, portanto, tem de acompanhar as exigências de seus mercados.

Por tal motivo tem-se construído, já, tubos de grés cerâmico de primeira qualidade, em vista da saída pronta que pode haver para eles, não obstante ser a louça branca cientificamente falando, de classificação inferior à do grés cerâmico.

Os objetos ultimamente expostos pela fábrica, como bilhas, vasos, cestas, copos de diversos aspectos e formatos, alguns dos quais envernizados, são, evidentemente, iguais ou superiores aos que, do mesmo gênero, nos vêm do estrangeiro. Nenhum outro produto semelhante lhes leva vantagem em timbre, finura e resistência.

Presentemente esta fábrica tem condições de fornecer 400 tubos de grés cerâmico diariamente, sendo eles mais aperfeiçoados do que os de procedência inglesa que vêm ao Brasil. Têm melhor timbre, maior resistência, sendo esmaltados de modo irrepreensível.

Esses tubos podem ser fabricados à base feldspática ou à base de óxido de ferro, sendo que estes últimos ficam mais caros, não receando uns e outros qualquer confronto com os estrangeiros.

Vê-se, pois, que, mesmo em relação à cerâmica de grande fogo, o sucesso da fábrica é estupendo e mais completo que se poderia desejar.

Entre os objetos expostos figuram também magníficas talhas com filtro, irrepreensíveis em beleza de formas, em aspecto e na decoração, que é da maior perfeição e elegância nos detalhes das flores e mais ornatos salientes.

Quanto às bilhas, pela simples inspeção do conjunto, se reconhece que à escolha dos seus diversos formatos presidiu o cuidado de aumentar o mais possível a superfície externa, a fim de melhor adaptá-las à ação do ar exterior para mais completo preenchimento do fim a que são especialmente destinadas.

Em algumas notam-se, porém, pequenos defeitos, constituídos por manchas de diversas cores, resultantes de haverem sofrido a ação do fogo, fora das "gazettes",

Mas esses defeitos são, evidentemente, mui fáceis de evitar.

Aliás, essas diferenças de tons no colorido tornam, por vezes, o objeto mais apreciado e procurado, principalmente em relação aos de fantasia, formados do grés cerâmico e que a fábrica produz de uma beleza extraordinária, apresentando a mais enganadora aparência do bronze fosco e antigo, mesmo no som metálico que emite.

Nestes objetos, as manchas produzidas pela ação desigual do fogo podem ser do mais lindo e agradável efeito.

De grés cerâmico à base de óxido de ferro encontram-se também, na exposição, algumas bilhas, o que é, sem dúvida, uma impropriedade, pois que, assim formados, tais objetos não preenchem os seus verdadeiros fins, embora apresentem a vantagem de maior dureza.

Desde alguns dias estão sendo estudados na fábrica os meios de se conseguir a pintura nos objetos de terracota; e também foram iniciadas as primeiras experiências para o fabrico de ladrilhos cerâmicos.

Com o cuidado e atenção que a fábrica aplica a todos os seus trabalhos, é de esperar que, dentro de pouco tempo, se possa anunciar ao público o mais completo sucesso em relação à estas duas últimas tentativas, contando então definitivamente o Estado de Minas, entre as suas glórias mais puras, a de possuir em seu território, criada por um seu benemérito filho, uma *completa indústria de cerâmica aperfeiçoada*, a primeira do Brasil e, quiçá, de toda a América do Sul!

Cipriano J. de Carvalho,
Engenheiro civil
(D'*A Revista Industrial*, de Minas Gerais.)

4. Uma visita à Cerâmica Nacional de Caeté, onde o que se destaca é a agricultura (11 de março de 1899)

CULTURA INTENSIVA[204]

UM EXEMPLO

Na visita que fizemos à Cerâmica Nacional em Caeté, e de que começaremos amanhã a publicar detalhada notícia, tivemos ocasião de colher interessantes dados sobre uma experiência de cultura intensiva.

---

204 Cultura intensiva. *Diário de Minas*, Cidade de Minas, 11 de março de 1899, p. 1.

O Dr. João Pinheiro da Silva, cuja inteligente atividade movimenta um grande estabelecimento industrial, hoje mais que nunca é um dedicado e fervoroso colaborador do progresso de Minas; e se, enojado, abandonou a política militante onde colheu amargos dissabores, nem por isso se despreocupa dos reais interesses mineiros que não são os dos desmoralizados pleitos eleitorais, mas os da indústria e da agricultura em que assentará o futuro do grande Estado central.

Acompanhando com interesse patriótico a propaganda que ultimamente se tem feito para regeneração dos processos culturais e vivendo em um meio rotineiro onde a lenda de passadas opulências obtidas pelo acaso das descobertas auríferas esterilizou as atividades para o trabalho paciente e pertinaz, quis o Dr. João Pinheiro empenhar também o seu esforço em bem do proselitismo da produção, que é o problema que resume todos os outros em que se desdobra a crise que trabalha intensamente o Brasil.

Por detrás de sua casa de residência existe um terreno que à primeira vista parece impróprio para a agricultação: formado de terra argilosa (barrenta branca) de origem granítica, sem humus, de aspecto estéril pela miserável vegetação que dificilmente esponta no solo. Era o mais próprio para uma experiência decisiva do processo de agricultação pela regeneração da terra. E por isso o Dr. João Pinheiro fê-lo arrotear e adubar quimicamente, plantando a batata e o milho e obtendo os resultados que vamos mencionar por detalhes de despesas e receitas recolhidos escrupulosamente pelo Dr. Pinheiro.

Uma área de 4.400 m² ou quase meia quarta foi arada por um aprendiz do Dr. Domingos Guerra do Instituto de Itabira, recebeu a escória Thomas e foi PLANTADA DE BATATAS, despendendo-se na plantação as seguintes quantias:

Trabalho de arar o terreno (contratado a 120$000 o alqueire)	15$000
Despesa de planta	72$000
1 saco de escória Thomas a 20$000 em Caeté	80$000
Para capinar a chegar [ilegível]	
Semente (batata para planta) a 3$5000 a arroba	168$000
Colheita a 200 rs. a arroba	273$000
Total da despesa	668$600

As 48 arrobas de semente ou batata para planta deram a colheita de 1.368 arrobas que, vendidas ao preço mínimo de 2$500 a arroba, deram a receita de 3.420$000, ou um lucro líquido de 2.752$000, isto é, 411% do capital empregado. O mesmo cálculo para planta em um alqueire daria de lucro líquido 22.016$000.

O terreno em que se fez tão brilhante experiência não teve de ser destocado, e foi arado e adubado em maio, fazendo-se a plantação nos primeiros dias de setembro, a capina em meados de novembro e a colheita na primeira quinzena de janeiro. Convém arar o solo com uns dois ou três meses de antecedência à planta, e logo depois de arrotear espalha-se o adubo como *canela em doce*, atirando-se discricionariamente os punhados de adubo, de lanço ou de voo, como se diz na roça. Essa antecedência é necessária para que se dê a nitrificação do solo, a oxidação do adubo.

Uma área menor que a precedente, 3.850m², a PLANTAÇÃO DE MILHO. Foi adotada a plantação em leira, ou em regos, na distância e 1,20m entre um e outro rego, e o resultado, como o precedente, mostrou a superioridade do processo da cultura intensiva e regeneradora do solo.

Eis a despesa já feita e a calculada:

Preparo do solo (arroteamento pelo arado)	15$000
Planta	12$000
Custo da semente	600
Capina	20$000
Adubo	80$000
Despesa com a colheita (calculada)	24$000
Total despendido	151$600

Examinando o belo milharal, vimos que quase todas as hastes tinham duas espigas e muitas tinham três; apanhadas diversas delas, achou-se a média de 396 grãos ou bagos por espiga e, supondo que a cada haste corresponda apenas espiga e meia, os 6 litros darão de colheita 68 alqueires e meio ou três carros e meio. Nesta proporção um alqueire de planta daria 43 carros ou 860 alqueires.

Há ainda a notar que a despesa com o adubo é só no primeiro ano, porque dura ele no solo por 8 ou 10 anos.

Ressaltam desde logo outras e importantíssimas vantagens da fiscalização por poder sempre ser feita a plantação nas proximidades das habitações; economia de novos tapumes, porque pode-se plantar sempre no mesmo lugar; economia no transporte pela mesma razão de proximidade; possibilidade e facilidade para irrigação porque quem tem e usa adubo químico escolhe terreno em que se possa fazer a irrigação.

O Dr. João Pinheiro está também fazendo larga plantação de macieiras que dão admiravelmente em Caeté. Vimos árvores muito novas produzirem frutos de tamanho, sabor e cheiro muito superiores aos importados do estrangeiro.

5. Uma carta a Mendes Pimentel sobre a imprensa em Minas (8 de dezembro de 1899)

[CORRESPONDÊNCIA][205]

Pimentel,

É resposta da tua carta de 5. Podias e devias contar comigo para o negócio. Para janeiro mando entregar os meus 500$000. Nem calculas, meu velho, o abatimento de que fui acometido ao verificar realmente o falecimento do *Diário*;[206] mas, ainda bem que ele ressuscita no *Jornal do Povo*.[207] O Azevedo[208] tudo merece e você e o Joviano[209]. Não se iluda: é um apostolado; mas apostolado soberbo. A desgraça do país foi que a "propaganda" que vinha da Monarquia desse a missão por finda ao inaugurar-se a República. É preciso retomar a propaganda – superior a eles no desinteresse, superior na capacidade doutrinária; que se lembrem que alguns existem, poucos que importa, capazes da loucura de amar o ideal, por eles ridicularizados, mas respeitados no fundo da alma.

A minha eterna lamúria, bem sabes, é a falta do cobre; mas diabos o levem se não é para certas coisas, para auxiliar as grandes independências morais, que ele deva servir. Não será nada. Fogo na canjica. E contem com apuro, mas contem também com os patriotas.

Declaro-te que o desaparecimento do *Diário* e os primeiros artigos da 2ª fase me acaçaparam; estou de novo moralizado com o jornal que botaram na rua, vocês. O teu pensamento da eleição do Azevedo é inviável; é cedo para pensarmos nisto. Foi o laivo político que diminuiu da sua excepcional grandeza o belo movimento agrário de Minas. A hora é de apostolar com a bela liberdade dominadora dos que nada pretendem. E quanta coisa bonita

---

205 Correspondência de João Pinheiro endereçada a Francisco Mendes Pimentel, em 8 de dezembro de 1899, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 343-344. Intelectual brilhante, Mendes Pimentel (1869-1957), era advogado, jornalista, professor e político. Eleito deputado federal para a 24ª Legislatura (1897-1899), renunciou em 15 de novembro de 1898.

206 Trata-se do jornal *Diário de Minas*, cujo primeiro número apareceu em 1º de janeiro de 1899 em Belo Horizonte (então Cidade de Minas), sob a direção e redação de Francisco Mendes Pimentel. Com a mudança na propriedade deste jornal, Mendes Pimentel juntamente com Azevedo Júnior lançam o *Jornal do Povo.*

207 O primeiro número do *Jornal do Povo*, órgão de oposição, saiu a 4 de dezembro de 1899 em Belo Horizonte (então Cidade de Minas).

208 Jornalista Azevedo Júnior, diretor do *Jornal do Povo*.

209 Arthur Joviano, jornalista e escritor.

a pedir-te artigos de fundos. Duas questões de limites com o Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio sacrificaram a questão de fato (missão Costa Reis) e atiraram-se (?) para a de direito, deslembrados de que uma sentença a favor de Minas, no pleito Rio de Janeiro, é a perda da questão em relação a São Paulo, que provavelmente intentará a questão.

Suprimirão as questões de limites. E o empréstimo mineiro do ano passado? Que belo estudo o momento que vamos atravessando: capacidade administrativa. E as sentenças que o governo vai tendo contra pelas rescisões de contrato? Perguntem pela estrada do Guaí, são 3 mil contos saídos dos cofres mineiros em pura perda. Como tudo isto se faz aqui em Minas sem discussão e ainda atiraram uma porção de desaforos nos que vão tomar parte nos desastres. Felizmente acabou-se o papel.

Teu amigo,

J. Pinheiro

Caeté, 8-12-1899.

6. Notícias da fábrica de cerâmica ao amigo David Campista (28 de janeiro de 1901)

[CORRESPONDÊNCIA][210]

Meu caro Campista.

Funcionou ontem na carpintaria, como experiência, o *monorail* a nível do solo. É uma ideia estupenda. O carro foi feito para servir dentro da fábrica dos que são conduzidos à mão. Os trilhos vão ser feitos de pau. Esta semana mesmo se começará a fabricar um carro para ser puxado a burro; destinei-o à condução do barro do barreiro. A ideia constitui um destes problemas que para se imporem basta o enunciado. É tão simples, tão barata, de tão fácil conservação, que o que espanta no sistema é justamente este conjunto de tanta coisa boa. Dentro de 15 dias a experiência em grande, com um carro para barreiro puxado a burro, estará feita.

E então, para as lavras, para a extração do manganês e para o meu caso para Sabará, terá sido achada a solução ultra. Ora, o brasileiro tem coisas muito edificantes – ou o caminho

---

210 Correspondência de João Pinheiro a David Moretzsohn Campista, em 28 de janeiro de 1901, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966p. 345-346. David Campista (1863-1911) era formado em Direito e foi deputado estadual em 1892 e 1894. Era um entusiasta do ensino profissional e do desenvolvimento econômico de Minas Gerais e exerceu vários cargos importantes no Estado e foi deputado federal entre 1903 e 1906.

calamitoso, cheio de atoleiros, inarável para o burro de cangalha, ou uma estrada de ferro de bitola larga, como a Central. E eu que já me contentava com um bondinho, calculo vê-lo reduzido a um trilho, levando mais carga, em estrada de leito mais estreito; é realmente soberbo... Todas as dificuldades têm sido resolvidas aqui; vou levar produtos tanto para os estados do norte como do sul; mas quando vejo, como agora, as tropas ali arranchadas, na frente da fábrica, uns pobres burricos magros, a 8 arrobas cada um, eles quase mortos de trabalho e eu quase exausto de dinheiro nos fretes fico quase desanimado. Não posso mudar a fábrica. Não só não encontro matéria-prima igual, como também umas outras exigências que formam como que uma vida complicada e necessária em torno da fábrica: os que tiram lenha, os que a conduzem, os operários já educados que não se podem mudar, as dificuldades de educar um operário e o tempo que isto leva, a instalação já feita dispendiosíssima, e assim mesmo incompleta, a urgência do cumprimento dos contratos feitos, tudo isto me amarra solidamente ao Caeté.

Você em sua carta teve a habilidade de bulir com todos os pontos fracos da minha indústria.

Operário estrangeiro. Sem operário estrangeiro, o Brasil não progride – como educação para o trabalho, como persistência nele, como respeito para com o patrão, sem o qual é impossível a ordem moral nos estabelecimentos de trabalho, como organização superior, digamos, mais instruídos e mais ambiciosos; e esta mesma ambição que os faz prosperar, faz igualmente a prosperidade do patrão. Tudo isto torna o operário estrangeiro uma condição imprescindível do progresso brasileiro.

Mas o operário estrangeiro tem o coração na pátria. Se no primeiro ano chega a ganhar o seu conto de réis, volta, porque este dinheiro é a libertação no meio dos seus.

Então, apenas chega aqui um bom operário estrangeiro. Eu, que já sei a psicologia do *mano*, pespego-lhe no cangote um capadócio brasileiro: nuns 3 meses, o brasileiro já faz alguma coisa. Acontece, entretanto, que um ano depois este brasileiro volta a reclamar outro serviço: por exemplo, deixa de decorar vasos com flores para ir toca burro, porque gosta de puxar pelo corpo no serviço.

Aí está a síntese das dificuldades em matéria de operários: o estrangeiro custa a ficar e o nacional, a persistir. Depois de 2 ou 3 anos, se o patrão persiste, uns poucos de um e outro lado sempre vão ficando. Agora, sem estrangeiro é que seria absolutamente impossível fazer indústria.

Também foram logo aproveitadas as fotografias dos vasos que você mandou. Já estão feitos alguns tipos, que estarão esmaltados nestes 10 dias. São coisas de grande efeito e relativamente fáceis. Uma ideia: queres vir assistir à puxada do primeiro bonde em *monorail* nestes 15 dias? Ponho animal na Estação de Sabará e no mesmo dia em que sair de Belo Horizonte às 11 horas, às 5 estará aqui. Se quiser, poderá voltar no outro dia. Eu avisarei por telegrama. Desculpa o comprimento da carta. Ao menos verás que as ideias aqui frutificam logo, e não se transformam em conversa fiada.

Abraços do
João Pinheiro
Caeté, 28 de janeiro de 1901.

JOÃO PINHEIRO À FRENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAETÉ

1. Concurso agrícola (8 de setembro de 1901)

COISAS DA ÉPOCA[211]

Realiza-se hoje em Caeté o concurso promovido pela Câmara Municipal entre agricultores e criadores.

O Dr. João Pinheiro da Silva, que a política mineira repudiou como um nulo ou um nefasto, está prestando altíssimo serviço a Minas. Fundou no país a indústria cerâmica já tendo, perfeitamente instaladas, as seções de material sanitário que ele fornece para o Rio, S. Paulo, Pará, Rio Grande etc. Está em progressivo aumento a exportação de louça e, dentro em breve, estará montado o *ateliê* artístico. Já é de 400 o número de operários que, na velha cidade mineira, enxameiam na bela colmeia industrial.

E o Dr. Pinheiro ainda tem tempo para ser político e republicano: político, que não *come* e republicano que não falsifica eleições. É chefe Executivo Municipal, e, em lugar de aderir ao *benemérito*, desiste de todos os seus vencimentos para com eles e com uma verba, que fez a Câmara votar, criar prêmios para o concurso dos lavradores e criadores.

Graças a ele, o arado já é usual em Caeté; a cultura intensiva vai sendo adotada; os criadores, estimulados pelos prêmios pecuniários e emulação das feiras, melhoram os produtos, importam e aclimatam novas raças.

---

211 Coisas da época. *O Farol*. Juiz de Fora, 8 de setembro de 1901, p. 1.

Com uns vinte João Pinheiro no Estado, o progresso mineiro se acentuaria a despeito de todas as BENEMERÊNCIAS que, como as *Eternidades* do Baixo Império, não duram mais de quatro anos.

JOÃO PINHEIRO E O CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MINAS GERAIS DE 1903

1. Reúne-se a comissão organizadora sob a presidência de João Pinheiro (11 de janeiro de 1903)

CONGRESSO INDUSTRIAL[212]

Conforme estava anunciado, realizou-se ontem, à 1 hora da tarde, no salão das comissões do Senado Mineiro, a primeira reunião da Comissão Central, incumbida da organização das bases desse Congresso.

Àquela hora, presentes o Srs. Drs. João Pinheiro da Silva, José Joaquim Monteiro de Andrade, Jorge Chalmers, coronel Francisco Mascarenhas, Drs. Carlos Pereira de Sá Fortes, João Ribeiro de Oliveira e Souza e coronel Ignacio Burlamaqui,[213] foram iniciados os trabalhos, sendo escolhidos presidentes e secretário, respectivamente, os dois primeiros cavalheiros acima citados.

Foram depois trocadas ideias sobre o assunto que ali congregava tão ilustres representantes do nosso mundo industrial e tomadas várias deliberações.

Nessa reunião ficaram fixados os pontos que devem ser discutidos, sendo os assuntos distribuídos da maneira seguinte:

Cultura do café, policultura e cultura intensiva – Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade.

Pequenas culturas, tarifas alfandegárias e impostos protecionistas – João Pinheiro da Silva.

---

212 Congresso Industrial. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 e 13 de janeiro de 1903, p. 1.

213 José Joaquim Monteiro de Andrade era um grande cafeicultor da zona da Mata. Formado em Direito foi promotor de justiça e envolveu-se em vários empreendimentos como o Banco de Crédito Real e era um dos homens mais ricos de Juiz de Fora. Jorge Chalmers (1856-1924), engenheiro nascido na Inglaterra, à época superintendente da *Saint John d'El-Rey Mining Company* e especialista em mineração. Francisco Mascarenhas (?-1914), proprietário junto com seus irmãos da maior fábrica têxtil de Minas, a Cedro e Cachoeira, além de atuar em outros empreendimentos. Carlos Pereira de Sá Fortes (1851-1914), médico e industrial, sendo que em 1903 dedicava-se principalmente à produção de laticínios. João Ribeiro de Oliveira e Souza (1863-1933), negociante e especialista em bancos, era advogado e dirigia em 1903, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado em Juiz de Fora em 1889. O rico comerciante e coronel da Guarda Nacional Ignacio Burlamaqui foi indicado como representante do comércio pela Associação Comercial de Minas.

Indústria manufatureira – coronel Francisco Mascarenhas.

Criação e exportação de gado, fabrico da manteiga; melhoria das raças; viação e ensino agropecuário – Dr. Sá Fortes.

Indústrias extrativas; mineração e indústrias conexas – Dr. Jorge Chalmers.

Fretes, impostos interestaduais; comércio e suas necessidades – coronel Ignacio Burlamaqui.

Bancos – Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza.

Pelo simples enunciado das questões acima enunciadas, compreender-se-á a importância dos trabalhos da Comissão, composta de ilustres cavalheiros, amplamente conhecidos pela competência com que sabem tratar dos assuntos que lhes são confiados.

Na sessão de hoje, marcada para a mesma hora, começaram a ser formuladas as teses que devem ser apresentadas ao Congresso.

A imprensa, não só deste como de outros estados, continua a se ocupar do Congresso Industrial, aplaudindo todos a feliz ideia de S. Exa., o Sr. Dr. Francisco Sales,[214] presidente do Estado, de congregar aqui os representantes dos diversos ramos da nossa atividade com o fim de conhecer as necessidades de cada indústria, ouvir as suas reclamações e tomar as providências precisas que venham acelerar o desenvolvimento econômico do Estado.

A reunião de ontem deixou bem assinalado o modo prático pelo qual a Comissão pretende fazer o seu estudo, sem desânimo e nem desperdício de tempo com questões de somenos importância.

Em tom de conversa foram sugeridas diversas ideias, todas tendentes à elucidação do assunto que lhe foi em boa hora confiado.

A Comissão lançou as bases desse auspicioso Congresso que há de marcar uma época e assinalar o patriotismo e abnegação das pessoas que nele colaboraram, animados todos por

---

214 Francisco Antônio de Sales (1864-1933) nasceu em Lavras e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Teve atuação destacada no movimento republicano em Minas e elegeu-se deputado estadual em 1891. Em 1894 assumiu a Secretaria de Finanças a convite do governador Bias Fortes e acumulou também a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ficando no governo até outubro de 1898. Em 1899 foi eleito senador estadual, mas não tomou posse por ter sido nomeado prefeito de Belo Horizonte. Foi eleito deputado federal em 1900 e assumiu o governo de Minas em 1902. Eleito senador federal, renunciou em 1910 e retornou ao cargo em 1915, renovando-o até 1923.

um só pensamento: o de engrandecer o Estado pela expansão de suas riquezas, na máxima parte inaproveitadas.

2. A exposição da Comissão Fundamental e as teses para o Congresso (15 de janeiro de 1903)

CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL[215]

Publicamos abaixo a exposição da Comissão Fundamental do Congresso, cuja epígrafe encima estas linhas, em boa hora chamado a colaborar com o governo do Estado na obra patriótica de resolver problemas palpitantes da atualidade, e que mais de perto interessam à vida econômica da comunhão mineira.

Essencialmente prático como deve ser em suas deliberações, ao enfrentar as questões que lhe são propostas, tendo em mira a situação financeira do Estado, é seu máximo empenho que todas as classes interessadas no desenvolvimento das forças até agora improdutivas do Estado não se furtem ao imperioso dever de enunciarem livre e desassombradamente o seu juízo esclarecido sobre as necessidades urgentes da nossa atualidade econômica.

O *Minas Gerais*, publicando a luminosa exposição da comissão fundamental, desde já espera do patriotismo da imprensa do Estado e de todos quantos se interessem por nosso progresso moral e material o concurso de suas luzes, sentindo-se feliz de dar agasalho nestas colunas às opiniões dos competentes.

—

EXPOSIÇÃO DA COMISSÃO FUNDAMENTAL

Para desempenho da honrosa incumbência que ao Exmo. Sr. presidente do Estado, Dr. Francisco Antônio Sales, aprouve cometer-nos, vimos hoje apresentar as teses que formulamos e que deverão servir de base às discussões do Congresso Agrícola e Industrial, a reunir-se proximamente na capital mineira.

Dominou-nos o pensamento de que o problema fosse exposto, o quanto possível e dentro da exiguidade de nossas forças, por maneira completa, devendo ser apresentadas, ao lado das explanações teóricas, soluções práticas que possam ter imediata aplicação.

215 Congresso Agrícola, Comercial e Industrial. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p. 1-3.

Semelhante estudo depende, sem dúvida, de conhecimentos especiais, exames longos e acurados, grande cópia de dados estatísticos para fundamento de indagações, de sua natureza positivas, não podendo ser feito, bem o reconhecemos, em pequeno prazo de tempo.

Acrescente-se ainda, para tornar mais árdua a questão, a deficiência de recursos pecuniários, tanto por parte do Estado, que assume a responsabilidade da iniciativa, como por parte dos particulares, num momento em que os empreendimentos se acham enfraquecidos pela retração do crédito, os capitais desconfiantes pelo insucesso de tentativas mal pensadas em quase um decênio de loucuras, e o maior fator das fortunas pública e particular brasileiras, o café, atravessando uma crise sem exemplo em nossa história econômica e financeira.

Estas dificuldades, entretanto, este estado desolador que tudo parece assoberbar, são, em si, em sua própria natureza, as causas determinantes desta hora de reflexão, em que nós, representando as classes produtoras e atendendo ao honroso convite do governo do Estado, vimos trazer o nosso concurso exíguo e sincero, a fim de indagarmos por que meios é possível a solução inadiável de uma questão que afeta, mais do que a Minas, ao Brasil.

O conhecimento do fenômeno econômico depende, mais do que qualquer outro, da verificação dos seus antecedentes históricos, da justa apreciação dos fatores do momento, e da exata compreensão das forças imanentes que só esperam impulso audacioso e esclarecido para transformarem uma atualidade de penúria num futuro de opulência estável.

O Estado de Minas Gerais tem população vasta e fixa – um quarto da população total da República –, constituindo pela massa, pela formação étnica, pelas tradições cívicas, como que os elementos básicos da nacionalidade brasileira. Em seu dilatado território a latitude tropical é modificada ou atenuada pela altitude de suas montanhas, alternando-se e contrastando os vales profundos e planícies baixas com os planaltos e as encostas de climas temperados. É cortado em todas as direções por águas vivas e fartos caudais.

A oeste e noroeste se desdobram, extensamente, as suas belas campinas, as suas férteis pastagens e seus esplêndidos campos de criar. Na Mata e no Sul apresenta as grandes lavouras de café. Na faixa de leste guarda tesouro inexplorado de soberbas matas virgens, desde as bacias do rio Doce até as do Mucuri. Tem riquezas naturais extrativas que, pela pluralidade e quantidade, colocam-no em posição quase única no mundo.

As fontes de águas termais e minerais no Sul asseguram futuro de constante e crescente prosperidade à região onde existem.

Tem, no centro e norte, as suas minas de ouro, de onde ele brotou em caudais, no Século XVIII e começos do Século XIX. De 1700 a 1820, foi extraída de uma zona bem limitada (comarcas de Ouro Preto. Mariana, S. João del Rei, Sabará. Caeté e Santa Bárbara) a assombrosa soma de 35.687 arrobas de ouro, não se podendo computar o que, em igual período, escapou à estatística por efeito de contrabando. Sobreleva notar que, rudimentares como eram os processos de mineração, os trabalhos coloniais se limitaram à exploração superficial. A dragagem do álveo dos rios, riquezas colossais que até agora ali jazeram inexploradas, abre, no momento, horizonte inteiramente novo e dilatadíssimo a uma das mais interessantes faces do problema econômico do Estado.

Tem ainda as pedras preciosas, os diamantes, as gemas de toda sorte nos municípios de Bagagem e de Abaeté, e, especialmente, nos municípios de Diamantina, Grão Mogol e Araçuaí.

Também possui poderosas jazidas de matérias-primas para a siderurgia com a exportação atual, em vasta escala, do manganês a alimentar usinas metalúrgicas estrangeiras, tendo esta exportação ascendido, no ano atrasado, a 98.828 toneladas, e só no primeiro trimestre do ano passado a 46.662.

Ao lado dessas riquezas e à margem de uma via férrea, de Paraíba ao Pirapora, ostentam numerosíssimas e possantes quedas de água, forças naturais e permanentes para os mais vastos e variados trabalhos manufatureiros, depósitos inesgotáveis de hulha branca, para custeio de usinas elétricas e aproveitamento das muitas aplicações dessa força avassaladora.

Ante o exame das condições naturais de riqueza da privilegiada terra de Minas Gerais, o seu futuro econômico se nos antolha como devendo ser, fatalmente, um dos mais brilhantes da pátria brasileira.

As causas de decadência das explorações extrativas auríferas e diamantinas foram diretas umas, indiretas outras.

As primeiras consistiram na dificuldade crescente destas explorações, como aprofundamento das jazidas, exigindo mecanismos mais aperfeiçoados e competências técnicas que não tínhamos, ou não existiam mesmo na ocasião.

As indiretas resultaram da cultura do café em vasta escala, para o qual, tanto em Minas como nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, convergiram todas as atividades, dominando, como produção econômica, as três quartas partes do século passado e vencendo, pela concorrência do trabalho remunerador, todos os outros ramos da atividade nacional.

O café devia vencer, e venceu brilhantemente; é um produto brasileiro sem concorrência no mundo, dando-nos no mercado internacional uma posição dominadora; porque, enquanto o Brasil é capaz de produzir quase tudo que importa, a sua principal mercadoria não pode ser produzida na quase totalidade dos países consumidores, protegido, como é, pela fatalidade de circunstâncias naturais.

A facilidade da sua produção, as poucas exigências do acondicionamento, a fácil conservação em estoques, mercado estrangeiro extenso, alargando-se rapidamente; todas essas condições constituíram natural proteção a esta cultura que sobrepuja todas as outras em torno e ascende, como valor de exportação, a cerca de 60% do valor da exportação total brasileira, perfazendo a soma de 509.598 contos durante o ano de 1901.

Ainda há, sem dúvida, no campo desta exploração econômica, objetivo para competências industriais na obtenção e seleção das qualidades apresentadas ao mercado e na colocação do produto no estrangeiro, comércio altamente remunerador e inteiramente abandonado à ação mercantil estrangeira.

Mas o fato incontrastado é que esta mercadoria, em relação ao comércio estrangeiro, desequilibra a oferta e a procura, fazendo a primeira predominar sobre a segunda, e determinando no vizinho Estado de São Paulo uma providência legal paralisadora do aumento da produção. A crise do café tem, como primeiro efeito, a deslocação das atividades e forças vivas nele empregadas para diferentes ramos de exploração. Ocupar, fixar e dirigir estas atividades é o ponto principal da questão.

Haverá lugar para o emprego destas energias superabundantes? Haverá novas explorações de consumo certo, interno ou externo, para colocação das mercadorias acrescidas ou novas?

Resposta simples e eficaz a esses quesitos encontramos no simples compulsar dos dados estatísticos oficiais referentes à nossa importação do estrangeiro, nos quais se leem os seguintes algarismos sugestivos:

Importou o Brasil, segundo os dados acima aludidos, durante o ano de 1901 e 1902:

Especificação das mercadorias	Importação brasileira	Observações
Fio de algodão, com ou sem mesclas	3.126:646$	Nos primeiros anos do século XVIII era o principal gênero agrícola da exportação mineira o algodão bruto (Eschwege –Revista do Arquivo Público Mineiro ano IV pág. 749}. A naturalidade desta cultura em Minas é testemunhada por Saint Hilaire (Voyage au Brésil, págs. 265 e 405.)[216]
Banha	5.283:946$	
Batatas	2.978:575$	
Farinha de trigo	31.887:350-	Constituiu gênero de exportação mineira (Eschwege).
Manteiga	6.799:761$	Indústria atualmente próspera em Minas, pela proteção legal. Depois da tarifa protecionista subiu a exportação mineira a 139.190 quilos, o ano atrasado.
Queijos	2.079:661$	Segundo Eschwege, ocupava esta mercadoria o 6º lugar, como valor de exportação mineira.
Toucinho	811:042$	Na mesma estatística do autor citado, a exportação do toucinho ocupava o 2º lugar.
charque	36.217:791$	
Águas minerais	474:734$	Possui o Estado de Minas as melhores em qualidade, com capacidade para grandes fornecimentos.
Vinhos	23.099:929$	
Arroz	16.724.548$	
Feijão e favas	2.127.486$	
Milho	1.539:246$	
Trigo	16.465:882$	Culturas encontradas por Saint Hilaire em Guanhães, adjacências da Serra da Piedade, Rio Vermelho e Peçanha (págs. 390, 392 e 448).
Frutas e legumes	2.029:152$	Superior qualidade de frutas mineiras, Iguais ou superiores às europeias, notada por S. Hilaire (págs. 25, 217 e 403).
Alhos e cebolas	1.230.023$	
Gado Vacum	5.256:609$	
Couros e peles	4.371:087$	
Fio de juta	7.730:687$	Saint Hilaire (pág. 116).
Fio de linho, com ou sem mesclas	187:302$	Cultura existente em Barbacena e comarca do Rio das Mortes, notada por S. Hilaire (pág. 115).
Azeite para máquinas	**1**.132.842$	
Idem vegetal	2.495:840$	

A soma bruta destas importações orça por 174:050$059.

---

216 ESCHEWEGE, Guilherme, Barão de. Notícias e reflexões estadísticas da província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. IV, 1899, p. 737-762 e, provavelmente, SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans l'interieur du Brésil.* Bruxelles: Méline, Cans & Cie, 1850, 2 vol.

Nas notícias que do Brasil, e principalmente de Minas, dão os dois mais ilustres estrangeiros que nos visitaram, o barão de Eschwege e Saint-Hilaire, vê-se que muitos dos produtos acima mencionados já constituíram objeto de grande exportação do Estado, encontrando-se a notícia de suas culturas em várias e extensas zonas da então capitania.

Se o café dominou as exigências do mercado externo importador, a produção nacional de outras mercadorias é insuficiente para as necessidades do nosso mercado.

Haverá, repetimos, meios legais, poderá o governo do Estado ou da União intervir, direta ou indiretamente, de modo a favorecer e incrementar a produção destas mercadorias? Quais serão esses meios?

Nas indústrias de toda espécie, extrativas ou manufatureiras, por que via poderá ser estimulada a iniciativa particular, aperfeiçoando as indústrias existentes e criando novas?

É este o estado da questão, repetimos ainda.

Para assegurar o mercado interno aos nossos produtos, deveremos pedir tarifas protecionistas? Deverão ser estabelecidos grandes prêmios que animem os manufatores estrangeiros a transferirem suas indústrias para o Brasil, aproveitando nele as matérias existentes?

Não seria mais conveniente a importação das manufaturas, ao invés dos objetos manufaturados?

Como respostas a todas estas perguntas, aí está o exemplo da República dos Estados Unidos da América do Norte, nação coeva do Brasil, elevando-se rapidamente a país de primeira grandeza, pela proteção continua, eficaz, sempre mantida de todas as suas riquezas, a todas as suas indústrias e a todos os seus trabalhos, encontrando nas tarifas protecionistas a fonte de seu deslumbrante poder da atualidade, triunfalmente confessado e a elas atribuído nas duas últimas mensagens do atual presidente Roosevelt. Na mensagem enviada ao Congresso Americano, em 2 de dezembro passado, e que se ocupa, em quase toda a sua contextura, do problema econômico-financeiro, defendendo o regime tributário aludido, diz o presidente: "A existência nos tem mostrado que a grande prosperidade do nosso país resultou sempre do regime das tarifas protetoras".

Elas dão lugar, sem dúvida, a algumas objeções, mas é ainda o mesmo estadista que pondera: "Se as leis de tarifas, em seu conjunto, têm dado bons resultados e se têm prosperado os negócios, sob o seu regime, melhor é suportar pequenos inconvenientes do que perturbá-los com mudança".

Com estas ou outras soluções o que cumpre é agir, o que cumpre é ação que possa valorizar as nossas riquezas abandonadas, o que cumpre é acordar a iniciativa particular, nacional ou estrangeira, para o seu aproveitamento.

Ao Exmo. Sr. Dr. presidente do Estado coube a glória de iniciar o movimento e, a nós, com o reconhecimento da nossa incompetência, a missão de expor a questão, definindo as suas teses; a todos os espíritos esclarecidos, o dever de concorrer com suas luzes para a elucidação do magno problema que é a fortuna particular, a riqueza pública, a prosperidade da nação; a ordem estável, da sociedade, a condição do seu progresso e a razão da grandeza da pátria. A sua solução será a consagração dos estadistas que a encontrarem.

Constam as teses do seguinte:

LAVOURA DE CAFÉ

1 – Que medidas poderão ser adotadas pelo governo para melhorar a situação dos produtores de café?

2 – Convém limitar a cultura do café, taxando proibitivamente as novas plantações?

3 – Há conveniência em tributar-se o café, aumentando o imposto na razão inversa de suas qualidades, de modo a recair em taxas mais elevadas sobre os tipos baixos do que sobre os altos?

4 – Resultam vantagens da proibição de serem exportados as escolhas e cafés baixos, misturados com pedras, terra e outras substâncias estranhas?

5 – Para o fim de alcançar a expansão do consumo mundial de café, merecem ser adotadas as seguintes conclusões do Congresso de Nova Iorque, de outubro de 1902, a saber:

a) empenhar-se o governo do Brasil em obter a abolição ou grande diminuição dos impostos de exportação e consumo nos países estrangeiros, pedindo-se, no caso de não ser conseguida a abolição daqueles, a taxação proporcional ao valor do café e na razão inversa da qualidade, pagando menos as qualidades melhores;

b) promover propaganda universal sistemática e permanente de melhor uso do café criando para esse fim imposto geral sobre todo o café exportado, na proporção de 1% do seu valor;

c) manter exposições permanentes do café das diversas procedências, com a indicação dos preços e toda sorte de informações;

d) empenhar-se pela realização do Congresso Internacional dos países produtores de café, composto de pessoas reconhecidamente competentes e devidamente autorizadas para ajustarem um tratado regulador da produção e consumo desse artigo;

6 – Convém modificar a forma de pagamento do imposto de exportação do café, para ser ele diretamente pago pelo exportador, de modo a ser aquele produto agrícola levado ao Rio de Janeiro, principal mercado mineiro, apenas onerado do frete?

7 – Como medida transitória ao menos, e enquanto persistir o preço do tipo 7 abaixo de 8$000, não devem ser diminuídos os fretes do café? Convirá a uniformização da tarifa do café para todas as distâncias?

8 – Oferece vantagens o estabelecimento de entrepostos marítimos, convenientemente fiscalizados pelo Governo, ou a adoção dos armazéns da Central, ou outros, para permitirem a instituição e função comercial do *warrant*?

9 – Convém o estabelecimento de uma Bolsa de Café no Rio de Janeiro, devendo todas as transações sobre esse produto ser nela realizados?

10 – Que medidas devem ser tomadas para evitar os ônus trazidos pelos intermediários inúteis do comércio do café?

11 – Como pode intervir o governo para auxiliar a venda direta do café ao estrangeiro?

POLICULTURA E PEQUENA CULTURA

12 – Qual a grande cultura que convém ser aconselhada para exploração concomitante com a do café?

13 – Que meios devem ser aconselhados para desenvolver-se a cultura dos cereais?

14 – Que providências devem ser tomadas pelo governo para conseguir a substituição gradual do nosso sistema de cultura pelos processos que a mecânica e química agrícolas ensinam, atendendo-se as condições naturais de exequibilidade?

15 – Que novas culturas podem ser iniciadas e aconselhadas com probabilidade de êxito?

16 – Quais os motivos da decadência da cultura do fumo em Minas, e como pode ser obviada?

17 – Há melhoramentos a serem aconselhados para a cultura da cana-de-açúcar?

18 – Que medidas práticas devem ser indicadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das pequenas culturas existentes e criações a elas anexas?

19 – Como podem as câmaras, nos respectivos municípios, estimular a iniciativa particular neste gênero de trabalho?

20 – Em concorrência com os municípios, tem o Estado meios de auxiliar o desenvolvimento da pequena lavoura e o melhoramento dos animais dela dependentes?

PECUÁRIA

21 – Quais as medidas de mais conveniência para alcançar-se o desejável desenvolvimento da indústria pastoril e das que lhe são conexas, sobretudo da de laticínios? Dentre essas medidas, quais as inadiáveis e de pronta aplicação, e quais as que mais lenta e progressivamente devem ser postas em prática?

22 – Atendendo-se às condições climatéricas e culturais de Minas, que raças exóticas de animais domésticos devem ser preferidas para melhorarem as indigenas, especificadamente a bovina, a cavalar, a lanígera, a suína e a caprina?

23 – Para a introdução de raças preferidas, qual deve ser a ação do Estado?

24 – A alimentação conveniente e racional do gado, constituindo o indispensável fator para formação e melhoramento das raças, quais as forragens cujo cultivo deve ser de preferência aconselhado em Minas?

25 – Até onde pode ser prejudicial à marcha e prosperidade da produção pecuária do Estado a concorrência das nações vizinhas?

26 – Não há vantagens em animar-se a criação da ovelha e da cabra em grande escala?

27 – São suficientemente vantajosos e satisfatórios os processos comerciais até agora seguidos e atualmente em uso para a venda dos produtos da indústria agropecuária mineira?

28 – Como convém encarar e resolver o problema do comércio e exportação das carnes verdes e charques em Minas?

29 – Que medidas de prevenção podem ser tomadas para resguardar os produtos industriais mineiros dos efeitos da especulação mercantil ilícita e prejudicial aos interesses dos produtores e do Estado?

30 – Quais os efeitos práticos da tarifa proibitiva sobre a margarina, e que influência tem está sobre a produção da manteiga nacional?

31 – Quais os processos aconselhados e admissíveis para preservar de pronta deterioração os produtos industriais alimentícios?

32 – Qual o plano de ensino prático para a indústria de laticínios?

33 – Na hipótese da insuficiência protetora das tarifas alfandegárias sobre a manteiga, é lícito ao Estado defender seus mercados internos da invasão de gêneros estrangeiros similares aos de sua produção?

INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS

34 – Quais as necessidades das indústrias manufatureiras existentes, especialmente as das indústrias de tecidos?

35 – Podem ser criadas novas indústrias manufatureiras com probabilidades de êxito? Quais?

36 – É possível ao governo animar a iniciativa particular para tal fim? Por que meios?

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

37 – Quais as medidas que poderiam ser adotadas pelo governo em auxílio das indústrias extrativas, e, principalmente, das de mineração de ouro? Há indústrias conexas a serem estabelecidas para favorecer o desenvolvimento daquelas?

38 – Que medidas poderão ser adotadas pelo governo de modo a facilitar o estabelecimento de novas empresas de mineração e atrair capitais para esse serviço?

39 – Existem em Minas outros minerais, além do manganês, que possam constituir objeto de exploração industrial e exportação em bruto? Quais?

INDÚSTRIAS DIVERSAS

40 – Quais as medidas que deve pôr em prática o governo para elevar à altura que merece a exploração das fontes de águas termais e minerais do Estado?

41 – Quais os meios de coibir a fraude prejudicial à saúde pública e aos créditos de nossas águas minerais?

42 – Por que meios deve o governo animar o desenvolvimento da viticultura e da vinicultura em Minas? Quais os embaraços que se opõem à prosperidade dessas indústrias, e como removê-los?

43 – Os ensaios de sericultura feitos no Estado autorizam a esperar-se da exploração dessa indústria, em larga escala, grandes vantagens? Quais os meios de incrementá-la?

44 – É oportuno o momento para formação de sindicatos agrícolas e sociedades cooperativas industriais? Como facilitar e favorecer a criação dos mesmos?

45 – Há urgente necessidade de promover o ensino profissional? Quais os meios de resolver praticamente este problema, de modo a tornar mais rápido o desenvolvimento industrial do Estado?

COLONIZAÇÃO

46 – É possível ao Estado manter uma corrente imigratória, não só para colonização do solo junto às estradas de ferro existentes ou em construção, como ainda para fornecimento de operários assalariados à lavoura e às indústrias?

COMÉRCIO

47 – Quais as necessidades e dificuldades do comércio atualmente?

48 – Há providências que, tomadas pelo governo, lhe pudessem ser úteis? Quais?

TRANSPORTES E FRETES

49 – A indústria de transporte, atenta à sua importância econômica, está convenientemente organizada em Minas, e em condições de satisfazer às exigências do produtor e do comércio? Que medidas devem ser tomadas pelo Estado e pelas municipalidades para melhorá-la?

50 – Quais as medidas a serem adotadas em matéria de viação ferroviária que auxiliem a solução do problema econômico, sem perturbar a vida econômica das ditas empresas?

51 – Quais os inconvenientes da diversidade de fretes nas diferentes estradas de ferro?

52 – Por que meios se poderá conseguir a equiparação deles?

IMPOSTOS E TARIFAS

53 – Quais os inconvenientes dos impostos interestaduais sob o ponto de vista econômico e comercial? Podem eles ser substituídos sem desequilíbrio para o orçamento do Estado, por outra tributação? De que modo?

54 – Quais os inconvenientes dos impostos intermunicipais?

55 – Devem as mercadorias que o Estado possa produzir em quantidade suficiente ao consumo interno ser favorecidas por tarifas protetoras? Que mercadorias especificamente podem ser protegidas por esse sistema?

56 – Há conveniência na adoção de tarifas diferenciais para entrada e saída de alguns produtos agrícolas que transitam pelas ferrovias?

MOBILIZAÇÃO DA RIQUEZA IMÓVEL

57 – Uma vez aceito o imposto territorial como base do sistema tributário mineiro, convém a adoção de um regime mais ou menos modelado pelo da Lei Torrens, para o fim de mobilizar a riqueza territorial imóvel?

Qual o processo mais prático e simples para transformar o título de propriedade emanado da aplicação do imposto territorial em instrumento público de valor e crédito para os efeitos da legislação civil e comercial?

QUESTÃO BANCÁRIA

58 – De que meios pode lançar mão o governo para resolver o problema financeiro do Estado, no sentido de auxiliar à lavoura, à indústria e ao comércio?

59 – Para levantamento do crédito agrícola, convém a criação de bancos que se proponham a onerar sobre o mesmo e o industrial? Como auxiliar o governo à criação de tais bancos?

60 – É conveniente o estabelecimento de cooperativas de crédito, conforme o tipo das caixas

Raffeisene dos bancos populares do tipo Schulze-Delitzeh? [217]

61 – Quais as medidas a serem adotadas para melhorar o regime do trabalho, regularizando-se as relações entre proprietários e colonos, patrões e trabalhadores?

---

217 Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Franz-Hermann Schulze Delitzsch criaram na Alemanha as primeiras caixas e/ou bancos de crédito mútuo rurais e são considerados precursores do cooperativismo.

62 – Não constitui poderoso auxílio à agricultura e indústrias a repressão da vadiagem? Não é conveniente o restabelecimento das colônias correcionais, modeladas sobre bases que garantam seu perfeito funcionamento e os fins altamente humanitários que devem visar?

Belo Horizonte, 15 de janeiro de 1903.

João Pinheiro da Silva, presidente;
José Joaquim Monteiro de Andrade, secretário;
Carlos Pereira de Sá Fortes;
João Ribeiro de Oliveira e Souza;
Ignacio Burlamaqui;
Francisco Mascarenhas;
Jorge Chalmers.

———

A matéria destes quesitos ficou assim distribuída pelos respectivos membros da Comissão:
Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade. Cultura de café, cana, fumo; policultura, ensino agrícola e profissional.
Dr. Carlos P. de Sá Fortes. Pecuária e colonização, mobilização da riqueza do imóvel, águas minerais, impostos municipais, viticultura, vinicultura, sericicultura.
Dr. João Pinheiro da Silva. Pequenas culturas e pequena criação, fretes e tarifas, indústrias novas em geral.
Dr. J. Chalmers. Mineração e indústrias conexas.
Coronel Francisco Mascarenhas. Indústrias manufatureiras. Coronel Ignacio Burlamaqui. Questões comerciais, impostos interestaduais.
Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza. Questões bancárias.

———

Os membros da Comissão deverão apresentar até o prazo máximo de 60 dias as suas memórias contendo a solução das teses apresentadas e as medidas práticas que foram julgadas por eles susceptíveis de pronta adoção pelo Governo.

A Comissão pede em geral a todos os interessados e estudiosos, que num ou noutro ponto das questões em estudo tenham vistas especiais, experiências e observações próprias, a fineza de lhe mandarem seus trabalhos.

———

O Dr. Benjamim Jacob é constituído correspondente em Belo Horizonte para a recepção destes trabalhos e para o fornecimento de informações ou dados estatísticos aos que os solicitarem.[218]

A Comissão se reunirá mais uma vez em Belo Horizonte, a 31 de março próximo, para homologação e apuração das conclusões que forem julgadas aptas a serem submetidas à apreciação do Congresso Geral.

———

O Congresso se comporá de um comerciante e um agricultor de cada município e industriais do Estado.

O agricultor deverá ser indicado pelo presidente da respectiva câmara; o comerciante pela reunião dos de sua classe em cada município, cabendo à Associação Comercial do Estado a superior direção destas eleições. A Comissão fundamental reserva-se o direito de convite aos industriais.

———

A época da reunião do Congresso será oportunamente fixada.

———

Os nomes dos representantes, apenas os escolhidos, deverão ser comunicados à Comissão Fundamental. O governo lhes dará passagem gratuita nas vias férreas.

3. Resumo das medidas propostas por João Pinheiro (19 de abril de 1903)

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL[219]

Resumo das medidas propostas pelo Dr. João Pinheiro em sua memória.

Começa assinalando os perigos que ameaçam a destruição das grandes propriedades territoriais cafeeiras.

A dificuldade da coexistência das culturas extensivas com o trabalho livre. A fragilidade das fortunas territoriais apoiadas na exploração exaustiva do solo, citando o exemplo do Estado do Rio de Janeiro e das suas fazendas opulentas e agora desvalorizadas.

———

218 Benjamim Jacob (1871-1928) era engenheiro e foi nomeado pelo governador João Pinheiro para prefeito de Belo Horizonte, cargo que exerceu no período de 7 de setembro de 1906 a 16 de abril de 1909.

219 Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 de abril de 1903, p. 3.

Prevê a substituição das grandes propriedades pelas pequenas em mãos de colonos econômicos e previdentes.

A cultura intensiva é o único meio para os grandes proprietários e grandes famílias conservarem seus latifúndios.

– Para pequenas culturas e pequena criação aconselha, nos municípios, prêmios pecuniários de animação.

– Pede o estabelecimento de um concurso de produtores mineiros na capital do Estado, onde fossem estabelecidos prêmios pelo governo para uma nova seleção dos produtos já premiados nos municípios.

– Faz ver a necessidade e urgência de um laboratório de análises de terras, ou na capital do Estado ou adido ao da Escola de Minas.

– Pede a criação, por parte do governo, na capital federal, como dependência da Recebedoria do Estado, de uma seção para exposição, ali, de amostras das mercadorias mineiras e um empregado com prática do comércio para correspondente, prestando aos produtores informações sobre o valor, exigências do mercado e possibilidade da colocação dos produtos.

– Lembra a conveniência de se criar na capital uma pequena cultura modelo, sem aparato, para servir de tipo a uma instalação modesta aperfeiçoada.

– Aconselha nos municípios do campo a criação de pequenas sociedades agrícolas cooperativas, que muito devem influir no êxito da reorganização econômica do Estado; pede medidas de força eficaz para determinarem estas criações – julgando dessa natureza a instituição de 10 prêmios de 10 contos de réis cada um para as primeiras sociedades que se instalarem; devendo ser pagos depois de 2 anos da instalação e da atividade das mesmas.

– Não aconselha aos particulares a importação de animais de raça para melhoria da criação, dizendo pertencer ao governo estas tentativas aventurosas e caras.

– Aos pequenos criadores e à massa geral dos que exploram o gado aconselha a seleção e aperfeiçoamento dos animais que possuímos, entre os quais muitos de boa qualidade.

___

INDÚSTRIA

Amplia a ideia do Dr. Chalmers relativa ao exame oficial por engenheiros de Minas do valor das explorações do leito dos rios para o exame também oficial do valor dos afloramentos dos nossos múltiplos veeiros.

– Uma das dificuldades da exploração de nossas jazidas minerais, consistindo nos intermináveis conflitos jurídicos a que dá lugar o condomínio, pede o benefício da desapropriação por utilidade pública, em favor do maior proprietário do imóvel, tendo gasto nele com o fim industrial da mineração quantia que garanta a sua exequibilidade; por não poder e não dever o trabalho ser embaraçado como até agora pelos que procuram enriquecer-se à custa da iniciativa, energia e trabalhos alheios.

– Propõe que, quando um ou alguns proprietários de minas, tendo-as posto no Registro Torrens, notificarem ao governo o desejo de vendê-las, faça este o exame do valor das ditas lavras e preste informações oficiais sobre elas no estrangeiro para evitar a interferência de intermediários pouco escrupulosos que têm desacreditado a indústria no país.

As despesas pelo Estado seriam reembolsadas pelos particulares na ocasião da venda.

___

INDÚSTRIAS AUXILIARES

Indica que o Estado proteja de preferência e desde já as indústrias que ele chama auxiliares e das quais diz depender todas as outras que não poderão existir sem o estabelecimento destas.

– Coloca em primeiro lugar a indústria das fundições, que têm como um dos objetivos o fabrico das próprias máquinas.

– Vêm em seguida as indústrias de vasilhame – caixotaria, tanoaria, fábrica de latas, sacaria, e fábrica de vidros.

Indica a capital do Estado como o lugar mais naturalmente indicado para o estabelecimento da primeira fábrica de cada uma destas especialidades. A fundição teria para garantia do consumo as grandes companhias de mineração existentes nas proximidades da capital – Morro Velho, S. Bento, Cuiabá e Descoberto.

– Lembra a necessidade do estudo da piteira, podendo oferecer, como cultura espontânea e tão generalizada no centro de Minas, abundância de matéria-prima natural para sacaria

e tecidos grosso podendo baratear e facilitar o acondicionamento do café e cereais para exportação.

– Opina que a caixotaria e lataria podem ficar adstritas à fábrica de fundição, devendo ser estabelecido um prêmio de 25 contos para a primeira que se instalar nestas condições, pago um ano depois da instalação e do efetivo trabalho da fábrica.

– A fábrica de vidros julga melhor colocada nas proximidades das águas minerais. O vasilhame importado deve ser o maior embaraço ao desenvolvimento destas empresas.

Em geral, as medidas práticas que julga deverem ser adotadas para o estabelecimento das indústrias novas, transformação das grandes culturas existentes e aperfeiçoamento das pequenas, são os prêmios.

Devem ser eficazes e para isto é mister que não sejam pequenos.

A colocação dos produtos deve ser também eficazmente garantida nos mercados. Este *desideratum* só pode ser conseguido com a adoção de tarifas proibitivas do similar estrangeiro, a exemplo dos Estados Unidos.

– "A ação econômica, orientada em tal rumo – termina – com persistência e coragem, fará a grandeza material da pátria, de que depende a sua grandeza pública e poderio para a realização dos altos destinos a que tem direito."

4. As conclusões da Comissão Fundamental para análise do Congresso (20 de abril de 1903)

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL[220]

—

Telegramas do Rio, com data de 25, dirigidos ao *Farol*[221], referem que a *Notícia*, importante órgão de publicidade da capital federal, em local desenvolvido, diz:

> "[...] que o brinde de política protecionista levantado no banquete oferecido ao general Pinheiro Machado foi o eco do pensamento idêntico externado pela Comissão Diretora do próximo Congresso Industrial a reunir-se em Belo Horizonte. Parece, pensa-se geralmente, que modificada a política partidária, esse Estado poderá ser em breve prazo o centro da regeneração nacional."[222]

220 Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p. 1 e 2.

221 *O Farol*, jornal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

—

Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas

Depois do exame e discussão dos trabalhos de seus membros a Comissão Fundamental adotou, por unanimidade na maioria dos casos, por maioria de votos em poucos, entre outras, as seguintes conclusões julgadas mais urgentes e que terão de ser submetidas à discussão e votação do Congresso Pleno, a reunir-se a 13 de maio próximo. A Comissão afirma:

1ª

Convém que o imposto de exportação sobre o café seja lenta e progressivamente substituído pelo imposto territorial.

2ª

O imposto de exportação sobre o café deve ser cobrado na razão inversa de sua qualidade, de modo a recaírem sobre os tipos ordinários taxas mais elevadas do que sobre os melhores tipos.

3ª

Devem ser taxados proibitivamente, para não serem exportados para o estrangeiro, as escolhas e cafés misturados com substâncias estranhas.

4ª

A forma de pagamento do imposto de exportação do café deve ser modificada, de modo que seja pago diretamente pelo exportador nos portos de saída.

5ª

Os fretes de transporte do café devem, como medida transitória, ser diminuídos enquanto persistir o preço por 15 quilos do tipo 7 abaixo de 8$000.

6ª

A particulares ou sociedade que queiram efetuar a venda direta do café no estrangeiro, deve o governo conceder diminuição do frete e do imposto de exportação do café a tal fim destinado.

222 A citação é do jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro. José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), conhecido como o general Pinheiro Machado, foi um dos políticos mais influentes da República nos primeiros anos do regime.

7ª

Convém o estabelecimento da grande cultura de cereais junto às estradas de ferro, devendo o governo auxiliar o seu estabelecimento com a instituição de grandes prêmios aos maiores produtores de mercadoria de melhor qualidade.

O milho e os produtos derivados dessa cultura, o feijão, arroz e batatas devem ser principalmente distinguidos, concedendo o governo um prêmio de 30 contos de réis, por exemplo, ao maior agricultor de arroz do Estado.

Para assegurar a colocação desses produtos nos grandes centros comerciais, convém que o governo de Minas se empenhe junto ao da União para obtenção de tarifas gradativamente protetoras da produção nacional, que deverão ir sendo aumentadas à proporção que o for também a produção.

8ª

É de conveniência o estabelecimento de prêmios que animem a cultura do algodão nas regiões onde existem fábricas de tecidos.

9ª

As câmaras municipais devem consignar nos respectivos orçamentos a quantia de 3:000$000, pelo menos, para serem distribuídos em prêmios de animação às pequenas culturas de cereais e à pequena criação de gado *vacum*, cavalar e suíno.

10ª

O Estado deve instituir 10 prêmios de 10 contos de réis cada um para as primeiras cooperativas agrícolas que se formarem nos municípios, devendo ser pagos esses prêmios 2 anos depois do funcionamento dessas sociedades, contados da instalação de seus serviços.

11ª

O Estado deve criar na capital um concurso anual de animação, estabelecendo uma verba de 30:000$000 para serem distribuídos em prêmios aos produtos e animais já premiados nas feiras municipais.

12ª

Convém a criação, por parte do governo, na capital federal, como dependência da Recebedoria do Estado, de uma seção para exposição, ali, de amostras das mercadorias mineiras; e um empregado com prática do comércio para correspondente, prestando aos produtores informações sobre o valor, exigências do mercado e possibilidades da colocação dos produtos.

13ª

Convém que o Estado crie um laboratório de análise de terras, análise e dosagem de fertilizantes, separado ou anexado ao da Escola de Minas.

14ª

Deve o Estado criar na capital uma modesta instalação agrícola, modelo de pequena cultura aperfeiçoada.

15ª

Convém a criação de uma escola prática de agricultura e zootecnia onde seja dispensada instrução teórica e prática dessas matérias, adotado o tipo da "Escola de Agricultura e Ganaderia Prática" de Córdoba.[223]

16ª

É conveniente a criação de duas estações agronômicas especializadas para leitura e zootecnia práticas.

17ª

Convém a obtenção de tarifas aduaneiras eficazmente protetoras dos produtos da indústria pastoril mineira.

18ª

O Estado deve dar nova organização às feiras para venda do gado, instituindo comissários oficiais para garantia das transações e defesa dos interesses do boiadeiro mineiro.

19ª

O imposto cobrado sobre o gado deve ser ad valorem, e não por cabeça.

20ª

O arrobamento do gado para as vendas deverá ser feito em balança apropriada, substituindo-se a apreciação pessoal ora usada pela pesagem efetiva.

21ª

O governo do Estado deve se interessar para que na capital federal seja mantida a liberdade do comércio de carnes verdes.

---

223 N.A. Vide memória do Dr. Sá Fortes.

22ª

É conveniente que o governo do Estado represente ao da União pedindo isenção de direitos aduaneiros sobre importação de gado de raça.

23ª

Convém que sejam estabelecidos três prêmios, um de 20, outro de 10 e outro de cinco contos de reis aos três maiores criadores de cada uma das seguintes espécies: gado cavalar, bovino, e lanígero, de raças puras; não podendo o mesmo criador receber os três prêmios.

24ª

Os poderes competentes do Estado devem legislar regulando o fabrico e o comércio da margarina.[224]

25ª

Convém que o governo do Estado represente ao da União, pedindo:

a) diminuição de taxas e direitos de alfândega sobre maquinismos e acessórios que não possamos produzir, importados do estrangeiro para as indústrias manufatureiras.

26ª

b) O imposto de proteção à indústria de fiação de algodão no país, taxando elevada e gradativamente o fio importado, por haver no país matéria-prima em abundância e manufaturas correspondentes.

27ª

c) Que o imposto de selo sobre as indústrias de tecidos seja estabelecido proporcionalmente à qualidade do tecido.

28ª

O governo deve restabelecer as escolas públicas junto às fábricas, desde que estas tenham 100 operários para cima.

29ª

É de conveniência que o governo do Estado mande à Europa três industriais de reconhecida competência para o fim não só de estudarem os aperfeiçoamentos aplicáveis às indústrias existentes no Estado, como ainda estudarem o estabelecimento de indústrias novas em Minas, aproveitando matérias-primas aqui existentes.

---

224 N.A. Vide memória do Dr. João Pinheiro.

30ª

Convém que o governo de Minas represente ao da União sobre a conveniência de impostos protetores dos produtos dos curtumes de couros nacionais.

31ª

É conveniente que o governo do Estado estabeleça os seguintes prêmios:

a) um de 25:000$000 para a indústria que se estabelecer na capital com uma fundição para fabrico e conserto de máquinas e fabrico de vasilhame (tanoaria, latas etc.)

32ª

b) Um outro, valioso, para a fábrica de garrafas que se instalar nas proximidades das nossas águas minerais, em ponto industrialmente conveniente.

33ª

É de necessidade a criação imediata, em uma das secretarias do governo, de uma inspetoria ou seção técnica de agricultura, indústria e de minas.

34ª

É de conveniência a criação imediata de um serviço de exploração oficial, por engenheiros de minas, do leito dos rios e das explorações dos veeiros auríferos do domínio do Estado, ou de particulares, quando estes o requererem.

35ª

Deve-se reformar ou completar a legislação sobre minas, de modo a desaparecerem os embaraços jurídicos criados pelo condômino a trabalhos de explorações minerais: seja pela desapropriação por utilidade pública, seja pela venda em hasta pública, quando os coproprietários não chegarem a acordo.

36ª

É preciso que seja dada a definição de rio público, adotando-se para isto um critério positivo, e a Comissão indica o da respectiva vazão, que pode ser estabelecido pela determinação da dos rios já definidos públicos, não só por leis como por aplicação delas, em concessões feitas desde os tempos coloniais.

37ª

Convém que o governo não faça concessões a título gratuito, mas venda o direito de exploração do leito dos rios.

38ª

É conveniente o estabelecimento de dois prêmios, um para determinar a fabricação do cianureto de potássio, outro para a do dinamite, indústrias auxiliares da mineração; esses prêmios deverão ser pagos um ano depois da instalação da fábrica, conseguindo o governo de Minas, do da União, ou estabelecendo por si, tarifa protetora dessas mercadorias no país, após o estabelecimento das fábricas.

39ª

Sobre os produtos de indústrias auxiliares por tarifas protetoras, poderá o governo da União lançar impostos de consumo, como sucedâneo dos impostos correspondentes de importação.

40ª

Convém que o governo não faça concessões a título gratuito, mas venda o direito de exploração das forças hidráulicas dos rios públicos.

41ª

É necessária a organização das prefeituras nas estações de águas minerais.

42ª

É de conveniência que o governo do Estado represente ao da União pedindo tarifa aduaneira proibitiva da importação de águas minerais estrangeiras similares das nossas, e leis proibitivas da falsificação das mesmas.

43ª

Convém a criação: a) de uma estação agronômica viti e vinícola, com laboratório e viveiro de videiras para distribuição de mudas.

44ª

b) do ensino prático da viti e vinicultura por inspetores ambulantes de provada competência.

45ª

O governo do Estado deve fazer aquisição de sementes ou óvulos de boas raças do *bomby mori* e sementes de amoreira branca para distribuição aos interessados na indústria sericícola.

46ª

Convém que o serviço de imigração, quando seja possível restabelecê-lo, o seja somente para o fim de fundar colônias agrícolas à margem das estradas de ferro e fornecer operários às indústrias manufatureiras.

47ª

É de conveniência a organização do crédito agrícola em bases amplas.

48ª

O governo deve facilitar recursos pecuniários, por si ou por Intermédio de bancos criados ou que se criarem, às caixas fundadas peias cooperativas agrícolas.

49ª

É necessária a abolição dos impostos interestaduais, devendo ser feita gradativamente.

50ª

Convém que o governo do Estado represente ao da União pedindo:

a) Equiparação dos fretes na E. F. Central, nos ramais de Minas e de São Paulo.

51ª

b) Diminuição das taxas telegráficas para o comércio.

52ª

c) As câmaras municipais devem decretar impostos eficazes para localização do comércio ambulante.

53ª

Os governos do Estado e municipais devem intervir conjuntamente para obstarem a ação perniciosa do jogo de azar, principalmente o denominado do bicho.

54ª

É de conveniência a criação em Minas de uma Escola Prática de Comércio, subvencionada pelo Estado e sob a direção da Associação Comercial.

55ª

Deve-se incluir no programa de ensino das escolas primárias do Estado o ensino elementar comercial.

56ª

É conveniente a criação de associações comerciais nas principais cidades do Estado.

57ª

Convém que o governo mande abrir três estradas de rodagem, tendo de largura mínima quatro metros, declividade máxima 10%, visando ligar a estação de Gonçalves Ferreira

à capital do Estado, e as zonas agrícola de Peçanha e mineira de Diamantina aos pontos mais convenientes da E. F. Central.

58ª

O governo do Estado deve representar aos poderes públicos da União sobre a conveniência da criação de um Banco de Crédito Real Central, com emissão de hipotecárias garantidas pela União, tendo por fim a compra de letras hipotecárias emitidas pelos bancos dos estados, com garantia destes, tendo também uma seção do crédito agrícola para desconto dos títulos, que para esse fim forem revestidos de responsabilidade solidária dos bancos estaduais.

59ª

Convém a criação de:

a) Caixas *raffeisen* em todo o Estado[225]

60ª

b) Pequenas cooperativas de crédito do tipo *Schulze Delitsch*, para receberem e emprestarem pequenas quantias de dinheiro.

61ª

É conveniente a criação, pelos poderes competentes, de um tribunal de fiscalização e revisão do lançamento de impostos das câmaras municipais, e de tomada de contas às mesmas, a fim de evitar exorbitações tributárias e administrativas.

62ª

Convém a decretação urgente pelos poderes competentes de uma lei reguladora das relações dos patrões e operários, proprietários e colonos, rendeiros e meeiros, definindo claramente as atribuições e direitos de cada um, e garantidora dos contratos.

63ª

Convém a decretação de uma lei de repressão da vadiagem, tanto nos povoados como no campo, declarando a comissão ser esta uma das maiores e mais palpitantes necessidades do comércio, da lavoura e das indústrias.

64ª

Convém a criação de colônias orfanológicas e oficinas de trabalho, onde seja ministrado ensino técnico profissional.

---

225 N.A. Vide memória do Dr. João Ribeiro.

Belo Horizonte, 20 de abril de 1903.
João Pinheiro da Silva, presidente;
José Joaquim Monteiro de Andrade, secretário;
Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes;
João Ribeiro de Oliveira Souza;
Ignacio Burlamaqui;
Francisco Mascarenhas;
Jorge Chalmers.

5. João Pinheiro e a defesa da política protecionista em cartas a José Januário Carneiro (3 de maio de 1903)

[CORRESPONDÊNCIA 1] [226]

Feca.

Agradeço e retribuo a você e a dona Emilinha as visitas que me fazes.

Sobre o assunto da tua carta me escreveu o Dr. Alvim,[227] mas falando no estabelecimento do ensino técnico de agricultura em Juiz de fora; também conversei com o Sales[228] a teu respeito, onde tive ocasião de fazer justiça aos teus méritos de administrador, estando naturalmente indicado para gerir um desses institutos.

É minha opinião que, para conveniência tua e proveito do Estado, tentativa se faça na tua própria fazenda, Boa Esperança. Ali a iniciativa particular (a tua) encontra o estímulo de trabalhar uma propriedade da família; nos prêmios com a tua competência encontrarás de certo uma remuneração muito compensadora do esforço e, se como me informou o Dr. Alvim e acredito ser a verdade, compram-se as terras de Ubá, de belas baixadas irrigáveis – dados os impostos protecionistas à direção nacional – creia, meu amigo, que terás na cultura do arroz, por exemplo, uma fonte de brilhante fortuna rápida.

Com *imposto protecionista*, direi eu; porque lutarmos no princípio com a mercadoria similar estrangeira, que encontra franco os nossos portos, é simplesmente absurdo.

Este negócio de *livre-câmbio* é história de bacharel desocupado que, na sua qualidade de

---

226 Carta de João Pinheiro dirigida ao professor José Januário Carneiro, da Escola de Minas de Ouro Preto, apelidado Feca, em 3 de maio de 1906, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 347-348.

227 Cesário de Faria Alvim.

228 Francisco Sales.

consumidor *parasita*, tem horror ao levantamento de preços da nossa produção, que, entretanto, constitui a salvação dos que trabalham. E, de mais, é largarem de ser consumidores, passando para a classe dos produtores, que temos aí muita terra precisando ser trabalhada.

Por que não vais a Belo Horizonte em 13 de maio? Conversaríamos melhor, ficando mais a par da luta de saneamento moral que estamos empreendendo contra a torpe politiqueira, que tem aviltado nossa terra até últimas misérias.

Darias muito prazer com o Marciano, a vinda de vocês aqui.

Não sei para que queres os tubos. Na Estação de Sabará, embarcados os de 0,60m de comprimento útil e diâmetro 0,10m interno, custa um 1:200; imagino que são os que te convêm. Se quiseres lista completa de preços, mandarei depois. Ladrilhos, 200 réis um em Sabará.

Sempre muito seu amigo velho
Caeté, 3 de maio de 1903.

[CORRESPONDÊNCIA 2] [229]

Feca.

Pus no Correio de hoje uma carta a você. Recebi depois uma tua sobre o assunto da Escola Agrícola.

Seria bom que fosses a Belo Horizonte para ver-se que rumo levarão aos trabalhos do Congresso.[230]

O que estiver em mim como amigo e como quem sabe fazer justiça ao merecimento, é tudo teu, já tenho falado ao Sales conforme te escrevi, com louvores à tua capacidade, o que não foi mais do que cumprir o meu dever. O teu desejo de ficar em Ubá já o tinha adivinhado antes da segunda carta; é prova de bom coração e de espírito conservador. O amor à agricultura é outra prova de espírito reto e entendimento são.

Mas tudo com a *política protecionista*, nesta terra *livre-cambista,* é sinônimo de *vagabundo.*

Amigo
Caeté, 3 de maio de 1903.

---

229 Segunda carta de João Pinheiro dirigida ao professor José Januário Carneiro, da Escola de Minas de Ouro Preto, apelidado Feca, em 3 de maio de 1906, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 349.

230 A referência é ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903.

6. Às vésperas da instalação do Congresso (12 de maio de 1903)

CONGRESSO INDUSTRIAL[231]

Escreve-nos o nosso representante em Belo Horizonte, relativamente à reunião de amanhã.

É amanhã a reunião instalatória do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, o belo certame popular idealizado pelo Dr. presidente do Estado, que teve a coadjuvar-lhe, incansavelmente, tentativa tão arrojada, a experiência e o talento onímodos do Dr. João Pinheiro da Silva.

Deste cidadão se poderá dizer ter sido a *alma mater* do atual movimento regenerador na economia pública mineira, que mais e mais se acentua agora, quase varridos dos nossos horizontes as nuvens borrascosas da politiquice, a pouco e pouco eliminada pelo asco que já vai inspirando ao povo da nossa terra. Nota-se agora, no coração do povo uma tendência absolutamente diversa da de poucos anos antes, quando viçavam os tempos negregados do incondicionalismo, acaçapado junto a todas as iniciativas; todos querem agora remediar às próprias necessidades, penetrar os meandros, conhecer as causas, minorar os efeitos da crise econômica que enerva e deprime uma terra tão opulenta, tão rica como é a nossa.

Já se não discutem tanto os *homens*; falam-se e estudam-se as *coisas* e é por essa trilha que o povo atingirá o ideal, a perfeição suprema, a eliminação das suas dores, tão agudas agora que já se disse não terem elas remédio.

Engano; hipérbole barata que os politicotes desalojados vão atirando às bochechas do povo, esta venerável besta de carga que vê e ouve as coisas mais abomináveis sem um ricto de sofrimento ou reação.

Vai começar agora o reerguimento da dignidade mineira, tão atrozmente vilipendiada pelos abutres do incondicionalismo; o povo vai se habituando a encarar mais atenciosamente os princípios, as ideias, em antes de matutar sobre o mérito deste ou daquele candidato de partido.

Abençoados frutos da reação! Em meio à campanha regeneradora a que meteu ombros a cerebração de João Pinheiro bem se divisa, culminando soberba, a imagem alcandorada da velha tradição cívica de Minas, abrindo no cipoal da corrupção o sulco luminoso do verdadeiro patriotismo.

---

231 Congresso Industrial. *O Farol*. Juiz de Fora, 13 de maio de 1903, p. 1.

Produza o Congresso Industrial os resultados que são de esperar, dada a responsabilidade dos que o dirigem.

O nome mineiro há de alçapremar-se perante a Federação, não pelo valor político ou eleitoral do seu povo, porém, sim, pelo amor que este consagra à atividade, ao progresso, ao trabalho.

7. Uma carta a João Pinheiro sobre política econômica e financeira (16 de maio de 1903)

AO ILMO. SR. DR. JOÃO PINHEIRO, D. D. presidente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em Belo Horizonte.[232]

Dr. João Pinheiro.

Meus cumprimentos.

Em meio da ruína geral em que nos afundamos, no movimento de reação que vai se operando no espírito de todos aqueles que têm hoje a responsabilidade de dirigir os nossos destinos, no sentido de defesa e resistência a tantos males que afligem-nos, observo não haver um esboço ou tentativa, sequer, de um plano que nos oriente com um roteiro no caminho a seguir para a regeneração de nossa vida econômica.

Da política econômica e financeira dos governos dos tempos do Império e dos do atual regime não resta uma medida, a mais rudimentar e imperfeita, que possa guiar-nos com mais ou menos segurança à consecução do *desideratum* dos interessados na solução do magno problema, não obedecendo tudo quanto tem se feito a princípios seguros, a fatos precisos, a previsões sábias.

Os doutrinários ou empíricos, que se propunham a regenerar a vida econômica do país qualificados até de capacidade genial, anunciavam *urbi et orbe*, ter encontrado a fórmula procurada para a solução da questão, cuja prática, entretanto, tem demonstrado que o país sente-se cada vez mais arruinado.

Diante de uma temerosa crise que flagela estados, municípios, particulares, não nos é dado nutrir ilusões ou pretender levá-las ao espírito e conceito públicos sobre o nosso estado de prosperidade, nem ao menos relativa, quando a opinião está suficientemente formada:

---

232 RESENDE. Querino Ribeiro Monteiro de. Ao Ilmo. Sr. Dr. João Pinheiro, D. D. presidente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em Belo Horizonte. *Minas Gerais*, Belo Horizonte,24 de maio de 1903, p. 3.

"Que não podemos ter prósperas finanças, quando as nossas próprias fontes de renda se retraem ou estancam dia a dia."

Os que séria e praticamente se dedicam ao estudo dos negócios públicos conhecem que a necessidade de uma intervenção por parte dos poderes públicos se impõe, e, atendendo ao regime secular da nossa constituição econômica e industrial, à origem das nossas sociedades políticas, ainda não emancipadas das instituições medievais – donde procedemos, ao caráter constitutivo da nossa propriedade agrária, fundada no nosso sistema de uma híbrida enfiteuse, cujos vícios radicaram-se desde o tempo da metrópole, com o regime pernicioso da concessão de sesmarias, até o atual processo de colonização que adotamos, inadaptável às modalidades da instituição democrática, vêm que os governos não podam, nem devem permanecer alheios e indiferentes à nossa sorte, privando-nos subitamente do amparo, do auxílio e da colaboração com que por tantos anos regaram o nosso movimento social, dirigindo a iniciativa particular e o trabalho, facilitando capitais e promovendo as empresas e os serviços que são as forças propulsoras do progresso, do engrandecimento e da prosperidade das nações; e o Estado não deve deixar o movimento do nosso organismo econômico, principalmente no que diz respeito às leis que regem o trabalho e a produção, a indústria, o comércio, a riqueza, a economia, enfim, de um país como o nosso, extenso e pouco povoado, sem capitais acumulados, sem instrução difundida, sem vias de comunicação fáceis e baratas, sem indústrias sólidas, sem culturas variadas, sem imigração abundante, sem aparelhagem agrícola, sem bancos de emissão que ativem as funções do crédito (desaparecido por completo entre nós) e a circulação dos valores, levando a vida a toda parte como a leva, no organismo humano, a circulação do sangue operada no sistema arterial, e sim procurar o equilíbrio e a ponderação das forças concorrentes que assegurem a nossa prosperidade para a estabilidade de nossas instituições, sistematizando algumas de nossas leis já regulamentadas, que entretanto jazem no esquecimento e cuja execução depende apenas de revisão e de modificação nas suas disposições, de acordo com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, adicionando-se o que for de utilidade.

E para solução do magno problema, em que os interessados, podemos dizer, são todos brasileiros, parece-me ter encontrado a fórmula mais conveniente, cujo plano e ideias contidas em um projeto por mim elaborado, que pretendo submeter à criteriosa e sábia apreciação e aprovação dos congressos da União, estando certo de que, fielmente executado, será a unidade da defesa e resistência aos males que tanto nos afligem, acrescendo a circunstância primordial de regulamentar a nossa agricultura, emulando a riqueza imobiliária à mobiliária, sem acarretar ônus de espécie alguma ao erário público, tendo o governo e o Tesouro Nacional apenas ação catalítica e de fiscalização.

Hoje que se instala o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em nosso Estado, aproveito a oportunidade de dirigir-me a vós – como presidente – manifestando o desejo que tenho, como brasileiro, de também concorrer com algum esforço e trabalho na solidariedade e unidade da defesa e resistência aos males da pátria e contra elementos que devoram e absorvem todo o produto do nosso trabalho fatigante e laborioso na agricultura, na indústria e no comércio.

Foi estudando o que se pratica nos países cujas finanças baseiam-se na agricultura e o que se pratica entre nós, por observação de alguns anos, que me levou a confeccionar o trabalho que pretendo mandar publicar e submeter ao critério dos nossos legisladores.

Sendo uma ideia nova e que não está fora do espírito do chefe do Estado e do seu programa de governo, necessita da intervenção de todas as instituições criadas e que se criam perante os que legislam, amparando-a nos congressos da União a fim de ser promulgada em lei. Como presidente e dirigente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, estou certo, não deixareis de amparar o projeto referido no Congresso da União pelos representantes diretos de nosso Estado, cuja armação de aço tem peito de ouro.

Terminando, subscrevo-me com apreço e estima.

Minas, Estação da Providência, E. F. L., 16 de maio de 1903 – Velho colega e amigo afetuoso e obrigado, Querino Ribeiro Monteiro de Resende.

8. Discurso de João Pinheiro no encerramento do Congresso (20 de maio de 1903)

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL[233]

Meus senhores.

Para mim, para cada um de nós, os dias que passamos no trabalho que ora se finda não poderão ser jamais esquecidos.

A elevação dos assuntos, a geral expectativa, as grandes esperanças despertadas, a gravidade dos problemas a estudar, a nossa recíproca estranheza em assembleia numerosíssima eram circunstâncias que teriam conturbado o mais calmo espírito, se não fora o sereno patriotismo do coração mineiro e o seu admirável senso prático das coisas.

---

233 Discurso proferido por João Pinheiro na sessão de encerramento em 20 de maio de 1903. Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 de maio de 1903, p. 5-6.

É possível que não tenha sido obra de brilho a que realizamos; sem dúvida alguma, porém, o é de verdade e patriotismo.

O ouro e diamante de nossas terras, as suas possantes jazidas metalúrgicas, a força de seus rios, a imensa criação de seus campos, as zonas extensas de cultura, riquezas pedindo exploração, trabalho precisando ser regularizado, a segurança das famílias, a sorte das fortunas adquiridas com labor, estremecidas passageiramente na eterna inconstância das coisas humanas, tudo isso passou em tumulto diante de nossa alma, nestes poucos dias de trabalho, deixando em meu coração, meus senhores, sentimentos de esperança.

Jamais fora possível a alguém, em tanta intensidade de emoções, abranger ao mesmo tempo tão diversos e complexos sentimentos.

A visão da grandeza e riqueza da terra de Minas Gerais se fez ao mesmo tempo que a das altas qualidades morais de seus filhos, aconselhando e sendo aconselhados, ensinando e ao mesmo tempo aprendendo, governo que se quer dirigir pela opinião, opinião que deseja ser útil ao governo, tal o espetáculo novo, meus senhores, que os mais natos representantes de um povo inteiro ofereceram no discutir dos seus mais graves e desencontrados interesses, como se fora em íntima discussão de família.

Que extraordinária competência de gentileza!

A nossa nova capital, a mais formosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a noiva do trabalho ansiando pela realização dos seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulsão que será na nossa atividade, credora que é da nossa gratidão e afetos, tão generosa tem sido a sua hospitalidade, tão fidalga a recepção que nos tem feito.

À formosa capital, a nossa gratidão.

De esperança, sim, meus senhores, os meus sentimentos.

A mais alta autoridade de nossa terra, o Excelentíssimo presidente do Estado, por uma feliz coincidência das coisas, representa no momento a alma mineira no que tem de mais alto em valor, de mais firme em ação, ao mesmo tempo esclarecida e sistemática, e de mais belo em modéstia.

Congraçou em nossa terra toda a família mineira, e no trabalho organizado tenta encontrar a condição de permanência de um bem-estar que só assim se tornará duradouro.

Em meio de paz desfralda, agora, o ilustre presidente do Estado, para Minas e para a pátria, a bandeira da política econômica, elevada e pacificadora, dando a todas as atividades um destino definitivo, mostrando que o progresso pode e deve ser o desenvolvimento da ordem.

De esperança sem dúvida, meus senhores, são os meus sentimentos.

O descortino da situação foi alto e elevado.

Nos prêmios pecuniários procurastes o estímulo da iniciativa particular; na criação das cooperativas, o grande instrumento de força produtora que as associações constituem, e, por último, nas tarifas protecionistas, a condição necessária da colocação das riquezas acrescidas.

É nossa a grande opulência natural desta pátria, é nosso este clima para todas as produções, é nossa a exuberante terra brasileira; mas em mãos estranhas estão a exportação das nossas riquezas, a importação do que não temos querido produzir, a regularização do nosso crédito, a exploração do alto comércio internacional, estando condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias.

Para reagir contra este estado de coisas é que nos reunimos.

O tempo foi escasso, os problemas complexos, mas o primeiro passo foi dado.

Está a garantia da execução na sinceridade do Excelentíssimo senhor presidente do Estado, inquirindo-nos para se certificar, certificando-se para agir, acaba de o afirmar neste momento o Excelentíssimo senhor doutor Antônio Carlos, ministro das Finanças.

S. Exa., o senhor ministro da Agricultura da União, tendo honrado a nossa reunião com a sua presença, em nome do governo da República, traz-nos novo elemento de convicção de que o governo do país quer olhar sinceramente para a sorte das classes que representamos. E agora a presença aqui do senhor vice-presidente da República e as afirmações de S. Exa. são outro elemento de convicção das intenções das altas autoridades do país, favoráveis à nossa classe.

Assim, pois, meus senhores, ao separar-nos, são de esperanças os meus sentimentos de melhores dias para nós e nossa terra. Voltamos ao ideal dos republicanos em Minas; retomamos a obra interrompida da sua realização.

À nova e formosa capital do nosso Estado, o testemunho do nosso reconhecimento pelo modo gentil com que nos recebeu e agasalhou, representada pela sua digna Associação Comercial, por sua brilhante e patriótica imprensa diária, pela mocidade das escolas, por toda a população, enfim.

E a todos vós, meus senhores, a minha alma inteira, pelo reconhecimento das múltipla e imerecidas distinções com que me honrastes.

Estão encerrados os trabalhos do Primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas.

9. Relatório de João Pinheiro ao presidente Francisco Sales sobre os resultados do Congresso (24 de maio de 1903)

POLÍTICA MINEIRA[234]

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Antônio de Sales, D. D. presidente do Estado de Minas Gerais:

Em nome da mesa do Congresso Industrial, Agrícola e Comercial do Estado de Minas Gerais, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. as conclusões a que chegou o mesmo Congresso, depois de cauteloso exame da matéria que lhe foi afeta.

Ao receber, com os meus ilustres companheiros da Comissão Fundamental, a distinção que nos conferiu, expondo V. Exa. a sua orientação sobre o nosso desenvolvimento econômico e nos incumbindo de elaborar as teses em que se devia assentar a obra do Congresso, eu antevi que os mais sinceros aplausos do povo mineiro haviam de coroar tão brilhante iniciativa.

A consulta ao pensamento das classes produtoras constitui exemplo auspicioso de uma política francamente republicana que vai haurir a sua norma de ação na manifestação direta da opinião pública.

E eu não me iludia.

Está bem viva a impressão que deixou o Congresso.

Em seis dias de trabalho ininterrupto, ele passou em revista todo o vasto e complicado problema econômico referente à especial situação do nosso Estado.

Foi uma consoladora comunhão de toda a família mineira. Se me é lícito sintetizar a obra realizada, direi a V. Exa. que ela oferece, com o aspecto puramente econômico, um outro de grande alcance moral – podendo substituir as estéreis e desastrosas lutas partidárias em torno de pessoas, pela preocupação fecunda das coisas.

---

234 Política mineira. *O Farol*. Juiz de Fora, 29 de maio de 1903, p. 1.

O problema econômico constitui um terreno neutro onde devem colaborar todas as atividades e, podendo afastar as preocupações pessoais, faz convergir ao mesmo tempo todas as energias úteis para cometimentos proveitosos, que consultam os interesses da comunidade inteira.

A feição política do Congresso foi, como devia ser, francamente conservadora.

O Congresso pede que se restrinjam as demasiadas atribuições políticas e administrativas das municipalidades; e apela para a elevação do censo eleitoral, porque a República, tendo por fim realizar o bem de todos, somente o pode conseguir por meio dos mais capazes.

As medidas de ordem geral para reconstrução econômica do Estado estabelecidas pelo Congresso são: prêmios pecuniários de animação para o estímulo da iniciativa particular; auxílio indireto dos poderes públicos para o estabelecimento das sociedades cooperativas de produção, crédito e circulação; e finalmente, o protecionismo para as mercadorias nacionais produzidas.

O fruto da iniciativa particular seria completamente perdido se não o amparássemos com a proteção nas tarifas alfandegárias, dada a nossa situação de incipientes na grande concorrência dos mercados internacionais.

Os que se impressionam com a situação desfavorável a que o protecionismo possa levar o produto primordialmente nosso – o café, laboram em evidente erro. O café, já o afirmei em outra ocasião, nos dá no mercado internacional uma posição dominadora: enquanto o Brasil é capaz de produzir tudo que importa, o café, até agora sua principal mercadoria, não pode ser produzido na quase totalidade dos países consumidores, protegido como é pela fatalidade de circunstâncias naturais.

Demais, a aplicação da doutrina protecionista deverá ser feita com o critério que todas as medidas práticas de relevância exigem, tendo-se em vista a situação especial do mercado brasileiro perante o das outras nações que conosco tenham relações econômicas e interesses comerciais em jogo. Seremos benevolentes para com aqueles países que o forem para conosco; procederemos com equidade em relação aos que por tal maneira tratarem os nossos interesses, e aplicaremos a política protecionista com firmeza em referência àqueles outros cuja balança comercial nos seja desfavorável.

Alegam ainda que o protecionismo só é favorável aos produtores em prejuízo dos consumidores, não tendo semelhante alegação nenhum fundamento de valor econômico, porque, em um país novo, o dever imperioso é abrir novas fontes de riquezas, é procurar que todas as

atividades convirjam para a exploração de uma terra excepcionalmente opulenta, é, enfim, produzir.

Na proteção aos produtores, sem dúvida alguma, está a solução do problema econômico; sim, proteção eficaz desta classe que não é privilegiada, abre-se às aspirações e energias de todos, procurando pelo trabalho remunerado, com a sua, a grandeza do Estado.

Os consumidores prejudicados que se façam produtores protegidos, e se terá sem dúvida encontrado a solução desejada.

Foi com esta política que a República dos Estados Unidos do Norte construiu o seu assombroso poder da atualidade, e nem sei como se possa pensar em outras soluções econômicas, depois de tão longo, tão fecundo e tão brilhante exemplo.

Nos pareceres das comissões especiais, nos relatórios, memórias e projetos já publicados, de muitos dos senhores congressistas, encontra-se sobejo desenvolvimento de toda a matéria estudada.

Entregando a V. Exa. as conclusões a que chegou o Congresso, fica-me o sentimento da minha insuficiência com o da honra imerecida de colaborar em obra tão momentosa, que se esboça, agora, sob os altos auspícios de V. Exa., a quem há de ficar para sempre a glória de haver, como primeiro, desfraldado na terra brasileira a bandeira da política econômica, sistemática e protecionista, salvadora de nossos créditos e garantidora do nosso futuro.

Saúde e fraternidade.

Belo Horizonte, 24 de maio de 1903.

João Pinheiro da Silva, presidente do Congresso Industrial, Agrícola e Comercial.

A MORTE DE CESÁRIO ALVIM

1. As homenagens e depoimento de João Pinheiro (14 de janeiro de 1904)

Cesário Alvim[235]

Tácito escreve em seu Anais "[...] as coisas humanas estão sempre sujeitas às revoluções, tanto no físico como no moral, sem, contudo, querermos por isso afirmar que quanto é

---

235 PINHEIRO, João Pinheiro. Cesário Alvim (Discurso proferido nas exéquias celebradas em Belo Horizonte, em 14 de janeiro de 1904). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Vol. XI, nº 1, p. 321-329.

antigo seja sempre o melhor; porque a nossa idade tem produzido exemplos de virtude e saber que não só merecem muitos louvores, mas que até são dignos de que os vindouros os tomem por modelo".

É de um destes exemplos peregrinos, a que se refere o clássico escritor, cujas virtudes à época, excepcionalmente revolucionária, do último decênio do século passado, pôs em tanto relevo, que eu terei de tratar.

Lembrarei a vida do Dr. José Cesário de Faria Alvim, morto aos 65 anos de idade, mineiro ilustre, deputado à antiga Assembleia Provincial, deputado-geral no Império em várias legislaturas, senador, seis vezes apresentado à escolha imperial por eleições de nossa terra, presidente da província do Rio de Janeiro, governador de Minas, ministro de Estado no Governo Provisório, senador eleito à Constituinte Republicana, presidente constitucional do Estado, prefeito da capital federal, jornalista eminente, e cidadão cujo civismo é dos que merecem muitos louvores, devendo ser apontado como modelo na linguagem do historiador latino.

Vi-o pela primeira vez em Ouro Preto, nas vésperas das últimas eleições gerais que se pleitearam na Monarquia.

Redigia eu então o jornal oficial do Partido Republicano da província, que recebera sem simpatias a sua circular de linhas incolores, em uma época de crise intensa, pelo ano de 1888.

Era pouco depois da revolução legal que libertara a escravidão, e, em meio da geral superexcitação dos espíritos, do sincero contentamento de uns, do profundo despeito de outros e da geral ansiedade de todos, já se sentia não sei que rumor longínquo da revolução política iminente, que determinaria no ano subsequente a queda do Império.

Minas Gerais ia, pela primeira vez, depois de organizado o Partido Republicano na província, pronunciar o seu *veredictum* solene em eleição senatorial, da qual sairia vitorioso o candidato republicano, Dr. Joaquim Felício dos Santos, vitória bem mais fatídica para os fins do reinado do segundo imperador do que o fora a que derrotara o ministro de Estado, nas vésperas de 7 de abril e do termo revolucionário do reinado de D. Pedro I.

Foi nos primeiros meses deste ano célebre, que o encontrei na velha capital mineira.

"Vai bem no seu jornal", me diz ele com aqueles modos decisivos que lhe eram habituais e não permitiam réplicas; "aplaudi a sua atitude para comigo mesmo; era lógica; cada um em seu papel; pela desilusão dos velhos, que é lenta, e pela ilusão dos moços, que é impetuosa, se há de fazer a República."

Caminhamos assim, meus senhores, por aqueles dias; a nova corrente abria leito amplo e as mesmas resistências eram mais promessas que obstáculos. Vivíamos em uma sociedade ébria de liberdade, sequiosa de progresso, talvez um pouco esquecida da ordem, no caminho do ideal que, pouco depois, se converteria em realidade política, para ser a plaga dolorosa, onde a vaga das más paixões iria depor, bem depressa, tantas plantas amargas, cavando tão fundos sulcos.

A República não foi estabelecida somente pelo pronunciamento decisivo das Forças Armadas. Precedida pelas manifestações entusiásticas da mocidade, que em Silva Jardim encontrava um símbolo, em cuja audácia, febrilmente aplaudida, bem se denunciavam os sinais do tempo e a ardente agitação em que se vivia – transparecia também no descontentamento das classes conservadoras, evidenciando não dever ser encarada como um sonho. A voz de um dos mais autorizados estadistas do Império, o barão de Cotegipe, prognosticava-a em amarga profecia; amarga, porque, se de uma parte vinha de um espírito vidente, era igualmente filha do coração leal do grande servidor do Império.

A República, meus senhores, ninguém o pode ter esquecido, teve para o seu estabelecimento, nos discursos de Cesário Alvim e padre João Manuel, elementos de importância máxima.

Era o pronunciamento nas câmaras, dentro, por assim dizer, da própria instituição que começava a ruir; era a revolução vindo do alto ao encontro da que subia, com a propaganda, irrompendo do seio do povo; e foram estes dois discursos como estalidos formidáveis pronunciando o próximo desabamento do edifício monárquico. A hora era soleníssima para os corações bem formados, divididos entre a alegria da liberdade americana almejada que assomava, e o sentimento de tristeza que causam todas as grandes ruínas, a testemunharem sempre a eterna caducidade das obras humanas.

A República não foi filha do acaso. Planta natural que ela era terras do Novo Mundo, foram circunstâncias fortuitas que determinaram aqui o aparecimento da Monarquia, cujos serviços à pátria seria absurdo negar – na sua independência pela ação decisiva e cavalheiresca de Pedro I, na formação da nacionalidade; pelo espírito de liberdade e nobre tolerância do segundo imperador, e na libertação de uma raça pela intervenção generosa da princesa – não poderia vingar apesar de tudo, sob o céu americano que lhe era hostil.

Começara com Felipe dos Santos, e se ressurgia em 15 de novembro de 1889 por entre o fumo dos canhões. Este se dissipou, bem depressa, na magnanimidade dos que a proclamaram e na aceitação geral do país que a saudou então – por que não dizê-lo? – efusivamente, como uma era de progresso.

Nos primeiros dias do estabelecimento da República, a princípio como governador de Minas, como ministro de Estado, depois senador e presidente constitucional de sua terra, o Dr. Cesário Alvim prestou-lhe inolvidáveis serviços.

A política se dividira em torno dos dois nomes que simbolizavam, na revolução, as forças que a tornaram vitoriosa, o marechal Deodoro e Benjamim Constant.

Representava o primeiro o passado e o coração que batia em seu peito era o de todo o Exército brasileiro, cujas glórias resumia. Com ele disparara o primeiro tiro, e também o último, na gloriosa campanha paraguaia, gloriosa para o valor das nossas armas, mas injusta para com o povo irmão.

Tinha o seu nome misturado nos grandes feitos das armas do Segundo Império, cuja queda, é de ver-se, para a sua grande alma só podia ser aceita como uma dessas tremendas fatalidades sem remédio.

O outro representava a mocidade e o futuro.

Em contato sempre com a nova geração, professor exímio que era, recebia permanentemente o saudável influxo das almas jovens, cujas aspirações iluminava e robustecia à luz alta e serena da ciência, que na alma do soldado há de ascender sempre até às nobres preocupações da pátria, e aí a República surgia como a fórmula da felicidade e grandeza do Brasil.

Um se levanta para o dia temeroso das revoluções, de seu leito de angústia e o outro conduze é conduzido pela mocidade da sua cadeira de mestre para reafirmarem ambos a funda transformação que, infelizmente, não está terminada ainda.

Cesário Alvim, como dizia eu, tem nestes dias da obra ingente e difícil de adaptação republicana, papel proeminente.

O perigo é o exagero do patriotismo de muitos que tinham apostolado a revolução, idealistas demasiadamente alarmados e absolutamente intransigentes a julgarem as coisas alheados da profunda relatividade da vida, para os quais as infelicidades, às vezes, são erros; e os erros são crimes, almas sem compaixão na luta, regulando a existência por puras fórmulas intelectuais, esquecidos do muito coração que preside sempre às ações humanas por honra da própria espécie; ódios sublimes em todo caso, porque para o *jacobinismo* a própria vida é o preço das convicções, quando a vicissitude dos acontecimentos possam exigi-la.

O morto que choramos foi o combatente intimorato em meio do fogo crepitante das paixões acesas logo após o 15 de novembro.

O seu altruísmo somente lhe deu energia para, primeiro depositário do poder ditatorial em Minas, estabelecer na terra querida a conciliação de seus filhos. Impediu que houvesse distinção entre vencedores e vencidos, superior às baixas cogitações de criar grupos ou partidos pessoais. Superintendeu a fortuna pública com aquele escrúpulo impecável de que se fazia o primordial e mais alto dever, dando o exemplo de política às claras, em manifestações algumas vezes de rude franqueza mas desculpáveis sempre, pela conduta retilínea, sem dissimulações nem tortuosidades.

A sua ação no governo, como depositário do poder ditatorial, foi o da justiça tranquilizadora, combatendo o exagero dos extremos, impessoal, acompanhado pelo grupo dos propagandistas que não queriam a República para si, mas para a pátria, aceitando o concurso dos monarquistas da véspera, aos quais o seu governo não pedia o insulto ao passado, recebendo-os como força do futuro, com o prestígio do nome acatado, que muitos o traziam puro, com a confiança que por isso inspiravam à opinião – grandes forças morais, sejamos justos, que em sua adesão atenuavam o fragor das almas, sempre aterrador, mesmo junto dos mais formosos ideais.

Para aquele coração a República não era vingança; a revolução não devia retalhar; não havia vencidos; devia assumir o caráter de evolução, que é mais obra do tempo que dos homens; devia ser, enfim, a realidade do símbolo que as auras brasileiras balouçavam, da *ordem* como condição de progresso e do *Progresso* como desenvolvimento da ordem.

Foi a política que à época denominou de *conciliação*, cujos frutos os anos subsequentes aproveitaram, cuja justiça ainda agora é feita na esplêndida apoteose prestada ao grande morto.

Servidor permanente dos interesses de Minas, se não logrou vê-la "ainda e feliz em meio de prosperidades" na larga medida de seu grande coração, viu-a bem mais tranquila que os estados irmãos, ao atravessarem tão longa crise.

Chamado para ministro do Interior do marechal Deodoro, ele figura, em um ministério de sumidades, como lustre para a terra mineira, cujas aspirações de elevada tolerância e soberana magnanimidade representa.

É dele o decreto que chama à pátria os grandes brasileiros banidos, entre os quais se destaca o perfil severo e também grandioso de outro mineiro ilustre, alma antiga pela fidelidade, o Exmo. visconde de Ouro Preto;

Eleito primeiro-presidente constitucional do Estado, pela Constituinte Mineira, ele o governa guiado por aquele espírito sequioso de retidão, que é sempre o mesmo desde as colunas da *Reforma* até as do *Farol*, onde combate até o último quarto de hora de sua vida.

A administração de Minas é feita com o mesmo sublime desinteresse de resultados egoísticos, de que deu provas, desde a Presidência da Província do Rio, prefeitura da capital federal, até a diretoria do Loide.[236]

Porque tinha os olhos constantemente fitos na austeridade do cumprimento do dever, de que se não afastava, pôde ver os poderes Legislativo, Judiciário e municipal de Minas Gerais saírem da organização constitucional do Estado compostos do que Minas tinha de mais puro nos nomes tradicionais dos velhos partidos e de mais esperançoso na geração nova, que pedira e precedera a República.

Sim! O que o Poder Legislativo de Minas foi e fez nessa época atesta com evidência a superioridade política que presidira a sua organização.

A magistratura, de nomeação por ele indicada, com o ser a honra do Estado, é também a glória do administrador que a instituiu.

E as primeiras eleições municipais que se fizeram no Estado durante o seu governo, que a nobre terra de Minas Gerais o diga pela sua centena de municipalidades, se alguma vez as teve mais pura; porque as "urnas livres" que ele pedia sempre o tinham sagrado, tantas vezes, filho querido; não eram uma frase de retórica apenas, mas um dogma do seu espírito e uma afeição sincera de sua alma, comprovados na prática leal do administrador.

A tempestade que vinha formada de longe estalara, enfim, no 3 e 23 de novembro de 1891, a marcarem as datas decisivas e solenes da luta.

E as suas consequências foram a renúncia do governo, primeiro do Marechal Deodoro, e depois do presidente de Minas.

Direi do marechal Deodoro que ele subiu as escadas do palácio de primeiro-magistrado do país sem que fosse derramada uma gota de sangue, e desceu-as depois de 3 de novembro, entregando o poder à legalidade para que este sangue não se derramasse ainda, deixando

---

236A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, também chamada de Loide, foi criada pelo governo da República em 1890 com poderes para reunir em uma só todas as empresas de transportes marítimos do país.

imaculadas as páginas da história da ditadura na fundação da República Brasileira, soldado leal e generoso, valente e magnânimo em cuja vida não há um traço de que a posteridade se possa envergonhar.

O primeiro-presidente constitucional de Minas também resignou o seu cargo, para evitar a luta armada em nossa terra.

Detenho-me aqui, meus senhores.

A política há de ser sempre a eterna contenda dos homens e dos partidos, com seus dias de vitória e de reveses, na qual há lugar para todas as dedicações e todos os infortúnios.

Nela nenhuma posição é má, desde que seja assumida com honra e mantida com desinteresse; nela a própria perseguição costuma ser a sagração de um merecimento passado ou o sinal de uma grandeza futura.

Mas, o que está acima de todos os partidos, superior a todos, independentemente do tempo, fora do alcance das paixões – é a pureza de consciência do combatente, o seu desinteresse na pugna, o desprezo do perigo não temido e às vezes heroicamente procurado; é, numa palavra, a integridade moral; e aí, neste terreno, a individualidade cívica do Dr. Cesário Alvim é soberba de grandiosidade, extraordinária de desinteresse heroico, é a pobreza completa da família, ganha na vida pública, por ele prevista e estoicamente aceita; e é também a honra de um povo.

Não sei porque misteriosas afinidades ele avulta na vida política e moral da terra mineira, por ele tão fundamentalmente amada, ocultando um coração de ouro nas asperezas de tão austero procedimento para consigo próprio; ele avulta aí sobranceiro, como no mundo físico se elevam as suas, as nossas *alterosas montanhas*, a esconder sob a rudeza que lhes é própria os metais de preço raro, tão belas na suavidade do seu azul longínquo, tão cheias de encanto e doçura aos que as contemplam e solitárias e inacessíveis sempre.

O julgamento da sua ação política no primeiro período da adaptação republicana em Minas é assim formulado pelo seu sucessor, o atual vice-presidente da República, o Exmo. Sr. conselheiro Afonso Pena em sua primeira mensagem.

"A prudência de que deram sobejar provas os iniciadores da República em Minas, o espírito de conciliação de que foram animados correspondendo ao sentimento unânime da população mineira, seguramente muito contribuíram para não se despertarem animosidades políticas, nem desejos de desforra entre os que ativamente militam em política."

Além desta justiça, o atual presidente do Estado, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Sales, mandando-lhe fazer as honras do funeral por conta de Minas, determinando ainda outra pública prova de pesar com o suspender dos trabalhos oficiais no dia do seu falecimento.

É o reconhecimento do que fez um servidor do passado, filho da imparcialidade com que o ilustre mineiro dirige o presente, e lhe dá por isso a unanimidade do apoio de Minas Gerais, a constituir exemplo talvez único, em toda a República. Está nisto, meus senhores, a maior e a melhor glória do grande Estado de que somos filhos.

As divergências passageiras e os incidentes efêmeros, de que o historiador não tomará nota, desaparecem sempre, para assumir, nas linhas altas dos acontecimentos, nas manifestações dos nossos grandes homens, que são a elevada expressão da pátria, este caráter de gravidade, de unidade superior e elevada justiça que constituem o próprio gênio do povo mineiro.

De 15 de novembro de 1889 até hoje os governos se têm sucedido dentro da ordem, as leis se têm formado dentro da lei e a garantia constitucional dos direitos mineiros, na angústia das guerras civis, tem servido de amparo aos dos brasileiros foragidos dos estados-de-sítio que ainda não maculara a nossa terra.

As lutas, que as tem havido, têm produzido o calor que não consome, o movimento que não abala, deixando após si reformas e não ruínas.

Fluctuat, nec mergitur foi a fórmula que o grande lutador achou para exprimir o sacrifício do timoneiro, que se retira, mas não abandona a autoridade que lhe dera a lei, que a não deixou arrebatada pela revolução, mas a entrega ao seu sucessor constitucional.

Merece ser narrada uma circunstância íntima, que caracteriza a imensa poesia e o extraordinário coração dessa natureza excepcional.

Pelas 6 horas da manhã do dia da sua renúncia, chegava ele à minha casa em Ouro Preto, para comunicar-me que acabava de expedir despacho telegráfico, transmitindo a notícia ao Rio.

"Não foram consultados os amigos?" ponderei, "não", obtemperou, "as decisões graves da minha vida as formulo só; medito-as com a alma cheia de santos pensamentos e lembranças de minha mãe e sob essa inspiração resolvo, e a resolução irrevogável é – que por minha causa não se lutará em Minas."

Era a influência de um sentimento de veneração sublime que o inspirava, revelação de outras extraordinárias qualidades de espírito, pelas quais, fazendo ele da pátria uma religião, também fazia do lar um santuário e da família um culto.

Que doces e puras recordações ao evocar o quadro encantador daquele lar feliz, vivendo ele e a esposa amada para o carinho dos filhos!

Somente os que privaram ali e o viram esposo e pai extremoso podem avaliar da imensidade do infortúnio que recebeu do destino nos últimos três anos de sua vida. Foram duas feridas de morte em pleno coração com a perda da esposa incomparável e de um filho de 18 anos apenas.

O equilíbrio daquela vida, feita exclusivamente de afetos, estava rompido para dar lugar ao predomínio das dores sem remédio.

É debalde que ele procura aquecer a frieza das sepulturas em visitas piedosas, duas vezes por semana, às sombras queridas (pedaços de sua alma – dizia ele) que se tinham evolado.

Sobre o túmulo do filho manda colocar uma pedra modesta, sobre esta um livro em branco, neste o nome – Mário Alvim – e embaixo as únicas palavras "Que dor, meu filho!"

Sim! Infinita amargura do pensamento, partido entre a saudade dos que se tinham ausentado para sempre e a dos que devia deixar, bem sentia ele, tão depressa.

O órgão nobre da vida, o coração, percutido por abalos tão fundos, começou a estalar e morre dele quem pelo coração viverá sempre.

Para a terra de Minas foram ainda os seus últimos pensamentos, e pede aos filhos, na hora de morrer, transportarem-lhe o despojo para o sono eterno em seu torrão natal.

Está, enfim, acabada a sua vida objetiva, que nos grandes homens não é o pó que o vento leva ou o fumo que se dissipa nos ares.

A sua obra e o seu exemplo permanecerão na lembrança do povo, que se orgulhará sempre do cidadão incorruptível, do amigo leal, do pai de família amantíssimo, do grande lutador intimorato e sem mácula que deixou o poder trazendo apenas a consciência de ter sido digno dele, cuja tenda de campanha, na longa vida, alvejou raro junto dos governos que não bajulou, e quase sempre nos arraiais da oposição, que não traiu.

Rara vida de civismo, digna da terra mineira que o honrou muito e também deve contá-lo grande entre os filhos que mais a amaram.

1. A Juscelino Barbosa (24 de dezembro de 1904)

[CORRESPONDÊNCIA][237]

Meu caro Juscelino

Para o meu temperamento, estou no maior dos sacrifícios que é para mim a escrita de cartas. E a carta banal, meu Deus, que horror!

Vingo-me de vez em quando ao encontrar, entre as não respondidas, algumas que eu sei escritas de coração. A sua é uma delas, e por isso vou descansar um bocadinho neste agradável terreno aberto no chapadão árido. Esta questão da senatoria me encabulou. A impressão que tenho é a de viúvo sério em vésperas de noivado com uma dona de reputação má, incauta, caprichosa e até *batedeira*. E um viúvo que já experimentou pancadaria no primeiro casamento!

E demais, em política, para continuar o *símile*, dá-se a mesma coisa que nos casamentos. Como o moço solteiro antes de tratar casamento é geralmente querido das moças! Tratou? A coisa muda-se; as preteridas discutem-lhe os defeitos um por um.

Quando não se tem pretensões políticas, é a gente a melhor coisa deste mundo; arranja-se uma e a berlinda começa a destruição. Em meio do tumulto, para compensar, surgem legítimas simpatias, amizades muito boas e a revelação de puríssimos caráteres, que são o alento dos que entram na refrega por amor de alguma coisa superior às conveniências pessoais. O meu agradecimento é dirigido agora a um amigo destes.

Muito seu

João Pinheiro

Caeté, 24 de dezembro de 1904.

---

237 Carta de João Pinheiro endereçada a Juscelino Barbosa, em 24 de dezembro de 1904, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 350. Juscelino Barbosa (1875-1947) nasceu em Minas Novas, formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1894 e em Ciências Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1896. Com apenas 21 anos, elegeu-se deputado federal em 1895. Entre 1898 e 1903, exerceu o cargo de promotor de justiça da comarca de Teófilo Otoni, onde fundou o semanário *Mercure*. Entre 1903 e 1905, foi advogado-geral do estado. Foi um dos fundadores do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais em 1911. Foi professor da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Destacando-se também como jornalista, fundou com Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel, o jornal *Estado de Minas* em 1928.

2. A João Pandiá Calógeras (30 de dezembro de 1904)

[CORRESPONDÊNCIA][238]

Calógeras

As minhas visitas. Acuso o recebimento de sua carta anterior sobre a vinda do Dr. Gorceix e desejos de visitar a minha fábrica e também ultimamente o seu livro sobre Minas. Percorri-o ligeiramente, já tendo lido no *Jornal do Comércio* distinta referência ao mesmo, e voltarei a me instruir nele que é certamente trabalho consciencioso vindo, sem lisonja, donde vem. Era o meu dever ir pessoalmente visitar o Dr. Gorceix, um motivo ponderoso o tem impedido: – estou a cada hora esperando em casa o 10º filho. Admirável! Hein? É sorte, meu caro, e bem triste sorte. É escusado dizer que desejo muito a honra da visita do Dr. Gorceix e que seja durante dias. Teria todo o prazer em que ele que vem de Limoges, que, pelas minhas cartas ao irmão, calcula mais ou menos o que esta seja, com o seu adiantado espírito de saber, pudesse acompanhar aqui a fabricação da porcelana, do granito e da louça comum, desde as primeiras operações até à queima, e ver os pontos francos da indústria e também os pontos fortes que existem e me parecem em abundância. Ora, numa visita rápida nada adiantaria. As pinturas e os dourados já estão feitos com grande espanto do velho Antônio Gorceix e por isso: – é que na França o problema nunca se apresentaria assim; mas se se apresentasse, também lá seria resolvido.

Quanto ao Ludolf a opinião dele é muito natural; pois não é oficial do mesmo ofício? Em questão de material sanitário, a qualidade desta deixa de ser uma questão de apreciação opinativa para se tornar realidade sujeita à medida de máquinas de pressão e embebimento, e, aí, em tal terreno, o material de Caeté está amplamente julgado, nos exames públicos das máquinas de experiências da Repartição de esgotos de São Paulo, das da E. Ferro Central, das da Inspeção de Obras Púbicas do Rio, no Rio Grande do Sul e indústria acreditada por 8 anos de tirocínio e que francamente, nesse gênero de fabricação, não teme confrontos.

Recebo agora chamado urgente ao Rio; é para negócios que vou ver se resolvo por telegramas. Queira você por mim transmitir ao Dr. Gorceix o meu desvanecimento pela sua visita à fábrica que eu desejo tão demorada quanto seja possível.

---

238 Carta de João Pinheiro a João Pandiá Calógeras, em 30 de dezembro de 1904, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública*: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 351-352.

Preciso ser avisado com antecedência para mandar-lhe condução razoável, com alguns dias de sol, poderá mesmo vir de carro que mandarei a Sabará. Augurando a si e Exma. família todas as venturas no ano que se inicia subscrevo-me

Amigo velho
Caeté, 30-12-904.

O RETORNO POLÍTICO (1905-1908)

1. Manifesto ao eleitorado mineiro como candidato ao Senado Federal (19 de janeiro de 1905)

AO ELEITORADO MINEIRO[1]

De meu obscuro nome lembrou-se a ilustre comissão diretora da política mineira, indicando-o aos sufrágios do Estado, para o preenchimento da vaga ocorrida no Senado da República, com o falecimento do pranteado patrício Dr. Carlos Vaz de Melo[2].

Bem longe estava de minhas previsões, mesmo de esperanças ou desejos, esta honra, insigne sem dúvida, mas que comumente se atribui aos que à política constituem hábito ou predominante preocupação da existência.

Retirado, há dez anos, desse cenário brilhante e difícil no modesto recanto mineiro, onde vim estabelecer a minha tenda de trabalho, supunha encerrado para mim o período da vida pública, além das fronteiras do pobre município.

Dela me afastara sem ressentimentos ou descrenças no futuro da República ou da minha Pátria e sem a banalidade das alegações de que não fora esta a República de meus sonhos.

As lutas pessoais, a política constituída em profissão, os agrupamentos feitos em torno de nomes sem programas de ideias, com o único objetivo da conquista das posições, eram males que somente o tempo e as desilusões poderiam remover e que me alhearam de tais pleitos.

---

1 Manifesto de João Pinheiro ao eleitorado mineiro como candidato ao Senado Federal de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 133-138.

2 Carlos Vaz de Melo (1842-1904) nasceu em Vila Nova, Minas Gerais, foi advogado, fazendeiro, empresário e magistrado. Iniciou a sua carreira política como deputado em 1882, cargo que exerceu por vários mandatos até ser eleito para o Senado Federal no período de 1903-1904.

Inútil seria insistir nessa quadra, em uma obra de reconstrução, que só poderia resultar das ruínas que ocasionasse e do convencimento de que a felicidade da Pátria depende principalmente de fundar-lhe a grandeza material em que assente a sua superioridade moral.

Não vão longe os tempos da propaganda republicana em Minas, quadra saudosa, em que robusta era a fé em melhores dias no futuro, época de abnegação, na qual as posições se disputavam pelo perigo e pelo sacrifício, que as abrolhavam, e jamais pelas honrarias e proventos, a que um partido de proscritos não podia aspirar.

Saudosos e consoladores esses tempos, quando Minas Gerais acorria, com entusiasmo imprevisto, à nova bandeira, revivendo então o ardor patriótico dos mineiros e a tradição histórica das suas reações libertadoras.

E recordar a jornada gloriosa é dever de quem, ontem o mais obscuro dos diretores do partido pela generosa confiança dos correligionários, hoje chamado de novo ao cenário da atividade política, sente a mesma fé inabalável no ideal republicano – convicção que se fez dogma, aspiração que se tornou sentimento, e não sabe nem pode descrer do patriotismo brasileiro para o engrandecimento desta terra estremecidamente amada.

A vitória republicana não podia, certamente, operar de chofre a mudança da viciada educação que nos legara o Império. Era preciso amainar as paixões violentas que as crises revolucionárias sempre despertam, pacificar os espíritos para empreender a construção democrática. E foi assim que a maioria do Partido Republicano Mineiro, na data solene de 15 de novembro, teve a nítida intuição política do momento, negando-se a adstringir em âmbito cerrado os direitos que a propaganda lhe dera, traçando a orientação conciliadora e aceitando o concurso dos antigos monarquistas para a remodelação democrática do país.

Representando essa política e esses intuitos, coube-me, durante o período ditatorial, a alta investidura de secretário do governo, a princípio, e de governador do meu Estado, depois; e já então, como ainda agora, tinha eu a firme convicção de que o primordial dever dos governos em países novos é, antes de tudo, cuidar do seu progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas.

Convergindo minhas atenções e cuidados para a solução dos mais prementes problemas econômicos, adotei medidas governamentais cuja aplicação integral o desenvolvimento dos fatos está exigindo.

Uma lei determinava a organização sistemática da estatística industrial e agrícola do Estado, para conhecimento da sua capacidade de produção e de consumo.

Visava outra o estudo do solo na sua adaptabilidade a este ou àquele gênero de cultura, o exame das quedas-d'água utilizáveis, o estabelecimento de um laboratório de análises de terras, – medidas consignadas no decreto que criou a Comissão Geográfica e Geológica do Estado e no respectivo regulamento, de fins intencionalmente práticos.

Para despertar e estimular a iniciativa particular, criou ainda outras leis, os prêmios pecuniários de animação, visando solicitar e remunerar a atividade dos mais capazes, empregada no labor produtivo. Enfim, fora igualmente prevista a questão do mercado, decretando-se a criação da exposição permanente dos produtos mineiros na capital do Estado, para facilitar-lhes a procura e a oferta.

Entretanto, no mar alto das paixões revoltas desses próximos dias da revolução, na tormenta ensurdecedora de ambições desencadeadas, ao embate dos despeitos mal contidos de uns e dos entusiasmos irrefreados de outros, era, talvez, prematuro esse pensamento de organizar o trabalho sistemático e remunerador, e, por isso, o esforço despendido em tal sentido constituiu nota frouxa e perdida em meio da geral e empolgante desorientação dos espíritos.

A iniciativa, porém, do governador ditatorial, era legítima e justificada. A propaganda republicana incriminara a Monarquia pela lentidão com que fizera caminhar o país, evidentemente empobrecido e sequioso de progresso correspondente às suas extraordinárias riquezas naturais.

A libertação do escravo trouxera, no ponto de vista econômico, séria perturbação, e sentia-se que sua substituição pelo trabalho livre não tinha sido convenientemente preparada. Parecia, pois, que a preocupação econômica deveria ser, de todas as que se agitavam, a questão capital a estudar e solver.

Assim não foi. Aos programas sem sinceridade, na Monarquia, sucederam os partidos sem programas, na República; a conquista do poder, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, a da baixa politicagem, constituindo mesmo uma indústria, a de viver do orçamento.

E por isto, passados quinze anos de regime republicano, verifica-se que, com a mudança de forma de governo, apenas de nome se mudou, continuando, talvez agravada a mesma situação econômica e social do país.

Ao ser eliminada, deixou a Monarquia – rudimentaríssima a agricultura, desnacionalizado o grande comércio, incipiente e vacilante a indústria manufatureira. E por quase um século,

cujos últimos quarenta anos foram de inteira paz, governou uma terra de riquezas sem par e sem conta!

O termo de comparação – aflitivo para ela – era a América do Norte, pois que com o nosso só tinha de comum o tempo de existência como nacionalidade independente.

E, enquanto ali a República assombrava o mundo pelo progresso realizado, nos excitava uma admiração que nos humilhava e nos humilha – a que desperta a terra de riqueza imensurável, habitada por povo em penúria.

Serviu-nos a grande República do Norte de paradigma político.

Mas o nosso erro – o nosso grande erro – tem sido o de não havermos adotado íntegras, decisivamente, as suas leis de constituição do trabalho, de proteção absoluta a todo esforço produtor, de defesa natural à agricultura, de amparo às manufaturas incipientes na luta desigual com produtos estrangeiros, frutos amadurecidos de atividade secularmente sistematizada.

Foi por esse caminho que a Norte América se fez nação preponderante no convívio internacional, realizando progresso surpreendente e estável, sem as costumeiras perturbações da ordem que malsinam as repúblicas latinas onde se cultiva a política pela política, na triste alternativa da demagogia sem fundo e do despotismo sem freio.

Nas sociedades modernas, nas repúblicas ainda mais do que nas monarquias, a ordem natural e estável, vivendo de si mesma, sem o amparo da força – porque não é imposta, e sem o conselho dos doutrinários, porque é naturalmente aceita –, é a que resulta da preponderância incontrastada dos interesses conservadores, fazendo convergir para o trabalho fecundo as atividades que disciplina, oferecendo às nobres e legítimas ambições um caminho de glórias duráveis, sem bruscas ascensões, mas sem quedas desoladoras e remunerando a atividade individual pela situação sólida que cria às famílias. Esta, sim, a base única do progresso real de um país e da legítima superioridade de um povo.

A ação do tempo já começou a atuar na solução do problema; nossa reconstrução econômica, deixando de ser vaga aspiração, já entrou no período positivo da ação.

Governos dos principais estados da República abordaram resolutamente a questão, fazendo dela uma bandeira.

Congressos agrícolas e industriais, reunidos em vários pontos do país, discutiram teses e votaram conclusões práticas.

Entre as mais notáveis reuniões de produtores, está a que se realizou, na capital mineira, em maio do ano passado. A largueza de vistas com que foram postas as questões; a minúcia de detalhes com que foram estudadas; as conclusões precisas a que chegaram os interessados da agricultura, da indústria e do comércio de Minas Gerais, representados pelo que de mais seleto havia nessas classes independentes; o prestígio recebido do preclaro presidente do Estado e do governo da União pelo comparecimento do ilustre secretário da Agricultura; – tudo isso indica e anuncia a promissora mudança da nefasta e deprimente política de pessoas pela fecunda e nobilitante política de coisas.

Ao movimento na periferia correspondeu movimento igual na capital da República, onde o Centro Industrial do Brasil, primeiro, e uma comissão nomeada pelo governo, depois, se entregaram empenhadamente ao estudo das tarifas aduaneiras, pedra angular da reconstrução do edifício econômico, estudos que subiram até o Parlamento em projeto completo de lei, apresentado pelo distinto deputado mineiro, Sr. Dr. João Luiz Alves.[3]

O próprio movimento diplomático, determinado pela apresentação da proposta legislativa, é a contraprova da importância dos interesses postos em jogo, no qual, é de esperar, não será a Pátria brasileira a sacrificada:

Soou, enfim, a hora da ação.

À obra colossal do saneamento do maior centro de vida comercial brasileiro, ao trabalho gigantesco dos melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, que vão facilitar o nosso comércio internacional, é preciso, concorrentemente, acrescentar todas as medidas tendentes a incrementar a produção interna, que não se pode resumir, como até aqui, no café, na borracha e no mate.

O dever imperioso do momento para aumentar a produção consiste em reassegurar o mercado interno por um protecionismo racional que nos ponha em pé de igualdade com o trabalho estrangeiro.

Ao Estado de Minas e ao seu ilustre filho, o Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Antônio Sales, cabe a glória de precursores desse movimento nacional que fez do problema econômico

3 João Luiz Alves (1870-1825) nasceu em Juiz de Fora, foi político, escritor e jurista. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e colou grau de doutor pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Foi nomeado por Cesário Alvim Promotor Público e Curador de Órfãos da Comarca de Rio Verde entre 1890 e 1891. Foi deputado estadual, federal e senador pelo estado do Espírito Santo. Em 1924 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

brasileiro um programa de governo dominante e definido, uma bandeira a cuja sombra se reúnem os patriotas sem *descrimens* partidários e pessoas.

É a este pensamento que julgo dever a honra da indicação de meu nome, a qual aceito dentro destes precisos limites.

Com estas ideias, com estes antecedentes e com estes intuitos, apresento-me ao pleito de 19 de fevereiro, dando à terra mineira as seguranças da mesma fé ardente, do mesmo devotamento desinteressado com que hei procurado servi-la até aqui.

Não é a primeira vez que meu nome tenha de ser levado às urnas; mas em nenhuma foi tão grande, como nesta, a distinção, já pela unanimidade das indicações dos municípios que se fizeram representar perante a comissão diretora, já pelo modo excepcionalmente lisonjeiro com que o recebeu a imprensa de todos os matizes.

Seria de acabrunhar a responsabilidade da posição de luta que se me designa, se com ela não viessem o alento e confiança na vitória, que há de ser conseguida pelos mineiros, os quais, no combate da emancipação econômica do país, se esquecem do desvalimento do seu obscuro patrício, para só lhe premiarem a fé e lhe estimularem o esforço.

Caeté, 19 de janeiro de 1905.

João Pinheiro da Silva

2. Carta a João Pandiá Calógeras (25 de fevereiro de 1905)

[CORRESPONDÊNCIA][4]

Calógeras

Recebi a tua carta de parabéns e o resultado da eleição no Piranga, muito obrigado por tudo. Mas o que mais me lisonjeou foi a notícia de que o Dr. Gorceix saiu bem impressionado da visita feita à fábrica.

A opinião de um homem do valor dele, para quem tem trabalhado às escuras, muito desconfiado, e muito descontente dos processos de puro imperismo que foram empregados – é o que pode haver de mais profundamente consolador.

4 Carta de João Pinheiro a João Pandiá Calógeras em 25 de fevereiro de 1905 conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 353-354.

E isso confirmou que os resultados na Europa se obtêm pelo mesmo caminho, e eu a supor que eram filhos da mais alta análise científica! É uma opinião para mim do mais alto valor e ao mesmo tempo geradora de uma grande tranquilidade que eu agradeço de coração. Seguirei os conselhos dele para continuar a caminhar com lentidão, para caminhar com segurança.

Esta política é um grande mal para minha fábrica; infelizmente aqui está quase tudo dependendo de minha direção pessoal a me custar quase todas as horas disponíveis do dia. Entretanto, há de parecer um paradoxo que seja a fábrica que me empurra com mais violência para a ingratidão da luta partidária. Por quê? Muito simples. Fazer indústria nova, produzir, custa sacrifícios inauditos, e, ainda, há uma dificuldade superior a todas estas: é a de vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta de chão, obtive uma colheita estupenda, remeti-a nuns balaios e fui, pessoalmente, ao Rio de Janeiro vender os meus formosos tubérculos (salvo seja!). É ainda com ódio que me lembro da peregrinação humilhante, de português em português, batateiros de profissão e com o cérebro também entufado de batatas que me disseram desaforos e me não quiseram comprar a minha linda mercadoria e ofereceram um preço vil, e afinal me obrigaram a entregar a colheita quase dada. Ah, bestas! No silêncio do meu quarto de hotel, impotente e vencido por mais que imagines, não chegarás a calcular a quantidade de punhos cerrados que eu julgava necessários para quebrar a cara de todos eles. Era uma raiva e pura imaginação improfícuas!

E o protecionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham, dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo donos do seu país devem também ser senhores do seu mercado, e, para vender os tubos foi a mesma luta, para vender a louça será a mesma humilhação e de novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor de panelas foi empurrado para a luta ingrata da política.

Olha, Calógeras, isso de códigos de autonomias, de leis eleitorais, de grossa discursaria com soberbas figuras de retórica, não vale dois caracóis. O que mata o país é a pobreza, o que está aniquilando Minas é a nossa miséria inqualificável. É preciso reagir resolutamente, criar o ensino técnico, fazer guerra ao burro de cangalha, botar carroça onde não se possa botar automóvel para mercadorias, estradas de ferro de bitola estreita onde não sejam possíveis as de bitola larga, ensinar o povo a plantar batatas, mas garantir-lhes a venda, o problema econômico enfim. Colocar no país homens como o Dr. Gorceix, o Derby, mandar vir outros de experimentada competência como fez o Japão. A história do levantamento econômico do México é para nós muitíssimo instrutiva.

E lembrar um homem que este Brasil e estas Minas andam a brigar por causa dos penachos de coronéis da guarda nacional e das nomeações de subdelegados de polícia!

O pior de tudo é que o mal vem de cima para baixo, dos governos; agora carecemos meter o ombro em nome da República para fazer o movimento de baixo para cima. Você tem-no largo e forte; pois é *mister* esta envergadura muito própria de fechar no coice para desatolar o progresso que no Brasil anda em burros de cangalha, (preciso é repetir sempre) e prepararmos à geração futura, ajuda e sorte melhores.

Receberás um balaio com as minhas louças. Demorou porque não foi acondicionada pelo especialista (doente) desse serviço: e serão possíveis quebras; mas não quis demorar mais a remessa.

Estou assoberbado com a inauguração do automóvel e o que houver te direi.

Peço dar ao Dr. Gorceix os meus respeitos e os mais agradecimentos em meu e no nome de minha família.

Amigo grato
(a) *João Pinheiro*
Caeté, 25-2-905.

3. Segunda carta a João Pandiá Calógeras (5 de março de 1905)

[CORRESPONDÊNCIA][5]

Calógeras

Cada vez mais grato ao Dr. Gorceix pelo interesse tomado pela minha indústria.

A 26 saiu daqui o grego com as louças que estou com medo cheguem quebradas em grande parte, pela inexperiência do acondicionador. Avisa-me do desastre. O ponto fraquíssimo de tudo que o Dr. Gorceix viu é a dificuldade do transporte daqui para Sabará. E como meia solução lembrei-me do automóvel para mercadorias. Depois de uma luta épica para trazê-lo em carro de bois até uma légua de Sabará, começou-se a montagem e ontem fez-se primeira experiência, muito satisfatória.

Correu uns 200 metros em terra mole e com curvas muito apertadas.

---

5 Carta de João Pinheiro a João Pandiá Calógeras em 5 de março de 1905 conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 355.

Não há dúvida nenhuma, o Samos de uns 18 anos atrás precisa ser bebido numa reconciliação dos veteranos no sacrifício pela República, e na lição de alto valor moral que tem dado da coragem e da dignidade no ostracismo.

Seria um dos dias de maior alegria da minha existência ver de novo reunida a velha guarda, onde o Olinto era o chefe. Às tuas ordens.

Muito Amigo.
(a) João Pinheiro
Caeté, 5-3-1905.

4. Carta a um amigo sobre o retorno político (20 de março de 1905)

[CORRESPONÊNCIA][6]

Meu caro... Muito grato pelo teu cartão. Poderemos mesmo fazer alguma coisa pela pátria? É o que me pergunto sempre, muito melhorado, e, infelizmente, nestes três meses em que tenho sondado a política encontro tão ruim, como deixara há 10 anos. Pessoas, somente pessoas é o que se discute; campanário, somente campanário é o que se cogita. Tenho 10 filhos; e a preocupação deles e a sorte da geração que vem chegando impressionam deveras a quem vê o Brasil nesta espécie de decrepitude moral e crônica, cada dia mais acentuada.

Tem o Brasil, agora, algum ideal a resolver? Outrora tivemos o da Independência. Independência, tivemos os cem anos quase de Monarquia, que explorou e estragou os homens públicos, inventou a política como profissão, e, com o Senado vitalício, lançou a semente funesta das oligarquias que dão, agora, na República, os seus mais danados frutos. Em todo o caso, vimos a alma nacional se comover na luta com o Paraguai e se elevar na questão essencialmente humana da libertação dos escravos; com os belos dias da Proclamação da República, tão cheia de alevantadas esperanças para ir-se abatendo, depois, pouco a pouco, até a desilusão da hora presente. Não é? E então?

Ao tomar o governo, o Dr. Sales mostrou-me desejos de que eu voltasse à política; fiz-lhe estas mesmas ponderações e concluí: em nome de que ideal?

Havia e há um, necessariamente. As suas intenções eram realizá-lo; suprimir a politicagem dos municípios, dar às atividades um objetivo de emulação fecunda, com os prêmios industriais e agrícolas; garantir ao menos o mercado interno à produção brasileira; criar o ensino técnico, para controlar a ação de um nefasto bacharelismo, causa principal de todos os ma-

6 Carta de João Pinheiro a um amigo em 20 de março de 1905 conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 356-357.

les; tornar a República por este meio ligada à sorte das classes conservadoras, incorporando nela o proletarismo, valorizando o trabalho nacional que equivale a aumento de salário; – enfim, o problema econômico brasileiro, que é, ao mesmo tempo, o problema social e a nossa verdadeira questão política.

Dessas entrevistas, nasceu a ideia do Congresso Agrícola e Industrial de Minas, como um meio de se sondar a opinião. O sucesso foi extraordinário. Nem um politiqueiro meteu lá o dente, e é recente a esperança de melhores dias que a célebre reunião do que Minas tinha de melhor na lavoura, na indústria e no comércio, despertou, formulando a questão econômica em seu conjunto e em seus detalhes.

Mas, meu amigo, as classes conservadoras se compõem de homens ocupados; feitas as reuniões, cada um vai para sua casa e os politiqueiros continuam na sua profissão, serenamente, como se a coisa nada tivesse de ver com eles.

Quando fui convidado para o Senado, quase fiz assim; é a franqueza; pois, nem calculas o prejuízo que isto vem trazer à minha indústria, muito dependente de minha direção pessoal.

E, mesmo no ponto de vista moral, as comodidades pessoais aconselhariam a que eu não entrasse em política, hoje, felizmente, que não tenho nenhum desafeto político no Estado.

Mas, meu caro... por que motivos também, dentro da Monarquia e no Ouro Preto levantamos nós, ousadamente, a bandeira republicana, que, na ocasião, era toque a reunir para sacrifícios certos?

Aceitei o posto com a condição de definir em que limites o fazia. A definição, dei-a em minha circular, que eu não sei se leste. E, aí, está a comprida história da minha volta à política e, na sinceridade do meu passado, creio encontrar garantias de que não faltarei ao programa.

Muito amigo,
(a) João Pinheiro
Caeté, 20-3-905.

5. Candidatura ao governo de Minas (18 de setembro de 1905)

CANDIDATURA PRESIDENCIAL[7]

BELO HORIZONTE, 18 – Diretores da política mineira em perfeita comunhão de ideias com os chefes políticos, representantes legítimos do partido republicano mineiro em diver-

7 Candidatura presidencial. *O Farol*, Juiz de Fora, 19 de setembro de 1905, p. 2.

sas zonas do resolveram levar à Convenção de 12 de novembro o estimado nome do velho republicano Dr. João Pinheiro da Silva para candidato à presidência do Estado, desaparecendo as divergências motivadas por outras candidaturas.

O Partido Republicano Mineiro, unido, forte como sempre, regozija-se com esta solução, aplaudindo a segura orientação política do eminente Dr. Francisco Sales e a correta e nobre atitude de ilustres mineiros, cujos nomes foram lembrados para ocupar o alto posto de presidente do Estado e que patrioticamente concorreram para essa solução. – *Francisco Bressane*, secretário da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

ESCOLHA DE CANDIDATO

BELO HORIZONTE, 18 – Em conferência, ontem realizada, entre os Srs. Francisco Sales e Bias Fortes, ficou resolvida a indicação do senador João Pinheiro para candidato ao cargo de presidente deste Estado. Esse acordo foi concertado entre aqueles políticos, a fim de obstar a cisão do Partido. Reina entusiasmo por esta solução. – Do *correspondente*.

CANDIDATURA JOÃO PINHEIRO

BELO HORIZONTE, 28 – Está assentada definitivamente a candidatura do senador João Pinheiro à presidência do Estado. – *Júlio Guimarães*.

6. A indicação de João Pinheiro como estratégia para unificação do Partido (26 de setembro de 1905)

PRESIDÊNCIA DO ESTADO[8]

Do *Arauto*, de Cataguazes:

"Bem longe estávamos de esperar, ao lançar o nosso editorial do número passado, que a questão de candidaturas à sucessão presidencial do Estado estava tão próxima de uma solução, pelo sistema do qual nos lembramos como o mais eficaz para evitar uma cisão do Partido Republicano Mineiro.

A solução, porém, excedeu a nossa expectativa, pois, a nossa ingenuidade de jornal do povo para o povo, entendia que a escolha devia recair em um dos candidatos em torno dos quais

8 Presidência do Estado. *O Farol*, Juiz de Fora, 26 de setembro de 1905, p. 1.

a opinião se agitava, proclamando-os como seus escolhidos e, portanto, legítimos representantes. A indicação do Dr. João Pinheiro, confessamos com toda a sinceridade, foi para nós uma verdadeira surpresa.

Lembramos o alvitre de se chamar um terceiro, cuja ação conciliadora devia operar exclusivamente entre os dois ilustres *afastados*. Na hipótese, porém, de não se conseguir a almejada conciliação, que se fizesse a luta e o *veredicto* popular se pronunciasse.

Assim é que compreendemos a República verdadeiramente democrática. Assim compreendemos a soberania popular.

Imaginemos que o Brasil tem uma grande questão com outra qualquer nação, sobre limites contestados, as duas nações submetem a questão a um arbitramento e ambas nomeiam os seus plenipotenciários para resolvê-la, estes, porém, não chegam a um acordo e a guerra entre as duas potências torna-se inevitável. Para evitá-la chama-se uma terceira potência e dando-se lhe o terreno contestado se lhe diz: É teu, não queremos brigar!

Bonita solução não há dúvida, porque não custou sangue, mas custou o que vale mais do que o sangue dos heróis derramado pela pátria, custou a ignomínia desta.

O caso das candidaturas presidenciais é perfeitamente idêntico.

O povo que concorre para o erário público, o povo que trabalha para o progresso da pátria, o povo que derrama o seu precioso sangue em sua defesa, aponta como seus representantes dois cidadãos ilustres, para dentre eles ser escolhido um que legitimamente o represente.

O governo que ontem pedia votos a esse mesmo povo, o governo por ele sufragado, diz com todo *sans façon*: – O povo não tem direito de escolher. Alijemos os seus representados e coloquemos no poder um terceiro que convém mais às nossas paixões.

Não vai nestas linhas uma censura ao ilustre candidato do governo, digno por todos os princípios de ocupar o cargo; apenas queremos deixar bem claro que, em questões eleitorais, ao povo compete indicar os seus representantes, e não a um governo cujo mandato está quase findo, impor candidaturas oficiais.

Se a Convenção inspirada na vontade popular, sem insinuações oficiais, indicar o Dr. João Pinheiro, aceitá-lo-emos como o legítimo representante da opinião."

7. A Convenção do Partido Republicano Mineiro (13 de novembro de 1905)

CONVENÇÃO[9]

BELO HORIZONTE, 12. – Reuniu-se, hoje, às 7 horas da noite, a Convenção do Partido Republicano Mineiro, com a presença de cerca de setenta representantes dos diretórios municipais. Muitos municípios foram representados por procuração.

Os trabalhos da Convenção limitaram-se ao reconhecimento dos poderes dos representantes.

Amanhã a Convenção deverá eleger a nova Comissão Executiva do Partido para o próximo quatriênio e escolherá os candidatos à presidência e à vice-presidência do Estado.

Está assentado que esses candidatos serão respectivamente os senadores João Pinheiro da Silva e coronel Júlio Bueno Brandão.[10]

Em seguida serão iniciados os trabalhos para a indicação da chapa de deputados federais.

A Convenção foi presidida, como anteriormente, pelo Dr. Bias Fortes, senador estadual.

BELO HORIZONTE, 13 – A Convenção indicou para presidente o senador João Pinheiro e para vice-presidente o senador Bueno Brandão. Comissão Executiva, que foi reeleita, aceitou e votou moção de aplausos ao Dr. Afonso Pena, F. Sales e Bias Fortes. Falaram diversos deputados, entre eles os Drs. Junqueira, João Luiz e Carlos Peixoto. Na vaga do falecido senador Vaz de Melo, que fazia parte da Comissão Executiva, foi eleito o deputado Sr. Carlos Peixoto.[11] A chapa a deputação federal ainda não foi organizada, sendo provável que o seja do dia 20 em diante.

8. Traços biográficos de João Pinheiro e Afonso Pena (6 de dezembro de 1905)

BIOGRAFIAS[12]

Do nosso operoso e inteligente confrade, Augusto Franco, recebemos dois elegantes opúsculos contendo as biografias dos Srs. conselheiro Afonso Pena, vice-presidente do República, e do senador João Pinheiro, dos quais estampa também nítidos retratos.[13]

9 Convenção. *O Farol*, Juiz de Fora, 14 de novembro de 1905, p. 1.

10 Júlio Bueno Brandão (1858-1931) foi deputado estadual entre 1893 e 1898, senador da República de 1898 a 1901 e eleito novamente em 1908, acumulando o cargo de vice-presidente de Minas Gerais. Com a morte de João Pinheiro, em 1908, renuncia ao Senado para assumir a presidência do Estado, sendo eleito como presidente de Minas Gerais para o mandato de 1910 a 1914.

11 Carlos Peixoto (1871-1917) nasceu em Ubá e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1889. Foi deputado federal por Minas Gerais entre 1903-1911 e 1915-1917. Alistou-se nas fileiras do Civilismo, agremiação que se formou para combater a candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca à sucessão do presidente Afonso Pena.

12 Biografias. *O Farol*, Juiz de Fora, 6 de dezembro de 1905, p. 1.

Da biografia do Sr. senador João Pinheiro, extratamos os seguintes interessantes tópicos:

"A figura política do eminente republicano ora calorosamente apontado para primeiro magistrado de Minas é das mais simpáticas e brilhantes, não só dentro da terra mineira, onde a sua ação tenaz e progressista tem sido mais diretamente fecunda e frutífera, como também no grande senário da Federação nacional, onde o seu nome já se impôs como um dos paladinos mais afirmativos em relação aos grandes ideais democráticos.

Vamos publicar ligeiras esfumaturas biográficas do distinto homem de Estado.

Nasceu João Pinheiro da Silva a 16 de dezembro de 1860, na cidade do Serro, Norte de Minas, sendo seus pais José Pinheiro da Silva, laborioso e honrado cavalheiro, falecido em 1870, e d. Carolina Augusta de Moraes Pinto, virtuosa e instruída senhora, residente hoje em companhia de seu digno filho.

Ainda em tenra idade foi levado para Ouro Preto, onde iniciou o estudo de primeiras letras, que concluiu em Caeté, para onde fora conduzido.

Mostrando sempre segura inteligência e grande vocação para estudos sérios, chamou o fato a atenção esclarecida de um sacerdote ilustrado, o Revmo. Padre João de Santo Antônio, homem erudito e cheio de virtudes, então vigário de Morro Vermelho, distrito de Caeté, e agora residente em Cordisburgo de Vista Alegre.

Levando-o para a sua companhia, começou de ensinar-lhe as primeiras noções de Português e Latim, fazendo o mesmo ao seu irmão mais velho, José Pinheiro da Silva Junior, infelizmente já falecido.

O estudante João Pinheiro conseguiu, com o auxílio do padre João de Santo Antônio, matricular-se, tempos depois, no famoso Seminário de Mariana, no que também foi grandemente auxiliado pelo Revmo. padre João Baptista Corneglioto, que o educou até ordenar-se.

Sacerdote inteligente e aplicado, obteve o padre José Pinheiro uma cadeira do Seminário, entrando para logo lecionar Latim, de que deixou uma excelente gramática, muito apreciada pela clareza e método de exposição didática.

13 Não se conseguiu encontrar, numa pesquisa preliminar, os folhetos mencionados, de autoria de Augusto Franco, com os retratos de Afonso Pena e João Pinheiro.

Do pouco que percebia como lente – pois minguado era o ordenado do corpo docente do Seminário – pensou o exímio latinista em tirar uma pequena parte para auxiliar a educação do irmão, a quem levou de Caeté e fez matricular-se no colégio para o fim de seguir também a carreira sacerdotal.

No Seminário, fez João Pinheiro estudos aprofundados de humanidades, distinguindo-se sempre pela vivacidade e prontidão do talento, facilidade de assimilação e tenacidade de esforços.

Tanto o padre João Baptista Corneglioto como o padre José Pinheiro alimentavam o desejo ardente de que o distinto e aplicado estudante se ordenasse. Mas o moço mineiro, embora contrariando a vontade do seu mestre e de seu irmão, recusou-se desde logo a seguir a carreira monástica. Propendia o seu espírito para outras cogitações. Outra ordem de conhecimentos se lhe afigurava mais de acordo com a sua tendência intelectual.

Posto que pobre, e, portanto, lutando com dificuldades de toda espécie, com embaraços cada vez mais crescentes, deixou Mariana e dirigiu-se para a capital da então província, no objetivo de fazer os preparatórios perante a instrução oficial e matricular-se na Escola de Minas.

Com o sólido preparo propedêutico que trouxera do Seminário, bastante reforçado com as pesquisas próprias, e com os estudos feitos particularmente, prestou de uma só vez, perante as bancas do ensino público, todos os exames requeridos para os cursos superiores, sendo aprovado com as notas de distinção e louvor.

Esse ato impressionou otimamente aos examinadores, que anteviram no jovem estudante uma das mais formosas e fortes mentalidades mineiras.

Aumentando a escassez de meios de subsistência, sobretudo pela impossibilidade de uma colocação oficial, embora modesta, resolveu o talentoso e ilustrado moço, que encontrava tais dificuldades devido principalmente à externação de suas ideias políticas francamente republicanas, a abrir um curso particular de ciências propedêuticas, ensinando diversas matérias e preparando alunos para exames públicos.

Regularmente frequentadas as suas aulas, pôde ele ganhar para manter-se frugalmente em Ouro Preto, em cuja Escola de Minas se matriculou.

Depois de frequentar os três primeiros anos, porém, entendeu de abandonar o curso de Engenharia e seguiu o de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, para onde se transportou em 1882.

.....

Foi no meio dessa agitação espiritual que João Pinheiro da Silva, em 1883, começou a cursar o primeiro ano de Direito na faculdade paulistana.

.....

Fez assim todo o curso com excepcional brilhantismo, recebendo a láurea de bacharel em novembro de 1887."

Estes excertos, que são também interessantes, extraímos da biografia do Sr. conselheiro Afonso Pena:

"Do feliz consórcio do honrado comerciante Domingos José Teixeira Pena, português de nascimento e brasileiro de sentimento, e da virtuosa senhora d. Ana Moreira dos Santos Pena, mineira de boa seiva, ambos falecidos já, nasceu Afonso Pena a 30 de novembro de 1847, na cidade de Santa Bárbara de Mato Dentro, pouco distante da antiga capital mineira.

.....

Aprendida as primeiras letras, partiu para o famoso e célebre Colégio Caraça, a fim de fazer estudos secundários. Ali estudou com grande proveito todos os preparatórios exigidos para a matrícula no curso Jurídico Social. Em fins de 1865 concluía Afonso Pena os exames das matérias preparatórias e em 1866 partia para São Paulo, no intuito de se matricular na Faculdade de Direito daquela capital. Ali, com efeito, se matriculou no mesmo ano, destacando-se logo por sua inteligência de escol, notável aplicação ao estudo e excelentes qualidades como colega.

Com um dos seus companheiros de ano, o acadêmico Francisco de Paula Rodrigues Alves – hoje o brasileiro distinto, que dirige superiormente a administração do país –, fundou Afonso Pena um periódico político e literário, em cujas colunas deu sobejas provas do seu valor como ardoroso polemista e doutrinador.

Depois de um curso brilhante, recebeu o jovem mineiro, a 25 de novembro de 1870, o grau de bacharel, formado em Ciências Jurídicas e Sociais.

Não contente com a láurea adquirida a golpes de talento e de aplicação assídua, requereu defesa de teses para o fim de obter o título de Doutor em Direito, e mais, para disputar uma cadeira no instituto superior, por onde se diplomara.

Inscrito para o doutoramento, apresentou o Dr. Afonso Pena o seu luminoso trabalho e o defendeu plenamente, com louvor dos lentes e dos colegas.

9. Manifesto-programa de João Pinheiro como candidato do Partido Republicano Mineiro à presidência de Minas (7 de fevereiro de 1906)

AO POVO MINEIRO[14]

Eu tenho que agradecer aos representantes políticos de meu Estado, de todos os matizes, a honra desusada de duas indicações sucessivas, em curto lapso de tempo, para os postos da mais alta representação mineira – o de senador da República e o de presidente do Estado.

Constituindo estas indicações, pelo seu aspecto de unanimidade, vindas da livre e generosa terra de Minas Gerais, a maior glória e a maior honra que seus filhos mais ilustres podem aspirar em vida, a mim esmagaram-me, na obscuridade de meu nome, no desejo intenso de servi-la com a consciência de uma capacidade muito menor que o meu devotamento e na avaliação da tremenda responsabilidade que semelhantes indicações me criam.

Talvez a terra mineira, em seu infalível instinto de liberdade e de democracia, tenha querido, com isso, significar que aos mais obscuros são permitidos os mais altos postos na sua magistratura política; que a única distinção que reconhece e consagra, entre seus filhos, é a do operoso mérito pessoal, manifestado na dedicação desinteressada à causa pública, pois a servi sempre com intenções que foram puras e com o esforço e a fé que os grandes ideais somente, inspiram e mantêm.

Revendo a minha consciência, esse exame não me acusa de ter ao menos sonhado a insigne distinção, que me conferem, para que pudesse esperá-la, para que a tivesse solicitado.

Pesando devidamente os grandes deveres que esta situação me cria, nas circunstâncias excepcionais em que foi lembrado o meu nome, exporei, com simplicidade, os meus princípios de fé política, a conduta de governo, que, eleito, terei de seguir, e as medidas urgentes de administração, que, penso, devem ser postas em prática.

Fá-lo-ei com o respeito que devo a um passado de quem nunca se moveu pelos atrativos do poder, ou se deixou influenciar pelas seduções da popularidade.

Os primeiros dias de minha mocidade e, os mais felizes, consagraram-se à propaganda pelo estabelecimento da República.

---

14 SILVA, João Pinheiro. Ao povo mineiro. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 1906, p. 1.

Nem o ódio nem o despeito nos inspiravam, a mim e ao punhado de companheiros, saídos das academias, na campanha que então travamos.

Amávamos a liberdade através das lições da história, presidindo à grande evolução humana e afirmando-se cada vez mais ampla e mais extensa, com a exclusão, cada vez maior, de todos os privilégios, e estabelecendo a única distinção possível entre os homens, que é a que cada um pode criar pelo próprio esforço, no serviço da verdade, no devotamento da Justiça e na prática das virtudes cívicas.

Amávamos a República, nas tradições do próprio continente americano, presidindo à formatação das novas nacionalidades, que proscritos tinham fundado e colonos emanciparam.

Víamos na história pátria que o Brasil era a única exceção monárquica no novo mundo, apesar da bela tradição republicana da Inconfidência, onde o seu protomártir atingiu o supremo ponto da grandeza moral – no amor à pátria, no desprezo da morte, na generosidade das confissões e no sacrifício da vida: foco de luz alta e serena no limiar de nossa existência como povo, revelação profética do futuro que foi a tradição sagrada do passado, que é para as almas livres.

Dentro do ideal republicano afirmamos:

O amor por todas as liberdades; a começar pela espiritual, que é a mais alta – liberdade de pensamento, de consciência e de religião; liberdade da palavra, assim falada como escrita, garantidas pela Lei, exercidas dentro da Ordem.

Respeito religioso da Lei, como expressão da vontade das maiorias e da legitimidade das necessidades sociais.

A livre discussão destas e dos atos de todos os governos, como meio profícuo de se conseguirem as suas reformas, modificações ou substituições, alcançadas pela persuasão e pelo esclarecimento dos espíritos.

A condenação, por isso mesmo, do estado revolucionário permanente, fundado no absurdo de que uma minoria pode sempre, mesmo à custo de sangue, destruir a lei estabelecida para fazer sobre ela prevalecer o que cada um julgar, dentro de si, ser o bem de todos, e que não passa às vezes de pura utopia pessoal.

A ordem material mantida sob a plena liberdade espiritual, o progresso realizado por movimentos que não abalem, operando reformas e não ruínas – eis o ideal republicano porque

combati em mina mocidade, porque me guiei quando no governo nos primeiros dias da República, logo após a revolução triunfante.

Esforcei-me por obstar que se estabelecesse a divisão na terra mineira entre vencedores e vencidos.

Eu devo lembrá-lo, porque, se é agora o meu nome indicado como uma solução pacífica, possa a minha franqueza e insuficiência encontrar apoio nestas razões do passado, que a política mineira, em seus frutos de paz e concórdia, justificou, e de que o atual momento parece uma sagração espontânea.

Este passado e as próprias circunstâncias do presente são a garantia de que procurei governar sem preocupação outra que não sejam os interesses permanentes da terra estremecida no serviço do ideal republicano.

As formas de governo não são um fim, senão um meio de realizar a felicidade pública; e, se esta consiste, em sua mais alta expressão, num aperfeiçoamento moral cada vez mais elevado, e cada vez mais puro, uma das suas condições é a segurança e independência materiais do indivíduo e da coletividade.

Os povos modernos progridem rapidamente, alguns vertiginosamente, e a fatalidade deste progresso impele-os ao *imperialismo*, no qual as nações fracas serão irremediavelmente sacrificadas.

Nesta luta, infelizmente, os mais fúteis pretextos podem prevalecer sobre os mais sagrados direitos, conforme a eficácia dos meios materiais em que os povos se apoiarem.

Cuidar, pois, dos interesses materiais da pátria, é um dever imperioso, imposto pelo instinto da própria conservação.

O problema econômico brasileiro não é, conseguintemente, como muitos pensam, uma destas ideias políticas passageiras, vistoso fogo de artifício, para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias. Corresponde à solução de necessidades aflitivas, à ânsia de progresso, tendo sido posto, para ser resolvido, pelas próprias condições atuais da vida nacional.

Ele não depende somente, como a alguns parece, da exclusiva decretação das tarifas protecionistas. A face negativa de todas as questões é sempre a mais fácil de ser abordada e resolvida. Se a solução econômica do aumento da riqueza de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegárias, certo, não haveria povo pobre no mundo.

Não o é assim, infelizmente, e, mesmo no caso particular, o protecionismo exclusivo das tarifas é a sua parte mais odiosa, e mais complicada, podendo dar, quando feita sem critério, resultados inteiramente opostos aos visados.

A decretação do protecionismo alfandegário deve coincidir, necessariamente, à de outras medidas, visando promover e estimular, diretamente, a produção no interior do país.

O estudo do solo, os prêmios de animação, o estímulo da iniciativa particular, solicitada por todos os modos, a educação técnica, o abaixamento das tarifas ferroviárias, a emulação no trabalho, as estatísticas exatas, a criação de estabelecimentos-modelos, as exposições periódicas agrícolas e industriais – eis as medidas que devem ser decretadas como condições indispensáveis de êxito.

Devemos, porém, aplicá-las com toda a atenção, tendo em vista as riquezas naturais existentes – para os trabalhos que possam surgir com mais facilidade, para os que são capazes de maior desenvolvimento, sem a pretensão de realizarmos tudo a um tempo sendo, sucessivamente, na medida das necessidades, dos recursos e dos sacrifícios de que a coletividade é capaz.

Examinando com tal critério a situação econômica de Minas Gerais, destacaremos alguns pontos que julgamos merecerem um exame especial.

* * *

O café. Nós temos, como fundamento da nossa riqueza, fornecido a melhor e a mais abundante fonte de receita pública orçamentária, a cultura do café, atualmente em crise em todo o país devido a causas amplamente discutidas, reclamando urgente atenção do governo por constituírem a grande riqueza nacional, privilégio do solo, à qual se abriu espontaneamente o mercado universal.

Merece, consequentemente, pela sua situação excepcional, sacrifícios também excepcionais.

Diversos projetos têm surgido, filhos de combinações hábeis, procurando resolver, de golpe, o grande mal que assoberba o comércio do café, não tendo até agora conseguido, nem um deles, o completo assentimento dos interessados no assunto e dos que dele fazem estudos especiais.

É que males desta ordem se produzem com lentidão e com lentidão soem desaparecer. À evidência dos grandes sacrifícios certos, que ao Tesouro devem acarretar as combinações até

agora apresentadas, sacrifícios estes que, em última análise, serão pagos pelos próprios produtores do café. A esta evidência, dizemos, não tem correspondido, até agora, uma certeza igual quanto ao resultado que as diferentes combinações procuram.

Dos remédios apontados, duas providências são de inegável utilidade, precisando ser adotadas sem nenhuma demora, mesmo com sacrifícios para o Tesouro: a criação do crédito-móvel, que, a pequeno juro, forneça ao fazendeiro o capital necessário para o custeio das culturas existentes; e o estabelecimento de uma propaganda prática no estrangeiro, tendo por fim alargar o consumo desta nossa principal riqueza.

O orçamento da União, deste ano, consignou verba de auxílio à lavoura do café; os estados produtores dessa riqueza devem ter todo o empenho em ampará-la, porque, fazendo-o, ampararão os seus próprios orçamentos, que dela tiram a principal fonte de receita.

A instituição do crédito-móvel não pode ser adiada.

A propaganda subvencionada pelo governo e feita por pessoas sem dúvida, ilustres, porém estranhas à vida agrícola e ao hábito dos negócios, nenhum resultado tem dado, como, aliás, era natural prever-se.

Na própria classe comercial, entretanto, uma ou outra iniciativa tem surgido ultimamente, fazendo a propaganda do café pelo meio mais prático e eficaz, que é o do seu oferecimento gratuito, nos centros estrangeiros, mostrando assim as belas qualidades da bebida aos que a não conhecem.

Esta iniciativa valiosa merece auxílios eficazes que a amparem e desenvolvam.

Computando-se a produção anual do café em 12 milhões de sacas, quantidade esta que satura o mercado universal, e dando-se, para valor de cada uma 28$000, a produção total é de 336 mil contos, o que está longe de satisfazer as necessidades gerais da exportação de um país como o Brasil, que, além desse produto, que é um privilégio seu, precisa procurar outras fontes de receita.

Cultura de cereais. Riqueza existente, ocupando, pela sua importância, o lugar imediato depois da do café, é a cultura dos cereais. Base da alimentação pública, capaz de grande desenvolvimento pela fertilidade e abundância das nossas terras ainda desertas, ela deve ser encarada como um poderoso recurso das exportações futuras. É a principal fonte das riquezas exportáveis da Austrália, Argentina e Estados Unidos, seja diretamente, seja pela transformação da alimentação agrícola em carnes salgadas ou simplesmente resfriadas, com que abastecem o mercado universal.

A cultura é simples, pequeno o capital necessário à sua iniciação, e ilimitado o seu comércio, constituindo um meio pronto para se realizarem os rápidos povoamentos com a fixação do colono ao solo, como tem sido praticado, com muito êxito, em outros países.

Nos Estados Unidos, os dois estados Dakota, que, em 1880, apresentavam uma cultura de cereais apenas de duzentos mil hectares de terras trabalhadas, acusaram, na estatística de 1900, uma cultura de quatro milhões e meio de hectares, graças ao trabalho estrangeiro do colonizador.

O Minnesota, o Nebraska e o Kansas, no mesmo espaço de tempo, triplicaram sua produção.

E estes cinco estados, em 1880, eram ainda quase virgens ou muito pouco colonizados.

Mais sugestivo é o exemplo do Oklahoma, que, tendo sido aberto à colonização em 1890, possuindo neste ano somente oito mil hectares de cultura de cereais, apresentava, em 1900, uma extensão cultivada de um milhão e cem mil hectares.

Note-se bem que, nestes resultados, nada há de extraordinário.

O trabalho efetuado, na quase totalidade, não o foi por americanos, mas pela colonização europeia dentro da lei americana.

A cultura lá é, como a nossa, extensiva e não intensiva.

O trabalho, na sua generalidade, não é o das grandes culturas, em mãos assalariadas, mas sim o que é constituído pela pequena propriedade.

"Os 336 milhões e meio de hectares de terra de cultura nos Estados Unidos, das quais 116 milhões de terras melhoradas ou cultivadas propriamente ditas, estão repartidos por 5.739.657 explorações distintas que têm, assim, em média, um pouco mais de 58 hectares cada uma" ou cerca de 12 alqueires dos nossos. [15]

A exploração "é feita só pelo explorador e por seus filhos. Não se empregam permanentemente trabalhadores assalariados."[16]

Por felicidade humana, a concentração do trabalho e do capital só se tem realizado nas indústrias manufatureiras, e não no trabalho agrícola.

---

15 N.A. Lerot-Beaulieu, *Os Estados Unidos no Século XX*, p. 77.

16 N.A. Lerot-Beaulieu, *Os Estados Unidos no Século XX*, p. 125.

Tomemos mais um dado estatístico referente à capacidade produtiva do solo, e seja este para o cereal que mais se cultiva aqui e também domina lá – o milho.

As estatísticas de 1900, citadas pelo autor já referido, acusam, como produção média, por hectare, 25,3 hectolitros, ou cerca de 21 e meio carros, calculado o carro a 20 alqueires e o alqueire a 50 litros.

Como poder produtivo, a superioridade é a favor da terra brasileira.

Penso, pois, que a cultura dos cereais deve merecer, por parte do governo, grande atenção e decidido apoio, provendo-a eficazmente pela colonização, como fonte, que é, de grande riqueza, fácil de se estabelecer e explorar.

Nos Estados Unidos, o valor da colheita de cereais representa, por si só, mais da metade do valor total das colheitas americanas. E a superfície destinada a essa cultura é de dois terços das terras cultivadas propriamente ditas.

Com cultura extensiva, regime da pequena propriedade, terras inferiores às nossas, nos Estados Unidos o valor da colheita de cereais, em 1900, montou a 1.484 milhões de dólares, ou cerca de 4 milhões e 452 mil contos da nossa moeda.

Indústria pastoril. No Estado de Minas, a indústria pastoril, pela sua importância econômica, ocupa o lugar imediato ao da cultura de cereais. Dispondo de seus belos campos ao norte, oeste e noroeste, formando magníficas pastagens naturais, a criação do gado aí surgiu e fixou-se, espontaneamente, e, como produção, oferece um excesso de oferta sobre a procura de seus mercados naturais – São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Devemos, porém, cogitar da exploração para mercados mais distantes, como os estados do Norte, e preparar-nos para aspirações mais largas.

A indústria leiteira, com seus derivados, fixou-se, principalmente, a sudoeste do nosso Estado, onde, pela facilidade dos transportes e, pelo imposto de proteção alfandegária, se tem desenvolvido rapidamente.

Uma e outra estão longe de atingir o pleno desenvolvimento de que são capazes.

Quando atendemos para as facilidades com que uma natureza benéfica protege este gênero de trabalho em Minas, encontramos motivos de uma grande confiança no seu esplêndido futuro econômico.

No livro do atual presidente da República Norte-americana, *A vida no rancho*, inspirado na sua experiência pessoal, vê-se como a criação do gado tem que vencer, lá, grandes dificuldades; em longas travessias, à procura de melhores pastagens, deixando as que foram queimadas pelas geadas, por péssimos caminhos, com obstáculos e prejuízos de toda a sorte, que os nossos criadores e invernistas desconhecem.

Também lá as condições das fazendas de criação não são as da grande propriedade e a indústria pastoril, como a agrícola, não é intensiva.

A superfície média das *live stock farms*, ou explorações, cuja principal fonte de renda é a criação do gado, é de 91 hectares, dos quais 34 somente de terras melhoradas.

Nota-se a mesma divisão da propriedade para o gado leiteiro propriamente dito.

Eis como nos é exposta a qualidade dos animais, no livro onde tiro estes dados: "Qualquer que tenha sido a origem, estes animais, com os quais não se tinha grande cuidado e que se deixaram por longo tempo reproduzir ao acaso, tinham degenerado." Pela introdução de reprodutores aperfeiçoados, o que teve lugar, decisivamente, depois de 1870, a criação melhorou muito; mas "em quase todos os estados do Sul, excetuando o Texas, a maior parte dos animais ainda é de qualidade muito medíocre".

Eu cito propositadamente estes dados e estas passagens referindo-me a estatísticas oficiais e à opinião insuspeita de um economista autorizado, porque é costume nosso encarar as coisas somente pelo seu lado grandioso e excepcional, parecendo que a grandeza dos países é, exclusivamente, feita pelas exceções brilhantes, quando ela dever resultar, principalmente, da soma dos pequenos esforços bem conduzidos, bem mantidos e bem orientados.

A diferença profunda existente entre o Brasil e aquela República está na diferença da orientação de seus governos, das suas leis e da compreensão das necessidades sociais modernas.

Mas prossigamos com os algarismos: o preço médio por unidade de gado para corte, de 2 a 3 anos de idade, é, lá, de 20 dólares e 12 *cents*, ou 87$360 da nossa moeda.

No mercado de Chicago, o preço médio da carne, por 50 quilos *hundredweight*, de 1899 a 1900, variou de 5 dólares e 80 *cents* a 7 dólares, o que dá, ao câmbio atual, pouco menos que o preço da carne em nossas feiras.

Com terras de qualidade inferior às nossas, com dificuldade de clima, com um gado medíocre, praticando como nós a criação extensiva, com preços mais ou menos iguais aos nossos,

em 1902 a exportação do gado nos Estados Unidos, em carnes preparadas e animais vivos, atingiu a soma de 68 milhões de dólares, ou 204 mil contos da nossa moeda.

A indústria pastoril, em Minas, merece especial atenção do governo. Este deve continuar a importação de reprodutores aperfeiçoados, iniciada pelo atual e ilustre presidente do Estado. Estabelecer prêmios de animação que estimulem o aperfeiçoamento das raças existentes, e, principalmente, se esforçar junto ao governo da União e das diretorias de estradas de ferro particulares para o estabelecimento de vagões-frigoríficos, que foram, nos Estados Unidos, o fator preponderante do desenvolvimento da indústria das carnes e dos laticínios. Do melhoramento das condições da navegação por cabotagem depende a expansão do comércio pastoril dos estados do Norte.

Deve-se começar o estudo das condições práticas do comércio universal do gado, comércio que será facilitado com a terminação das obras do Porto do Rio de Janeiro.

Indústria mineira. A indústria mineira, a que o Estado deve a sua origem e a nossa terra o próprio nome, constituiu, nos dias longínquos da Capitania, uma fonte de riqueza extraordinária para a metrópole, e a nossa história política confunde-se com a dessa indústria, em todo o decurso do século XVIII. "... As duas frotas, que saíram do Rio de Janeiro e Bahia, em 1764, levaram a Lisboa 15 milhões e meio de cruzados de ouro, 220 arrobas de ouro em pó e folhetas, 437 arrobas de ouro em barra, 48 arrobas de ouro em lavrado, 3.036 oitavas e 5 quilates de diamantes."[17]

Toda esta riqueza era das Minas Gerais e só das comarcas do Rio das Velhas, Vila Rica, Sabará, Serro do Frio e Tijuco.

O ouro extraído foi principalmente de aluvião, de trabalho facílimo.

A maior dificuldade na exploração dos veeiros, agravada pelo atraso científico de então para efetuá-la, e, principalmente, a incerteza da propriedade, os impostos exagerados, a confusão das leis, dando lugar a pleitos intermináveis – tudo isso concorreu para a depressão extraordinária que semelhante serviço experimentou.

Também em outros países, por motivos idênticos, se deu o mesmo fenômeno; eles, porém, já removeram as dificuldades que lhes legara o passado, tornando mais fácil a nossa missão: basta seguir-lhes o exemplo, e com maior segurança dos resultados, visto podermos apreciá-los nos efeitos úteis, resultantes das medidas adotadas.

---

17 N. A. *Reverbero Fluminense*, citado por Joaquim Norberto (Conjuração Mineira).

Como caso frisante, temos a recente história do México, no rápido desenvolvimento de suas indústrias extrativas.

Em 1890, a produção da prata foi lá de 957.025 quilogramas e, em 1900, subiu a 1.816.605 quilogramas.

O ouro, que, em 1890, foi de 1.038 quilogramas, subiu, em 1902, a 15 toneladas e meia.

Porfírio Dias, o estadista eminente, sob cuja direção se reergueu rapidamente aquela República, que é o traço de união entre as duas Américas, assentou o progresso da indústria mineira nas seguintes medidas legislativas: "propriedade mineira ficou sob o ponto de vista jurídico, tanto quanto possível, sólida e estável, para nela se interessarem os industriais sérios, evitando os jogadores, à procura de uma fortuna mais ou menos problemática; facilitou-se a aquisição das minas; estabeleceu-se a liberdade de exploração; facilitaram-se as transmissões da propriedade diminuindo-se muito os impostos sobre estes serviços; e, para as novas explorações, quase se extinguiram."

Favores muito mais extensos e mais decisivos foram também concedidos a particulares ou companhias que, para o caso da exploração aurífera, emprega-se efetivamente, no serviço, um capital de 500.000 piastras, elevado a um milhão no prazo de cinco anos, devendo elas construir, dentro dos dois primeiros anos, estabelecimentos capazes de tratar, por semana, quatrocentas toneladas de minério. Foram favores extraordinários, não há dúvida alguma.

Mas estas leis, cujo pensamento acabamos de resumir, promulgadas em 1885, 1887 e 1892, deram os seguintes resultados:

"Logo após a Lei de 87, em um ano, se registraram 2.077 declarações novas de minas e 33 de usinas de redução; 682 minas e 3 usinas entraram em exploração; 100 contratos foram feitos para exploração de novas zonas mineiras, tendo colocado no Tesouro, como garantia, 680.000 piastras."

Um Instituto Geológico foi também criado pelo Governo em 1888 e reorganizado em 1891, para o estudo especial da riqueza mineral.[18]

As leis do México sobre indústria mineira são, em grande parte, aplicáveis em nosso Estado.

A exportação de minérios brutos, que o nosso Estado faz em quantidades relativamente

---

18 N. A. L. de Launay, Minas e Indústrias Mineiras do México.

grandes, como o manganês, indústria já estabelecida e com mercado certo no estrangeiro, tem encontrado, no transporte ferroviário, dificuldades que precisam ser resolvidas como as resolveram a Rússia, a Índia e os Estados Unidos, que realizam o transporte desses minérios por preços muito inferiores aos dos nossos fretes.

São estes os trabalhos e indústrias já constituídos em nosso solo que o Governo deve olhar e proteger de preferência.

É bem certo que, no Brasil, a dificuldade está em se saber o que ele não pode produzir, atenta à capacidade excepcional de nosso solo e de nosso clima; mas a espontaneidade da natureza, que é sempre o melhor guia, apresenta-nos estes ramos da atividade fecunda, brotados como que espontaneamente, e devendo de preferência ser auxiliados.

Para a iniciativa particular, em todos os ramos de atividade humana, oferece a nossa pátria um campo vasto e sem limites, aberto a todas as energias e competências, devendo todas serem amparadas, desde que surjam para a mais formosa das lutas, que é a luta do trabalho. Em todo caso, é sempre mais prudente olhar para o que existe.

Transportes. Um assunto que ainda precisa ser examinado, porque domina, em todos os países, o problema econômico, é no que se refere à questão dos transportes. Vimos alguns pontos de semelhança entre o Brasil e os Estados Unidos. Veremos, agora, uma diferença existente entre ambos, consistindo na compreensão diversa da função econômica das estradas de ferro. Esta função, em países novos, como as repúblicas americanas, não é a mesma dos países de população densa.

Nestes, encontram as estradas de ferro, com a densidade da população, em tráfego já ativo que recolhem. Nos países novos, em grande parte ainda desabitados, de extensão muito vasta, eles têm que criar tanto o tráfego como a produção. Sem as estradas de ferro pode-se dizer, ousadamente, as três quartas partes do imenso território dos Estados Unidos, muito afastadas do mar, e insuficientemente servidas pelos rios e lagos, estariam ainda quase desertas e não realizariam, na vida econômica do mundo, o grande papel que desempenham.[19]

A importância das estradas de ferro, como fatores da produção e do tráfego, está intimamente ligada ao *quantum* das respectivas tarifas.

Examinemos a questão dos algarismos.

---

19 N.A. Leroy-Beaulieu, *op. cit.*

Segundo dados estatísticos publicados no Relatório de 1902 da *Interstate Commission*, a tarifa média geral, para as estradas de ferros dos Estados Unidos, foi de 757 milésimos de centavo por tonelada-milha, que corresponde ao câmbio de 3$000 por dólar e, feitos todos os cálculos, a 14 réis e 10 centésimos por tonelada-quilômetro.

Isto, nos Estados Unidos.

No Brasil, tomando-se a estrada de ferro de tarifas mais baixas, que é a Central, a sua tarifa média geral em 1903 (compreendendo o café, minério, mercadorias diversas e animais) foi de 66 réis e 8 décimos por tonelada-quilômetro, quer dizer, quase o quíntuplo do preço nas estadas norte-americanas.

A estatística já estabelece, para as estradas dos Estados Unidos, uma divisão de 10 grupos territoriais.

A tarifa média mais baixa corresponde ao 3º grupo (que compreende os estados de Indiana, Ohio, a porção sul do Michigan e a extremidade oeste da Pensilvânia) e foi, no referido ano, de 11 réis e 2 centésimos por tonelada-quilômetro.

A máxima das tarifas médias corresponde ao grupo dos estados de Nova Inglaterra, onde, sendo a indústria mais variada produzindo artigos mais finos, foi de 22 réis e 4 centésimos por tonelada-quilômetro.

Ainda assim, a nossa tarifa mais barata é o triplo da mais cara de lá.

Agora, dois exemplos isolados.

O café paga, na Central, de frete, por tonelada-quilômetro, 116 réis.[20]

Este mesmo café paga, de New York a Chicago, 32 réis e 34 décimos pela mesma tonelada-quilômetro.

Lá, a tarifa do minério fica entre 4 e 7 réis; aqui, é de 13 réis em idêntico percurso.

À vista do exposto, quando refletimos na íntima, quase que fatal ligação existente entre o problema da produção da riqueza e a sua colocação em mercados distantes, por meio das estradas de ferro, vemos nitidamente o principal motivo do nosso atraso. E, o que ainda é mais de se notar, as próprias estradas de ferro em penúria: por não favorecerem a produção,

---

20 N.A. *Relatório*, da Diretoria da Central, 1903.

elas não têm tráfego. Pra obtê-lo, e, com ele, rendas remuneradoras, é imprescindível o abaixamento das tarifas.

Instrução primária. Dominando todas as necessidades sociais, políticas e morais, está, em toda parte, a questão fundamental da instrução primária. Quase que é o único benefício direto em troca dos seus sacrifícios, que o povo pode ver e tocar.

Demasiado têm-se os governos preocupado da instrução aparatosa das academias e ginásios equiparados, dirigindo-se à classe dos mais favorecidos da fortuna, em contraste com o esquecimento e abandono da modesta escola primária, cuja função é a educação do próprio povo, da qual depende a sorte futura da coletividade inteira.

E a reforma não depende tanto das leis, como da sua execução.

Os professores sem nenhum estímulo; a fiscalização constituída em função política eleitoral, ressentindo-se de todas as fraquezas e condescendências a que arrasta, ou de injustiças e perseguições a que dá lugar. Os pais, sem meios de corrigir os males, veem-se obrigados, às vezes, a retirar os filhos das escolas públicas para subvencionarem professores-particulares.

As casas sem mobília, as classes sem alunos, os alunos sem livros, a frequência pequena; e, entretanto, em grande perda o sacrifício do Tesouro, que nunca é demais em tal assunto.

Urge remediar energicamente tão grave estado de coisas, e abrir ao professor primário uma esperança de melhor sorte.

A fiscalização deve ser desligada da política eleitoral e exercida, eficazmente, por comissões independentes de semelhantes interesses locais, as quais verifiquem a capacidade do professor no adiantamento dos seus alunos e no maior número de aprovados, que anualmente apresentarem.

Gratificações pecuniárias poderiam ser dadas proporcionalmente ao maior esforço e à maior capacidade do professor.

Fora também de conveniência que o governo, para os poucos lugares que dispõe nos colégios, mandasse os meninos que, nas escolas primárias, tivessem obtido as aprovações mais distintas, constituindo, assim, incentivo para o aluno, para os mestres e para os próprios pais.

Foi pela seleção das capacidades, feita em alta escala, foi pela educação dos mais aptos no estrangeiro e à custa do Governo que o Japão pôde levantar-se, rapidamente, para ser o que hoje é.

Para a reabilitação e eficácia do ensino primário, empregarei, se eleito, toda atenção, todo esforço e toda energia de que for capaz.

***

O pensamento da reorganização econômica mineira é filho de um partido legítimo pela sua origem, definido pelo seu programa, e poderoso pelos seus elementos.

Muitas têm sido no regime republicano as tentativas para a criação de partidos, não se tendo, entretanto, conseguido, até agora, a formação de um só que tenha alcançado um apoio sério da opinião.

Partidos de políticos, feitos por políticos e para políticos, a nação os tem visto com indiferença, alheada de suas fórmulas vãs, sem divisar nelas os seus grandes interesses vitais – de sorte que as tentativas se têm confundido com a política parasitária que as origina. E o povo, através das vãs promessas e das puras questões constitucionais, só vê, de bem real, a percepção crescente dos impostos e a má aplicação dos mesmos a empobrecê-lo cada vez mais. Triste herança da Monarquia – o partidarismo, que se transformara em agremiações para a posse do poder, com o repúdio das próprias ideias, substituídas pela divisão dos proventos e lugares; semelhante partidarismo, que fez a Monarquia tombar ante a indiferença nacional, deve ser banido da República, que precisa sanar o grande mal que nos aflige.

Ao atual e ilustre presidente do Estado de Minas cabe a glória de ter rompido resolutamente com tal estado de coisas, abrindo novo rumo.

A diretriz de sua ação e de sua política procurou-a nas camadas profundas da sociedade e assentou-a na base sólida dos sentimentos e da vontade dos que formam a riqueza e o poder do Estado, ouvindo-os diretamente.

O fato era novo e as consequências foram novas e auspiciosas.

Cento e setenta representantes da vida econômica mineira, pelos seus banqueiros, pelos diretores da sua grande indústria extrativa e manufatureira, pelo seu comércio, pelos seus agricultores e criadores, reuniram-se para manifestar a tal opinião coletiva sobre as questões que tinham sido postas, e formularam a aspiração mineira conservadora, que ecoou, fundamente, no país. Dela se originou a política protecionista que começou a ser adotada no Estado, e que acaba de ser sancionada, em leis da União, pela última modificação das tarifas alfandegárias.

Estas ideias têm ainda por si razões ponderosas de um caráter generalizador, procurando remediar males a todos patentes: o comércio desnacionalizado, os gêneros de primeira necessidade importados em país agrícola; os principais gêneros de exportação sem poderem pagar o custo de produção; o próprio trabalho desta, alugado ao braço estrangeiro, que não procuramos fixar no solo; abalado o patrimônio das famílias; a terra se desvalorizando; retomado, de novo, o recurso dos empréstimos, cujo principal defeito é o de encobrir, momentaneamente, a miséria da situação atual, que surgira, depois, muitíssimo mais agravada, desde que eles não sejam empregados em despesas reprodutivas.

Em meu espírito, o sentimento destes males e a necessidade dos seus remédios foram sentidos desde os primeiros dias do estabelecimento da República; e, quando, no governo, constituíram objeto de uma atenção especial.

A confirmação da urgência para o estabelecimento destas medidas resultou, depois, no exame direto do problema, durante os anos de vida prática como industrial e produtor.

A preocupação dos problemas econômicos por parte dos governos, que desejam a prosperidade de seus países, é a razão mesma dessa prosperidade.

Não são outros os motivos do progresso norte-americano.

Alegam, é certo, que esta grandeza resultou também das condições peculiares àquele solo privilegiado, e de uma energia humana até agora não testemunhada por nenhum outro povo.

Mas, é também verdade que a riqueza do solo e do clima de nossa pátria são igualmente excepcionais, e não me posso resignar à alegação aviltante e absurda de uma minoria intelectual sem fé e sem coragem n'alma, a decretar a incapacidade brasileira, para, quiçá, justificar a própria.

Muito mais poderosa que as ilusões teóricas é a razão dos fatos: aí estão dois exemplos culminantes, no último quartel do século que findou, de dois povos, pertencentes a raças sentenciadas inferiores, evoluindo, rapidamente, de uma situação pior que a brasileira, à completa restauração e elevação de seu crédito e poderio: o Mexico e o Japão.

Mais do que exemplos, constituem estes fatos a revelação do que pode a vontade coletiva de um povo, quando este povo se resolve a ter vontade e uma elevada política o guia.

A própria lei constitucional obriga-nos a cogitar do problema.

O empirismo foi o primeiro a criar o protecionismo nos estados que adotaram os impostos interestaduais, já como fonte de renda, e já como meio de amparar a produção local.

Uma lei da União os aboliu. A Constituição, porém, permite que os estados taxem as mercadorias estrangeiras para poderem proteger as próprias, o que demonstra que a República, desde o seu início, se inspirou sabiamente nesta necessidade econômica dos países novos.

Fundados no dispositivo constitucional, começam os estados a elevar os impostos de importação das mercadorias estrangeiras, não já como fonte de renda, pois eles revertem ao Tesouro Federal, mas como defesa positiva da própria produção, à qual, por outro lado, a supressão das barreiras interestaduais assegura toda a extensão do mercado interno brasileiro.

Daí, a necessidade para a União de cuidar do problema para resolvê-lo melhor, já por causa das complicações internacionais de que toda medida coercitiva é capaz, já pela delicada complexidade do próprio assunto.

***

A Representação Legislativa Mineira tem procurado, com elevado patriotismo, transformar em leis as aspirações consagradas pela opinião. Nessa correspondência, a opinião sente-se avigorada para pedir novas reformas que acelerem o nosso progresso.

A grande e poderosa força guiadora, que a imprensa é, em sua função complexa de esclarecer, sustentar, louvar e punir, está representada em nossa terra por um jornalismo livre e comedido, bem fito e numeroso. Na imprensa se percebe, nitidamente, como espelho direto que é da opinião, a distinção salutar que o bom senso estabeleceu entre os interesses e lutas locais em que a paixão pode predominar, e os grandes interesses do Estado sempre encarados serenamente. O apoio dado aos governos pela opinião divergente das localidades constitui para eles uma liberdade e uma força preciosíssima, que fora um crime não aproveitar para a realização das grandes medidas de utilidade geral.

À imprensa devo um agradecimento sincero, pelas palavras generosas com que tem recebido o meu nome, no Estado e fora dele, tanto mais caras quanto se associam em meu espírito à grata recordação de que foi nesse apostolado que me iniciei na vida pública, em dias de agruras, porém muito consoladores, porque a fé era mais ardente e as dedicações puras.

Espero, se eleito, que, nesta orientação econômica, seja eficazmente auxiliado pelos governos municipais. Eles gozam na República e, principalmente em Minas, de ampla liberdade de ação. Achando-se em contato direto com o povo, e, portanto, devendo realizar, em

menor esfera, o mesmo pensamento que inspira o governo do Estado, cuidando mais de administração e menos de política, ou seguindo a verdadeira política, que consiste no bem do maior número, e não em empregos rendosos, que satisfazem a poucos somente.

Que a renda municipal seja aplicada em obras públicas, de preferência na abertura e conservação das estradas de rodagem; que se estabeleçam prêmios para o incentivo e aumento da produção; que se reduza ao mínimo o funcionalismo público municipal, e assim os próprios administradores terão achado o caminho de governar sem tropeços, com o apoio entusiasta dos que pagam o imposto: porque, na administração municipal, é fácil esta verificação imediata e nenhum contribuinte lastima um tributo que lhe melhora a sorte.

Semelhante política fará que as localidades prosperem, sendo resultante a prosperidade do Estado.

O absenteísmo das classes conservadoras, na vida política, não se justifica absolutamente; a política econômica conta com o apoio direto e eficaz.

A vida jurídica do Estado é representada, felizmente, por sua magistratura íntegra, na qual os direitos civis e políticos têm encontrado sempre o apoio de uma justiça reta e imparcial.

As precárias condições financeiras do Estado não têm permitido organizar a sua força policial na altura da sua elevada missão, em um Estado que é o mais populoso da União; a prosperidade que procuramos permitirá satisfazer esta grande necessidade.

A política brasileira acaba de confiar a um mineiro, encanecido na vida pública, cujo nome é uma tradição, ao mesmo tempo, de honra e amor à liberdade, o lugar insigne de candidato ao mais alto posto da magistratura nacional – o Exmo. Sr. Dr. Afonso Pena.

Minas corresponderá à distinção amparando, unanimemente e com orgulho, o nome venerado e a política deste seu filho ilustre.

Com essa orientação, penso interpretar a elevada política que Minas deve fazer.

O problema é árduo, a tarefa é nova. O desânimo, que uma escola de céticos sempre faz surgir para os cometimentos que exigem energia e resoluções fortes, constitui, sem dúvida, grande dificuldade. Menor, em todo o caso, que o imperioso dever de sairmos deste grande estado de pobreza para sermos dignos do nosso passado, da riqueza do próprio solo em que pisamos e das gerações futuras que nos devem suceder.

A antiga energia mineira precisa ser acordada.

A nossa Capitania não foi donatária de nenhum nobre português; devassou-a o bandeirante; descobriram-lhe as minas os garimpeiros; o ouro de suas montanhas e as pedras preciosas de seus rios acharam-nas forasteiros; nula foi a ação do governo; porém, extraordinária a energia intensa dos descobridores e a sua resistência às opressões.

O Estado de Minas Gerais, pela sua posição central entre os demais; pela origem da sua população, vinda em massa, no correr do século XVIII, de todos os pontos povoados do Brasil; pela configuração do terreno – com sua nova e formosa capital, filha primogênita da República entre seus melhoramentos materiais, glória da geração atual e orgulho das futuras; com uma população igual à quarta parte da população total brasileira: o Estado de Minas Gerais resume, em seu próprio solo, as belas qualidades do solo da pátria, e em seu próprio povo as do povo brasileiro; capaz dos grandes ideais, porque religioso; fácil em evoluir como difícil em retrogradar, porque livre; altivo e paciente, porque justo na avaliação da relatividade humana.

O regime republicano, em Minas Gerais, tem sido praticado como se fora a sua longa tradição, como se estivera em seus próprios hábitos.

Nas contendas dos partidos, na própria violência das paixões, distingue-se sempre, dominando-as em linha alta, o senso grave da ordem, que é o sinal mesmo do gênio mineiro. Os *estados de sítio*, nunca é demasiado repetir, ainda não violaram as nossas fronteiras. E as próprias oposições hão reconhecido que os que têm exercido aqui o poder o têm feito com mãos puras.

Fora impossível, na terra de Minas Gerais, o estabelecimento de oligarquias.

O povo de Minas Gerais tem-se governado dentro da liberdade e da ordem. Isto, porém, não basta.

É preciso também promover, resolutamente, o progresso em meio de uma paz digna, porque não exclui as lutas, em meio de lutas fecundas, porque se realizam sem se sobrepor às leis.

A escrupulosa gestão dos dinheiros públicos, a inteira obediência às leis, o máximo respeito às liberdades do cidadão, o acatamento aos reclamos da opinião pública, a livre manifestação das urnas são as fontes saudáveis onde o coração republicano bebe forças e alento para ser digno dos princípios que professa e do ideal que ama.

Com eles e por eles, o mais obscuro filho da livre e generosa terra de Minas Gerais ousa apresentar-se às suas urnas, com a alma cheia dos santos pensamentos de suas tradições, de

suas glórias, de sua paz, de seu progresso e do seu glorioso destino.

Caeté, 7 de fevereiro de 1906.

João Pinheiro da Silva

10. A plataforma política de João Pinheiro e sua repercussão na imprensa (20 de fevereiro de 1906)

MUNICÍPIOS[21]

Ouro Preto – Escreve-nos o nosso correspondente em data de 15 do corrente:

Pelo correio de 13 vieram o *Minas Gerais* e o *Estado de Minas*, trazendo em suas páginas de honra a luminosa e minuciosa plataforma política com que o Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, senador da República, apresenta-se candidato à presidência do Estado na eleição de 7 de março próximo, indicado como foi por todos os diretórios municipais e recomendado oficialmente pela Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro.

De documento de tão subido valor, que será com certeza muito apreciado, não só no Estado como em todo país, transparece a alma pura, nobre e imaculada do filho do povo, do trabalho e da honra, a par do espírito cultivado e de vistas largas do administrador, do estadista e do político, cheios de fé republicana e do sagrado amor da pátria.

S. Exa. trata detidamente e com vasta erudição das mais palpitantes questões da atualidade, como sejam: a política, o café, cultura dos cereais, indústria pastoril, indústria mineira, transportes, instrução primária, reorganização econômica e protecionismo.

Jornalista como é, S. Exa. não podia deixar passar em silêncio essa grande e poderosa força guiadora que a imprensa é, na vibrante frase de S. Exa., em sua função completa de esclarecer, sustentar, louvar e punir, e assim é que dirige muitos elogios ao jornalismo e lhe agradece as palavras generosas com que tem recebido o seu nome como candidato à presidência do Estado.

Concluindo a sua brilhante plataforma dirigida ao povo mineiro, garante S. Exa. a escrupulosa gestão dos dinheiros públicos, a inteira obediência às leis, o máximo respeito às liberdades do cidadão, o acatamento aos reclamos da opinião pública e a livre manifestação

---

21 Municípios. *O Farol*, Juiz de Fora, 20 de janeiro de 1906, p. 2.

das urnas, que, como muito bem diz S. Exa., "são as fontes saudáveis, onde o coração republicano bebe forças e alento para ser digno dos princípios que professa e do ideal que ama."

Sinceras e leais como são as palavras do Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, serão postas em prática tão sãs e adiantadas ideias, desde que S. Exa. seja governo e, pois, o eleitorado mineiro não deve hesitar em concorrer às urnas na eleição de 7 de março p. f. [próximo futuro] e unanimemente votar em S. Exa. para presidente do Estado, e no Exmo. Sr. coronel Júlio Bueno Brandão para vice-presidente, de acordo com o Partido Republicano Mineiro e a sua Comissão Executiva.

Entusiásticos parabéns ao Dr. João Pinheiro pela sua luminosa plataforma política, congratulações ao Estado e que os mineiros mais uma vez saibam homenagear e galardoar o verdadeiro mérito.

Aventuremos um vaticínio, que não é fora de propósito nestes tempos em que "quem não corre voa."

A plataforma, que no ano de 1910, por esta ocasião mais ou menos, publicarem os jornais de Belo Horizonte, será escrita igualmente por um filho do povo, do trabalho e da honra, tão digno, tão ilustrado e tão querido como o Dr. João Pinheiro da Silva.

Igualmente democrata, amigo das letras, das artes, da ciência e das classes produtoras, seu berço teve nas regiões serranas e é extremamente devoto de Nossa Senhora da Conceição.

Há de sair do antigo Palácio do Governo da capitania portuguesa, da província e do Estado e já esteve no palácio de Belo Horizonte, onde a sua passagem ficou assinalada pela ótima administração que fez, durante 6 meses mais ou menos.

Já foi indicado por duas vezes pela maioria dos municípios para a presidência do Estado, da qual, por louvável abnegação e excessivo escrúpulo, tem desistido, em favor dos candidatos recomendados pelo Partido Republicano.

Conhecido em todo o Brasil e respeitado no novo e no velho mundo, como sábio, administrador e político, do estabelecimento profissional que dirige sob a divisa *cum mente et maleo,* contempla respeitoso o vulto de Tiradentes, admira a altura e beleza do Itacolomy e invoca o poder supremo do Criador para que proteja o Brasil e o Estado de Minas, nossa pátria e nosso berço muito amados.

(Nada mais precisamos dizer para saber-se que o futuro candidato à presidência do Estado será o eminente e benemérito Dr. Joaquim Candido da Costa Sena).

11. Ao futuro governador (26 de agosto de 1906)

O FUTURO GOVERNO MINEIRO[22]

I

No *Rio Novo*, de 18 de fevereiro deste ano, escrevi o seguinte arquivo, pelo qual recebi de meu velho amigo, a quem se refere, honrosíssimas e benevolentes linhas, que guardo como consolo e animação nas renhidas lutas pela vida:

DR. JOÃO PINHEIRO

Em breves dias, a 7 de março próximo, todo o Estado de Minas vai, mais uma vez, sagrar, com a galhardia da espontaneidade e a satisfação de quem vê conseguidos seus doces anelos, o nome, por muitos títulos aureolado, de nosso querido patrício, indicado por toda Minas para seu primeiro magistrado, o Dr. João Pinheiro da Silva.

E ele merece essa unânime sagração, a que todos os mineiros se sentem compelidos por duas forças simpáticas – o dever de patriotismo, que nos aconselha a elevação ao primeiro posto de nossa magistratura administrativa de um homem capaz, como o é, e a dedicação que todos consagramos ao legítimo representante de nossos sentimentos puramente mineiros.

Ultimamente, tem-se escrito e falado tanto a respeito desse nosso ilustre patrício, que repetir sua biografia seria verdadeira superfetação.

Entretanto, não vai longe o tempo em que ninguém mais se lembrava para altos postos do nome querido do Dr. Pinheiro, atirado então, ao esquecimento, na noite caliginosa do ostracismo, voluntário ou forçado, onde se aperfeiçoava seu espírito no conhecimento dos homens e das coisas, retemperando, no silêncio de seu abençoado canto mineiro, as forças necessárias e maiores triunfos.

Quando quem escreve estas linhas lembrava e prognosticava que João Pinheiro em breve voltaria a ocupar a presidência do Estado, talvez em seguida ao venerando Dr. Sales, a descrença era geral em muitos que hoje batem palmas aos acontecimentos, provando, mais uma vez, a sabedoria do brocardo: "nada melhor que um dia depois do outro".

Os descrentes, eivados de abissinismo, não compreendem, nunca, que os homens superiores e de merecimento são como os astros: empanados por nuvens, somem-se das vistas humanas

---

22 O futuro governo mineiro. *O Farol*. Juiz de Fora, 25 de agosto de 1906, p. 2.

por algum tempo, para depois aparecerem mais radiantes e atraentes.

Foi o que aconteceu.

A ascensão ao poder do ilustre mineiro que preside os destinos do Estado de Minas foi a aurora promissora que nos veio trazer as mais firmes esperanças, começando por apagar as manchas, até de sangue, que nos entristeciam, e pelo consagramento da família mineira, em muitos pontos desunidas pelas lutas intestinas, consequentes dos choques entre oposições do alto e a independência inata que herdamos dos nossos maiores, tantas vezes posta em decantados destaques.

Não obumbrado pelas honrarias do alto posto, sempre o mesmo, mal subiu ao poder, o Dr. Sales foi buscar em seu retiro o amigo e, para logo, os vimos, com gerais aplausos, empenhados em conquistar para Minas sua legendária paz e concórdia, encaminhando-a para o progresso, e para o nome de João Pinheiro começou ser repetido, até sua indicação para o posto que de novo vai ocupar e onde só mostrará, como sempre, o verdadeiro homem talhado para elevar Minas à culminância que merece.

Se fosse vivo o saudoso chefe, o inesquecido Cesário Alvim, com seu coração de mineiro pulsaria agora de contentamento por ver restituído ao governo seu dedicado amigo, companheiro e até discípulo!

Glória, portanto, ao Dr. Sales por esse seu ato tão meritório, arrancando do olvido a João Pinheiro, para tê-lo como seu legítimo sucessor.

O Dr. João Pinheiro não vem para o poder emergindo do entre arminhos ou descendo escadarias de altos passos, como os predestinados, para os quais parece haver uma providência especial que os acompanha, imunes e preservados dos espinhos da existência, nem tão pouco vem das sombras do desconhecido, surpreendendo aos mais atilados prognósticos.

Ele vem do seu próprio esforço, desse esforço titânico que todos admiram, mas nem a todos é dado possuí-lo; ele vem da sua própria convicção e tenacidade, para continuar no governo sua própria diretriz; ele [ilegível] tempos da aprendizagem, com ele partilhamos, juntos e em comum, gozos e dissabores, elevando-nos nas asas pandas das doces esperanças ou descendo dos altos pedestais com nossas ilusões desfeitas; ele vem da luta pela vida, desse cadinho incomparável, onde melhor se apura o ouro do merecimento; ele vem de si próprio.

E é este o mais incontrastável documento que lhe afirma a superioridade, é a recomendação mais elevada que pode aspirar um homem.

Subindo o próprio esforço, do trabalho indefeso, que foi sempre o lema de toda sua vida, espírito ilustrado, a não carecer de quem lhe oriente os passos, comprovado no labor e no ostracismo, no governo, não vem, por certo, pompear futilidades, nem se nulificar na vertigem das alturas; vem o mesmo de sempre, com sua diretriz, empregar sua atividade e próprios conhecimentos em prol da grandeza de nossa querida Minas.

Amante do ensino e conhecendo-lhe os segredos, a instrução pública no Estado vai lhe merecer especiais cuidados; antigo jornalista, a imprensa terá nele seu esforçado paladino e defensor; lavrador e propulsor da agricultura, de quem tem dado inequívocas provas na zona em que reside, animando com o exemplo e acoroçoando com prêmios, a lavoura, em suas diversas modalidades, vai ter nele seu legítimo protetor; industrial, que o é, a indústria, de cujo desenvolvimento tanto necessitamos, encontrará nele seu guia e seu denodado campeão; finalmente mineiro na extensão da palavra, lhano e sincero, acessível e franco, Minas, que tanto tem reconquistado no atual governo, sob sua direção, entrará de vez na florida estada que os destinos lhe traçaram, para nossa inteira e completa felicidade.

Vindo, como vemos, da grande escola da experiência própria para a culminância do poder, aperfeiçoado seu espírito pela observação das coisas e dos homens, temos como certo que o ilustre mineiro, uma vez no governo, arrancará do ostracismo a muitos dos antigos companheiros que, hoje, purgam o grande e feio pecado da independência e firmeza de caráter, que o incondicionalismo torpe e degradante repeliu, para dar lugar à bajulação, à hipocrisia, à mentira de todo gênero, e prestará verdadeiro culto ao mérito próprio, escolhendo e elevando os homens, não por imposição de partidarismo, mas somente pala capacidade, pelo mérito, pela inquebrantabilidade de sentimentos. Verdadeiro republicano da propaganda, fará observar as normas republicanas, outrora preconizadas, expurgando a política mineira de certos vícios que a tem deturpado, favorecidos pelas mal-entendidas e antirrepublicanas imposições, que o povo mineiro repele, como acaba de dar prova no último pleito eleitoral.

Em suma, vindo de um passado cheio de trabalhos e triunfos, para, continuando a era de paz e concórdia que, graças [ilegível] aos céus, foi inaugurada pelo ilustre e venerando Dr. Sales, pôr em ação seus dotes aperfeiçoados no cadinho da experiência, o Dr. João Pinheiro da Silva corresponderá certamente às nossas aspirações, merecendo, por isso, que todos, sem discrepância, no dia 7 de março próximo, mais uma vez, sagremos nas urnas seu nome, elevando-o com a mais galharda unanimidade, ao posto de primeiro magistrado no governo de nossa terra, para cuja prosperidade ele se empenhará com fatos positivos e eficazes.

Deixe o eleitorado mineiro a atrofiante rotina, indiferentismo pelas coisas pátrias e afirme, pelo voto independente, que a nossa antiga Minas, como legendária fênix, vai renascendo de suas próprias cinzas a farta messe de louros que lhe são destinados, e dos quais todos nós participaremos triunfantes.

CARMO GAMA
(*Do correspondente*)

12. Discurso no Palácio da Liberdade (8 de setembro de 1906)

[DISCURSO] [23]

Meus senhores.

A gentileza dos altos representantes políticos dos diversos estados da República, a do Exmo. Sr. Dr. ministro da Viação, a da grande imprensa da capital federal e deste Estado, a de ilustres representantes das classes armadas do país, a do eminentíssimo cardeal brasileiro, fazendo-se representar, a do ilustre ministro do Supremo Tribunal Federal e a do funcionalismo superior da administração – a de todos vós, meus senhores, quis emprestar à transmissão da autoridade presidencial em Minas um brilho e uma honra que, em nome do Estado, agradeço.

Minas se orgulha, e com razão, da estima política que se lhe testemunha, e se julga digna dela, porque procurou sempre servir a República, em meio da paz, da ordem e da tolerância.

As nossas fronteiras, de toda parte, ligando-nos ao norte como ao sul do Brasil, a este e a oeste, não nos permitem nenhum isolamento, e os bons como os maus dias da pátria, como os de qualquer Estado irmão, atuam intensamente sobre o coração mineiro, capaz da reciprocidade da estima.

A distinção pessoal que recebo é insigne; o pleito a Minas Gerais provoca o nosso grande reconhecimento; mas, sobre todas estas alegrias, a alma republicana exulta, ao ver nesta reunião um fato do mais alto alcance para a nossa pátria.

Ela traduz, pela presença dos representantes da quase totalidade dos estados da Federação, um mútuo interesse político que todos têm pela sorte uns dos outros. É a solidariedade na existência coletiva. Dentro da Federação, e na completa autonomia dos estados, estabelecida em nosso pacto fundamental, terreno sagrado onde fora sacrilégio tocar, a unidade da nossa

---

23 Discurso pronunciado por João Pinheiro em evento no Palácio da Liberdade que contou com a presença do presidente-eleito da República, Afonso Pena, do senador Pinheiro Machado, do ministro da Viação, Lauro Müller, do ministro do Supremo Tribunal, André Cavalcanti, senadores e deputados do Congresso Mineiro, jornalistas e demais autoridades. De acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 161-164.

origem, um mesmo ideal e um mesmo destino são as condições morais mais poderosas de todas as leis escritas, em que repousará a unidade do Brasil, próspero, grande e sempre livre.

Nós, os republicanos, acreditamos, por este modo, corresponder à generosa corrente do tempo, agora que a pátria estremecida, sob o belo céu do cruzeiro, acaba de reunir os representantes de todas as pátrias americanas para afirmarem, em mais vasto cenário, o mesmo ideal de confraternização, a mesma aspiração de trabalho pacífico e um destino comum, na humanidade, para o novo mundo.[24]

Os acontecimentos de uma época, meus senhores, são sempre julgados pela geração que os presencia e que os sofre, de modo vário. A nossa, excepcionalmente intensa, tormentosa e fecunda, quando a justiça da posteridade, que nunca falta, sobre ela se pronunciar, há de ser julgada com louvores para nós que temos vivido estes dias de aceleradas transições.

O historiador dirá da geração a que pertencemos o esforço colossal, generoso, cheio de audácia, feito de coração – porque somos latinos –, dirá, como em menos de dois decênios uma raça foi libertada, com prejuízos de capitais extraordinários, em meio de flores.

Tombou um trono; sobre as suas ruínas se ergue a liberdade republicana e esta página se escreve sem a mancha de uma gota de sangue! Dirá a generosidade do povo, e, com ela, a magnanimidade do príncipe decaído que não retalhou uma única palavra de rancor, em sua velhice exilada, que sabia respeitada por seus concidadãos.

Página memorável, única, talvez, na história do mundo, atestando uma elevação moral sem exemplo, a desta pátria!

Dirá mais: dirá que o Exército e a Armada, fazendo que a liberdade nascesse por entre o fragor das armas, fizeram-no calar depois, entregando aos civis a direção política da pátria e demonstrando assim que a intervenção se dera por amor à liberdade e não pelo apetite do mando.

Há de registrar ainda o prestígio moral extraordinário, que à República nascente trouxe a adesão em massa dos velhos partidos do Império, caracterizando a facilidade da evolução brasileira no sentido do progresso.

Esta afirmativa teve uma contraprova dolorosa, mas brilhante, de ser impossível a nossa retrogradação, porque a tentativa armada de se restaurar a Monarquia em 1893 encontrou a pátria inteira de pé para recusá-la, de armas na mão.

---

24 Alusão à Conferência Panamericana, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Elihu Root.

Foram os fatos, que anteriormente apontei, em suas grandes linhas, como que a matéria-prima política superior, que a Constituição de 24 de fevereiro devia traduzir no momento, exprimindo o sentir e o querer de um povo, então revolucionário e magnânimo. A Constituinte elabora o nosso pacto fundamental e a falha que alguns lhes apontam é ter sido livre demais!

Dir-se-ia o viajor insensato que depois de haver alcançado sem dificuldades a paragem almejada, onde outros chegaram trilhando ínvias sendas, voltasse a encetar a jornada inteira, ou parte dela, somente por amor às urzes do caminho.

Nas liberdades conquistadas, o brasileiro não pode retrogradar. Devemos reputar encerrado o período das agitações estéreis e odiosas e os casos acidentais dos dias recentes devem ser tidos como ecos perdidos de um passado que não volta, efemeramente revolucionário.

A atividade humana é solicitada agora para lutas mais dignificadoras, que são as do trabalho fecundo, aumentando na paz o bem-estar do homem, aproveitando pela ciência as forças dóceis e submissas da natureza. É a definitiva organização da atividade industrial e pacífica.

A cada época correspondem sempre, na sociedade, os órgãos elevados que a representam e personificam. Seja-me permitido, lembrando o problema econômico brasileiro, que domina e dominará doravante a política do país, quaisquer que tenham de ser as soluções que, em definitivo, se adotem, seja-me permitido apontar no meu ilustre antecessor, doutor Francisco Antônio de Sales, o corajoso iniciador dessa nova fase da política nacional. Preparou-a, estabelecendo a paz na política mineira, para que surgisse cheia de imensa força. Não tem raízes artificiais.

São as próprias classes conservadoras, que amassam e constroem a riqueza nacional, que se organizam para exigi-la.

Presidentes dos grandes estados da República esposaram-na.

Na plataforma do presidente eleito da República ela se articula, nitidamente, com a autoridade da sua longa experiência de vida pública, com o fervor e franqueza da sua grande lealdade de patriota e com o apoio decidido da terra que lhe é berço.

Eu, meus senhores, instrumento efêmero e passageiro, neste minuto de vida geral republicana, eu me apresentei às urnas com um programa definido, afirmando que a necessidade urgente do momento é, dentro da liberdade espiritual, a reorganização da atividade do país.

A responsabilidade que trago para este posto honrosíssimo avulta aos meus olhos e aos de toda Minas.

Nesta hora soleníssima, que significa para mim o começo da execução do programa traçado, eu devo declarar que começarei pela prática da mais essencial de todas as liberdades, que é a liberdade das urnas, respeitando, no povo mineiro, o exercício pleno, completo e absoluto de sua soberania.

Ter medo da liberdade política, num regime republicano, constitui uma afirmação monstruosa e absurda.

Desejarem os governos a constituição regular dos partidos e, antes que se formem, fazerem a perseguição das opiniões divergentes, é desejar em vão.

Minas Gerais elegerá livremente os seus candidatos a todos os graus da magistratura política.

Vindo das camadas profundas do povo, ao serviço de um ideal e por ele exclusivamente, eu subi até este alto posto.

Amando a liberdade, praticando o trabalho e procurando cumprir o dever, por isso somente mereci a confiança e a estima da velha terra de Minas Gerais.

Ante este fato moral, digam-me, agora, meus senhores, que povo, que terra é a minha.

Em nome dela ergo a minha taça a todos vós, ornamentos ilustres da política, da alta administração do país, das classes armadas, do sacerdócio religioso, da magistratura brasileira e da imprensa, agradecendo em nome de Minas Gerais a elevada distinção e a extraordinária honra da vossa presença nesta festa política. Bebo pela vossa felicidade.

13. A ampla liberdade espiritual em respeito à Constituição Republicana (21 de setembro de 1906)

[CORRESPONDÊNCIA][25]

Ilmo. e Exmo. colega e amigo Dr. Olavo de Andrade.

Em resposta à carta de V. Exa., de hoje, devo ponderar: nossa Constituição estabelece a separação da Igreja do Estado e consagra a ampla liberdade espiritual, princípio básico do dogma republicano. A lei fundamental do Regime, em texto expresso, veda ao presidente do

25 Correspondência do governador João Pinheiro ao chefe de polícia, Olavo Andrade, publicada no Minas Gerais de 21 de setembro de 1906, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 358-359.

Estado de Minas Gerais consentir que a Força Pública prestigie um culto, seja este embora o culto católico, que é o da maioria do povo mineiro. O pleno exercício da liberdade espiritual não desprestigia nenhuma religião; assim entenderam os legisladores constituintes, que elaboraram o pacto fundamental de 24 de fevereiro – eles mesmos também católicos em sua maioria. Entenderam, na conformidade do ideal republicano, que o prestígio e a força de um culto residem na convicção dos que a professam, devendo o seu proselitismo ser feito pelos meios pacíficos e eficazes da inteligência, livremente exercidos pela palavra e pela escrita e, principalmente, pelo exemplo de um procedimento severamente moralizado, demonstrando, assim, a sinceridade do crente em relação aos princípios que professa. Em nome da paz, os republicanos adotaram o princípio da inteira liberdade espiritual, eliminando a intolerância religiosa e evitando, assim, a pior das lutas, opressora das consciências, sempre perigosa, e cedo ou tarde odiosa para todos. O argumento que se costuma invocar – o ser católico a maioria do nosso povo – não procede, desde que o consideremos de um ponto de vista mais alto, na universalidade das nações cristãs ou do mundo inteiro, sendo a liberdade espiritual a única solução possível. Há, com efeito, países em que o catolicismo constitui a maioria, e o nosso, felizmente, é um deles. Outros há, porém, em que os católicos se acham em minoria e, em muitos, em fração reduzidíssima. Parece, pois, justo que eles, que não são maioria em toda parte, deem e pratiquem a liberdade onde dominam, para que a possam reclamar e obter onde são dominados. Não foi pelo prestígio da força e, muito menos, pelo amparo oficial, que a própria religião católica venceu, triunfando, à perseguição dos Césares. Hoje, por maioria de razão, a sua fé e a sua força não devem depender do prestígio oficial, que é nenhum em matéria de consciência e convicções. E, ademais, a função essencial da força armada, nos povos policiados, é a manutenção da ordem pública. Ora, na hipótese de um conflito, a propósito de ato religioso, por motivo de crenças divergentes, não poderia ela, ligada a um dos cultos, cumprir o seu dever. Traduzindo o pensamento republicano, a Constituição Federal, em seu art. 72, nº 7, determina: "Nenhum culto ou igreja terá relações de dependência ou aliança com o governo da União, ou o dos estados", dispositivo este repetido na Constituição Mineira, art. 3, § 3º. Ante a lei constitucional expressa, não pode ser deferida a licença solicitada para que uma companhia de um dos batalhões da Brigada se forme em frente à Capela de Santa Efigênia, por ocasião da festa religiosa que ali se vai realizar. Protestando a minha alta estima, sou de V. Exa. Amigo, obrigado ao colega.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 1906.

(a) *João Pinheiro*

14. A recepção a Joaquim Nabuco em visita a Belo Horizonte (26 de setembro de 1906)

[DISCURSO][26]

Meus senhores.

Levanto-me para saudar ao grande brasileiro, Excelentíssimo senhor doutor Joaquim Nabuco, representante do nome de uma família, já ilustre nos serviços da pátria, e que honra a nossa terra com a sua visita.

O cumprimento intemerato do dever cívico, na longa carreira pública, nele avulta e brilha excepcionalmente pelo talento, pela palavra fascinadora e pela dedicação combatente, iguais somente em grandeza à da causa que apostolou ainda moço – a libertação de uma raça.

A vida de um povo, na sequência de suas tradições para o progresso, tem sempre como símbolo o nome de seus grandes homens.

O seu, excelentíssimo senhor, tradicionalmente caro ao Brasil, sobrelevará de novo em sua história, quando ela assinalar a Confraternização Americana, pactuada em nossa pátria, relembrando os serviços, feitos para o grande acontecimento, do nosso primeiro embaixador na poderosa República do Norte.

O agradecimento nacional assinalará com orgulho a bela coincidência dos mesmos grandes nomes, unidos nas mesmas causas excelsas. O de Rio Branco, junto do seu, e, como ele, indissociavelmente ligado à libertação do escravo, é ainda o mesmo, quase meio século depois, que vem presidir como ministro, não já a libertação de uma raça, mas esta confraternização de todos os povos livres, na América inteira republicana.

Obra elevadíssima, representada por dois nomes tão queridos dos brasileiros, consubstanciando a unidade superior da pátria na sua evolução do antigo para o novo regime.

Reuniram-se as duas Américas, dando-se as mãos, para proclamar a paz, que é a maior ânsia dos corações bem formados, e o trabalho pacífico, que é o melhor bem da vida.

---

26 Discurso proferido por João Pinheiro no Palácio da Liberdade em banquete oferecido a Joaquim Nabuco em 26 de setembro de 1906, conforme transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 186. Escritor e diplomata, Joaquim Nabuco (1849-1810) tornou-se embaixador do Brasil em Londres em 1901 e, a partir de 1905, em Washington. Em 1906, veio ao Brasil para presidir a 3ª. Conferência Panamericana, em companhia do secretário de Estado norte-americano Elihu Root, ambos defensores do panamericanismo.

Eu saúdo, excelentíssimo senhor, ao brasileiro ilustre e aos seus serviços relevantíssimos e memoráveis à pátria.

Em sua honra ergo a minha taça.

15. Uma ilustre comitiva em visita à Feira de Caeté (4 de outubro de 1906)

FEIRA DE CAETÉ[27]

No dia 28 partiram de Belo Horizonte, às 7:30 horas da noite, com direção a Caeté, os Srs. Drs. João Pinheiro da Silva, Francisco Antônio de Sales, João Bráulio, Francisco Bicalho, Augusto de Lima, Álvaro da Silveira, Heitor de Souza, major Vieira Christo, Lindolfo Azevedo, Alfredo de Albuquerque e Lindolfo Xavier.[28]

Chegados a Sabará às 10 horas da noite, pernoitou a comitiva nessa cidade, partindo para Caeté no dia 29 às 5 horas da manhã.

Manhã aprazível, de fresca brisa que soprava nas serras, era realmente uma dessas horas imaginosas em que se pode viajar à vontade nas estradas do sertão.

Montados em bons cavalos, outros em escolhidas bestas, galgou-se facilmente os outeiros que cercam a trajetória e em alegre ruído transpôs a rigorosa cavalgata a sinuosa estrada do Caeté.

Em carro de praça puxado por valente parelha, trazido de Belo Horizonte para esse fim, seguiram os Srs. Drs. João Bráulio e Francisco Bicalho.

O Dr. João Pinheiro, o Dr. Sales e todos os demais da comitiva seguiram a cavalo.

Às 10 horas chegava a comitiva a Caeté, acrescida de cerca de mais cem cavalheiros. De caminho iam-se agrupando turmas e turmas de cavalheiros que iam ao encontro do Dr. Pinheiro.

Foi uma chegada festiva.

---

27 Feira de Caeté. *O Farol*, Juiz de Fora, 4 de outubro de 1906, p.2.

28 Além de Francisco Sales, João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior e o engenheiro Francisco de Paula Bicalho, autoridades que já apareceram anteriormente, destaca-se: Augusto de Lima (1859-1934), mineiro de Nova Lima, presidente de Minas Gerais em 1891 e deputado federal, um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito, onde lecionou entre 1892 e 1925; Álvaro da Silveira (1867-1945), que nasceu em Passos e foi engenheiro, geólogo, geógrafo, botânico, professor e acadêmico e Heitor de Souza (1872-1929), que nasceu em Sergipe e foi deputado estadual em Minas Gerais de 1903 a 1910. Lindolfo Azevedo era redator do jornal *O País*, do Rio de Janeiro, e o major Antônio Vieira Christo era nome conhecido da intelectualidade mineira.

A população de Caeté rejubilava ao receber em seu seio o patrício ilustre que ainda há poucos dias acompanhara, partindo para o supremo posto do Estado.

Desde uma légua de Caeté encontravam-se arcos pela estrada, e foguetes subiam aos ares.

À entrada da cidade, numerosa procissão foi em massa encontrar o Dr. Pinheiro.

Neste ponto, toda a comitiva apeou-se e seguiu a pé por entre a multidão, processionalmente.

Em nome da Câmara Municipal tomou a palavra o Dr. Archanjo Guimarães, que, emocionado, saudou ao Dr. Pinheiro, enchendo-o de comoção.

Vieram então, ao encontro do ilustre homem, todos os alunos das escolas primárias da cidade e, em nome da infância, ofereceram-lhe dois lindos buquês de flores naturais com inscrições alegóricas.

Falaram aí três crianças saudando o ilustre mineiro, que comovidíssimo as abraçou.

A banda de música local tocava animadas peças, foguetes subiam aos ares e vivas estrepitosos saíam de todas as bocas.

O Dr. Pinheiro pediu ao Dr. Augusto de Lima para responder em seu nome aos oradores que o saudaram; então, fez-se ouvir o conhecido poeta em frases eloquentes que foram recebidas sob aplausos gerais.

Seguiu-se o préstito em marcha por sob os arcos que enchiam as ruas e por entre vivas aclamações até o largo da igreja matriz.

Aí estavam à exposição, enfeitados de fitas e ajaezados, os melhores cavalos que tinham vindo concorres ao certame, e igualmente diversas vacas de excelentes qualidades, bois, porcos, etc., que foram examinados e apreciados por todos os visitantes, notando-se que tem tido a indústria da criação nesse município.

Nessa praça, que se achava apinhada de povo e alegremente enfeitada, foram tiradas várias vistas pelos fotógrafos, Srs. Raimundo Pinto, Jarbas Guimarães e Francisco Rocha.

Depois o préstito seguiu em direção à residência do Dr. Pinheiro, seguindo na frente o digno chefe do Estado, e toda a sua comitiva, sob aclamações constantes. Por todo o novo trajeto da extensa rua do Mato Dentro o préstito passava debaixo de arcos e folhagens, em que tremulavam mil bandeirolas e fitas.

Ao chegar à residência de Dr. Pinheiro, veio ao encontro de S. Exa. um numeroso grupo dos operários da Cerâmica, dentre os quais se destacou o operário de nome José Augusto Ferreira que em nome de todos os seus colegas saudou ao seu patrão e amigo, ao chefe querido que os tratava com amor e carinho paternais.

A todos o Dr. Pinheiro abraçou comovido.

Entrando a comitiva no portão do grande terreno, achavam-se colocados no topo da escada todos os membros da família do Dr. Pinheiro, a quem abraçou comovido.

Foram ali tiradas diversas vistas pelo Sr. Raimundo Pinto.

O Dr. Pinheiro pediu então ao Dr. Heitor de Souza para agradecer ao povo de Caeté por aquela manifestação estrondosa que lhe acabava de fazer. Tomando a palavra o eminente orador, ergueu uma saudação entusiasta ao povo que ali se achava em massa, e em frases repassadas de eloquência, interpretou perante a multidão os sentimentos de gratidão do Dr. João Pinheiro, sendo suas palavras coroadas de entusiásticos aplausos. Dispersou-se então a multidão para se ajuntar mais tarde no largo da Igreja Matriz, para assistir à exposição de produtos.

Ali se encontravam produtos da lavoura da pecuária, da indústria pastoril e das diversas outras indústrias agrícolas.

Conhecido monsenhor Pinheiro expôs todos os seus produtos de fibras de bananeira que mereceram francos elogios. Os visitantes percorreram todas as seções de exposição de produtos da pequena lavoura, admirando os progressos que esse ramo de trabalho tem obtido. Em seguida procedeu-se à pesagem dos porcos, sendo esse ato rodeado da assistência de milhares de pessoas que enchiam o largo da matriz, enquanto que uma banda de música colocada na varanda fronteira da cadeia enchia os ares com a ressonante harmonia das suas peças.

Fitas, bandeirolas e folhagens tremulavam na praça.

Então viu-se ao centro da larga praça o curral armado para o fim da passagem dos porcos. Era uma tapada de paus roliços e deitados, tendo ao centro a grande balança.

Dentro do curral destacavam-se os bonitos, espapaçados e nédios, passeando perante a multidão as duas figuras recalcadas de toucinho.

Deu-se o sinal, e quatro homens fortes agarraram o mostro e tombaram-no ao chão.

Amarrado pelos pés, foi o pesado animal posto na balança, acusando 284 quilos.

Seguiram-se outros, sendo sucessivamente pesados os que restavam até que se deu por finda a cerimônia.

Os demais pesavam 252, 219, 216 e 193 quilos cada um.

Estava finda esta parte do programa.

Foram tiradas então pelo fotógrafo Raimundo Pinto as fotografias dos cevados, as quais vão figurar no "Álbum de Minas" e em diversas revistas do Rio.

O Dr. Pinheiro ofereceu o cevado que tirou o 1º prêmio à redação d'O *País*, na pessoa do seu redator Sr. Lindolfo Azevedo, o qual, na impossibilidade de carregar tamanho peso, deliberou vendê-lo e oferecer a respectiva importância aos pobres do país.

Nesse dia estava terminada a festa de Caeté.

Todos se recolheram ao desejado descanso, e a comitiva presidencial, que toda se achava hospedada em casa do Dr. João Pinheiro, se recolheu ao jantar alegre que correu entre brindes e espoucar de champagne.

Tinha sido um dia completamente cheio.

Era preciso o descanso para reconfortar o corpo e descansar o espírito.

Cada um se apegou à sua cama, e dentro em poucos todos jaziam espreguiçados em gostoso e suculento sono que só se despertou pela manhã do dia seguinte.

Era domingo, e dia de feira.

Era o dia verdadeiramente de festa no Caeté.

Festa de paz, festa do trabalho.

Contá-la-emos amanhã.[29]

(*Do correspondente*)

---

29 O artigo que descreve com detalhe as competições, os prêmios e animais vencedores foi realmente publicado no dia seguinte. Feira de Caeté, *O Farol*, Juiz de Fora, 5 de outubro de 1906, p. 1.

16. Descrição da Cerâmica Nacional por ocasião da visita à Feira de Caeté (10 de outubro de 1906)

FEIRA DE CAETÉ[30]

"Para quem olha a certa distância, a Cerâmica apresenta o aspecto de uma pequena *vila*, coberta de casas, barracões, terreiros, chaminés, muros, chalés etc.

A instalação começada a princípio em pequena proporção, foi-se alargando com o desenvolvimento da indústria, e hoje ocupa uma vasta extensão que em si representa um poderoso emprego de capital.

Examinamos a máquina de fabricar manilhas. É um cilindro de ferro, com um reservatório em cima, dentro deste uma mão de ferro que tritura o barro e o comprime para entrar no cilindro. Este dá a forma ao barro, embaixo uma serrilha horizontal corta o tubo que sai e um empregado recebe a manilha pronta embaixo, levando-a para o torneador que apara as excrecências e desigualdades, pondo-a depois a secar para ir ao fogo.

Pelo que pudemos avaliar, o tempo que se gasta em fazer uma manilha é de um minuto.

Examinamos os altos fornos de que é dotada a cerâmica e realmente nos convencemos de que está tudo ali solidamente instalado. Os fornos atingem a um calor superior a 1.000 graus, sem deixar coar o calor fora.

A lenha é posta por descarga automática, deixando cair somente a quantidade necessária ao consumo.

Quando examinamos, todos os fornos estavam atestados de manilhas e sob a pressão de um calor de cerca de 800 graus.

Há galerias de ar, tubos condutores de calor para secamento da lenha, tudo feito por experiência do Dr. Pinheiro e em condições de facilitar o trabalho e produzir melhor.

Além das instalações antigas, notamos mais as seguintes obras que o Dr. Pinheiro está adotando: um lavador de barro automático, que recebe o barro do morro próximo e o lava; um secador automático, com capacidade para secar o barro lavado em proporção para todo o consumo da fábrica; um secador de grande capacidade, em construção, para secar a lenha verde; uma chaminé de 40 metros de altura para os altos fornos de porcelana que vão ser montados.

---

30 Feira de Caeté. *O Farol*, Juiz de Fora, 10 de outubro de 1906, p. 1 e 2.

O Dr. Pinheiro pretende iniciar brevemente o fabrico da porcelana e da louça branca barata, esperando para isso operários competentes da Alemanha. Sua Exa. tenciona mandar para a Alemanha e Estados Unidos o seu digno filho Paulo Pinheiro, com o fim de estudar a indústria da cerâmica.

O capital da Cerâmica Nacional já monta a 730 contos de réis, devendo notar-se que foi iniciado com 4:500$000."

17. O governo e ação política de João Pinheiro (10 de outubro de 1906)

DE BELO HORIZONTE[31]

O Sr. Dr. João Pinheiro vai demonstrando que boa vontade é o que não tem tido aqueles que nos têm governado.

A ausência de poderosas correntes de opinião, de convicções políticas definidas, amoldara--nos às propriedades dos fluídos.

Vagos, a vontade mais ou menos ativa, a índole e os processos, mais ou menos *paternais*, do onipotente Executivo.

Por força desta evidência, de tal sorte nos alongamos das fórmulas republicanas, constitucionais mesmo, que transitamos, insensivelmente, da crise aguda à normalidade de apatia e indiferença, que nos aproxima, em tantos pontos, de melancólico fatalismo oriental.

Em meio desta universal e desconsolada descrença, nos homens e, mais ainda, nos programas, em que abriram escandalosa falência a probidade política, a competência administrativa e a "soberania popular", nada seria mais extraordinário e edificante, talvez, que um exemplo probante de que mesmo dentro das leis e praxes republicanas é possível achar remédio aos desastres, que nos acabrunham, e às desgraças, maiores, que nos ameaçam.

Estará esse exemplo em massa dos acontecimentos suscetíveis de realidade objetiva?

Sem dúvida.

Fato eminentemente complexo e resultante de laborioso evoluir, de aptidões adquiridas e crescentemente acumuladas e transmitidas, vaticiná-lo, predizendo-lhe a época de aparecimento e circunstâncias concomitantes, é que é dificílimo, senão impossível.

---

31 De Belo Horizonte. *O Farol*. Juiz de Fora, 10 de outubro de 1906, p. 1.

A princípio obscuro, perdido em o vasto material dos fatos de toda a ordem, donde a seleção tira os elementos que cristaliza, para as irisações do progresso, esse trabalho se revelará, um dia, por pródomos inconfundíveis, num movimento vitorioso e indestrutível.

E ninguém melhor que o Dr. João Pinheiro poderia assinalar o ponto de partida a esse movimento, de um tão deslumbrante destino, tão útil e glorioso à pátria, como a abolição e a Proclamação da República.

Saído dos esquecimentos do ostracismo e das hostilidades, em expectativa, dos espectros de dois partidos, ainda plasmas informes em meio a volante nebulosa das possibilidades genésicas, vem mostrando que não empregará seu tempo somente em a criação dos tipos modelos de sua cerâmica, em a contemplação radiosa e rústica beleza das serranias de Caeté. Naquele recanto de paz e trabalho, de silêncio e dura experiência observadora, seus hábitos de reflexão. Com os ensinamentos da luta, com o cabedal de soluções práticas, angustiosamente buscadas aos ásperos problemas da vida, entesourara poderosos conhecimentos das sociedades e dos governos, dos homens e das coisas. Palpara a vanidade de certas fórmulas e idealizações, e postiçagem de uns tantos atavios. Aprendera a ver claro em a misteriosa e sutil plástica dos caracteres...

Seu programa é a expressão velada desse estado d'alma, consciente, seguro e singelamente transparente. Seus primeiros atos, na administração do Estado, revelam a mão firme, adestrada à vontade esclarecida e varonil "que do reino a rédea leve modera".

.....

Daí, os passos resolutos do nascente governo começarem a acordar emoções e sentimentos, a que de todo se desacostumara o povo. Dir-se-ia que n'alma, vazia de alento e fé, sentem as massas a tumidez de uma exuberante floração de esperanças.

Por contra, abala, talvez, os nervos e os projetos aos políticos de profissão um estremeção de pasmo e de terror.

Justificam-se, quiçá, suas apreensões.

Ouvir, antes de tudo, os que têm alguma coisa útil a propor; preferir, nos conselhos da governança, os que trabalham e produzem; sentar a competência, a singeleza, o bom senso e a prática no pedestal que o oficialismo erguera à pedantocracia doutoral, à foufice retórica e parasitismo esterilizador; descer até à plebe, consultar o operário, inquirir das queixas, sondar os elogios, esmiuçar os méritos e pregar maus quartos de hora às pretensiosidades políticas: é, realmente, abrir, em nossos hábitos republicanos, uma inovação que assombra.

Prerrogativas de governo à lisura, foros de nobreza ao poviléu, modelos de conduta à linha reta, são, na verdade, o alvorejar dum "espírito novo", pressago de reformas, quase revolucionárias.

Não seria, pois, de estranhar se calafrios de horror viessem flagelar os corações e as esperanças implumes, como rijas nortadas a cerúlea placidez dos lagos, em que se miram e balouçam os ninhos e os nenúfares.

Sintomaticamente mesmo, alguma coisa paira no ar, que não agrafa adjetivação encomiástica, sofregamente prodigalizada aos "governos novos".

Haverá dissentimentos?

Difficilem rem postutasti...

Não serão precisos, talvez, esquisitos privilégios de sensibilidade para se perceber, através das estrofes grandíloquas dos hinos triunfais, a surdina, o medo, das antístrofes...

Demais, para o caso emergente, pouco importa a resposta. Elogios não valem convicções, nem vitupérios argumentos. Louvar ou deprimir, como processo crítico de apreciação, não ilude a ninguém quanto à sinceridade, saber e mais virtudes correlatas do autor. Sobre desnudar lamentável miopia intelectual, constitui meio vicioso de raciocínio, método capcioso de demonstração, geralmente negativo. E nem um homem público, de medíocre descortino, será tão ingênuo que acredite, homologue a histórica, como verdades inconcussas, as apoteoses ou condenações interesseiras do que o louvam ou invectivam, a feição das graças esperadas, recebidas ou denegadas.

Naturalmente, o historiador pasmará diante da imensa cópia de tinta e papel que gastamos em desacreditar os mais belos e gloriosos conceitos.

Sem embargo, entretanto, do tom, imponente de seriedade e doutrinamento, com que nos fala a imprensa, a crítica não se equivocará. E os fogos de artifício não figurarão de rutilações de sóis.

Os que aspiram ser fatores em o seu tempo, sem meio social e sua história sabem que só por fatos positivos podem ser julgados. E, somente por intermédio destes, procuram interferir em a marcha das questões nacionais, imprimindo em o seu mecanismo e estrutura o cunho do seu pensar e agir.

É este, parece, o sentir do Dr. João Pinheiro, o caráter diferencial e a originalidade do seu governo.

Prefere as ideias aos idílios, os atos às palavras, a satisfação de sua consciência às fantasmagorias da lisonja. Sob sua ativa e voluntariosa colaboração, o Congresso Estadual, em uma semana, fez mais e melhor que em algumas legislaturas, conjuntamente.

Os dias de sua incipiente gestão contam-se por outras tantas reformas, empreendidas e em via de execução.

Se não esplendem elas de excepcional brilho, são, em todo caso, bastante valiosas para afirmar e definir uma vontade e uma forte individualidade.

Cabe à grande imprensa, e é dever dos que se não anquilosaram nas estreitezas da censura e do elogio sistemáticos, discuti-las largamente à luz da ciência e dos interesses patrióticos, para mostrar-lhes os defeitos, mas por igual dever de justiça, louvar-lhes os méritos.

18. João Pinheiro em entrevista ao jornal *O País*, do Rio de Janeiro (17 de setembro de 1906)

O NOVO GOVERNO DE MINAS[32]

Um *interview* – Ideias e projetos do Doutor João Pinheiro – O problema agrícola e a questão da propriedade – A liberdade de testar – O protecionismo – O ensino técnico-profissional – A proteção à inteligência

A poderosa individualidade do Dr. João Pinheiro foi posta novamente em foco pela nova chamada do ilustre republicano à suprema direção de sua terra natal. Não era uma figura comum de político que subisse porventura à presidência de um Estado, pelos estádios sistematizados de uma organização partidária; era um tipo de *self made man*, feito na rija escola da provação e do trabalho, e que, afastado voluntariamente, por questão de princípios, da atividade política da República, a quem dera o melhor do seu esforço como propagandista, como organizador e como governo – mas afastado sem despeitos, sem queixumes, sem o estribilho costumeiro de que "não era essa a República dos seus sonhos", afastado para o trabalho civil, para o labor industrial – voltara agora às posições de direção e de mando trazido pela solicitação espontânea dos que julgaram necessário o concurso da sua capacidade, prestigiado pela afirmação de uma larga soma de atividades e de ideias, com que servira e honrara o seu ideal republicano, tanto, pelo menos, quanto pelo seu passado de trabalhador.

Fundador da famosa cerâmica de Caeté, agente-executivo daquela cidade, inspirador e diretor do Congresso Industrial de Belo Horizonte, senador federal por Minas, o seu esforço,

---

32 O novo governo de Minas. *O País*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1906, p. 1-2.

a sua vontade, foram, nestes tempos, seguramente norteados por um conjunto de ideias em matéria econômica que ele, homem culto, faz timbre não terem sido bebidas na teoria dos livros, mas na prática de um experimentado tirocínio de trabalhador. Essas ideias, conhecidas em largos traços pela diretriz que o ilustre republicano imprimiu ao Congresso Industrial e pelas afirmações de seus últimos manifestos, vieram com ele para a suprema direção do Estado; e era interessante saber como o robusto e convencido doutrinário encararia os seus mais importantes problemas de governo, agora que a investidura presidencial lhe conferia, com as responsabilidades do mando, a capacidade da execução. Não se tratava de uma figura vulgar, repetimos, e as suas ideias, os seus projetos, os seus modos de ver, tinham para todos um grande valor.

O representante d'*O País* nas festas da posse presidencial em Belo Horizonte procurou, para isso, o novo presidente do Estado.

O Dr. João Pinheiro recebeu-o em uma pequena sala, mobiliada com simplicidade, próxima ao seu gabinete de trabalho.

Para quem observa de primeira vez, o perfil do Dr. João Pinheiro não dá a impressão exata do homem; como Augusto de Lima, admirável lapidário do verso, o Dr. João Pinheiro não trai, pela figura, seu justo valor. Alto, um nada inclinado pela atitude habitual de reflexão que guarda se a atenção lhe é solicitada para outro ponto, com uma pequena barba fina a sombrear-lhe o rosto pálido, e um leve sotaque provinciano na fala, o atual presidente de Minas não se destaca, à primeira vista, do tipo comum de um lavrador medianamente culto; apenas, quando palestra, um clarão de vivacidade fuzila-lhe nos pequenos olhos observadores e os lábios se lhe encrespam de leve em um sorriso arguto, quase malicioso.

Se a palestra toca, porém, um fato capital, um problema social ou político, uma das ideias pelas quais se apaixona, a voz ganha um timbre novo, a palavra se afirma decisivamente e a exposição, o argumento, a polêmica, lhe flui espontânea e vigorosa dos lábios, com o vigor e a fluência de um convencido, que sabe o que quer e o que afirma.

O Dr. João Pinheiro, já prevenido do móvel da visita, interpelou o nosso representante afavelmente, logo ao entrar, designando-lhe uma cadeira:

— Vocês, jornalistas, são terríveis... Mas, afinal, que quer você?

— Pouca coisa — respondemos, sorrindo — saber o que pensa ou o que pretende V. Exa. em matéria de governo. Hoje a responsabilidade do propagandista aumentou com a investidura do poder...

O Dr. João Pinheiro inclinou ligeiramente a cabeça, em um movimento caracteristicamente seu, de quem se habituou à reflexão em todas as coisas, deu alguns passos no pequeno aposento e, voltando-se depois para o representante d'*O País*, de pé, com as mãos nos bolsos das calças, na sua posição favorita de palestra, começou:

— O meu pensamento capital, você o sabe, é a organização econômica. Dizendo isto, devo acrescentar que o fato principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta dúvida, e eu sou partidário decidido da proteção do Estado à indústria, enquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as indústrias estrangeiras, melhor aparelhadas; mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, o que se impõe, naturalmente, sobretudo, é a reorganização daquele que representa a parte maior dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso país, a agricultura; a indústria manufatureira beneficia um certo número de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa, não só fornecendo o trabalho mais espontâneo e mais fácil ao número maior, como fornecendo ao país em geral os efeitos precisos às suas necessidades mais imediatas.

Vejamos o caso particular de Minas e tomemos para exemplo a metalurgia do ferro, cujo problema acaba de ser resolvido industrialmente nos Estados Unidos. Fazendo o cálculo do que esta indústria, uma vez estabelecida em Minas, podia trazer um trabalho e movimento econômico à sua população, dado o cálculo otimista de que ela ocupasse quatro mil operários, vemos que haveria em Minas um número limitado de pessoas beneficiadas por ela, em uma população de mais de quatro milhões.

Feita a soma das indústrias que poderiam prosperar aqui, vê-se ainda que elas não corresponderiam a um quarto da população do Estado. A questão da agricultura é ainda o fato capital.

Isto não quer dizer que eu penso que a indústria manufatureira não deva ser protegida; ao contrário, sou um protecionista convencido.

Simplesmente penso que, dando-se ao trabalho nacional um apoio decidido, tratando-se da reorganização econômica do país, a proteção maior, o cuidado que mais exige a nossa atenção deve ser para a agricultura. Em indústria sou um protecionista, mas sob condição...

— V. Exa. pensa, como muita gente, que a proteção deve ser dada às indústrias naturais.

— Não. Isto é um erro que corre e que se firma, que muitos espalham por interesse e a

maior parte aceita por irreflexão. Não há indústrias artificiais. O que faz a indústria não é a matéria-prima, é a mão de obra, é o trabalho do operário.

Figure você uma mola de aço, uma mola de relógio que custa 4$: o que ali existe, como valor intrínseco, de matéria-prima, é nada; o que valoriza o artefato é o trabalho industrial, é o esforço para chegar àquele resultado.

Não pesa, absolutamente, isto que alegam para essa falsa classificação de indústrias artificiais, de que a matéria-prima é importada; os países manufatureiros por excelência não produzem, na maioria dos casos, a matéria-prima; a Inglaterra não produz o algodão que manufatura, os Estados Unidos não produzem a borracha.

O que se vê, ao contrário, é que a soma da matéria para manufaturada ocupa um terço da importação dos Estados Unidos; e seria ridículo dizer que as suas indústrias são artificiais.

Nesta questão de indústrias manufatureiras em um país industrialmente novo o que se dá é um fato curioso, é a marcha natural do simples para o composto, é uma adaptação gradativa dos diferentes graus de aperfeiçoamento, dos processos mais complicados, que não poderiam ser praticados em conjunto, de momento, pelas condições mesmas em que a indústria se inicia.

Aí está, por exemplo, o caso da indústria de fósforos. O industrial começou importando a caixinha, o palito e a massa, ficando ao operário apenas o trabalho de pôr a cabeça no palito e o palito na caixa. É o processo mais simples, aquele permitido por uma situação em que o operário não estava ainda suficientemente educado para prática de máquinas mais trabalhosas e processos mais complicados. E o industrial não poderia arriscar-se a tentativas mais custosas, tomado ainda pelo trabalho e pela preocupação do esforço comercial. Porque o fato é que depois do trabalho de produzir, o industrial tem o trabalho mais difícil de vender e ainda trabalho igualmente comercial de cobrar.

Firmada a face comercial da sua indústria, estabelecido o produto, adaptado o operário, o industrial lembra-se então de que pode introduzir um novo melhoramento, aperfeiçoar a sua manufatura, libertar-se de uma contingência a mais da importação; e, deixando de importar a caixinha e o palito, passa a importar simplesmente a madeira, manufaturando a sua fábrica o objeto importado. Depois vem a ideia de que pode ser aproveitado nisso o pinho nacional e lhe passa a abandonar o outro. E assim sucessivamente até a completa nacionalização da indústria.

É o que está acontecendo. O Estado, por sua vez, à medida que a indústria se vai desenvolvendo, que se acha em condições de se poder libertar de um elemento estranho, intervém proibindo pela tarifa que o elemento já dispensável permaneça, persista na indústria firmada, forçando pela proteção aduaneira o industrial a aumentar a soma do trabalho do operário, a acentuar a independência industrial do país.

A seleção vai se fazendo gradativamente, como gradativamente se vai fazendo a adaptação à indústria dos fósforos mais compostos, partindo dos mais simples. É a marcha de todo organismo que se desenvolve. É uma lei de adaptação orgânica, e de adaptação social.

Mas há uma objeção que se apresenta de comum – dissemos – a essa teoria, é a de que a proteção nessas condições não representa, na maioria dos casos, a proteção a uma indústria, mas a um industrial. É um indivíduo, ou poucos indivíduos a quem vão favorecer os auxílios a uma indústria que só viveu por isso e que pesa, por essa proteção, sobre o consumidor.

— É ainda um erro — redarguiu o ilustre interlocutor. Toda indústria nova começa naturalmente pelo esforço e pela iniciativa de um ou de poucos; uma indústria em que se estabelece simultaneamente um grande número de industriais seria uma indústria feita, está claro. E a que carece mais da proteção é justamente a que mais tem de enfrentar dificuldades, desde o aparelhamento técnico e a concorrência das indústrias estranhas, já robustas, até a própria resistência do meio.

A questão é que a indústria fique; o exemplo do êxito incita outros e ela se nacionaliza.

Aí tem você o fato da cerveja, da manteiga, de tantas outras, dos mesmos fósforos.

Depois, proteger uma indústria não é proteger um indivíduo, é proteger tudo, desde o operário, o empregado de administração, o caixeiro-viajante, todos os que tiram diretamente dela o provento que mais dificilmente teriam se ela não existisse, como todas as atividades que se ligam indiretamente a ela, até o próprio comércio, a quem o homem empregado leva uma quantidade maior de movimento e de lucro.

O Estado tem, por sua vez, o benefício do seu desenvolvimento econômico.

— Mas o que ainda se alega é que o benefício geral, principalmente do operário, não está na mesma razão dos benefícios pessoais colhidos da proteção por um ou poucos industriais.

— Meu caro — disse, sorrindo, o Dr. João Pinheiro — todo esforço tende para obter um esforço maior, é a condição do trabalho; e deve-se lembrar de que não há operário bem pago, nem indústria resistente com patrões quebrados...

O Dr. João Pinheiro deu alguns passos na saleta, parou de novo e continuou:

— A condição que eu ponho ao meu protecionismo não é essa: a restrição é que o protecionismo, para mim, não deve ser um fato permanente. Eu sou protecionista *ad tempora*. Penso que a indústria deve ser protegida decididamente, mas como um fato transitório, enquanto não está aparelhada para lutar com a concorrência dos mais fortes. Há no meu protecionismo uma contradição aparente com os meus princípios sobre liberdade.

Eu sou partidário da absoluta liberdade em suas diversas formas, inclusive a liberdade econômica; afirmo a liberdade de trabalho como uma necessidade de aperfeiçoamento e um propulsor de progresso; mas no nosso caso atual, a ausência da proteção não seria a liberdade, seria um delito; é como se dessem a uma crença a liberdade de ir lutar com um atleta. A liberdade industrial só se pode praticar em relatividade de condições; aqui a proteção é uma necessidade de defesa, ainda que temporária.

Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para lutar, sim; até aí a proteção não é ao industrial, é a nossa independência econômica, é o nosso trabalho.

— E a questão agrícola? — volvemos nós de novo.

— A questão agrícola é, como disse eu, o meu pensamento principal. A indústria manufatureira deve ser protegida, mas os cuidados maiores do meu governo voltam-se naturalmente para a indústria agrícola, porque é ela a nossa grande fonte de produção, o trabalho que abrange naturalmente uma maior área de nossa atividade, pela extensão do solo, pela facilidade do exercício, pela maior soma de benefícios.

O problema agrícola abrange, para mim, duas questões essenciais: a fixação do trabalhador ao solo, começando pelo trabalhador nacional, e a educação profissional do agricultor. No primeiro caso, uma das soluções é facilitar a divisão do solo possuído em comum, visto que a agricultura nos terrenos pro indiviso é perfeitamente nômade e traz consigo todas as más consequências desta situação.

Aqui tem você um fato muito comum: uma só família trabalha numa fazenda indivisa, até que o chefe morre um dia; os filhos, os herdeiros, passam a trabalhar todos na mesma fazenda, cada um por si, mas sem uma divisão regular das terras. A primeira consequência é a devastação da terra; não tendo fixidez legal, eles a saltar de trato em trato da terra, ora lavrando aqui, ora acolá, em busca do melhor talho, do que lhes dê mais pronta produção com menos trabalho; e como não têm educação agrícola necessária, como não conhecem os meios de tornar a terra proveitosa e preferem o processo rotineiro e mais simples, o que eles fazem é devastá-la pela derrubada e pela queimada, esterilizando os melhores talhos de terra, que abandonam sucessivamente, à medida que se vão tornando menos produtivos.

Mas há ainda outra consequência dessa situação: é que, muitas vezes, na procura do melhor talho de terra, encontram-se dois herdeiros; como ambos pretendem a mesma terra e têm o mesmo direito, vêm as questões, as lutas, os ódios perigosos, em grande parte das vezes. A divisão não se faz porque a Justiça é caríssima, o povo tem medo da Justiça que não fique nos complicados processos, com advogado e foro, o pouco que lhe resta e foge das soluções judiciais. Posso dizer que a Justiça, da maneira porque é hoje distribuída, embaraça a garantia da propriedade agrícola.

Como resolver este caso? Tornando a Justiça barata. Tornar barata a Justiça é tornar efetiva a fixação do trabalhador ao solo e é resolver o problema econômico pela agricultura e é essa uma das preocupações do meu governo, objeto mesmo de um projeto que já se discute no Congresso.

— De modo que é V. Exa. convencidamente pela divisão da grande propriedade.

— Em termos: penso que a divisão tende a fazer-se naturalmente em mais ou menos próximo futuro pelas condições mesmas da lavoura, após a extinção do trabalhador escravo. É o caso dos Estados Unidos. Há mais a divisão das grandes propriedades pela partilha hereditária. Casos há, entretanto, em que se faz necessário garantir a grande propriedade. É o fato de uma grande fazenda, provida de um certo núcleo de aparelhos destinados a beneficiar a produção de uma certa área. Morto o dono, a divisão traz a ruína, porque, não se podendo dividir aparelhos que funcionam harmonicamente, não se podendo dividir a água que move esses aparelhos, não tendo meio um dos herdeiros de comprar a parte dos outros, não se aproximando eles de um acordo para a exploração da fazenda, fica um com aparelhos inúteis para a capacidade do retalho de terra que lhe coube, e os outros com terras sem as máquinas precisas para o beneficiamento. É a história da maior parte das fazendas abandonadas em ruína, que você tem visto aí pelas estradas.

— E como fazer?

— A solução é a liberdade de testar. O pai fica com o direito de escolher dos filhos o mais capaz e de entregar a ele o futuro da propriedade.

— Mas isso seria tido como uma ressurreição do morgadio.

— Não; porque o morgadio é o privilégio do mais velho, do mais estúpido, às vezes, e aqui é a seleção do mais apto. Demais, o pai tem sempre o sentimento da prole e escolhe o de mais provadas qualidades morais, a quem possa confiar o conforto dos outros.

Calamo-nos. O Dr. João Pinheiro cruzou alguns minutos a sala, na sua atitude habitual de reflexão, em que o enrugar insensível da fronte é disfarçado por um sorrisinho particular. Sentou-se depois próximo ao redator d'*O País* e prosseguiu:

— A segunda questão da reorganização agrícola é a educação profissional do agricultor, e é disso que temos de cuidar desde logo como uma das mais imediatas necessidades. O grande estorvo da agricultura é a ignorância do agricultor. Estamos hoje tão atrasados como há oitenta anos, sobretudo em matéria de máquinas. O agricultor, em geral, não conhece as máquinas modernas que melhores serviços lhe podem prestar; quando as conhece, pela leitura ou por oitiva, não sabe onde elas se encontram, qual o seu preço de compra, qual o custo de instalação; e quando acontece que algum mais empreendedor consegue obter essas informações e compra uma máquina dessas, resta para ele a maior dificuldade, a de não saber como elas se assentam. De modo que basta um erro de assentamento, a questão de diâmetro de uma polia, a empena de um eixo, o desnivelamento de uma sapata, para que a máquina não funcione como devia, para que não dê o rendimento com que o agricultor contava, e ele abandone, por imprestável, uma excelente máquina que fica desmoralizada assim por uma instalação má.

A consequência é a volta aos processos antigos que o lavrador fica a considerar superiores a todas as inovações.

A solução para isso — continuou — é a educação técnico-agrícola, começando na escola primária, para o preparo dos operários rurais de amanhã, indo até o ensinamento ao próprio lavrador pela constituição das pequenas fazendas-modelo. Para isso instituirei um ensino técnico-primário, ministrado nas escolas públicas, de modo concreto, sem teorias, paralelamente ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética.

O menino da roça, no tempo que aprende a ler, a escrever e a contar, aprende praticamente todas as coisas que se fazem mister para que ele seja amanhã um inteligente operário rural: verá o que é uma máquina agrícola, o que se obtém com ela; ensinar-lhe-ão, não por teoria, mas com modelos de madeira que se armam e desarmam, como se pratica na Argentina e nos Estados Unidos, a maneira pela qual se constrói uma casa, como se arma uma tesoura, como se apruma um pé direito. E esse rapazinho, que sai da escola com uma soma de conhecimentos práticos que o armam para a luta da vida, no dia seguinte, aprende insensivelmente no ensino concreto que lhe servirá pouco depois se tiver, como sucede na roça, de construir a própria casa, uma série de noções de geometria que não lhe serviriam de nada se lhe fossem dadas de modo abstrato, por um ensino teórico. Depois desse, vem o ensino técnico-secundário. Este será dado nas pequenas fazendas-modelo, do que falei ainda há pouco, fazendas providas de todos os aparelhos aperfeiçoados, dirigidas por técnicos experientes, onde se praticarão os novos processos de cultura e onde completam a sua aprendizagem profissional rapazinhos de 15 a 17 anos tirados, de preferência, dentre os que demonstrarem maior aptidão e aproveitamento nas escolas técnico-primárias. Semeadas essas fazendas-modelo em diferentes zonas do estado, o agricultor dos arredores ali irá, por interesse ou por curiosidade. E não só terá pela prática, pelo exemplo vivo, o conhecimento do que se pode conseguir com os processos adiantados e da maneira pela qual se exercitam, como verá a máquina que não conhece. Saberá onde se encontra o seu preço, o seu custo de instalação, e terá mais, recomendado pela própria fazenda, o operário hábil e módico tirado dos que a fazenda educou, que lhe irá fazer com segurança a montagem que outro se arriscaria a prejudicar.

— Não resta dúvida, concordamos, que a organização é excelente e prática.

— Meu caro — acentuou sorrindo o Dr. João Pinheiro — nosso mal tem sido o excesso de teoria. Para essas escolas secundárias — continuou — cuido de mandar vir professores americanos contratados, que servirão até que as próprias escolas possam fornecer os seus professores. Resta o ensino técnico-superior e esse penso que deve ser dado pela União, em sessões anexadas às faculdades superiores, especialmente as escolas de Engenharia.

Nestas, mesmo o ensino precisava revestir-se de uma forma mais prática, como na Alemanha. Aí está, por exemplo, o estudo de máquinas: é muito mais proveitoso e simples apresentar um modelo mecânico, que mostrará a organização e o funcionamento da máquina, como se faz lá, do que estudar no livro e desenhar na pedra o que a máquina deve ser. Não se dirá: "A máquina é assim", dir-se-á: "A máquina é isto."

O Dr. João Pinheiro acendeu demoradamente um cigarro, tirou uma fumaça e voltou à sua exposição enquanto, calado, admirávamos aquela poderosa organização de administrador insurgido contra a rotina da administração:

— Como se vê, o problema agrícola está imediatamente ligado ao programa da instrução, antes de tudo a técnico-profissional; um é consequência do outro. E justamente porque a instrução é um fato capital, entendo que se deve a proteção à inteligência. Será um dos pontos do meu governo a educação dos rapazes pobres que revelem inteligência e aptidão, principalmente os que se destacarem nas escolas técnicas. Será isso um prêmio de seleção: e assim o distinguido na escola primária será mandado para a técnica secundária, do mesmo modo que desta poderão ir, à custa do Estado, estudar nas faculdades superiores, na América e na Europa.

— Magnífico! — dissemos. — As soluções, em todo caso, que V. Exa. apresenta, contendem quer com o problema agrícola, quer com o industrial, pela sua face de produção; resta, entretanto, uma outra que é da expansão do consumo, e da colocação dos produtos.

— Nesta questão, penso, como toda a gente, que a solução é a propaganda: simplesmente a propaganda precisa de ser prática e nós até hoje só temos feito gastar papel e tinta, com uma propaganda teórica. Ainda aqui quem nos ensina o modo de fazer é a Alemanha. É o comissário-viajante que mostra a mercadoria, que a expõe, que a leva à casa do negociante, que a insinua no que a precisa ou pode comprar, mostrando-lhe o valor, acentuando-lhe as vantagens da compra, fazendo-a adaptar mesmo, por uma correspondência inteligente e ativa com o produtor, à vontade ou às necessidades do consumidor, já no acondicionamento, já na própria manufatura. O caixeiro-viajante alemão é o tipo para a propaganda. Devo dizer-lhe, antes de terminar esta palestra, que em agricultura sou pela sistematização das culturas naturais.

Não encontro vantagem nessa substituição forçada, que se intenta das antigas culturas, prestigiadas, experimentadas por uma prática de longo tempo, por outras novas, exóticas por vezes, que não se adaptam aos hábitos de lavrador, bem às necessidades do consumidor. Isso é um caso de iniciativa individual, não de propaganda oficial.

Não carecemos, meu caro, de forçar a cultura da maniçoba e do sorgo; o que precisamos é de ampliar a produção do milho, do arroz, do feijão, para nos libertarmos da importação da Argentina e da Índia, e não pagarmos por alto preço os cereais radicados em nossos costumes nacionais.

— Como se está vendo — aventuramos sorrindo — o protecionismo de V. Exa. vai até as tradições da cultura nacional...

— Sim — atalhou o ilustre administrador sorrindo também — por espírito prático... Devo repetir a você, entretanto, que a aparente contradição entre o meu liberalismo e o meu protecionismo não existe de fato. Este é todo *ad tempora*. No caso da proteção aduaneira o que se faz é proteger organismo em formação até que ele ganhe forças para lutar por si só com os mais desenvolvidos que ele; no do ensino oficial, se o pratico, é porque o particular não faz. A iniciativa oficial, ao contrário, servirá para incutir pelo exemplo o empreendimento dos outros. Fora disso, sou por todas as liberdades, desde a espiritual até a do trabalho. Sou pela ampla liberdade do ensino, pela ampla tolerância mesmo dos equiparados, apenas fiscalizados por um severo exame dos alunos que carecem do título oficial. Sou contra todos os privilégios, inclusive os de zona, nas estradas de ferro. A concorrência faz o aperfeiçoamento e a solução.

Quanto ao meu programa na questão agrícola-industrial, você o conhece já: proteção à indústria, principalmente a agrícola, educação técnico-profissional pela escola primária e pela fazenda-modelo; constituição do operário rural, educação agrícola do lavrador; proteção à grande propriedade de testar. Creio, meu caro, que já tem o suficiente para a sua curiosidade...

O Dr. João Pinheiro atirou fora a ponta do cigarro e levantou-se. Insistimos ainda:

— E o resto?...

— Você deve estar fatigado — respondeu — e eu não deixo de estar um pouco. Dir-lhe-ei o resto depois... Olhe — disse, estendendo-nos a mão — venha amanhã jantar comigo; somos bons camaradas e eu não "furarei" o seu jornal.

Despedimo-nos, aguardando a exposição no outro dia, de suas ideias sobre o problema da mineração. Saímos, e ainda na rua sentíamos a sensação, poucas vezes tão vivamente sentida, de ter apertado a mão de um homem, na acepção forte de inteligência e de vontade.

19. A segunda parte da entrevista concedida ao jornal *O País*, do Rio de Janeiro (19 de setembro de 1906)

O NOVO GOVERNO[33]

A segunda entrevista com o Dr. João Pinheiro. As colônias-modelo – O trabalho agrícola nas fazendas – O problema da mineração – A desapropriação por utilidade pública – A exploração de ferro – A questão dos transportes – O erro das estradas de ferro

Quando, no dia imediato ao do primeiro *interview*, o representante d'*O País* chegou ao palácio presidencial, o Dr. João Pinheiro recebeu-o com a afável simplicidade de costume; traço vivo da índole mineira que a passagem pelas posições de mando não conseguiu modificar.

— Estamos na hora — disse-nos — vamos jantar.

A família do ilustre administrador não se transferira ainda para o palácio; de modo que, nesse jantar íntimo, de uma simplicidade do lar democrático, a conversação correu livremente

---

33 O novo governo. *O País*, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1906, p. 1-2.

sobre breves coisas de administração e de política entre o chefe de Estado e o jornalista, tendo como assistente um auxiliar de gabinete, o terceiro conviva daquela mesa. O Dr. João Pinheiro trocou rapidamente, com seu modo incisivo de falar, as ideias, os projetos, os esboços da sua atividade do futuro, as medidas em que confiava, os programas que havia traçado já; mas foi só ao terminar o repasto, quando o Dr. Pinheiro aludiu às colônias-modelo que ideara, que iria pôr em prática muito em breve, para as quais havia determinado já o primeiro ponto de instalação, em Sete Lagoas, que nos animamos a pedir ao presidente de Minas a explanação precisa e ampla dessas ideias. Estávamos no café; o Dr. João Pinheiro acendeu um cigarro mineiro de palha e encetou a exposição desejada.

— A questão da colonização — disse — deve ocupar imediatamente a atenção do governo do Estado, ligada, como está, ao problema da organização agrícola. Tenho ideado já o tipo da colônia que pretendo estabelecer aqui. Como você verá, é o mais simples e prático.

O Dr. João Pinheiro tomou de um móvel próximo uma folha de papel e, pegando em um lápis, traçou o esquema da colônia.

— Aqui está o lote destinado a cada colônia, e que deve ter 25 hectares. No centro do lote faço construir a casa do colono e junto dela o paiol e o chiqueiro. O pasto estende-se deste lado, vindo terminar junto à casa; deste outro está o terreno de cultura, ficando ainda um trato de terra, de reserva ao colono. Este chega encontrando a casa feita, o chiqueiro construído, o pasto determinado, e junto à casa os instrumentos precisos para o seu trabalho agrícola...

— Não seria melhor — interrompemos — deixar ao colono a liberdade de fazer a casa ao seu jeito e onde lhe conviesse, conforme se tem feito?

— Não. Além do fato essencial de que o imigrante chega sem dinheiro, o colono perderia nesse trabalho uma grande parte do tempo, não conhecendo nada da terra, tendo de procurar quem lhe construísse a casa, não sabendo o preço do material e da mão de obra, expondo-se a ser explorado pelos outros. Como faço, não. Eu liberto o colono do ônus de uma despesa difícil, do ônus de procurar o trabalhador e contratar a obra, do ônus de procurar a melhor situação da casa e das dependências da lavoura, do ônus de um logro possível; liberto-o da perda do tempo, do dispêndio do dinheiro, do cuidado da colocação, do perigo da exploração.

Ele chega só tendo o ônus de começar a trabalhar, porque a distribuição do lote obedeceu a um cuidado rigoroso e a situação da casa foi estudada convenientemente. As terras de cultura, de pasto e o capoeirão de reserva foram determinados por um conhecimento exato

das suas condições, tendo sido a terra de cultura analisada quimicamente e estabelecida qual a compensação a dar-lhe por meio dos adubos cientificamente determinados.

Além disso, a administração da colônia encarrega-se de instruir, ao colono que chega, quais as culturas do país, os processos dotados no meio, os produtos de maior venda e quais os seus resultados. Aas culturas favoráveis à terra do seu lote e o meio de compensar as perdas ou falhas dessa terra.

Por outro lado, a disposição do chiqueiro e do pasto obedece também a uma razão prática, poupando ao colono o trabalho de afastar-se da sua casa para vigiar um ou outro.

Ele não precisa sair para campear os seus animais, porque o bebedouro do pasto é colocado perto da casa, e o colono, da janela, vê os animais quando eles vêm beber ao meio-dia e à tarde.

— A questão da água dentro do lote — continuou o Dr. João Pinheiro — é uma questão essencial. Eu procurarei resolvê-la por meio de poços artesianos, para os quais já estão em Miguel Burnier os tubos e a máquina de perfuração.

Vou em breve a Sete Lagoas verificar se aí, nos terrenos destinados à colônia, encontram-se poços jorrantes; mas como não se encontram sempre os poços jorrantes, nos lugares onde não puder ser obtida a água por esse meio, eu a obtenho por meio do moinho de vento, como se emprega para a drenagem do subsolo.

A água obtida é posta perto de casa, onde, como disse, é também construído o bebedouro; do bebedouro ela é canalizada para o chiqueiro, passa por dentro dele e sai do outro lado, indo distribuída em regos, fazer a irrigação da lavoura. Eis aí, determinados e resolvidos pelo Estado, os diversos problemas da instalação do colono. Conhece alguma coisa mais simples?

— Até aqui não conhecemos melhor — dissemos.

— Uma vez instalado o colono ele torna-se, em cinco anos, proprietário do lote, pagando ao Estado *in natura* com uma parte da sua produção, que a administração recebe e vende.

É, como vê, um verdadeiro regime de parceria, que facilita ao lavrador a questão do dinheiro em espécie, mas uma parceria especial com amortização do pagamento para propriedade do lote.

A administração, por sua vez, encarrega-se, se o colono o quiser, de vender o restante da sua produção, libertando assim o que ainda mal conhece o país do ônus de ir colocar o produto e do perigo de ser prejudicado na venda.

Como providência, é completo.

— A casa da administração — disse ainda o Dr. João Pinheiro — fica ao centro da colônia, e, além dos maquinismos destinados a beneficiar a produção da colônia, e que o colono não pode manter no seu lote, tem uma pequena mão de serra destinada a fazer as caixas para acondicionar as batatas, e uma tanoaria para construir os pipotes em que deve ser acondicionado o toucinho. À maneira do que vem dos Estados Unidos. Porque, é preciso dizer, uma das causas da desvalorização do nosso toucinho é o acondicionamento em jacás, que o não resguardam convenientemente contra as intempéries, e fazem com que se deteriorem cedo, não resistindo o tempo que resiste o toucinho americano.

Fora disso, a administração fornecerá ainda ao colono o adubo químico necessário às suas terras, de acordo com a análise cientificamente feita.

— Em questão de colônia, já não é somente uma organização prática; é uma organização científica.

— É isso mesmo — redarguiu o insigne administrador, com a sua maneira peculiar de acentuar as coisas – e tem de ser assim mesmo.

Essa colônia — continuou — que considero a colônia-modelo, penso que seria o tipo a adotar pela iniciativa dos nossos agricultores, como o meio de corrigir as dificuldades que premem uma parte da grande lavoura, colocada, já o disse, em uma situação especial depois de extinto o trabalhador escravo.

Porque, é preciso dizer, a crise do fazendeiro não é somente a baixa do café; é a impraticabilidade da lavoura com o trabalhador assalariado, que não pode ser fiscalizado, que não trabalha para outrem com o amor, o esforço, a regularidade com que trabalha para si, e cuja soma de produção não compensa o ônus do salário.

Há uma grande diferença entre o operário manufatureiro, limitado numa fábrica e a quem se determina o número de objetos ou de metros de tecido que pode produzir e pelos quais recebe, e o trabalhador rural, livre ao ar livre, a quem não se pode determinar o número, a força, a profundidade das enxadadas que deve dar, nem a quantidade de produção a conseguir e que recebe a mesma paga, seja qual for o resultado da lavoura.

Vê você que, nessas condições, o prejuízo do fazendeiro é sensível, na maioria dos casos. Não é só a baixa do café, repito, o fator das dificuldades.

Vi na minha viagem à Mata, no Alto Jequitibá, em Manhuaçu, uma colônia suíça prospérrima, quando os fazendeiros da zona se ressentiam da crise. Esses colonos, cultivadores de café, tinham vindo para o Brasil sem vintém; mas o caso é que eles e a família inteira trabalhavam para si e o grande agricultor está na contingência do trabalhador estranho.

Nesta situação — continuou o Dr. João Pinheiro — acredito que o meu tipo de colônia prestaria inegáveis serviços a um dado número de agricultores. Ele mesmo coloniza a fazenda, determina os lotes, entremeando em cada dois lotes de colonos um terceiro que reserva para si, que será valorizado pela prosperidade dos outros dois e que ele venderá depois, se o quiser, por alto preço, quando não o prefira lavrar pelo sistema de parceria.

— Mas não acredita V. Exa. que a divisão da grande lavoura se tenha de fazer de todo modo?

— A divisão da propriedade agrícola tem de vir, pelo menos em uma parte dela, penso, como nos Estados Unidos. Não por uma intervenção forçada, mas pelas condições novas de trabalho, pelo aumento da população, pela concorrência econômica. É uma questão de futuro. No presente há dois fatores eventuais de desagregação: a execução hipotecária e a morte do grande proprietário. No primeiro caso, a fazenda é retalhada, como já se dá, para estabelecer o colono; no segundo, a morte do chefe traz a divisão pelos herdeiros, divisão que se repete em cada ramo da família em que o chefe vai desaparecendo.

Nos Estados Unidos, onde a colonização e a concorrência modificaram as fórmulas do trabalho, o grande proprietário agrícola não existe de fato; o que há são grandes empresas que adquirem grandes extensões de terra e as colonizam, retalhando-as, e tendo do colono as vantagens de um contrato agrícola. Não são fazendas, propriamente. São colônias sob um regime particular.

O Dr. João Pinheiro parou um pouco, voltando insensivelmente a sua atitude de reflexão; depois levantou-se, jogou fora o cigarro apagado e passou adiante:

— Agora a questão da mineração. A situação das minas no Brasil é idêntica à do México. Lá, como aqui, se faz de começo a exploração de aluvião, a extração do ouro fácil, que não exigia mais do que a bateia e a lavagem, caindo as minas em abandono à medida que esse ouro desaparecia e se tornava à intervenção dos mecânicos, que o explorador daquela época não podia empregar. A mineração teve uma parada; mas o que se deu é que esses mineradores estabeleceram uma propriedade que veio até hoje pro indiviso às mãos dos donos atuais ou de donos contestados, pessoas que não exploram as minas e que não as podem explorar industrialmente, mas que criam a maior resistência a toda exploração por outrem e supõe dever exigir, pela terra inútil para elas, um preço que representa, às vezes, uma soma maior

do que o lucro que a nova empresa poderia tirar da mineração desse terreno. Vem daí os embaraços, as questões intermináveis, o empecilho ao ressurgimento da indústria extrativa das minas, as lutas sanguinolentas, quando não o desfalecimento das empresas e a volta da mina à sua esterilidade, com a anulação de todos os esforços do Estado. Vem a eterna questão dos condomínios e confrontantes, enfim, toda a série de desastres e dissabores que você conhece.

— Mas não há solução oficial para isso.

— Há, a solução que deu o México: é a desapropriação por utilidade pública de todo terreno nessas condições, que uma empresa ofereça as garantias da sua exploração. Lá, desde que uma empresa deposite nos cofres do Estado uma determinada soma destinada a garantir a lisura e a execução do empreendimento, ela passa a ter o direito de desapropriação dos terrenos, garantidos os interesses do possuidor pelos processos de avaliação.

— Mas isso seria considerado aqui um ataque ao direito de propriedade.

— É a objeção que se levanta em geral — redarguiu o Dr. João Pinheiro — mas que não tem base sólida. Uma estrada de ferro é uma indústria como outra qualquer; no entanto, tem o direito de desapropriar as terras e benfeitorias que estão no seu traçado.

Uma mineração é uma indústria, mas que tem igualmente a utilidade da valorização de riquezas que só podem ser fecundadas por esse meio e que um outro retém caprichosamente, privando a coletividade dos benefícios que resultam do exercício dessa indústria.

Ademais, a propriedade do subsolo no Brasil é uma propriedade condicional. No antigo regime ele pertencia ao Estado, que o concedia ao particular sob a condição, justamente, de explorá-lo, de fazê-lo frutificar; a República fez no particular doação desse subsolo, foi uma outorga, mas fê-lo condicionalmente: o texto constitucional declara que o subsolo passa a pertencer ao dono do solo, mas com as limitações que forem estabelecidas em lei.

As limitações que a lei terá de estabelecer são precisamente as que se opõem a que esse ou aquele proprietário, a quem foi feita uma doação generosa, esterilizem por ignorância ou capricho esse dom, furtando ao Estado e ao país uma soma de força econômica que deriva da exploração dessas riquezas. Eis aí o fato da mineração pela lace jurídica. Temos agora — continuou — a questão pelo lado técnico.

O ouro no Brasil se apresenta, em geral, como no Transvaal e mesmo no México, em minas de bucho...

— Que vem a ser isso de “minas de bucho”? — não pudemos deixar de inquirir com a curiosidade natural do jornalista, que deve saber tudo.

— A mina de bucho, que é a formação comum das nossas minas, é aquela em que o veeiro é irregular, inconstante, formando uma linha interrompida de depósitos ricos, de maior ou menor porcentagem de ouro, entremeada de rochas pobres, quase sem ouro.

O mineiro, que é obrigado a seguir o veeiro, sujeito às alternativas da mina, dá, na sua gíria característica, a esta série interrompida, o nome de “rosário”: se ele está no seguimento da rocha pobre, está na “linha” - se apanha um depósito de certo vulto, está em um “pai-nosso”; se cai no depósito grande, alcançou a “ave-maria”. Uma “ave-maria” é a sorte grande, mas desde que caem na “linha”, a usina que apenas trabalha uma lavra sua sofre as consequências de um grande custeio para um rendimento quase nulo.

— Não resta dúvida que os sertanejos têm coisas interessantes!

— Sabido o que é a “mina de bucho”, é fácil ver a impossibilidade da exploração dessas minas por pequenas usinas, sujeitas, na sua economia, à inconstância dos veeiros.

A solução é, nestas condições, a mesma do México e do Transval; é o estabelecimento de grandes usinas centrais, instaladas em uma vasta bacia aurífera, as quais farão a extração do ouro das rochas das diferentes lavras, estabelecendo pelo concurso de minérios de diversas porcentagens, compensadas pelos acasos mesmos da mineração, o equilíbrio do rendimento industrial necessário à manutenção da usina.

— É, mal comparando — dissemos — uma espécie de engenho central.

— É isso mesmo. O símile é exato. A usina recebe minérios diversos, trabalha-os e, como em uma das minas estarão no “pai-nosso”, enquanto em outras estão na “linha” ou na “ave-maria”. A usina central mantém-se por uma porcentagem igual de extração, ao passo que os possuidores das lavras não sofrem as consequências de uma instalação custosa, às voltas com a crise proveniente da baixa de produção.

A face administrativa do problema da mineração exige ainda uma medida importante — insistiu o Dr. João Pinheiro. É o estabelecimento em Londres de um escritório comercial de informações, onde se encontrem as amostras das minas a explorar, a análise quantitativa do minério, a situação das minas em relação à distância das linhas de transporte, as suas condições de propriedade e exploração etc.

Aí o comprador saberá, autenticado pela fé oficial, o que é a mina, onde se acha, quais as facilidades do trabalho e de exportação, se há embaraços de propriedade e qual o valor oficial da lavra. Por esse modo se evitará o dolo de intermediários nem sempre escrupulosos, que fraudam, não raro, os capitais que se pretende empregar na mineração no Brasil, afugentando-os pelo receio do logro e pela desmoralização do negócio...

— Mas há, então — interrompemos — alguém nesses sertões brasílicos capaz de lograr um honrado capitalista da *city* desejoso de aumentar seus capitais no Brasil?

O Dr. João Pinheiro sorriu, admirado do nosso espanto:

— Não é caso raro. Há quem tenha a habilidade de fazer ouro abundante onde ele existiu sempre em proporção muito esquiva. Compra uma quantidade de ouro, mistura-o com arte na terra e leva o inglês a ver a mina que pretende vender. O comprador vai ver o ouro, de fato, leva a terra para a análise e verifica uma excelente porcentagem, em uma análise seriamente feita. Convencido de magnífico negócio, compra a mina, passa o dinheiro e, quando vai explorar a lavra, reconhece que o ouro existente nela é muito problemático, porque o que ele vira fora ali posto – para inglês ver.

O escritório de informações — continuou — evita a exploração do inglês, não só pelo nacional, como pelo próprio inglês. Porque na maior parte das vezes, quem explora o capitalista é o intermediário, que preconiza a excelência da mina, que lhe apresenta amostras enganosas, que arranja a compra e que, uma vez metido no bolso o preço da comissão ou da revenda, faz-se ao largo, deixando o comprador a procurar um ouro que não lhe dá nem para o que pagou ao pouco liso negociador. O escritório evita isso e, além das informações completas, de cunho oficial, que dá aos pretendentes, faz acompanhar a estes, uma vez chegados ao Brasil, por engenheiro do Estado, profissionais competentes, que levam o comprador à mina, que acompanham as últimas análises, que garantem, finalmente, a lisura do negócio.

É preciso dizer, entretanto, que, apesar da nossa riqueza em ouro, a maior riqueza em mineração no Brasil não está nele. A grande riqueza está nos minérios brutos, que podemos exportar – o ferro, por exemplo.

— E o manganês — acrescentamos.

— Não falo no manganês, porque esse está sendo já regularmente explorado; refiro-me ao ferro, antes de tudo. Nós temos o ferro em uma abundância inumerável, temos verdadeiras montanhas de ferro; o problema para nós seria, em verdade, exportar a Serra da Piedade e a

Serra do Curral. Em riqueza de minério, o nosso ferro é o melhor do mundo; enquanto os melhores ferros americanos dão, com grande satisfação do industrial, porcentagem de 51%, o nosso dá 80%, sem um traço de fósforo. O representante de uma poderosa usina de ferro no Canadá, que esteve há pouco comigo em Caeté, ficou entusiasmado vendo um pedaço da nossa "jucutinga".

A exportação do ferro bruto — insistiu — seria uma riqueza superior à do ouro. Por que não se exporta? Pela alta tarifa das estradas de ferro. Enquanto na América do Norte os fretes ferroviários resolveram, na mesma distância, a questão do transporte barato e da fácil exportação do minério, no Brasil as estradas de ferro inutilizam toda a tentativa nesse gênero, pelo frete elevadíssimo.

E por que aqui os fretes são altos? Porque as nossas estradas estão erradas.

— Erradas?... — Não nos pudemos conter que não perguntássemos.

— Sim, erradas. Nos Estados Unidos a construção de uma estrada de ferro é um fato industrial, encarado industrialmente, e o traçado, o material rodante, todas as coisas que entendem como resultado a tirar dela, são estudadas no sentido de produzir um transporte mais barato, com vantagens para o público e consequente proveito para a estrada. O seu leito é objeto de estudo contínuo, de constantes modificações no sentido de obter-se uma tração mais fácil, um dispêndio menor de tempo e de combustível. Os seus carros são aperfeiçoados no intuito de se lhes diminuir o peso morto em benefício da capacidade de carga; todo o empenho da administração está em conseguir um tráfego mais favorável, com um aproveitamento maior.

Aqui, enquanto gastamos dinheiro com aformoseamento das estações, a estrada permanece no que era quando foi traçada; conservamos nossos carros de mercadoria como um peso morto extraordinário, em prejuízo da capacidade de transporte e do preço de tração, quando os americanos substituíram os seus por outros de lâminas de aço, muito resistentes e de peso infinitamente menor, carregando mais e mais barato, portanto; o nosso tráfego a ser feito é com o maior dispêndio e menor aproveitamento.

O Dr. João Pinheiro levantou-se, acendeu novo cigarro, deu alguns passos na sala e, voltando-se, concluiu:

— De resto, esta questão toda de ordem industrial dos transportes, tem um exemplo característico no Oeste de Minas.

Toda gente sabe que a Oeste atravessa uma das zonas mais ricas do território de Minas e, no entanto, a Oeste fez daquilo um deserto. Como? – dirá. Impedindo, pela alta tarifa, a colonização e o povoamento daquela zona. Ninguém se vai meter em um deserto para trabalhar ali unicamente para comer o que planta; vai para prosperar nele.

Ora, desde que a tarifa proíbe a exportação e anula o trabalho, é claro que a terra ficará despovoada e improdutiva.

Dá-se ali um círculo vicioso: o lavrador queixa-se de que a tarifa mata a produção e a estrada afirma, por sua vez, que não pode baixar a tarifa porque a produção não compensa; de modo que não se eleva a produção porque a tarifa não baixa, e não se baixa a tarifa porque não há produção.

Isto deriva ainda da ausência de compreensão industrial das nossas estradas. Na América do Norte, quando se atiraram as estradas de ferro para o deserto, as companhias tiveram a noção exata de que deviam sacrificar um pouco os lucros do presente para tirar a compensação no dia seguinte, isto é, que a elas cabia fazer, para a própria prosperidade futura, o povoamento daquela zona; elas transportaram de graça o colono, transportaram os instrumentos agrícolas, facilitaram a exportação do produto por uma tarifa protetora; e o resultado foi o povoamento rápido, o espantoso desenvolvimento do *far west*, a série de cidades magníficas erguidas miraculosamente em meia-dúzia de anos, e a farta compensação que as companhias tiram do prejuízo calculado dos primeiros tempos. Entre nós faz-se justamente o contrário.

Eis aí, meu caro — disse o enérgico lutador — porque não se faz a exportação de ferro. Tenho fé, entretanto, de que essas coisas passam, como tantas outras erradas ou rotineiras, que tiveram o seu tempo e estão passando... Olhe; vamos para o terraço que ficamos melhor.

Atravessamos o curvo vestíbulo do Palácio e o salão de honra. Quando chegamos ao terraço, o sol iluminava fortemente a cidade, que se desenrolava em sua policromia ridente pelas formosas colinas do antigo Curral del Rei.

— Veja — disse-nos ainda o Dr. João Pinheiro — alguém diria que Belo Horizonte seria isso que aí está? Pois tudo é assim... É preciso propagar, persistir, confiar. E nisto, meu amigo, estou com o Dr. Afonso Pena, de quem você me lembrava há pouco uma frase de discurso de viagem: quando os homens como ele, encanecidos pela experiência e pelas lutas, confiam fortemente no futuro da nossa terra, não somos os moços que temos o direito de descrer...

Meia hora depois, o representante d'*O País* despedia-se, trazendo as notas deste *interview*, últimos e quiçá melhores ecos da posse presidencial.

20. Discurso em homenagem a Afonso Pena, presidente eleito da República (7 de novembro de 1906)

[DISCURSO] [34]

Meus Senhores.

Eu me levanto para oferecer este banquete, como presidente de Minas Gerais, ao brasileiro ilustre que de nós se despede, a fim de assumir a alta direção do país, em que foi investido pelo sufrágio unânime da pátria.

Seja-me permitido, significando o interesse atento, o amor carinhoso e a calma confiança, com que o coração mineiro o acompanha e o acompanhará sempre em sua ação difícil e gloriosa – seja-me permitido augurar para o Brasil a mesma intenção tolerante, a mesma dedicação à República e às suas liberdades com que governou a nossa terra, administrador liberal e justiceiro.

A expectativa tranquila, que cerca no Brasil o seu nome, se apoia nos sólidos fundamentos de um longo passado de serviços à causa pública. Filiado ao tradicional Partido Liberal Mineiro, a que serviu desde a antiga Assembleia Provincial até o alto cargo de ministro de Estado, homem de partido, portanto, e sempre superior a partidos – a aceitação da República por ele, em sua proclamação, deu ao novo regime o prestígio de um nome puro e acatado.

Em hora de fundo abalo para a nova ordem de coisas, foi o órgão para Minas Gerais, como seu presidente, de uma afirmação oportuna e peremptória em favor da lei, e os republicanos não se esquecem nunca de ter visto o seu nome naquela hora soleníssima junto dos mais ilustres defensores do regime ameaçado.

Não penso, excelentíssimo senhor, diminuir o seu merecimento, referindo-me às próprias qualidades do espírito de nossa terra, enunciadas por mim a propósito de outro mineiro, também ilustre, assinalando "o seu instinto de liberdade sempre infalível, o senso grave da ordem, sempre dominante, a constituírem o sinal mesmo do gênio mineiro".

Para os serviços da pátria leva, com a tradição honrada do nome, outras qualidades peculiares ao nosso sentimento no seio da comunidade brasileira.

---

34 Discurso de João Pinheiro em homenagem ao presidente eleito da República, Afonso Pena, no jantar de despedida que lhe foi oferecido no Palácio da Liberdade. Belo Horizonte, em 7 de novembro de 1906, de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 189-190.

Estado grande que somos, as nossas terras do norte conhecem a beleza e a inclemência, às vezes, daquele céu, e as do sul, sob um sol mais benigno, dão nos, com a abundância da sua seiva, riquezas menos custosas. Nem as diferenças do clima, nem as diferenças das zonas, afrouxaram a força superior a todas estas contingências, representadas pela unidade moral que enlaça os mineiros: eles que formam um Estado grande, amam a grandeza da pátria; povo unido que conseguiu ser, que quer a unidade do Brasil forte e respeitado.

Em meio das agitações estéreis a produzirem o confuso movimento que os puros interesses políticos e pessoais soem determinar, estranhos aos grandes interesses nacionais, – o país, empobrecido e atormentado, leu em seu programa de governo, excelentíssimo senhor, a promessa da reorganização do trabalho, que uma instituição maldita aviltou; a intenção de proteger as indústrias incipientes, que uma mal entendida liberdade comercial embaraça; a necessidade de povoar os desertos longínquos que, para frutificarem, só esperam as estradas de ferro e o colono dignificado pela posse da terra que amará porque é dele, também amado por ela, por lhe ter trazido, com as alegrias do trabalho livre e fecundo, forças e riquezas que serão da pátria.

O país empobrecido e atormentado, atestando uma força moral sem exemplo, qual seja a de desejar, sofrer e esperar sempre, o país sente enfim que a reorganização do trabalho nacional se inicia pela solução do problema econômico, abrindo a estrada natural e ampla que o deveria conduzir, sob esse formoso céu do cruzeiro, sobre essa terra brasileira abençoada, aos seus gloriosos destinos na América Latina.

Testemunhando, pois, um afeto pessoal respeitoso, ergo a minha taça em honra do Excelentíssimo senhor doutor Afonso Pena, bebendo pela sua felicidade pessoal e pela grandeza da República.

21. Discurso em homenagem ao governador da Bahia, José Marcelino, em visita a Minas (10 de janeiro de 1907)

[DISCURSO] [35]

Meus senhores,

O Estado de Minas, por seu presidente, vem significar, nesta festa, o seu justo desvanecimento pela gentileza que lhe conferiu, com sua visita, o primeiro magistrado político do grande Estado do Norte.

---

35 *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 de janeiro de 1907, p. 1. José Marcelino de Sousa (1848-1917) nasceu na província da Bahia, formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1870 e foi eleito governador do estado da Bahia em 1904.

Às situações novas, na existência coletiva dos povos, devem corresponder sempre precedentes novos.

Outrora, nos tempos da onímoda centralização do Império em que de uma única origem provinha toda a autoridade política, os presidentes de província não haviam mister conhecer-se.

No novo regime, ao contrário, os chefes eleitos dos estados necessitam de amizades recíprocas, do estudo harmônico das necessidades comuns, do exame das dificuldades já vencidas ou por se vencerem, tendo em vista o bem da terra que os elege e a que cedo ou tarde terão de dar contas diretas e severas.

É grande a autoridade dos presidentes eleitos, à qual se ligam, também, no regime republicano, as grandes responsabilidades. E a diferença entre a autoridade e a daqueles é que uma se conquista no seio das urnas e a outra se obtinha dos favores da Corte, única fonte que a alimentava ou abatia.

Sede bem-vindo à terra mineira, Excelentíssimo senhor. Para exprimir as nossas alegrias, e dar-vos o testemunho do nosso desvanecimento, eu não devo me referir a esse culto que o povo mineiro faz da hospitalidade e que é uma sua virtude antiga, mas lembrar somente que, saudando-vos, eu o faço ao mais alto representante da gloriosa terra baiana, berço da nacionalidade brasileira, ilustre pelos seus filhos ilustres e benemérito do Brasil pelos serviços a ele prestados em longas e sucessivas gerações de estadistas.

As necessidades da vossa e da minha terra, os seus bens e os seus males naturais, as suas vantagens e desvantagens são, em grande parte, comuns a Minas e a Bahia.

Estamos numa parte do planalto central do Brasil; as águas que aqui serpenteiam são as fontes longínquas de que se forma o extenso e majestoso São Francisco – elo que prende e une os dois estados amigos.

A audácia e energia mineira construíram, neste ponto de uma de suas vertentes, esta bela cidade brasileira, que é a capital de Minas. Mas, daqui por diante, e até que o formoso estuário entregue ao mar a sua imensa massa de águas, o que temos é o sertão e o deserto nas suas margens férteis e abandonadas, nas suas melancólicas e ricas campinas. E o que leva para o oceano não são riquezas e nem vida ao rumor do trabalho humano intenso, como deveria ser, mas o silêncio e a desolação de forças deixadas mortas, forças imensas, comparáveis em grandeza somente à imensidão da nossa incúria.

Excelentíssimo senhor, tendes visitado o interior do nosso sertão, acabastes de percorrer parte das exuberantes matas virgens do Mucuri, vindes da capital federal, tendo testemunhado o doloroso contraste entre o brilho da capital brasileira, que dá sem dúvida razões para o orgulho nacional, e o espetáculo das terras do interior, esquecidas e quase selvagens a atenuarem muito semelhante vaidade.

Dos 19 milhões de brasileiros que somos, muito poucos gozam a vida de brilho e esplendor das cidades do litoral e... o grande Brasil é o sertão.

É preciso, nele, pôr em comunicação os núcleos de população já existentes, criar novos, dar vida às terras que as estradas de ferro já trilham, continuá-las, substituir pelo arfar do vapor o silêncio triste das águas desertas dos rios navegáveis, criar a produção, tornando, conjuntamente, para ela, certo o mercado – são essas as necessidades que todos sentimos como devendo ser satisfeitas sem demora.

Cumpre que a opinião pública se não desvie destas linhas.

A política das fórmulas vazias, dos desejos vãos e das puras vaidades pessoais já fez o seu tempo. Os hábitos da antiga centralização administrativa e política estão-se extinguindo, para dar lugar às únicas aspirações dignas – as do bem do maior número, no interesse coletivo da massa, na exclusiva preocupação das vantagens reais do povo, ensinando-o a ler, ensinando-o a trabalhar, para que, instruído e forte, possa ser independente e para que independente, possa ser livre.

É a missão do momento, Excelentíssimo senhor, é o ponto de vista moral e social, é também a política econômica, com programa definido, de que são a mais alta expressão o sentir e a ação do Excelentíssimo senhor presidente da República, tendo em torno os grandes estados da União, que o apoiam e sustentam, entre os quais a Bahia gloriosa, aqui representada, neste momento, pela pessoa ilustre de seu governador, em cuja honra, e em nome de Minas Gerais, ergo a minha taça.

22. Congresso das Municipalidades do Sul, Itajubá (4 de maio de 1907)

[RESUMO DO DISCURSO DE JOÃO PINHEIRO, PUBLICADO NO *MINAS GERAIS*][36]

36 Resumo do discurso de João Pinheiro no Congresso das Municipalidades do Sul de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 198-200.

Presidindo a sessão de instalação do Congresso das Municipalidades, disse o presidente do Estado:

Não é propriamente um discurso o que vai fazer; dará apenas uma explicação simples do pensamento do governo e do modo pelo qual interpreta e julga o auxílio que a esse pensamento podem prestar as municipalidades. Não poderia ser maior o conforto que tem recebido nesta sua visita ao Sul de Minas. Vê que tinha razão quando, em Caeté, traçado o seu manifesto governamental, apontava os grandes males da época e os grandes deveres do Governo. Estes são a instrução das crianças e a reorganização do trabalho.

Tinha, ao traçar esse manifesto, convencidas esperanças, porque contava com a velha terra mineira, que nunca deixou de corresponder aos apelos nobres. Verifica hoje que o primeiro apelo foi atendido: a população escolar dobrou, quase, nos sete meses do seu governo; todos porfiam em colaborar no esforço governamental; o movimento é para confortar e firmar esperanças. Em todas as estações, durante sua passagem, a manifestação das crianças das escolas é a prova do resultado prático da última reforma e o atestado vivo do interesse que desperta.

Este Congresso responde ao segundo ponto. Primeiro, ensinar os meninos; segundo, reorganizar o trabalho, cuja falha faz a miséria da era presente. A reunião deste Congresso prova ainda que não foi em vão que apelou para o Estado de Minas, que pode, deve e há de levantar-se do seu abatimento.

Diz que, ao assumir a presidência, levava uma experiência pessoal de trabalho de muitos anos. Sentiu, por si, a dor do produtor. Estabeleceu a luta em um lugar paupérrimo e aí mostrou por fatos que se pode vencer. O mal que aflige neste momento a lavoura é a ignorância de como deve o trabalho ser organizado.

Convencido disso, o governo tratou de organizar a célula, numa experiência prática nos arredores de Belo Horizonte; aí tem dedicado o melhor do seu tempo à organização do ensino primário agrícola.[37] O que o governo está fazendo em Belo Horizonte pode se generalizar com resultado. A questão capital é a desta instrução rudimentar, que considera a estrada aberta para a vitória; quanto às outras, estão previstas também nos regulamentos que visam a reorganização do trabalho e devem ser publicados por estes dias.

Leu as teses que se devem debater neste Congresso: encerram todas medidas urgentes; mas quando se tem muita coisa a fazer e não se pode fazer todas ao mesmo tempo, convém dis-

37 Conforme observa Assis Barbosa, a Fazenda-modelo da Gameleira foi posta a funcionar em apenas três meses. BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 199.

tinguir o que se pode encetar imediatamente. Aconselha assim três pontos capitais: primeiro, auxílio das municipalidades para difusão do ensino primário. A preocupação maior de um pai de família é a sorte dos filhos, e o ponto de partida para a infelicidade destes começa na escola, tanto para o que tem fortuna, como para o filho do pobre. Este é um ponto de dever cívico elementar. O segundo ponto é o trabalho agrícola primário: este pode ser ensinado aos próprios trabalhadores atuais, mesmo analfabetos. O homem, hoje, para produzir no trabalho agrícola primário, não precisa nem de livros, nem de altas doutrinas; os imigrantes que fazem a fortuna dos Estados Unidos e da Argentina são, na sua maioria, dos mesmos que vêm para o Brasil, e entre eles também vêm analfabetos. A solução do problema está em substituir a luta direta do homem, pelo machado, pela foice, pela enxada, corpo-a-corpo com a terra, pelo trabalho da máquina e do animal que conduz e move a máquina.

Para isto, basta ver o maquinista trabalhar. Na sua experiência de Belo Horizonte, tem fixado essas noções. Qualquer trabalhador comum, dos atuais, é capaz de fazer o trabalho mecânico com máquinas aperfeiçoadas.

Não se entenda, porém, que se quer suprimir o livro e a alta indagação científica; isto se enquadra ao ensino secundário e superior agrícola. Distingue as causas para uma execução proporcional.

Bastam, em um Estado como este, dez ou doze homens que ensinem ao povo como se pratica a agricultura moderna, o que é o adubo químico, que adubo convém a esta ou àquela terra etc.; ao povo cabe, aproveitando estas noções, praticá-las, tirando-lhe as utilidades, pouco importando o porquê.

O que visa o governo com os campos de demonstração é ensinar como as máquinas trabalham, como se planta, e o resultado: quanto se colhe.

Pediria às municipalidades tratassem de obter um pequeno pedaço de terra, de quatro a seis alqueires, irrigável, e votassem o auxílio de três contos de réis: o governo fará com que se estabeleça imediatamente em cada município o ensino primário agrícola.

Terceiro, votação de prêmios. Para que nesta luta sejam consultados os interesses dos que mais esforços nela despendem, é isso indispensável. Todo homem tem desejo de glória. Por isso, para o predomínio político – luta-se, briga-se, comprometem-se às vezes a própria fortuna e a da família; no fundo, é sempre uma questão de vaidade.

Com a política econômica, imagina que se possa estabelecer a rivalidade no terreno da produção; que se aplauda e premie o que tiver colhido mais, o que trouxer o melhor animal que tenha criado, o que tiver melhor aperfeiçoado o seu trabalho e a sua indústria.

Em lugar de vencerem uns aos outros, vençam a natureza, aí a vitória produz sempre utilidade e com ela vencem todos.

Considera um ponto intangível, em que fora crime tocar, as liberdades municipais. No caminho da liberdade não há retrogradar; caminho feito, é caminho conquistado.

Recebe o conforto que lhe dá esta reunião em paga do muito trabalho e aspereza no caminho da vida pública.

Não veio aqui apenas para falar: veio ver onde deve inaugurar o novo campo de demonstração. Amanhã examinada a terra, intervirá pronta a ação do governo. Estamos cansados de palavras e esperanças vãs, precisamos de agir.

Agradece a honra do convite que lhe foi dirigido e que lhe valeu as impressões recebidas neste formoso sul. Sente-se ainda cheio do mesmo entusiasmo da mocidade e dos tempos da propaganda para servir aos dogmas da República, na afirmação da liberdade sob todas as suas formas; no dever de instruir o povo, trabalhando para a sua felicidade, que está na independência pelo trabalho e no seu aperfeiçoamento moral; na religião livremente aceita por todos, mas, por isso mesmo, a religião que cada um quiser em seu coração: no trabalho material e na elevação moral. São essas as condições de paz na vida.

Saudando os representantes dos municípios presentes, confia nas suas deliberações.

23. A Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização (9 de junho de 1907)

AGRICULTURA[38]

Com a publicação hoje, feita do Regulamento da Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, prossegue o governo no cumprimento de seu programa administrativo, sintetizando nesta parte os princípios ali preconizados como os mais adequados na solução do magno problema do fomento econômico do Estado.

Posto o problema em seus irredutíveis termos, assim se pode exprimir: saber produzir, poder produzir e colocar a produção.

Saber produzir – é produzir melhor e mais barato.

---

38 Editorial publicado no *Minas Gerais* de 9 de junho de 1907 e cuja autoria é atribuída a João Pinheiro, de acordo com transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 201-204.

Ora, é justamente o que o Regulamento vem ensinar nos serviços que cria e organiza.

A Seção Técnica de Agricultura com o laboratório de análise anexo, os campos de demonstração nas fazendas-modelo e colônias, sob a direção de chefes e mestres práticos de cultura, a Seção de Estatística de Produção e Exportação – constituíram-se para tal fim.

A ciência agrícola ensina que são condições de proveitosa exploração do solo a seleção das sementes, o conhecimento dos adubos mais convenientes etc.

Ensina a calcular o poder produtivo da terra sob a influência benéfica da lavra, dos fertilizantes, da irrigação, das operações da sega, capina e colheita, feitas mecanicamente.

Mostra, enfim, as grandes vantagens dos aparelhos destinados ao beneficiamento dos produtos naturais.

Garante as colheitas pela previsão das intempéries, fazendo observação dos fenômenos meteorológicos cujo registro fará base para o estudo de nosso clima sob o ponto de vista agrícola, indicando com fundamento seguro a especialização de culturas que mais convenham a cada uma das zonas do estado.

Os chefes de culturas, em sua função eminentemente prática, mostrarão no funcionamento diário das máquinas agrícolas a facilidade e simplicidade de sua aplicação, produzindo os maiores resultados.

Os moços aprendizes, que o Estado terá em cada fazenda-modelo, acompanhando de perto esse ensino prático, aprenderão pelos olhos, sem esforço, a adestrarem as mãos e o corpo na lição dos fatos, que fica, sem indagarem das razões dos mesmos – sindicância, aliás, disponível para o objetivo que se tem em mira.

Habituam-se aí a calcular na experiência cotidiana a soma despendida no preparo e amanho da terra por unidade de superfície, as importâncias gastas com adubos e com as operações mecânicas da semeadura, capina, sega, colheita e beneficiamento.

Habituam-se, enfim, a orçar o custo da produção e a deduzir dele o lucro líquido, tudo por processos simples e práticos.

Merecem atenção as disposições do regulamento sobre chefe de agricultura prática e mestres de cultura, bem como sobre aprendizes, mandando contratar os primeiros em vez de nomeá-los e abonando-lhes uma gratificação sobre os lucros líquidos das fazendas e, quanto aos segundos, premiando os cinco mais distintos deles com um lote gratuito de terras nas colônias.

Semelhante disposição muito meditada é um incentivo à carreira agrícola, e transforma esses institutos de ensino prático em sementeiras de iniciativa particular, na luta fecunda com a natureza ubérrima e dadivosa.

As próprias fazendas se incumbirão desses profícuos ensinamentos, acusando, como devem acusar, lucros líquidos depois do primeiro ano e amortizando o capital.

Assim ensinarão como se ganha dinheiro, um dos fins para que foram criadas no interesse geral e instante do povo.

A lição, porém, de tais fatos, o ensino útil dele decorrente, só será eficaz por meio de uma estatística metodicamente organizada como preceitua o Regulamento, de maneira que, à simples inspeção de seus mapas, se fique conhecendo os dados relativos à produção e exportação dos produtos agrícolas e manufatureiros, a superfície ocupada por cada espécie de cultura, produção e custo de produção por unidade de superfície.

Tais dados ministrados anualmente ao governo serão por ele postos à disposição do público, sempre que os queira examinar.

Notai bem: a lição eficaz do ensino verdadeiramente útil, ministrado pelas fazendas-modelo, consiste nesse conhecimento, condição para que o produtor possa fazer orçamentos, porque sem orçamentos não há tranquilidade nem êxito nítido.

Por modesto que pareça, pois, e é fato, esse serviço é o suficiente para preparar chefes práticos ou mestres de cultura, preenchendo assim seu principal objetivo.

Há funções mais complicadas, exercidas pelos nossos trabalhadores.

Muito mais difíceis que o manejo e o emprego das máquinas agrícolas são os trabalhos que executa um tropeiro; entretanto, para essa profissão nenhum cultivo especial se exige.

Desde o campeio e pega do animal no pasto, o arrocho da sobrecarga para impedir que joguem os volumes a conduzir, pratica o tropeiro toda uma série de atos muito mais complicados e de muito mais difícil apreensão do que os que se fazem precisos no emprego das máquinas agrícolas.

Habituado assim o agricultor mineiro pelo ensino prático dimanado destas modestas, mas eficazes escolas agrícolas, não quererá por certo continuar a cultivar seu solo, como até aqui, pelos processos rotineiros, que conduzem à ruína, dando sempre prejuízos, quando, adotando a cultura intensiva, o capital empregado trar-lhe-á lucro certo.

A organização do ensino agrícola em Minas, pelos moldes do Regulamento, nos seus quatro tipos, satisfaz a todas as exigências no assunto e reveste, em todos os graus, feição eminentemente prática.

São verdadeiras escolas do trabalho inteligente, onde os praticantes adquirem os hábitos tão necessários de previsão, cálculo, economia e lucro.

Uma vez propagados pelos recantos do estado, por intermédio de moços habilitados nas fazendas-modelo, irão elas determinar um aumento considerável da produção agrícola.

Prevenindo-o, o regulamento cria na capital da União uma exposição de produtos mineiros e o serviço de propaganda comercial na mesma cidade.

Este aparelho essencial na organização integral, dada à solução do problema, desempenha a dupla missão de orientar e regularizar a produção, pondo-a sempre ao nível e de acordo com a procura e preferência dos mercados consumidores, mantendo para esse fim a exposição permanente no Rio de Janeiro, dos nossos produtos, e uma ativa propaganda comercial dos mesmos.

A esta ação protetora do Estado, acompanhando o produto até sua colocação definitiva, pode-se considerar a assistência comercial prestada ao produtor, depois da assistência técnica que amparou e garantiu a produção.

Tanto nas fazendas-modelo e colônias, como aos particulares, o Estado oferece de fato todos os meios de facilitar e preparar a cultura intensiva, já proporcionando aos particulares, por baixo preço, a lavra e a cultura mecânica de suas terras, já barateando a análise das mesmas.

São estas as ideias do regulamento que hoje se publica.

Houve pouquíssimo acréscimo de pessoal no funcionamento propriamente da Secretaria.

Com os mesmos funcionários da repartição atual, na quase unanimidade, vai ser executado o Regulamento.

24. Primeira mensagem ao Congresso Mineiro (15 de junho de 1907)

MENSAGEM DIRIGIDA PELO PRESIDENTE DO ESTADO, JOÃO PINHEIRO DA SILVA, AO CONGRESSO MINEIRO[39]

Senhores representantes do Poder Legislativo de Minas Gerais

39 MENSAGEM dirigida pelo presidente do Estado, João Pinheiro da Silva, ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1907. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1907.

Em obediência à Lei Constitucional, venho dar-vos conta do ocorrido no período em que se tem exercido a atual administração e os esclarecimentos úteis para satisfazerdes às necessidades de nossa terra e consultardes sua opinião esclarecida como seus legítimos representantes e depositários eleitos de confiança honrosíssima.

A vida normal da República, nestes últimos anos, manifesta-se no regular funcionamento da Federação e na paz geral dos estados, amigos entre si e independentes até o ponto em que se mantém intacta a unidade nacional, representada pelo governo da União, a que todos se ligam dentro da lei, unidos pelo mesmo afeto de brasileiros, que querem a pátria respeitada e poderosa.

O Estado de Minas Gerais, como lhe cumpre, continua as suas tradições de afetos para com os estados irmãos e de solidariedade com o Governo Central da República, na promoção dos alevantados interesses nacionais.

Os motivos de solidariedade, no atual período presidencial, acentuam-se, particularmente, vendo Minas na mais alta magistratura do país um filho venerado, cheio de serviços, por longo decurso de anos, à nossa terra e ao Brasil.

Liberdade Espiritual

No período decorrido de nove meses, a ação governamental tem sido o desenvolvimento das ideias por mim agitadas francamente nas eleições presidenciais de março do ano passado e praticadas com a mesma sinceridade e convicções com que as tinha submetido à soberania do eleitorado mineiro.

Na ordem política geral, em obediência à Lei Fundamental de 24 de fevereiro, tinha proclamado, em meu manifesto, a completa aquiescência aos seus princípios liberalíssimos e, entre eles, como o mais sagrado, o da inteira liberdade espiritual.

No cumprimento deste compromisso perante as urnas, compromisso que é filho da própria consciência, foram praticados atos governamentais baseados na lei e reclamados pela opinião republicana.

Liberdade Profissional

Foi a luz dos mesmos princípios, velada a lei sobre o exercício da profissão liberal da advocacia, pelos fundamentos que foram divulgados e vos serão presentes oportunamente, para vos pronunciarem a respeito.

Simplificação Econômica nos Processos Judiciais

Em outra questão eminentemente social e política, obedecendo ao ideal da democracia, não sancionei a lei que elevava as custas judiciárias e, em cumprimento da autorização legislativa, dentro dos limites por ela traçados, com a mesma orientação, foi publicado o regulamento de inventários e de divisão de terras, nº 2.011, de 21 de abril de 1907, conforme o art. 2º da Lei nº 450, de 4 de outubro de 1906.

Instrução Primária

Descendo destas questões de ordem inteiramente geral para as outras que exigem da parte do governo uma ação, ao mesmo tempo complexa e sistemática, notarei que, se a síntese é sempre a característica de um programa, a ação é de sua natureza detalhada, e sua proficuidade, assim como os resultados benfazejos que deve proporcionar, dependem, no início da execução, da preferência dada às medidas de alcance mais geral e mais urgentemente reclamadas, visto como, no domínio da prática, se não pode fazer tudo ao mesmo tempo.

Pela ordem da relevância, a Instrução Primária, assunto capitalíssimo que é para a sorte de um povo, foi a primeira reforma decretada pelo governo, de acordo com a autorização legislativa no regulamento, que baixou com o Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906.

A reforma teve de ser completa e total quanto aos métodos de ensino, à disciplina escolar e à fiscalização severa do serviço, estando o governo cuidando da questão de casas escolares apropriadas e do respectivo mobiliário, dentro de restritos recursos orçamentários.

Para a alma mineira é extraordinário conforto o espetáculo que oferece o início desse ressurgimento, cujas glórias mais ao próprio povo cabem que ao governo, tendo compreendido rapidamente que o interesse visado era o da coletividade, vendo-se a matrícula nas escolas primárias, rapidamente, quase que duplicada.

As municipalidades têm vindo em auxílio da ação administrativa e seja me permitido augurar em breve o concurso direto da própria iniciativa particular; porque este problema tem por si o mais nobre dos afetos humanos e, por isso, se confundirá no coração dos pais com o profundo amor de seus próprios filhos.

Entretanto, é cedo ainda para nos julgarmos senhores de uma vitória definitiva: a reforma tem que lutar com os hábitos maus e inveterados, com um professorado que não estava suficientemente preparado para a prática dos novos métodos e por isso será precisa, ainda, e por tempos, uma ação intensa e mantida, premunidos todos contra os desânimos vis, de que as infelizes retrogradações são filhas.

O governo manterá a sua orientação com absoluta firmeza, certo de que satisfaz uma necessidade pública, que não podia ser adiada e que domina todas as outras.

Ensino Agrícola

Avulta depois, como necessidade também urgente, após a do ensino das crianças, a do ensino primário da agricultura aos adultos, habituando-os ao manejo simples das aperfeiçoadas máquinas agrícolas.

Este ensino, contendo duas partes essenciais, uma teórica e outra propriamente industrial, foi dividido de modo que uma repartição especial e técnica se incumba da primeira e a divulgação do trabalho mecânico e dos processos úteis, aconselhados pela teoria, seja feita intuitivamente pelos mestres práticos de cultura, espalhados pelo estado, operando industrialmente, para que os agricultores possam avaliar das vantagens integrais e da superioridade dos processos novos, comparados com os da velha rotina.

Esta medida vai dar imediatos resultados e nela está a base da nossa regeneração econômica, assim para o produtor, como para o Estado, que da agricultura tira a sua principal fonte de receita.

O trabalho agrícola, pela vastidão de seus recursos, pela sua extensa aplicação, pelo seu hábito generalizado em toda a massa do povo, pela facilidade da sua aprendizagem, constitui a forma simples e poderosa do trabalho nacional e por ela deve começar a reorganização econômica do Estado.

Para atender a esta necessidade foi publicado o recente regulamento, que a legislatura passada autorizou, sob o nº 2.027, de 8 de junho do corrente ano.

Fazenda-modelo

Iniciando o serviço de ensino agrícola, ensaiando-o praticamente tal como deve ser generalizado e procedendo à formação do pessoal técnico necessário, o governo, em 26 de novembro do ano passado, adquiriu a Fazenda da Gameleira, situada a cerca de 6 quilômetros desta capital e, mais tarde, o sítio denominado Madeiro.

A despesa já realizada com a fazenda importa em 27:785$050, sendo: 21:164$880 relativos a imóveis, semoventes, máquinas e utensílios; 6:303$670 referentes à administração e pessoal operário, e 316$500 empregados em adubos químicos.

Como dependência do ensino agrícola e para o estudo de irrigação, cumprindo o disposto no art. 4º da Lei nº 438, de 24 de setembro de 1906, já foram iniciados os trabalhos de sondagens artesianas em terrenos situados nas proximidades desta capital.

Com a instalação desse serviço, despendeu o Estado a quantia de 9:664$000, sendo: 8:914$000 com a aquisição de um aparelho de sondagem, da "Keystone Driller Company", e os respectivos pertences, e 750$000 com a de três sondas abissínias.

Além destas aquisições, foram compradas, pela importância de 27:916$350, no Rio, Estados Unidos e Europa, diversas máquinas e pertences que devem ser instaladas para produzirem o trabalho definitivo.

Com o custeio deste serviço despendeu o Estado, até maio passado, a importância de 8:661$910.

Venda de Máquinas Agrícolas e Adubos Químicos

Por intermédio da Diretoria-Geral de Agricultura e pelo custo da Europa, Rio e São Paulo foram, no ano findo, fornecidos aos lavradores do Estado, fertilizantes químicos e diversos instrumentos agrícolas.

Para o mesmo fim, continua o Estado a manter o *stock* de máquinas agrícolas, no qual os agricultores encontram sempre as mais modernas, que vão sendo empregadas.

Indústrias Extrativas

As indústrias extrativas, a do ouro, principalmente, com que surgiu o nosso Estado, subdividida a propriedade em mãos de muitos herdeiros e possuidores, continua a ter, no regime legal vigente, grande embaraço para o seu desenvolvimento.

Nem é caso isolado.

Em outros países ocorreram as mesmas dificuldades.

Como no México, elas somente podem ser removidas pela lei da desapropriação por utilidade pública, segundo alguns da competência do Congresso Federal, pelo que os representantes de Minas no Alto Parlamento poderão, na atual legislatura, cogitar deste assunto relevante.

Não há razões para desânimo quanto ao futuro do nosso riquíssimo Estado.

Seja-me permitido, em relação às indústrias extrativas, isolar uma concernente à riqueza simples e abundantíssima que em nossa terra forma montanhas, já em proximidade das vias férreas e capaz de exportações extraordinárias para o mercado estrangeiro: o minério de ferro.

Sabe-se que as usinas metalúrgicas de todo o mundo absorvem, atualmente e por ano, cerca de 120 milhões de toneladas deste minério.

Os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a França e a Bélgica reclamam, para suas fundições, 96 milhões de toneladas, e a produção conjunta destes países é apenas de 82 milhões: são obrigados, pois, a um suprimento de 14 milhões de proveniência da Suécia, da Espanha e de Cuba.

Ora, dado o extraordinário aumento anual das fundições, pelo acréscimo assombroso, em todo o mundo, das necessidades industriais, ocorrendo a limitação das jazidas conhecidas e a dificuldade crescente das extrações – manda a previsão que a atenção do governo se volte para o exame das condições de aproveitamento desta nossa imensa riqueza.

A elevada porcentagem metálica dos nossos minérios, cerca de 60% por unidade, com o reduzidíssimo teor em fósforo e enxofre, equipara-os aos melhores do mundo, que obtêm atualmente, naqueles mercados, o preço de 22 a23 *shilings* por tonelada.

Nas proximidades desta capital, só em uma jazida, a quantidade de minério *à vista* é calculada em cifra superior a 200 milhões de toneladas, minério de primeira qualidade, cujo valor exportável é, conseguintemente, de *muitos milhares de contos de réis*.

A alegação da distância, em que as nossas jazidas estão do mar, não procede; porque, nos Estados Unidos, é o minério conduzido para os fornos de fundição da Pensilvânia, de distância aproximada de dois mil quilômetros.

Completadas as obras do Porto do Rio de Janeiro, com instalações para a descarga automática dos minérios brutos e modificadas, para este efeito, as estradas de ferro, é fácil ajuizar dos poderosos recursos que a exploração destas riquezas nos pode proporcionar.

Precisamos fazer desaparecer os grandes motivos que têm os estrangeiros para admirar o contraste da penúria do povo e da riqueza do país.

Manganês

A Estrada de Ferro Central do Brasil está se aparelhando para o transporte franco dos minérios de manganês, outra grande riqueza de nosso Estado, já em exploração.

Exportação dos Minérios Brutos

A eletrometalurgia trabalha intensamente, neste momento, para conseguir industrialmente a redução dos minérios.

Será de incalculável vantagem o êxito industrial destes estudos, pelo maior valor acrescido em menor peso exportável dos óxidos; mas, segundo a marcha natural das coisas, que vai do simples para o composto, a primeira necessidade a satisfazer-se é a de procurar as condições para a exportação dos minérios tais quais os encontramos nas jazidas, tratando-se, em seguida, das soluções que depois se impuserem.

Indústrias Manufatureiras

Incipientes ainda em nosso Estado e no Brasil, dado o atraso em que temos vivido e a nossa política descuidosa em tais assuntos, só agora começara a surgir mais intensamente as indústrias manufatureiras, graças ao protecionismo alfandegário em que o país está entrando e que deve ser mantido com firmeza.

A facilidade da força motora atenta às abundantes quedas d'água junto das nossas cidades de população densa, fixa e, ao mesmo tempo, sóbria, força que será captada para o fornecimento da iluminação elétrica, facilitará também, como está acontecendo, o aparecimento de centros manufatureiros.

A exemplo da capital do Estado, as outras municipalidades deverão favorecer, por todos os meios, a criação destes centros de trabalho industrial de que resultam uma civilização mais adiantada e vida mais intensa como a que as cidades oferecem, com superioridade, relativamente ao campo.

Os fundamentos, entretanto, do trabalho generalizado e remunerador para todos, dada a nossa situação especial, estão preferencialmente na agricultura: a população das cidades em comparação com a dos campos é muito diminuta.

Indústria Sericícola

Tive ocasião de observar pessoalmente, em algumas famílias de colonos das proximidades desta capital, a simplicidade, a naturalidade e o êxito da criação de bichos-da-seda.

São elas acordes em afirmar, para semelhante trabalho, a igualdade de condições, senão a superioridade do nosso clima em relação ao da Itália.

É, em todo o caso, o que se pode chamar – indústria de família, própria principalmente para mulheres e moças, devendo formar, para os colonos, um incidente de trabalho, sem dúvida alguma, muitíssimo remunerador.

As dificuldades que encontra para expandir-se estão na incerteza de mercados para os casulos, naturalmente produzidos em pequena escala nos primeiros tempos, e na ausência de maquinismos para beneficiá-los.

Atendendo a estas necessidades, o governo passado autorizou a instalação em Barbacena de máquinas para o beneficiamento do produto, mantendo ali o diretor da colônia Rodrigo Silva viveiros para distribuição de mudas de amoreiras, tendo distribuído, no ano findo, 106.000 mudas.

A produção de casulos, naquela colônia, foi de 2.040 quilos.

A intervenção do governo deve ser completada pela garantia, no princípio, da colocação dos casulos produzidos fora da colônia, a um preço mínimo fixo.

Terá o efeito de facilitar e sistematizar a produção de uma inquestionável riqueza para o Estado.

Indústria Têxtil

A Empresa *Empire Fibre Company*, com sede em Nova York, Estados Unidos, representando um capital de 350.000 dólares, habilitada a funcionar no Brasil pelo Decreto Federal de 6 de abril deste ano, mediante favores do Estado, propôs-se, em contrato com o mesmo, de 12 de abril do corrente ano, a fazer nele, em vasta escala, a cultura de fibras, principalmente a da pita, devendo plantar, dentro de quatro anos, no mínimo, um milhão de pés deste vegetal e fazer a cultura industrial do arroz, empregando máquinas aperfeiçoadas para a sua cultura e beneficiamento.

O Estado concedeu terrenos para as respectivas culturas, obrigando-se a concessionária a ter, no estabelecimento, por ano, até 10 aprendizes, indicados pelo mesmo, para o estudo dos processos industriais aperfeiçoados que empregarem.

Para execução de medidas estipuladas no convênio de Taubaté, celebrado entre meu ilustre antecessor e os presidentes de São Paulo e Rio de Janeiro, foi expedido o Decreto 1.963 de 24 de dezembro de 1906, mandando cobrar os 3 francos de sobretaxa por saca de café exportado.

A superprodução já existente, agravada pela extraordinária colheita do ano passado, tem sido atenuada, quanto possível, pelo conjunto das medidas combinadas.

Entre as fontes de produção da riqueza, como predominante em agricultura, está e estará por muito tempo a cultura do café.

"Para ela em vasta escala, tanto em Minas como nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, convergiram todas as atividades, dominando como produção econômica e vencendo, pela concorrência de trabalho remunerador, todos os outros ramos da atividade agrícola no sul do país.

Como produção, o café devia vencer; porque é um produto nosso, sem competência no mundo, dando-nos, no mercado internacional, uma posição dominadora; porque, enquanto o Brasil é capaz de produzir quase tudo que importa, a sua principal mercadoria não pode ser produzida na quase totalidade dos países consumidores, protegida, como é, pela fatalidade de circunstâncias naturais.

A facilidade da sua produção, as poucas exigências do acondicionamento, a fácil conservação em *stock*, mercado estrangeiro extenso, alargando-se rapidamente: todas estas condições lhe constituíram natural proteção."

Foram as considerações gerais que fiz, a este respeito, no Congresso Industrial de 1903.

Nestas extraordinárias vantagens estava, entretanto, um extraordinário inconveniente.

O negócio teria sido sem exemplo e o Brasil nunca deveria limitá-lo, se as facilidades do consumo da mercadoria no mundo fossem iguais às facilidades da sua produção em nosso país.

Não o foram, infelizmente, e infelizmente não o são: uma amarga experiência no-lo está demonstrando.

Fez-se a superprodução e com ela os males profundos que presenciamos, na crise excepcional que atormenta este ramo de nossa produção.

Os governos têm procurado, com sacrifícios também excepcionais, remediar o mal, mais duradouro do que a princípio se podia prever.

Entretanto, sente-se bem que, ao lado das providências transitórias por sua natureza, porque acarretam sacrifícios anormais, outros remédios devem ser previstos, de caráter permanente, que possam remediar ou atenuar males produzidos com lentidão e que só com lentidão poderão desaparecer.

A atividade agrícola empregada, em excesso, no café, não podia aí continuar, dados os prejuízos da respectiva cultura: era precisa a exploração de outras fontes agrícolas.

Cultura de Cereais

A cultura dos cereais apresentava-se naturalmente; mas, importados do estrangeiro em vasta escala, onde são cultivados por processos aperfeiçoados, seus preços eliminavam a competição da nossa produção interna.

Foi por isso que no Congresso dos Produtores Mineiros de 1903 se pediu o protecionismo franco para os produtos de agricultura importados e podendo ser produzidos no país.

O fim visado era conseguir que se fizesse remuneradora esta produção e, arredado o similar estrangeiro, tornar certa a sua colocação no mercado interno.

As atividades agrícolas produtoras, em excesso empregadas no café, cultura então sem remuneração convergiriam, em parte, para o novo trabalho, em procura do lucro que se lhe proporcionava; ficaria o país liberto da triste dependência da importação de gêneros de primeira necessidade e abrir-se-ia, para a atividade agrícola, novo e largo horizonte.

O protecionismo determinará o surgimento das culturas em vasta escala, por tornar o negócio lucrativo; o negócio lucrativo atrairá a convergência dos capitais em procura da melhor remuneração; a convergência dos capitais e dos esforços multiplicará a produção; da produção multiplicada resultará a concorrência na qualidade e nos preços – e o protecionismo, mantido com firmeza, terá feito surgir a cultura, terá permitido a aprendizagem essencial, e então os próprios fenômenos econômicos torná-lo-ão desnecessário.

A proteção aos consumidores, o livre-câmbio, foi a política do Império e seus resultados, durante quase um século, testemunhamo-los na situação atual do país.

Contra o livre-câmbio, em país novo, nenhuma autoridade de maior valor poderia ser invocada que a do próprio monarca, que presidiu a vida nacional por quase 50 anos.

Eis as considerações que ele fez no exílio e que nos são transmitidas pelo Sr. Dr. Afonso Celso: "Já não estou tão livre-cambista como dantes; a tendência da época manifesta-se visivelmente protecionista. Não há remédio senão atendê-la".

Para avaliarmos os recursos que a terra brasileira pode esperar dos trabalhos agrícolas de todo o gênero, neste solo, cujo poder produtivo não tem confrontos, basta-nos olhar para os Estados Unidos do Norte, que nos têm servido de paradigma para as questões políticas. Não, porém, infelizmente, para os problemas do trabalho material do qual é resultante sua assombrosa grandeza.

A maior exportação daquela República é de cereais e seus derivados, em cuja cultura também a República Argentina tem encontrado opulência para o povo e grandes recursos para sua avultada receita.

Na República Argentina, com população pouco superior à do nosso Estado, a exportação só de produtos agrícolas ou cereais foi em 1905 de 170.235.235 pesos ouro ou, em nossa moeda, de 541.296:976$729 réis e, em 1906, de 157.654.692 equivalentes a 501.294.624$152 réis.

Em duas outras verbas do comércio internacional daquela República encontram-se as razões e a explicação desta produção extraordinária.

Só de instrumentos aratórios importou, em 1905, 16.532.000 pesos ouro, equivalentes em nossa moeda a 52.566:000$400 réis e, em 1906, 17.158.000, correspondentes a 54.587.292$600 réis.

As causas da inferioridade brasileira para a luta na agricultura com os outros países está, evidentemente, nos processos rotineiros que temos seguido.

Grande responsabilidade de tal situação, digamo-lo com franqueza, cabe aos governos do país, em seu permanente descuido da educação popular, principalmente da educação para o trabalho, que, na agricultura, e em nossa terra, depois que o mundo civilizado tanto tem caminhado, é feito ainda pelos mesmos processos dos tempos coloniais.

Para o ensino profissional e técnico, para a habilitação dos que trabalham e constroem a riqueza nacional, que tem feito o Brasil?

Infelizmente, coisa nenhuma.

Pois bem: a América do Norte, só para o ensino prático agrícola, distribui, pelos estados da federação que possuem colégios para semelhante ensino, 24 milhões de dólares, equivalentes a 79 mil contos da nossa moeda.

A população total destas escolas, em 1901, foi de 42.000 estudantes.

O Colégio de Agricultura do Minnesota é frequentado anualmente por 3 a 4 mil alunos.

Em 1904, o Congresso da República votou somas avultadas somente para despesas de novos ensaios e de novas experiências.

Em matéria de ensino técnico e profissional, num país que vive quase exclusivamente da agricultura, como o nosso, nada, é a triste verdade, temos feito até agora.

No domínio agrícola, a cultura que pode triunfar, foi a que teve por si, somente o privilégio incontestado do clima e do solo, podendo viver mesmo com os processos mais rudimentares do trabalho da terra: foi a do café.

Mas a superprodução fechou este período.

É preciso tornar esta cultura menos dispendiosa, pelo emprego das máquinas agrícolas.

Força é, pela propaganda prática no exterior, procurar o alargamento do consumo da mercadoria em excesso.

Devemos abrir, para o trabalho agrícola, outras fontes de renda.

Crédito Agrícola

E na transição, cumpre auxiliar a agricultura nacional com o protecionismo, com o ensino prático e com o crédito agrícola; porque a desvalorização do produto preferido lhe acarretou naturalmente o desaparecimento do crédito.

E, até que a situação se normalize, devem os governos, mesmo com sacrifícios, atenuar os efeitos deste período transitório; porque, protegendo os produtores do nosso principal ramo de exportação, não fazem mais do que amparar a que ainda hoje é a mais importante fonte da receita pública.

Há, votada para este efeito, uma lei do Congresso Estadual cuja praticabilidade depende de recursos extraordinários por parte do Estado, também autorizado a promovê-los.

No Congresso da União, uma lei de alcance mais geral, podendo contar com mais amplos

e fáceis recursos, está numa das casas do Congresso e, em sua recente mensagem, o Exmo. Sr. presidente da República referiu-se à necessidade de satisfazer-se este reclame da classe agrícola, bem rudemente experimentada na atual crise econômica que atravessa.

Criação

Outra riqueza de grande valor atual para o Estado e capaz de importantes desenvolvimentos, é a da criação do gado e indústrias dependentes.

Para o gado de talho o mercado é limitado, na exportação, aos abatedouros da capital federal, Rio e São Paulo.

A limitação destes mercados, que não correspondem, na capacidade de consumo, à grande capacidade de produção do Estado, tem determinado, por parte do governo, o sério exame do assunto.

Cumpre alargar a exportação, que deve abranger os Estados do Norte da República, certo, porém, que a solução completa do assunto estaria no estabelecimento de matadouros frigoríficos, permitindo mais larga e mais fácil exportação e, por conseguinte, maior atividade produtora para os criadores.

O estabelecimento dos matadouros frigoríficos teria ainda a vantagem extraordinária de permitir o aumento da criação e engorda dos suínos, alargando-se, assim, o mercado das carnes.

Nos Estados Unidos, a grande exportação de carnes é um dos modos do enorme consumo dos cereais, que, aplicados à engorda de animais, encontram facilidade para a respectiva colocação, aumentando-se lhes ainda o valor.

Acresce, para o Estado de Minas, uma circunstância que faz da questão das carnes e da criação, além de negócio, uma necessidade econômica.

Com população esparsa em vasto território, mal servida por estradas de ferro, seria irrealizável, em muitos pontos, o aumento da produção dos cereais, atenta à absoluta impossibilidade de exportá-los, se se não pudessem, desde logo, aproveitar no sustento da criação, que se encaminha para os mercados.

Indústria de Laticínios

Graças à proteção alfandegária, a indústria dos laticínios, naturalíssima em Minas, tem-se desenvolvido rapidamente, oferecendo ao consumo produtos puros e bem aceitos.

Cumpre repetir sempre que a proteção alfandegária, eficaz, como elemento essencial do problema, não dispensa, antes, supõe outras medidas de conjunto, visando o ensinamento dos meios apropriados a conseguir rapidamente a produção que se quer auxiliar.

No que se refere à indústria dos laticínios, as fazendas-modelo das zonas criadoras terão uma seção especial, em que os interessados poderão aprender intuitivamente os processos aperfeiçoados do fabrico e conservação dos produtos.

E se algum dos industriais estabelecidos com este ramo de produção quiser aparelhar-se para fornecer o ensino prático, mediante favores do governo, talvez se possa com ele contratar semelhante ensino, que é necessário.

Relativamente à criação do gado, como indústria separada, é imprescindível a introdução de reprodutores de boa qualidade.

Neste sentido, a iniciativa particular já está se manifestando, tendo os criadores do Triângulo Mineiro importando, diretamente das Índias, animais, que vão dando excelentes resultados.

Também o governo do Estado tem importado, diretamente, reprodutores de raça, por conta dos que fazem prévias encomendas.

Recentemente o governo da União, em seu Regulamento de 18 de abril do corrente ano, acaba de prestar ao país relevantíssimo serviço, fazendo todas as despesas de importação e transportes, o que facilita extraordinariamente a solução do problema da melhoria das nossas raças animais, serviço de alta benemerência aos criadores brasileiros.

Fossem melhores as circunstâncias financeiras do Estado e deveria chamar a si os riscos da aclimação, eventualidade muito pesada aos criadores que não dispõem de suficientes recursos.

Alguma coisa, entretanto, deve o Estado fazer, tendo reprodutores nas fazendas-modelo, facilitando, assim, aos particulares que os não possam adquirir, meios de melhorar a criação com pouco dispêndio.

Nos institutos agrícolas, auxiliados pelas municipalidades, um ou dois reprodutores podem ser o ponto de partida para o levantamento da criação local, desde que elas queiram fazer o pequeno sacrifício indispensável.

Comércio de Gado

O comércio do gado, em nossas feiras, continua perturbado e as reclamações dos boiadeiros mineiros fazem-se ouvir todos os dias e de longa data, não se tendo conseguido, ainda, a respeito, uma normalização tranquilizadora.

A instituição das feiras foi, sem dúvida, vantajosa aos exportadores mineiros, libertando-os de levar a mercadoria até próximo dos abatedouros, onde a deficiência de pastos os obrigava a entregá-la, em curto prazo, e muitas vezes a preço vil.

Existem ainda, entretanto, alguns inconvenientes que podem ser atenuados, entre eles o da *avaliação do peso dos animais*, feita por *apreciação*, dando lugar a discordâncias e desconfianças, por parte dos vendedores, inconveniente que se deve remover pela instituição de balanças para pesagem dos animais vivos.

A oferta e procura da mercadoria não estão regularizadas e é quase impossível prever-lhes cotações, mesmo para prazos curtos, de sorte que aos boiadeiros se deparam verdadeiras surpresas de preços, que, às vezes, sofrem rápidas depressões ocasionando irreparáveis ruínas.

No Congresso dos Produtores, de 1903, eles pediram a instituição do comissário-oficial do governo e a das balanças, parecendo que a estas medidas se deve acrescentar a da venda do gado, por partidas e em leilão, oferecida pela ordem rigorosa da entrada nas feiras, com a cotação dos preços mínimos, em função do preço da carne para o consumidor, da qualidade do gado na feira e das quantidades oferecidas a consumo.

Normalizando, assim, esse negócio, diminuir-se-ão as obscuridades inquietadoras, devendo-se ainda publicar periodicamente boletins oficiais com as possíveis previsões do mercado, os quais serão remetidos aos boiadeiros e invernistas interessados, servindo-lhes de guia nas compras e diminuindo-lhes as alternativas de prejuízos.

Elevou-se a 164.735 o número de reses que, no ano passado, entraram nas feiras, tendo sido vendidas 163.411, que produziram a importância de 16.556:415$500.

Conquanto o movimento da venda de reses, realizada em 1906, tenha sido inferior ao de 1905, verifica-se no produto das vendas um aumento de 429:493$000, que provém da elevação de preço que tiveram as reses, no ano findo.

O movimento das feiras nos últimos 5 anos e o valor do produto das vendas nelas efetuadas, respectivamente, foram:

Anos	Número de reses	Produto da venda
1902	143.937	15.674:612$000
1903	151.122	15.084:222$672
1904	141.076	13.746:436$500
1905	167.072	16.028:883$500
1906	163.411	16.556:415$500

A República Argentina, de produtos pecuários, exportou em 1905, 141.042.986 pesos-ouro, representando, em nossa moeda, ao câmbio de 15, 448.474:382$584 e em 1906, 124.136.439 p., equivalente a 394.716:635$088.

Situação Financeira

Do exame desta situação, que traduz, tristemente, nosso atraso quanto aos problemas econômicos, ao aproveitamento de nossas riquezas naturais, à prática do trabalho por processos condenados, dos tempos ainda da escravidão, resulta, e com profunda mágoa patriótica o dizemos, que, em um Estado de 4.000.000 de habitantes, o algarismo da receita pública se limita à cifra de 16.436:615$700.

Sente-se bem que os sacrifícios para o cumprimento de algum grande dever se estão impondo e que é chegado, senhores representantes de Minas Gerais, o momento das graves reflexões, em que a consciência de um povo se examina nas lições do passado, nas próprias angústias do presente, medindo a extensão das faltas cometidas pela grandeza do mal e propondo-se a remediá-lo pela mudança absoluta de rumo.

Não é possível a diminuição das despesas.

O funcionalismo público é insuficiente e mal remunerado.

Para um Estado de grande população e muito esparsa, a força pública é, apenas, de 1.900 praças, com 1 soldado para 2.105 habitantes.

As escolas são apenas 1.311, de modo que, supondo a matrícula média de 64 alunos por escola, calculada a população em 4.000.000 de habitantes, não é dado o ensino a 700.000 crianças.

Um juiz de Direito de 1ª entrância só percebe, por ano, 6:000$000; o municipal 2:800$000; o promotor 2:800$000.

Não é possível o aumento de impostos.

De organismos depauperados fora absurdo tirar mais sangue.

Não há, pois, como fugir: o único remédio natural, pronto, definitivo, é o aumento da produção facilitada por todos os modos desde o seu ensino direto, desde a importação de instrumentos necessários e de fertilizantes, cedidos aos compradores pelo preço do custo, até à assistência, por parte do governo, para a colocação dos produtos.

Não se objete que não é esta a função normal do Estado; por quanto não se pode imputar à geração atual a educação que recebemos e que consiste em tudo esperar dos governos, em tudo para eles apelar.

Desde que não há iniciativa particular é força acordá-la, cumpre à ação administrativa intervir no problema, estabelecendo as condições, para isso, indispensáveis.

Foi esse o intuito do governo ao regulamentar a organização do trabalho.

Entre uma necessidade premente e uma fórmula teórica, aliás tão discutível, deve prevalecer a primeira, tanto mais quanto nenhum outro alvitre pode ser apontado.

Com a receita reduzida e com despesas também reduzidas, a ela equivalentes, o Estado tem pagado e pagará pontualmente os seus compromissos externos e internos; seu crédito conserva-se firme, e as respectivas operações que, para estes novos serviços, a passada legislatura autorizou, serão realizadas sem dificuldade, visto se tratar de despesas absolutamente reprodutivas.

Orçamento – Exercício de 1905

O exercício de 1905 teve uma receita notavelmente diminuída; a exportação do café foi das menores destes últimos tempos, coincidindo com a grande baixa do preço no mercado e com a redução de meio por cento da taxa.

A Lei Orçamentária nº 393, de 19 de outubro de 1904, calculou a receita ordinária, para esse exercício, em 17.878:355$700.

Antes, porém, de entrar em execução esta lei, o Congresso Legislativo, em sua sessão extraordinária, modificando-a, reduziu, pela de nº 395, de 23 de dezembro do mesmo ano, a receita a 16.278:969$700, pela supressão do imposto do art. 2º da Lei nº 392, de 19 de setembro, referente à tributação sobre o valor das transações comerciais, supressão que importou em 1.599:386$000 sobre a soma da importância da Lei nº 393.

A receita, porém, efetivamente arrecadada das contribuições orçamentárias, não ultrapassou de 13.819:578$346, que, em confronto com a orçada, acusa uma arrecadação a menos de 2.459:391$359.

Esta diferença acha-se explicada na tabela que se segue:

TÍTULOS DA RECEITA	Para mais	Para menos
Imposto de exportação	$	2.231:803$397
Taxa do selo	$	85:540$422
Novos e velhos direitos	$	61:083$811
Taxa de transmissão inter vivos	21:357$830	$
Taxa de transmissão *causa mortis*	$	398:182$113
Passagens em estradas de ferro	$	27:411$568
Taxa de matrícula etc.	17:542$496	$
Cobrança da dívida ativa	58:242$016	3:240$389
Renda da Imprensa Oficial	12:680$230	300$000
Venda de terras devolutas	$	110:755$709
Juros de apólices	$	34:894$523
Imposto sobre ouro e diamantes	$	29:319$295
Arrendamento de ter. diamantíferos	$	106:403$776
Quotas de gratificações diversas	$	238:648$744
Taxa adicional de 10%	$	
Imposto territorial	$	8$251
Imposto sobre subsídios	5:692$720	
Idem sobre vencimento de aposentados	$	
Renda de águas minerais	28:802$580	
Amortizações de emp. de câmaras	8:010$978	
Imposto de consumo bebidas	865:344$656	
Idem sobre renda industrial	$	120:228$002
Arrendamento da Estrada de Ferro Bahia e Minas	$	$
Renda eventual	10:444$332	$
Reposições	--	38:941$172
Finanças-crime		750$000
	1.028:117$838	**3.487:509$192**

donde se vê que alguns impostos excederam em 1.028:117$838, ao passo que outros não alcançaram as importâncias orçadas em 3.487:509$192, do que resultou a diferença para menos no total da receita do orçamento, de 2.459:391$354.

Foi nos impostos de exportação que mais se acentuou a depressão da arrecadação; pois, sob uma estimativa de 9.600:000$000, foi arrecadada a de 7.368:196$603, ou seja, menos a importância de 2.231:803$397 réis.

Já foi exposta a causa que motivou semelhante abatimento na receita, bastando notar que a quantidade de nosso principal produto – o café – que, em 1904, foi de 129.549.890 quilogramas, desceu, em 1905, a 120.356.216 quilogramas, menos 9.193.674 do que em 1904; o que ocorreu com a baixa ainda de preço de várias mercadorias, inclusive o do próprio café, cuja média por quilograma foi de 600 réis, descendo a 449 réis em 1905.

Acresce, ainda, a redução das taxas deste gênero, de 9% para 8,5%, em virtude da Lei nº 392, de outubro de 1904, e das de outros gêneros estabelecidas nas Leis 393 e 422, de 1905.

Além da renda orçamentária, teve mais o exercício a de 1.007:412$884, na qual se acha incluída a proveniente de empréstimos do cofre de órfãos, da Caixa Econômica e outras, arrecadadas a títulos diversos, como consta no balanço.

As operações de crédito consistiram na emissão de 603 apólices de contos de réis e 2 de 200$000, destinadas a pagamento à Caixa Econômica Particular de Ouro Preto, pela encampação, por parte do Estado, do empréstimo por ela feito à Câmara Municipal do Carangola, nos termos do Decreto nº 1.795, de 22 de fevereiro de 1905, na importância de 570:724$999, e na restituição da quantia de 553:600$000, feita pela Companhia da Estrada de Ferro Sapucaí, de prestação por conta do seu débito para com o Estado.

Concorreram ainda, para os recursos da receita, o saldo líquido de depósitos na importância de 26:157$656; o suprimento recebido do exercício de 1906, na importância de 1.227:373$594 e o saldo recebido do exercício de 1904, na de 5.456:333$583.

Todas as importâncias acima referidas elevaram o total da receita a 22.661:352062.

O total das operações da despesa foi de 21.901:763$251; a despesa, porém, restrita às verbas orçamentárias da Lei nº 393, modificada pela de nº 395, de dezembro de 1904, foi de 10.096:599$488.

Tendo sido ela fixada nesta última lei, na importância de 16.269:009$844, resultou uma despesa a menos de 172:410$394, que se elevará a 531:269$261, se àquela importância se adicionar a de diversos créditos suplementares e extraordinários que foram abertos para suprir a deficiência dos créditos ordinários do orçamento.

Os excessos da despesa, bem como as economias realizadas nas verbas respectivas, constam das tabelas anexas ao Relatório da Secretaria das Finanças.

As despesas extraordinárias montaram em 1.9908:492$471, constantes de diversas autorizações e entrega de depósitos; 876:074$447 pela caixa de empréstimo de órfãos, produtos de bens de ausentes e Caixa Econômica.

As despesas sob o título de operações de crédito montaram a 570:724$999, realizadas em títulos do Estado para conversão dos títulos da Estrada de Ferro Bahia e Minas e pagamento à Caixa Econômica de Ouro Preto, pela transação de que acima se tratou.

Entre a receita do balanço deste exercício na importância de
22.661:352$062

e respectiva despesa na de
21.901:763$251

resultou o saldo de
759:588$811

Exercício de 1906

A respeito do exercício de 1906, não estando ainda liquidadas as respectivas contas, não podem ser completados os dados fornecidos pela Secretaria das Finanças.

Este fato, entretanto, não alterará, de modo sensível, o conjunto do balanço provisório apresentado.

As operações da receita deste exercício montaram a 21.660:796$158 e as da despesa a 26.902:355$090, onde resultou o déficit orçamentário de 3.625:970$121.

A renda apurada, proveniente dos títulos da receita do orçamento, atingiu a 14.269:224$949, que, comparada com a que foi orçada pela Lei nº 422, de 29 de setembro de 1905, na importância de 16.817:705$700, denuncia uma arrecadação inferior à orçada de 2.548:480$761.

Para essa diferença de menor arrecadação concorreram os seguintes títulos:

Impostos de exportação – que, calculados em 9.700:000$000, só produziram 8.312:903$198, ou a diferença para menos de 1.387:096$802;

Taxa do selo – que, orçada em 650:000$000, só produziu a de 573:040$679, ou uma arrecadação a menos de 76:959$321;

Novos e velhos direitos – orçados em 460:000$000, só alcançaram a soma de 417:547$419, ou menos 42:452$581;

Imposto de transmissão inter vivos – que, calculado em 700:000$000, só atingiu a 663:890$430, com a diferença, a menos, de 36:190$570;

Imposto de transmissão causa mortis – com um orçamento de 830:000$000 e cuja arrecadação foi de 577:854$978, ou menos 252:145$022;

Imposto sobre exportação do ouro – do qual, calculado em 300:000$000, só foram arrecadados 210:772$040, ou menos do orçado, 89:227$000;

Arrendamento de terrenos diamantíferos – cuja renda foi orçada em 20:000$000, constando, entretanto, a arrecadação somente de 15:373$121, ou menos 4:626$879;

Quotas de fiscalização – que, orçada em 149:340$000, atingiram a 70:024$564, ou uma diferença para menos de 79:315$436, não ultrapassando a arrecadação a 212:606$108, ou menos;

Imposto adicional 10% – que foi orçado em 336:000$000, 123:393$892;

Imposto territorial – orçado em 960:000$000 e cuja arrecadação foi de 865:068$920, ou 94:931$080 a menos do orçamento;

Imposto sobre subsídios – que, calculado em 26:000$000, produziu a renda de 23:436$000, inferior a 2:564$000 ao orçado;

Renda de águas minerais – calculada em 70:000$000 e de que só foram arrecadadas 41:024$000, ou para menos, 28:976$000;

Juros e amortizações de empréstimos municipais – cuja arrecadação foi de 74:806$505, sobre um orçamento de 100:165$700, menos 25:359$195 do orçado;

Imposto sobre consumo de bebidas – que orçado em 450:000$000, produziu 321:331$495, ou menos 128:668$505;

Imposto de indústrias e profissões – cujo orçamento foi de 1.400:000$000 e cuja arrecadação atingiu a 1.122:466$971, devendo notar-se, porém que estes impostos, bem como o territorial e o de consumo de bebidas, não foram arrecadados em sua totalidade.

Algumas verbas do orçamento da receita, porém, apresentam uma arrecadação superior ao orçado, no total de 160:927$621.

Comparada a arrecadação proveniente dos impostos de exportação deste exercício, na importância de 8.312:864$344, com a do anterior exercício de 1905, 7.368:196$603, aparece a diferença de 943:967$741 a favor do ano de 1906, indicativa de melhoria das condições econômicas do Estado, porquanto não se deu elevação alguma nos impostos de exportação e outros, havendo até redução dos impostos sobre a banha e aguardente, pelo art. 5º da Lei nº 422, de setembro de 1905.

O movimento da exportação dos principais gêneros de nossa produção, comparativamente com o ano de 1905, foi o seguinte:

Café – a exportação de 1906 foi de 143.254.498 quilogramas. Superior à de 1905, que foi de 120.356.216 quilogramas, em 22.898.282 quilogramas. O imposto produziu, respectivamente, 8.643:436$924 réis e 4.950:251$163 réis;

Gado vacum – a exportação, em 1906, foi de 337.174 cabeças, contra 272.948 em 1905, sendo a arrecadação de 1.323:035$052 em 1906, e 1.149:419$360 em 1905;

Fumo de rolo – tanto a exportação como o imposto deste produto decresceram em 1906.

Nesse ano foram exportados 3.106.496 quilogramas, sendo o imposto de 219:163$151 réis e, em 1905, 3.319.918 quilogramas, sendo o imposto 242:354$216 réis;

Queijos – não obstante ter sido maior a exportação em 1906, pois foi de 4.159.642 quilogramas, ao passo que a de 1905 foi de 3.944.472 quilogramas, o imposto foi inferior devido à redução da taxa de 4% para 3,5%; a exportação produziu 175:229$004 réis, em 1905 e 174:704$964, em 1906;

Manganês – a exportação deste produto decresceu em 1906, bem assim como a arrecadação do imposto. Em 1905, foram exportados 154.378.000 quilogramas e arrecadados 96:858$140 réis de imposto; em 1906, 124.646.000 quilogramas e 78:773$440 réis;

Toucinho – a exportação decresceu em 1906, mas a arrecadação foi superior à de 1905, devido à alta do preço. Em 1905 foi de 4.556.383 quilogramas e o imposto produziu a importância de réis 113:909$575 e, em 1906, 3.956.508 quilogramas e 135:708$884 réis;

Gado suíno – em 1905 foram exportadas 42.032 cabeças, produzindo 92:267$200 de imposto e, em 1906, 46.268 cabeças e 92.616$000 réis de imposto;

Aves domésticas – a exportação foi de 1.699.738 quilogramas e o imposto produziu 29:369$856, em 1905. Em 1906 a exportação e o imposto foram, respectivamente, de 1.622.947 quilogramas e 19:475$114 réis;

Milho – a exportação deste gênero apresenta um decrescimento de 1905 para 1906, ao passo que a arrecadação do imposto aumentou: em 1905, foram exportados 18.999.420

quilogramas, dando o imposto 49:398$492 réis; em 1906, 16.604.462 quilogramas e 51:307$787 réis;

Manteiga – em 1906 houve uma exportação menor, porém uma arrecadação maior que em 1905: neste foram exportados 972.540 quilogramas, com a arrecadação de 73:913$040 réis e, em 1906, 3057.085 quilogramas e 19:581$835 réis;

Leite – não só a exportação como o imposto decresceram em 1906: nesse ano foi a exportação de 3.920.340 quilogramas e a renda do imposto 23:522$040 réis e, em 1905, 4.334.159 quilogramas e 26:034$954 réis, respectivamente;

Gado cavalar – a arrecadação do imposto, em 1905, foi de 14:385:280, correspondente a 1.729 cabeças, ao passo que, em 1906, foi de 16:744$000, correspondente a 2.093 cabeças;

Gado muar – foi de 2.012 cabeças, dando o imposto 16:739840 em 1905, descendo, em 1906, a 1.890 cabeças e o imposto a 15:724$800 réis;

Cal – talvez, devido à alta do preço, não obstante ter decrescido a exportação, a importância do imposto foi maior em 1906, pois foi de 33:484$408 réis sobre 20.927.755 quilogramas, quando, em 1905, produziu 21:014$640 réis;

Batatas – quase duplicou a exportação deste gênero em 1906, comparada com a de 1905; neste ano foi de 2.118.901 quilogramas e 12:713$460 o imposto; em 1906, de 4.070.431 quilogramas e 24:422$586 réis;

Feijão – foi de 4.430.153 quilogramas, em 1905, e elevou-se, em 1906, a 4.706.733 quilogramas, sendo o produto do imposto respectivamente, de réis, 22:150$265 e 37:247$639;

Arroz descascado – a exportação deste gênero foi de surpreendente aumento, em 1906, comparada com a de 1905. Neste ano a estatística acusou 887.043, quando, em 1906, se elevou a 4.122.708. Correspondentemente, a arrecadação do imposto foi de 12:418$602 réis no 1º ano e 69:920$127 no 2º ano.

Esta estatística não compreende alguns outros gêneros de produção de menor arrecadação de impostos e que produziram, em 1906, para a renda do Estado, 197:586$495 réis, mesmo porque, devido a contrabandos em nossas fronteiras, escapam à fiscalização.

Exportação do ouro – o ouro exportado em 1906 foi de 3.522.093 gramas, e a arrecadação de 211:078$863. Em 1905, de 3.612.068 gramas, dando 219:244$291 réis de imposto.

A receita ordinária da sinopse, proveniente das contribuições orçamentárias, na importância de réis.....	14.259:224$949
Deve-se adicionar: a renda não prevista, resultante do auxílio prestado pelo Governo Federal para socorros públicos; o imposto de 8%, *ad valorem*, sobre gêneros de consumo; prestação feita pela Câmara Municipal de Monte Santo, por conta de pagamentos feitos pelo Estado e outras verbas na importância de.....	440:303$335
As de depósitos da Caixa Econômica, do cofre de órfãos e bens de ausentes, na de.....	843:067$874
A proveniente de operações de crédito, na de.....	6.108:200$000
O suprimento recebido do exercício de 1907, na de.....	856:000$000
E o saldo recebido de 1905, na de.....	759:588$811
Sendo o total de.....	23.276:384$969

A despesa apurada com todos os serviços a cargo das duas secretarias, constantes das verbas do orçamento, foi de réis 18.032:706$602, aparecendo um excesso de 1.217:488$679 réis sobre a importância fixada no orçamento, a que foi de réis 16.815:217$923.

Por conta de diversas autorizações, foi despendida a quantia de 941:668$630, na qual estão incluídas as despesas a que se referem o Decreto nº 1.952, de 30 de outubro de 1906, e o de nº 1.857, de 1905, 1.837, de julho de 1905.

As restituições das quantias depositadas na Caixa Econômica, no cofre dos órfãos e ausentes, montaram em 869:200$264.

As despesas satisfeitas por meio de operações de crédito foram as seguintes:

Aos portadores de títulos da Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas, pela conversão dos mesmos títulos, 2:400$000;

Pela rescisão do contrato da Estrada de Ferro Espírito Santo e Minas, para a liquidação da questão pendente com o concessionário e com a empresa concessionária daquele contrato, réis 4.000:000$000;

Pela aquisição dos direitos creditórios da Estrada de Ferro Muzambinho, 829.000$000;

Pela rescisão do contrato de arrendamento das águas de Poços de Caldas, 300:000$000;

Pela encampação dos bens e concessão das águas minerais pertencentes à empresa de Lambari e Cambuquira, 700:000$000.

Estes pagamentos foram realizados em virtude de autorização legislativa, por meio de emis-

são de apólices do Estado, de juro de 5% anual.

Finalmente, este exercício supriu o de 1905, do qual não recebeu a devida indenização, a quantia de 1.227:373$594.

Impostos

Pela magnitude e extensão do assunto, será a questão de impostos objeto de uma exposição separada que vos apresentarei brevemente.

Dívida Consolidada

A importância total da dívida consolidada do Estado, quer interna, quer externa, calculada esta em ouro, ao câmbio oficial de 15 dinheiros, eleva-se a 73.112:322$500 réis, discriminada do modo seguinte:

INTERNA

32.825 apólices de	1:000$000	32.825:000$000
3.001 apólices de	500$000	1.000:500$000
23.241 apólices de	200$000	4.648:200$000

EXTERNA

108.425 títulos de 500 francos, 54.212.500 francos que, ao câmbio aludido, produzem em papel	24.446:622$050
12 mil libras esterlinas ao mesmo câmbio	192.000$000
	73.112:322$500

A cotação de nossos títulos é firme e animadora, fazendo-se sempre, com a maior pontualidade, o respectivo serviço de juros e amortizações.

Empréstimos Municipais

Continuam em vigor os contratos realizados com a Câmara Municipal de São José de Além Paraíba, a 9 de novembro de 1903, modificado em 6 de abril e 21 de julho de 1904, e com a de Carangola, a 13 de agosto do mesmo ano.

Aquelas câmaras têm cumprido as respectivas cláusulas contratuais, fazendo os pagamentos por elas devidos.

As de Ouro Preto e Cataguazes ainda não fizeram a conversão de suas dívidas de juros garantidos pelo Estado. A de Monte Santo, responsável para com este por 34:476$925, fez, em 1906, uma prestação de 15:000$000, sendo sua responsabilidade atual de 19:476$925, tendo a de Juiz de Fora solvido os compromissos de seus empréstimos.

A Prefeitura de Belo Horizonte, com os recursos que lhe permitiu o empréstimo externo de 225.000 libras esterlinas, de juros garantidos pelo Estado, consolidou sua dívida flutuante, liquidou a conta corrente que tinha com o mesmo, vivendo agora com os próprios recursos, que, para uma cidade ainda em formação e capital do Estado, com muitos serviços por terminar e outros para serem começados, ainda são diminutos.

Questões de Limites

Continuam, como dantes, estas questões seculares e sempre inconvenientes à ordem e à ação fiscal e administrativa, nas zonas contestadas entre este Estado e os do Rio, Espírito Santo e Goiás, bem como, embora com menor intensidade, com os de São Paulo e Bahia.

Com o Estado do Rio estipulou-se a arbitragem para hipótese de, levantada a carta topográfica da zona em litígio, não chegarem a acordo as partes litigantes.

Esta medida deve ser colimada, como solução de caráter geral, para os casos semelhantes.

A nossa civilização, a circunstância de sermos estados confederados da mesma República, as necessidades comuns da normalização administrativa em considerável porção do território – tudo isso impõe a solução pacífica, decisiva e benéfica da arbitragem.

Continua o Estado a manter um representante junto à Comissão Geográfica e Geodésica de São Paulo para o estudo técnico da parte referente à zona limítrofe.

A fim de abreviar a conclusão do mapa, a que se refere as instruções que regem este serviço, foram elas modificadas, de modo que os estudos topográficos da faixa, dentro da qual oscila a linha nominal de limites, ficarão reduzidos a pouco mais da metade dos que teriam de ser feitos sem a reforma aludida.

No relatório do Sr. Secretário do Interior encontram-se informações minuciosas do estado dessas questões.

Câmaras Municipais

A vida municipal, que nossa Constituição procurou fazer a mais livre possível, como célula do organismo administrativo, em contato direto com o povo e sob a sua imediata fiscalização, cria-lhe o espírito público, levando-o a cuidar das necessidades comuns.

O interesse que as eleições municipais suscitam atesta grande vitalidade, não estando o mal nesse interesse, mas em seu objetivo, desviado do terreno útil e fecundo dos progressos reais para a luta aviltante da política das personalidades.

Em um regime republicano seria um crime tocar nas franquias municipais.

É no exercício da própria liberdade que um povo aprende a ser livre, e é praticando-a, neste círculo mais restrito, que ele saberá exercê-la em seu Estado e ser cidadão livre em sua pátria.

A súbita transformação de um regime político de inteira tutela, como era o da Monarquia, para o da completa liberdade política, como é o republicano, devia trazer, e efetivamente trouxe, embaraços de adaptação tanto para os municípios, como para os estados e para o próprio Governo Central.

A normalização está se operando para todos e as liberdades municipais devem ser respeitadas como uma regra primordial do dogma republicano.

Tendo o governo procurado aquilatar dos recursos de que atualmente dispõem as municipalidades, com os elementos que foi possível coligir em 100 municípios, verificou-se uma receita de 5.455:000$000, podendo-se calcular a receita total dos 136 municípios de que se compõe o Estado em cerca de 7.000:000$000.

A distribuição de algumas verbas, tomadas em média, dá os seguintes resultados:

Com a Instrução Pública despendem apenas, 6,90% da receita total;

Com o funcionalismo, 21,24%;

A dívida ativa é de 13,67%.

É de esperar-se que, pela nova orientação, a porcentagem das duas últimas verbas seja resolutamente diminuída em benefício de outras mais úteis e reprodutivas.

Tem o governo encontrado, da parte das municipalidades, manifestações de adesão a seu programa já quanto ao ensino primário, já quanto ao agrícola.

Foi de notáveis auspícios a iniciativa coletiva das municipalidades do 5º Distrito do Sul de Minas, reunindo-se em congresso os respectivos agentes-executivos na cidade de Itajubá, para deliberarem sobre assuntos do maior alcance.

Tive ocasião de apreciar, devidamente, o sério interesse despertado pelo problema da reorganização do ensino e do trabalho; o modo prático porque foram encaradas as diversas questões, na parte relativa à iniciativa das municipalidades; a competência com que foram discutidas as conclusões de alcance prático e exequíveis, que afinal foram votadas e já estão sendo postas em prática.

Ao lado da ação do governo, é indispensável a convergência de todas as forças ativas do Estado, sendo essencial a das municipalidades.

Ela está manifestando-se e já foram convocados outros congressos, um em Leopoldina e outro na Diamantina.

Devo dar testemunho de profundo reconhecimento pelo modo gentil e carinhoso com que foi recebido no Sul de Minas o presidente do Estado, nos povoados e localidades por que passou, em direção às cultas e prósperas cidades de Itajubá e de Pouso Alegre.

Ordem Pública

De tranquilidade e de ordem, em toda a extensão de nosso vasto território, foi o período decorrido entre as duas legislaturas, continuando o mesmo estado anterior, muito de orgulhar ao povo mineiro.

Com grande população, com pequena força policial, distantes os centros povoados uns dos outros, entretanto, afora os casos comuns e, estes mesmos em diminuta porcentagem, da violação da lei penal, a tranquilidade e a ordem pública não foram alteradas.

A índole pacífica de nossos patrícios; a administração de tolerância de meu ilustre antecessor, feita sem preocupações de partidarismos, evitando, por esta forma, acirrar as rivalidades políticas locais; a autoridade policial excluída da função, que lhe não é própria, de instrumento político, para ser a preventora dos crimes e garantidora da liberdade do cidadão; tais têm sido as condições da bela paz geral em que o Estado tem vivido, não havendo motivo algum para se supor possa ser alterada.

Penitenciária

O número de presos, no Estado, atualmente, é de 1954.

Urge modificar o regime de nossas prisões, para pô-lo de acordo com as exigências do Código Penal, da civilização moderna e dos próprios princípios de humanidade.

Estes, com efeito, veem no delinquente um homem que deve, não só ser punido mas, principalmente, regenerado pelo ensino que se lhe ministra, pelo trabalho que o disciplina e distrai, pelas noções morais que o regeneram, de modo que seja restituído à sociedade melhorado e, não qual foi entregue à reclusão, se é que, por falta dessas providências, não se retira ainda piorado.

Contestam alguns escritores do Direito Penal, fundados em estatísticas, a proficuidade desses meios de regeneração.

Se é verdade, porém, que os dados estatísticos não favorecem, por completo, a teoria da regeneração do criminoso, não é menos certo que o emprego desses cuidados humanitários absolutamente não pode piorá-los e, ao inverso, a muitos será utilíssimo.

"O dilema é simples – di-lo autoridade de altíssimo valor pela sua competência e insuspeição: – ou os presos trabalharão ou ficarão ociosos.

Se ficarem ociosos, não só a sociedade já terá sofrido os seus crimes, como os contribuintes ainda terão de fazer sacrifícios para sustentá-los."

Deve-se, pois, concluir que o trabalho dos presos é inevitável, visando *as despesas da sua manutenção, a reparação do dano causado ao Estado, à vítima e à própria família.*

Agora a face econômica do assunto.

A criação do trabalho sistematizado nas prisões, além de medida humanitária, é de resultados econômicos para o Estado, podendo ser ali fabricados diversos artefatos que consomem para os seus serviços, como fardamentos e calçados, trabalhos tipográficos etc., obtendo-se conjuntamente que o recluso, ao ser de novo entregue à sociedade, possa levar consigo a habilitação para um ofício manual, aprendido com relativa perfeição.

Em França, em Melun, os presos vestem 20.000 homens da administração penitenciária ou de outros serviços públicos, com um abatimento de 35% sobre os preços comuns; fazem impressos com um rebate de 47%; fabricam calçado para o Exército com um abatimento de 27% e mesmo 33% sobre o preço do mercado.

Iniciando essa reforma, foram ordenados serviços de adaptação na velha Cadeia de Ouro Preto, a melhor e mais vasta prisão do Estado, para ser convertida em oficina de trabalho regular até que se possa construir a penitenciária definitiva, já autorizada por lei.

Semelhantes institutos deviam ser feitos e custeados pelo governo da União; porque visam

o cumprimento da pena, a qual, como matéria de Direito substantivo, é de sua exclusiva competência e que fica, por completo, dependendo das respectivas penitenciárias, cuja construção não deveria, portanto, ser deixada à competência dos estados.

Cadeias

Foram concluídas as cadeias de Teófilo Otoni, Três Corações do Rio Verde e São Gonçalo do Sapucaí, no valor de 84:465$700, e efetuados consertos e melhoramentos em outras, na importância de 103:307$843.

Algumas e, entre elas a de Ouro Preto, como foi referido, estão sofrendo reparos e melhoramentos, no valor de 80:053$434.

Assistência a Alienados

A assistência que o Estado presta aos vitimados pelo desequilíbrio mental, em seu Instituto de Barbacena, absolutamente não estão nas condições de seu humanitário destino.

As moléstias mentais, filhas das desordens físicas, intelectuais ou morais, consistindo no predomínio da subjetividade desordenada sobre a realidade objetiva, não se curam pelo constrangimento dos reclusos, e, sim, além dos meios terapêuticos, principalmente pelos remédios morais, consistentes na instituição do trabalho que educa e fixa a atenção do doente, diminuindo-lhe o mundo das falsas visões que o assediam e aumenta-lhe, cada vez mais, a sujeição ao mundo exterior, até que, se possível, o equilíbrio se restabeleça.

Começando-se modestamente pelo estabelecimento de um ou dois pavilhões, com área apropriada à realização dos serviços e nos moldes aconselhados pela ciência moderna, serviços que não serão muito dispendiosos, ter-se-á dado início ao cumprimento de um dever de humanidade para com os infortunados insanos.

Com as obras de melhoramentos da Assistência a Alienados, em Barbacena, tem-se despendido, por conta do crédito especial de 250:000$000, a importância de 68:828$542.

Ensino Superior e Secundário

A Faculdade Livre de Direito, instituição particular, fundada há 14 anos, tem funcionado com frequência bastante regular e proveito para os que se dedicam à carreira jurídica.

A inscrição, no ano passado, constou de 154 alunos, 22 dos quais receberam o grau de bacharel.

A Escola de Farmácia de Ouro Preto continua sob a direção do bacharel Jovelino Mineiro.

A sua organização, autorizada no art.29 da Lei 439, do ano passado, não pode ser ainda levada a efeito, aguardando o governo oportunidade, uma vez que se espera, do Governo Federal, a Reforma da Instrução, que também deve atingir o curso de Farmácia.

Matricularam-se nos dois anos do curso 185 alunos, sendo 37 matriculados e 47 ouvintes no 1º ano, e 97 matriculados e 4 ouvintes no 2º.

A renda da escola, em matrículas, certidões, diplomas etc., subiu a 26:760$800.

O ensino oficial secundário continua sob a organização dada em 1903 e é ministrado pelo Ginásio Mineiro – internato, em Barbacena, e externato, nesta capital.

Prestam, incontestavelmente, bons serviços estes dois estabelecimentos de ensino, dirigidos com zelo e competência.

Têm sido introduzidos no internato diversos melhoramentos não só quanto ao edifício, como nos gabinetes e no ensino. A sua manutenção já é muito menos pesada para o Estado. A receita foi de 82:358$100 e a despesa de 106:287$353.

Existem matriculados no internato 141 alunos e, no externato, 255.

A Escola Normal, recentemente criada nesta capital, conta 109 alunas e da dedicação do seu diretor e corpo de professores muito se espera em proveito da instrução dos professores.

Fora do ensino oficial continua o ensino normal, a ser ministrado em três escolas municipais: em Barbacena, em Três Pontas e em Minas Novas, havendo mais, no Estado, 10 colégios equiparados.

O ensino secundário de agricultura está sendo feito com proveito pelos Revmos. padres salesianos em Cachoeira do Campo, parecendo de conveniência ao alargamento desta útil instrução que o governo auxilie, eficazmente, semelhante iniciativa particular.

Magistratura

A magistratura do Estado, em geral e particularmente o Tribunal da Relação, continuam a manter com brilho os foros de competência e honestidade que todos lhes reconhecem.

O Tribunal da Relação, composto de juízes provectos, impôs-se fundadamente à confiança do Estado, oferecendo real garantia aos seus jurisdicionados.

A divisão em duas câmaras – civil e criminal – tem provado bem: acentua-se mais a competência na especialização das matérias sujeitas ao julgamento.

Não é menor vantagem a da brevidade nos mesmos.

Exceto Rio Pardo e Patos, acham-se providas todas as comarcas.

Estão vagos oito termos e duas promotorias.

Com a supressão das comarcas, previstas na Reforma Judiciária de 1903, economia não pequena tem sido realizada, sem sacrificar-se a administração da Justiça.

São em número de 24 as comarcas suprimidas.

Ministério Público

Dirige com elevação este importantíssimo ramo da Administração Pública o Sr. Dr. Arthur Ribeiro, cuja competência e dedicação são notórias.

O Sr. Dr. Aureliano de Magalhães, digno subprocurador do Estado, continua merecedor do alto conceito de que o fazem digno os seus relevantes serviços ao Estado.

Eleições

Sob o regime eleitoral, em vigor, realizou-se a renovação da Câmara dos Deputados e a metade do Senado, em 10 de março do ano passado.

Pleiteadas animadamente em todo o estado, somente em Pontal, no município de Varginha e em Piedade do Turvo foi perturbada a ordem pública, devido a apaixonadas questões locais.

Foram as exceções únicas à calma e regularidade que presidiram o pleito em toda parte.

O governo fez o maior esforço em cumprir a sua palavra empenhada no programa que traçou: as eleições correram inteiramente livres.

Para uma vaga no Senado Federal foi, a 12 de dezembro do ano passado, eleito o benemérito mineiro Sr. Dr. Francisco Antônio de Sales.

Com a renúncia do Sr. Dr. David Campista, chamado ao elevado posto de ministro da Fazenda, onde continua as tradições de sua brilhante carreira política e administrativa, foi eleito deputado pelo 4º Distrito o Dr. João Penido Filho.

Também se procedeu no 1º Distrito Federal do Estado à eleição de um deputado para preencher a vaga verificada com a renúncia do Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, nomeado para o cargo de secretário do Interior, tendo sido eleito o prestigioso mineiro Sr. Dr. Domingos Moreira dos Santos Pena, em 12 de dezembro de 1906.

Igualmente, tendo o Sr. Dr. Adalberto Ferraz renunciado ao mandato, que tanto honrou, em 24 de maio recentemente findo, foi eleito deputado pelo 5º Distrito o Sr. Dr. Josino de Alcântara Araújo.

Junta Comercial

Sob a presidência do conceituado comerciante Sr. Coronel Manoel Gonçalves de Souza Moreira, funcionou a Junta Comercial, regularmente, no ano passado, efetuando os trabalhos que lhe são próprios.

A renda proveniente desse serviço foi de 5:663$400 para o Estado e de 7:015$453 para a União.

Brigada Policial

Não foi possível, ainda, por motivo de ordem financeira, utilizar-me da autorização confe-
rida na Lei nº 445, de 3 de outubro do ano passado, para a reorganização da força pública.

Entretanto, tenho já delineado o Regulamento da Brigada Policial, que em breve espero poder publicar.

Continua sob a direção do chefe de Polícia a Brigada, cujo pessoal efetivo foi fixado pelo Decreto no 1.883, de 10 de março de 1906, com referência à Lei nº 414, de 22 de setembro de 1905.

Segundo as disposições citadas, o número de praças de pré deve ser de 1.900 e 82 o de oficiais.

Materialmente, acham-se bem instalados os corpos 1º e 2º de Polícia, estacionados nesta capital.

Produz impressão animadora a visita aos dois quartéis, notando-se o zelo dos seus dignos comandantes quanto à ordem e asseio irrepreensíveis e disciplina dos comandados.

Em comissões contínuas acham-se oficiais efetivos e adidos, comandando destacamentos e em outras diligências.

Tenho a satisfação de registrar aqui o meu aplauso pelos bons serviços por eles prestados.

Saúde Pública

Foi geralmente satisfatório o estado sanitário, com pequenas alterações em algumas localidades.

Na zona limítrofe com o Estado do Rio, tendo como ponto principal a estação de Paraopeba, manifestaram-se casos suspeitos de peste bubônica.

As frequentes comunicações com a cidade de Campos, onde grassava o terrível flagelo, autorizavam a veracidade dos boatos de invasão da peste e o governo, sem perda de tempo, encarregou o Dr. Benjamin Moss de organizar a defesa sanitária, obtendo também o concurso do Governo Federal.

As providências conseguiram o resultado desejado, sendo louvável a dedicação do médico nomeado.

Em alguns pontos, mesmo nas proximidades desta capital, apareceram casos esporádicos de varíola.

O Dr. Cícero Ferreira, encarregado pelo governo, conseguiu extinguir os focos do mal, impedindo a sua propagação.

O serviço foi feito com proficuidade e presteza pelo médico nomeado, digno de louvores.

Não foi possível ainda utilizar-me da autorização consignada na Lei nº 451, relativa ao serviço de higiene no Estado.

Convencido, porém, da importância e fundado interesse que o Congresso Mineiro ligou à organização desse serviço, cujas vantagens para a comunhão social é escusado encarecer, pretendo, logo que as condições financeiras deem margem, prevalecer-me da aludida autorização.

Estradas de Ferro

Durante o ano de 1906, a viação férrea do Estado teve apenas o aumento de 23 quilômetros, inaugurados a 28 de outubro, na Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho de Curralinho a Contria.

As demais estradas continuaram em seu estado anterior.

Situadas em território mineiro, temos as seguintes linhas férreas:

Central do Brasil (incluído o trecho de Curralinho a Contria)	757,469
Leopoldina	849,178
Oeste de Minas	912,000
Sapucaí	407,000
Mogiana	302,000
Bahia e Minas	233,870
Muzambinho	237,990
Minas e Rio	147,000
Juiz de Fora e Piau	58,101
Guaxupé	14,000
Paraopeba	12,000
Ao todo	**3.930,608**

Deste total pertencem:

ao governo da União	2.261,564
a empresas particulares, garantidas pelo Estado	1.435,174
a este, no trecho da Bahia e Minas compreendido entre Aimorés e Teófilo Otoni	233,870
	3.930,608

A Estrada de Ferro Bahia e Minas, com a extensão de 376 km, 270 compreendidos os dois trechos – de Aimorés a Teófilo Otoni e de Aimorés a Ponta d'Areia, este último entregue ao Estado, em virtude da escritura de anticrese, de 14 de abril de 1897, acha-se arrendada ao Sr. José Bernardo de Almeida, por contrato de 22 de abril de 1904.

O governo, usando da autorização contida na Lei n.º 431, de 4 de setembro de 1906, expediu o Decreto n.º 1.952, de 30 de outubro do mesmo ano, abrindo o crédito de 600:000$000 para a construção da linha do norte da Estrada de Ferro Espírito Santo e Minas, no trecho de Sabará a Ferros, com o fim de encontrar a Vitória à Diamantina.

Esta ligação dará ao Centro de Minas e à sua zona de Leste nova saída para o mar.

O governo da União está autorizado a adquirir este trecho de Sabará a Ferros, construído em zona naturalmente tributária da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O competente engenheiro do Estado, Dr. José Francisco Cantarino, foi incumbido da administração das obras, consistindo em reparos e ligações dos serviços já efetuados pela empresa Guahy, na extensão de 28 quilômetros.

Não é lisonjeiro o estado financeiro das estradas de ferro mineiras, pois somente a Muzambinho e a Bahia e Minas deram os saldos de 110:838$950 a primeira, e 39:245$852 a segunda, em 1906.

As receitas e despesas das estradas dependentes do Estado são as seguintes:

Leopoldina

Receita.....	3.878:322$720
Despesa.....	4.451:844$591
Déficit.....	_____
	573:511$871

Sapucaí

Receita.....	781:922$420
Despesa.....	1.062:449$430
Déficit.....	_____
	280:527$010

Muzambinho

Receita.....	660:859$370
Despesa.....	550:020$420
Saldo.....	_____
	110:838$950

Bahia e Minas

Receita.....	484:289$137
Despesa.....	345:043$285
Saldo.....	_____
	39:245$852

Juiz de Fora e Piau

Receita.....	283:428$005
Despesa.....	325:172$370
Déficit	_____
	41:744$365

Durante o ano de 1906, o Estado pagou de juros a quantia de 762:251$079, sendo:

À E. F. Leopoldina, juros do 1.º semestre de 1905.....	365:974$631
À E. F. Sapucaí, juros do 2.º semestre do mesmo ano.....	396:276$448

As demais contas ainda não foram definitivamente processadas.

Até 1906, o Estado tem despendido: com pagamentos de juros garantidos a

Estradas de ferro	31.415:868$955
Com empréstimos autorizados pela Lei n.º 64.....	15.875:412$055
Com subvenção quilométrica.....	3.247:353$000
Com a Bahia e Minas.....	16.350:627$788
Com a administração da E. F. João Gomes a Gomes a Piranga.	54:112$276

Destas quantias já foram restituídas ao Estado:

A subvenção quilométrica da Leopoldina.....	2.354:589$000
Descontos nos juros devidos à E. F. Sapucaí, para amortização do seu empréstimo.....	1.996:800$000

Estradas de Rodagem e Pontes

Para melhoramentos e aberturas de estradas de rodagem despenderam-se 101:547$700, estando em andamento obras no valor de 41:572$300.

Foram construídas diversas pontes na importância de 41:801$900, reconstruídas e consertadas outras na de 148:363$692, e obras em andamento em 83:946$400.

Terras Devolutas

Continua o serviço de terras devolutas do Estado sob o regime do regulamento promulgado pelo Decreto n.º 1.351, de 11 de janeiro de 1900, para a execução das Leis n.º 27, 173 e 263, de 25 de junho de 1892, de 4 de setembro de 1896 e de 21 de agosto de 1899.

No ano passado, a área total dos terrenos medidos foi de 90.906.067 metros quadrados, sendo 75.671.866m² para venda direta; 12.850.000m² para legitimação e 2.382.201m² para patrimônio municipal.

A renda proveniente da área 75.671.866m², medida para venda direta ao preço de 4$000 hectare, deverá atingir a 30:268$746, além da importância do selo dos títulos e dos processos.

A importância arrecadada, no ano passado, pela venda de terras, realizada nesse e nos anos anteriores, foi de 35:059$352 que, adicionada à de 14:101$369, proveniente do pagamento de prestações da venda de terrenos, a prazo e de lotes coloniais, perfaz o total de 49:160$721.

Terrenos Diamantinos

Funcionou regularmente, no ano findo, a Delegacia de Terrenos Diamantinos, tendo estado em vigor, nesse período, 393 arrendamentos, representando uma área de 550.937,43 hectares.

A renda arrecadada no ano findo, exclusive os direitos sobre retificação de contratos etc., importou em 23:834$391, assim discriminada:

Arrendamentos em 1906.....	10:553$875
Impostos.....	3:369$210
Dívida de 1904, 1905 e 1906.....	7:000$042
Multas de 1905.....	2:911$264

Águas Minerais

Para poder ser executado o plano de melhoramento da Vila de Poços de Caldas, aprovado pelo Decreto n.º 1.875, de 3 de janeiro do ano passado, foi, a 2 de março seguinte, rescindido o contrato de arrendamento das águas de Caldas e celebrado, em data de 21 de abril do mesmo ano, novo contrato com Dr. Álvaro de Menezes.

Pela companhia organizada, em virtude deste contrato, já foram iniciados alguns dos serviços a que se obrigou o contratante.

Caxambu, Lambari e Cambuquira – pelo contrato de 20 de junho do ano passado foram arrendados, pelo prazo de 15 anos, contados do 1.º de julho seguinte, os estabelecimentos balneários, fontes medicinais, prédios e bens móveis do domínio do Estado na Vila de Águas Virtuosas de Lambari e na Povoação de Cambuquira, à empresa Lambari e Cambuquira, mediante o pagamento de 46:000$000 anuais e de 1$000 de cada caixa d'água exportada.

Em data de 9 de agosto do mesmo ano, a empresa de Caxambu transferiu àquela a concessão que, a 22 de dezembro de 1904, lhe fora feita pelo governo para a exploração de águas minerais, em virtude da qual recebia o Estado a quantia de 45:000$000 anuais.

Assim, ficou a empresa Caxambu, Lambari e Cambuquira obrigada a pagar anualmente ao Estado a quantia de 91:000$000, sendo 46:000$000 pela exploração das águas de Lambari e Cambuquira e 45:000$000 pelas das de Caxambu, além de 1$000 sobre cada caixa d'água que for exportada das respectivas fontes e do imposto de consumo a que está sujeita a venda das águas minerais;

Contendas - ainda não foram arrendadas estas águas;

São Lourenço - continua em vigor a concessão feita ao Sr. Bernardo Saturnino da Veiga, para a exploração destas fontes, em virtude do contrato de 4 de julho de 1890 e do termo modificativo de 26 de janeiro de 1904.

Por este termo, o prazo para a conclusão das obras termina a 26 de janeiro de 1908.

Colonização

Serviço de alta relevância para os interesses econômicos do país, o da colonização, acaba agora de receber do governo da União verdadeiro impulso, devendo ser a pedra angular para o engrandecimento econômico brasileiro.

Com a publicação do Decreto do Governo Central n.º 6.455, de 19 de abril deste ano, e do regulamento que com ele baixou, entra o problema em nova fase, na amplitude com que é encarado, visando a fixação do colono ao solo, pela ação direta da União, pela iniciativa dos Estados, das companhias de viação férrea, das companhias particulares e dos próprios particulares, agindo separadamente ou em combinação.

Concede a União favores diretos e pecuniários, visando a efetividade do serviço; e o governo do Estado, seguindo a orientação, dele cogitou no recente regulamento de 8 de junho do corrente ano.

Os núcleos coloniais existentes devem ser remodelados de acordo com a nova lei, no que lhes for aplicável.

Continua o Estado a custear os oito seguintes núcleos coloniais: Nova Baden, no município de Águas Virtuosas; Francisco Sales, no de Pouso Alegre; Rodrigo Silva, no de Barbacena; Afonso Pena, Carlos Prates, Bias Fortes, Américo Werneck e Adalberto Ferraz nos subúrbios da capital.

Acham-se localizados, nesses núcleos, 2.569 indivíduos, assim distribuídos:

Rodrigo Silva	1.344
Francisco Sales	272
Nova Baden	227
Américo Werneck	180
Afonso Pena	172
Bias Fortes	156
Carlos Prates	133
Adalberto Ferraz	85

A produção dos mesmos elevou-se, no ano passado, à importância de 445:163$400, com a seguinte distribuição:

Rodrigo Silva	254:399$000
Nova Baden	41:987$100
Afonso Pena	36:855$500
Bias Fortes	34:814$000
Carlos Prates	29:666$300
Francisco Sales	23:771$200
Adalberto Ferraz	15:100$000
Américo Werneck	8:570$300

Eleva-se à importância de 788:660$000 o valor das propriedades existentes nos referidos núcleos.

Havendo sido de 2.414 indivíduos a população colonial e de 425:394$900 a produção, em 1905, verifica-se que, no ano de 1906, houve, nesta, um aumento de 19:768$500 e, naquela, um acréscimo de 155 indivíduos.

Despendeu o Estado, no ano passado, com o serviço de colonização, a quantia de 37:947$420.

Secretários e Auxiliares

Nos seus diretos auxiliares tem o governo encontrado o mais franco e eficaz apoio para a execução da árdua tarefa que se impôs.

O ilustre moço, secretário da Pasta do Interior, Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, com operosidade e dedicação inexcedíveis, tem desempenhado suas funções, sendo-lhe devedora a Instrução Primária da Reforma que a está transformando.

À Reforma do Trabalho e Ensino Agrícola tem-se consagrado o secretário das Finanças, Dr. João Bráulio, com todo o empenho e eficácia, cumprindo os árduos deveres em relação aos múltiplos negócios que correm por sua pasta.

A Chefia de Polícia esteve a cargo do Dr. João Olavo de Andrade, que desempenhou suas funções com elevado critério, já tendo prestado ao Estado os melhores serviços na passada administração.

Voltando à sua carreira na magistratura, foi nomeado, para substituí-lo, o Dr. Josino de Alcântara Araújo, que, nos poucos meses em que desempenhou o cargo, se houve com zelo e acerto.

Exerce-o, atualmente, o Dr. Rafael de Almeida Magalhães, com grande proveito ao serviço público, tendo trazido da magistratura um nome acatado.

Conclusão

São estes, Srs. representantes de Minas Gerais, os esclarecimentos, os dados e as informações que julguei dever prestar-vos na abertura da 1ª Sessão da 5ª Legislatura.

Resulta da análise feita, que muitos serviços públicos necessários estão incompletamente providos, muitos outros por serem iniciados e, como já foi dito, a insuficiência dos recursos faz ainda que o funcionalismo seja mal remunerado, não se podendo apelar para o aumento de impostos, dada a situação geral econômica, positivamente má.

Na insuficiente produção em um território vasto, produção absolutamente desproporcional com a sua população, está a causa patente de todos estes males, oprimentes e numerosos.

Não há de ser como os processos da crítica pela negativa fácil, não querendo ou não podendo fazer apreciações sérias em assuntos profundamente sérios, que nos havemos de salvar.

A rotina, com a sua força própria da inércia, a opinião dos cépticos e desanimados, com os desfalecimentos morais de todo nome, não resolvem a grave situação atual; porque não é remédio, na iminência dos infortúnios, fechar os olhos, aguardando-lhes o último golpe.

Não.

É preciso reagir e reagir com inteira firmeza.

Patenteando a nossa desoladora situação econômica, como povo, ao lado de abundantíssimas riquezas, como solo, o pensamento que daí surge não é o do desânimo do futuro; porque o nosso passado não autoriza e nem o despertar do presente o assinala, como devendo ser a continuação deste mau estado atual.

Os remédios apontados não são os do empirismo incerto e nem as aventuras de experiências novas, senão o caminho do trabalho, esclarecido pela ciência e amplamente iluminado pelo exemplo de outros povos que, por ele e com ele, sem recursos iguais aos nossos, estão ostentando um assombroso poder.

A energia para realizá-lo não pode exceder as forças de um povo, cuja história testemunha a ousadia rara dos antepassados, vencendo dificuldades inumeráveis, em procura do ouro e das pedras preciosas que descobriram e revelaram, com a terra que nos é berço, e legando-nos estímulos para também sermos dignos da geração que nos deve suceder.

São os motivos da firme esperança de que havemos de combater a penúria, que a nossa terra não merece, para fazermos a felicidade a que Minas Gerais tem direito.

Proporcionando-a, teremos cumprido o nosso dever.

Palácio, em Belo Horizonte, 15 de junho de 1907.

O presidente do Estado,

JOÃO PINHEIRO DA SILVA

25. Saudação ao arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta (6 de agosto de 1907)

DOM SILVÉRIO[40]

Eminentíssimo Senhor Cardeal. Excelentíssimo Serenos Arcebispos e Bispos. Meus senhores.

Não podia deixar de trazer a V. Exa., Excelentíssimo senhor Arcebispo, a homenagem que tributamos ao sacerdote virtuoso, ornamento das letras religiosas e das letras pátrias, ao

---

40 Discurso proferido por João Pinheiro no Seminário de Mariana por ocasião da sagração de Dom Silvério Gomes Pimenta em 6 de agosto de 1907 de acordo com transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 246-247. Nascido em Congonhas do Campo, Dom Silvério (1840-1922), além de sacerdote e professor, foi orador sacro, poeta, biógrafo e o primeiro prelado brasileiro com assento entre os escritores consagrados pela Academia Brasileira de Letras.

prelado eminente que recebe hoje a merecidíssima investidura da mais alta dignidade da igreja mineira.

A unidade moral, nas longas existências, é sem dúvida um dos mais consoladores espetáculos da vida.

Na sua, Excelentíssimo senhor, de mais de meio século, os mineiros têm presenciado, sempre, a dominarem-na, uma virtude sem mácula, um devotamento sem trégua ao ideal mais elevado, como são, na ordem moral, os ideais religiosos.

O catolicismo mineiro, vendo V. Exa. na alta dignidade que lhe foi hoje conferida, verifica uma feição grandiosa de justiça, consagrando o merecimento no serviço da religião católica, feito com inexcedível bondade e formosíssimo na sua unidade e continuidade.

A significação da homenagem tributada é de todo o ponto completa; porque, de par com a consagração oficial, está a honra que absolutamente não é menor, do aplauso de todos os corações a esta legítima e natural elevação.

Nesta casa, onde nos achamos reunidos agora, têm passado sucessivamente muitas gerações de moços dos que, em Minas, quiseram seguir a carreira das Letras.

Aqui, para muitos daqueles aos quais reservou a sorte uma parcela de ação na vida pública, se iniciaram laços de amizades sinceras e duradouras.

E sempre, ao lembrar desses primeiros dias da mocidade, estas recordações benfazejas se associam às dos mestres respeitadores e talvez austeros, mas sempre justiceiros, na igualdade moralizadora com que todos eram aqui tratados, como no Senado Mineiro, o lembrou um antigo aluno desta Casa.

Havia também o exemplo de ministros de uma religião, que com absoluta sinceridade a ensinavam e praticavam. A obra educadora dos seminários, em Minas Gerais, no domínio das letras clássicas, foi útil e fecunda.

Dentre os mestres do meu tempo, aqui, Dom Silvério representava o grande saber e a grande bondade, bondade comunicativa, conquistando o coração dos discípulos; porque emanava, naturalmente, do coração do mestre venerado.

Seu antigo discípulo, Excelentíssimo senhor, teria omitido um dever de afeto, senão viesse pessoalmente prestar a V. Exa. a homenagem devida ao chefe espiritual da religião que foi a de meus pais e é a de meus filhos, e que rejuvenesce dentro do regime republicano e na pátria inteiramente livre.

Ergo, pois, a minha taça em honra de Dom Silvério Gomes Pimenta.

26. Da propaganda republicana ao governo de Minas (12 de agosto de 1907)

O MOVIMENTO[41]

Sob este sugestivo título, na vigência do regime monárquico foi criado nesta cidade pelo intemerato republicano Dr. João Pinheiro da Silva, um periódico de propaganda política sob sua inteligente direção contra as instituições que então vigoravam e a favor da República.

Fez se o movimento revolucionário neste sentido e com efeito, a 15 de novembro de 1889 foi proclamada a nova forma de governo.

Uma grande vitória essa para o ardoroso propagandista que concorrera, poderosamente, valorosamente, na imprensa e na tribuna popular, à custa dos maiores sacrifícios, para o triunfo da boa causa!

Alma de verdadeiro patriota, filho do povo e do trabalho, espírito preparado para as nobres reivindicações da liberdade, do bem, da justiça e do direito, e para as conquistas do progresso e da grandeza da pátria, o Dr. João Pinheiro foi em Minas o precursor da República, como Tiradentes fora o precursor da Independência. Para ele não houve os martírios d'este, mas ficaram-lhe as tremendas responsabilidades de seus ideais e de seus atos.

Mas não bastava fazer a República, mudando apenas a forma de governo, substituindo o coroa pelo barrete frígio [ilegível]. Era fazer a pátria caminhar e progredir para tornar-se completamente independente e livre em todos os sentidos.

Aos movimentos políticos para a vitória da Independência e da República devia suceder o movimento econômico protecionista para se nacionalizar a nação e fazê-la a primeira potência mundial, aproveitando-se os vastos e excelentes recursos com que aprove a providência dotá-la.

Muito bem compreende o Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro essa palpitante necessidade, e por isso a sua política tem sido firmada nestes princípios. Não só agora que está presidindo o Estado, como também o foi quando dirigiu os trabalhos do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Belo Horizonte, donde partiu inquestionavelmente o primeiro movimento reivindicador, que parece ter já impulsionado os outros estados para o mesmo objetivo altamente patriótico.

---

41 O Movimento. *O Farol*. Juiz de Fora, 24 de agosto de 1907, p. 2.

A Providência Divina, que não cessa de proteger o seu caro Brasil, também chamado a Terra de Santa Cruz, fez coincidir que nesta mesma situação se ache dirigindo os destinos da nação o Exmo. Sr. Dr. Afonso Pena, republicano dos mais sinceros e convencidos, como também mineiro dos mais eminentes e extremosos, igualmente com grandes responsabilidades pelos seus ideais e seus atos, pois que [ilegível] não foi anteriormente um dos colaboradores da República, foi um de seus mais esforçados consolidadores.

É bem de prever-se, pois, a que grão de adiantamento e progresso, de prosperidade e prestígio, chegarão à nação brasileira e ao Estado de Minas, tendo à frente de suas administrações. Estadistas de tão grande valor, que se identificam na mais perfeita união de vistas, para elevarem ao apogeu da glória a pátria querida e bendita, fazendo-a completamente independente e livre, não já somente na política, mas também na indústria, no comércio nas letras, artes e ciências.

É esse o movimento que está se realizando sob os melhores auspícios e que todos os brasileiros devemos apoiar, auxiliar francamente e aplaudir.

Ouro Preto, 12 de agosto de 1907.

Candido Eloy

27. Na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (15 de agosto de 1907)

[DISCURSO][42]

Meus senhores:

Ao Estado de Minas faltava, para sistematização completa da sua vida social, a instituição que ora inauguramos.

Coube-me, por parte dos dignos consócios, a honra insigne de os presidir, inferior, em todo o caso, à magnífica generosidade que a inspirou e tão grande como a minha gratidão.

Em nome deles devo agradecer aos hóspedes ilustres que nos vieram honrar com sua presença e trazer-nos o prestígio próprio, e das corporações que representam. Sobreleva, entre

42 Discurso pronunciado na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em Belo Horizonte, 15 de agosto de 1907, de acordo com transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 248-250.

elas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, notável pela vastidão do trabalho que já efetuou, cenáculo do pensamento brasileiro no que tem de mais erudito no saber, de mais ilustre na longa tradição dos nomes venerados, realizando uma obra grandiosa de desinteressado amor da pátria.

A criação do Instituto Histórico Mineiro foi uma bela inspiração de seus iniciadores, porque corresponde a uma necessidade que há muito se fazia sentir – o estudo da História de Minas Gerais, com o propósito dos associados a ele se consagrarem.

Ao menos refletidos poderá parecer, talvez, que tais estudos mais participam dos prazeres intelectuais menos úteis, se é possível a gradação, do que as fecundas e positivas cogitações da atualidade, na solução premente de problemas mais necessários, que resguardem o futuro, melhorando-o.

Se é certo que o trabalho intelectual que se exercita no passado traz sempre, para o coração, o consolo dos exames serenos e o conforto dos julgamentos em que as paixões arrefecidas deixam dominar inteira a beleza da justiça calma e definitiva (e nenhum prazer mais puro e também mais nobre lhe pode ser equiparado), há aí ainda, além de puro prazer intelectual, forças positivas governando a atualidade e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro no ensinar ao homem que deve confiar somente nesta justiça, que nunca falta, contra a onda das paixões efêmeras e dos interesses passageiros que desaparecem com o tempo que os criou, para deixar, eterno e duradouro, o que foi feito no serviço da humanidade e da pátria, que nunca morrem.

É, pois, fonte inegável de elevação para os atos da vida.

Na história, por mais longínquo que seja o fato que ela registra, de que autoridade crescente se reveste ele, a cada passo e a cada momento, para as almas de elite que respiravam a doce atmosfera do passado? Como santifica, unge e eleva o sagrado amor da pátria e a própria materialidade das coisas a elas ligadas? Quem há por aí, que, ao visitar a antiga sede de capitania, a de nossas a mais legendária cidade, que Vila Rica foi e Ouro Preto é, quem há que não sinta a misteriosa influência, ressumbrando de seus vetustos edifícios e rememorar por exemplo, a épica tragédia que foi o primeiro sonho da independência?

Lá, pontes de pedras, seculares, junto ao Largo de Dirceu, lembram o pássaro mensageiro das saudades desoladas de Gonzaga, que as devia transpor para levar à sua Marília o coração sem esperanças do poeta encarcerado, misturado com os amores da noiva os amores da pátria.

O pássaro, de certo, não levou as lembranças, mas trouxe para a história o murmúrio longínquo dos versos imortais e, com eles, o nome da formosa mineira com a rememoração dos sacrifícios pela liberdade de nossa terra.

Na antiga rua de São José, a lembrança revive o chão sagrado pela tirania para que nem a erva brotasse, por ter sobre ele se erguido uma casa em que se agasalhara o coração de um homem livre: e o infamado daqueles dias é um imortal da história americana.

Nessa mesma Ouro Preto, a Casa dos Contos acorda sempre no coração o terror do estrangulamento misterioso de Cláudio, revivendo eternamente a história do despotismo que mata ou de que se escapa somente pela porta escura e melancólica do suicídio, atraindo um olhar misericordioso para o velho poeta e velho jurisconsulto, revolucionário aos 72 anos de idade.

Se a história santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado.

É ela que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na liberdade, no bem e na vitória definitiva dos sagrados princípios da consciência humana, vencendo obstáculos, ensanguentados às vezes, eclipsados por períodos mais ou menos longos, na sequência dos tempos, negados e tentados destruir neste ou naquele ponto da terra por usurpadores poderosos – e, entretanto, vencendo sempre nestas lutas milenárias da humanidade em marcha.

As suas lições fortificam, pois, a consciência do cidadão para os deveres do altruísmo, sobreleva sempre à grosseria dos interesses materiais, egoístas e passageiros.

Nem se diga que ela assinala também lições de prolongado aviltamento dos povos e nele o exemplo das desonras do homem e, por isso, não pode ser "a mestra da vida".

O progresso humano, destas mesmas lições de servidão, às vezes universal, tira forças de reação tão grandes como foi o próprio aviltamento, e muito mais duradouras do que ele: a palavra vingadora de Tácito fulminando, através das idades, a ignomínia de Roma como uma epopeia da liberdade e do Direito é disto um exemplo, fazendo pelo bem da humanidade muito mais do que para a sua desonra passageira, como fizeram todos os Césares dissolutos.

De par com os estudos, propriamente da erudição, devem ser feitos e, principalmente, os que visem uma utilidade humana, procurando, pela imparcial observação do passado, induzir leis que regulem o presente para que o futuro seja melhor que ambos. É o dever moral necessário e dignificador dos esforços benfazejos.

Ao lado do trabalho penoso e multiplicado que os bandeirantes e garimpeiros deixaram pelo solo inteiro de Minas e que testemunhamos nas montanhas, cujos seios rasgaram, na profundeza dos rios que revolveram, no deserto que povoaram, nas matas virgens que devassaram e nos templos magníficos que da terra elevaram para os céus, mostrando com a sua fé o seu poderio – deixaram também *in folios* dos arquivos, nas reclamações dirigidas ao governo del-Rei, nas repostas de ultramar, nos roteiros, nas informações dos governadores sobre os descobrimentos felizes, como sobre as fundas desilusões dos garimpos sem riqueza, nas narrações das próprias lutas ensanguentadas, – deixaram toda uma história de audácias inauditas e invencíveis paciências; na qual o amor da liberdade do sertanista, a sua resistência física aos trabalhos inclementes, a sua iniciativa individual intensa, a doçura dos costumes na aspereza da vida, são a riqueza moral incomparável que nos cumpre apurar e guardar como as origens da vida da estremecida terra mineira.

Para este nobilíssimo fim é criado este Instituto.

A todos os homens de boa vontade se depara, neste pensamento, o ensejo de bem servir a uma causa comum, para que, herdeiros de tantas grandezas, nós, representantes da geração atual, possamos acrescê-las para os nossos filhos.

E que o futuro, que deve receber sempre boas lições do passado, não encontre falhas, meus senhores, as dos dois que estamos vivendo, na obra do engrandecimento de nossa terra.

28. Ao Congresso Mineiro no encerramento dos trabalhos legislativos e primeiro ano de governo (7 de setembro de 1907)

AOS MEMBROS DO CONGRESSO MINEIRO[43]

Ao encerrarem-se os trabalhos legislativos do Estado e na data que termina o primeiro ano da atual administração, era natural reunirmo-nos, nesta festa, que é oferecida aos representantes do Poder Legislativo.

Nacionalidade ainda em formação, como a nossa é, oferecendo, em história curta e fecunda, lições admiráveis de elevação moral sem o peso dos preconceitos que atormentam e entravam a velha civilização europeia, a nacionalidade brasileira obteve facilmente a liberdade que, aqui, é amada como se fora a própria essência da vida.

---

43 Discurso proferido em 7 de setembro de 1907, em banquete oferecido no Palácio da Liberdade aos representantes do Congresso Mineiro, pelo encerramento dos trabalhos legislativos e comemoração do primeiro ano de seu governo e de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 251-254.

A igualdade entra nos costumes, como virtude antiga e hereditária. E nem nos homens a diferença de cor, nem no país a distinção das nacionalidades se verificam nesta pátria, grande pela extensão, dadivosa pela fecundidade das terras, de clima suave e céu formosíssimo e onde imperam – como em nenhuma outra parte do mundo – os grandes ideais da humanidade, do bem, do belo e do justo.

Minas Gerais é desta terra a porção mais considerável, e as responsabilidades do seu governo, da sua legislatura, da sua Justiça e, consequentemente, da sua política, tornam-se, por isso mesmo, muito grandes.

Dirigindo um povo essencialmente igualitário e numeroso e que torna, assim, impossíveis pretensões a domínios descabidos. Com a vida política intensa na célula municipal, mas resguardando sempre da luta os interesses gerais e comuns representados pela organização da política estadual, as administrações anteriores têm podido agir com a maior elevação.

A atual, meus senhores, não teria sido digna deste momento histórico se não procurasse, para a livre e generosa terra de Minas Gerais, a primeira sonhadora augusta da República na América Latina, a honra e o dever de realizar-lhe o programa integral, que todos confessam belo, mas que quer demonstrar exequível, para honra sua e da pátria.

Praticar a liberdade onímoda, querendo o povo religioso, sem a exclusão, por intolerância odiosa, de nenhum culto, de convicções, sem a preferência legal de nenhum dogma, pelo exercício sincero da liberdade espiritual, que não é o ateísmo, notai bem, porque o governo que o afirmasse teria violado o princípio desta mesma liberdade: teria manifestado uma convicção, quando o seu dever é afirmar, apenas, o respeito a todas elas;

– tornar a justiça protetora e ao alcance de todos;

– não votar medidas a favor de classes que as tornem privilegiadas, sejam elas quais forem, porque nem o merecimento, nem as aptidões, nem opiniões científicas discutíveis tiram a sua autoridade de decretos, mas da livre aceitação das consciências;

– ter, como critério, em todos os atos, o exame do respectivo fim – a utilidade para o povo, em cujo nome as leis se votam; pois dele e por ele, exclusivamente, tira o regime republicano a sua legitimidade e superioridade;

– distinguir, na moral, os deveres e as leis gerais comuns à humanidade, patrimônio da civilização, que se não confundem absolutamente com esta ou aquela particularidade das convicções isoladas;

– proclamar sempre o bem alto a que a natureza humana deve aspirar, continuamente, a prática do bem pelo bem, independente de recompensas futuras, evitando o mal pelo mal, sem o motivo covarde do castigo; porque o homem é indefinidamente perfectível e é esta sem dúvida uma perfeição;

– inspirados por esses ideais, guiados por esses elevados sentimentos, que encontram sempre no coração brasileiro uma correspondência amiga, os legisladores constituintes verificaram os que se podiam traduzir em lei e o fizeram, no Estatuto Fundamental da pátria – a mais livre constituição do mundo, motivo, sem dúvida, de justíssimo orgulho para os que pediram e proclamaram a República e hoje a servem dedicadamente.

Ao coração patriota, entretanto, um contraste amargo aflige o desequilíbrio assombroso da riqueza moral do povo e da sua penúria material, ainda mais aflitiva pela absoluta desproporção entre os recursos naturais existentes e a sua efetiva utilização.

O problema material de reorganização do trabalho, do aumento da produção nacional, da defesa dos nossos mercados, da ação comercial externa pelo brasileiro, da colonização do solo deserto, todo um conjunto de medidas que os desanimados julgam impossíveis, como impossível julgaram a rápida evolução política que efetuamos – o problema econômico brasileiro foi posto depois do problema político, para, como este, ser também eficazmente resolvido.

No trabalho de produção, combater a rotina condenada; no comércio, as tutelas indevidas; mostrando no primeiro caso como se pratica o trabalho moderno; e no segundo facilitando a ação direta do produtor na colocação dos produtos; o crédito facilitado; as iniciativas particulares estimuladas e premiadas; o ensino prático estatuído e sistematizado; a emulação estabelecida nos concursos gerais e regionais: tais foram, de um modo geral, os intuitos que presidiram a elaboração das leis novas, visando a organização do nosso progresso material.

Completando e ampliando muito as providências que a passada legislatura iniciou, a sua eficácia está ficando patente a todos os olhos, na ação intensa dos interessados, adquirindo nos depósitos oficiais os modernos maquinismos agrícolas, por quantidade muito superior, em poucos meses, ao que fizeram em muitos anos.

A intervenção do governo era necessária; a intervenção do governo está sendo decisiva.

A instrução pública primária está remodelada e a obra feita é bastante para recomendar à gratidão mineira o ministro que indefesamente a superintende.

Das leis votadas visa uma parte a produção agrícola deficiente – cereais – e a outra, a produção agrícola em excesso – o café.

Na última, a necessidade urgente é, primeiro, a valorização direta do produto pela obtenção dos melhores tipos com o emprego das máquinas beneficiadoras aperfeiçoadas e, também, a supressão da tutela comercial dispendiosa.

É mais vasta a luta, tendo de ser aberto o caminho por entre organizações poderosas e, daí, a necessidade de cooperarem os produtores para que as pequenas unidades, reunidas, se tornem força de ação eficaz com inteira responsabilidade para que se desenvolva a inteira energia.

É trabalhoso, mas é o único caminho seguro e definitivo.

Não está nos nossos hábitos, mas é necessário que venha a estar; para que deixando de colocar os destinos em mãos alheias possam ser senhores dos próprios destinos.

Todas estas ideias, todas estas medidas, toda esta linha alta de preocupações a terra mineira tem visto, por parte dos que elegeu, serem tratadas, em baixa preocupação partidária, independente de pessoas, visando a utilidade geral e, senhores representantes de Minas Gerais, se há razões para alegrias patrióticas na vida de um povo, o momento agora é, sem dúvida, para elas, ao vermos a nossa terra ansiosa e atenta, unânime em sua opinião, que representais, filhos de suas urnas livres, com leis, por vós também livremente discutidas e nas quais há ainda a colaboração de particulares e os conselhos da imprensa com glórias que não são individuais, mas revertem à coletividade inteira.

Ergo, pois, a minha taça em vossa honra, em honra do Poder Legislativo Mineiro, promovendo unânime o progresso de nosso berço, com ordem e com aplauso da opinião republicana.

Eu vos saúdo.

29. Congresso das Municipalidades do Norte, Diamantina (23 de setembro de 1907)

CONGRESSO DAS MUINCIPALIDADES DO NORTE[44]

O presidente do Estado começa dando conta de suas impressões de viagem. A suave declividade dos cerrados, e as suas extensões imensas, adaptam-se ultimamente para o trabalho das

44 Resumo do discurso de João Pinheiro na instalação do Congresso das Municipalidades do Norte, realizado em Diamantina, publicado no *Minas Gerais* de 23 de setembro de 1907, de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 255-257.

máquinas agrícolas aperfeiçoadas. A questão do aproveitamento da água subterrânea para a irrigação está sendo intensamente estudada. O *far west* dos Estados Unidos e os pampas da Argentina se revelam para a agricultura pelos processos que empregam. Sobre eles o Brasil Central tem a vantagem da sua eterna primavera. As proporções de terras planas do sapé dos serros são facilmente irrigáveis pela açudagem.

Já há uma agricultura; a introdução dos maquinismos agrícolas facilita a ampliação da existente e permite criar novos, por preços mínimos. Em tão extensos chapadões, a construção das estradas de rodagem é facílima. Afora as pontes, pode-se dizer que as estradas estão feitas por natureza e a sua conservação será mínima para esperar as estradas de ferro. É preciso, porém, adotar desde já os carros de tração animal, aperfeiçoados, usados nos Estados Unidos, preparando, assim, a estrada para os automóveis que, por sua vez, concorrerão com as estradas de ferro, preparando a produção e dando elementos para o terreno.

A falta de meios de comunicação determinou, para a extensa zona do Norte de Minas, o natural desenvolvimento da indústria da criação – o gado *vacum* e o suíno, o primeiro representando a mercadoria que anda e, o segundo, a transformação dos cereais para a exportação. Esses dois elementos são os principais valores econômicos de trica, no norte.

Torna-se preciso desenvolver estas riquezas existentes; para os primeiros, melhorando as pastagens e a própria ração, pela introdução dos produtores de raça e, para os segundos, facilitando a produção dos cerais, constituindo eles um dos principais elementos da formidável exportação norte-americana.

A questão dos poços tubulares deve ter, também, grande importância para a mineração. Sabe-se que os antigos só puderam lavar os cascalhos onde foi possível levar a água pela açudagem. Há cascalhos riquíssimos, segundo está informado, em diversos municípios do norte, ainda não explorados, por falta d'água. A água subterrânea resolve o problema. É por este processo que a Áustria, em situação igual, está aproveitando as duas minas.

Quanto às necessidades da mineração de Diamantina, a primeira que se pode afirmar, desde já, é a dificuldade dos transportes para as pesadas máquinas de perfuração, de extração e de lavagem, que a indústria moderna está empregando para este mister.

Partidário da ação, porque "governar é agir", vai realizar imediatamente o conserto definitivo da estrada de rodagem de Curralinho a esta cidade, que a isto tem direito pela sua importância e pelo pesado tráfego, a que se deve satisfazer com o desenvolvimento atual da mineração e pelo lado político a que se vai referir por fim.

É impossível extinguir, no coração humano, esta formosa força da emulação com o fim social de cada um, o mais possível querer ser útil ao tempo e à sociedade, em meio da qual vive. Há política estéril e há política fecunda. Há política inútil e perniciosa, a das pessoas, e há política elevada e nobre, a das ideias e dos princípios, para o fim positivo do benefício do povo.

Prega a segunda política, procurou servi-la sempre nos tempos da Monarquia, apostolando a República e a liberdade onímoda, naquela época em que a ideia imperava pela sua exclusiva formosura e beleza; e nunca se esquecerá que, levantando o pregão da emancipação política republicana, comum, no grupo de companheiros entre os quais era decerto o mais obscuro, mas não o menos esforçado: nunca se esquecerá que a altiva terra de Minas Gerais levantou este partido formidável, que foi o partido da propaganda. Conseguiu, primeiro, em todo o Brasil, colocar na lista tríplice de uma eleição senatorial do Império um filho desta cidade, Joaquim Felício dos Santos, de brilhante tradição e nome glorioso da velha falange, luminar das letras jurídicas brasileiras, historiador e tipo representativo deste profundo amor de diamantinense, pela Diamantina, cidade – pátria espiritual do norte – esta política de ideias, que precisam ainda de ser lembradas e praticadas, e que deve dominar a ação dos que governam.

Tem procurado não se desviar destes princípios.

É por eles que se impõe aos governos democráticos o dever de educar o povo e o de organizar a atividade pacífica, que é a definitiva aspiração humana.

Mas, e as lutas pessoais? E as lutas das vaidades? Substituamos as competências sem objetivo sério pela emulação fecunda do trabalho.

Cumpre que o criador e o industrial mais inteligentes possam ver o seu mérito reconhecido e proclamado nas exposições regionais, e os prêmios de emulação virão manter um pleito de vaidade, mas vaidades de utilidade real para o que luta, e para o que testemunha essa luta, tirando dela ensinamentos.

É com estes sentimentos, gerados por esses princípios, que veio a presidir o Congresso dos Agentes-Executivos do Norte, na belíssima cidade de Diamantina, e o declara instalado.

30. Congresso das Municipalidades da Mata, Leopoldina (12 de outubro de 1907)

CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES DA MATA[45]

Em seguida, falou o Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro, que começou assinalando a diferença das três zonas por ele percorridas. No sul de Minas, disse sua excelência, há o café, ao lado de

45 Resumo do discurso pronunciado em Leopoldina, em 12 de outubro de 1907, na instalação do Congresso das Municipalidades da Mata, publicado no *Minas Gerais*, de 14-15 e 18-10-1907, de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 260-265.

cereais e criações; a crise, por isso, não foi tão intensa como na mata. Na zona de Diamantina, ao norte, a alta dos diamantes ressurge aquela antiga indústria, na qual estão sendo empregados grandes capitais estrangeiros. Na ata, onde predomina quase que exclusivamente o café, a crise foi dolorosa e é profunda, merecendo do governo grande e absoluto cuidado.

Desde o Congresso Agrícola, assinalou que se deviam distinguir no café três faces distintas deste problema econômico: a produção, o beneficiamento industrial e a colocação mercantil do produto. Se, na primeira, os esforços foram úteis e muito grandes, era força confessar que nem sabíamos preparar o produto para o consumo; sabíamos colocá-lo no estrangeiro, comercialmente falando.

Os esforços do governo e dos particulares se deviam concentrar nas duas últimas faces; para isso, era preciso fé, esforços e dinheiro. A fé e a confiança devia resultar do fato de estar ele ali, presidente do Estado, direto representante das classes produtoras, sabendo por experiência própria os sofrimentos e as amarguras do trabalho nacional. Tinha vindo pessoalmente para afirmar aos senhores produtores que não era por preocupação da triste política partidária que se tinha movido, mas para auxiliar a reconstrução da vida econômica da mata que estava presidindo aquele Congresso. Contava com a fé e a confiança dos produtores dos municípios ali representados. Quanto a recursos pecuniários, tinha grande satisfação em declarar que o governo já estava habilitado a executar todo o seu programa, inclusive o crédito agrícola e os auxílios diretos para o aperfeiçoamento, exportação e colocação dos produtos.

O governo só esperava a constituição das sociedades cooperativas para agir diretamente e imediatamente.

Falou depois sobre a vantagem das exposições regionais, dos prêmios, estimulando a nobre emulação humana nas lutas pacíficas do trabalho progressista e dignificador.

Profligou a contenda estéril das aviltantes rivalidades pessoais e terminou assegurando que o bom senso mineiro, o seu grande amor à ordem, o seu culto sincero e tradicional por todas as liberdades eram o grande orgulho da terra generosa, cuja felicidade todos estavam promovendo para serem dignos do momento e do futuro da pátria estremecida.

O presidente do Estado declara instalado o Congresso das Municipalidades.

Diz que o seu comparecimento ao Congresso significa o desejo de colaborar diretamente com os presidentes dos municípios na obra necessária do engrandecimento da terra mineira.

Agradece a generosidade da acolhida; ela descobre motivo para perseverar na execução do programa a que se propôs no governo.

Para esse programa, teve logo a colaboração do sul, no Congresso de Itajubá.

Ali encontrou a boa vontade do governo, correspondência nos representantes dos municípios e nos particulares.

Está chegando no Norte, onde encontrou a mesma confiança e solidariedade.

Tem procurado agir com firmeza e lealdade.

São diferentes as zonas, às várias necessidades correspondem providências diversas, que ao governo incumbe pôr em prática, sempre na esfera de sua competência.

Refere-se ao Norte, diz as suas impressões que não poderiam ser mais gratas e constata que, no momento, com a alta das riquezas extrativas e a consequente entrada para ali de capitais, principalmente norte-americanos, é palpável naquela região o levantamento das energias e o despertar de esperanças.

Ao visitar agora a Mata, de todas a mais sofredora, ao rememorar esses sofrimentos que vêm de longa data oprimindo a sua lavoura, é incontestável que aqui os males que a afligem têm intensidade maior do que no Sul, que tem a criação, da qual aufere compensações, e a cultura dos cereais feita em escola relativamente grande.

O pensamento que o domina é o da necessidade absoluta de remédio imediatos.

Quais esses remédios? Descobertos, como aplicá-los?

Uma reflexão conforta-o: a de que tem a auxiliá-lo o bom senso dos mineiros, essa nossa qualidade tradicional com que todos os governos têm contado, e é a nossa maior força, para vencer todos os embaraços, para realizar sempre o progresso, dentro da ordem.

É muito grande o sofrimento da Mata, mas devem os produtores ficar certos de que o governo sofre, tanto quanto eles, os males de um caráter geral. Mas não são remédios vãs lamentações, o que cumpre é examinar de frente e com serenidade as dificuldades sobrevindas, ver os meios de vencê-las e aplicá-los com firmeza.

De todos os assuntos, de todos as questões, o capital para a zona é o café.

Desde a 1ª reunião do Congresso Agrícola, assinalou que nessa questão havia três aspectos a serem encarados distintamente:

- primeiro, o da própria produção;

- segundo, o da indústria ou do aperfeiçoamento do produto;

- terceiro, o comercial – ou a da colocação da mercadoria.

Estão ainda hoje os produtores no ponto inicial e, ainda aí, preciso é reconhecer: os meios empregados na cultura, em muitos casos pela própria dificuldade do terreno, não são os mais aperfeiçoados.

Do segundo ponto – o cuidado da produção, o rebeneficiamento que o consumidor estrangeiro exige não se cogitou como cumpria, e como cumpre. O comércio do produto, esse, infelizmente, está quase todo em mãos estrangeiras, velando pelos seus lucros e naturalmente pouco se comovendo com o infortúnio dos que vivem e exploram um trabalho mais rude e mais penoso.

Quanto à produção, o emprego das máquinas cujo financiamento dizem que os morros impossibilitam, dificuldade que estaria removida em qualquer outro país, no ponto de vista de baratear o custo da produção, muita coisa há ainda a fazer.

Quanto ao rebeneficiamento, estudou a questão, procurou informações no estrangeiro, tem entretido correspondência a respeito, mandou observar em São Paulo o funcionamento de maquinismos aperfeiçoados e está convencido de que, lançando mão desses maquinismos – o que é fácil – teremos aumentados imediatamente os lucros para o produtor, lucros que lhes escapam e em média podem ser avaliados em 1.000 por arroba.

Esta é uma positiva e terminante valorização do produto.

Não precisa insistir sobre a importância do ponto de vista comercial. As cooperativas de venda direta, no país, e também na Europa, acrescentando lucros mais importantes ainda do que os que podem ser obtidos pelo rebeneficiamento, tornarão a indústria remuneradora no próprio estado em que se acha.

E a confiança dos particulares em tais medidas?

A primeira dificuldade é essa – a falta de confiança para a união necessária dos interessados.

A segunda – o dinheiro, a falta de capital.

Quanto à primeira, a confiança dos particulares na sinceridade da palavra do governo, no desejo positivo de pôr em prática as medidas votadas pelo Congresso, na promessa de que não desviará um ceitil da sobretaxa para revertê-la inteira ao produtor. Quanto à execução,

enfim, das medidas aprovadas e prometidas, têm o direito de esperar que palavra do governo seja acreditada. Não é um político; não veio para o governo com fins apolíticos. Veio do trabalho austero e custoso e sabe, como os que mais o saibam, como os que mais tenham sofrido, em que consistem as dificuldades do trabalho direto do produtor, todos os tropeços que o atormentam e embaraçam.

Fala, pois, com sinceridade, promete com a firme intenção de cumprir. Diz que é preciso que os senhores produtores reflitam que as medidas propostas são as únicas positivas para resolver a crise: emprego dos maquinismos aperfeiçoados, preparando o produto como o consumidor o deseja e, por isso mesmo, valorizando-o desde logo; a iniciativa particular, procurando por ela mesma colocar o produto aqui e no estrangeiro; a fraqueza de cada um se convertendo em forças pela associação para agir cooperando e agindo com inteira responsabilidade completa, determinando as energias completas.

E, por fim, tem o prazer e o orgulho de anunciar que o governo está habilitado com recursos de capitais suficientes para realizar o seu programa.

Os recursos extraordinários que permitem à atual administração fundar o crédito agrícola e realizar todas as outras medidas econômicas do seu programa são devidos, sem dúvida, à severidade dos costumes mineiros, à pontualidade de suas administrações em satisfazer os compromissos tomados.

Graças a isso, pode o atual governo aparelhar-se convenientemente para promover o progresso a que Minas tem direito.

Examina como podem os presidentes dos municípios colaborar com o governo, como a ação de cada agente executivo se deve guiar para que se possa levar a efeito as medidas já tomadas.

No estudo do problema não tem confiado apenas na própria opinião, tem procurado ouvir fazendeiros práticos, políticos, todos quantos possam ter qualquer soma de experiências. Assim conduzido o problema, do concurso de todos surgirão as soluções.

Refere-se às cooperativas, ao papel decisivo que estão destinadas a representar, a exemplo do que está sucedendo em outros países estrangeiros civilizados.

Duas estão já formadas na Mata; espera que o exemplo seja imitado. As cooperativas podem ser generalizadas, todos os municípios podem ter as suas.

Refere-se elogiosamente ao coronel Araújo Porto.

Diz que as duas cooperativas, criadas em Cataguases, se devem em grande parte à atividade, energia e decisão desse esforçado mineiro, estando os seus estatutos nas condições de servir de modelo para as outras.

Faz a respeito declarações categóricas. O governo tem recursos. Apenas instaladas as cooperativas, serão imediatamente concedidos os favores.

Qualquer demora não poderá ser levada à conta do governo, que, habilitado a agir, disposto a agir, está na dependência apenas do concurso necessário das iniciativas particulares.

Volta a tratar da crise cafeeira. Nela descobre benefícios: não há mal do qual não possa ser tirado algum bem. As crises costumam ser salutares pelos seus ensinamentos. Há uma grande lição na crise cafeeira.

Não aconselha, não poderia aconselhar o criminoso absurdo do abandono do café.

Forçoso é, porém, adicionar os que puderem à cultura sua também outros gêneros de produção, voltando-se os lavradores para a cultura dos cereais, para a criação, cujos resultados são compensadores.

Chama a atenção da zona para a indústria manufatureira, cujos belos resultados já colhidos atestam a possibilidade da sua expansão.

Na cultura da terra mesmo há muito que fazer. A adoção dos modernos processos impõe-se e é forçoso baratear a produção, o que só se pode conseguir por meio deles.

A propósito, manifesta a sua satisfação ao verificar, ao longo da via férrea, que as máquinas modernas já cortam em muitos pontos a terra da Mata.

Estuda o papel das exposições regionais na transformação dos nossos métodos de trabalho, na evolução da nossa cultura e indústrias. Elas fornecem o ensejo a que cada produtor verifique os progressos dos outros, consultam a vaidade, não uma vaidade tola, mas legítima vaidade dos que trabalham e desejam ver aplaudidos e premiados os seus esforços.

Na luta da vida é preciso contentar estas nobres ambições.

É o que as exposições regionais podem fazer com os prêmios, com os louvores públicos, bem mais úteis que as melancólicas contendas da estéril política.

Recomendados, pois, esses certames, organizados praticamente com exame e ensino do manejo das máquinas e do trabalho moderno.

A natureza é aqui exuberante, enche-nos de orgulho a elevação moral do povo mineiro, inteligente, sóbrio, livre, querendo agora reorganizar a sua vida econômica e metodizar o trabalho para o rápido progresso a que tem direito.

É a obra e o fim do atual Congresso das Municipalidades da Mata.

Para tomar parte nesta obra de grande patriotismo veio à cidade de Leopoldina, com a qual se congratula.

Declara instalado o Congresso.

31. João Pinheiro candidato à sucessão presidencial no Brasil: um desmentido categórico (9 de janeiro de 1908)

A SUCESSÃO PRSIDENCIAL[46]

Um telegrama sensacional – A candidatura João Pinheiro – Um desmentido categórico – Declarações oportunas

O nosso mundo político foi, ontem, abalado pela transcrição de um telegrama daqui dirigido ao *Diário de Notícias* da Bahia, que o publicou na sua edição de nº 27. Eis a íntegra desse telegrama:

"Acaba de chegar aqui uma carta, dirigida de Belo Horizonte a alto personagem político.

Nesta carta, o Dr. João Pinheiro, presidente do Estado de Minas Gerais, respondendo a um senador mineiro que ali fora especialmente, em nome dos chefes do *Bloco*, indicado à sucessão ao presidente Afonso Pena, declara terminantemente que não é, não foi, nem será candidato à presidência da República.

Está disposto a demonstrar à nação inteira que, quando acedeu em presidir o Estado de Minas Gerais, não foi levado pela ambição pessoal, visando o degrau para subir à direção suprema do país.

Planejou somente preparar a grandeza de Minas, consolidando suas finanças e promovendo seu engrandecimento econômico. E para realizar esse programa, necessita do concurso precioso, eficaz e desinteressado do presidente Pena.

46 A sucessão presidencial. *A Imprensa,* Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, p. 1.

Para ser candidato à presidência da República, só sendo candidato do presidente Afonso Pena. Isto comprometeria seus ideais patrióticos, pois todos diriam que estava o governo do Estado obedecendo a interesses subalternos, e prejudicaria também a política larga e fecunda do atual presidente da República, que seria então acusado de estar preparando a eleição do seu sucessor.

Demais, acha cedo para estarem tratando de semelhante assunto, desde que faltam ainda três anos para o novo quadriênio.

E concluiu afirmando que Minas, unida, solidária com o presidente Afonso Pena, manifestará sua atitude em tempo oportuno, sem preocupações regionais. Portanto, é seu propósito limitar sua ação à administração do Estado cuja direção lhe foi confiada.

Quanto à direção política de Minas perante a política federal, entregava a responsabilidade ao Dr. Carlos Peixoto, que lhe merece inteira confiança e tão bem a tem praticado no seio do Parlamento Nacional.

Segundo se afirma, as declarações Dr. João Pinheiro causaram sensação nas rodas políticas nesta capital."

Tão graves notícias despertaram naturalmente a atenção da reportagem política. Procuramos saber o que havia de verdade nisso. Antes de tudo, informaram-nos que o autor desse despacho havia sido o Sr. deputado Dunshee de Abranches, representante do Maranhão.[47]

O senador mineiro a que se alude é o Sr. Francisco Sales, que teria sido incumbido pelo Sr. general Pinheiro Machado de fazer ao Dr. João Pinheiro, governador de Minas, o oferecimento da sucessão presidencial. Este fato é, entretanto, positivamente, contestado. Ontem, à tarde, *A Tribuna* contestou-o do modo mais formal: e nós mesmos podemos assegurar que o Sr. senador Francisco Sales afirmou, de maneira categórica, que *jamais recebeu do Sr. general Pinheiro Machado qualquer missão de natureza política.*

A primeira parte do telegrama sensacional não é, portanto, exata. A segunda, ao contrário, é de todo o ponto verdadeira: sabemos que o Sr. Dr. João Pinheiro tem declarado, não só a um senador mineiro, mas a quantas pessoas lhe têm falado sobre o assunto, que efetivamente não aspira à presidência da República.

Não aceitou a presidência do seu Estado para transformá-la em degrau para a suprema magistratura do país. Está sinceramente interessado em promover o melhoramento da sua

47 Nascido em São Luís, Maranhão, João Dunshee de Abranches Moura (1868-1941) foi político e jornalista.

situação financeira e o seu progresso material, e está visto que o meio seguro de não alcançar os resultados que almeja seria esse, que lhe atribuem, sem motivo, nem razão, de apresentar a sua candidatura à presidência. O seu raciocínio seria o seguinte:

É claro que ele não podia realizar o seu programa sem o apoio cordial do presidente da República. Ora, sendo candidato, seria ou o candidato do presidente, ou o candidato contrário ao presidente.

Nesta última hipótese, *tollitur questio*: é claro que o presidente não o apoiaria. Na primeira hipótese, essa candidatura seria uma barra de chumbo lançada nos pés do presidente, que inutilizaria a um tempo os dois governos, o de S. Exa. e o seu.

Assim, o que se apura, de todo este telegrama sensacional, é esta categórica declaração do Sr. presidente de Minas: S. Exa. quer pôr o seu nome fora e acima das intrigas e das agitações da política.

S. Exa. não autoriza que se utilizem do seu nome para criar prematuramente uma agitação política que não tem razão de ser. Todas as aspirações de S. Exa. circunscreve-se a fazer no seu Estado um governo prático e útil.

É certo, por conseguinte, que em nome do Bloco nenhum oferecimento dessa natureza foi feito ao Sr. João Pinheiro; mas como não é menos certo que o nome de S. Exa. andava lançado nos enredos dos bastidores da política, como candidato à presidência, e dizia-se que a política se procurava orientar no sentido de tornar viável essa candidatura, as declarações categóricas de S. Exa., constantes desse telegrama e confirmadas aqui à reportagem pelos seus amigos mais autorizados, têm indiscutível oportunidade.

32. Ainda a polêmica sobre a sucessão à presidência da República (10 de janeiro de 1908)

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL[48]

Ainda o telegrama do *Diário de Notícias* da Bahia – O comentário do nosso *Diário de Notícias* – A réplica da *Tribuna* – O que se apura do debate

O *Diário de Notícias* de ontem, comentando a contestação que *A Tribuna* opôs ao telegrama para o seu homônimo da Bahia sobre a sucessão presidencial, que teria sido oferecida ao Dr. João Pinheiro em nome do chefe do Bloco, encerra a questão com a seguinte declaração:

48 A sucessão presidencial. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1908, p. 2.

"Desde que o Sr. senador Francisco Sales – cujo nome aliás não foi declinado no telegrama – assevera que não fez nenhum oferecimento ao Dr. João Pinheiro em nome dos *chefes* do Bloco – veja-se bem que o telegrama não restringe a iniciativa ao ilustre general Pinheiro Machado, como faz *A Tribuna* em sua impugnação – não temos porque duvidar da palavra do senador mineiro; como também, nem de leve pomos em dúvida a palavra do general Pinheiro Machado, quando contesta formalmente haver mandado oferecer ao honrado presidente de Minas a substituição do Dr. Afonso Pena."

O seu artigo terminava com esta retificação:

"Agora, permita-nos o colega da tarde ligeira retificação no seu articulatório. Disse *A Tribuna*, mais de uma vez, como que repetindo o telegrama em questão, que 'o Dr. João Pinheiro dissera não seria candidato, a menos que não o fosse do Dr. Afonso Pena'. Não é precisamente o que está no telegrama, nem foi essa no caso a linguagem do ilustre presidente de Minas. Foi bem diversa. O Dr. João Pinheiro declarou peremptoriamente que 'não era, não tinha sido, nem seria candidato à presidência da República'.

E bem se vê por que fez tão solene declaração o honrado mineiro. Sem pretensões, sem ambições, sempre ponto para servir à República, nunca empenhado, entretanto, em caçar-lhe as honras e os cargos, o Dr. João Pinheiro quis, de uma vez por todas, acabar com as intrigas que já vinham sendo tecidas em torno de seu nome."

Replicando a essa retificação, escreveu *A Tribuna* que ela não tinha razão de ser.

"A nossa convicção, explicava, é que o eminente Dr. João Pinheiro não cogitava de sua candidatura à presidência da República, absorvendo toda a sua atividade nos negócios administrativos do Estado que tão brilhantemente dirige; isto, porém, não quer dizer que interessados no futuro pleito não cogitassem do seu nome, fazendo política em redor desta nobilíssima aspiração. Daí a intriga ininterrupta que se observa, há cerca de seis meses, e que só agora explodia com a divulgação desse *interessante despacho*, no qual se veem as declarações de protesto do digno presidente de Minas e um oferecimento de candidatura que ninguém sabe de onde partiu.

O correspondente do *Diário de Notícias* da Bahia devia procurar esclarecer melhor este assunto, dizendo quem ofereceu tão prematuramente a cadeira presidencial que fora tão nobremente repelida, visto que a negativa por parte do chefe do Bloco e seus amigos – é solene e terminante.

Desde que o ilustre senador mineiro Dr. Francisco Sales, envolvido nesse despacho como plenipotenciário dessa elevada missão, declara peremptoriamente, por carta escrita aqui e

telegrama de Belo Horizonte, ser falsa a notícia do correspondente do *Diário da Bahia* – é preciso que alguém apareça para o substituir nessa honrosa incumbência, apresentando as credenciais dos chefes do Bloco, ou antes, do general Pinheiro Machado, que dirige essa agremiação republicana, que sustenta com a maior lealdade e desinteresse o governo do benemérito Dr. Afonso Pena.

O nosso intuito voltando a este assunto é deixar bem claro que os amigos políticos do Sr. Afonso Pena não seriam capazes de cometer a leviandade de oferecer a candidatura presidencial a quem quer que seja, mesmo a um homem do prestígio do Dr. João Pinheiro, quando o Sr. presidente da República apenas completa o primeiro ano do seu governo."

De tudo isso, conclui-se:

– que o Sr. João Pinheiro não é, nem foi candidato à presidência, não desejando senão manter-se na administração do seu Estado, encaminhando-o prática e utilmente.

E se isso é assim, naturalmente vão cessar as complicações da política e tudo vai marchar em paz e harmonia, *Amém*.

33. Uma entrevista esclarecedora com o governador de Minas (22 de janeiro de 1908)

FALA O DR. JOÃO PINHEIRO[49]

Uma entrevista com o presidente de Minas

Porque o Dr. João Pinheiro não é candidato – O partidarismo pessoal – Minas e a União – As aspirações do presidente de Minas

Um jornalista, mesmo em *vilegiatura*, é um homem que não se desliga nunca de sua profissão, nem se separa dos seus aparelhos de trabalho; está como o médico, sempre de estojo pronto para a intervenção possível e de pena solícita para o receituário eventual.

São as duas profissões em que o indivíduo não se pode alhear de todo, por mais que de antemão o tenha determinado a atividade do ofício, obrigado, como está, a acudir as exigências do público nas suas grandes necessidades; uma física e outra social de saúde, e de alvissarisse. Eis porque o redator de *A imprensa*, que escreve essas linhas, em viagem de repouso a Belo Horizonte, não podia deixar de traçar este *interview*.

---

49 Fala o Dr. João Pinheiro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1908, p. 1.

O atual presidente de Minas, que de longa data era considerado, no círculo dos republicanos que se interessam pelas figuras e fatos da República, como uma individualidade de valor, destacara-se ultimamente para o grande público, quando eleito para a presidência do Estado, pelas ideias e afirmações que atirara no seu programa de governo, vulgarizado em dois *interviews* publicados na imprensa desta capital, por esta ocasião, e praticadas com uma firmeza comparável somente à energia com que foram lançados.

A segura orientação destas ideias, algumas das quais chocaram pela audaciosa inovação nos inertes programas de administração a que a polícia nos habituara, e que impressionaram tanto mais a opinião, exprimiam um conjunto das promessas, quase esquecidas, do regime republicano. A sinceridade com que as cumpriu o doutor João Pinheiro, a probidade moral dessa execução, fizeram com que o seu nome se antolhasse a uma grande parte dessa opinião como uma garantia do futuro e se delineasse a muitos como um candidato de valor à sucessão do governo da República, quando chegasse o momento oportuno de selecionar nomes e apurar competências.

Talvez por isso mesmo a intriga política envolveu-o e depois de críticas pouco justas e de comentários ríspidos sobre interesses do Estado e nos quais se visava, talvez, muito mais o candidato possível do que o administrador, o nome do doutor João Pinheiro foi posto brutalmente em jogo em um telegrama transmitido para o norte, pelo qual ilustre chefe político teria mandado oferecer ao presidente de Minas o apoio à candidatura sua à presidência da República em troca de concessões partidárias. Esse telegrama foi vivamente contestado e os incidentes que envolveram a sua publicidade deram à palavra do doutor João Pinheiro, apesar de afirmada já a sua recusa a uma candidatura contrária ao seu sentir, uma irrecusável importância.

Quando o redator de *A Imprensa* chegou a Belo Horizonte, o incidente estava em plena intensidade. A visita ao presidente do Estado impunha-se por muitas razões de cortesia e, uma vez feita, o fato do dia não poderia escapar à entrevista de um jornalista, ainda que em vilegiatura, e de um chefe de Estado que dispensava ao outro a confiança de dissertar sobre política.

Fomos ao Palácio. Encontramos o doutor João Pinheiro sentado à cabeceira de sua mesa de trabalho, no gabinete presidencial, uma vasta mesa coberta de uma multidão de coisas - mapas, estatísticas, relatórios, revistas técnicas, plantas, esquemas de produção e exportação, cartas abertas. O doutor João Pinheiro recebeu-nos com a sua simples afabilidade sertaneja. Depois de alguns momentos de palestra, em que se falou da impressão da capital, que não víamos há um ano, dos seus melhoramentos, dos serviços empreendidos no Estado, dos re-

sultados obtidos, da forte corrente de que o governo mineiro fizera atravessar toda a Minas levando-lhe o estímulo e uma nova vida, nós, jornalistas indiscretos por dever de ofício, aludimos ao caso do telegrama e da candidatura.

O doutor João Pinheiro respondeu-nos, com a sua incisiva franqueza:

– Você me conhece bem; sabe que eu não fui nunca, não sou e não serei absolutamente candidato a coisa alguma.

– Isso bem o sabemos e esse ponto já foi acentuado pela própria imprensa do Rio, retorquimos.

– Não há dúvida, continuou o doutor João Pinheiro; mas essa afirmação, que lá fora pode ser recebida com a suspeita de insinceridade com que são recebidas, graças ao modo pelo qual é compreendida a política, as manifestações deste gênero, eu a reitero a você, de coração aberto, como a tenho repetido a toda a gente. Esta questão de candidaturas tem pra mim uma grande importância, se me apresenta sob um aspecto muito mais elevado; é – disse sorrindo o ilustre mineiro – um capítulo do Alcorão. Como a compreendem, ela não é senão uma manifestação estreita, e que deve ser combatida, da política e do partidarismo pessoal; é a coligação de um grupo de homens em torno de uma personalidade, sem a preocupação de um programa, nem a de outros interesses que não sejam os do domínio: o bem público, os interesses do povo. As necessidades do país estão fora disso. O candidato é o resultado dessa confederação eventual de forças e não assume outro compromisso senão o de servir-lhe as aspirações de mando. Não é esta a doutrina republicana; essa é a política do partidarismo pessoal, contrária aos princípios democráticos e cuja anulação dentro do Estado tem sido a minha preocupação constante.

– Você sabe – continuou – o que era nos municípios a ação partidária. A luta se estabelecia no terreno das individualidades, sem outro objetivo senão o de mandar, nem outro estímulo além do das vaidades recíprocas; e como todas as forças eram empenhadas nesse choque estéril, os interesses dos municípios eram abandonados e os direitos do povo postos de parte. O direito do povo era aí o do homem trabalhador que carecia do Estado uma Justiça segura, rápida e barata, uma instrução eficaz para os filhos, uma política vigilante e imparcial, uma arrecadação equitativa e honesta, com a aplicação severa e proveitosa dos dinheiros públicos; mas o partidarismo pessoal constituía-se o entrave a tudo isto, porque produzia e acoroçoava as desídias e as tergiversações do delegado, do professor, do exator da Fazenda Pública, desde que estes fossem instrumentos eficientes da sua politicagem.

Este partidarismo, eu o tenho combatido, não prestigiando nas localidades os agrupamentos pessoais, garantindo a completa liberdade de opinião e de pleito, satisfazendo os representantes do município em tudo quanto concerne aos legítimos interesses destes, mas afastando sistematicamente a intervenção política em assunto de polícia, de ensino e de arrecadação; e os resultados aí estão na tranquilidade geral do Estado, onde, entretanto, nunca foram tão disputados os pleitos eleitorais, na confiança que cerca o governo, no estímulo que movimenta, em todos os municípios as forças vivas de Minas, derivadas as lutas do terreno das vaidades estéreis para o das emulações úteis. Ora – conclui o doutor João Pinheiro – eu que combati este partidarismo dentro do Estado, ferindo mesmo por vezes a amigos íntimos, não posso compreendê-lo, nem admiti-lo na política federal

– Perdão, – interrompemos – mas aqui trata-se de uma política, quase sempre estreita, de município

– Vou ter lá, respondeu-nos o doutor João Pinheiro. O que se dá no município, dá-se na alta política da União, com a diferença apenas de que o personalismo é lá muito mais premente e prejudicial, porque a zona de influência é maior, o círculo de coação muito mais extenso, a força dominadora muito mais poderosa. A ação no todo é muito maior que na célula. Este personalismo, gerando os partidos sem princípios e as ascensões sem ideias, esteriliza as forças vivas do país, porque desune as vontades que deveriam convergir para o seu progresso, anula esforços e estraga competências, sobrepõe ao interesse público o capricho do mando: ele deve ser combatido na União, como no município, com tanto mais empenho quanto é mais nocivo e perigoso lá.

– Mas isto, aventuramos, não importa no caso da candidatura para que Vossa Excelência a recuse. Ao contrário, dado o seu modo de pensar e de agir, ela seria uma garantia de futuro contra esse personalismo que Vossa Excelência combate.

– Importa muito, porque a questão é de doutrina. No ponto de vista dos princípios, os cargos não representam conquistas em favor do indivíduo, mas sacrifícios em bem da coletividade. Não há novidade nisto. Já Cícero o dizia há dois mil anos; simplesmente, a política, como a fazem, esquece-o frequentemente e eu – disse, com o seu risozinho habitual o doutor João Pinheiro – como bom mineiro que estudou latim, gosto de recordar o Cícero

Ora, a situação criada pela política do tempo, a impressão gravada no espírito popular de que o candidato é um homem apenas que quer subir como outros, a dificuldade de acreditar em alguém que hoje possa desejar tal posição com ideias e com desinteresse – quando eu não tivesse para tanto o meu temperamento e a minha educação política - me impediriam de ser candidato em tais condições. A política do partidarismo pessoal desmoraliza essa investidura, que é, entretanto, em boa moral um fato legítimo.

De resto – adiantou ainda – os meus antecedentes pessoais não podem deixar dúvidas sobre o que afirmo. Eu tive em 1890 a direção política do Estado, com a simpatia dos republicanos e o poder absoluto do Governo Provisório. Podia ter feito um partido pessoal, e não o fiz. A ação que pratiquei foi a da conciliação, da união dos mineiros para o progresso da terra comum, do apagamento das distinções partidárias, da feitura de uma República, não para um grupo, mas para todos. Saí sem rancores – e sem séquito, como hei de sair agora; e fui para Caeté, fazer na Usina que eu criei e desenvolvi pelo meu esforço pessoal a política do trabalho, que hoje prego e pratico no governo. A minha volta ao poder representa ainda, você o sabe, a prática desses princípios de conciliação; vim como elemento mediador para evitar a cisão na família mineira e não tenho feito outra coisa no governo senão exercitar essa mesma doutrina. Assim, eu, que afirmo que desde os primeiros tempos da República a união, a paz e o trabalho profícuo, não poderia nem posso consentir que o meu nome seja levantado como uma bandeira de combate em um surto de partidarismo pessoal.

Além disso – acentuou o doutor João Pinheiro – não há quem não saiba que eu sou um homem alheio à arte de arregimentação partidária; não cumpro os deveres medíocres da política; não respondo cartas; não atendo a reclamos que não sejam de interesse legítimo; não perco tempo com os me vêm falar de futilidades e de politicagem; não sei, em suma, fazer proselitismo. Acham que será esta a prática proveitosa para um candidato? A que deva ser indicada nos tempos de agora, com os hábitos que aí estão e que não hão de perdurar por muito tempo?

Sorrimos diante da conclusão e o doutor João Pinheiro terminou:

– Este é o meu caso individual, depois da questão da doutrina. Há, porém, o caso de oportunidade. Será digna e coerente uma candidatura à sucessão de um governo que se acha na plenitude do seu período constitucional? O mais rápido exame veria que não.

Ela começaria por amesquinhar, em tal situação, com a nossa educação política, a própria autoridade do chefe do Estado, atravessando uma sombra de presidente na frente do presidente real: infiltraria, com isso, no ânimo popular, a ideia perniciosa da possibilidade de dois ou de três poderes simultâneos dentro da mesma autoridade de governo, da coexistência de dois ou de três presidentes paralelos; e traria para o candidato, ele próprio, pelos interesses do personalismo, a situação anômala e depressiva dos servilismos por antecipação e das agressões por adiantamento.

O doutor João Pinheiro levantou-se da cadeira, onde, a fumar o seu longo e característico cigarro sertanejo, fizera a sua profissão política, deu alguns passos pelo gabinete e, voltando ao extremo da mesa onde estávamos, parou, e continuou a falar de pé:

– Resta agora a questão de ordem geral, a situação do Estado de Minas diante do governo da União. Esta situação é a de não lhe criar, por ato algum, dificuldades de qualquer espécie, de prestar-lhe o seu apoio franco e desinteressado, quer dizer, sem exigências, nem pretensões.

Para isso sobejam múltiplas razões: o governo da República está em mãos de um estadista que resume as qualidades capitais do povo mineiro, de honestidade, de modéstia e de alto espírito de conciliação e que é mais, de si próprio, um temperamento avesso ao partidarismo pessoal; esse estadista levou para o governo da União um programa, que é o mesmo programa que o governo do Estado trouxe, de expansão do trabalho, de aproveitamento da capacidade vital do país, de estímulo à instrução, de valorização econômica e a marcha paralela dos dois governos, identificados pelos mesmos objetivos. É um seguro penhor de progresso para o país e para a própria Minas. Esse estadista é, por fim, um patrício ilustre, e o Estado, prestigiando-o, prestigia a sua própria terra.

Assim, o governo mineiro, prestando ao da União, sem compensações subalternas, o prestígio à sua política, concorre para o bem-estar do seu mesmo Estado e dá ao estadista que preside os destinos de República a tranquilidade precisa para levar a cabo a sua alta missão, pela certeza do apoio de um dos maiores estados da União, que é o seu, independente de tudo. Por isso, as instruções dadas ao doutor Carlos Peixoto, que representa na Câmara Federal o meu pensamento político, são para que, em todas as questões de política geral, caminhe com e pela inspiração do senhor presidente da República.

– Em todo o caso, insistimos, há ainda um incidente que fugiu naturalmente à questão e ao qual voltaríamos, se Vossa Excelência não julgasse indiscreto É exato que tivesse sido proposta a Vossa Excelência a candidatura?

– Não recebi proposta alguma, respondeu-nos, nem eu permitiria que ela fosse formulada. O que houve foi isto. Regressando a Belo Horizonte o senador mineiro a que alude o telegrama, e visitando-me, como amigo que é, referiu-se, tratando da política geral, a necessidade de união, à conveniência de conjurar-se a cisão que se esboçava naquela política. Estive de acordo com este pensamento; e prosseguindo, disse-me o doutor Francisco Sales, não sei se, *sponte sua,* ou traduzindo as expressões de um eminente chefe da situação que da parte deste não adviriam dificuldades à política mineira. A palestra continuou e o doutor Francisco Sales alude à questão da minha candidatura possível, surgida não sei como, a contragosto meu, nos comentários políticos do Rio de Janeiro. Não foi além dessa alusão, porque eu fechei o assunto, repetindo o que tenho repetido a todos. Eis tudo.

– De modo que…

– De modo que, meu caro jornalista, não fui nunca, não sou e não pretendo ser candidato a coisa alguma. Tenho duas aspirações: guardar ilesos os meus princípios e servir a minha terra. Desejo voltar para Caeté, levando puro o meu Alcorão. Lá, na minha cerâmica, é que está a minha presidência da República e o domínio dos meus.

O *interview* estava feito por si. O redator de *A Imprensa* pediu permissão ao doutor João Pinheiro para fazer uso do que acabava de ouvir e traçava depois estes períodos, que a ligeira insolação de uma caminhada sertaneja impediu de terem pronta publicidade, ainda que, talvez mais do que nunca, continuem oportunos.

34. Aos criadores do Estado e representantes do Governo Federal por ocasião da Exposição Pecuária de Belo Horizonte (28 de fevereiro de 1908)

I EXPOSIÇÃO GERAL DO ESTADO[50]

Aos senhores fazendeiros e criadores de Minas, que, à primeira exposição geral do Estado, concorreram para dar-lhe o brilho excepcional que apresentou, é oferecida esta festa, como distinção e como agradecimento por parte do governo.

Em 1903, quando o governo do meu ilustre antecessor, convocando as classes produtoras, as interessou diretamente na gestão das coisas públicas, tinha-se dado o primeiro passo para a transformação rápida e intensa que felizmente se vai operando em nossa terra, na sua vida econômica, social, e também política.

Colaborador do Congresso Agrícola e Industrial daquele ano, a ação do meu governo tem procurado ser-lhe fiel, quando em condições de realizar o que, então, como produtores, nos julgamos no direito de pedir.

Eu assinalo esta circunstância de um programa elaborado pelos próprios interessados, exprimindo, por conseguinte, as suas necessidades, os seus desejos, as suas esperanças e a sua fé, programa que se executa com lealdade, com firmeza e com muito amor, eu assinalo estas circunstâncias como sendo a explicação natural do êxito, na realização de diversos empreendimentos novos, apesar dos muitos sacrifícios para os particulares, sacrifícios que proclamo e agradeço, revertendo à terra mineira os aplausos pelo caminho novo, que se está trilhando, com inteiro auxílio das iniciativas particulares.

---

50 Discurso pronunciado por João Pinheiro, em 28 de fevereiro de 1908, no banquete oferecido no Palácio da Liberdade aos criadores que concorreram à Exposição Pecuária de Belo Horizonte e que contou com a presença dos ministros da Guerra e Viação, respectivamente, marechal Hermes da Fonseca e Miguel Calmon, e de acordo com a transcrição de BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*: documentos sobre a sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 282-284.

Pudestes testemunhar, meus senhores, nesta festa nova do trabalho, vós que concorrestes e que nos destes a honra de vossa visita, as alegrias naturais, a satisfação forte e sadia, de que todos partilham, – pudestes ver que formoso e indefinido horizonte o trabalho pacífico abre a todas as atividades, nestas lutas em que o homem não vence o homem, mas os homens vencem e melhoram a natureza; em que o êxito individual não fica à mercê das paixões e das vontades alheias, mas depende unicamente da previsão do espírito de cada um, da sua constância d'alma e da sua energia pessoal; em que as vitórias obtidas não são efêmeras e nem passageiras, mas permanentes e definitivas, acrescentando sempre uma utilidade ao indivíduo e, também, uma outra à comunhão.

Pela sistematização das lutas fecundas do trabalho pacífico, no que se refere às exposições e prêmios, aís se deparam, na convergência dos esforços, lições recíprocas em que muitos ensinam, em que todos podem aprender.

O prêmio é mais a sanção oficial de um esforço que uma recompensa pecuniária, reconhecendo e proclamando o merecimento trabalhoso dos que triunfam, em luta que se não fecha, que sempre se conserva aberta a todas as coragens beneméritas, no esforço natural de progredir.

As nobres ambições e os orgulhos legítimos são altos institutos do coração.

Pela porta larga e limpa do trabalho, luz dos céus, sem ambições que acovardem, sem bajulações que aviltam a atividade humana, iluminada pela liberdade e guiada pelo altruísmo, encontra afinal neste trabalho pacífico o seu objetivo tranquilizador de par com o exercício dos mais generosos sentimentos.

O alegre ruído que se levanta destas lutas, para a sociedade em cujo seio se realizam, – é de expansões legítimas e de esperanças desassombradas.

Há nelas, é certo, a ação do governo, mas ação em busca das iniciativas particulares, animando-as, fazendo-as convergir, premiando-as.

O que se observa não é, absolutamente não é, o rumor triste e sombrio das lutas políticas pessoais, que enxovalham os contendores e o próprio meio em que se desenvolvem.

Qual o interesse público que, nelas, pode o povo divisar?

Quanto é possível, meus senhores, auscultando no seio das massas os seus desejos legítimos para convertê-los em leis, examinando as suas necessidades, tem-se procurado instituir

reformas, executando-as imediatamente com os próprios recursos do meio, para que não sejam e nem possam ser uma artificialidade.

Teria realizado um dos meus mais ardentes desejos de republicano, aproximando a administração sempre e cada vez mais dos interesses do povo, procurando que se diga que a República é a escola dos desejos vãos; porque deve, ao contrário, ser a prática das realidades úteis.

Também devo agradecer, desvanecido, ao governo da União o grande prestígio que trouxe a este certame do trabalho a presença de dois altos representantes do mesmo governo, o excelentíssimo senhor Marechal Hermes da Fonseca,[51] ministro da Guerra, e o excelentíssimo senhor doutor Miguel Calmon,[52] ministro da Viação.

Se o excelentíssimo titular desta pasta, pela natureza dos negócios sob sua alta administração, tem, sem dúvida, todo o interesse em acompanhar de perto o desenvolvimento das forças vivas do país que vai propulsionando com energia e eficácia, também o titular dos negócios da Guerra (e digo-o com sincera e profunda alegria patriótica), o mais alto representante do nosso glorioso Exército Nacional, representa a compreensão nítida do nosso momento histórico na vida da humanidade, aspirando permanentemente a paz, sem poder afirmar-se, entretanto, a impossibilidade absoluta da guerra odiosa, preparando assim a defesa da pátria, para a hora necessária, mas cumprindo o dever certo e permanente de organizar a atividade pacífica pelo trabalho comum.

Em quartéis de diversos pontos da República, ao lado da organização militar, já está funcionando a prática agrícola e pastoril como utilidade direta e, também e principalmente, como ensinamento.

As linhas telegráficas, que corpos do Exército estão fazendo para a possível e longínqua hipótese da necessidade de guerra, hão de transmitir primeiro e sempre, sem interrupção, as notícias alegres da vida, do trabalho e do comércio.

As estradas de ferro, estratégicas, que os oficiais militares estudam e dirigem atualmente, e os soldados constroem, por um bem bélico que possam transportar, raro em muitos anos (e permita o destino que o não transporte nunca), as estrades de ferro estratégicas serão, primeiro e permanentemente, um instrumento de paz e de progresso.

---

51 Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) nasceu no Rio Grande do Sul. Militar e político, foi ministro da Guerra durante o governo de Afonso Pena, entre 1906 e 1909. Mais tarde, foi o 8º presidente do Brasil, governando entre 1910 e 1914.

52 Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1879-1935) nasceu em Salvador, Bahia. Foi engenheiro e político, exercendo o cargo de ministro da Viação entre 1906 e 1909, nos governos de Afonso Pena e Nilo Peçanha, e de ministro da Agricultura entre 1922 e 1926, no governo de Artur Bernardes.

Foi com imensa alegria patriótica que ouvi, da mais alta patente do nosso Exército, que a aprendizagem que pretende dar aos voluntários e aos sorteados, ao lado do ensino militar, é a dos trabalhos pacíficos, agrícolas e pastoris, podendo se levar estes ensinamentos à grande massa do povo sem sacrifícios pecuniários para ela, ministrando o ensino em prazo muito curto.

E assim, meus senhores, ao Exército brasileiro, glorioso por tantos títulos, fator decisivo que tem sido das grandes conquistas da liberdade da pátria, há de caber também a glória de ser talvez o primeiro, em todo o mundo, que por si mesmo, comece a edificação do templo da paz, para continuar sempre e cada vez mais a ser amado do povo.

Eu agradeço a Suas Excelências à honra da visita à Primeira Grande Exposição do Estado de Minas.

E ergo a minha taça aos senhores expositores, aos diretos representantes do trabalho, em nome da terra amada de Minas Gerais.

35. Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro (15 de junho de 1908)

MENSAGEM DIRIGIDA PELO PRESIDENTE DO ESTADO, JOÃO PINHEIRO DA SILVA, AO CONGRESSO MINEIRO [53]

Senhores representantes de Minas Gerais

Congratulo-me com o Estado pela reunião do seu Poder Legislativo, de que certamente provirão, para o povo mineiro, medidas e providências de utilidade geral, pelo desempenho solícito de vossa parte de um tão elevado e honroso mandato.

As relações mantidas com o governo da União e o dos outros estados continuam a ser amistosas e cordiais.

Pela segunda vez, em obediência à Lei Constitucional, tendo de dar-vos conta das ocorrências administrativas do ano anterior, com os esclarecimentos que possam ser úteis à vossa ação de legisladores, eu venho desempenhar-me deste dever.

Problema Econômico

No desenvolvimento do programa inicial do governo, na execução das medidas e autorizações por vós decretadas, pôde-se afirmar com inteira segurança, ante resultados tangíveis,

---

53 MENSAGEM dirigida pelo presidente do Estado, João Pinheiro da Silva, ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.

que era certa a rota traçada, como eram aptos os meios empregados para a consecução dos fins.

Em todas as reformas iniciadas tem sido pensamento dominante a intervenção mínima e eficaz por parte do governo e a solicitação máxima e enérgica da iniciativa particular; o esclarecimento da ação concreta pela própria prática dos atos ou medidas aconselhadas, conjugando-se o incitamento, que desperta a atenção e o exemplo que arrasta as determinações.

Enquanto as iniciativas particulares não convergirem para a solução completa do problema, enquanto o não tomarem generalizadamente, não se realizará o benefício social prático, que é o que se espera e que é o que deve ser conseguido.

É assim que, em todas as suas reformas, tem o governo empregado o método intuitivo, que lhes facilita a firme generalização.

Como na instrução primária, tem-se adotado, no ensino rudimentar agrícola, o mesmo processo da observação concreta e direta.

É o que se tem feito com o uso das máquinas no rebeneficiamento dos produtos, nas instalações para a acomodação e criação dos animais, na cultura, colheita e ensilagem das forragens; no acondicionamento, na venda e colocação dos produtos, não só nos mercados internos, como nos externos, quanto aos produtos que a estes se destinam ou possam, de futuro, destinar-se.

Retomando o problema complexo e delicado da produção, desde seu início – o trabalho da terra, até seu final – a entrega do produto ao consumidor, o governo tem procurado, apenas, despertar a iniciativa particular, guiá-la e esclarecê-la, retirando-lhe do caminho os óbices que a possam entravar.

É assim que tem procurado eliminar muitos intermediários inúteis, verdadeiramente parasitários, que, ao lado dos úteis e indispensáveis, surgem, graças à ignorância geral dos produtores e consumidores.

Mostrar ao povo mineiro que tudo isto é susceptível de ser praticado por todo o homem de boa vontade é, sem dúvida, ter levado à consciência geral a fé que cada um deve ter em si, a fé sem a qual nada de bom se faz neste mundo, a virtude oposta ao qual nos tem abatido e que tão profundamente nos deprime – a falta de confiança no próprio esforço.

Esta ou aquela energia, que, às vezes, irrompe, é sempre a energia negativa da condenação e da crítica irrefletidas, a esterilidade revoltada dos que maldizem por serem incapazes de

qualquer construção, por não terem, na alma, ao menos um pouco de ânimo para o tentarem.

Os problemas práticos e a ação industrial concreta, entregues às iniciativas particulares são, por natureza, tendentes à dispersão e ao isolamento.

Completam, assim, o sistema, as reuniões periódicas, em diversas zonas dos congressos de produtores e as exposições regionais e gerais com os prêmios pecuniários.

E, com a aprendizagem de como se faz e como se permuta, tem-se, periodicamente, ocasião de verificar o progresso do conjunto e de se premiarem os mais felizes e os mais dignos.

É preciso não perder de vista que o problema capital para o Estado de Minas, que a questão premente, que lhe pode resolver a crise de penúria particular e de deficiência das rendas públicas, é o problema da produção.

As vias férreas, não há dúvida alguma, são necessárias ao desenvolvimento do país; de que, porém, servirão elas, se o trabalho se não organizar às suas margens?

O argumento das forças produtivas do Estado, valorizando os elementos de exportação que já temos e, sobretudo, procurando a criação de elementos novos – tal é, precisamente, o problema econômico mineiro.

Para tranquilidade no encará-lo, é de se notar que a situação do Estado de Minas encontra, na história econômica dos povos, vários exemplos de situações muito mais críticas e que, entretanto, foram dominadas com inteiro e absoluto sucesso

Surgindo mais tarde na luta, é-nos mais fácil, por processos já experimentados, superar as mesmas dificuldades.

O aumento da produção depende exclusivamente da reorganização do trabalho, do estabelecimento do crédito e da sistematização dos meios de transporte – estradas de ferro e de rodagem.

Só pela colonização e por moldes novos, como a iniciou o governo, é que poderemos organizar a produção intensiva à margem das estradas de ferro.

Quanto à instituição do crédito, o governo já se acha pecuniariamente habilitado a realizá-la, o que se vai fazer imediatamente.

E, tendo promovido o aumento das vias férreas, tenta, neste momento, para as estradas de rodagem, máquinas das mais modernas, importadas da América do Norte, tendentes não só a aperfeiçoar-lhe a construção, como a baratear-lhes o custo.

Aos esforços para a solução desse problema complexo, que está sendo executado sistematicamente, tem a terra mineira correspondido, tanto quanto se podia esperar de seu alto senso prático.

E, se alguma recompensa pode haver para os homens públicos que enveredam em caminhos novos, nenhuma maior para a administração de Minas que o modo pelo qual lhe corresponderam as iniciativas do povo mineiro.

É assim que:

Na instrução primária, a matrícula se elevou de 54.825 a 95.574 alunos e a despesa, que era de 1.948:546$761, só se elevou a 2.436:217$847, tendo, por conseguinte, o acréscimo, apenas, de 487:671$086.

A venda de máquinas, que fora, em 1904, de 169, em 1905, de 116 e, 1906 de 160, foi da fundação da primeira fazenda-modelo até agora, num espaço de 16 meses, de 1.161.

Relativamente à importação de animais reprodutores, o movimento foi: de 1904 a 1905, 53 e, em 1907, 421.

O Café

Encontrando este problema como objeto de contato solene entre três estados, produzindo obrigações recíprocas e já em fase de execução plena, a administração atual atendeu, como lhe cumpria, às injunções que a situação dos fatos impunha.

Do Convênio de Taubaté, ao lado das medidas de valorização, também decorriam as da propaganda para se alargar o consumo da mercadoria.

Tendo o governo de Minas, dada a situação do problema, de cobrar a sobretaxa, afirmou, desde o princípio, que a faria reverter inteira aos produtores, afirmação que ainda mantém integral.

Para esse fim, ouvindo abalizadas opiniões, combinou uma série de medidas que visam, sistematicamente, a não-intervenção de elementos estranhos aos ditos produtores.

E, assim, o dinheiro voltar-lhes-á às mãos, auxiliando-os a se reunirem em cooperativa; dando-lhes o governo as máquinas de rebeneficiamento, sob a forma de prêmios; estabelecendo por conta própria armazéns de depósitos nos portos de exportação e de importação; criando nos de exportação o crédito bancário para descontos; subvencionando, na Europa, representantes idôneos das cooperativas, que lhes coloquem os produtos; conferindo prêmios em dinheiro para o café colocado cru, prêmios que serão maiores para os estabelecimentos de torrefação, onde estes não existam.

De par com estas medidas de feição prática, instituiu-se a Seção do Café, dependência da Diretoria de Agricultura, onde se pode ver a centena de tipos deste produto, usados no estrangeiro, a respectiva denominação, o acondicionamento e o preço, com a informação dos lugares onde são habitualmente consumidos; mais tarde, e, principalmente, instaladas nesta Seção de Café, vê-se as máquinas que no estrangeiro separam, preparam e dão o acabamento que, precisamente, se observa nesta centena de tipos.

As cooperativas e os interessados ficam, por conseguinte, habilitados a dar ao nosso café, tão desvalorizado, a positiva e verdadeira valorização do rebeneficiamento industrial, no qual se vê que, do café brasileiro, tipo 7, é que se retiram todos os outros tipos dos mais finos e dos mais reputados.

Valorizar, pois, naturalmente, permanentemente, o café, também é, não há como negá-lo, saber que máquina o faz e como o faz, tirando da mercadoria todo o resultado de que é suscetível; é poder, por si e diretamente, fazê-la chegar ao consumidor; é o que as cooperativas podem fazer, é o que já começaram a fazer.

Acresce ainda, para o Estado de Minas, que, na maior parte da zona atualmente produtora de café, não é dos maiores o rendimento das colheitas proporcionalmente à superfície cultivada.

Este fato coloca-o em posição inferior, relativamente às terras fertilíssimas de outras regiões, de feição topográfica adaptada ao emprego de máquinas agrícolas aperfeiçoadas, e obriga-o a compensar-se dessa grande inferioridade, tirando de seu produto todas as vantagens do rebeneficiamento e da venda direta.

Para facilitar-lhes a ação no estrangeiro, mandou o governo prepostos seus examinarem diretamente a questão dos pequenos mercados de consumo e, precedendo-as, assim, nas tentativas, assinalar-lhes-á, nos caminhos que percorrer, os escolhos que lhes cumpre evitar.

Pouco importa a grita que possam levantar – aqui, os críticos das negativas fáceis, e lá, os interessados feridos.

Ninguém dirá, de boa-fé, ser erro ou crime tratarem os produtores de um gênero – de seu rebeneficiamento industrial e de sua venda direta.

Dentro de sessenta dias, devem estar funcionando, na Seção de Café, as primeiras máquinas aperfeiçoadas.

Já se organizaram as cooperativas de Cataguases, Rio Branco, São João Nepomuceno, São Paulo de Muriaé, Ponte Nova e Carangola.

Alugaram-se armazéns no Rio de Janeiro, Santos, Bruges e Nápoles.

O Estado mantém, atualmente, dois representantes na Europa, um em Santos e outro no Rio.

Fazendas-modelo

O ensino prático agrícola continua a ter, como sede de informações, as fazendas-modelo.

Destas, está a terminar-se a instalação completa e definitiva da Gameleira, nos subúrbios da capital.

Foram criadas mais as de Santa Bárbara, denominada "Retiro do Recreio"; Serro, denominada "Fábrica"; Itapecerica, denominada "Barra" e a de Aiuruoca.

Além dessas fazendas e, por elas modeladas, foram estabelecidos campos de demonstração nas colônias "Nova Baden", "Francisco Sales" e "Itambacuri", achando-se eles dotados de instrumentos e máquinas agrícolas aperfeiçoados, necessários ao ensino direto a que se destinam.

Na primeira fazenda instalada, que tem os serviços quase completamente organizados, todos os misteres, desde o arroteamento da terra até o rebeneficiamento do produto, se fazem por máquinas as mais modernas, de acordo com a experiência dos países mais cultos.

O destocamento e preparo do solo, as semeaduras, as carpas e as colheitas são, assim, feitas mecanicamente, como o são os aterros e desaterros, o nivelamento da superfície e a construção de diques para a irrigação.

A demonstração é completa, desde que, tomando-se os dados positivos e concretos do custo da produção agrícola pelos modernos processos, os cotejemos com o mesmo custo pelos moldes da rotina.

É assim que a produção mecânica, em relação à rotineira pelas experiências feitas, barateia:

69%, no milho;
48%, no arroz;
22%, na batata-inglesa.

Mesmo em terras em que se faz necessário o emprego de adubos, como na Gameleira, o decréscimo de despesas ainda é de:

37%, para o milho;
36%, para o arroz;
4%, para a batata-inglesa.

No processo à máquina não foi incluída a colheita mecânica, o que, se fosse feito, tornaria muito maior essa porcentagem.

A vantagem desta demonstração, da conveniência de se substituir o método de trabalho, é que ela pode ser sempre repetida à vista dos interessados, que, de maneira inequívoca, se têm pronunciado sobre a excelência do processo aconselhado.

Segundo as estatísticas publicadas no anuário do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, relativo ao ano de 1905, a produção média naquele país, feita a conversão para as nossas medidas, foi, por alqueire de terreno, de 4,84 hectares:

Para o milho.....194 alqueires de 50 litros
Para o arroz.....310 alqueires de 50 litros
Para a batata.....2.176 arrobas

Na fazenda-modelo da Gameleira, onde, pela qualidade inferior da terra, se tornou necessário, como foi dito, o emprego de adubos, a produção obtida pela cultura à máquina, foi a seguinte, também por alqueire de 4,84 hectares:

Para o milho – (média).....186 alqueires de 50 litros
Para o arroz – (média).....629 alqueires de 50 litros
Para a batata – (grande colheita).....5.808 arrobas

Segundo as referidas estatísticas, nos Estados Unidos, *os preços de vendas nas fazendas*, do milho, do arroz e da batata, feita a conversão para as nossas medidas, foram, em média, os seguintes:

Para o alqueire de milho (50 litros) - preço de venda.....1$950
Para o alqueire de arroz (50 litros) - preço de venda.....4$590
Para a arroba de batatas -- preço de venda.....$960

Na fazenda-modelo da Gameleira *os preços de produção* obtidos pela cultura a máquina foram os seguintes, compreendendo a lavra, adubos, plantação, capinas, colheitas e preparo:

Para o alqueire de milho (50 litros) .....1$825
Para o alqueire de arroz (50 litros) .....3$900
Para a arroba de batatas.....$573

O preço de produção na Gameleira, se não fosse necessário o emprego de adubos (o que acontecerá na maioria das nossas terras), seria:

Para o alqueire de milho, (50 litros) $852
Idem, idem, arroz, (idem) .....1$510
Para a arroba de batatas $435

E, assim, empregando-se, na produção agrícola, os mesmos instrumentos que usam os grandes países, acrescendo a superior qualidade da terra brasileira e o seu duplicado poder produtivo relativamente às estações anuais, em que a mesma cultura pode repetir-se, não há absolutamente por que hesitar, porque desanimar na reconstrução da fortuna perecida ou dos haveres abalados.

Também ao lado da cultura dos cereais deve-se tratar de outras, como a do algodão, produto agrícola capaz de generalizar, de acondicionamento e conservação fáceis, tendo mercado franco interno e larga procura externa.

Já se está procedendo, na fazenda-modelo, ao estudo do rendimento dessa cultura em alta escala.

Seção de Informações Técnicas

Para ministrar informações teóricas, aconselhar tecnicamente e resolver questões ocorrentes e dependentes da mecânica, da física ou da química agrícolas, instituiu-se esta seção, que funciona desde o ano passado.

Está prestes a concluir-se o edifício destinado à instalação da Diretoria da Agricultura e, junto dele, já funciona o campo de observações e experiências, teórica e experimentalmente dirigido, de modo a poder aconselhar sobre os assuntos referentes à produção, novas culturas a serem introduzidas, sua adaptação, valor etc., o que tudo completa a organização de conjunto estabelecida.

Pela Seção Técnica foram respondidas 147 consultas.

Fizeram-se 62 análises pelo respectivo laboratório.

Foram atendidos 2.787 pedidos de mudas e sementes, gratuitamente cedidas.

A semelhante serviço devem, os Estados Unidos do Norte, o extraordinário incremento de sua agricultura, tendo o respectivo ministério, somente com o estudo de questões agrícolas e dos assuntos que lhe são referentes, tais como experiências e publicações sobre entomologia, patologia vegetal, culturas novas, pomologia, florestas, análise de terra, de forragens, investigações sobre irrigação etc., despendido, em 1906, a elevada soma de 1.947.610 dólares ou 6.427.113$000 da nossa moeda.

Colonização

Reavivando e modificando o serviço de colonização, visou o governo conseguir que os colonos, adotando os modernos processos de cultura, demonstrassem, de novo, a excelência desses métodos, não mais oficialmente em mãos da administração, mas empregados diretamente pelo particular, devendo, do próprio trabalho, tirar a subsistência e a amortização dos débitos contraídos.

Serviu de ponto inicial de experiência a antiga Colônia do Barreiro, nas proximidades desta capital, e, pelos processos agrícolas preconizados, preparou o governo vinte e cinco lotes com a respectiva irrigação.

Note-se que, para cada família, além das despesas gerais deste serviço, acresceram, apenas, em média, 400$000 – custo do preparo do solo e dos regos para a condução d'água.

O resultado é que essas vinte e cinco famílias instaladas na Vargem Grande, há menos de um ano, já começaram, por prestações, a amortizar o respectivo débito.

Além disso, muitas já adquiriram animais e compraram máquinas agrícolas.

E, para quem a visita, o aspecto da colônia é de conforto dos que nela se acham estabelecidos, demonstração plena da eficácia do trabalho aconselhado.

Verificado esse resultado, pelo mesmo processo está sendo construída a nova Colônia de Itajubá, como estão sendo modificadas e ampliadas a Francisco Sales, em Pouso Alegre, e a Nova Baden, em Lambari, devendo o mesmo sistema ser empregado em todas as outras, nas partes dos terrenos que se prestarem ao emprego das máquinas.

Novas colônias estabelecer-se-ão nas zonas servidas pela Estrada de Ferro Leopoldina, de acordo com o contrato celebrado a 22 de fevereiro de 1908, com a mesma companhia.

Também para serem colonizados, o Estado ofereceu ao governo da União cerca de quatro mil alqueires de terras, no município de Sete Lagoas, nas proximidades da Estrada de Ferro Central do Brasil, já se achando iniciado este serviço.

Nos diversos núcleos coloniais do Estado – Nova Baden, Francisco Sales, Rodrigo Silva, Vargem Grande, Afonso Pena, Carlos Prates, Bias Fortes, Américo Werneck e Adalberto Ferraz – acham-se localizadas 3.089 pessoas.

A produção desses núcleos elevou-se, o ano passado, a 475:100$390, assim distribuídos:

Nova Baden .....32:366$750
Francisco Sales .....31:659$800
Rodrigo Silva .....272.209$500
Afonso Pena .....38.164$440
Carlos Prates .....31:150$000
Bias Fortes.....52:055$200
Américo Werneck .....12:483$000
Adalberto Ferraz.....5:011$700

A despesa com este serviço foi, no mesmo período, de 152:039$736.

Indústrias Manufatoras

Embora estas indústrias se coloquem, relativamente à importância econômica, em plano inferior ao da agricultura propriamente dita, as que estão ligadas ao rebeneficiamento dos produtos e matérias-primas da agricultura têm tanta importância quanto aquela.

Eis porque, como modelos de ensino quanto aos cereais, estabeleceu o governo, na fazenda-modelo, um conjunto metódico de máquinas para rebeneficiar tais produtos.

Procuraram-se as mais perfeitas e, ao mesmo tempo, de tipo mais reduzido, sendo, por isso, de menor custo; de tração animal e, portanto, ao alcance de todos, ficando, assim, habilitado o pequeno proprietário, que forma a grande massa da classe produtiva do Estado a tirar de seu trabalho o máximo proveito possível.

Poderão todos, na fazenda-modelo, ver o funcionamento dessas máquinas e informar-se sobre a respectiva procedência, custo e despesas de assentamento e de custeio.

Continuo a insistir na vantagem que advirá às municipalidades em captarem forças hidráulicas para a iluminação pública, podendo, durante o dia, cedê-las às indústrias manufatoras aproveitando, assim, a módico preço, os operários desocupados para as cidades.

À carteira industrial do banco pelo próximo contrato para empréstimos, fornecerá o governo recursos com que se facilitem estas instalações.

Exposição de Animais

Em cumprimento da Lei nº 454 de 6 de setembro de 1907, teve lugar, a 24 de fevereiro, a Exposição Pecuária do Estado.

O alcance extraordinário dessa medida já não é hoje objetivo de discussão.

Estímulo aos particulares e criadores, premiando-lhes os esforços bem conduzidos, é-lhes, ao mesmo tempo, fecunda lição de conjunto, permitindo-lhes e ao Estado balancearem, periodicamente, os progressos realizados.

A satisfação e a alegria que o certame despertou aos que o presenciaram, e as provas de contentamento que, por essa ocasião, deram os expositores e criadores, mostram que a medida era natural, que correspondia a uma necessidade do trabalho coletivo do Estado, constituindo uma das medidas que devem permanecer e incrementar-se todos os anos.

Couberam os prêmios: o primeiro do gado leiteiro ao município de Barbacena, ao Sr. Eduardo H. de Sá Fortes; os dois primeiros do gado de talho – um ao município de Curvelo, ao Dr. Viriato Mascarenhas e outro ao de Uberaba, ao Sr. Bruno da Silva Oliveira; os primeiros dos animais cavalares – um ao município de Silvestre Ferraz, ao Sr. Domingos Junqueira e outro ao de Oliveira, ao Sr. Gabriel Augusto de Andrade; o primeiro dos animais cavalares estrangeiros ao município de Uberaba, ao Sr. Saturnino Rocha de Miranda; o primeiro dos reprodutores suínos ao município de Caeté, ao Sr. Inácio Otaviano de Alvarenga; o primeiros dos cevados gordos ao município de Caldas, ao Sr. José Custódio Dias de Araújo; o primeiro das cabras leiteiras ao município de Sete Lagoas, ao Sr. Fernando Pinto de Azevedo; o primeiro de carneiros ao município de Caeté, ao Sr. Antônio Cândido da Cruz Homem.

Já foram perfurados 16 poços tubulares, sendo 5 na Fazenda do Barreiro, que atualmente faz parte da Colônia da Vargem Grande; 4 na Colônia Carlos Prates; 4 na fazenda-modelo da Gameleira; 1 no Calafate e 2 no Campo de Experiências, anexo à Diretoria de Agricultura.

Sobre o poço do lote nº 6 da Colônia Carlos Prates, sobre um dos que foram abertos na Gameleira, sobre o do Calafate, próximo à escola primária ali existente, bem como sobre os poços perfurados, no Campo de Experiências, foram colocadas bombas acionadas por motores, as quais têm funcionado com regularidade.

Todos os poços que estão sendo utilizados têm 0,15 centímetros de diâmetro e foram perfurados pela máquina *Keystone Drill*.

Atualmente, acha-se em Sete Lagoas o encarregado do serviço de sondagens, o qual está perfurando, com a referida máquina, diversos poços nos arredores da dita cidade, pretendendo a Câmara Municipal da mesma utilizá-los para o abastecimento d'água à população.

Com a aquisição de aparelhos, materiais e salários do pessoal empregado, despendeu o Estado, da data da instalação deste serviço até 31 de dezembro do ano passado, a quantia de 66:236$965.

Estradas de Rodagem

De importância também capital para o povo e para a produção são as estradas de rodagem.

Não as temos: ao trânsito de carroças muito poucas se adaptam, e os carros que as trafegam servem principalmente para destruí-las e sujeitá-las a contínuos consertos.

Tem sido gasto em pura perda o dinheiro com estas vias de comunicação e seus consertos, o qual sobe, para os cofres do Estado, a somas extraordinárias.

Aberta ou consertada uma estrada, desde que se não sistematize o serviço da respectiva conservação, raramente dura além de um ano, sulcada, como é, pelos carros de rodas cortantes, e desmoronadas por chuvas torrenciais, que se lhes não desviam dos leitos.

Julga o governo conveniente construir algumas estradas de rodagem que liguem as vias férreas aos centros produtores e, para isso, importou dos Estados Unidos, não só as máquinas que lá se empregam em trabalhos similares, como veículos de tração animal, que não estragam o leito das vias e, além disso, com a mesma força, transportam carga muito superior à do sistema condenado no nosso carro de bois.

A construção e conservação das estradas de rodagem deve constituir serviço separado e sistematizado.

A questão do tráfego para automóveis de mercadorias é outro problema importante, sendo mister que se continuem as experiências, atentos os grandes benefícios que podem provir para os transportes a pequena distância.

Viação Férrea

Em Minas, estado central, de território vasto e população disseminada, construíram-se, sem sistema algum, as estradas de ferro, e, ainda hoje, quando se procura remediar este mal, tentam aumentá-lo interesses às vezes divergentes.

O que cumpre, a todo o transe, é sistematizar os traçados, visando, nas novas construções, os que tornem econômicos os transportes, por caminhos mais curtos para os portos de saída, de sorte que a mercadoria chegue sempre, em busca dos mercados de consumo, a menos onerada que for possível.

Com o fito de desembaraçar e desenvolver as nossas vias férreas, o governo encampou, a 24 de agosto findo, a Estrada de Ferro Muzambinho, que serve a uma das zonas mais férteis do Sul do estado, e, entretanto, tinha, há muitos anos, parado o prolongamento de seus trilhos.

Já o governo tem proposta de compra da mesma para a construção desse prolongamento.

Também a União trata de sistematizar e prolongar as suas vias férreas naquela parte do estado, de sorte que, dentro em breve, será, afinal, realidade a legítima aspiração de Sul e Oeste de Minas, que urgentemente reclamam a execução de estradas, há tanto projetadas e prometidas.

A Estrada de Ferro Leopoldina, que serve à zona Leste do estado, reformou seus contratos com o governo, de conformidade com a autorização constante da Lei nº 440, de 2 de outubro de 1906, combinada com o art. 19 da Lei n° 422, de 29 de setembro de 1905.

Por este acordo modificaram-se as diversas concessões, cessou o regime da garantia de juros, obrigando-se a Companhia a prolongar seus trilhos, há bastante anos paralisados, procurando ligar-se à Estrada Sul Espírito Santo.

Servirá assim à fértil zona do Manhuaçu, a cujo vale ficará ligado o município de Ponte Nova, que verá satisfeita esta justa necessidade.

Deve a Companhia, sob eficazes penas contratuais, construir, em 5 anos, a contar de 22 de fevereiro de 1908, não só a linha de Santa Luzia, como 100 quilômetros de Ponte Nova a Bicudos, e a ligação da primeira destas linhas à Estrada de Ferro Sul Espírito Santo, avaliando-se em cerca de 300 quilômetros a extensão total a ser construída.

Concluídos estes trabalhos deverá, ainda, em 3 anos, prolongar a linha de Ponte Nova até sua ligação com a de Santa Luzia ao Manhuaçu.

Pelo espaçamento do prazo de reversão dessa estrada ao Estado, este obteve da mesma os ditos prolongamentos sem garantia de juros, a desistência da garantia existente, sendo de 4.000:000$000 o valor em dinheiro para os cofres estaduais, obtidos com essa reforma, devendo 2.000 contos serem empregados na colonização das margens da mesma via férrea.

Partindo do Espírito Santo e do mar em direção às matas virgens do Rio Doce, penetrando-as numa extensão de 347 quilômetros, a porção, porventura, mais fértil da terra mineira, a Estrada de Ferro Vitória a Diamantina abre e descortina ao trabalho agrícola campo vastíssimo de exploração.

Um dos pontos de seu traçado é Santana de Ferros, situada na zona a que teria que servir a estrada denominada Espírito Santo a Minas, concessão que, iniciada, se não chegou a realizar.

Autorizado pela Lei nº 431, de 4 de setembro de 1906, recomeçou o governo o serviço de construção desta linha, cujo ponto inicial era Sabará, demandando, em Santana de Ferros, a Vitória a Diamantina.

Iniciado o serviço, o Estado transferiu ao governo da União, que, a 19 de dezembro de 1907, o incorporou à Estrada de Ferro Central do Brasil.

A ligação de Ferros a Sabará e, portanto, a parte central do estado, bem como a ligação de Belo Horizonte à Estrada de Ferro Oeste, com uma extensão apenas de 160 quilômetros, abre-nos diversas saídas para o mar, vindo todas a convergir nesta capital, que, então, se tornará um verdadeiro centro de irradiação da vida industrial e intelectual do Estado, correspondendo, assim, ao fim e aos sacrifícios com que foi construída.

É objeto de estudo o prolongamento da estrada de ferro de Teófilo Otoni a Caravelas, terminando-se uma situação que não é lisonjeira.

Situação Financeira

Não podia esta situação ter sofrido sensível mudança, atenta sua ligação íntima com a situação econômica, na qual reformas para rápidos acréscimos de renda, com ares miraculosos, não são afirmações sérias e nem possíveis.

O que, em tais emergências, cumpre aos poderes públicos, é, mostrando com clareza e simplicidade o estado de coisas, indicar os remédios, aprovar as medidas e agir.

É o que se tem feito.

Decorrendo, principalmente, da maior fiscalização com que se tem arrecadado as rendas públicas, pode-se assinalar, como resultado lisonjeiro, o acréscimo de 1.555:779$213, verificado no rendimento das coletorias e na cobrança da dívida ativa.

Do cotejo entre o primeiro trimestre deste ano e o ano anterior, verifica-se, na arrecadação das coletorias, um acréscimo de réis 470:398$465.

Há alguns dados sugestivos, que, demonstrando a ligação íntima do trabalho da produção econômica e das rendas públicas, demonstram, igualmente, a eficácia e o acerto das medidas empregadas; estes dados valem como uma indicação inicial.

É assim que se nota, de um lado, o esforço decisivo dos particulares em modificarem a rotina no trabalho da terra, e se observa do outro, que a exportação dos principais cereais – arroz, batata, milho e feijão, teve os seguintes acréscimos:

Arroz - 4.122.708 quilos, no valor de réis 1.748:028$192, em 1906 e, em 1907, 8.350.457 quilos, no valor de 4.195:210$220;

Batatas - em 1906, 4.070.431 quilos, no valor de 814:086$200; em 1907, 6.277.053 quilos, no valor de 1.883:115$600;

Milho - em 1906, 16.604.462 quilos, no valor de 1.710:259$568; em 1907, 22.946.793 quilos, no valor de 2.677:125$833;

Feijão - em 1906, 4.706.773 quilos, no valor de 1.241:587$972; em 1907, 5.915.744 quilos, no valor de 1.774:723$200;

Não há dúvida que a produção de cereais cresce rapidamente e que, dentro em breve, terá o Brasil, neste particular, satisfeito às necessidades de seu mercado interno, podendo e devendo ainda aspirar a ser grande exportador desses gêneros de primeira necessidade.

Se os outros países com que teremos de concorrer se acham melhores aparelhados mecanicamente, nós, todavia, levamos-lhes vantagens quanto aos agentes naturais.

Dada a situação que o governo encontrou e que se exposta na mensagem anterior e, precisando absolutamente melhorá-la como condição imprescindível, procurou, com desassombro e prudência, meios que, financeiramente, lhe permitissem intervir com eficácia, habilitando os institutos bancários a facilitar aos particulares o crédito indispensável à manutenção e aperfeiçoamento de suas diversas indústrias, completando, destarte, o aparelhamento de uma ação integral.

Tentou-se, para esse fim, a operação do empréstimo externo de 25 milhões de francos.

Devido, sem dúvida, à proverbial pontualidade do Estado na solução dos seus compromissos, à oportunidade e utilidade do plano econômico adotado, por se tratar de uma quantia destinada exclusivamente a despesas reprodutivas, foi o empréstimo lançado e realizado com êxito completo, ao tipo, para Minas honrosíssimo, de 97 e meio, tendo já entrado para os cofres do Estado a sua quase totalidade, pois falta apenas pequeno saldo a se vencer em prazo curto.

A Lei nº 422, de 29 de setembro de 1905, orçou a renda ordinária e extraordinária, proveniente de diversas contribuições, para o exercício financeiro, definitivamente encerrado em junho do ano passado, em 16.817:705$700.

Mas, a renda efetivamente arrecadada só produziu .... 14.470:694$791, resultando, pois, déficit de 2.347:010$909, como se vê da tabela seguinte, pela qual se verifica quais os títulos da receita em que a previsão orçamentária não foi atingida, quais aqueles em que foi exercida:

Títulos da receita	Orçada	Arrecadada	Para mais	Para menos
Imposto de exportação	9.700:000$000	8.316:757$218	—	1.383:242$782
Taxa de selo	460:000$000	604:056$691	—	45:943$309
Novos e velhos direitos	650:000$000	406:809$431	—	53:190$569
Transmissão inter vivos	700:000$000	666:139$878	—	33:860$122
Transmissão *causa mortis*	830:000$000	594:358$282	—	235:641$718
Passagens em estradas de ferro	140:000$000	148:506$061	8:506$061	—
Taxas de matrículas	70:000$000	104:560$689	34:560$689	—
Cobrança da dívida ativa	100:000$000	204:847$364	104:847$364	—
Renda da Imprensa Oficial	68:000$000	73:830$550	5:830$550	—
Venda de terras devolutas	30:000$000	39:558$924	9:558$924	—
Juros de apólices	450$000	400$000	—	50$000
Exportação de ouro e diamantes	300:000$000	213:804$207	—	86:195$793
Renda de terrenos diamantinos	20:000$000	19:540$033	—	459$967
Quotas de fiscalização	149:340$000	104:942$581	—	44:397$419
Taxa adicional de 10%	336:000$000	224:005$674	—	111:994$326
Imposto territorial	960:000$000	888:267$348	—	71:732$652
Imposto sobre subsídios	26:000$000	23:436$000	—	2:564$000
Renda de águas minerais	6:750$000	6:689$693	—	60$307
Imposto sobre vencimentos	70:000$000	54:109$000	—	15:891$000
Empréstimos municipais	100:165$700	73:156$788	—	27:008$912
Consumo de bebidas	450:000$000	330:357$628	—	119:642$372
Imposto sobre renda industrial	60:000$000	—	—	60:000$000
Arrendamento da Bahia e Minas	40:000$000	40:000$000	—	
Imposto de indústrias e profissões	1.400:000$000	1.152:100$000	—	247:899$940
Renda eventual	80:000$000	125:870$498	45:870$498	
Reposições e restituições	70:000$000	54:590$193	—	15:409:807
Renda de fianças-crimes	1:000$000	—	—	1:000$000
	16.817:705$700	14.470:694$791	209:174$086	2.556:184$995

Verifica-se deste quadro menor arrecadação em alguns títulos da receita, na importância de 2.556:184$995 e maior em outros, na importância de 209:174$086.

Além da renda orçamentária, arrecadou mais o exercício a importância de 482:185$489, que procede:

a) do imposto de 8% *ad valorem* sobre diversos produtos de que trata o Decreto n.º 1.818, de 7 de julho de 1905..... 33:883$613

b) auxílio do Governo Federal para socorros públicos..... 350:000$000

c) prestação, paga pela Câmara Municipal de Monte Santo, do empréstimo contraído com garantia do Estado ..... 15:000$000

d) cobranças indevidas..... 20:877$476

e) renda não classificada..... 10:651$447

f) depósitos de diversas origens..... 51:772$955

Realizaram-se, no exercício, as seguintes operações de crédito:

Conversão de títulos de dívida da Estrada de Ferro Bahia e Minas.... 2:400$000

Rescisão do contrato Guaí..... 4.000:000$000

Aquisição dos direitos creditórios da Companhia Estrada de Ferro Muzambinho..... 829:000$000

Rescisão do contrato de arrendamento das águas de Poços de Caldas..... 300:000$000

Encampação dos bens e concessão de águas minerais pertencentes à Empresa de Lambari e Cambuquira..... 700:000$000

5.831.400$000

Adicionando-se 1.834.390$860 de letras promissórias emitidas como antecipação da receita e 276:800$000, importância recebida da Companhia Estrada de Ferro Sapucaí, de prestação devida de acordo com a Lei nº 6, bem como o:

Empréstimo do cofre de órfãos, ausentes e Caixa Econômica.....	950:982$487
Líquido de depósitos em dinheiro, recebidos no exercício.....	24:111$717
Suprimento do exercício de 1907.....	2.776:284$274
Saldo do exercício anterior.....	759:588$811

verifica-se que a totalidade dos recursos do exercício atingiu a soma de 27.406:438$429.

O total das operações da despesa foi de 26.832:894$383.

A despesa ordinária elevou-se à quantia de 18.473:396$655, sendo, pois, as verbas respectivas excedidas em 1.658:178$732, visto como a despesa orçada foi de 16.815:217$923.

Cotejando-se, porém, o excesso da despesa orçada com os créditos suplementares, autorizados e abertos, na importância de 2.318:270$480, verifica-se que a despesa ordinária ficou inferior ao crédito na importância de 660:091$748.

Os créditos suplementares elevaram as consignações das verbas relativas ao pessoal e expediente da Secretaria do Senado, idem da Câmara dos Deputados, apanhamento de debates, expediente de eleições estaduais, força pública, instrução primária, serviço da dívida fundada e obras públicas.

Além dos créditos suplementares, na importância já referida, foram ainda concedidos créditos extraordinários e por disposições legislativas, na importância de 1.917:746$259, para os seguintes serviços:

Construção da Estrada de Ferro Espírito Santo e Minas.....	60:000$000
Liquidação das contas com a prefeitura da capital.....	995:646$259
Construção da Matriz de Belo Horizonte.....	30:000$000
Diferença de vencimento a professores primários e execução de Lei n.º 445.....	7:100$000
Assistência a alienados, em Barbacena.....	250:000$000

Entre a despesa realizada e a receita arrecadada existe o déficit de 3.994:701$864.

As despesas extraorçamentárias atingiram a 531:473$065, incluídos 54:205$092 de restituição de diversos depósitos e 7:320$663 de quantias levadas a crédito de coletores, despesas pagas em exercícios anteriores e que lhes foram abonadas por defeitos nos respectivos documentos.

As despesas realizadas por meio de operações de crédito elevaram-se a 5.831:400$000, a saber:

Rescisão do contrato com o visconde do Guaí para a construção da Estrada de Ferro Espírito Santo e Minas.....	4.000:000$000
Aquisição dos direitos creditórios da Companhia Estrada de Ferro Muzambinho.....	829:000$000
Encampação da Empresa das Águas Minerais de Lambari e Cambuquira.....	700:000$000
Rescisão do Contrato de arrendamento das águas de Poços de Caldas.....	300.000$000
Conversão dos títulos da dívida da Estrada de Ferro Bahia e Minas.....	2:400$000

O exercício foi ainda onerado com o suprimento de 1.227:373$594 ao de 1905, o qual, por sua vez, teve de pagar despesas pertencentes ao de 1904, na importância de 2.449:871$886.

O saldo demonstrado no balanço de 573:544$046 resulta da apuração entre o total das contas dos saldos credores e devedores, aqueles na importância de 3.179:142$905 e estes na de 2.605:598$859.

O saldo demonstrado de 573:544$046 é puramente nominal; porquanto se o exercício fosse indenizado da quantia de 1.277:393$596 de suprimento feito ao interior se pagasse a quantia de 2.776:284$274, recebida do posterior exercício - o resultado seria encerrar-se com um déficit de 975:366$634.

Provém este fato das autorizações extraorçamentárias para atender a despesa sem fundos próprios e fora das contribuições orçamentárias.

Só depois de terminado o período adicional poderão ser completados os dados relativos ao exercício de 1907.

O balanço provisório, porém, dá o seguinte resultado:

RECEITA

Ordinária e extraordinária, constante da Lei de Orçamento n.º 440, de 2 de outubro de 1906, arrecadada.....	15.361:648$591
Idem não contemplada no mesmo orçamento.....	8.295:694$453
Idem de empréstimos de órfãos, produto de bens de ausentes e depósitos da Caixa Econômica.....	1.396:436$968
Receita de operações de crédito.....	7.393:400$000
	32.447:180$012
Que, reunida ao saldo que passou do balanço de 1906.....	573:544$046
atinge ao total de.....	33.020:724$058

DESPESA

Importância paga por conta das secretarias de Estado.....	18.513:652$035
Idem de disposições especiais e extraorçamentárias.....	2.123:088$186
Idem de depósitos de órfãos e da Caixa Econômica etc.....	1.096:053$645
Idem, despendida por conta de operações de crédito.....	10.194:728$262
Suprimento feito ao exercício de 1906.....	2.776:284$274
	34.703:726$402

Pelo confronto da receita, na importância de 33.020.724$058, com a despesa de 34.703:726$402, presume-se que o exercício se encerrará com o déficit de 1.683:002$344.

A Lei n.º 440, de 2 de outubro de 1906, orçou a receita ordinária para este exercício em 16.436:615$700, excluídos os saldos de diversos depósitos ainda não liquidados, por não se achar ainda encerrada a escrituração respectiva, nem terminado o semestre adicional.

Entre a receita orçada em 16.436:615$700 e a arrecadada de 15.361:648$591, verifica-se a diferença de 1.074:967$109.

A previsão da receita não foi atingida, apesar de ser superior à do exercício anterior, concorrendo para a diferença os seguintes títulos:

	Orçado	**Arrecadado**
Impostos de exportação.....	9.200:000$000	8.638:118$040
Taxa de selo.....	700:000$000	613:724$632
Novos e velhos direitos.....	460.000$000	434:287$781
Exportação de ouro e diamantes.....	300.000$000	237:162$811
Imposto territorial.....	1.100:000$000	758:474$892
Consumo de bebidas.....	550:000$000	299:068$806
Indústrias e profissões.....	1.500:000$000	1.124:908$946

além de outras verbas de menor importância, que no total da receita, somam 1.899:797$946.

Foi superior ao orçamento, além de outras, a arrecadação do imposto de transmissão inter vivos em 163:532$959; da dívida ativa, em 374:801$508; das restituições e reposições, em 166:075$065.

Das diferenças para menos arrecadadas na importância total de 1.879:$946 e das para mais na de 804:830$837, resulta que a arrecadação ficou abaixo da previsão orçamentária na importância de 1.074:967$109, embora superior à arrecadação do exercício anterior na importância de 890:953$800, tendo para este resultado concorrido, além dos impostos de exportação, os de selo, novos e velhos direitos, transmissão inter vivos e *causa mortis*, dívida ativa, embora não houvesse agravação de taxas, mas até supressão de impostos, como os sobre subsídios e vencimentos que produziram, no exercício de 1906, a importância de 30:125$693.

A arrecadação dos impostos de exportação foi, em 1907, superior à do exercício anterior em 321:360$826, assim demonstrado:

Café – a exportação deste gênero foi, em 1907, de 159.729.890 quilogramas, superior à de 1906 em 16.475.392. O imposto, porém, arrecadado em 1907, foi inferior ao de 1906 tendo, neste, sido de 5.808.584$364, ao passo que naquele desceu a 5.695:446$841 devido à baixa do preço do produto, sendo que em 1906 o valor oficial foi de $468 e em 1907 de $402.

Gado vacum – a arrecadação do imposto foi, em 1907, de 1.168:084$080, correspondente a 280.538 cabeças e, a de 1906, de 1.153:699$080, correspondente a 277.174 cabeças.

Fumo de rolo – pouco sensível foi o aumento da exportação deste gênero. Em 1906 foram exportados 3.166.494 quilogramas, produzindo a renda de 227:205$851 e, em 1907, 3.167.027 quilogramas, produzindo 303:362$592.

Queijos – a exportação deste gênero foi superada à de 1906; a arrecadação do imposto foi, porém, menor em 1907. Os dados acusam 4.159.642 quilogramas e 174:704$964 de renda em 1906, e 4.634.409 quilogramas e 171:473$132 em 1907.

A queda do valor oficial, devido à baixa do preço explica o fato.

Manteiga – 1.420.849 quilogramas em 1907, contra 945.421 em 1906, ou seja, quase o dobro deste último exercício foram os totais da exportação, sendo a arrecadação respectivamente de 1959:135$088 em 1907 e 90:490$850 em 1906.

Manganês – a exportação do manganês também quase foi o dobro do exercício anterior.

Em 1906 foram exportados 124.646.000 quilogramas, com uma renda de réis 79:773$440 e, em 1907, 220.021.000 quilogramas com a renda do valor de 136:413$020.

Toucinho – a exportação deste gênero decresceu em 1907; porém, a arrecadação foi superior à de 1906, devido à alta de preço. Neste exercício foram exportados 3.956.508 quilogramas e arrecadado o imposto na importância de 135:708$224 e, naquele, 1907, 3.873.849 quilogramas com o imposto de 143:332$413.

Gado suíno – em 1906 foram exportadas 46.268 cabeças, produzindo o imposto de 92:616$000. Em 1907, 37.739 cabeças, produzindo o imposto de 77:784$500, havendo, pois, uma diminuição, de 1906 para 1907, de 8.529 cabeças.

Milho – tanto a exportação como a importância da arrecadação foram, no exercício de 1907, superiores em mais da terça parte à do ano de 1906; neste foi a exportação de 16.604.462 quilogramas e o imposto arrecadado de 51:307$787 e, naquele, 22.946.793 quilogramas e 80:313$775.

Feijão – a exportação deste gênero também apresenta aumento bastante sensível. Ao passo que, em 1906, foram exportados 4.706.773 quilogramas, subiu a 5.915.744 em 1907. O imposto teve, consequentemente, o mesmo aumento, elevando-se de 37:247$639 a 53:241$696 daquele para este exercício.

Arroz pilado – elevou-se ao dobro a exportação do arroz pilado no ano de 1907. Em 1906 foram exportados 4.122.708 quilogramas e, em 1907, 8.250.457 quilogramas, sendo o produto da arrecadação respectivamente de 69:920$127 e 167:808$408.

Batatas – em 1906 acusam os dados 4.070.431 quilogramas e, em 1907, 6.277.053, produzindo a arrecadação do imposto naquele, de 24:422$586 e, neste exercício, 56:493$468.

Leite – teve também grande aumento a exportação deste gênero que, sendo em 1906 de 3.920.340 quilogramas, elevou-se a 5.100.594 ditos em 1907. Foi a arrecadação, respectivamente, de 23:522$040 e 30:963$564.

Gado cavalar e muar – a exportação, em 1907, foi superior em 1.087 cabeças à de 1906, que foi de 3.983 cabeças, sendo de 5.070 em 1907. O imposto produziu, em um, 32:466$800 e, em outro, 41:371$200.

Verifica-se que à exceção do toucinho e do gado suíno, a exportação foi aumentada.

Ouro e diamantes – em comparação com o exercício de 1906, a exportação, em 1907, foi superior em 334.937 gramas, sendo de 3.352.093 naquele e 3.856.950 neste e o produto do imposto, respectivamente, de réis 213:804$207 e 237:162$811.

Os demais impostos apresentam apreciável aumento na respectiva arrecadação, relativamente ao anterior exercício, à exceção da renda da Imprensa, venda de terras, arrendamentos de terrenos diamantinos, imposto territorial, consumo de bebidas e imposto de indústrias e profissões.

Elevam-se a 9.086:825$187 as quantias não contempladas no orçamento, a saber:

Produto da taxa de 3 francos por saca de café exportado, nos termos da Lei n.º 424, de 16 de agosto de 1906.....	5.159:397$617
Alienação da Estrada de Ferro de Sabará a Santana de Ferros.....	5.159:397$617
Auxílio do Governo Federal à Fazenda-Modelo da Gameleira.....	50:000$000
Idem da Câmara Municipal de Caeté à Assistência a Alienados.....	200$000
Renda ainda não classificada.....	3.209$341
Idem da Caixa Econômica.....	90$800
Saldo entre os recebimentos e as restituições do empréstimo de órfãos, de dinheiro de ausentes e depósitos da Caixa Econômica (art. 2.º da Lei n.º 70)	300:383$323
Saldo que passou do exercício de 1906.....	573:544$046
Adicionadas estas parcelas à receita arrecadada de.....	15.361:648$591
Verifica-se que a receita do exercício se eleva a.....	24.448:473$778

Os recursos do exercício foram ainda aumentados pela seguinte forma, não estando incluído o saldo de depósitos de outras procedências, por não estar ainda liquidado o respectivo caixa:

Consignações recolhidas para serem entregues, de pronto, a interessados.....	82:796$635
Operações de crédito, a saber:	
Emissão de 7.808 apólices, sendo 500 do valor nominal de 1.000$000, ao preço de 85% e 7.308 do mesmo valor, ao preço de 84%.....	6.563:000$000
Importância da prestação devida pela Companhia da Estrada de Ferro Sapucaí, nos termos da Lei n.º 64, de 1893.....	830:400$000

Despesa – a despesa apurada com todos os serviços ordinários a cargo das duas secretarias de Estado, no exercício de 1907, foi de 18.513:652$035, assim discriminada:

SECRETARIA DO INTERIOR	
Importância fixada na Lei n.º 440, para as despesas a cargo desta....	8.287:824$400
Despesa efetuada.....	8.910:086$603
Excesso sobre os créditos.....	622:262$203
SECRETARIA DAS FINANÇAS	
Importância fixada para os serviços a cargo desta.....	8.099:236$358
Despesa realizada.....	9.603:565$432
Excesso sobre os créditos.....	1.504:329$074

Entre a despesa total orçada e a efetivamente realizada, verifica-se, pois, um excesso de 2.126:591$277.

Nem todas as rubricas da despesa apresentam excesso sobre os créditos; em muitas se deram economias resultantes, ou de lugares não preenchidos, ou despesas não realizadas.

Além da despesa ordinária, foram efetuadas fora do cômputo orçamentário as das seguintes importâncias, no total de 2.123:008$186, a saber:

Com a Exposição Pecuária e concessão de prêmios de animação (art. 26 da Lei n.º 440, de 2 de outubro de 1906)	40:000$000
Com exposições regionais de indústrias agrícola e pastoril, nos termos do art. 19, da mesma lei.....	15:000$000
Com a representação do Estado na Exposição Nacional de 1908. (Art. 6.º da Lei n.º 470, de 14 de setembro de 1907).....	11:223$550
Com a disposição do art. 13 da Lei n.º 440, à Matriz de Belo Horizonte.....	30:000$000
Com a Assistência a Alienados, em virtude do art. 27 da Lei n.º 422, de 1905 e Decreto n.º 1.907, de 26 de maio de 1906.....	17:163$065
Com a consolidação das leis e regulamentos relativos à organização da Justiça (art. 22 da Lei n.º 440, de 1906).....	15:000$000
Com os consertos do próprio Estado, sito à praça da Boa Viagem, nos termos do art. 32 da citada Lei nº 440. (A importância passou para a caixa de depósitos).....	15:000$000
Com a Estrada de Ferro de Sabará a Santana de Ferros (Lei n.º 431, de 4 de setembro de 1906 e Decretos n.º 1.952, de 1906 e 2.211, de 1898).....	1.524:955$128
Despesas com lançamentos de impostos.....	12:831$800
Juros e comissão a bancos.....	362.879$040
Entrega de depósitos de fianças-crime, medição de terras, produto e benefícios de loterias, exames de práticos, advogados etc.....	78:647$018
Importância levada a crédito de exatores, de despesas pagas e não escrituradas em anos anteriores.....	308$000

Sob o título de operações de crédito foi despendida a quantia de 10.194:728$262, sendo:

Com a encampação da Estrada de Ferro Muzambinho.....	6.153:492$000
Com a aquisição da Estrada de Ferro Rio Doce.....	253:477$598
Com a garantia de juros a estradas de ferro.....	1.953:367$804
Com o resgate de letras promissórias, nos termos da Lei nº 470, de 1907, art. 4º, nº III	1.834:390$860

O exercício de 1907 supriu ao de 1906, para ocorrer às respectivas despesas, a quantia de 2.776:284$274.

É devido a este suprimento que o balanço provisório se encerra com déficit da quantia de 1.683:002$344.

Não fora este saque feito pelo exercício de 1906 sobre o de 1907, este passaria ao exercício atual um saldo presumível de 1.073:281$930; porquanto, apesar de ser de 3.152:003$440 a diferença entre a receita orçada e as despesas realizadas, recursos extraordinários foram de 16.563:021$812, sendo as despesas da mesma natureza de 12.317:736$448, donde resulta um saldo de 4.245:285$364 deste orçamento.

Este saldo anularia completamente o déficit do balanço provisório, que se encerraria com saldo, se não fora o suprimento já referido de 1906.

Como se vê, a situação financeira do Estado melhorou consideravelmente no exercício de 1907.

Dívida Pública

A dívida do Estado, fundada e flutuante, interna e externa, calculada está em ouro, ao câmbio oficial, eleva-se a 86.415:581$588, assim discriminada:

Fundada interna	46.220:875$000
Depósitos para fianças	1.271:725$106
Saldos a favor de diversos	389:018$454
Cofre de órfãos	2.530:425$511
Bens de ausentes	76:399$326
Caixa Econômica	2.462:932$619
Empréstimo externo	33.461:005$500
Empréstimo do Morro Velho	3:200$000
Total	86.415.581$588

O estado atual do empréstimo externo é de 52.694.500 francos que, convertidos em réis, dão o resultado acima consignado.

O empréstimo do Morro Velho, prestes a extinguir-se, foi contraído em libras esterlinas, que estão calculadas em 16$000.

O serviço de juros e amortização tem sido feito com a máxima pontualidade, estando o crédito do Estado firmado, pela alta cotação dos seus títulos no país e no estrangeiro.

Magistratura

No movimento da magistratura deu-se a vaga do distinto magistrado, desembargador Amador Alvares da Silva, a qual foi preenchida pela nomeação do Dr. Francisco de Paula Fernandes Rabelo, então juiz de Direito da comarca de Viçosa, indo funcionar na Câmara Civil por ter sido, a pedido, removido, desta para a Câmara Criminal, o desembargador José Antônio Saraiva.

Das 90 comarcas existentes, acham-se providas 88, estando vaga, pelo falecimento do Dr. Edgard da Cunha Pereira, a de Diamantina, e não provida ainda a de Rio Pardo.

Na conformidade do Decreto nº 1.638, que promulgou a Reforma Judiciária de 1903, foram já suprimidas 26 comarcas.

Exceção dos termos de Bocaiúva, Campos Gerais, Carmo do Paranaíba, Dores do Indaiá, Monte Alegre, Patos, Salinas, São Francisco e São Domingos do Prata, acham-se providos todos os demais termos, em número de 122. Em 86 comarcas, acham-se preenchidos os cargos de Promotor de Justiça, vagos somente nas comarcas de Araçuaí, Montes Claros, Minas Novas e São Francisco.

A magistratura do nosso Estado, em geral competente, escrupulosa e instruída, muito o honra, merecendo um destaque especial o venerando Tribunal da Relação.

Ocupam presentemente os cargos de presidente e vice-presidente desse Tribunal os dignís-simos desembargadores João Bráulio Moinhos de Vilhena e José Joaquim Fernandes Torres.

Ministério Público

A organização do Ministério Público, se bem que sensivelmente melhorada por suas últimas reformas, está ainda reclamando algumas modificações que coloquem esse instituto em situação de poder satisfazer plenamente aos seus elevados intuitos.

Ao normal funcionamento do aparelho judiciário faz-se essencial uma constante ação fiscalizadora, exercida com tino e prudência, mas sem desfalecimentos, sobre os atos dos que são

incumbidos da administração da Justiça pois, ao lado da independência do magistrado, que merece todo o acatamento, como uma das mais preciosas garantias dos direitos confiados à sua guarda, é preciso que existam meios prontos e eficazes de se não tornar ilusória a sua responsabilidade por todos os desvios e abusos que praticar, no exercício de suas funções.

Esses meios a lei confiou ao Ministério Público, que os exercita, promovendo a punição de todos que são encontrados em culpa e requerendo as providências necessárias à exata observância da lei e à salvaguarda dos interesses que são postos sob sua proteção imediata.

Casos excepcionais há, porém, em que essas funções, por sua natureza delicadas, não podem ser convenientemente exercidas pelo promotor de Justiça da comarca, não só por lhe faltar, muitas vezes, a isenção precisa, a imparcialidade indispensável a uma fiscalização profícua, como pela possibilidade de sua ação gerar sérias incompatibilidades que prejudiquem ulteriormente o exercício regular de suas atribuições.

Além disso, a prática tem demonstrado, com exuberância, que, nos sumários de culpa dos crimes que incidem sob a alçada privativa do Tribunal da Relação, é quase sempre insuficiente a inquirição de testemunhas, fora da sede do mesmo Tribunal, atenta à falta de um representante do Ministério Público, que, recebidas as instruções de seu chefe e tendo a necessária competência para apurar a existência do crime, com todos os elementos que entram na constituição deste, vá ao distrito da culpa para assistir àquela inquirição, assim como para reunir outras provas tendentes à perfeita elucidação do fato denunciado.

Para a remoção dessa falha que se nota na reorganização do Ministério Público, julgamos que se deve facultar ao Procurador Geral aproveitar, quando julgar conveniente, os serviços do promotor de uma comarca em outra, nos casos a que se refere seu relatório deste ano.

Como chefe do Ministério Público, continua a prestar ao Estado importantes serviços o Dr. Arthur Ribeiro de Oliveira, com grande zelo e competência.

Como subprocurador-geral, o Dr. Aureliano de Magalhães merece que, igualmente, se destaquem a operosidade e inteligência com que em elevadas comissões tem cumprido os deveres de seu cargo.

Instrução Primária

Neste importante ramo de serviço público, cujo desenvolvimento é essencial ao regime republicano, tem tido o governo máximo cuidado, mormente em relação à matrícula escolar, que, com a atual reforma, chegou quase a duplicar, como já o mostrei com o cotejo dos respectivos algarismos.

Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares, em que se acham matriculados 10.090 alunos. Brevemente este número estará consideravelmente aumentado achando-se, para tal fim, em preparo, muitos prédios que, sem muita demora, terão a necessária adaptação com recursos provindos principalmente de doações de particulares e das municipalidades.

A fiscalização técnica do ensino tem sido feita com toda regularidade.

E, apesar da duplicação da matrícula, da criação dos grupos e da remuneração dos inspetores, a despesa apenas se elevou a 25%.

Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino.

Habituar as crianças das escolas do campo, desde os verdes anos, a se familiarizarem com os modernos maquinismos agrícolas, como se está fazendo; retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão, a enxada e a foice, que lembram, com esse aviltamento, a razão da pobreza dos homens livres de agora; fazê-las compreender que estes novos maquinismos lhes garantem a bela independência dos que do seio da terra, com o mínimo esforço aliado à maior inteligência, retiram a própria subsistência - é, certamente, ter prestado à grande massa do povo incalculável benefício.

A Escola Normal da Capital funciona regularmente, com grande proveito das alunas, devendo este ano ser diplomada a primeira turma das que se preparam de acordo com a reforma.

Acham-se matriculadas 150 alunas.

As municipalidades continuam, em regra, a auxiliar a difusão do ensino primário, já elevando a percentagem da verba orçamentária, destinada a este serviço, já oferecendo prédios para o funcionamento das escolas.

Ensino Secundário

Ao lado da instrução primária remodelada e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrução secundária, de sorte que, na luta pela vida, satisfaça às novas necessidades sociais e, na agricultura, na indústria, no comércio, abra indefinido horizonte ao trabalho inteligente, esclarecido pelos princípios da ciência e pelos preceitos da arte.

No nosso, como em quase todos os países, da grande massa que se dedica ao estudo clássico e às profissões liberais, apenas limitadíssimo número aufere resultados que compensem os extenuantes esforços despendidos.

É uma ilusão dos pais, como é uma miragem dos moços, procurar a independência positiva da vida nestas carreiras de brilhante exterioridade, mas de frágil consistência, por mais que ao longo tirocínio exigido se decretam privilegiadas garantias oficiais.

É que a vida das classes liberais repousa sobre a prosperidade material da sociedade; descurada esta e dado o desequilíbrio pelo excesso daquelas, terão que sofrer a fatal repercussão, surgindo o proletariado intelectual, cujo aspecto doloroso já se desenha entre nós.

Ao desejo tão natural dos pais de educarem convenientemente os filhos, à ânsia de progredir sempre e de fazer progredir a terra que nos é berço, devem corresponder os poderes públicos com a organização do ensino profissional e técnico, de sorte que no campo tão vasto das diferentes indústrias consigam todos a mais sólida e a mais bela das independências, construindo, ao mesmo tempo, o progresso real do país.

Para se iniciar, em relação ao ensino secundário, a nova feição a que acabei de me referir, pelo Decreto n.º 2.126, de 25 de novembro de 1907, iniciou o governo uma experiência de ensino fundamental de instrução secundária, que, há quatro meses, está funcionando com ótimo resultado, parecendo que deve ser completado pelos moldes da educação inglesa, de que se aproxima.

E, para se integrar o aparelho educacional do Estado, cumpre organizar o ensino profissional-técnico, em que os alunos pratiquem nas artes e indústrias a que se destinem, ensino este que tem sido o principal fator do grande progresso econômico dos Estados Unidos e da Alemanha.

Ginásio Mineiro

A instrução secundária oficial é ministrada pelo Ginásio Mineiro – internato e externato. Este estabelecimento de instrução funciona ainda com a organização anterior, provisoriamente, pelo Decreto n.º 2.126, de 25 de novembro do ano passado. Com a autorização que ao Governo foi dada na Lei n.º 463, de 12 de setembro do mesmo ano, aguarda-se a reforma federal do ensino para, então, se proceder à reorganização do Ginásio Mineiro.

No internato matricularam-se, neste ano, 125 alunos, e concluíram o curso ginasial, 10.

A renda atingiu a quantia de 74:618$300, sendo que a dotação do orçamento vigente é de 120:100$000.

Acham-se matriculados no externato 308 alunos.

Foi de 41:907$956 a renda desse estabelecimento, cuja despesa foi de 94:260$000.

Existem no estado 13 estabelecimentos particulares equiparados ao Ginásio Nacional e funcionam nos seguintes pontos: Ouro Preto, Diamantina, Juiz de Fora, (2), Caraça, Muzambinho, Pouso Alegre, Silvestre Ferraz, Uberaba, São João del Rei, Lavras, Itajubá e Leopoldina.

Escola de Farmácia

A Escola de Farmácia, não obstante a reforma determinada pelo Decreto n.º 1.480, de 21 de outubro de 1901, que reduziu consideravelmente o seu curso, continua prestigiada e regularmente frequentada, mesmo por filhos de outros estados. Autorizado pela Lei n.º 439, de 1906, art. 29, a reorganizar este instituto, aguarda o governo a reforma do ensino, que, desde o ano passado, ocupa a atenção das câmaras federais.

Receberam o grau de farmacêuticos 48 alunos.

O custeio da Escola, segundo a verba votada do orçamento, é de 40:000$000 e, a renda, de 22:251$700.

Faculdade de Direito

Sob a direção do preclaro mineiro – senador Antônio Gonçalves Chaves – e dotado de um corpo docente competente, continua bem frequentado esse instituto, correspondendo aos intuitos da sua fundação.

Receberam o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais 38 alunos dessa faculdade, e existem matriculados 155, sendo 12 por conta do Estado.

Ordem Pública

Folgo muito em consignar ter-se mantido nas mais lisonjeiras condições a ordem pública, acontecimento este da maior importância social, que é ocioso encarecer.

A índole pacífica, o respeito natural e tradicional do mineiro à ordem e às autoridades constituídas são os principais elementos desse bem-estar de que se goza no Estado.

Polícia

Para a execução do art. 8º, da Lei n.º 453, de 31 de agosto do ano passado, criando quatro lugares de delegados-auxiliares do chefe de polícia, foi expedido o Decreto n.º 2.187, de

1º de fevereiro do corrente ano, dividindo o estado em outras tantas circunscrições para o exercício dos mesmos e fixando suas atribuições.

Para a primeira circunscrição, com sede na capital, foi nomeado o bacharel Herculano César Pereira da Silva; para a segunda, com sede em Juiz de Fora, o bacharel Saul Belo e, para a terceira, com sede em Uberaba, o bacharel Leon Roussoulières.

Ainda não foi nomeado delegado para a quarta circunscrição, cuja sede é a cidade de Diamantina.

Brigada Policial

Ainda não foi posta em execução a Lei n.º 453, do ano passado, que fixou a força pública para o corrente exercício com o efetivo de duas mil praças de pré e noventa e sete oficiais, formando quatro batalhões, subdivididos em 16 companhias.

Em consequência da falta da reorganização da Brigada Policial, continua o chefe de polícia a desempenhar as funções de comandante-geral.

Penitenciária

Está ainda em período de organização a Penitenciária de Ouro Preto, onde já se acham 70 presos, perfeitamente disciplinados sob o regime instituído, devendo o número de reclusos atingir a 200, computado pela lotação do estabelecimento, de acordo com os preceitos da higiene.

Produz excelente impressão a ordem observada no estabelecimento, já sendo dignos de nota os resultados obtidos.

Por enquanto funcionam na penitenciária apenas três oficinas: de sapataria, de alfaiataria e uma de carpintaria.

A alfaiataria, recentemente instalada, já forneceu uniforme a todos os reclusos, havendo um *stock* de roupas destinadas aos presos de outras cadeias.

Brevemente deve começar a manufatura de fardamento para as praças da Brigada Policial.

A carpintaria está iniciando o fabrico de carteiras para as escolas primárias.

Pelo quadro demonstrativo da receita e da despesa, verifica-se que a penitenciária começou a dar saldo nos dois últimos meses de seu curto período de vida, computando-se a produção de acordo com os preços pelos quais o Estado os adquiria anteriormente.

Está, pois, dado, com firmeza, o primeiro passo para a modificação do regime das nossas prisões, de acordo com as exigências da civilização moderna e dos princípios de humanidade.

Atenta à vastidão do estado e à dificuldade na remoção dos detentos, é de conveniência a construção de mais 3 penitenciárias, em zonas diferentes.

Cadeias

Elevou-se a 37 o número de cadeias concluídas, consertadas, reparadas e que sofreram pequenos consertos.

O total das despesas com este serviço foi de 89:983$400, ficando para serem liquidados, no exercício de 1908, contratos e autorizações na importância de 13:762$500.

Custas Judiciárias

Tendo a Lei n.º 449, de 4 de outubro de 1906, modificado o processo do pagamento das custas judiciárias nos processos em que decai a Justiça Pública aos funcionários não remunerados, no sentido de serem elas pagas pela quarta parte e não, como anteriormente, mediante rateio da verba orçamentária fixada anualmente, foi insuficiente a verba de 116:000$000 consignada na Lei n.º 440, de 2 de outubro de 1907.

Para cobrir o déficit verificado de 57:560$217, foi aberto o necessário crédito desta importância pelo Decreto n.º 2.214, de 25 de abril do corrente ano, de acordo com a autorização contida no art. 11 da citada Lei n.º 440.

No orçamento vigente foi consignada a verba de 212:000$000, e para as despesas com as custas no exercício de 1909, reputa-se necessária a de 264:000$000, tomando-se por base a média das despesas pagas em 1907.

Assistência a Alienados

Este serviço continua a ser feito, apenas, pela Assistência de Barbacena, que vai prestando assinalados benefícios, apesar de ser insuficiente para atender ao grande pedido de lugares para enfermos e de não ter sido ainda reformado, de acordo com as bases estabelecidas na mensagem do ano passado, à espera de serem normalizados outros serviços, encetados, de preferência, pela atual administração.

O movimento de loucos, no exercício do ano findo, foi o seguinte: passaram do ano anterior, 253; entraram durante o ano, 122; total, 375. Saíram curados 52, melhorados 18, faleceram 45, licenciados e não curados 13, passaram para 1908, 217.

No relatório do secretário do Interior encontram-se dados completos a respeito deste estabelecimento, no qual foram introduzidos alguns melhoramentos, compatíveis com os moldes atuais.

Prefeitura da Capital

A administração desta cidade tem merecido toda a solicitude por parte do governo, que vê em seu desenvolvimento, além do interesse local, o de todo o Estado.

A renda arrecadada durante o exercício findo excedeu de 121:287$797 à receita orçada; ela se elevou à soma de 731:407$797, ao passo que as do exercício de 1905 e 1906 foram respectivamente 547:994$137 e 619:083$308, mostrando os aumentos sucessivos de 71:089$171 e 112:324$489.

A despesa ordinária efetuada durante o exercício passado elevou-se a 656:663$823, superior ao algarismo orçamentário, de 610:120$000.

Além dessa despesa ordinária, fez ainda a prefeitura a de 598:967$763, não prevista nas rubricas comuns de seu orçamento, e assim discriminada:

Teatro Municipal	76:658$462
Aumento da energia elétrica	218:383$100
Desenvolvimento da linha de bondes e aquisição do material elétrico	110:266$517
Novo reservatório do Cercadinho	26:666$844
Desenvolvimento da rede de esgotos e do abastecimento d'água, e na construção e reconstrução de pontes	87:337$692
Calçamentos	68:156$096

Empréstimos Municipais

Continuam em vigor os contratos com as câmaras municipais de São José d'Além Paraíba e de Carangola.

A primeira tem cumprido pontualmente seu contrato, sendo por ele obrigada à prestação anual de 55:161$334, a partir do corrente ano.

A Câmara de Carangola está sujeita à prestação anual de 48:124$505, durante 35 anos, a partir de 1905.

Tendo ficado a cargo do governo a cobrança dos impostos municipais, cedidos pela dita Câmara, em 1905 foi arrecadada a importância líquida de 68:176$678 e, em 1906, a de 32:556$788, produzindo o total de 100:733$446.

As câmaras de Cataguazes e de Ouro Preto ainda não entraram em acordo para a conversão de seus empréstimos, não tendo satisfeito os pagamentos dos juros e das amortizações correspondentes.

A Câmara de Monte Santo é hoje responsável, apenas, pela quantia de 19:476$925.

A Câmara de Juiz de Fora está em dia quanto às prestações devidas ao Estado, dependendo de liquidação a conta com o Banco de Crédito Real, da qual o Estado é fiador.

Saúde Pública

Além da varíola, nenhuma epidemia perturbou o estado sanitário, que é bom. Apareceu a varíola nas cidades de Januária e Sabará, e nos municípios de Rio Novo, Juiz de Fora, Além Paraíba, Araçuaí, Itabira, Montes Claros, Curvelo e São Francisco; mas, com as eficazes e prontas providências tomadas, foi de todo extinta a epidemia, com exceção do município de Juiz de Fora e cidade de Sabará, onde se têm dado alguns casos, esperando-se, dentro em breve, a extinção do mal.

As despesas com a defesa das localidades e extinção desta epidemia, até agora, atingiu a importância de 79:676$810.

Empresa Terminal de Poços de Caldas

Continua em vigor o contrato celebrado a 21 de abril de 1906 com o engenheiro Álvaro de Menezes para arrendamento dos estabelecimentos balneários de Poços de Caldas, tendo sido organizada a Companhia Termal de Poços de Caldas.

Para fiscalizar a execução do contrato foi designado um dos engenheiros do Estado.

Empresa Caxambu, Lambari e Cambuquira

Mantém-se ainda com esta empresa as concessões feitas pelos contratos de 22 de dezembro de 1904 e de 20 de junho de 1906.

Ultimamente apresentou a Companhia ao governo do Estado uma proposta para a novação dos referidos contratos.

Junta Comercial

A Junta Comercial vai prestando, sob a direção do conceituado industrial coronel Manoel Gonçalves de Souza Moreira, à importantíssima classe comercial, de que é imediata representante, serviços valiosos. A renda arrecadada, por intermédio da Junta, foi para o Estado da quantia de 12:563$660, mais do dobro da que foi arrecadada o ano passado.

Imprensa Oficial

Sob a inteligente direção do Dr. Francisco de Assis Barcelos Correa, vai prestando a Imprensa Oficial serviços de grande utilidade à administração pública.

A tiragem do *Minas Gerais* presentemente é de 6.000 exemplares; destes, 2.622 são enviados gratuitamente aos funcionários não remunerados.

A renda atingiu a 409:088$488, excedendo a despesa, que foi de 332:449$884, em 76:638$604, saldo em favor da Imprensa.

A dotação consignada no orçamento para este ramo do serviço público é inteiramente insuficiente. Tem conseguido a sua administração fazer economicamente as impressões e publicações autorizadas pelas secretarias, realizando-as por preço inferior ao de estabelecimentos congêneres.

O excesso, pois, da verba orçamentária, provém, somente, do aumento considerável de trabalhos de impressão que não podem ser dispensados e são exigidos nos diversos departamentos administrativos.

Eleições

Além das eleições para renovação do mandato das câmaras municipais, realizou-se a eleição de um senador na vaga aberta pelo falecimento do Dr. João Bawden, sendo eleito o Dr. Antero Dutra de Morais, e a de um deputado na vaga do Dr. Gabriel de Vilhena Valadão, sendo eleito o Dr. Raul de Faria.

Todas as eleições correram calmamente, sob a mais perfeita garantia do direito do voto, sendo notável que, apesar de serem renhidos os pleitos municipais, em parte alguma se alterou a ordem pública.

Realizada a apuração das eleições municipais, interpuseram-se para o Tribunal da Relação muitos recursos, sendo todas as decisões acatadas, de modo que as novas câmaras estão, em regra, funcionando normalmente, em plena harmonia com a administração do Estado, podendo prestar a seus municípios todos os serviços que são justos esperar-se do regime que se funda na autonomia municipal.

Questões de Limites

Este assunto mereceu do meu eminente antecessor a mais desvelada atenção, reunindo elementos de incontestável valor jurídico para a defesa dos interesses territoriais do Estado, discutindo com evidente superioridade as contestações opostas, encaminhando-as, enfim, para a solução constitucional, oferecida no processo de arbitramento.

Entretanto, apesar dos esforços feitos e dos que temos empregado, não se atingiu ainda a desejada solução quanto aos limites com os estados do Rio de Janeiro e de Goiás.

O arbitramento, que o Estado do Rio tinha dado como aceito, assim como a proposta, fundamentada, dirigida ao governo de Goiás com o mesmo fito de ser aceito aquele meio como o mais pronto e eficaz para dirimir, e impedir mesmo, as questões, que, não raro, surgem na zona litigiosa, não tiveram ainda o efeito de determinar o início do respectivo processo, não obstante o apelo reiterado do governo de Minas, que, convicto de seu direito, insiste pela solução constitucional.

Com relação ao Estado do Espírito Santo, permanece igualmente estacionária a questão de limites.

Celebrado, nesta capital, o Convênio de 27 de fevereiro de 1905, nomeado por acordo das partes o engenheiro encarregado de verificar um ponto essencial à elucidação da controvérsia, feito o exame, restava o pronunciamento do governo do Espírito Santo para se fixar definitivamente a linha divisória entre os dois estados.

Este pronunciamento não foi, até o presente, comunicado a este governo.

Arquivo Público Mineiro

Este instituto, criado e mantido pelo Estado, continua a prestar-lhe inestimáveis serviços, já na investigação e interpretação dos fatos e documentos do nosso honroso passado histórico, já na pesquisa minuciosa dos elementos de defesa do patrimônio territorial de Minas e dos seus limites tradicionais.

Por circunstâncias especiais determinadas pela crise financeira, que aconselhou a redução das despesas públicas, ficou esse instituto privado de prestar, em sua plenitude, os serviços que dele se deviam esperar.

Não obstante isso, o seu ilustrado e competente diretor se tem esforçado para a catalogação completa dos inúmeros livros manuscritos e impressos nele conservados com zelo.

A *Revista do Arquivo Público Mineiro*, atualmente no seu XII ano, é um repositório de preciosos documentos da história e do patrimônio jurídico do povo mineiro.

Congresso das Municipalidades

No intervalo da sessão legislativa, realizaram-se dois congressos de municipalidades. Um no Norte, na culta cidade de Diamantina e outro na Mata, na próspera cidade de Leopoldina.

Em ambos, os presidentes das respectivas municipalidades tomaram deliberações de evidente utilidade geral referentes à instrução primária, a impostos intermunicipais, exposições regionais, estradas vicinais etc.

Devo assinalar e agradecer o modo carinhoso que nas duas cidades e nos outros lugares por onde passaram, foram recebidos os órgãos do Poder Executivo do Estado.

Aposentadoria

Em relação ao funcionalismo público do Estado, é preciso reparar a falta constitucional da supressão das aposentadorias.

Constituindo única exceção em todos os estados da República, motivada, de certo, na ocasião, pelos abusos das concessões escandalosas anteriores, tem trazido, como consequência, as alternativas, ou de inválidos como funcionários públicos, ou de funcionários com longos anos de serviço, obtendo, como recompensa, no fim da vida, um completo desamparo.

Os abusos anteriores devem ser corrigidos, concedendo-se a aposentadoria somente em casos de invalidez rigorosamente provada. Deste modo, o sério inconveniente resultante do dispositivo constitucional desaparecerá.

A necessidade desta reforma constitucional deve ser assinalada.

Secretários e Auxiliares

Em seus auxiliares diretos e funcionalismo, em geral, tem encontrado a administração cooperadores dedicados ao serviço público, tendo sido postos em dia serviços atrasados. Muitos outros, sensivelmente aumentados, têm tido completo desempenho, de modo a ser de inteira justiça o público louvor a estes grandes esforços e trabalhos extraordinários que têm sido realizados.

O Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, secretário do Interior e interino das Finanças, pelos relevantíssimos serviços prestados, com operosidade eficaz e inteiro devotamento ao interesse público, se faz merecedor do reconhecimento do Estado.

Por motivo de saúde o Dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior, secretário das Finanças, retirou-se com licença para a Europa, onde teve ocasião de prestar grande serviço nas operações financeiras do Estado, realizadas no estrangeiro.

Na Chefia de Polícia continua, o Dr. Rafael de Almeida Magalhães, a prestar à administração e a Minas, com zelo, elevação e competência, os serviços inerentes a seu cargo.

À frente da prefeitura da capital continua o Dr. Benjamin Jacob, cuja operosidade, competência e zelo aqui assinalo com prazer.

Conclusão

Nenhum esforço tem sido poupado de minha parte, senhores representantes do Estado de Minas Gerais, no cumprimento do dever de bem servir à nossa terra.

Tem sido preocupação dominante sobre as outras as questões econômicas que o momento social que estamos vivendo nos aponta terem sido descuradas; pois a riqueza das gerações anteriores, filha do trabalho escravo, abalada na transição para o regime livre, vai diminuindo, acusando a depressão natural, que em semelhante crise era justo esperar-se, com a impossibilidade de ser reconstruída pelos processos do passado.

E lícito prever para dias próximos – nos campos da cultura inteligente, as colheitas fartas e variadas; nas pastagens cuidadas, a riqueza e a beleza do gado numeroso; nos lares a abundância e, na abundância, a alegre independência, oriunda do trabalho que remunera.

Tem-se procurado melhorar a sorte dos agricultores atuais e receber pela imigração e para a colonização novos trabalhadores, colocando-os em nossas terras desertas e dando-lhes, a esses pobres do ocidente, sob o céu do novo mundo, um trecho de terra e um teto, com as esperanças do futuro que, no velho continente, não lhe podiam sorrir.

Promovendo os congressos regionais, em que os representantes das diferentes zonas se reúnam para dizer ao governo presente as suas necessidades e os seus sofrimentos, e receber dele

os conselhos e a segurança de uma atenção preocupada em remediá-los; estabelecendo para as classes ativas as festas das exposições, nas quais o trabalho coletivo venha buscar uma sanção pública – do governo, no prêmio oficial do esforço – da opinião, no aplauso merecido as vitórias em lutas penosas, tem-se buscado interessar diretamente as classes conservadoras na vida pública.

Abrir escolas que iluminem a inteligência das crianças; ensinar o trabalho aos adultos; guiar e aconselhar, nas dúvidas, os produtores; cuidar das questões materiais, sem o abandono da parte espiritual e moral; ter o culto sincero da liberdade; tornar a paz garantida; a justiça amada; paternal o exercício da autoridade; conciliadora a política. É, senhores representantes de Minas Gerais – operários efêmeros que somos do serviço permanente da pátria, – é termos trabalhado pelo grandioso ideal republicano, na terra mineira, que primeira o sonhou, por ele deu vidas e o tem executado nestes 18 anos de regime, sem retrogradações e sem precipitações.

É a realização do lema que se inscreve no pavilhão brasileiro, pela perfeita conciliação de Ordem e Progresso.

Palácio, em Belo Horizonte, 15 de junho de 1908.

O presidente do Estado,

João Pinheiro da Silva

36. O último discurso ao findar o segundo ano de governo (7 de setembro de 1908)

[RESUMO][54]

Sua Excelência, o presidente do Estado, disse em resumo o seguinte: Que a ele não, mas ao povo mineiro pertencem todas as glórias do que se tem feito nestes dois anos da atual administração.

Trouxe para o governo as suas ideias, a sua sinceridade, e tem empregado todos os esforços em cumprir o seu programa. Mas elas não teriam frutificado, a semente não germinaria, se não encontrasse a terra fecunda de Minas Gerais.

---

54 Resumo do último discurso pronunciado por João Pinheiro e publicado no *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7-8 de setembro de 1908, p. 1. Discurso em agradecimento à manifestação que lhe foi prestada no Palácio da Liberdade, por ocasião do segundo aniversário do governo, sendo oradores Alexandre Stockler e Francisco Paoliello. Republicano histórico, Alexandre Stockler Pinto de Menezes foi deputado federal entre 1890 e 1893. Paoliello foi deputado estadual entre 1907 e 1912 e deputado federal entre 1912 e 1920, colaborou como jornalista n'*O Povo* e n'*O Farol*.

O orador, que o saudou, aludiu aos progressos alcançados pela reforma da instrução pública.

Não há dúvida alguma que é um fato auspicioso e generalizado em todos os recantos do Estado. Mas, a administração não teria podido operá-la com êxito, se não encontrasse a imensa boa vontade dos pais de família, das administrações locais, dos professores, para realizar a reforma que está hoje radicada e se desenvolverá sempre e cada vez mais.

Sobre a reforma agrícola, não há quem possa contestar o que se há feito e o muito que se há conseguido. Mas, o esforço do governo seria baldado, se lhe tivesse faltado o concurso eficaz da iniciativa particular, a capacidade dos agricultores mineiros para compreenderem as vantagens do novo sistema e a boa vontade em realizá-la.

Quanto ao movimento pastoril, é notório o esforço ingente e recente dos senhores criadores para a importação de animais puros.

Em relação ao café, as cooperativas agrícolas estão se formando, algumas já estão agindo e em breve estarão generalizadas em todos os municípios cafeeiros.

Minas Gerais vai se mostrando digna da energia dos seus tempos primitivos, e isto enche de consolo a alma dos patriotas.

Ao povo de Minas, pois, à terra estremecida, as glórias pelo que se tem feito nestes dois anos de administração.

Deseja, quando voltar à obscuridade de onde veio, ter a grata satisfação de haver colaborado para o ressurgimento, hoje incontornável, da estremecida terra mineira pois, positivamente, o espetáculo que se testemunha é o de um povo que se levanta, o de um povo que está se erguendo rapidamente. Viva a terra mineira! Viva o povo de Minas Gerais! Viva a República!

HOMENAGEM PÓSTUMA A JOÃO PINHEIRO

1. Dr. João Pinheiro, editorial d'*O País* (26 de outubro de 1908)

DR. JOÃO PINHEIRO[55]

Após longos dias de enfermidade, entrecortados de sobressaltos e de esperanças, de notícias opostas que traziam, ora inquietações dolorosas, ora tranquilidades completas aos que

---

55 *O País*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1908, p. 1.

acompanhavam a marcha de um mal insidioso, faleceu ontem em Belo Horizonte, às 9:30 horas da noite, o Dr. João Pinheiro da Silva, presidente do Estado de Minas Gerais.

Apesar dos maus augúrios e dos boatos nem sempre verdadeiros, que de muito tempo se fizeram sobre o estado de saúde do ilustre republicano, os que de perto o conheciam não acreditaram nunca que a enfermidade sem valor, que o Dr. João Pinheiro julgou sempre não merecer atentos cuidados de médico, tivesse o desastroso desfecho de ontem.

De um temperamento linfático, que ninguém poderia conceber com a extraordinária energia moral revelada desde a primeira mocidade; anêmico, apesar da sua admirável resistência física, o Dr. João Pinheiro apresentou em fevereiro os primeiros sinais da moléstia que o vitimou, quando lhe apareceu a inflamação dos gânglios do pescoço, a princípio sem maior importância que a do incômodo que causava e obrigava o incansável trabalhador a retirar-se alguns dias, para repousar. E mais tarde avultou, estendendo-se, tomando um caráter de permanência inquietadora e comprometendo, no presidente de Minas, a associação necessária do homem público ao homem físico, pela incompatibilidade que estabeleceu entre a atividade de governo e a saúde do indivíduo, em que uma tinha de ser fatalmente cuidada à custa da outra.

O Dr. João Pinheiro preferiu o serviço do Estado à sua própria conservação; e, cético, por feitio de espírito, em relação à infalibilidade da Medicina, descurou o seu mal, não se submetendo a um regime terapêutico e entregando-se, por outro lado, ao exaustivo trabalho de remodelação administrativa, que só podem avaliar bem os que conhecem em todos os seus pequenos, mas fatigantes detalhes, o que se fez e se estava fazendo ainda em Minas Gerais em matéria de governo. Esse serviço, o Dr. João Pinheiro o manteve inquebrantavelmente – apesar do progresso lento, mas contínuo, da enfermidade, com rápidas soluções de continuidade, nos dias em que o constrangimento físico era menos suportável, mas, na maioria dos casos, trabalhando e agindo, apesar do sofrimento. Só os seus íntimos – acentuava, não há muito, um correspondente do *Estado de S. Paulo* – podem dizer o que houve de sofrimento recalcado em fevereiro, por ocasião da exposição pecuária em Belo Horizonte, para que esse estadista, tão preocupado do seu dever, pudesse fazer as honras da casa aos ministros da Guerra e da Viação, que ali foram providenciar sobre particularidades do certame, que era uma das bases do seu programa de estímulo às forças vivas do Estado, fazer excursões a cavalo, receber a jornalistas, atender a visitantes, comparecer a festas, presidir a banquetes e fazer discursos sem mostrar outro mal que não fosse uma leve palidez de cansaço.

Era assim para tudo o mais; e foi esse processo de trabalho, praticado quiçá pela grande confiança na própria resistência orgânica e pelo nenhum valor que ligava ao simples engorgitamento linfático, que deu a este ensejo de dominar do modo pelo qual dominou a natureza do Dr. João Pinheiro, até chegar à situação irremediável que nos trouxe o pungente desenlace de agora. Esse engorgitamento, aliás, como todo o indivíduo linfático, o Dr. João Pinheiro o tivera por vezes, mas de modo insignificante e desaparecendo ao fim de algum tempo. De fevereiro para cá ele foi contínuo e progressivo, ainda que nenhuma das pessoas da família ou amigos do ilustre mineiro, inclusive médicos, acreditasse que esses gânglios inflamados tivessem importância maior do que a que tem todo estado anormal de saúde. O Dr. João Pinheiro, se lhe falavam na enfermidade, amesquinhava-a, quando não se enfadava com o oficioso amigo; e, de uma feita que o seu médico de família aludiu a conveniência e a facilidade da intervenção cirúrgica, respondeu, gracejando, que já estava velho para desejar ser bonito.

Nos últimos tempos, com a compressão dos gânglios que avolumavam sobre os nervos do pescoço, tinha dores de cabeça que o forçavam a recolher-se e não receber visitas, e que deram ensejo, aos fáceis, de tripudiar sobre o sofrimento alheio; a conclusões e boatos tão pouco generosos, quanto inconsistentes.

Mesmo assim, o Dr. João Pinheiro se mantinha de pé, no seu formidável trabalho de governo e de doutrina, tendo a 7 de setembro último tomado parte nas festas escolares com que foi solenizada em Belo Horizonte a data da Independência. No dia 8 de setembro caiu de cama, ao que se diz, por imprudência sua, e daí para cá desenvolveram-se estes longos e penosos dias de enfermidade que já estão no domínio público, entrecortado de grandes confianças e de alarmes inquietadores, cujo tristíssimo fim aí temos no telegrama recebido.

Entretanto, este fim era, nos últimos tempos, senão de todo imprevisto, ao menos inesperado; o momento mais perigoso passara, as melhoras tinham vindo trazer ao espírito dos seus amigos fortes esperanças na cura do notável homem de governo e, as últimas notícias de agravamento, sabidas aqui, na sua maioria, por cartas de caráter íntimo, não davam direito a pressagiar, pelo menos tão próximo, esse doloroso desfecho. Esse foi brusco, inesperado, violento, como violento é o golpe trazido pelo desaparecimento desse homem, para o qual se voltavam no momento mais castas esperanças da República.

—

Do atual momento político era o Dr. João Pinheiro uma das figuras do mais forte relevo, senão, por determinadas condições, a primeira dentre elas. O seu valor não contendia com o dos outros porque era de feição diferente: que pôs em irrecusável destaque o estadista que acaba de desaparecer, não foi um talento fulgurante, nem uma erudição pasmosa, nem

uma capacidade em paralelos do trabalho, ainda que tenha sido pela energia inteligente, pelo esforço esclarecido e sem desfalecimentos que o malogrado republicano fez a carreira brilhante e honesta, que é um dos seus títulos de glória, desde a pobreza dificultosa e digna dos primeiros tempos até a posição destes últimos dias, em que ele foi o centro de todas as atenções da política nacional; o seu valor veio do modo pelo qual guiou o seu talento, da eficiência prática dos conhecimentos amplos que possuía e da orientação que deu à própria atividade como político administrador. Era um homem forte, que sabia o que queria e o modo de tornar real e proveitosa a ideia concebida, e que, por isso mesmo, em toda a sua existência de homem público e de homem particular, acentuou-se como um espírito eminentemente construtor. Era esta a qualidade, evidenciada para o país de modo tão relevante neste seu último estágio de governo, que o fazia indicar, por uma forte corrente de opinião, para a suprema chefia da República.

A última investidura do Dr. João Pinheiro, na presidência de Minas, foi uma revelação para os que não haviam acompanhado a diretriz desse espírito vigoroso na propaganda republicana, no Governo Provisório do Estado, na constituinte nacional, e, mais tarde, no seu surto industrial, na direção do seu município e na influência exercida já na administração do seu amigo, o presidente Dr. Francisco Sales, em que as ideias e a iniciativa do ilustre republicano se traduziram no impulso franco dado à política econômica de que fez este o apanágio do seu governo e da que foi uma expressão altamente significativa, o congresso agrícola e industrial reunido em Belo Horizonte em maio de 1903. As ideias, os processos, a segurança, principalmente de pensar e de querer do Dr. João Pinheiro foram, para muita gente, habituada em regra aos políticos sem ideias e aos princípios sem afetividade, uma surpresa, transmudada dentro em pouco em confiante administração.

As afirmações feitas no manifesto-programa publicado pelo Dr. João Pinheiro, quando indicado candidato à presidência do Estado, e os modos de ver enunciados com precisão e um desassombro pouco vulgares nos *interviews* publicados pelo *País*, após a sua posse, impressionaram fortemente, pelo inesperado, a opinião nacional. Havia dentro daqueles periódicos escritos, evidentemente, um homem, que pensava e dizia o que acreditava justo, sem a preocupação de que esse pensamento fosse o estabelecido previamente pelas teorias consagradas e pelas convenções políticas; mas o que fez acentuar a individualidade que tão inconfundivelmente surgiu naqueles documentos foi a prática efetiva do programa delineado, a realização de todas as ideias que o chefe de Estado dissera necessárias no seu ponto de vista, a transformação na providência, na lei, no fato administrativo e político dos princípios e dos planos afirmados.

Não houve, da longa soma de ideias atiradas no manifesto e nos *interviews* do Dr. João Pinheiro, uma só que não tivesse tido o necessário impulso dado por ele, quando não foram

de todo. São as que não dependiam da noção imediata do seu governo, mas da intervenção indireta da sua influência, por meio da representação mineira do Congresso Federal. Está, entre estas, a lei sobre desapropriação de Minas e a que estabelece os cursos técnicos nas escolas de Engenharia, ainda em caminho de aprovação. Ainda assim, foi decretada a lei sobre a liberdade de testar, que o estadista desaparecido considerava o meio de salvar as grandes propriedades industriais. Dentro do Estado, dependentes do seu governo, todas as outras foram praticadas; e entre elas avultam as ideias afirmadas em relação ao problema agrícola e à instrução pública, traduzidas estas na remodelação completa do ensino, no seu desenvolvimento pelo território mineiro, nos resultados consideráveis que apresentaram a matrícula e o aproveitamento escolar, corporizados aqueles na organização do ensino agrícola como base da lavoura futura e na sistematização das cooperativas, vencedores hoje em princípio e na prática, como defesa da produção atual.

O Dr. João Pinheiro teve o valor de remodelar, não apenas os serviços, mas, em certo grau, os hábitos que encontrou. Ele achou a rotina agrícola e teve a glória de testemunhar a feição progressiva que os processos mecânicos da lavoura, e o ensino técnico, vão imprimindo à vontade e à iniciativa dos agricultores do seu Estado; achou a emulação das forças vitais dos municípios acionada pela paixão subalterna do mando vão e pode vê-la orientada pelo estímulo fecundo do que consegue para a própria terra, no domínio das utilidades práticas, o benefício maior; achou a revidação partidária e deixa o convencimento político no sentido rigoroso de construção.

Tudo isso, que se afigura tão difícil, foi conseguido pela influência de uma doutrina convencida e da sinceridade de um exemplo; e esses dois processos, que a muita gente pareciam inaplicáveis já no meio atual, fizeram o largo prestígio que cercou o Dr. João Pinheiro, dentro e fora de Minas, pela simples razão de que as ideias e as práticas justas são abandonadas apenas quando, de fato, se abandonam a si mesmas.

Secundando a ação, que se diria melhor, administrativa, o Dr. João Pinheiro reviveu no Estado, na ação de governo, o espírito republicano que fora o lábaro da propaganda e que diziam incompatível com o meio contemporâneo; e foi essa revivescência que acentuou, em uma grande soma da opinião nacional, essa esperança em um homem de governo, que se lhe antolhava como o reivindicador, sem clamores revolucionários, das práticas e dos princípios que se iam insensivelmente esquecendo.

No momento atual, a figura do Dr. João Pinheiro era para uma forte corrente republicana, um guião de combate; desaparece com ele uma série de convencidas esperanças.

O valor desse homem de tantas e interessadas modalidades, que enfrentava as questões práticas com a mesma justeza com que doutrinava os princípios morais, que aprendeu com a própria existência laboriosa o que era mister no labor e ao conforto do povo, que era, sem ser gênio, um talento maleável e seguro, que sem ser erudito abordava todos os fatos e problemas, que era uma palavra convencedora, tendo ao discurso a aversão dos modestos e dos homens de ação, não o podemos dizer largamente, a hora em que a nossa página se fecha. Esta será a tarefa do futuro, que a de hoje é apenas o registro de uma perda irreparável para a República.

—

O Dr. João Pinheiro da Silva nasceu no norte mineiro, na legendária cidade do Serro – pátria dos Ottoni – a 16 de dezembro de 1869. Foram seus pais João Pinheiro da Silva e D. Carolina Augusta de Moraes Pinto, ele falecido em 1870 e a veneranda senhora em 1906, em Caeté.

Bem criança ainda foi com a família para Ouro Preto, onde recebeu os primeiros rudimentos de instrução e, aí perdendo seu pai, sua digna mãe mudou-se para Caeté, onde nascera e onde tinha parentes, levando consigo os dois filhos – José, o mais velho, que foi mais tarde padre, e o futuro presidente da sua terra natal.

Pobre, colocada em condições precárias pelo falecimento do esposo, nem por isso se descuidou D. Carolina Augusta de garantir aos filhos uma educação e cultura que lhes fossem seguro apoio no futuro. Valeu-lhes nessa situação difícil o virtuoso padre João de Santo Antônio, então vigário de Morro Vermelho, em Caeté, o qual tomou a seu cargo a educação dos dois meninos, levando-os para a sua companhia, ensinando-lhes as primeiras noções de Português, de Latim, e fazendo-se preparar mais tarde, sucessivamente, no Seminário de Mariana. José Pinheiro fez no seminário um curso brilhante, ordenando-se aí e conseguindo ser nomeado professor de Latim daquele instituto religioso, um dos mais reputados estabelecimentos de ensino no seu tempo, em Minas, o deixando uma gramática latina de sua composição. Moldado em excelentes princípios, dotado das qualidades de coração e de caráter que constituíam o apanágio dessa família tão digna quanto pobre, o padre José Pinheiro tirava do seu exíguo ordenado uma parte para auxiliar a educação do irmão que entrava, pouco depois, igualmente para o seminário.

João Pinheiro distinguiu-se como estudante pelo talento vivaz, capacidade de assimilação e tenacidade operosa, qualidades que se acentuaram anos depois na sua vida de homem. Mau grado, entretanto, o empenho que faziam seu irmão José e o padre Corneglioto, professor e mais tarde relator do seminário. João Pinheiro não quis de modo algum fazer-se padre. Era mesmo um espírito irrequieto, apesar das suas qualidades de estudante, e deixou Mariana sem se ordenar, levando, porém, um sólido cabedal de instrução. Com este e com a sua pobreza, lutando com inúmeras dificuldades, foi para Ouro Preto, a fim de fazer os preparatórios na instrução pública e matricular-se na Escola de Minas, e lá prestou de uma só vez todos os exames requeridos para o curso superior, sendo aprovado com as notas de distinção e louvor.

Na velha capital de Minas manteve-se o moço estudante ensinando preparatórios e, assim, conseguiu chegar até o terceiro ano da Escola de Minas. Dificuldades do curso, sabidamente penoso, ou da sua mantença em uma cidade de limitados elementos, fizeram-no abandonar os estudos de Engenharia e passar-se para São Paulo, onde se matriculou-se em 1992, na Faculdade de Direito.

O seu curso na Pauliceia foi eriçado de embaraços, pela pobreza do moço mineiro e pela situação que criavam já a este as suas ideias francamente republicanas. Abriu aí o futuro estadista um curso de Humanidades, como em Ouro Preto, mas este não bastava às exigências do estudo em uma cidade como São Paulo e as posições oficiais estavam vedadas a João Pinheiro. Obteve, então, a custo, um modesto lugar de revisor na *Imprensa de São Paulo*, e com estes e os proventos das suas lições continuou esforçadamente o curso de Direito.

Nos últimos anos, o velho lente Benevides, impressionado por uma prova de aula de João Pinheiro, e interessando-se por esse estudante pobre, tão operoso e tão digno, incitou-o a entrar em concurso para o lugar vago de preparador de Física da Escola Normal, cadeira de que era professor o Dr. Cipriano de Carvalho e, aprovado, foi João Pinheiro nomeado. Assim terminou o seu curso, em 1887, bacharelando-se, finalmente.

Há, nesse período escolar da Pauliceia, um trecho de carta sua, que um amigo conservou, e que é um documento interessante da psicologia do espírito que havia de traçar mais tarde os documentos políticos que fizeram chamar tão fortemente a atenção nacional para si. João Pinheiro falava das dificuldades do seu próximo exame e para o qual não tinha uma linha só estudada, justamente quando o ministro dessa época, revogando os Estatutos da Faculdade, mandara fechar inesperadamente as aulas para começarem os exames dentro de mês. O moço acadêmico manifesta a alegria, o entusiasmo impetuoso que esse fato lhe causava, pelo prazer de ser forte e vencer os embaraços, e diz:

“Um mês para fazer o que os outros fazem em um ano!

E verás, e este público que me vê todos os dias pela rua da Imperatriz, com grandes ares de príncipe, sentirá o meu desaparecimento por dias, somente trinta, e voltarei, e sentirei na

banca do exame, magro e abatido, mas com o orgulho acostumado de quem sabe a matéria, toda ela, o olhar firme, independente, quase malcriado...

É assim a vida no mundo. Só vencem os fortes, os que nunca esmorecem, os que estão acostumados a esperar tudo porque têm visto tudo; os que estudam sem mesada, os plebeus como eu, que, em um belo dia, assentaram de ser doutores e foram pisando, com a grossa sola de seus sapatos burgueses, os enfatuados filhinhos da estúpida nobreza imbecil."

Este trecho, a que o calor impetuoso da idade e a situação, ainda não despida de preconceitos da faculdade naquela época, emprestou uma tal ou qual ênfase orgulhosa, resume, entretanto, a feição do homem que traçou na última mensagem presidencial a apologia do esforço individual e da confiança em si mesmo. Atenuadas, pela diferença dos tempos, as arestas da primeira, as duas frases, em meio e situação tão diversas, se unem e se completam.

Bacharelado em Direito, o Dr. João Pinheiro voltou para Ouro Preto a advogar e a fazer propaganda republicana. São Paulo era, nesse decênio que se mede de 1879 a 1889, a sede dos templários da nova ideia e João Pinheiro veio de lá sagrado cavalheiro.

Em Ouro Preto encabeçou o movimento propagandista. Fundou a 10 de junho de 1888 um clube republicano e este grêmio promoveu o célebre Congresso Republicano Mineiro, em que tomaram parte figuras que hoje têm destaque na política, na ciência e na sociedade, e que se abriu, por uma coincidência curiosa, a 15 de novembro, um ano antes da fundação da República. Por este Congresso foi nomeada a Comissão Executiva que dirigiu o partido e a propaganda republicana em Minas, e que se compôs de João Pinheiro, Antônio Olinto, Baptista de Andrade, Domingos Rocha e coronel Ferreira de Andrade. A Catequese Democrática teve então um grande impulso, e a 23 de janeiro de 1889 João Pinheiro, com Antônio Olinto, Leônidas Damásio e outros, fazia aparecer o *Movimento*, que foi o clarim da propaganda na província de Minas.

Alguns meses depois, proclamada a República e nomeado Cesário Alvim presidente do Estado pelo Governo Provisório, convidou aquele ao Dr. João Pinheiro para seu secretário, mais tarde ao mesmo governo para seu substituto, na qualidade de vice-governador, quando teve de assumir a pasta que Aristides Lobo deixara. Pouco depois era o Dr. João Pinheiro nomeado governador efetivo, com pouco mais de 29 anos.

A sua passagem pelo poder foi brilhante e rápida. Absorviam-no as mesmas questões econômicas guiava-o, já, o mesmo modo de ver em administração. Preocupava-o a mesma necessidade de organizar e propelir as forças produtoras do Estado que ele externou e resumiu em 1906, no seu programa de governo. No pouco tempo que reteve o poder, o Dr.

João Pinheiro criou as comissões de Estatística do Estado, estatística que não era apenas um censo da população, mas um inquérito da vida industrial e econômica de Minas; decretou a criação de uma exposição permanente de produtos naturais, agrícolas e industriais de Minas, na capital, e a concessão de prêmios à viticultura no Estado; anexou à Escola de Minas um laboratório de análises de terras para o estudo industrial do solo mineiro, como condição de aplicação da agricultura racional. Os seus princípios de administrador estavam, porém, adiantados de muitos anos no meio de então. Esses projetos não tiveram outro valor prático que não o de exemplificadoras tentativas.

Quatro meses depois de ter assumido o governo, o Dr. João Pinheiro o resignava, por um caso de melindres, subindo ao cargo de governador, por lembrança sua, o Dr. Bias Fortes.

Eleita a Constituinte Nacional, o Dr. João Pinheiro foi um dos representantes de Minas Gerais nesta assembleia, filiando-se ao grupo chefiado por Júlio de Castilhos,[56] tendo cooperado eficazmente para a codificação das liberdades práticas, contidas no magno estatuto nacional.

De regresso a Ouro Preto, o operoso mineiro cooperou para a fundação da Faculdade de Direito, hoje em Belo Horizonte, da qual foi escolhido lente de Direito Internacional e membro da comissão de redação da respectiva *Revista*.

Razões políticas, em que atuaram mais as exigências do coração e da lealdade, em que se exalçou sempre o ilustre republicano, afastaram o Dr. João Pinheiro, em 1891, da atividade partidária. Retirou-se com o seu amigo, Cesário Alvim, decaído do poder, mas retirando-se do cenário político teve a dignidade tão rara de não exalar em descrenças suspeitas a mágoa do domínio perdido. Ao contrário, continuou a crer firmemente no futuro do país, nas excelências da República e no valor do trabalho, indo dar o exemplo em Caeté de um chefe, ex-governador, bacharel e ex-lente, de tirar da vida industrial não somente a independência e o conforto pessoal, mas o reerguimento do canto abatido de terra em que se instalou e, mais ainda, o incitamento a uma política fecunda.

Caeté, terra de sua mãe e onde ele passara os verdes anos, deveu-lhe a sua reconstituição. A opulenta cidade de mineração, despojada da sua prosperidade com a paralização das lavras, passou a viver em torno da usina levantada e iniciada do antigo governador de Minas; e ela pagou-lhe, na sua gratidão, essa dívida, fazendo o Dr. João Pinheiro chefe de sua mu-

---

56 Júlio de Castilhos (1860-1903) nasceu no Rio Grande do Sul e foi jornalista e político. Em 1891 elegeu-se deputado para a Assembleia Constituinte, destacando-se por sua oposição a Rui Barbosa no que se referia à discriminação de rendas, defendendo os pequenos estados da federação.

nicipalidade. Neste posto o Dr. João Pinheiro empenhou todos os esforços para criar no município as indústrias básicas que a febre antiga do ouro fizera desprezar – a agricultura e a criação: e foi devido a esse empenho, traduzido no conselho, no exemplo, no estímulo pelas feiras municipais, que Caeté pôde conquistar na Exposição Pecuária de Belo Horizonte os prêmios que obtiveram os seus animais de raça e os seus cevados, de peso desconforme.

Com a terminação do governo do Dr. Francisco Sales, o Dr. João Pinheiro foi investido, finalmente, pela segunda vez, da suprema administração do Estado, e o que foi essa administração, o que ela revelou de capacidade de governo e de orientação republicana, di-lo a corrente espontânea que se formou em torno da ideia de levar malogrado estadista à mais alta direção da República. O governo de Minas Gerais devia ser assim o penúltimo estágio da sua carreira pública; a fatalidade quis que fosse o último.

O Dr. João Pinheiro casou-se em 1890, quando vice-governador do Estado, com a distinta senhora paulista D. Helena de Barros Pinheiro, tendo desse consórcio feliz onze filhos – Paulo, que ele educou para ser o seu sucessor na Usina Caeté; Helena, Martha, Carolina, Israel, Lúcio, Armando, Virgínia, João, José e Celeste, ceifada há pouco pela morte.

Essas crianças, das quais duas são hoje gentis senhoritas e o outro um enérgico e bondoso rapaz, receberam uma educação sólida, mas justa, sem inutilidades nem vaidades.

O homem de Estado não foi assim mais do que o prolongamento do chefe de família, zeloso do nome e da propriedade do lar e da pátria e empregando, para consegui-lo, os processos indicados naturalmente pela inteligência e pela moral.

—

O DIA DE ONTEM

Às primeiras horas da tarde o Dr. Carlos Peixoto recebeu comunicações telegráficas de que a nova crise se havia manifestado com sintomas alarmantes, e que se tornavam gravíssimos pela extraordinária fraqueza em que se encontrava o organismo depauperado pela longa enfermidade.

Já anteriormente, o Dr. Murtinho Nobre telegrafara ao Dr. Joaquim Murtinho, detalhando a agravação da moléstia e combinando a aplicação de outros medicamentos.

Apesar de ter sido sempre melindroso o estado do Dr. João Pinheiro, em vista da natureza especialíssima da moléstia, não deixou de ser imprevista a notícia dessa súbita agravação,

pois em carta ainda anteontem recebida, haviam sido comunicadas melhoras no estado do ilustre mineiro, que chegou mesmo a poder abotoar o colarinho, declarando-se pronto a seguir para Caeté.

Às 7 horas da noite os telegramas trouxeram detalhes mais dolorosos, acentuando a marcha rápida para o desenlace horrível. Era desesperador o estado do Dr. João Pinheiro. Finalmente, às 10 horas da noite, recebeu o Dr. Carlos Peixoto a triste confirmação nesse telegrama, expedido às 9:30 pelo Dr. Carvalho de Brito: “Acaba de falecer o nosso grande amigo”.

OS NOSSOS TELEGRAMAS

BELO HORIZONTE, 25, (8h).

À tarde agravaram-se brusca e inesperadamente os sofrimentos do Dr. João Pinheiro, sendo melindroso o seu estado à vista da extrema fraqueza que o abate.

À 1 hora da tarde começou o desfalecimento, progredindo sempre com sintomas alarmantes.

BELO HORIZONTE, 25 (8h).

O estado do Dr. João Pinheiro, agora, à noite, é extremamente grave, não havendo mais esperança de salvá-lo.

BELO HORIZONTE, 25 (11h).

O Dr. João Pinheiro faleceu às 9:30 horas em ponto.

Sua morte foi tranquila, estando S. Exa. rodeado de muitos amigos e das pessoas de família.

BELO HORIZONTE (11h30).

A notícia do falecimento do Dr. João Pinheiro, embora esperada, causou a mais desoladora impressão, tanto nesta capital como em todo Estado.

Afluíram ao Palácio do Governo muitas pessoas acabrunhadas com a notícia do desenlace fatal.

BELO HORIZONTE, 25 (11h20).

O corpo do Dr. João Pinheiro será embalsamado e será transportado em trem especial para Caeté, onde se realizará o enterramento.

As salas do Palácio Presidencial estão repletas de amigos, que chegam a cada momento de todos os pontos da cidade.

Junto ao cadáver velam, além das pessoas da família, os Drs. Carvalho Brito, Mendes Pimentel, Edmundo Lins, Arthur Ribeiro, Francisco Sales, Egydio Soares, Benjamin Jacob, Francisco Barcelos, Gabriel Santos, Valadares Ribeiro e muitos outros.

Acham-se também em Palácio todos os médicos que acompanharam a enfermidade do ilustre estadista.

BELO HORIZONTE, 25 (11h30)

Estão sendo expedidas comunicações oficiais do falecimento do Dr. João Pinheiro, para todos os pontos do país.

Também então seguindo numerosas comunicações particulares.

BELO HORIZONTE, 25 (12h10)

Começam a chegar os primeiros telegramas de pêsames vindos de fora desta capital.

Muitas senhoras chegam ao Palácio trazendo ramos de flores.

É grande o número de populares que afluem à praça da Liberdade onde fica situado o Palácio Presidencial.

BELO HORIZONTE, 25.

O Dr. João Pinheiro deixa onze filhos: Paulo, Helena, Martha, Carolina, Virgínia, João, Ruth, Lúcia, José, Israel e Amanda, tendo o mais velho 18 anos de idade e, o menor, apenas um ano.

BELO HORIZONTE, 25 (recebido às 2h45)

A partida do trem especial que deve conduzir para Caeté o corpo embalsamado do Dr. João Pinheiro está marcada para terça-feira, ao meio-dia.

A notícia da morte do Dr. João Pinheiro foi transmitida ao arcebispo de Mariana, que virá amanhã, a fim de fazer a encomendação do corpo.

BELO HORIZONTE, 25 (recebido às 2h45).

O Dr. Carvalho Brito, secretário do Interior, telegrafou comunicando a morte do Dr. João Pinheiro ao presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais e estaduais, presidentes das municipalidades e juízes de Direito.

A BANCADA MINEIRA

Quase todos os membros da bancada mineira, nesta capital, seguem hoje às 5 horas da manhã, para Belo Horizonte.

A PRESIDÊNCIA DO ESTADO

Deve assumir a presidência do Estado o senador Júlio Bueno Brandão, vice-presidente, o qual, de acordo com a Constituição Mineira, fará proceder a nova eleição para presidente, para preenchimento dos últimos dois anos de governo.

NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE JOÃO PINHEIRO

1. Discurso de Milton Campos, no Senado Federal (1960)

[DISCURSO][57]

Senhor Presidente, Srs. senadores.

No próximo dia 16 o povo mineiro vai celebrar, com entusiasmo e carinho, o centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva, que morreu ainda moço quando, em 1908, exercia o governo do Estado de Minas. Nesse largo espaço de mais de meio século, é natural que as novas gerações tenham se esquecido de muitos dos nomes que um dia se envolveram das pompas do poder. A missão do tempo é precisamente esta – a de corrigir as demasias e os equívocos dos contemporâneos, para conservar somente a substância da durabilidade que alguns homens, apenas alguns – trazem consigo.

Assim, no caso de João Pinheiro, o que importa não é o seu currículo de homem público, mas a mensagem que deixou na sua passagem pelos cargos. Não é que a biografia fosse pobre. Raras terão sido tão intensas em prazo tão curto. Seu primeiro e grande título é o

---

57 COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Vol. VII, 1960, p. 65-71. Milton Soares Campos (1909-1972) nasceu em Ponte Nova e foi deputado federal entre 1946-1947, governador de Minas entre 1947, deputado federal entre 1955 e 1959, senador federal entre 1959 e 1972 e ministro da Justiça entre 1964 e 1965.

de propagandista da República que veio, de São Paulo, onde se formou, para chefiar na sua província natal a propaganda do nosso regime. Em Ouro Preto fundou, para isso, *O Movimento*, órgão de divulgação das novas ideias, e esteve entre os principais fundadores do Partido Republicano. Substituiu a Cesário Alvim, ainda em 1890, no governo do Estado, indo em seguida participar da Constituinte, onde teve papel destacado como membro da Comissão Especial, que primeiro examinou o projeto da Constituição.

Logo depois, fosse pela desilusão que frequentemente desengana os idealistas, fosse pelo desejo de realizar planos da indústria de porcelana em sua cidade de Caeté, ali se retraiu. Não é muito fácil, no político, descobrir-se a razão das retiradas, que muitas vezes são estratégicas.

O que parece renúncia pode ser tática de ambição (e eu me refiro à ambição legítima que tem como objetivo a realização do bem comum). O que se afigura abdicação é, por vezes, a tática de acumulação de forças. Por isso, bem anotava Richelieu que o político caminha para o objetivo como o remador – dando-lhe as costas. Nem sempre isto é astúcia. Pode ser o processo de lutar pelo ideal. O certo é que João Pinheiro, antes dos quarenta anos, se recolhia ao retiro de Caeté, não para os amargos devaneios da desilusão, mas para, no esforço da transformação da natureza, criar um valor econômico que seria a fábrica de porcelana com que sonhava.

Sua reaparição no cenário da vida pública ocorreu quando foi convocado para presidir o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial que se reuniu em 1903, na nova capital mineira. Não creio que o Congresso fosse assim tão importante. A importância devia estar na presença de João Pinheiro, que fazia por esse modo sua *reentrée* na carreira política. Logo depois, Minas o mandava como seu representante no Senado da República, de onde saiu em seguida para o governo do Estado, em 1906.

Foi no exercício desse alto posto que a morte o colheu, em 1908. Apenas dois anos de governo. Mas, neste curto espaço de tempo, que obra admirável realizou e, sobretudo, como foi coerente com sua missão apostolar e com o ideal que o animava desde a juventude! Sem usar a expressão, que é a palavra mágica da demagogia de hoje, foi um precursor do desenvolvimento econômico e da ascensão das massas. Na administração em geral, e especialmente na agricultura, na indústria e no ensino, o que lhe caracterizava a ação era a ruptura com a rotina. "A política das fórmulas vazias (doutrinava ele), dos desejos vãos e das puras vaidades pessoais já fez o seu tempo. Os hábitos da antiga centralização administrativa e política estão se extinguindo, para darem lugar às únicas aspirações dignas – as do bem do maior número, no interesse coletivo das massas, na exclusiva preocupação das vantagens reais do povo, ensinando-o a ler, ensinando-o a trabalhar, para que instruído e forte possa ser independente e para que, independente, possa ser livre".

Como se vê, a liberdade, como convinha a um seguidor do ideal republicano, era o seu objetivo. Mas a sua lucidez, o senso da realidade e as aspirações do patriotismo não o deixavam descambar no romantismo nebuloso que perturba a visão do interesse nacional.

O Sr. Fernandes Távora – V. Exa. dá licença para um aparte?

O Sr. Milton Campos – Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora – Tratando-se de João Pinheiro, incontestavelmente um dos grandes estadistas deste país, aproveito a oportunidade para narrar episódio que vem provar decisivamente a sua cultura, o seu amor à liberdade e sobretudo o seu amor à justiça. Um dos diretores do jornal *O Farol*, de Juiz de Fora, tinha por hábito falar mal de todos os governos. Como *O Farol* era àquele tempo o jornal mais lido de Minas Gerais, esse homem tinha poder extraordinário sobre todos os governos. Ao chegar ao poder, o estadista João Pinheiro mandou que seu secretário fizesse uma carta a esse redator, enviando-lhe duas passagens, uma para ele próprio e outra para a sua esposa, com destino à capital mineira. O homem, naturalmente, ficou entusiasmado, pensando que era chamado para ocupar cargo de alto relevo na administração do Estado. No outro dia compareceu ao Palácio dizendo que estava às ordens do presidente. Este disse simplesmente: mandei chamá-lo porque sei que o senhor tem por hábito criticar, severamente, e quase sempre sem razão, todos os governantes. Respeitarei suas críticas, mas com uma condição: todas as vezes que quiser criticar o meu governo, terá que apresentar fórmula para resolver o problema que o Sr. impugna; eu me comprometo a mandar executar a sugestão mandando publicar, de antemão, que é de autoria de V. S. Sem isso não tolerarei a crítica. O homem, diante daquela exposição, arrumou a mala e foi embora para Juiz de Fora, nunca mais "abriu o bico". Vê-se, portanto, que João Pinheiro era homem realista, amante da liberdade, que não se incomodaria com a crítica, contanto que o indivíduo que o criticasse apresentasse um projeto capaz de resolver o problema.

O Sr. Milton Campos – Sou muito grato ao aparte de V. Exa., nobre senador Fernandes Távora.

Por aí vê o Senado como João Pinheiro impressionou aqueles homens que, embora muito jovens, foram seus contemporâneos.

Dizia eu:

Atento à conjuntura, sabia que a ação do Estado precisava estar presente além dos ponteiros das suas finalidades clássicas. "Eu sou, dizia ele – eu sou partidário da absoluta liberdade

em suas diversas formas, inclusive a liberdade econômica. Afirmo a liberdade de trabalho como uma necessidade de aperfeiçoamento e um propulsor de progresso; mas, no nosso caso atual, a ausência de proteção não seria liberdade, seria um delito; é como se dessem a uma criança a liberdade de lutar com um atleta. A liberdade industrial só se pode praticar em relatividade de condições; aqui, a proteção é uma necessidade de defesa, ainda que temporária".

"Vindo das camadas profundas do povo", como ele dizia; inspirado nos ideais da República, de que fora, desde moço, ardente pregador; lúcido na visão dos problemas nacionais; corajoso nas iniciativas com que acenava para o nosso desenvolvimento, ou do nosso progresso, como era a linguagem da época – João Pinheiro, nos dois anos de seu governo, deixou em Minas marcas profundas e inapagáveis. Até hoje ele é, em sua terra, o modelo de homem de Estado, a quem a morte prematura não permitiu a plena expansão de sua obra de governo.

E esse conceito não se limitava às fronteiras provincianas. Seu nome estava consagrado como grande esperança nos círculos políticos do país. Ninguém tinha dúvida de que ele seria o sucessor de Afonso Pena, o qual, conselheiro vindo do Império, realizava, todavia, um governo renovador e fecundo. O famoso Jardim da Infância, grupo parlamentar constituído de moços de alto valor, como Carlos Peixoto, David Campista, Gastão da Cunha, James Darcy, estava a postos para os novos rumos políticos através da ascensão de João Pinheiro. O próprio Pinheiro Machado, que já surgia como grande líder nacional e que viria, logo depois, pôr-se em antagonismo com aquele grupo, via em João Pinheiro o estadista novo de autêntico teor republicano. Estando em Poços de Caldas e lendo aí o despacho em que, a propósito da presença da banda militar numa procissão religiosa, o presidente de Minas fixava com precisão admirável os princípios da liberdade espiritual, o chefe gaúcho telegrafou a João Pinheiro: "Felizmente a República tem quem a compreenda e pratique". Era o consenso geral a indicar no jovem estadista mineiro o futuro governante da nação, posto que atingiria, como deve ser atingido – pela comum aceitação, e não pelos golpes e expedientes da solércia e da cobiça.

São muito conhecidos os interessantes estudos de história hipotética, fundados no famoso pensamento de Pascal: se o nariz de Cleópatra fosse mais curto, estaria alterada a evolução do mundo. Então se procura imaginar o que seria da França se Luiz XVI não tivesse sido guilhotinado; o que teria acontecido com Napoleão se não tivesse perdido a Batalha de Waterloo; e assim por diante. Limitando o quadro à modéstia do nosso meio, seria curioso indagar o que haveria ocorrido no Brasil se João Pinheiro não tivesse morrido no governo de Minas, em 1908.

O Sr. Fernandes Távora – A República teria tomado outra direção.

O Sr. Milton Campos – É o que me parece, se é permitido fazer-se essa profecia retrospectiva.

Seria ele o presidente da República. Para o governo levaria, com a sua mocidade e o seu idealismo republicano, temperado pelo senso da realidade, as marcas da verdadeira república, que tem na característica de sua naturalidade e singeleza o segredo de sua grandeza. Contribuiria para a luta contra os privilégios, que vieram se acentuando e hoje desfiguram o Regime, tornando vão e triste o nobre sonho dos fundadores. Colocaria no objetivo da ação política o interesse do povo, que hoje se traduz pelo bem comum, pela integração das classes e pelo bem-estar geral. Teríamos sem dúvida evitado a crise de Afonso Pena, de tão funestas consequências para o país. Teríamos, quem sabe, acelerado o nosso progresso material, intelectual e moral, na linha evolutiva natural que outros países conheceram.

É para simbolizar vidas que se findam antes da hora que, nos cemitérios, se levantam as colunas truncadas. A existência de João Pinheiro foi partida antes de que se levantasse em toda a sua grandeza. E com ela se partiu, talvez, a linha de evolução de nossa pátria, que através dele conheceria mais depressa os dias melhores a que, de qualquer modo, está fadada.

O Sr. Nogueira da Gama – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Minton Campos – Com o maior prazer.

O Sr. Nogueira da Gama – Quero felicitar V. Exa. pela iniciativa de falar hoje ao Senado sobre a figura de João Pinheiro, na ocasião em que se vai comemorar seu centenário. V. Exa. sabe, grande mineiro que é, o apreço que em Minas Gerais todos devotamos a essa figura tutelar da nossa História. João Pinheiro, infelizmente, nos dias de hoje, não tem em nosso estado muitos seguidores; existem, contudo, alguns bons mineiros que seguem o mesmo estilo de vida e de filosofia política do notável mineiro que V. Exa. tão brilhantemente e justamente, evoca em seu discurso. Entre esses seguidores está precisamente V. Exa. Quero felicitá-lo pela iniciativa de prestar esta homenagem ao grande morto de nosso Estado, hoje, aqui no Senado, e pedir a V. Exa. que fale em nome de toda a representação mineira.

O Sr. Milton Campos – Recebo com muita honra a delegação que V. Exa. me dá; sobretudo quero agradecer à generosidade com que me aponta como seguidor de João Pinheiro. Antes pudesse sê-lo! Na verdade, ele não possui muitos seguidores. Encarnava ele uma República que, mais do que nunca, sentimos que foge, comum ideal que se perde. Havemos, porém, de nos esforçar por mantê-la, a fim de que aqueles sonhos não desapareçam, mas se concretizem na prosperidade e no bem-estar do povo brasileiro.

O Sr. Lima Teixeira – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Miton Campos – Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira – Manifesto a V. Exa. os meus aplausos pelo brilhante discurso com que homenageia o grande mineiro João Pinheiro, a quem o Estado de Minas muito deve. Os laços que me ligam ao Estado de V. Exa. forçou-me a essa intervenção ao seu brilhante discurso e o faço com grande prazer.

O Sr. Milton Campos – Sou grato a V. Exa. pela sua intervenção.

O Sr. Ruy Carneiro – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Milton Campos – Com todo o prazer.

O Sr. Ruy Carneiro – No momento em que todo o Senado ouve, como sempre, a palavra brilhante e autorizada de V. Exa...

O Sr. Milton Campos – V. Exa. é muito bondoso.

O Sr. Ruy Carneiro – sobre uma das maiores figuras da República – João Pinheiro – quero manifestar, além do meu aplauso pelo discurso que está proferindo, a solidariedade do Partido Social Democrático e, muito especialmente, a da Paraíba a Minas Gerais, na pessoa de V. Exa.

O Sr. Milton Campos – V. Exa. é muito bondoso.

Na minha breve oração, bem como aos apartes que recebi, pude verificar que a homenagem que pretendia prestar, como representante de Minas Gerais a João Pinheiro, tornou-se uma homenagem do próprio Senado.

Terminava seu discurso, Sr. Presidente, lembrando a significação das colunas quebradas, truncadas, que se acham nos cemitérios de todo o mundo; dizia que a vida de João Pinheiro foi uma dessas colunas que se partiram antes de atingir a sua total grandeza.

E acrescentava: podemos sentir que com sua morte prematura interrompeu-se uma possibilidade de grandeza para o nosso país, como a nossa imaginação concebe, e que, estou certo, a realidade teria confirmado.

Sr. Presidente, o centenário do estadista mineiro não traduz apenas uma data dos seus conterrâneos, mas do próprio país. É justo que o Senado da República a que ele pertenceu se

associe a essa comemoração que, se tem a doce melancolia de uma esperança fanada, vale, também, como afirmação da capacidade da nossa gente.

2. Discurso de Pedro Aleixo na Câmara dos Deputados (1960)

[DISCURSO][58]

Sr. presidente, os deputados que compõem, ainda hoje, as forças parlamentares da oposição nesta Casa do Congresso Nacional, vêm celebrar o centenário do natalício de João Pinheiro da Silva com uma palavra de saudade para o passado de nossa vida republicana, com uma palavra de ânimo forte ante as apreensões, dificuldades e perplexidades da hora presente, com uma palavra de esperança em que o Brasil venha a ser a República pregada pelos que a sonharam. Vindo, como ele dizia, das profundas camadas do povo, João Pinheiro da Silva delas emergiu, sem nunca deixar de ser povo, para os embates da propaganda dos ideais populares, para o delírio do triunfo, para as responsabilidades da estruturação jurídica do regime vitorioso, para os encargos da administração, para as amarguras do ostracismo, para as provações do exílio voluntário e para o martírio das incompreensões com que se tecem as coroas que cingem a fronte dos apóstolos.

Não guardava, da indigência de sua infância, das privações de sua adolescência, da pobreza de sua idade madura, ressaibo que fosse estímulo para granjear fortuna própria, enquanto o povo continuasse infortunado, nem lhe despertavam a cobiça as facilidades do governo ou o esplendor do poder econômico que se lhe tornara francamente acessível.

A sua biografia não se compõe de larga enumeração de cargos públicos que houvesse ocupado. Ao contrário disso, assinalável é que, havendo vivido as duas primeiras décadas da República que ajudara a instituir, desses vinte anos, mais de doze passou ele no retiro austero e laborioso de Caeté.

Se quisermos saber quem foi João Pinheiro, não procuremos, no vasto território das Minas Gerais, os vestígios, as marcas de obras portentosas. Nem o seu nome se inscreve, para perene recordação dos povos, em placas comemorativas ou em pedras fundamentais.

Ide comigo, senhores deputados, ouvir a história de sua vida dos lábios simples da gente boa de minha terra. É, sobretudo, na tradição oral, que se esboça e avulta a figura singular de

---

58 COELHO, Copérnico Pinto, *op. cit.* p. 73-77. Pedro Aleixo (1901-1975) nasceu em Mariana. Foi advogado, professor, jornalista e político. Em 1947 foi eleito o deputado estadual mais votado de Minas Gerais e reeleito em 1958 e 1962, tomou parte ativa nas articulações que precederam o golpe de 1964militar de 31 de março de 1964. Em março de 1967, tomou posse no cargo de vice-presidente da República e, em 1969, com a doença do presidente Costa e Silva, foi impedido pela Junta Militar de assumir a presidência da República.

João Pinheiro da Silva. Então ficareis sabendo que, há um século, na velha cidade dos Otoni, em Serro Frio, de pai imigrante e de mãe modesta, nasceu uma criança, sobre cujo berço se projetaram logo as sombras da desgraça. Suas primeiras letras, ele as aprendeu, como esmola, do piedoso vigário de Barro Vermelho, Paróquia do Serro, o padre João de Santo Antônio. Depois foi o curso gratuito no Seminário de Mariana. Em seguida, verificando que não tinha vocação eclesiástica, estabeleceu-se em Ouro Preto e começou a preparar-se para a Escola de Engenharia. Lecionava para estudar e para manter-se.

Aprendera, na História, como tem sido incessante a luta dos oprimidos contra os opressores. Os exemplos próximos das rebeliões do povo mineiro, do seu povo, ganhavam relevo nos cenários em que vivia, o Serro dos Otoni, a vetusta Mariana, a antiga Vila Rica, em cujos morros ainda se viam os sinais da queimada que o conde de Assumar mandara fazer para castigo dos rebelados, e em torno dos quais e no meio dos quais se ostentavam as penedias agrestes, os céus escampos, as casas senhoriais, o Palácio do Governador – feito em forma de uma fortaleza – segundo a recomendação da Corte longínqua, porque os mineiros eram ousados e temerários. As empolgantes evocações suscitaram no espírito adolescente de João Pinheiro o ideal republicano. Em suas composições literárias, ele é o plebeu atrevido, disposto a lutar contra o patriciado que a Monarquia criara e estava alimentando.

A aridez da matemática e de ciências experimentais não lhe satisfazia a ânsia de saber como as associações humanas se organizam e se deixam dominar por aqueles que, na palavra da Escritura, "atam fardos pesados e difíceis de suportar e os põem aos ombros dos homens: ele, porém, nem com o dedo quer movê-los". Seguiu, então, para São Paulo, onde se matriculou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. A pobreza era, porém, sua companheira inseparável. Fez-se revisor de jornal.

Ardoroso entre os mais ardorosos na pregação da República e bastante orgulhoso para mendigar o patrocínio dos monarquistas poderosos, em concurso obteve o lugar de preparador de Física da Escola Normal da República. Assim teve meios para diplomar-se em Direito.

Formado, regressou a Ouro Preto, onde abriu banca de advocacia. As causas eram modestas, em geral de gente pobre e oprimida. Para defesa de uma delas, teve cinquenta mil réis de honorários, mas o cumprimento do mandato exigiu, além do esforço intelectual, o esforço físico de uma caminhada a pé até a cidade de Mariana, a duas léguas da capital da província.

Intensificou seus trabalhos de propaganda da República. Fundou, em 15 de novembro de 1888, o Clube Republicano. Lançou o jornal *O Movimento*. Percorreu o interior da província a serviço de sua banca e na pregação da abolição de privilégios e a favor da instituição de

regime do povo, pelo povo e para o povo. Estava fora de Ouro Preto quando se proclamou a República.

Foi logo chamado para participar do novo governo, a princípio, como vice-governador em exercício, depois, como governador efetivo, enquanto Cesário Alvim servia no Ministério de Deodoro.

Eleito deputado à Constituinte Republicana, colaborou na Constituição promulgada em 1891.

Solidário com Cesário Alvim, retirou-se da vida pública e recolheu-se à atividade industrial em Caeté, de cujo município foi agente executivo, cargo este que corresponde hoje ao do prefeito municipal.

Em 1906, os mineiros o elegeram senador da República e também presidente do Estado.

Seu governo marcou, de fato, época extraordinária na história da administração e da política de Minas Gerais. O Palácio, residência sua e de sua família, guardava a modéstia dos hábitos de sua casa em Caeté.

Nunca receou desagradar a quem quer que seja, para melhor servir ao povo de que era mandatário; também nunca satisfez paixões populares, nem ao menos invocava a humildade de seu passador para conquista de posições ou para comover seus ouvintes.

Sua fidelidade aos princípios constitucionais bem se põe à mostra neste conhecido episódio. Solicitado a ceder a banda de música da Polícia Militar para acompanhar procissão religiosa, recusou-se a fazê-lo, porque a Constituição não permitia que o Estado prestigiasse qualquer culto ou religião. Certo é que ninguém lhe tomaria contas da pequenina infidelidade que lhe estavam pedindo, mais certo ainda é que ele daria, se a praticasse, ao piedoso padre João de Santo Antônio, que continuava íntimo da sua vida e da sua casa, a alegria de ver seu antigo aluno inclinado a agir como fiel da Igreja em que fora educado. Mas o importante, para João Pinheiro, era que a Constituição se cumprisse, porque no cumprimento dela estava o compromisso que assumira.

É admissível que Max Weber tenha razão quando ensina que o Estado é uma associação humana que, dentro dos limites de certo território, pretende exercer, com êxito, o monopólio legítimo da violência. Certo ou não este conceito, o que a história da nossa República tantas vezes nos mostra é que aqueles que exercem efemeramente o governo pretendem pessoalmente exercer, legitimamente, o monopólio que caberia ao Estado, como se o Estado fosse a própria pessoa do chefe.

João Pinheiro tinha concepção diversa, que ele soube exprimir em frase cuja interpretação exata nós encontramos nos exemplos de sua vida: operários efêmeros que somos do serviço permanente da pátria. Governantes e governados se confundem todos na transitoriedade da vida que passa para que somente permaneça, pelos tempos afora, a pátria duradoura.

Ouvimos hoje, na oração do deputado Último de Carvalho, o que foi o esforço de João Pinheiro para incrementar a agricultura e dar aos mineiros a certeza de que à sua terra, trabalhada inteligentemente, recompensava em frutos abundantes o labor diuturno e permanente. Mas não se circunscreveu nisso a reforma profunda do governo de João Pinheiro. Convém lembrar que foi ele quem executou largo programa de criação de escolas públicas, imprimindo em cada uma delas as características de fecundo núcleo democrático. A utilização de uniformes, por exemplo, para evitar que as desigualdades econômicas se revelassem na indumentária das crianças, foi um dos meios empregados, e mais expressivo ainda foi que os filhos do presidente do Estado se matricularam nos grupos escolares e os frequentaram lado a lado com os mais humildes mineiros.

O devotamento a tão grandes obras e a realização das pregações feitas não permitiam que João Pinheiro cuidasse de formar pecúlios e de criar fortuna própria. Creio que nos versículos do Sermão da Montanha está uma advertência, e principalmente um aceno de esperança para os homens públicos: “Não vos inquieteis dizendo o que comeremos, o que beberemos, com que nos vestiremos?”. O Pai Celestial conhece as necessidades de cada um e a tudo proverá. João Pinheiro viveu como um crente na promessa divina do Sermão da Montanha. Por isso mesmo, ao morrer, em 25 de outubro de 1908, o inventário de seus bens materiais não encheu folhas de autos em cartório, mas a convicção generalizada de que a pobreza em que vivera e em que morreu era justa ufania de todos os mineiros, fez que, numa subscrição popular, com o concurso principalmente dos menos favorecidos da fortuna, rapidamente se obtivessem recursos para se erguer, no coração da capital de Minas, na avenida que tem o nome do grande presidente, a casa em que continuou o lar honrado que tantos anos antes se fundara, sempre sob o signo da virtude.

A luta contra os privilégios, em que João Pinheiro se empenhou, ainda continua. Cumpre que se faça a libertação do povo. É necessário abolir todas as categorias, todas as ordens de opressão, a opressão econômica, a opressão social, a opressão política.

Aí está ideal atingido. Houve, no entanto, em Minas, época em que esse ideal ganhou forma humana, no verbo e na ação de João Pinheiro da Silva.

De João Pinheiro esta é a glória que ora celebramos; glória que, hoje, como ontem, constitui título de orgulho para Minas Gerais, e para Minas Gerais título de orgulho continuará sendo enquanto houver um mineiro dando testemunho que que só a virtude é o fundamento e deve ser a inspiração da República. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

ÍNDICES

ÍNDICE DE ASSUNTOS

A Imprensa, jornal, RJ 556-560
A mocidade, jornal, MG 177
A Notícia, jornal, RJ 560-566
A Província de Minas, jornal, MG 150
A Ordem, jornal, MG 150, 171-174, 242-243, 252
A Tribuna, jornal, RJ 557-559
Abdicação de Pedro I 99
Abolição da escravidão 24-25, 162, 234, 237, 274, 467
Abolicionismo 25, 29, 163-164, 183
Absolutismo 162
Adesismo 46, 154, 280, 334
Adubos 363, 481-482, 494-496, 501-502, 575-576
Agente executivo municipal 554
Agrarismo 48
Agricultura 63-64, 173-175, 177, 179, 189-192, 235, 238, 361-362, 382, 389, 391, 395, 399-402, 418-420, 454, 471, 474-476, 478, 494-498, 501-502, 504, 506-510, 528, 549, 573, 575-579, 597, 617-618, 622, 630
Agricultura familiar 49
Agricultura racional 617
Águas minerais 374, 379, 386, 391-392, 515, 518, 521, 535-536, 583-584, 587
Alfafa 240
Algodão 374, 388, 390, 472, 476
Alistamento eleitoral 202-204, 208-210
América Latina 490, 546
Análise de terras 175, 248, 384, 389, 617
Apicultura 240-241
Aposentadorias 119, 272, 606
Arquivo Público Mineiro 38-39, 605-606
Assembleia Provincial de Minas Gerais 74, 127-129
Assistência a alienados 527, 586, 591, 593, 601-602
Associação Comercial de Minas, 368, 383, 393
Autonomia do poder episcopal 198
Autonomia dos estados 455
Autonomia municipal 73, 605
Banco de Crédito Real de Minas Gerais 205, 321, 368, 394, 603
Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais 414
Bancos populares 381
Batata 240-241, 362, 374, 388, 422, 482, 520, 575-576, 583, 590
Biblioteca Nacional 20
Borracha 420, 472
Cacau 240
Café 25, 61-62, 64, 245, 352, 368, 371, 378-383, 386-387, 404, 435-436, 443, 450, 480, 482-483, 506-509, 514, 516, 519, 548, 550, 552, 555, 572-574, 589, 591, 609
Caixa Econômica de Ouro Preto 517
Caixas Raiffeisen 381
Cal 345
Câmaras municipais 327, 388, 393-394, 523, 602, 604
Campos de demonstração 494, 496, 574
Capitais estrangeiros 551
Carreira agrícola 497
Carta geográfica do Estado de Minas Gerais 190
Casamento civil 261
Catolicismo 167, 236, 261, 459, 540
Centenário de João Pinheiro 621-631
Centro industrial do Brasil 420
Centro político de Ouro Preto 259
Cerâmica Nacional 342-367, 465-469
Cereais 377, 386, 388, 436-438, 450, 478, 507-508, 548-549, 551-552, 555, 576, 578, 583
Chá-da-Índia 240
Cidade de Diamantina, jornal, MG 250
Cidade do Rio, jornal, RJ 40, 164-166
Ciência moderna 527
Ciência política 22, 161
Civilismo 428
Classes ativas 608
Classes baixas e proletárias 85
Classes conservadoras 44, 45, 111, 339, 407, 425, 448, 457, 608
Classes dirigentes 327
Classes escolásticas 105
Classes liberais 598
Classes menos instruídas 196
Classes produtoras 33, 58, 118, 371, 403, 451, 551, 566
Classes sociais 43, 206
Clubes republicanos 30, 55, 156, 273
Colônia Agrícola Adalberto Ferraz 536-537, 578
Colônia Agrícola Afonso Pena 536-537
Colônia Agrícola Américo Weneck 536-537, 578
Colônia Agrícola do Barreiro 577
Colônia Agrícola Bias Fortes 536-537, 578
Colônia Agrícola Carlos Prates 536-537, 578
Colônia Agrícola Fazenda Ponte Nova (Sete Lagoas) 65
Colônia Agrícola Francisco Sales 536-537, 574, 578
Colônias agrícola de Itajubá 64
Colônia Agrícola Itambacuri 574
Colônia Agrícola Nova Baden 536-537, 574, 578
Colônia Agrícola Rodrigo Silva 536-537, 578
Colônia Agrícola da Vargem Grande 62
Colônias agrícolas 59, 392
Colonização 62, 64, 380, 382, 399, 437-438, 495, 536, 547, 571, 577, 581, 607
Comércio 54, 62, 94, 119, 171, 177, 183-184, 188-196, 222, 239, 245, 343, 346, 368-403, 418, 420, 425, 435, 437, 440, 445, 473, 495-497, 508, 511, 542, 547, 553, 568, 597
Comércio internacional 402, 508
Comissão Executiva do Partido Republicano 33, 55, 60-61, 73-74, 77, 80, 127, 186-187, 259, 266, 426, 428, 450-451, 616
Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais 418
Comissões de Estatística 179, 188, 617
Conferência Panamericana do Rio de Janeiro 456, 460
Confraternização Americana 460
Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 20-21, 33, 46, 57-58, 368-405, 425, 547, 551-552, 566, 622
Congresso internacional dos países produtores de café 377
Congresso das Municipalidades da Mata 64, 550-556
Congresso das Municipalidades do Norte 548-550
Congresso das Municipalidades do Sul 61, 492-495
Congresso Republicano, MG 25, 41, 53, 71-87, 116, 127, 185, 292, 616
Congresso Republicano, RJ 30, 53
Conservadores 23, 90-91, 115, 207
Constituição Mineira 50, 55-56, 250, 265, 271-272, 277, 294, 459, 621
Constituição Brasileira 161, 277, 459
Constituinte Mineira 71-72, 78, 158-159, 275, 277, 294, 410
Constituinte Republicana 26, 30, 41, 55, 107, 135, 157, 159, 161, 265-270, 274, 316, 406, 457-459, 547, 612, 617, 622, 629
Consumo 190, 193, 244, 346, 355, 373, 376, 376-377, 381, 385, 392, 417, 436, 464-451, 478, 509-512, 515, 518, 521, 536, 551, 572-573, 581, 584, 589, 591
Contrato Guaí 365, 585, 587
Convênio do café em Taubaté 64, 506, 572
Cooperativa Agrícola de Carangola 66
Cooperativa Agrícola de Cataguazes 574
Cooperativa Agrícola de Juiz de Fora 66
Cooperativa Agrícola de Ponte Nova 574
Cooperativa Agrícola de Rio Branco 65, 574
Cooperativa Agrícola de São João Nepomuceno 574
Cooperativa Agrícola de Muriaé 574
Cooperativas 48, 380, 404, 551, 553-555, 573-574, 613
Cooperativas agrícolas 64, 393, 609
Cooperativas de crédito 381, 394
Corrupção 84, 90, 120, 128, 135, 147, 214, 305, 387
Crédito agrícola 281, 393-394, 509-510, 554
Crédito-móvel aos produtores de café 436
Centralização 35, 154, 265, 317-318, 491-492, 622
Cristianismo 167, 236
Cultura política 19, 22-23
Cultura intensiva 32, 361-364, 368, 384, 497-498
Declaração republicana 75-76
Déficit orçamentário 84, 118, 517, 533, 584, 586-588, 594, 601
Demarcação de terras 60-61
Democracia 19, 21, 26, 36, 47-49, 73, 76, 83, 92, 105, 126, 141, 146, 149, 166, 185, 200, 221-222, 255, 268, 270-271, 325, 327, 337, 399, 417, 427, 428, 432, 451, 479, 500, 550, 562, 630
Departamento de Agricultura, EUA 575
Desapropriação 59, 283, 385, 391, 484, 502, 613
Descentralização 272, 317
Desenvolvimento 43, 46-47, 49, 54, 115, 197, 256, 274, 448, 568, 571, 624
Desenvolvimento e progresso material
Desenvolvimento econômico 32, 35-36, 44-45, 57, 61, 156, 171, 177, 239, 254, 365, 369-370, 378, 403, 435-438, 473, 549, 569
Desenvolvimento da pequena agricultura 378, 471
Desenvolvimento da vida local 272
Desenvolvimento industrial 244, 348-349, 378-380, 440-441, 454, 502
Desenvolvimento material e moral 301
Desenvolvimento socioeconômico 21, 23
Desenvolvimentismo 46, 48

Devastação da terra 474
Diamantes 352, 372, 401, 440, 515, 551, 584, 589, 591
Diário de Minas, jornal, MG 76-77, 361, 364
Diário de Notícias, jornal, BA 558-559
Direito de propriedade 484
Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização 62, 495-498
Dissidência mineira 26, 56, 297-299, 307-313, 316
Ditadura militar na república 46, 168, 169, 171, 201, 286, 295, 298-299, 310, 312, 314, 411
Dívida pública de Minas Gerais 594
Divisão do solo comum 474
Dogma republicano 458, 524
Economismo 42
Educação 23, 35, 43-44, 46-49, 180, 197, 351, 444
Educação cívica 327
Educação do agricultor 48, 474, 476, 479
Educação dos professores 180
Educação dos rapazes pobres 477
Educação familiar 197
Educação inglesa 598
Educação para o trabalho 366, 508
Educação política 263, 514, 563-564
Educação popular 508
Educação técnica 435
Educação técnico-agrícola 476
Educação técnico-profissional 479
Eleições 26, 30, 32, 53-54, 58-59.61, 78, 92, 116-117, 122-124, 127, 311-312, 314, 367, 383, 406, 410, 499, 524, 529, 586, 604-605
Empire Fibre Company 61, 505
Empréstimos municipais 518, 522, 584, 602
Ensino agrícola 180, 498, 501-502, 538, 613
Ensino primário 35, 59, 179-180, 445, 494, 524, 597
Ensino primário agrícola 494
Ensino profissional 35, 179-180, 365, 380, 508, 598
Ensino secundário 63, 178-180, 476, 527, 597-598
Ensino secundário agrícola 494, 528
Ensino superior 179, 527
Ensino superior agrícola 494
Ensino técnico-superior 477
Epidemias 94-95, 339, 603
Escola de Farmácia de Ouro Preto 87, 105-106, 177, 528, 599
Escola de Minas de Ouro Preto 19, 29, 31, 41, 45, 47, 52-55, 74-75, 87, 158, 165, 171, 180, 184, 294, 220, 233, 244, 250-251, 258, 262, 264, 343-344, 355, 357, 384, 389, 395-396, 430, 615
Escola Normal, Belo Horizonte 60, 528, 597
Escola Normal, Ouro Preto 181, 233
Escola Normal, São Paulo 29, 43, 52-54, 164-165, 273, 615, 628
Escolas agrícolas 180, 497
Escravidão 24, 80, 104, 161, 234, 303, 406, 513, 597
Estado democrático de direito 23
Estado-providência 47
Estado de sítio 295, 302
Estatística mineira 172-180
Estradas de ferro 59, 63, 119,159, 191, 244, 380, 388, 392, 422, 440, 442-443, 478, 487-488, 492, 503, 510, 515, 531-534, 549, 568, 571, 580, 584, 593
E. F. Bahia e Minas 512, 517, 521, 532-534, 584, 587
E. F. Central do Brasil 61, 63, 66, 504, 531-532, 578, 582
E. F. Espírito Santo e Minas 60, 521, 532, 586-587
E. F. (linha) de Santa Luzia 581
E. F. Leopoldina 532-534, 577
E. F. Muzambinho 52, 532-533, 581, 585, 595
E. F. Oeste de Minas 60, 107, 532, 581
E. F. Rio Doce 593
E. F. Sabará a Santana dos Ferros 65
E. F. Sabará a Santa Bárbara 63
E. F. Sapucaí 516, 532-534, 585, 592
E. F. Sul Espírito Santo 581
E. F. Teófilo Otoni a Caravelas 282
E. F. Vitória a Diamantina 532, 582
Estradas de rodagem 190-191, 393, 448, 534, 549, 571-572
Exposição Geral do Estado/Exposição Pecuária 65, 566, 579, 593, 610, 618
Exposição Nacional no Rio de Janeiro 593
Exposição Permanente na capital de Minas Gerais 238-240, 418, 617
Exposição Permanente dos produtos mineiros no Rio de Janeiro 62
Exposição de São Luís, EUA 62
Exposição Universal de Paris 249
Exposições industriais 63
Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais 56-57,414, 420, 461, 527
Fazenda-modelo D. Antônia Augusta 64
Fazenda-modelo de Aiuruoca 65
Fazenda-modelo Barra/Diniz em Itapecerica 64, 66
Fazenda-modelo Cachoeira do Campo 60
Fazenda-modelo Fábrica no Serro 63
Fazendas-modelo da Gameleira 64, 493, 575-576, 579, 591
Fazenda-modelo em Santa Bárbara 64
Fazendas-modelo 479, 496, 501, 572, 578
Federação 73, 87, 109, 260, 265, 295, 316-318, 341, 398, 429, 455, 499, 509, 617
Federalismo 47
Feijão 374, 388, 478, 520, 583
Feira de Caeté 461, 465
Feiras 32, 190, 367, 388, 439, 511-512, 618
Fixação do colono à terra 48, 437, 446, 536
Fixação do trabalhador à terra 474-475
Forragens 240, 378, 570, 577
Fretes 212, 244, 366, 369, 377, 380, 382, 387, 393, 442-443, 487
Frigoríficos 440, 510
Fumo 377, 590
Funcionalismo público 188-189, 192-193, 196, 272, 314, 418, 498, 513,601, 604, 606
Gazeta de Notícias, jornal, RJ 139, 262, 273, 274, 298, 308-309, 314, 324
Ginásio Mineiro 528-598
Golpe de Estado 295, 310-316
Ideia Nova, jornal, MG 177
Imigração 54, 119, 158-159, 171, 173, 235, 392, 399, 607
Imperialismo 434
Impostos 63, 84, 118, 177, 214, 217, 244, 247, 317, 381, 392, 441, 445, 513, 515, 518-520, 522, 535, 538, 591, 593
Impostos de exportação 376, 392, 515, 517-519, 589
Impostos de importação 447
Impostos interestaduais 369, 382, 393-394, 447
Impostos intermunicipais 381, 606
Impostos municipais 382, 393, 603
Impostos protecionistas 368, 395
Inconfidência mineira 37, 43, 45, 83, 102, 217, 273, 433
Indenistas 237
Indenização dos ex-escravos 80, 93, 122
Indústria cerâmica 32, 343, 347, 351, 355, 358, 367
Indústria de fósforos 472
Indústria de laticínios 379, 440, 510-511
Indústria estrangeira 347
Indústria extrativa 352, 445, 485
Indústria têxtil 505
Indústrias 63, 119, 1167, 173-175, 179, 190, 214, 235, 238, 245-246, 303, 349, 352, 369, 375, 379, 382, 385-386, 390, 392, 394, 399, 441-442, 463, 471-472, 490, 592-595, 578, 582, 593, 598, 618
Industrialismo 48
Iniciativa particular 238, 249, 375-376, 379, 395, 399, 402, 404, 418, 435, 442, 497, 500, 511, 514, 528, 554, 570, 609
Integração das classes 625
Intermediários 377, 385, 486, 570
Instituição servil 85, 162
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais 35, 42, 542
Instrução pública 43, 67, 148, 156-158, 174-175, 177-180, 454, 524, 547, 609, 613, 615
Irrigação 363, 481, 496, 502, 549, 574-577
Jacobinismo 321, 337, 341, 408
Jornal do Comércio, jornal, RJ 415
Jornal do Povo, jornal, MG 364
Junta Comercial 530, 604
Juta 240, 374
Leite 438-439, 520, 579, 591
Liberais 23, 90-91, 100, 114-115, 127, 227
Liberal Mineiro, jornal, MG 150, 202
Liberalismo 48, 478
Liberdade comercial 402, 490
Liberdade das urnas 61, 458
Liberdade de culto 236
Liberdade de imprensa 120
Liberdade de opinião 31, 562
Liberdade de pleito 562
Liberdade econômica 624
Liberdade espiritual 62, 433, 457-459, 499, 546, 624
Liberdade industrial 474, 624
Liberdade política 458, 524
Liberdade profissional 59, 499
Linho 240, 374
Live stock farms 439
Livre-câmbio 395, 507
Luta armada 310-311
Madeira 472, 476
Malvaísco 240

Mandonismo 154
Manganês 60, 63, 66, 74, 345, 353, 365, 372, 379, 442, 486, 504, 519, 590
Maniçoba 478
Manifesto do Congresso Republicano em Ouro Preto 82, 310
Máquinas agrícolas 60, 496497, 501-502, 509, 545, 573-574, 577
Máquinas eleitorais 119
Mercado estrangeiro/internacional 373, 404, 503, 506
Mercado interno 375, 424, 447, 507, 583
Mercure, jornal, MG 415
Mica dos tintureiros 241
Milho 362, 374, 388, 519, 575-576, 583, 590
Mineração 44, 59, 191, 368, 372, 379, 382, 385, 392, 479, 483-486, 549, 617
Minério de ferro 503
Mineração de ouro 379
Minérios brutos 441, 486, 503-504
Mobilização da riqueza imóvel 381-382
Modernização 24, 27, 35, 44, 49
Morgadio 475
Mudança da capital de Minas Gerais 31, 204, 275, 282-293
Nacionalização da indústria 472
Nova capital de Minas Gerais 33, 44, 289, 346, 401, 622
O Arauto, jornal, MG 426
O Colombo, jornal, MG 78
O Farol, jornal, MG 25, 32, 79, 98, 207, 250-251, 275, 280, 295, 298, 306, 318, 320, 386, 397, 403, 410, 425-426, 428, 450, 452, 461, 464-465, 541, 608, 623
O Jequitinhonha, jornal, MG 78
O Jornal de Minas, jornal, MG 31, 150, 183, 202, 208, 282-294
O Malho, jornal, RJ 49-51
O Movimento, jornal, MG 87-318, 541, 628
O País, jornal, RJ 20, 27, 44, 82, 139, 259, 323, 331, 334, 338, 341, 469, 479, 609
O Tempo, jornal, RJ 318
Oligarquia 332
Oligarquias 49, 328, 424, 499
Operário rural 476, 479
Operários 32, 60, 180, 253, 264, 348, 366-367, 380, 390, 392, 394, 463, 466, 476, 478, 608, 630
Opinião Mineira, jornal, MG 341
Opinião pública 43, 130, 162, 258, 284, 403, 449-450, 492
Opressão 24, 149, 305, 630
Opressão econômica 630
Opressão política 630
Opressão social 630
Ordem pública 136, 246, 315, 459, 525, 529, 599, 604
Órfãos, assistência 65, 180, 516, 521, 586, 588, 591, 594
Padroado 236
Panamericanismo 460
Parlamentarismo 334
Participação política 26, 44
Partidarismo 445, 454, 525
Partidarismo pessoal 560, 562-564
Partido Conservador 101, 120, 122, 139, 236, 321
Partido Liberal 74, 92, 100, 109, 115, 120, 127, 139, 202, 280, 321, 335, 489
Partido Republicano Mineiro 24, 60-61, 80-82, 90, 116, 131-132, 150, 166, 187, 265, 267, 357, 417, 425-426, 451
Partidos monárquicos 74, 82, 84, 90-91, 107, 115, 126, 134, 140, 163-164, 171, 181-183, 206, 209, 235, 255, 269, 273, 331, 335-336, 340-341, 410, 456
Partilha e conflitos entre herdeiros
Pátria Mineira 73, 150, 152
Patrões 366, 381, 394, 473
Pecuária 67, 378, 382, 384, 388-389, 390, 438-9, 463, 510, 512, 549, 566, 579, 591, 607
Penitenciária estadual 525-527, 600-601
Pequena cultura/agricultura 377, 384, 471
Peste bubônica 531
Piteira 61, 240-241, 385
Pobreza 23, 27, 48, 94, 357, 402, 411, 421, 434, 448, 464, 477, 597, 607, 613, 615, 627-628, 630
Poços tubulares 502, 549, 579
Polícia 64, 97, 137, 139, 174-175, 182, 235, 302, 423, 525, 530, 538, 561, 563, 599-600
Policultura 368, 377, 382
Política das personalidades 524
Política de conciliação 23, 26, 31, 43, 57, 185, 207, 213, 259-261, 264, 266-268, 270, 321, 323, 333-336, 340, 409, 411, 427, 564, 608
Política de ideias 550
Política de ódios 334

Política econômica 398, 402, 405, 448, 492, 494, 612
Política eleitoral 444
Política protecionista 36, 368, 374-375, 386, 395-396, 402, 404-405, 445, 471, 474, 508, 541
Pontes 63, 534, 543, 549, 602
Porto do Rio de Janeiro 420, 440, 503
Positivismo 41-42, 45, 47
Povo pobre 402, 434
Prefeitura de Belo Horizonte 523
Prêmios aos agricultores e industriais 32, 62, 64, 238-242, 249, 259, 275, 384, 388, 392, 395, 402, 404, 418, 424, 435, 440, 448, 464, 550, 571, 573, 593, 617-618
Prisões 525-526, 601
Professores 31, 59, 180, 444, 477, 528, 586, 609
Proletariado intelectual 598
Proletarismo 425
Propaganda comercial 498
Propriedade condicional do solo 484
Protecionismo 23, 59, 120, 404, 420, 422, 435, 447, 450, 479, 478, 504, 507, 509
Qualificação eleitoral 199-204
Queijos 374, 519, 590
Questão agrícola 48, 474, 479
Questão bancária 381
Questão religiosa 167, 196-198, 261
Recenseamento populacional 193-196
Reforma agrícola 609
Reforma da instrução pública 609
Regime de parceria 481
Regulamento de inventários e de divisão de terras 500
República oligárquica 26
Republicanos históricos 26,337
Republicanismo 19, 23, 37, 329
Revolução 98-99, 103, 125, 163, 170, 203, 213, 218, 224, 234-235, 257, 262, 265, 268-270, 305, 312, 315, 318, 325, 329, 336, 406-409, 412, 318, 434
Rio Novo, jornal, MG 452
Salários 425, 482, 580
Saúde pública 379, 531, 603
Seção de Informações Técnicas 576
Seminário de Mariana 19, 29, 37, 47, 52, 165, 274, 429, 539, 628
Seminário do Caraça 167, 236, 431, 599
Separação entre o Estado e a Igreja 31, 47, 196, 261, 329, 458
Sericicultura 382, 392, 504
Sertão 461, 491-492
Servilismo 88, 120, 130, 564
Sistema de parceria 483
Sociedade Anônima das Minas de Manganês de Ouro Preto 61, 66
Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais 54, 56, 171
Sociedade de Geografia Econômica de Paris 171
Sociedade de Geografia Econômica do Rio de Janeiro 171-172
Sorgo 478
Suinocultura 388, 510, 519, 549, 579, 590-591
Tarifas alfandegárias 368, 379, 386, 389, 404, 420, 434, 445
Tarifas ferroviárias 381, 435, 442-444
Tarifas protecionistas 368, 375, 379, 381, 388, 392, 402, 434-435, 443-445
Taxa itinerária 244-246
Terras devolutas 63, 515, 534, 584
Terrenos diamantinos 535, 584, 591
Tirania 95, 99, 104, 143, 152, 168-171, 211, 216, 220-221, 301, 329, 544
Toucinho 374, 463, 482, 519, 590-591
Trabalhador escravo 475, 482
Trabalhadores 48, 381, 494, 497
Trabalhadores assalariados 437
Trabalhadores imigrantes 60,494, 607
Trabalhadores rurais 60, 482
Transição do trabalho escravo para o livre 383, 418, 482, 490, 607
Transportes 59, 63, 159, 242, 383, 380, 387, 410, 423, 438, 492, 450, 485, 487, 504, 511, 549, 568, 571, 580-581
Tribuna Liberal, jornal, RJ 130
Trigo 240, 352, 374
Urucum 241
Usinas elétricas 372, 471, 504
Usinas metalúrgicas 372, 471, 503
Usinas de mineração 441, 485
Valorização da propriedade territorial 119
Varíola 531, 603
Vias de comunicação 173, 399, 580
Vinicultura 382, 392
Viticultura 190, 249, 380, 382, 617

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abreu, Eduardo Limpo de 86, 98
Abreu, Mariano Ribeiro de 280
Abreu, Rodolfo Ernesto de 53, 123
Adeodato, Henrique 182, 184, 187
Aguiar, João Carneiro Pestana de 86, 340
Alaor, Cláudio 182
Albuquerque, Alfredo de 461
Albuquerque, Feliz Antônio Ferreira de 170
Alcântara, D. Pedro de (Pedro II)
Aleixo, José Caetano 76
Aleixo, Pedro 41, 415, 627-631
Alencar, José Martiniano de 171
Almeida, Francisco Borja de 182, 184, 187, 188
Almeida, José Bernardo de 532
Alvarenga, Inácio Otaviano 579
Alves, Carlos Ferreira 279, 320
Alves, Francisco Ferreira, coronel 53, 71, 74-75, 77, 79, 81-82, 86, 105, 116-117, 128, 279, 320
Alves, João José 75
Alves, João Luiz 420
Alves, Francisco de Paula Rodrigues 431
Alvim, José Cesário de Faria 26, 30-31, 54-58, 75, 107, 109, 137-139, 146-150, 158-159, 172, 181-187, 199, 206, 208, 214, 234, 243, 247, 252, 263, 268, 277, 286, 288, 294-296, 299-300, 302, 308-313, 317-343, 396, 406-414, 420, 453, 616-617, 622, 629
Alvim, Ildefonso Moreira de Faria 280
Alvim, Ida Cesário 57
Alvim, Mário 414
Amaral, Francisco de Paula 172, 268, 277, 309-310
Amaral, Ubaldino do 106
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de 62, 279, 298-299
Andrada, Francisco de Paula Freire de 103, 223, 227
Andrade, Francisco de Assis
Andrade, Francisco Martins de 53, 71-74, 123, 132
Andrade, Gabriel Augusto de 539
Andrade, Gomes Freire de 87, 279, 320
Andrade, João Olavo de 458, 538
Andrade, José Joaquim Monteiro de 57, 369, 383, 396
Andrade, Manoel Eustáquio Martins 279
Andrade, Manoel Paes de 170
Andrade, Pedro Batista de 74, 75, 81-82, 87, 116-117, 616
Antunes, Antônio Alves de Araújo 86
Araújo, José Custódio Dias de 579
Araújo, Josino de Alcântara 57, 530, 538
Araújo, Pedro José de 231
Araújo Porto, coronel 64, 555
Atayde, comendador 184
Atayde, João, coronel 182
Augusto (Imperador romano) 176
Avelar, João Antônio de 131, 267, 276, 310
Azevedo, Diogo Pereira de 86
Azevedo, Fernando Pinto de 579
Azevedo, Francisco Bressane de 132, 426
Azevedo, José Ferreira de, major 171
Azevedo, J. G. da Rocha 282
Azevedo Júnior, José Maria Teixeira de 365
Azevedo, Lindolfo 461
Azevedo, Luiz Ignacio de 170
Badaró, Francisco Coelho Duarte 268, 277, 310
Badaró, Líbero 96
Bandeira de Melo, Ciro Flávio de Castro 43, 44
Barbacena, Visconde de 103, 219, 224
Barbosa, Alexandre 280
Barbosa, Eduardo Augusto Pimentel 280
Barbosa, Francisco de Assis 34, 42, 50, 71, 365, 366, 396, 397, 414, 416, 424,455, 458, 460, 489, 492, 495, 539, 542, 545, 548, 566
Barbosa, Juscelino
Barbosa, Nelson Dario Pimentel 280, 319
Barbosa, Rui 137, 187, 251, 617
Barreto, major 187
Barros, Afonso Monteiro de 75
Barros, Helena Arantes da Rocha Magalhães 54
Barroso Júnior, Sabino Alves 280, 319,
Barthélémy 216
Bawden, João 604
Belo, Josaphat 70
Belo, Modesto de Faria 54, 172
Belo, Saul 600
Bendix, Reinhard 24
Berstein, Serge 21-22
Bertolini, Nicolau 75
Bezerra, Agostinho, major 170
Bicalho, Francisco de Paula 58, 347, 461
Bignotto, Newton 23
Bocaiúva, Quintino 106, 137, 187
Bomeny, Helena 44
Botelho, Álvaro de Andrade 267, 275
Bourdieu, Pierre 22
Braga, Ernesto da Silva 279
Brandão, Francisco Honório Ferreira 78, 267, 276
Brandão, Francisco Silviano de Almeida 278, 335
Brandão, Júlio Bueno 58, 67, 428, 451, 621
Bretas, Randolfo 181, 184
Brito, Afonso de 181
Brito, Artur Alves de 76
Brito, Camilo Augusto Maria de 278
Brito, Joaquim Camilo de 78, 181, 187
Brito, Josino de Paula 279
Brongniart, Alexandre 345
Burlamaqui, Ignacio, coronel 57, 368-369, 382, 395
Caçumba, José Gomes de Rego 170
Caetano, Ana C. F. 47
Caldas, Honorato, coronel 181
Caldeira, Aristides Godofredo 132, 279
Calógeras, João Pandiá 217-220, 415-416, 421-424
Calmon, Miguel 566, 568
Câmara, Alfredo 181
Câmara, Belarmino de Arruda 170
Camargo, Aurélio 182
Camargos, Barão de 183
Campista, David Moretzsohn 131, 279, 365-367, 529, 624
Campista, Galdino da Silva 53
Campos, Artur Alves de Alcântara 86
Campos, João Luiz de 267, 276
Campos, Milton Soares 21, 37, 41, 621-627
Cândido, Francisco, comendador 182
Caneca, Joaquim do Amor Divino, frei 170
Cantarino, José Francisco 532
Carapéba, José Francisco Vaz Pinto 170
Carapinima, Feliciano José da Silva 170
Cardoso, Arthur 187-188
Carmo Gama, jornalista 455
Carneiro, José Januário 395-396
Carneiro, Ruy, senador 626
Carneiro da Cunha 98
Carneiro Leão 98
Carvalho, Cipriano José de 52, 361, 615
Carvalho, João Manuel, padre 407
Carvalho, José Murilo de 45
Carvalho, Maria Alice Rezende de 23
Carvalho, Último de 630
Carvalho, Otoniel José de 76
Carvalho, Tristão de 187
Carvalho Brito 620-621
Castilhos, Júlio de 617
Castro, Américo Moretzsohn de Oliveira 76
Castro, Eduardo Machado de 75
Castro, João Ferreira de 131
Castro, Teotônio Pereira de Magalhães 132
Cavalcanti, André 455
Cerqueira, Eduardo Ernesto da Gama 20, 56, 57, 139-141, 278, 294, 318-342,
Cerqueira, Luiz Barbosa da Gama 279
Cesarino, José Braz 282
Chagas, Carlos Justiniano das 123, 267, 276, 309, 313, 316
Chalmers, Jorge 57, 368-369, 382-395
Chaves, Antônio Gonçalves 181, 267, 271, 276, 309-310, 315-317, 319, 334, 599
Chaves, Pedro Celestino Rodrigues 280
Chaves, Zeferino 75, 86
Chevalier, Miguel 173
Christo, Antônio Vieira, major 461
Cícero (orador romano) 563
Cobra, Amador Carneiro Nogueira 37, 54
Coelho, Copérnico Pinto 38, 41, 627
Coelho, Francisco Nunes 57
Colombo, Cristóvão 134, 147
Corneglioto, João Baptista 429-430, 614
Corrêa, Carlos 231
Corrêa Rabelo, deputado 309, 311
Correia, Francisco de Assis Barcelos 53, 70, 75, 86, 187-188, 233, 604, 620
Costa Belém 182
Correia de Toledo 103
Costa, Cláudio Manoel da 102, 223, 225, 544
Costa, Francisco de Paula Ferreira e 74-75, 124, 182, 184
Costa, Guilherme Meirelles da 38, 42, 47
Costa, José de Rezende 226, 230
Costa, Manoel Teixeira da 279
Cotegipe, Barão de 407
Coutinho, João Batista de Sousa 75
Coutinho, Lourenço Biot de Azevedo 132
Custódio, José 98

Cybrão, Ernesto 182, 184, 187-188
Damásio, Leônidas Botelho 30, 53, 74-75. 77, 79-81, 87, 233, 250-251, 616
Darcy, James 624
Delitzsch, Franz-Hermann Schulze 381
Dias, Custódio 98
Dias, Porfírio (presidente do México) 44, 441
Diniz, Antônio de Freitas 75
Diniz, Henrique Augusto de Oliveira 86, 297-298, 307
Diniz, Ignácio Ferreira 66
Drummond, Francisco de Assis 131
Drummond, Joaquim de Carvalho 140-141
Drummond, José Isidro 75
Drummond, José Pedro 35
Dulci, Otávio Soares 47
Eschewege, Guilherme, barão 374
Ésquilo (dramaturgo grego) 348
Faria, Maria Auxiliadora 45
Faria, Raul de 604
Faria, Silvério Cândido de 97
Fernandes Távora, senador 623, 625
Ferraz, Luiz 70
Ferrer, Olímpio 76
Ferreira, Cícero 64, 531
Ferreira, José Antônio 170
Ferreira, José Augusto, operário 463
Figueiredo, Afonso Celso de Assis (Visconde de Ouro Preto) 74, 280, 409
Figueiredo, Domingos Pinto 249
Fonseca, Deodoro da 56, 107, 137, 184, 205, 261, 264, 287-288, 408-410, 629
Fonseca, Hermes Rodrigues 64, 428, 566, 568
Fonseca, Luiz Borges da 170
Fontes, Lázaro de Souza 170
Fortes, Carlos da Silva 279
Fortes, Carlos Pereira de Sá 57, 368-369, 382, 389, 395, 579
Fortes, Crispim Jacques Bias 114-115, 123, 204,251-252, 257, 260, 264-267, 271-272, 278, 287, 293, 297-299, 322-325, 328-340, 369, 426, 428, 617
Fragoso, Francisco Antônio 170
Franco, Afonso Arinos de Melo 36-37, 42, 57
Franco, Augusto 40, 41, 428-429
Franco, Virgílio Martins de Melo 278
Franklin, Benjamin 228
Frond, Victor 222
Frias, Alcino 187
Gage, lorde 228
Godofredo, Antônio Lamounier 123, 266, 276, 309
Gessler, Albrecht ou Hermann 228
Glicério, Francisco 187
Gomes, Ângela de Castro 40, 46, 48
Gomes, Carlos Thomas de Magalhães 343
Gomes, José Ayres 227
Gonçalo, Ignacio de Albuquerque Mororó, padre 170
Gonçalves, Serafim, comendador 184, 186
Gondim, José Januário Rodrigues 76
Gonzaga, Tomás Antônio 102, 210, 223-224, 227, 230-231, 543
Gorceix, Antônio 415, 421-423
Gorceix, Claude Henri 54, 84, 184, 259, 343
Goularte, José de Paula 282
Guarnieri, Mariano 75
Guimarães, Archanjo 462
Guimarães, Arthur da Costa 86
Guimarães, Bernardo, escritor 211
Guimarães, Jarbas 462
Guimarães, Júlio (jornal *O Farol*) 426
Gurgel, Salvador Carvalho do Amaral 226
Hancock, João 228
Heilbont, Walter 187
Homem, Antônio Cândido da Cruz 579
Horta, João Gomes Rebelo 278
Hugo, Victor 222
Ibiapina, Alexandre Raimundo 170
Ibrapina, Francisco Miguel Pereira 170
Jacob, Benjamin 383, 607, 620
Jarbas Guimarães, fotógrafo 462
Jardim, Antônio da Silva 104-106, 407
Jesus, Augusto Justino de 76
João VI (rei de Portugal e Brasil) 103
Jobim, L. 70
Jonnés, Moreau de 173
Joviano, Arthur 364
Junqueira, deputado 428
Junqueira, Domingos 579
Justino, professor 263
Kubitschek, João Nepomuceno 132
Lacerda, José de Barros Falcão de 170
Lage, Joaquim Veríssimo da Costa 86
Lagoa, Francisco de Paula Rocha 76, 182, 278
Launay, A. L. de 441
Lemos, Francisco 181
Lemos, Manoel Joaquim de 54, 172
Lemos, Miguel 41
Lemos, Renato 39
Leroy-Beaulieu 442
Lessa, Gabriel 187
Lessa, Pedro Carneiro 54, 79
Lessa, Renato 25-26
Lima, Augusto de 35, 461-462, 470
Lima, Benjamim 187
Lima, Bernardino Augusto de 279
Lima, José Ignacio de Abreu e 96
Lima Teixeira, senador 626
Lindenberg, Carlos 70
Lins, Edmundo 42, 620
Lins, Ivan 42
Lobato, Francisco de Faria 279, 297-298
Lobato, João das Chagas 80, 86, 266, 275, 297, 309-310, 312, 334-335, 339
Lobo, Aristides da Silveira 106, 137, 616
Locke, John, pensador britânico 218
Lopes, A. de Oliveira 227
Lopes, Cristiano 187
Lopes, Francisco Antônio de Oliveira 226
Lopes, Levindo Ferreira 54, 172, 233, 279, 319
Ludolf 415
Luz, Adalberto Dias Ferraz da 57, 60, 279, 530, 536
Luz, Américo Gomes Ribeiro da 267, 321-322
Macedo, Necésio 70, 75, 80, 86
Maciel, Olegário Dias 280
Machado, Álvaro da Mata 319
Machado, João da Mata 267, 275, 288, 309-310, 312-314
Machado, José Gomes Pinheiro 387
Machado, Manoel, militar 287-289
Magalhães, Antero Pereira 131
Magalhães, Aureliano de 529, 596
Magalhães, Benevenuto 181, 187
Magalhães, Benjamim Constant Botelho de 137, 187, 258-259, 263, 408
Magalhães, Gabriel de Paula Almeida 123, 266, 275
Magalhães, Luís Augusto Soares de 76
Magalhães, Olinto Máximo de 279
Magalhães, Rafael de Almeida 538, 607
Maia, Aristides de Araújo 86, 124, 181, 184, 187-188, 213, 266, 275, 298-299, 307, 309-313, 316-317
Manuel, João, padre 407
Marinho, Joaquim Saldanha 78, 106, 187
Mário, José Esteve 282
Martins Sobrinho, Graciliano 86
Mascarenhas, Pacífico Gonçalves da Silva 267
Mascarenhas, Francisco, coronel 57, 368-369, 382, 395
Mascarenhas, Viriato Diniz 279
Mattos, Mário 41
Medrado, Arquias 86
Medrano, Alcides 70
Melo, Carlos Vaz de 33, 58, 416
Melo, José Tavares de 123, 279
Melo, Manoel Ignacio Bezerra de 170
Melo, Sérgio de Souza 169
Mendanha, Antônio Gabriel Pio da França 170
Mendes, Odorico 98
Mendonça, João Roquete Carneiro de 278, 319
Menezes, Alexandre Stockler Pinto de 67, 267, 275, 608
Menezes, Álvaro de 535
Menezes, Arthur Itabirano de 86, 131, 181, 187, 233, 279
Milza, Pierre 21
Mineiro, Jovelino 528
Miranda, Saturnino Rocha de 579
Monte Raso, José Facundo 279
Monteiro, Eurico Jaci 75, 86
Montenegro, Antônio de Albuquerque Melo 170
Montezuma 176
Morais, Antero Dutra de 86, 604
Morais, Antônio Macário de 170
Morais, Carolina Augusta de 28, 52, 58, 429, 614
Morais, Joaquina Rosa de 28
Moreira, Augusto Gonçalves de Souza 279
Moreira, Manoel Gonçalves de Souza, coronel 530
Moss, Benjamin 531
Mota, João Dias da 227
Moura, coronel 181, 184
Moura, Amaro de 182, 186, 233
Moura, Francisco José Coelho de 319
Moura, João Dunshee de Abranches 557

Moura, Victoriano de 181, 184, 186
Mourão, Aureliano 182
Muller, Lauro Severiano 59, 455
Murta, Ignacio Carlos Moreira 280
Murtinho, Joaquim 618
Murtinho Nobre 618
Nabuco, Joaquim 59, 460
Napoleón (Napoleão Bonaparte) 175
Nery, Quintiliano 86
Neto, A. 183
Neto, Oscar Correia 131, 279
Neves, Alfredo José, padre 75
Nicácio, Antônio Dutra 123, 266, 276, 309
Nicácio, Astolfo Dutra 131
Nogueira, José Bento 280
Nogueira da Gama, senador 625
Norberto, Joaquim 440
Oliveira, Arthur Ribeiro 56, 596, 620
Oliveira, Bruno da Silva 579
Oliveira, Francisco Ribeiro de 279
Oliveira, Juscelino Kubitschek 42, 48
Oliveira, Marcos Fábio Martins de 47
Oliveira, Rejane Márcia Freitas de 43
Oliveira, Saturnino de 281, 343-344, 346, 358
Orsini, Luís 87
Otoni, Otávio Esteves 279
Otoni, Teófilo Benedito 23, 45
Paiva, Francisco Álvaro Bueno de 267, 276
Paixão, Antônio Jacob da 266, 275
Panúrgio, literatura 83
Paletta, Constantino Luiz 123, 266, 275, 308-312
Paoliello, Francisco 67, 608
Paranhos Júnior, José Maria da Silva (barão do Rio Branco) 460
Passos, Antônio Leopoldino dos 279
Paula, João Antônio de 46
Paula, Joaquim Francisco de 74-75, 172
Pedro I (imperador do Brasil) 83, 96-100, 170-171, 407-408
Pedro II (imperador do Brasil) 108,119,121-122, 141, 154, 168, 237, 260, 305, 407-408
Peixoto, Carlos
Peixoto, Floriano 205, 295, 297-298, 305-307, 341
Peixoto, Inácio José de Alvarenga 223-230
Pena, Afonso Augusto Moreira 19, 26, 36, 46, 49, 50, 56, 58-60, 297-299, 325, 330, 335, 411, 428-429, 431-432, 448, 455, 488-490, 542, 556-566, 568, 624-625
Pena, Ana Moreira dos Santos 431
Pena, Domingos José Teixeira 431
Pena, Domingos Moreira dos Santos 530
Pena, Joaquim José de Oliveira 278
Pena Júnior, Afonso 50
Penaforte, Raimundo, frei 103
Penido, Agostinho 182
Penido, João Nogueira 78
Penido Filho, João 529
Penna, Lincoln de Abreu 26
Pereira, Abellard Rodrigues 279, 319
Pereira, Américo Lobo Leite 78, 267, 275, 309, 311, 339
Pereira, Camila Amaral 47
Pereira, Fernando Lobo Leite 205, 251, 331
Pereira, Edgard da Cunha 595
Pereira, Manoel Alves, cônego 279
Pereira, Manoel Fulgêncio Alves 267, 276
Pereira, Nicolau Martins 170
Pereira, Simão da Cunha 132, 280
Pereira Pinto, conselheiro 170
Pessoa, João de Andrade 170
Pimenta, Silvério Gomes 29, 62, 539-541
Pimentel, Francisco Mendes 34, 364-365, 414, 620
Pina, Herculano 345
Pinheiro, Amanda (filha de João Pinheiro) 57, 620
Pinheiro, Carolina (filha de João Pinheiro) 57, 620
Pinheiro, Celeste (filha de João Pinheiro) 58, 66, 618
Pinheiro, Domingos, padre 57
Pinheiro, Helena (filha de João Pinheiro) 56, 620
Pinheiro, Helena de Barros (esposa de João Pinheiro) 30, 54, 187, 271, 618
Pinheiro Filho, Israel (filho de João Pinheiro) 19, 38, 46-47, 57, 618, 620
Pinheiro, José (filho de João Pinheiro) 58, 618, 620
Pinheiro, Lúcia (filha de João Pinheiro) 57, 620
Pinheiro, Marta (filha de João Pinheiro) 56, 618, 620
Pinheiro, Paulo (filho de João Pinheiro) 55, 618, 620
Pinheiro, Ruth (filha de João Pinheiro) 65, 620
Pinheiro, Virgínia (filha de João Pinheiro) 57, 618, 620
Pinheiro Filho, João (filho de João Pinheiro) 57, 618, 620
Pinto, Astolfo Pio da Silva 78, 266, 275, 309
Pinto, Jorge, jornalista 318
Pinto, Luiz Antônio 23, 28-31, 34-35, 37, 52
Pinto, Menélio 182
Pinto, Raimundo, fotógrafo 462-464
Pinto Peixoto 98
Pires, Antônio Olinto dos Santos 53-54, 70, 73-75, 81, 82, 86, 106, 116-117, 128, 138, 172, 177-178, 181, 184, 186, 188, 267, 276, 299, 309, 324, 616
Pires, Aurélio Egídio dos Santos 70, 75, 175-177
Pires, Zoroastro 70
Pitanga, Epifânio 182
Pombal, marquês de 225
Porto, Domingos da Silva 128, 267, 276
Prado, Antônio da Silva 83
Prado, João Carlos Ferreira 76
Prado Lopes 35
Prates, Camilo Filinto 280
Prates, Carlos Leopoldo 75, 86
Primo, José Rodrigues Dias 86
Proença, João Júlio 86
Pruê, João 75, 87
Purificação, Alexandre da, frei 170
Queiroz, Franklin de 105
Rabelo, Francisco Corrêa Ferreira 125, 267, 276, 309, 311
Rabelo, Francisco de Paula Fernandes 595
Rabelo, José Joaquim Ferreira 267, 279, 309
Ractcliff, João Guilherme 170
Raiffeisen, Friedrich Wilhelm 381
Raiol, Domingos 170
Ramos, Joaquim Gonçalves 266, 275, 309-310, 312, 316, 324, 328, 339
Ramos, José Maria de Figueiredo 131
Ramos, Luiz Moreira 70
Rebouças, Teotônio José 76
Rémond, René 21
Reis, Antônio Pedro Cisneiros da Costa 86
Reis, Bernardo Cisneiros da Costa 86, 278
Reis, Bernardo Manso M. da Costa 86
Reis, Joaquim Silvério dos 219, 230-232
Resende, Arthur de 86
Resende, Querino Ribeiro Monteiro de
Rezende, Severiano Nunes Cardoso de
Rezende, Francisco de Paula Ferreira de
Rezende Filho, Joaquim Leonel de 72-74, 123, 266, 276
Reynault, Henrique 182, 184, 187
Ribeiro, Rodrigo Teófilo Gomes 141, 145, 271
Ribeyrolles, Charles 222-229
Rioux, Jean-Pierre 22
Rocha, Domingos José da 53, 75, 81-82, 86, 116-117, 128, 204, 266, 275-276
Rocha, Francisco, fotógrafo 462
Rodgers, James 170
Rodrigues, José Carlos 43
Rolim, José da Silva de Oliveira 223, 230
Roosevelt, Theodore 41, 375
Root, Elihu 456, 460
Rosa, Joaquim Pinto 56
Rosanvallon, Pierre 22
Roussoulières, Leon 600
Sá, Álvaro da Mata 278
Sá, Carlos de Oliveira 278
Sá, Eduardo de 282
Sá e Benevides 331
Saint-Hilaire, Auguste de 374-375
Saldanha, José da Natividade 170
Saldanha da Gama 324, 333
Sales, Manuel Ferraz de Campos 25, 78, 106, 137, 187
Sales, Eugênio Simplício de 279, 319
Sales, Francisco Antônio de 33, 57-58, 60, 279, 369, 395, 403, 412, 426, 457, 461, 529, 536, 557, 559, 565, 612, 618, 620
Sales, Henrique 181, 184
Salvetat, químico francês 345
Santa Helena, barão de 267, 309
Santana, Joaquim José de 183, 187
Santo Antônio, João de 57, 62, 429
Santos, Alfredo Cata Preta 76
Santos, Antônio Felício dos 123, 138
Santos, Felipe dos 218, 407
Santos, Gabriel 620
Santos, João Alves dos 74-75
Santos, João Antônio Felício dos 75, 87
Santos, Joaquim Augusto de Oliveira 75, 87, 106, 131, 182
Santos, Joaquim Felício dos 78-79, 267, 275, 311, 315, 406, 550
Saraiva, José Antônio 595

Saramenha, barão de 54, 172, 182
Sarmento, Cincinato 86
Schmidt, Henrique Rafael 86
Sena, Joaquim Cândido da Costa 54, 172, 278, 451
Sena, José Cândido da Costa 72-73, 123, 266, 276
Serzedelo, Inocêncio 295
Sete, Sebastião 155
Silva, Antônio Ildefonso da, vigário 131
Silva, Antônio Martins Ferreira da 278
Silva, Augusto Clementino da 279, 292
Silva, Carlos Joaquim da 76
Silva, Carlos Pereira da 86
Silva, Elói dos Reis 279
Silva, Francisco Bernardino Rodrigues 320, 322, 342
Silva, Frederico Augusto Álvares da 278, 319
Silva, Herculano César Pereira da 600
Silva, Joaquim Antônio Gomes da 319
Silva, José Pinheiro da (Giuseppe Pignataro) 28, 52, 429
Silva, José Pinheiro da, padre 29, 52-53, 429-430, 614
Silva, João Pinheiro da 19-627
Silva, Juvenal de Sá e 70, 73, 75, 80, 86, 105
Silva, Lindolfo Castilho de Sousa e 280
Silva, Luís Isidro da 75
Silva, Targino Otoni de Carvalho e 279
Silveira, Álvaro da 461
Silveira, Carlos Marques da 279, 319
Siqueira, José Cupertino de 75, 86
Sirinelli, Jean-François 22
Soares, Egydio 620
Sousa, João Luiz de Almeida e 280, 319
Sousa, José Marcelino de 490
Souza, Heitor de 461, 463
Souza, João Ribeiro de Oliveira e 57, 369, 382, 395
Souza, José da Costa Machado e 123, 266, 275
Souza, Manoel Vieira de 131
Souza, Paulino de 122
Souza, Pedro Luiz Pereira de 70
Souto, João 76
Tamm, Paulo 41-42
Tavares, Grey 70
Tavares, Nicésio José 86, 132
Teixeira, Antônio Cândido 319
Teixeira Amaral, coronel 182
Thomaz, Carlos 344
Timburibá, Adolfo Júlio 75
Toledo, Luiz Vaz de 226, 230
Torres, Bernardino Pinheiro 132, 187
Torres, José Joaquim Fernandes 595
Valadão, Gabriel de Vilhena 604
Valadão, Manuel Ignacio Gomes 278, 319
Valadares Ribeiro
Vasconcelos, Diogo Luiz de Almeida Pereira de 182-183, 293-294
Vasconcelos, Francisco Diogo Pereira de 346
Vaz, Henrique 53, 182
Veiga, Bernardo Saturnino 536
Veiga, Edmundo 181
Veiga, Evaristo 98,
Veiga, Francisco Luiz da 170, 172, 267, 276
Veiga, José Pedro Xavier da 181, 187, 278, 297, 298
Veloso, Antônio Augusto 278
Veloso, V. G. 227
Vergueiro, Nicolau 98
Vianna, Luiz Werneck 23
Victor, João 182
Vieira, Domiciano R. 281
Vieira, Domingos de Abreu 223, 226
Vieira, Emigdio Rodrigues
Vilhena Júnior, João Bráulio Moinhos de 165, 319, 461, 538, 595, 607
Viotti, Domingos Rodrigues 279
Viotti, Policarpo Rodrigues 123, 266, 275
Viscardi, Cláudia 30
Wall, Archen Godrefield 176
Wandenkolk, Eduardo 137
Wanderley, F. 187
Washington, George 228
Xavier, Joaquim José da Silva (Tiradentes) 70-71, 83, 102-105, 134, 144, 153, 205, 210-233, 451, 541
Xavier, Lindolfo 461
Ximenes Villeroy, capitão 295

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Marize G. de; HANRIOT, Renata da Veiga. Notas sobre a Imprensa Mineira. O Debate e a Propaganda Republicana na Imprensa Mineira (1869-1889). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Edição comemorativa: Inconfidência e República. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 38, 1990.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BACKES, Ana Luiza. Notas sobre a República, oligarquias e utopias. *Cadernos Aslegis*, n. 37, p. 14-30, maio/ago. 2009. p. 17. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4550. Acesso em: 27/10/2022.

BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio de Castro. *Pois Tudo é Assim...* Educação, Política e Trabalho em Minas Gerais (1889-1907). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, junho de 1990. (Dissertação de mestrado).

BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, No. 1, 1966.

_____. João Pinheiro e seu ideal republicano. BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro*. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, No. 1, 1966.

_____. Ideias políticas de João Pinheiro. *Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

_____. João Pinheiro e sua liderança em Minas. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 1, n. 1, 1986.

BARBOSA, Juscelino. *João Pinheiro*: páginas de saudade. João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar].

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

BERSTEIN, Serge. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Org.) *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia a República*: História do Partido Republicano do Brasil. Tradução Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 164. 2000.

BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Pinheiro da mineiridade. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.b5, n. 2, maio/ago. 1990.

_____. *O Brasil de João Pinheiro*: o projeto educacional. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. *A formação das almas*: o imaginário da república do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Minas e as utopias ou as utopias de Minas. *In:* ANDRÉS, Aparecida (Org.). *Utopias:* sentidos Minas margens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

_____. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Maria Alice Rezende *et al*. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CASTRO, Jéssica Maira Aparecida de. *História do Movimento Republicano mineiro através dos jornais* (1871-1889). Monografia. Departamento de História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

CHACON, Vamireh. A Genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro: João Pinheiro, Vargas, JK e Israel Pinheiro. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni* – Ministro do povo. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

COELHO, Copérnico Pinto. Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. VII, 1960.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Guilherme Meirelles da. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. Dissertação. História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes. Esses Espaços das Minas Gerais: considerações acerca de um conceito dinâmico de região e seu uso à interpretação dos processos espaciais em curso entre os séculos XVIII e XIX. *VIII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 13 de maio de 1998.

DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ESCHEWEGE, Guilherme, Barão de. Notícias e reflexões estadísticas da província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. IV, 1899.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Política da Gleba*: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 1992.

FARIA, Silvério Cândido de. *Breve história dos felizes acontecimentos políticos no Rio de Janeiro em os sempre memoráveis dias 6 e 7 de abril de 1831 remontada a época da viagem do ex-imperador à província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tip. de Thomaz B. Hunt e C., 1831.

FERREIRA, Bernardo. *O risco do político*: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 3. ed., 1977.

FRANCO, Augusto. *Dr. João Pinheiro*: ensaio biográfico e político. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2. Ed., 1906.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. *In:* GOMES, Angela de Castro (Org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. *In:* SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro n. 21, 1988.

GOULART, Barbara. O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, p.111-133, jan./jun. 2015.

INVENTÁRIO analítico do arquivo privado de João Pinheiro da Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Culturais. 1990.

JOÃO PINHEIRO e o ensino profissional em Minas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social/Biblioteca Pública de Minas Gerais Prof. Luís de Bessa, Publicações da Coleção Mineiriana, no 1, 1970.

JOÃO PINHEIRO e sua Doutrina: 1889-1908. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar].

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários*: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas*. A história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. A invenção republicana no Brasil: da aventura à rotina. *In:* CARVALHO, Maria Alice Rezende *et al. República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

_____. Prefácio. *In:* FERREIRA, Bernardo. *O risco do político*: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

LIMA, José Ignacio de Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. 2 vol.

LINS, Ivan. A formação filosófica de João Pinheiro e seus ideais humanos, políticos e sociais. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

_____. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2. ed., 1967.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas:* a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. Vida e política de Francisco Sales, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 18, janeiro de 1965. p. 122— 130.

MATA MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 2, n. 1, janeiro/abril, 1987.

MATTOS, Mario. João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908). Belo Horizonte: [s. n.], 1935.

_____. *O Solitário de Caeté*. João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908). Belo Horizonte: [s. n.], 1935.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MAXWELL, Keneth R. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Chocolates, piratas e outros malandros*: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Atualidade de João Pinheiro. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, set./dez., 1980.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A fisionomia das cidades mineradoras. Texto apresentado no painel Urbanização e Modernidade em Minas Gerais No Século XIX. *Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 8 a 13 de maio de 1998.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. João Pinheiro e a Instrução. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. VII, 1960.

MOREIRA, Vivaldi. João Pinheiro, Místico da Ação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. VIII, 1961, pp. 271-281.

_____. João Pinheiro, Estadista Atual. *João Pinheiro e sua Doutrina*: 1889- 1908. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar].

MOURA, Antônio de Paiva; DUARTE, Juliana de Souza *et al.* O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Edição Comemorativa Inconfidência/República. Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII.

MUZZI, Hezick. João Pinheiro – Instrumento da Cultura. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves Ferreira. *O Brasil Republicano* – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NOBREGA, Dormervilly. História em Quadrinhos de um Iluminado. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

OLIVEIRA, M. F. M.; CAETANO, Ana C. F. A Trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento. *Temporalidades*, v. 1, p. 147-172, 2009.

OLIVEIRA, Rejane Márcia Freitas de. João Pinheiro: o educador. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, V. 5, no 2, maio-agosto 1990.

OTONI. Teófilo. Circular aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quatriênio atual, pelo ex-deputado... *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 78, parte 2, p. 193-387, 1916.

PAIM, Antônio (Org.) *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PAULA, João Antônio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, volume 15, n. 2(26), p. 257-282, 2004.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Camila Amaral. *João Pinheiro da Silva*: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908). Dissertação. Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas.2016.

PEREIRA, Sady da Cunha. Exaltada no Legislativo Mineiro a figura do Grande Líder Republicano. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

PETTIT, Philip. *Republicanismo:* una teoría sobre la libertad y el gobierno. Barcelona: Paidós, 1999.

PIMENTA, Cornélio Octávio Pinheiro. João Pinheiro, Israel Pinheiro e a busca da modernidade plena. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PIMENTA FILHO, Dermeval. Marco Glorificador da Memória de João Pinheiro. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

PINHEIRO FILHO, Israel. Discurso de agradecimento. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. Coletânea do *Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A ideia republicana em Minas; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano XXI, fascículo I, janeiro a março, 1927, p. 20-21.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RÉMOND, René. (Org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

_____. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Ferreira. *O Brasil Republicano* – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República. *In:* BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco*: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. 2v.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

RODRIGUES, José Carlos. *Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

ROSANVALLON, Pierre. Pour une histoire conceptuelle du politique. *Revue de Syntèse*, IV, nº 1-2, p. 93-104, jan-juin, 1986.

SÁ, Francisco [Senador]. Elogio de João Pinheiro. João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans l'interieur du Brésil*. Bruxelles: Méline, Cans & Cie, 1850, 2 vol.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, no. 19, 1997.

SENNA, Caio Nelson de. *João Pinheiro da Silva – sua vida – sua obra – seu exemplo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1941.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SIQUEIRA, Moema M. de. Elites Políticas em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Belo Horizonte n. 29 jul. 1970 173-179

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAMM, Paulo. *João Pinheiro*: obra premiada pela Academia Mineira de Letras. Belo Horizonte: [s. n.], 1947.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. A Respeito de João Pinheiro. *In:* COELHO, Copérnico Pinto. *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Vol. VII, 1960.

TRINDADE, Raymundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Publicação comemorativa do Bicentenário de seminário. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

VIANNA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e Civilização Brasileira. *In:* BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

VISCARDI, Cláudia M. R. O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos. RESENDE, Maria Efigênia Lage. *História de Minas Gerais*: A província de Minas 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

_____. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870- 1889). *Tempo*, [*s.l.*], n. 18, v. 32, p. 137-161, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v18n32/v18n32a07.pdf>. Acesso em: 25/08/2022.

WEFFORT, Francisco C. *Qual Democracia*? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Esta publicação foi produzida no sistema de editoração
eletrônica Macintosh. O texto foi composto
na fonte Adobe Garamond PRO. A impressão foi
executada no papel Off-set LD 90g pela Gráfica Formato,
com tiragem de 100 exemplares para a Fundação João Pinheiro.
Belo Horizonte, novembro de 2022.

FAPEMIG
30 anos
ESCOLA DE GOVERNO
Prof. Paulo Neves de Carvalho
FJP
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO